Olhares Feministas

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Ministério da Educação

A Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004, é um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, que tem por finalidade aprofundar o debate em torno da busca da educação para todos.

A partir desse debate espera-se promover a interlocução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais interessados no campo da educação continuada, assim como reafirmar o ideal de incluir socialmente o grande número de jovens e adultos excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, responsável pela Coleção, a educação não pode separar-se, nos debates, de questões como desenvolvimento justo e ecologicamente sustentável; direitos humanos; gênero e diversidade de orientação sexual; escola e proteção a crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; educação de

Olhares Feministas

Organização:
Adriana Piscitelli
Hildete Pereira de Melo
Sônia Weidner Maluf
Vera Lucia Puga

Brasília, novembro de 2006

Edições MEC/UNESCO

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário Executivo
José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Ricardo Henriques

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Esplanada dos Ministérios, Bl L, sala 700
Brasília, DF, CEP: 70097-900
Tel: (55 61) 2104-8432
Fax: (55 61) 2104-8472

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org.br
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Olhares Feministas

Organização:
Adriana Piscitelli
Hildete Pereira de Melo
Sônia Weidner Maluf
Vera Lucia Puga

UNESCO

Ministério
da Educação

© 2006. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

Conselho Editorial da Coleção Educação para Todos
Adama Ouane
Alberto Melo
Célio da Cunha
Dalila Shepard
Osmar Fávero
Ricardo Henriques

Coordenação Editorial
Coordenadora: Maria Adelaide Santana Chamusca
Assistente Editorial: Ana Luiza de Menezes Delgado

Produção e edição final: Editorial Abaré
Revisão: Tereza Vitale e equipe
Diagramação: Heonir S. Valentim
Tiragem: 5.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006.
510 p. – (Coleção Educação para Todos ; v. 10)

ISBN 85-98171-55-7

1. Feminismo. 2. Movimento feminista – Brasil. 3. Violência. I. Pereira de Melo, Hildete.

CDD 305.42
CDU 396

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos nesse livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e da SECAD/MEC, nem comprometem a Organização e a Secretaria. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e da SECAD/MEC a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Apresentação

Transformar a educação e suas instituições em um canal de transformação da sociedade é um desafio que se impõe a todos os povos e nações contemporâneas interessadas em promover a diversidade e a justiça social. Para isso, é preciso fazer do ambiente de educação – seja ele a escola, a universidade ou as organizações responsáveis por sua gestão – o lugar em que essa transformação é gestada e disseminada. Ao mesmo tempo, há que se ampliar e fazer circular o debate e a produção de conhecimentos sobre racismo, homofobia e sexismo, sobre o preconceito intergeracional, regional e cultural, e sobre as diferentes formas de discriminação e intolerância.

O livro ***Olhares Feministas*** é um passo importante para o enfrentamento da questão de gênero dentro da escola e a partir dela. Reúne vinte artigos sobre estudos feministas e de gênero publicados nos últimos 20 anos em revistas nacionais ligadas a universidades brasileiras. Esses artigos foram criteriosamente selecionados pelas professoras Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sonia Weidner Maluf e Vera Lucia Puga de Sousa, às quais, em nome do Ministério da Educação e da Unesco, agradeço pela generosidade e parabenizo pela qualidade do trabalho realizado.

O objetivo é levar aos atores da educação – professores, técnicos, gestores e demais educadores – e à sociedade questões relacionadas ao preconceito contra as mulheres que vêm sendo discutidas nos espaços acadêmicos, a fim de que esses educadores possam enfrentá-las nos ambientes escolares, em diálogo com toda a comunidade e com o movimento feminista.

Esperamos, com isso, que a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania seja melhor compreendida, aprofundada e debatida nos ambientes de educação e ensino, especialmente no que diz respeito à construção das representações dos papéis femininos e masculinos e suas relações com outros tipos de discriminação.

Ricardo Henriques
Secretário de Educação Continuada, Alfabetização
e Diversidade do Ministério da Educação

Sumário

Introdução 11

Viagens e Sexo *On-Line*: a Internet na geografia do turismo sexual
Adriana Piscitelli 15

**O Movimento Feminista no Brasil:
dinâmica de uma intervenção política**
Ana Alice Alcântara Costa 51

Feminismo, Justiça Social e Cidadania na América Latina
Eni de Mesquita Samara 83

Por uma Bioética Não-Sexista, Anti-Racista e Libertária
Fátima Oliveira 93

Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo
Fúlvia Rosemberg 117

Modas e Modos: uma leitura enviesada de *O espírito das roupas*
Heloisa Pontes 151

**Polícia e Gênero: participação e perfil das polícias
femininas nas PMs brasileiras**
Leonarda Musumeci e Bárbara Musumeci Soares 177

**Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático:
subsídios para um debate teórico-metodológico**
Mara Rúbia Alves Marques 209

Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil: 1890-1930
Margareth Rago 223

Sobre a Invenção da Mulata
Mariza Corrêa 243

Relações de Violência e Erotismo
Maria Filomena Gregori 255

História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas
Maria Izilda Matos 281

A Parteira Ignorante: um erro de diagnóstico médico?
Maria Lúcia de Barros Mott 295

O Fracasso Escolar de Meninos e Meninas: articulações entre gênero e cor/raça
Marília Pinto de Carvalho 311

Etnografias do Brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador
Osmundo Pinho 345

Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo
Rachel Soihet 373

Mulheres Reescrevendo a Nação
Rita Terezinha Schmidt 399

Fragmentos de Corpo e Gênero entre Meninos e Meninas de Rua
Simone Miziara Frangella 415

Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932
Teresa Cristina de Novaes Marques 441

A Presença; Feminina nas (Sub)Culturas Juvenis: a arte de se tornar visível
Wivian Weller 469

Sobre autores e autoras 499

Comitês Editoriais das Publicações Originais 505

Introdução

O objetivo desta coletânea é propor uma reflexão sobre o campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil, a partir das experiências de alguns núcleos de pesquisa nacionais que na atualidade publicam sobre o pensamento feminista através dos periódico*s: Cadernos Pagu, Revista Estudos Feministas, Revista Gênero e Caderno Espaço Feminino*. Desde os anos 1980 instalaram-se no Brasil grupos de pesquisa dedicados a esta temática em vários locais do país e multiplicaram-se as iniciativas de investigação sobre este campo de estudo.

É inegável que a luta das mulheres pela ampliação de sua cidadania ao longo do século XX esteve presente e orientou diversos ramos do conhecimento. O ressurgimento dos movimentos feministas internacionais na segunda metade do século XX enfrentou a visões deterministas e biologicistas sobre as mulheres e sobre a construção das diferenças e das desigualdades; experimentou sabores e dissabores em diversos campos teóricos e, mais recentemente, fundas dissensões em torno do conceito de gênero. A categoria gênero está ligada à emergência de uma forma de analisar os lugares e práticas sociais de mulheres e homens e das representações de feminino e masculino na sociedade que aponta para a cultura enquanto modeladora de mulheres e de homens. Estes não são produtos de diferenças biológicas, mas sim frutos de relações sociais baseadas em diferentes estruturas de poder, definidas historicamente e de forma social e culturalmente diversa. Este debate foi ampliado pelos movimentos de mulheres que, nas últimas décadas, viveram uma visível ascensão, questionando velhas representações sobre os papéis femininos. Os novos discursos e o ativismo feminista já haviam questionado a partir dos anos 1970 o quanto as mulheres tiveram acesso à cidadania e aos direitos igualitários da modernidade, em relação a questões como o acesso ao trabalho remunerado, à educação em todos os níveis, aos direitos sexuais e reprodutivos, à representação feminina nas instituições e à participação política das mulheres, entre outras. A produção atual nas Ciências Sociais e Humanas sobre as relações de gênero e suas interseções com as de classe, raça/etnia, sexualidade e geração, dentre outras, é no nosso entender caudatário desses movimentos, que ao longo destes últimos trinta anos institucionalizaram-se em muitos formatos.

A universidade promoveu debates de forma autônoma em relação ao próprio movimento. A história, a sociologia, a antropologia, a política, a economia, a psicologia, a teoria literária, os estudos culturais, o serviço social, as disciplinas das áreas biomédicas, entre outras áreas acadêmicas, tiveram seus paradigmas numa e noutra vertente invadidos pelos olhares feministas, e muitos estudos e pesquisas foram produzidos tentando dar conta dessa realidade. Isso aconteceu tanto no Brasil quanto em outros países, e a produção científica divulgada neste livro reflete de certa maneira essa efervescência intelectual e política.

As publicações responsáveis originalmente pelos artigos desta coletânea surgiram ao longo desse processo de desenvolvimento do pensamento feminista na academia brasileira, todas comprometidas com a divulgação dos debates sobre feminismo e a perspectiva de gênero que se desenrolam no Brasil e no mundo. São editadas pelas seguintes universidades: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), respectivamente. Com exceção dos *Cadernos Pagu,* a coleção das demais em versão eletrônica está disponível no *site* www.portalfeminista.org.br, enquanto que os *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas* podem ser lidos no *site* www.scielo.br.

A inclusão do tema gênero nesta Coleção, patrocinada pelo Ministério da Educação e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), evidencia e dá relevância à dimensão cultural da construção de homens e mulheres e de seus lugares sociais e da importância desse debate na sociedade brasileira. A origem desta coletânea está num convite do Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, Ricardo Henriques, para que fosse organizada uma publicação sobre gênero para a Coleção Educação para Todos. Presentes num encontro nacional, em março de 2006 sobre "Gênero, Ciências e Feminismos" promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, as editoras atuais das revistas citadas acima aceitaram esta incumbência e decidiram que o corpo editorial de cada um destes periódicos selecionaria um conjunto de artigos publicados ao longo de sua história que fossem significativos da produção acadêmica no campo dos estudos de gênero no Brasil; cada revista indicaria uma pessoa para o comitê organizador desta publicação. Todas tinham em mente que o objetivo explicito da coletânea é assegurar uma seleção de artigos que pudesse contribuir com o aprofundamento do debate científico feminista, refletindo didaticamente sobre como noções de masculinidade e feminilidade, articuladas a outras diferenças,

incidem na produção de desigualdades em diversas áreas do social: sexualidade, educação, trabalho, violência, política, arte, mídia e cultura na sociedade brasileira hoje.

Decidiu-se por uma coletânea com cerca de vinte artigos. O critério da maior tradição e experiência editoriais foi o que definiu o número de seis artigos para a *Revista Estudos Feministas* e para os *Cadernos Pagu,* as mais antigas, e de quatro para as revistas *Gênero* e *Espaço Feminino,* as mais novas. Ficou acordado que os artigos escolhidos priorizariam, sempre que possível, trabalhos não publicados em outros livros e periódicos; a escolha recaiu em textos de maior ineditismo e editados nos números mais recentes das revistas. As autoras só poderiam ter um artigo selecionado. A seleção de temas dos artigos ficou a critério de cada corpo editorial. O(a) leitor(a) conhecerá a origem de cada artigo através da leitura de uma nota de rodapé impressa na folha de rosto, onde está indicado o nome da revista e sua data de publicação. Os artigos estão apresentados em ordem alfabética do prenome das(os) autoras(es).

Os critérios de seleção dos artigos não foi o de escolher os melhores publicados pelos seus periódicos, mas apresentar textos que têm tido algum impacto nos debates feministas e do campo de estudos de gênero no Brasil. A trajetória de cada um desses artigos foi significativa tanto pela temática abordada, como pela utilização de um tratamento científico rigoroso. Seguramente, compõem um mosaico de possíveis interpretações das realidades de mulheres e homens que nos seus cotidianos passados e presentes viveram, sonharam e vivem a eterna busca da felicidade e da igualdade.

O esforço das organizadoras foi para que a coletânea tenha um caráter multidisciplinar, dirigida ao um público-alvo constituído por acadêmicas(os), estudantes, professoras(es), intelectuais, militantes feministas e organizações não-governamentais.

Agradecemos ao Ministério de Educação pela oportunidade de participar da Coleção Educação para Todos com uma temática nova, polêmica e revolucionária.

Adriana Piscitelli
Hildete Pereira de Melo
Sônia Weidner Maluf
Vera Lucia Puga

Viagens e Sexo *On-Line*: a Internet na geografia do turismo sexual*

Adriana Piscitelli**

Na produção socioantropológica sobre a transnacionalização do mercado sexual, a associação das mulheres de certas nações pobres do mundo com a prostituição é vinculada a três fatores principais: as viagens de turistas e militares a países e regiões pobres nos quais compram sexo; a migração de mulheres do Sul para trabalharem em *night clubs* e bordéis em todo o mundo e à Internet.[1] No que se refere a este último aspecto, os *sites* destinados a turistas sexuais heterossexuais são considerados espaços fundamentais em termos da produção e disseminação de estereótipos sexualizados e racializados de mulheres dos países pobres.[2]

Compartilhando a percepção da relevância desses espaços virtuais, neste texto considero, em uma abordagem antropológica, as imagens de mulheres da

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu*, vol. 25, 2005.

** Professora da Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora pela Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha.

1 ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases. Making Feminist Sense of International Politics*. London, University of California Press, 2000 [1989]; THORBEK, S. Prostitution in a Global Context: Changing patterns. In: THORBEK, S. & PATTANAIK, B. *Transnational prostitution. Changing global patterns*. New York, Zed Books, 2002.

2 BRENNAN, D. Tourism in Transnational Places: Dominican Sex Workers and German Sex Tourists Imagine One Another. *Identities*, v. 7(4), 2001, p. 621-663; KEMPADOO, K. Gender, race and sex: Exoticism in the Caribbean. Text presented at the Symposium *The Challenge of Difference*: Articulating Gender, Race and Class, Salvador, Brazil, 2000; BISHOP, R. e ROBINSON, L. Traveller's Tails: Sex diaries of tourists returning from Thailand. In: THORBEK, S. & PATTANAIK, B. Transnational prostitution... Op. cit.

América do Sul que, neles difundidas, se integram na alteração dos circuitos mundiais de turismo sexual. A análise que apresento está baseada em uma pesquisa[3] realizada em um *site* específico, o *World Sex Archives*, escolhido levando em conta dois aspectos, o fato de ter sido o espaço virtual mais citado por turistas à procura de sexo entrevistados em uma pesquisa anterior realizada em Fortaleza, capital do estado do Ceará, no Nordeste do Brasil[4] e a enorme riqueza do material nele difundido quando comparado com páginas da *web* análogas.[5]

Os espaços virtuais destinados ao sexo, considerados principais veículos de informações que favorecem a exploração sexual e ainda refúgio favorável para todo tipo de "desviantes", vêm sendo objetos dos mais diversos tipos de pesquisa[6], inclusive investigações realizadas em abordagens socioantropológicas. Estas últimas tendem a centrarem-se nos efeitos dos seus usos sobre a sexualidade. Essas análises afirmam que o discurso e os atos sexuais têm sido redefinidos pela institucionalização das conversas e dos atos sexuais virtuais, pois, de acordo com eles, a *net* conduz a uma re-significação das noções "escrever" e "ler" e tem a capacidade de criar novas definições de todo evento sexual, desde o *flirt* e o intercurso sexual às orgias.[7] Ao mesmo tempo, esses estudos consideram que tais espaços representam a possibilidade extrema de contatos sexuais "des-incorporados" e freqüentemente chegam à conclusão de que o uso desses *sites*, ao operar enquanto um substituto da sexualidade, conduz ao isolamento.

Nesse marco de discussões, a idéia sobre os *sites* voltados para viajantes à procura de sexo é que, longe de mostrarem um uso das novas instituições sexuais criadas pela tecnologia, eles reiteram formas masculinas "tradicionais"

---

3 "Paisagens sexuais: imagens do Brasil no marco do turismo sexual internacional", pesquisa financiada pelo CNPq e vinculada ao projeto temático Fapesp Gênero e corporalidades. Agradeço a colaboração das bolsistas do Pagu e, em particular, Aline Tavares, no levantamento do material. Agradeço também a contribuição de Ana Fonseca e os comentários de Mariza Corrêa, Iara Beleli, Monica Tarducci, Maria Filomena Gregori, Thadeus Blanchette, Patricia Diaz, Verena Stolcke, Virginia Maquieira, Teresa del Valle, Carmen Diez e Carmen Gregorio Gil.

4 PISCITELLI, A. Périplos Tropicais. In: Costa, A. *Homem, homens.* São Paulo, Editora 34, (no prelo); On Gringos and Natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism. *Vibrant* – Virtual Brazilian Anthropology, ano 1, 2004; Exotismo e autenticidade. Relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*, n. 19, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2002, p. 195-231.

5 Refiro-me a outros *sites* utilizados por esses viajantes tais como www.tsmtravel.com; www.pleasuretours.com.

6 QUAYLE, E. & TAYLOR, M. Child Pornography and the Internet: perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*. An interdisciplinary Journal, n. 23, 2002, p. 331-361; GAUNTLETT, D. Digital Sexualities: a guide to Internet resources. *Sexualities,* v. 2(3), 1999, p. 327-332; KIBBY, M. and COSTELLO, B. Between the image and the act: interactive sex entertainment on the Internet. *Sexualities,* v. 4(3), 2001, p. 353-369; SAMPAIO, A. & ARAGON, J. Filtered Feminisms, cybersex, E-commerce, and the Construction of Women's Bodies in Cyberspace. *Women's Studies Quarterly,* n. 3-4, 2001, p.126-147; CONSTABLE, N. Romance on a Global Stage. Pen pals, virtual ethnography, and "mail order" marriages. California, University of California Press, 2003; BRENNAN, D. Tourism in Transnational Places... Op. cit.

7 BISHOP, R. e ROBINSON, L. Traveller's Tails... Op. cit.

de imaginar, "experienciar" e representar a sexualidade. Nos termos de Bishop e Robinson, para os usuários dessas páginas da *web*, esse meio pós-moderno seria pouco mais do que um meio de globalizar, por meios eletrônicos, espaços reacionários de discurso sexual, como as paredes dos banheiros masculinos ou as festas de despedida de solteiros. Finalmente, segundo esses autores, tais *sites* refletiriam o isolamento e a alienação que caracterizam a aproximação de seus usuários à indústria do sexo e ao sexo em si mesmo.

A análise que apresento oferece elementos para dialogar com essas abordagens, referendando algumas dessas idéias e contestando outras (e faço isso ao longo do texto). No entanto, neste artigo, meu principal interesse é explorar como a análise dos *sites* destinados a esses viajantes contribui na compreensão da transnacionalização do mercado sexual. De maneira mais específica, interessa-me apreender aspectos vinculados às alterações na geografia do turismo sexual.

A literatura internacional sobre essa problemática permite perceber que a apreciação dos destinos escolhidos pelos viajantes à procura de sexo altera-se ao longo do tempo. Locais que há décadas são alvo desses turistas vêm perdendo valor. Considera-se que nas décadas de 1950 e 1960 as mulheres do Sudeste da Ásia e da Ásia oriental (regiões altamente visadas para o consumo de sexo a partir dessas décadas), representaram o ideal de mercadoria erótica, desejadas pela promiscuidade e passividade a elas atribuídas. No entanto, na virada do século, essas regiões teriam perdido "valor" no mercado transnacional de sexo. De acordo com a autora australiana Beverly Mullings[8], o turismo à procura de sexo, do mesmo modo que outros tipos de turismo, está marcado pela busca de experiências singulares que, concedendo um *plus* de valorização aos turistas, outorgue a esses viajantes uma certa distinção social, diferenciando-os dos turistas "massificados". Nesse sentido, alguns centros asiáticos, como Tailândia ou Filipinas, excessivamente popularizados, teriam chegado a um "ponto de saturação". Na medida que números crescentes de viajantes concorrem para consumir serviços sexuais nesses países, as paisagens sexuais tornar-se-iam menos autênticas, menos reais e, portanto, menos desejáveis.

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 os percur sos dos turistas à procura de sexo se voltam para outros cenários, habitados por "novos" seres apetecíveis para o consumo do sexo, ainda mais exóticos, ainda mais autênticos e, portanto, ainda mais eróticos. Nesse movimento, novas regiões alvo, na América do Sul, tor-

8 MULLINGS, B. Globalization, tourism, and the International Sex Trade. In: KEMPADOO, K. (ed.) *Sun, Sex and Gold, Tourism and Sex Work in the Caribbean*. Maryland, Rowman and Littlefield, 1999.

nam-se almejados destinos. E a inserção do Nordeste do Brasil nesses circuitos e, alguns anos depois, de Buenos Aires e outras cidades da Argentina, oferecem bons exemplos das alterações desses circuitos.

Tomando como referência o material analisado no *site*, meu principal argumento é que embora haja uma íntima relação entre turismo sexual e desigualdade, a pobreza, nem sequer quando é extrema, garante o "sucesso" de um novo centro de turismo sexual. No marco de certas condições econômicas, aspectos culturais que se expressam na imbricação entre traços étnico-regionais e estilos de sexualidade operam à maneira de atração para o surgimento de novos alvos. A alocação desses traços é construída em um marco no qual a recriação de códigos da sexualidade é orientada por uma "educação" coletiva, através da transmissão de códigos de conduta e saberes que, atravessados por gênero, traçam fronteiras etno-sexuais.[9] Trata-se de limites entre grupos, caracterizados pela intersecção e "interação" entre sexualidade e etnicidade. Essas fronteiras, que mostram a emergência de novos processos de racialização, são fundamentais na delimitação de novos espaços turísticos para o consumo de sexo.

Apresento, primeiro, as especificidades do espaço virtual analisado e uma caracterização de seus usuários. Descrevo, depois, as interações propiciadas pelo *site* e os códigos nele vigentes. Levando em conta as conceitualizações associadas a diferentes regiões, analiso posteriormente as características das fronteiras etno-sexuais traçadas. Finalmente, retomo meu argumento inicial, refletindo sobre como os processos de racialização que operam nesse espaço virtual participam nos deslocamentos na geografia mundial do turismo sexual.

O *world sex archives*

As pesquisas no ciberespaço vêm obtendo crescente legitimidade no âmbito da antropologia.[10] No entanto, as discussões presentes nessa disciplina mostram as inquietações suscitadas, sobretudo, pela idéia de uma "etnografia" em

9 NAGEL, J. *Race, ethnicity and sexuality. Intimate Intersections, Forbidden Frontiers*. New York, Oxford University Press, 2003.

10 ESCOBAR, A. Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture. (p. 211-233) e STRATHERN, M. "Comments on Welcome to Cyberia", Notes on the Anthropology of Cyberculture. (p. 211-233) *Current Anthropology,* v. 35, n. 3, june 1994; GUIMARÃES, M.J. O Cyberespaço enquanto Cenário para as Ciências Sociais. *Ilha, Revista de Antropologia,* Florianópolis, v. 2, n. 1, dez. de 2000, p. 139-155.

espaços virtuais. Esse debate trata de problemas éticos[11] e de diversas ordens de questões metodológicas.

Discute-se a dificuldade em obter dados sobre os parâmetros da população envolvida, as limitações colocadas pelas entrevistas *on-line*, as interpretações equivocadas às quais pode conduzir o fato de trabalhar exclusivamente em um meio textual.[12] No debate entram também considerações relativas à própria idéia de trabalho de campo e à conceitualização de etnografia, sobretudo no que se refere ao objetivo de desvendar um contexto, em toda sua complexidade, através de uma descrição densa.[13] Concordando com Escobar e com Guimarães Jr.[14] no que se refere a afirmar que o espaço virtual é uma das esferas constituintes das sociedades complexas, considero que se a idéia de uma etnografia desses lugares virtuais está aberta à discussão, é inegável que uma leitura antropológica desses espaços faz todo o sentido. Sobretudo, quando se considera que cabe à disciplina o papel de esboçar os mapas de significado vinculados às diferentes configurações sociais (sem perder de vista os processos de interação nelas existente) e levando em conta que o ciberespaço possibilita a formação de novas redes, com referenciais específicos.

Considerando essas discussões, esclareço que neste trabalho penso o âmbito do *site* à maneira de microcontexto no marco do qual são acionadas as conceitualizações de viajantes à procura de sexo sobre as diversas regiões do mundo. Todavia, este contexto não pode ser separado do processo amplo que torna possível a criação deste e outros *sites* voltados para oferecer informações a turistas sexuais: o crescente movimento de atravessar as fronteiras para oferecer ou consumir serviços sexuais.[15] A mídia eletrônica é constitutiva deste processo, assim como de outros vinculados à "nova ordem global".[16] Este fato torna a divisão virtual/real inteiramente artificial. Contudo, apreender o significado das conceitualizações acionadas no *site* exige articular este microcontexto com o processo do qual ele é uma materialização, um procedimento que requer situar este material em relação aos diversos aspectos desse processo.

---

11 CAVANAGH, A. Behaviour in Public?: Ethics in Online Ethnography. *Cybersociology,* issue six, 1999, www.cybersociology.com.

12 HAMMAN, R. The application of Ethnographic Methodology in the Study of Cybersex. *Cybersociology,* issue 1, 1997, www.cybersociology.com.

13 WITTEL, A. Ethnography on the Move: From Field Net to Internet. *Qualitative Social Research,* v. 1, n. 1, jan. 2000.

14 Idem, ibidem.

15 THORBEK, S. Prostitution in a Global Context... Op. cit.

16 APPADURAI, A. *Modernity at large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

As análises centradas nos turistas à procura de sexo mostram a heterogeneidade presente nesse universo de consumidores. Nessa literatura criaram-se diversas categorias para tratar das diferenças entre eles. As denominações concedidas aos diferentes "tipos" de viajantes a procura de sexo variam.[17] No entanto, há uma relativa convergência em assinalar que para alguns o turismo a procura de sexo alarga o leque de opções disponíveis em termos de relacionamentos estáveis e perpassados por sentimentos, enquanto para outros, esse tipo de turismo possibilita inúmeras experiências sexuais com custos relativamente baixos em termos internacionais.[18] Levando em conta as dimensões traçadas por Luiz Fernando Dias Duarte[19] na configuração da sexualidade moderna, esses viajantes parecem corporificar uma expressão aguda do hedonismo, procurando um prazer inteiramente desvinculado de investimentos afetivos.

Precisamente os viajantes que correspondem a essa última categoria são os principais usuários do *site* analisado. Friso este ponto, impossível de apreender através de um estudo exclusivamente centrado nessas páginas *web*, sublinhando a importância de não generalizar as observações sobre esses usuários a todos os turistas à procura de sexo. Os usuários do *site* constituem um tipo particular, extremo, entre esses viajantes. Contudo, eles são relevantes no alargamento e na modificação dos circuitos de turismo sexual internacional (e, neste sentido, é importante considerar o singular efeito amplificador da *web*).

A recorrência de mensagens dos mesmos usuários sugere uma relação quase obsessiva com a temática dessas viagens. Eles são ávidos consumidores de informação que possibilite ampliar o leque de experiências sexuais tingidas por marcas étnicas. Alguns fazem esforços "científicos" com o objetivo de acumular informação.[20] Sem dúvida, eles não constituem uma comunidade no

17 DAVIDSON, J.O'C. Sex Tourism in Cuba. *Race and Class* (38)1, 1996; SILVA, A.P. e BLANCHETTE, T.G. Prostituição e namoros internacionais em Copacabana. *Anales del I Congreso Latinoamericano de Antropología*, Universidad Nacional de Rosario, Argentina (CD), 2005.

18 PISCITELLI, A. Periplos Tropicais. Op. cit.; e On Gringos and Natives... Op. cit., Seabruck, Jeremy. *Travels in the skin trade. Tourism and the Sex Industry.* Londres, Pluto Press, 2001 [1996].

19 DIAS DUARTE, L.F. A sexualidade nas ciências sociais. Leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M.F. e CARRARA, S. (Orgs.) *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

20 Em agosto de 2003 recebi alguns *e-mails*, em inglês, solicitando ampliação de informações por parte de um leitor de algum texto que escrevi sobre turismo sexual, em Fortaleza. Achei estranho o nome do usuário que aparecia na tela, *bom boa* e o estilo de apresentação na solicitação de informação. Respondendo minhas perguntas, meu correspondente declarou ter achado meu texto no departamento de estudos brasileiros de uma universidade estadunidense e estar trabalhando em uma pesquisa sobre o assunto. Na medida em que fui avançando na pesquisa do *site* fui percebendo que o nome desse usuário aparecia nas linhas de discussão do Brasil. E, finalmente, quando achei o endereço eletrônico do usuário em um *mail* no *site* e o comparei com o registrado em meu computador me dei conta de que, de fato, *bom boa*, um ativo *monger,* estava lendo bibliografia acadêmica sobre os novos espaços que desejava "experienciar" e,

sentido tradicionalmente acordado a esse termo no âmbito da antropologia, isto é, conformações de agentes que compartilham uma origem, uma localidade com limites geográficos estabelecidos, vinculados por relações que envolvem circuitos de reciprocidade. No entanto, apesar de sua heterogeneidade e de sua localização dispersa, esses viajantes compartilham características distintivas em função das quais estabelecem certo tipo de trocas.

O *site* considerado apresenta na página inicial uma ampla imagem com os rostos superpostos de umas 15 mulheres das mais diversas características, anunciando assim a diversidade étnica e racial presente no material nele veiculado. Clicando os rostos aparece o nome dos países cobertos pela página *web*. O *site* é apresentado como um espaço destinado à discussão de acompanhantes do mundo todo, mas se esclarece sua diferença em relação a outros espaços virtuais voltados para o sexo, seja daqueles destinados à pornografia ou dos que promovem sexo com menores de idade (suas regras proíbem veicular material referente a mulheres com idade inferior a 18 anos). A singularidade do *site* consiste em fornecer informações sobre prostituição e turismo sexual, particularmente útil para viajantes. O *preview*, além de apresentá-lo como o banco de dados interativo sobre "viagens adultas" mais amplo da Internet, oferece informações que aludem às preferências dos turistas sexuais. Sexo barato é um dos aspectos aos quais se refere; outro é a disponibilidade de mulheres que não são necessariamente prostitutas profissionais.

No WSA as viagens a "outras" partes do mundo são promovidas contrastando os estilos de feminilidade e sexualidade de mulheres dessas regiões com as feminilidades ocidentais:

> As mulheres nos países ocidentais são umas vagabundas mimadas. Elas obtêm demais e dão de menos. Sabem que podem tratar seus homens como merda. Você sabe por que uma mulher sorri no dia do casamento? Ela sabe que não vai ter que chupar.[21]
>
> Sinopse dos Arquivos Mundiais do Sexo

ainda, entrando em contato com pesquisadores, como eu, para o melhor aproveitamento dessas experiências.

21 *Women in western countries are spoiled bitches. They get far too much and give too little. They know they can treat their men like shit. Do you know why a woman smiles on her Wedding day? She knows she will not have to give blowjobs. World Sex Archives preview.*

Essa comparação, na qual as nativas do Sul aparecem dotadas de uma espécie de inocência natural, passível de ser corrompida pelo exemplo das primeiras, é recorrentemente replicada nas mensagens trocadas no *site*. Inserindo-se na lógica presente não apenas no mundo da prostituição, mas, sobretudo, na que perpassa os universos turísticos e é característica do turismo sexual, essa página *web* realiza um verdadeiro apelo à criação de novos espaços para os viajantes à procura de sexo. Solicita-se aos assinantes contribuições no sentido de enviarem informações sobre áreas ainda não "descobertas" e, portanto, ainda não incluídas nas correspondências. E os assinantes se esforçam em responder a esse apelo.

O WSA está constituído por diversos espaços: uma área de mensagens, onde os *e-mails* são listados em ordem cronológica, sem nenhuma separação por país ou tema, uma área de fotografias, organizada de acordo com o mesmo critério, outra que aglutina os arquivos completos organizados por país, uma área de *chat* e uma área destinada ao calendário de eventos mensais. Neste último são anunciadas festas, com acompanhantes, em diversos lugares do mundo e as datas nas quais os assinantes estarão viajando por lugares determinados, oferecendo a eles a oportunidade de se encontrarem e saírem juntos. A área de arquivos completos organizados por país exibe as mesmas mensagens e fotografias que aparecem em outras áreas, aqui agrupadas tematicamente por países que, por sua vez, são organizados em continentes. Esta é a área na qual se concentrou o levantamento do material.

Colhi material relativo a vários desses países seguindo certos critérios. Orientada pelo interesse em compreender como certas regiões pobres do mundo atraem turistas à procura de sexo em quanto outras também pobres e relativamente próximas não o fazem, e preocupada por compreender a dinâmica de circulação desses viajantes, colhi e analisei de maneira extensiva o material (texto e fotografias) relativo a diversos países da América do Sul.

Esclareço que as fotografias são aspectos importantes nas trocas de mensagens. Os usuários que as conseguem parecem obter um *plus* de valorização no *site*. Muitos tentam negociar conjuntamente o preço do encontro sexual e o direito a fotografar as garotas. As imagens presentes nos arquivos por país sugerem especificidades no que se refere a estilos de corporalidade. As fotografias das africanas freqüentemente as retratam inteiramente vestidas ou com trajes étnicos, e exibindo posturas corporais não erotizadas. As asiáticas são mostradas vestidas, com roupas ocidentais, seminuas ou sem roupas, sorridentes, exibindo gestos às vezes "etnicizados", tais como as mãos, palma contra palma, grudadas ao peito. Ao contrário, as mulheres de América do Sul e do Caribe são apre-

sentadas em posturas corporais extremamente sexualizadas. A elas cabe exibir os genitais e/ou serem mostradas em situações explícitas de relacionamentos sexuais ou masturbação. Esse tipo de imagens está vinculado particularmente aos países nos quais as mulheres são percebidas como singularmente "quentes" tais como o Brasil, ou nos quais o sexo é considerado mais banal e barato, como Republica Dominicana e o Paraguai, no qual há uma verdadeira coleção de fotografias "ginecológicas", com a explicação adicional de que as mulheres desse país adoram posar (dessa maneira) para as câmaras. Observo que, por razões éticas, não reproduzo nenhuma das fotografias. Elas mostram abertamente o rosto das garotas, enquanto as feições dos viajantes que estão com elas estão borradas.

É importante observar que América do Sul concentra 20% das mensagens que circulam no *site* sobre as regiões pobres do mundo.[22] Apenas 1% dessas mensagens se refere à África, 28% à América Central e ao Caribe e 51% à Ásia. Contudo, é importante levar em conta que Ásia é um continente no qual o turismo sexual tem uma história de várias décadas, enquanto na América do Sul é detectado, sobretudo, a partir da década de 1990.

No âmbito dessa região, escolhi países que apresentam certas especificidades. Alguns, por serem considerados já espaços "tradicionais" de atração na região, como Brasil e Colômbia. Outros, como Argentina, tidos como novíssimos lugares apetecíveis para o consumo do sexo. Finalmente outros, como Bolívia, por serem considerados os destinos menos atraentes na região. A coleta incluiu a leitura de mensagens disponíveis no *site* entre novembro de 2003 e agosto de 2005. A popularidade de certos países torna-se evidente considerando o volume de material sobre eles. No período analisado, a troca de correspondência sobre Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai não superou as 122 mensagens, respectivamente. O material sobre Argentina foi dez vezes maior. O material sobre Colômbia quadruplicou o volume das trocas de mensagens sobre Argentina e o material sobre Brasil praticamente quadruplicou aquele sobre Colômbia. O volume diferenciado de material foi utilizado à maneira de indício inicial para explorar os aspectos vinculados à geografia mutante do turismo sexual.

22 Essa página *web* inclui mensagens, em número infinitamente menor, sobre consumo de sexo em países da Europa e América do Norte. Essas regiões não foram incluídas neste cálculo, realizado na base do total de mensagens trocadas sobre cada um dos países de América Central, do Sul e Caribe, África e Ásia.

País	N° de linhas de conversação/tópicos	N° de mensagens integradas nos tópicos
Brasil	1.912	22.339
Argentina	164	1223
Bolívia	5	22
Chile	12	62
Colômbia	439	4.780
Equador	22	122
Guiana	2	16
Paraguai	7	121
Peru	41	362
Uruguai	5	25
Venezuela	38	362
Total	2.647	29.434

América do Sul: Linhas de conversação e mensagens
Fonte: www.worldsexarchives.com, contagem realizada em julho de 2005

A análise foi realizada contrastando o material desses países entre si e criando uma perspectiva comparativa mais ampla mediante a leitura de material referente aos dois países mais "populares" do Caribe, República Dominicana e Cuba, e a países que estão entre os mais e menos visados, na Ásia e África: Tailândia, Mongólia e Sri-Lanka; Quênia e Tanzânia.

Mongers

O WSA não fornece informações sobre seus assinantes. Nas mensagens, há poucas referências à renda e à profissão. No entanto, alguns declaram a idade, outros a nacionalidade. Apresentam-se como homens na casa dos 20, 30, 40, 50 anos; geralmente originários dos países do Norte, embora entre eles também há pessoas nativas dos países do Sul, peruanos, brasileiros, argentinos, cubanos, há muito tempo residentes no Norte e de países que, embora europeus, estão longe

de poderem ser considerados ricos, tais como a Romênia. Consideram-se como viajantes em férias; viajantes de negócios que esticam por alguns dias as viagens para poder engajar-se no que denominam de "ação", ou *expatriates* residentes em países do Sul. Eles fazem freqüentes alusões à diversidade de relacionamentos nos quais estão envolvidos. Apresentam-se como solteiros recalcitrantes, noivos, viúvos recentes ou casados. Estes últimos expressam a consciência de manter uma "dupla vida", atualizando, em alguma medida e em escala internacional, os relacionamentos que, no passado, os homens tinham com amantes.

O grau de beleza auto-atribuída desses usuários é diferenciado. Alguns usuários parecem sentir orgulho de um tipo de corporalidade que viabiliza a obtenção de mulheres também nos lugares de origem. Outros consideram serem velhos, gordos, mas contam com a certeza de obter satisfação sexual nos países que visitam. O conjunto de mensagens sugere distinções que atravessam o universo dos freqüentadores do *site*, mas a "identidade" criada através do objetivo comum partilhado por esses viajantes parece obscurecer as diferenciações entre eles. A diferença mais marcante é traçada entre viajantes experientes e novos, na medida em que esta distinção é considerada substantiva em termos das possibilidades de usufruir o consumo do sexo. Compartilhando um interesse comum, o consumo de sexo corporificado em "outras" mulheres, os freqüentadores do *site* compartilham também uma linguagem diferenciada.

O idioma utilizado é o inglês (embora ocasionalmente aparecem mensagens em outras línguas, acompanhadas de tradução). Os *e-mails* revelam graus diferentes de domínio da língua que podem ser atribuídos à escolaridade diferenciada, mas, também, à origem diversa dos freqüentadores. Nesse marco, eles se comunicam utilizando uma terminologia específica, relativamente hermética e dinâmica. O termo *mongers* com o qual se autodenominam é uma expressão dessa linguagem. Na língua inglesa o termo adquire sentido apenas acompanhando outras palavras. A parte implícita no uso atribuída ao termo no *site* poderia ser sexo ou prostitutas *(sex/whore) mongers*.

Os usuários utilizam essa linguagem para referir-se a uma diversidade de tópicos: às mulheres, aludindo ao grau de profissionalização e à disponibilidade para passar bastante tempo com os viajantes entabulando relacionamentos à maneira de namorados (*girl friend experience)* e, inclusive, viajar com eles, no país de origem ou para o exterior; às práticas sexuais, BB, BJ e BBBJ são siglas que aludem ao *bareback,* prática de manter relações sexuais sem camisinha, ao *blow job,* ao sexo oral e ao *bare back blow job,* ao sexo oral sem camisinha.

Esses usuários criam corredores através do mundo nos quais circulam (e se encontram), estabelecem trocas e realizam favores mútuos. O WSA mostra o estabelecimento de interações masculinas que ultrapassam o espaço virtual e a viabilização de contatos sexuais/corporais, materiais, ou, utilizando a linguagem de aqueles que contrapõem o mundo virtual ao "real", interações nas quais o "virtual" faz parte do "real". As interações masculinas fora do *site* costumam ter lugar no marco de encontros marcados através da área "calendário de eventos", ou, simplesmente, através da correspondência. O intercâmbio de números de telefones celulares, endereços privados e *e-mails* com estes objetivos são freqüentes. Expatriados que moram em determinadas regiões reservam hotéis, alugam apartamentos, ocasionalmente quartos, e acompanham aos bordéis e zonas "quentes" os freqüentadores dos *sites* com escasso conhecimento das áreas a serem visitadas.

Para os usuários, o *site* estabelece laços entre "libertinos assumidos" que se sentem orgulhosos de suas atividades. Conectando *mongers* que, antes de participar nele se sentiam isolados e até perversos, o *site* opera à maneira de espaço de legitimação coletiva do interesse pelo consumo do sexo através das fronteiras:

> Até dois anos atrás, sempre achei mongering um mal necessário. Sempre foi uma atividade que eu tinha que gozar sozinho, sobre a qual eu não podia falar. Outros caras falavam de futebol ou de carros, eu pensava em xoxotas. Entrei nesta quando fiz minha primeira viajem ao Rio. Mudei dramaticamente ao saber que há um lugar no mundo com provavelmente dezenas de milhares de belas trabalhadoras e milhares de mongers como eu.[23]
>
> Ground Zero,14/12/2002,
> Linha de conversação: Há vida além do Rio/Brasil?

Nesse espaço, o tom geral das conversas tende a ser cordial, amigável e polido. Os usuários se ajudam trocando informações sobre todo tipo de aspectos que possam facilitar a "ação", inclusive traduzindo termos chaves para as línguas dos locais a serem visitados. Ocasionalmente eles se irritam uns com os outros, quando sentem que informações "importantes" são sonegadas, ou quando alguém mostra recorrentes dificuldades para incorporar os ensinamentos oferecidos no *site* que, convertido

23 *Until two years ago I always viewed mongering as a necessary evil. It was always an activity I had to enjoy alone, that I could not talk about. Other guys would talk about football or cars, I would be thinking of pussy. I joined this board at the same time I took my first Rio trip. I have changed dramatically knowing there is a place in the world with probably tens of thousands of beautiful working girls and thousands of fellow mongers like me. Is there life after Rio/Brazil?* (Consultado em 18/05/2004.)

em um espaço de "socialização", viabiliza a transmissão de "saberes" em termos de práticas sexuais, de etiqueta e estilos de comportamento e de atributos alocados às mulheres. Esse trabalho de construção e transmissão de saberes é perceptível nos esforços coletivos por ensinar os freqüentadores inexperientes.

A heterossexualidade do *site* é marcada nos *e-mails*, nos quais há clara rejeição aos travestis, chamados de *transtesticles,* impostores ou *ladyboys*. O consumo de sexo heterossexual oferecido por mulheres de "outros" lugares é considerado uma atividade que, vinculada à masculinidade, a reforça. Quando os *mongers* se deparam com mulheres do Primeiro Mundo engajadas abertamente nesse tipo de atividade parecem sentir-se atordoados. É o caso de um turista sexual circulando por Quênia.

> Vi uma coisa interessante na Praia Diani, ao sul de Mombassa, no litoral. Vi duas mulheres européias abonadas (uma era Linda de morrer) com prostitutas – altos Masai vestidos com seus trajes tradicionais. Se eu tivesse minha câmera teria tirado uma fotografia delas e a exibiria aqui. Eu já tinha lido sobre isso antes, mas foi a primeira vez que o vi na vida real.[24]
>
> Gordon, 12/01/2001, Linha de conversação: Kenya: Nairobi

E manifestam ceticismo em relação à distinção que se estabelece entre o consumo de sexo realizado pelas mulheres "ocidentais", tido como próximo do romance, e o que eles próprios procuram. Descrevendo e censurando a atitude de uma canadense branca em Cuba um usuário comenta:

> Ela estava passada da idade, provavelmente quarenta e muitos. Ele tem trinta e tantos. Ela tratava meu amigo cubano como um bichinho de estimação, ainda que ele fosse muito mais inteligente e educado do que ela. Falava com ele de cima, dizia que não gostava de foder com ele, negava sexo, jogava os jogos cabeça a que estamos tão acostumados. Achava que eu e os outros turistas éramos ralé e dizia isso a todos os cubanos. Parece

24 *I saw something interesting in Diani Beach south of Mombasa on the coast. I saw two upmarket European women (one was drop dead gorgeous) with male prostitutes – tall black Masai men dressed up in their traditional garments. If I had had my camera with me I would have taken a picture of them and posted it here. I had read about this before, but it was the first time I have actually seen it in real life.* (Consultado em julho/2005.)

> que, quando uma mulher vai a Cuba e fode com um homem mais jovem, são férias românticas, mas, quando um homem vai a Cuba e fode com as-mulheres cubanas, somos "turistas sexuais" as "piores pessoas da sociedade, de que os outros canadenses têm vergonha" (palavras dela).[25]
>
> OhCanada, 04/10/1999, linha de conversação:
> As Dez Melhores Razões Porque as Mulheres Cubanas
> são melhores que as Canadenses (ou Americanas)!!

A construção desse estilo de masculinidade requer a inferiorização não apenas das mulheres, mas a constituição de uma superioridade considerada "ocidental" em relação às masculinidades "nativas", que se expressa através da comparação entre diferentes aspectos. No que se refere aos nativos da África, o ponto de comparação são as práticas sexuais tidas como mais sofisticadas entre os ocidentais e mais "básicas", entre os homens locais. Em termos dos asiáticos, essa superioridade se expressa no tamanho do pênis e no grau depotência e exigência sexuais.

> A maioria dos fregueses nesses lugares é de malaios chineses ou de Singapura. A maioria das meninas prefere os chineses aos locais: eles têm picas menores e as fazem trabalhar menos (trabalho quer dizer "foda" em Hat Yai!). E dão gorjetas maiores.[26]
>
> Loso, 28/03/2005, Linha de conversação:
> Informação sobre Hat Yai & Songkhia/Tailândia

A cor branca, predominante no espaço do *site*, é muitas vezes utilizada como sinônimo de "ocidental". Trata-se de um aspecto marcado, sobretudo, quando se trata dos poucos usuários que se apresentam como negros. Essa cor é inegavelmente considerada como atributo vinculado à superioridade desses viajantes sobre as populações nativas e/ou sobre viajantes e clientes não "ocidentais".

---

25 *She was past her time, probably lade 40s. He is in his 30s. She treated my Cuban friend like a pet even though he was far more intelligent and more educated than her. She talked down to him, told him she did not like fucking him, held off with sex, played the usual head games we are so used to. She considered myself and the other male tourists to be scum and told all Cubans this. Seems when a female goes to Cuba and fucks a younger man it is a romantic vacation, but when a man goes to Cuba and fucks Cuban women we are "sex tourists" and the "worse people in society that all other Canadians are ashamed of" (her words).* (Consultado em 10/08/2004.)

26 *Most of the customers in these places are Chinese Malaysians or Singaporeans. Most of the girls prefer Chinese to farangs: they have smaller dicks, make them work less (work means "fuck" in Hat Yai!) and give bigger tips.* (Consultado em agosto/2005.)

Trocas

O intercâmbio de mensagens trata de questões de interesse comum a todos os turistas. Os *mongers* discutem o preço e a qualidade de hotéis; a obtenção de passagens econômicas, a qualidade dos restaurantes e a "autenticidade" da comida. Essas trocas incluem seqüências de imagens com caráter "cultural", como séries sobre os desfiles de carnaval em São Paulo que quase não incluem mulheres despidas, ou comentários sobre filmes.

Os *e-mails* relevam um enorme interesse por questões associadas às leis vinculadas à prostituição, sobretudo envolvendo menores de idade, nos diferentes países. A idade legal do consentimento é um item da maior relevância, recorrentemente registrado nos "guias" de viagem que esses turistas elaboram sobre os distintos países. Ocasionalmente, as discussões em torno das leis envolvem critérios morais:

> De qualquer maneira, caras, mesmo que a idade do consentimento fosse 5, acho que é imoral fazer sexo por dinheiro com uma menina de menos de 18… pela simples razão que uma menina abaixo de certa idade não é capaz de decidir livremente se ela quer fazer sexo com você...[27]
>
> Chico, 14/07/2003, Linha de conversação Asuncion/ Paraguay.

No entanto, as preocupações sobre o estatuto legal da prostituição, a globalização das leis e os tratados internacionais envolvendo os diversos países, tendem a ser apenas mais um aspecto do interesse por garantir a segurança pessoal e pela avaliação da disponibilidade de garotas. As intermináveis discussões sobre o estado da repressão ao *jineterismo* em Cuba e sobre a exigência das garotas portarem os documentos de identidade dão uma idéia desse interesse. Os intercâmbios de mensagens relativos à última CPI do turismo sexual em Fortaleza também mostram essa preocupação:

27 *Anyway guys, even if the legal age of consent would be 5, I think that it is immoral to have money-sex with a girl under 18... for the simple reason that a girl under a certain age is not able to decide in a free way if she wants to have sex with you…* (Consultado em 15/06/2004.)

> A Polícia Federal recentemente completou uma investigação exaustiva da prostituição em Fortaleza, gravando vídeos de todos os estrangeiros que chegavam ao aeroporto, mandando agentes disfarçados a casas de massagens e apartamentos, entrevistando garotas de programa, e escrevendo um relatório detalhado que foi posto à disposição da mídia. A maior parte dele enfocava a declaração de Lula no sentido de acabar com a prostituição infantil. Mas o alvo são definitivamente os donos do Café del Mar, África, etc., a despeito de que controlem as meninas.[28]
>
> By bom boa on Sunday, June 15, 2003
> Linha de conversação: Espera-se Grande Estouro em Fortaleza

No *site*, ocasionalmente, *mongers* nativos esclarecem sobre os perigos, vinculados à violência, a que os *gringos* se expõem nos países visitados, particularmente quando transitam por lugares de prostituição de baixo preço. Além da preocupação pela segurança, os *e-mails* mostram, também, o interesse pela situação política e econômica dos diversos países. Esses freqüentadores realizam uma íntima associação entre pobreza, escassez de recursos e oferta de mulheres. Os usuários prestam particular atenção à pobreza recente, e à sua incidência na integração das mulheres no mercado do sexo. Assim, os países que acabam de ser afetados por problemas econômicos se tornam objeto de especial interesse.

> Li que Montevidéu e o Uruguai sofrem com a quebra da Argentina. Muitas oportunidades lá.[29]
>
> Bigjeff, linha de conversação
> Uruguay/Montevideo em 07/05/2002

Neste sentido, é importante observar que no início de 2002, quando a crise econômica na Argentina se tornou mais aguda, esse país converteu-se abruptamente em "receptor" de um número crescente de turistas à procura de sexo.

---

28 *Federal Police recently completed a thorough investigation of prostitution in Fortaleza, video-taping all foreigners arriving at the airport, sending in undercover agents to massage parlors and flats, interviewing garotas de programa, and writing a detailed report that has recently been made available to the media. Most of it was focused on Lula's declaration to stop child prostitution. But the heat is definitely on the owners of Café del Mar, Africa, etc., regardless of the fact that they card the girls. Expect Major Fortaleza Crackdown.*

29 *I read Montevideo and Uruguay are hurting from the Argentina crash. Many opportunities there.* (Consultado em 15/06/2004.)

No final da década de 1990, os jornais argentinos tratavam do turismo sexual como um fenômeno inteiramente externo. Em 2003, veiculavam notícias mostrando o alarme provocado pela presença de turistas à procura de sexo no país.[30] Prova da integração da Argentina nos circuitos mundiais de turismo sexual é sua incorporação, a partir desse período, nos *sites* da *web* destinados a difundir informações para os viajantes à procura de sexo (inexistentes no ano 2000). Nesses espaços virtuais, nos quais o país é considerado um novíssimo destino na América Latina, a disponibilidade das argentinas para esse tipo de turismo está abertamente associada à crise econômica.

A pobreza vinculada às desigualdades regionais internas a cada país é registrada pelos viajantes mais experientes. No caso do Brasil, os usuários mais familiarizados com o país detectam a rejeição aos estrangeiros, percebidos como inferiores por parte de mulheres bem posicionadas na escala de classes das cidades mais ricas.

> Recomendo que você visite São Paulo… Uma coisa importante a considerar: as melhores danceterias não-profissionais em Sampa estão tipicamente cheias de meninas de classe média e alta. Para essas meninas, classe é importante. Em outras palavras, mesmo se você for boa pinta, mas parecer não pertencer à classe delas, elas o ignorarão. Turistas também fazem parte dessa categoria não desejada.[31]
>
> Linha de conversação: Paulsobe # no Carnaval de 2003 em São Paulo/Brasil, 02/03/2003

Neste marco, no Brasil, o Nordeste, surge como destino a ser privilegiado. Instando um jovem usuário a trocar Curitiba pelo Nordeste do Brasil, um freqüentador experiente aconselha.

> Suas expectativas eram altas demais, louras são caçadas no Brasil pela elite rica, e muito procuradas em geral. Pegar uma loira não profissional, de

30 Ver: CAPARRÓS, M. Viajando se conoce gente. El turismo sexual: una costumbre de fin de siglo. *Revista del Clarín*, junio de 2000; DELGADO, D. Los turistas buscan sexo en Buenos Aires. Qué ciudad acogedora. *TXT*, año 1, n. 47, Buenos Aires, 06/02/2004; El turismo sexual y sus falsas promesas para marear a chicas pobres. *Clarín*, 16/02/2004.

31 *I recommend that you visit São Paulo… One important thing to consider: the top non-pro dance clubs in Sampa are typically filled with middle to upper class girls only. For these girls CLASS matters. In other words, even if you are a good looking guy but seem like you don't belong to their "class", they will ignore you, Tourists fall into this non-wanted category as well.* (Consultado em 18/05/2004.)

> Curitiba, especialmente com pouco conhecimento do Brasil, não é fácil. Para uma experiência de namoro (GFE) de longo prazo, aposta melhor teria sido o Nordeste, onde as meninas são pobres, acostumadas a ficar com *gringos* com quem mal podem se comunicar, e que não fazem muito mais durante o dia do que programas, mas é claro que essas meninas tendem a ser mais mulatas e morenas. Sugiro que você vá para o Nordeste… você anda procurando no lugar errado…[32]
>
> Linha de conversação: *Paulsobe# no Carnaval de 2003 em São Paulo, Brazil,* 02/03/2003

Os itens básicos tratados no intercâmbio de correspondência virtual arquivada no *site* referem-se aos procedimentos necessários e aos lugares apropriados para procurar mulheres que oferecem serviços sexuais em diferentes cidades e países, com a melhor relação entre "custo e serviço". No entanto, um fator relevante para a escolha de lugares, que se soma aos cálculos dos lugares nos quais dólares e euros rendem é a excitação suscitada pela abertura de "novos mercados".

Lugares muito conhecidos como o Rio de Janeiro, que concentra a maior parte da informação sobre o Brasil, são positivamente avaliados em termos do tempo e energia que a profusão de informação e de mulheres profissionalizadas possibilita. Outras regiões, pouco exploradas, parecem fascinar pelo caráter desbravador e aventureiro que visitá-las imprime à viagem. Seguindo uma lógica na qual se insere a rejeição dos lugares com excesso de gringos *(over gringofied),* e se valorizam aqueles lugares freqüentados apenas por habitantes locais, no *site,* certas regiões da África aparecem como oferecendo a possibilidade de experimentar o grau extremo de aventuras.

> Completamente fora dos caminhos usuais. Você pode ir ao Distrito de Samburu, a aldeias como Larata B, Ndyondo Wasin, Ngilai. Essas aldeias ficam longe das estradas principais e o povo de Samburu continua com seu modo de vida tradicional… As mulheres lá andam quase sempre nuas da cintura para cima e você vê seus peitos suados. Não sentem qualquer

32 *Your expectations were too high, blondes are hunted in Brazil by the rich elite, and quite sought after in general. Picking a non-pro loira from Curitiba, especially with little Brazil knowledge, is not easy. For a lon term GFE a better bet may have been the Northeast where the girls are poor, used to hanging out with gringos they can barely communicate with, and don't do much during the day other than do programs, but of course these girls tend to be mulatas and morenas. I suggest you relocate to the Northeast… you are looking in the wrong places…* (Consultado em 18/05/2004.)

> vergonha, pois é seu traje tradicional… As meninas podem pedir quase qualquer coisa: um sabonete, mel, espelho. O uso de dinheiro é meio limitado ali. Se você quiser casar com uma mulher – nada é mais fácil. Você precisa comprar 10 vacas, para o dote… Ainda mais fora dos caminhos usuais. Você pode ir para a Tribo Gabgra… Suas meninas têm a pele mais clara que em Samburu e o dote é menor – apenas 3 camelos.[33]
>
> Blackion, 02/12/2004, Linha de conversação:
> *Um Guia para a Cena do Sexo no Quênia 4ª. edição*

No que se refere ao Brasil, esse espírito desbravador aparece associado, sobretudo, ao Nordeste. Referindo-se a Fortaleza, um usuário comenta:

> Me arrepio só de pensar no talho que você vai abrir nesse território quase virgem.[34]
>
> *mangomam,* 13/12/2002, linha *"etiqueta BBBJ"/Brasil*

Os *mongers* mais experientes circulam mapas das diversas cidades. Buenos Aires, em seu recente *boom* tem sido objeto de roteiros minuciosos. Os circuitos de prostituição de Bangkok são reproduzidos à exaustão. Há listas intermináveis de saunas, casas de massagem, boates de *strip tease*, agências de *escorts*. Os lugares são descritos em detalhe, assim como os diversos procedimentos necessários para chegar a eles, as modalidades de prostituição com melhor relação custo benefício segundo o local e os passos a seguir para obter uma garota.

O intercâmbio de *e-mails* possibilita traçar o percurso que os freqüentadores afirmam realizar por diversas cidades do circuito global de turismo sexual, dando, também, uma idéia das regiões preferidas. As mensagens que adquirem, às vezes, formas análogas a guias de viagem, e, ocasionalmente, replicam diários de viagem, relatando as atividades e emoções dos autores, dia após dia, sugerem uma circulação

33 *Completely off the beaten track. You may go to Samburu District to such villages as Larata B, Ndyondo Wasin, Ngilai. These villages are far from the main roads and Samburu people over there continue their tradition al way of living… The ladies there go almost always naked from waist up and you will see their sweaty boobs. They don't feel any shyness, as it's their traditional garments… The girls can ask you about anything: piece of soap, honey, mirror. The use of money is somewhat limited around there. If you would like to marry a lady there – nothing is easier. You need to buy 10 cows, which is for the dowry… Ultimately out of the beaten track. You may go to Gabgra Tribe… Their girls have lighter skin than Samburu and the dowry is smaller – only 3 camels. A Guide to Sex Scene in Kenya, 4th edition.* (Consultado em julho, 2005.)

34 *I shudder to think of the swath you would cut in that nearly untouched virgin territory. "BBBJ etiquette"/Brazil.* (Consultado em 18/05/2004)

impressionante entre os mais diversos países. Freqüentadores que estão na América do Sul partem para África, Ásia, Oriente Médio. E, no que se refere à América do Sul, mostram o repetido trânsito por diversos países. Os mesmos viajantes circulam por Chile, Argentina, Brasil. Aliás, a integração da Argentina no circuito mundial de turismo sexual sugere uma circulação de viajantes à procura de sexo, análoga à realizada pelas prostitutas estrangeiras, no início do século XX, nas narrativas sobre o tráfico sexual nesse período.[35] Assim, nos relatos de viagem desses turistas sexuais, Rio de Janeiro e Buenos Aires aparecem novamente interligadas no contexto da prostituição.

Nesse intercâmbio de informações é possível perceber como diversos fatores se integram nas delimitações relevantes em termos da escolha de países, regiões e locais a serem visitados pelos viajantes. As práticas sexuais possíveis de serem realizadas em certas regiões fazem parte desse conjunto de fatores.

Transgressões

No *site*, ocasionalmente, alguns usuários assumem a preferência por fetiches específicos. Outros afirmam utilizar brinquedos, como *dildos*, para brincar com as mulheres nativas que não têm costume de incorporar esses artefatos (e expressam certo orgulho por seu papel de "iniciadores"). Vários afirmam gostar de elementos bizarros/*kinky,* ou de práticas consideradas levemente *sado*. No entanto, o conjunto dos *e-mails* analisados mostra o predomínio de práticas sexuais, "universalmente" apreciadas. A habilidade na realização de sexo oral e a disposição para o sexo anal fazem parte do que alguns daqueles que afirmam transitar pela América do Sul denominam *uma completa.* Essas práticas são valorizadas precisamente por serem consideradas resistidas pelas mulheres "ocidentais". Descrevendo, no item "Analmania" o relacionamento sexual com uma cubana e comparando as nativas desse país com as canadenses um usuário afirma:

> Nada dessa merda canadense de "Meu esfíncter é um templo sagrado" dito pelas mocinhas do norte.[36]
>
> Claudiusjb, 25/07/2002, linha de conversação*:*
> *Havana July 2002: Buns 'R Us, Cuba*

35 PEREIRA, C.S. *Fazer a vida na América do Sul*: prostitutas e as histórias de tráfico de mulheres entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. Projeto de pós-doutorado, 2003.

36 *None of this Canadian "My sphincter is a sacred temple" crap uttered by the northern lassies.* (Consultado em 13/08/2004.)

Para alguns freqüentadores, o sexo sem camisinha, possibilidade aberta em certos lugares, geralmente os mais pobres, aparece como central fator de atração. Nesse sentido, e levantando reflexões sobre os efeitos das campanhas de saúde voltadas, sobretudo, para as trabalhadoras do sexo, Brasil e Argentina são considerados países difíceis.

> Não gostei demais das prostitutas no Brasil porque em geral estavam obcecadas com a questão do preservativo.
>
> Sim, o Paraguai é barato. Assunção foi avaliada como a capital mais barata do mundo no último junho. Outra grande vantagem para mim é que é relativamente fácil persuadir as prostitutas a fazer sexo "em pelo" [sem camisinha] (muito mais fácil do que no Brasil ou na Argentina).[37]
>
> Yptoor 05/05/2003; 20/10/2003, Linha de conversação:
> *Guide Asuncion with 20 pics/Asuncion/Paraguay*

Isto não quer dizer que a AIDS não constitua uma preocupação no *site*. Contudo, mesmo os *mongers* preocupados com ela aconselham não exagerar. O uso do preservativo é considerado fundamental para qualquer penetração, mas a tendência geral é, além de considerar que o sexo oral não é tão perigoso, entender que certos riscos fazem parte do *sport*.

> Prezados senhores, essas são minhas idéias sobre o assunto:
>
> Uma vez mais: foda sempre com preservativo! Mas se não chupou sua xota ou teve uma completa chupada sem camisinha, você não a fodeu, ponto... Faça o teste quando voltar e considere como risco do esporte... ache seu nível de risco/conforto, seja responsável, não paranóico. Não fique em casa por medo de um BBBJ... Feliz *mongering*![38]
>
> *Havana,* 13/12/2002, Linha de conversação:
> "*Termas 65 com descontos para múltiplas visitas*"

37 *I didn't like the prostitutes in Brazil too much as they generally were very obsessed by the condom issue. Yes, Paraguay is cheap. Asuncion was ranked as the cheapest (capital) city in the world last June. Another big advantage for me is that it is relatively easy to persuade the hookers to have bareback sex (much easier than in Brazil or Argentina). Guide Asuncion with 20 pics/Asuncion/Paraguay* (Consultado em 15/06/2004.)

38 *Dear Sirs, these are my thoughts on this subject: Once again: always fuck with condom! But you have not eaten her pussy or gotten a complete BBBJ you have not fucked her, period… Test yourself once home and consider it as a risk of the sport…find your own risk/comfort level, be responsible, not paranoid. Don't stay home because you are afraid of a terma BBBJ… Happy mongering! Termas 65 with discounts for multiple visits.* (Consultado em 18/05/2004.)

No âmbito da América do Sul, outras particularidades tais como as festas, orgias com várias garotas, nas quais os *mongers* participam sós ou acompanhados por outros *mongers,* (festinhas, troca de casais, surubas), são vinculadas, particularmente, às possibilidades abertas pelo Brasil e, de maneira mais específica, o Rio de Janeiro, considerado a Meca do sexo profissional nessa região. No entanto, os aspectos que guiam a circulação desses turistas pelo mundo, particularmente daqueles empenhados em saborear o gosto das aventuras extremas, não se restringem à possibilidade de práticas específicas, nem sequer das que em termos gerais são mais apreciadas, tais como as práticas sem uso de camisinha. Paraguai aparece como o lugar, na América do Sul, no qual isto é possível, em função da extrema pobreza.

> Acho que você pode obter quase qualquer coisa que quiser no Paraguai. Faça as contas. A vida no Brasil é dura, é bem mais dura no Paraguai. A fome faz estranhos companheiros.[39]
>
> *Garotoz, 0*6/05/2003, Linha de conversação: *Asuncion/Paraguay*

No entanto, apesar dessa possibilidade e de oferecer o sexo considerado como mais barato na América do Sul, o Paraguai não se "firma", no âmbito da região, como destino favorito entre os viajantes à procura de sexo na região.

As trocas de mensagens sobre os lugares considerados mais "exóticos", como Quênia mostram que, para alguns desses viajantes, o sabor do ainda não conhecido, virgem, não tocado por outros turistas supera o valor concedido a determinadas posições ou espaços de penetração. E, nessas circunstâncias, os usuários do *site* são capazes de tolerar comportamentos altamente restritivos, inclusive quando se trata de prostitutas. Um *expert* em África descreve sem irritação os hábitos e limitações das garotas de bares em Etiópia, no que se refere às posições aceitas e aos graus de nudez:

> Mudar de posição também é um problema, pois elas preferem só a do missionário. Muitas não gostam de beijar (lembre-se elas pensam que você veio para ejacular) e algumas não gostam de beijos nos seios e no corpo.

39 *I think you can get about anything that you want in Paraguay. Do the math. Life in Brazil is hard, it is a lot harder in Paraguay. Starvation makes strange bedfellows.* (Consultado em 15/06/2004.)

> Dou um exemplo bem vívido: se você for com uma menina por certo tempo, ela se despe da cintura para baixo, mas fica de camiseta. Ela recusará a despir-se completamente, esperando que você estimule seu pênis até que fique ereto, ponha o preservativo, a foda e ejacule.[40]
>
> Blackion, 26/05/2005, Linha de conversação:
> *Etiópia-A Última Palavra em Guia Sexual*

Detive-me nas práticas dos usuários do *site* porque elas são sugestivas quando confrontadas com as idéias correntes sobre os turistas sexuais. A percepção de que esses viajantes procuram predominantemente sexo com crianças e práticas violentas e bizarras, enquadrando-se nos degraus inferiores das sexualidades estigmatizadas[41], se torna mais complexa à luz do material veiculado no *site*. O espírito de transgressão permeia a troca de mensagens entre os usuários, mas mais do que as práticas específicas ele está associado, sobretudo, à possibilidade de escapar às normas de relacionamento consideradas "ocidentais" por esses viajantes. Trata-se de fugir dos relacionamentos com mulheres em situação equivalente em termos de localização, classe, idade e cor. Este objetivo é justificado através de um jogo no qual a cor e o estilo de mulheres de lugares não "ocidentais" são aparentemente valorizados. No entanto, essa ilusão se desvanece ao considerar que ela se produz reduzindo essas mulheres a órgãos genitais.

> A xota canadense é a pior do mundo. Tenho que concordar com o que outros disseram. Uma vez que você tenha estado em Cuba ou no Brasil não há como voltar para essas vagabundas pálidas.[42]
>
> OhCanada, 04/10/1999, Linha de conversação:
> *As Dez Melhores Razões Porque as Mulheres Cubanas são Melhores que as Canadenses (ou Americanas)*

40 *Changing positions also seems to be a problem, as they prefer only missionary. Many wouldn't like kissing (remember, they think you came only in order to ejaculate) and some wouldn't even like to have their nipples/bodies kissed. I should give you a very vivid example: if you go with a girl for a short time, the lady will undress from the waist down, but will remain in t-shirt. She will refuse to be fully undressed and she will be expecting that you stimulate your penis until it will become erected, put condom, fuck her and ejaculate. Ethiopia – The Ultimate Sex Guide.* (Consultado em julho, 2005.)

41 RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politcs of Sexuality. In: ABELOVE, H; BARALE, M.A. e HALPERIN, D.M. *The Lesbian and Gay Studies Reader.* NY/London, Routledge, 1992, [1984]

42 *Canadian pussy is the worst in the world. I have to agree with what others have said. Once you have been to Cuba or Brazil there is no coming back to these pale bitches. Top Ten Reasons Cuban Women are Better than Canadian (or American) Women.* (Consultado em 10/08/2004.)

E trata-se, sobretudo, de evitar os relacionamentos estáveis, permeados por sentimentos. No *site,* o mercado sexual global é apresentado como marcado por substantivas distinções. Uma das principais diferenças é a maneira como as mulheres se inserem nele. A produção sobre turismo sexual aponta para um aspecto deste tipo de turismo que é muitas vezes ignorado nas discussões sobre a temática. Refiro-me ao fato de que, embora o turismo sexual se intersecte com a prostituição não se restringe a ela.[43] Essa observação, amplamente ratificada no que se refere ao Nordeste do Brasil nas pesquisas que realizei em Fortaleza, é evidente no WSA.

No *site*, essa delimitação, recorrente e importante, distingue prostitutas, não-prostitutas e semi-profissionais. Essas últimas são garotas que, contando com emprego, procuram algum dinheiro extra com os turistas estrangeiros e, ocasionalmente, contam com um grau de instrução relativamente mais elevado. No *site*, algumas regiões são percebidas como tornando o acesso às não prostitutas praticamente impossível. É o caso de Buenos Aires e, no Brasil, de cidades do Sul tais como Florianópolis e Curitiba, tidas como marcadas pela ascendência européia, nas quais as garotas não se deslumbram com estrangeiros. Outras regiões do mundo são consideradas como eminentemente povoadas por prostitutas. Pattaya, conhecido *resort* da Tailândia é um dos exemplos mais extremos dessa idéia.

Para alguns viajantes, a distinção entre umas e outras garotas não faz diferença. Para muitos usuários, o importante é aceder a uma *GFE (Girl friend experience),* relacionando-se com mulheres às quais se trata como namoradas, sem importar se são ou não prostitutas. Nessa situação, considerada ideal e de difícil obtenção, as garotas passam dias ou semanas com os turistas. São situações que não envolvem contratos de pagamento estabelecidos por hora ou dia. Os *mongers* dão algum dinheiro no final do encontro, *cuidando* das garotas, em termos financeiros, durante o tempo que passam com elas. Além de serem consideradas mais econômicas, essas situações oferecem companhia altamente valorizada por alguns dos freqüentadores e um certo grau de envolvimento afetivo, por parte das garotas, considerado importante para maximizar a entrega sexual delas. No entanto, é tido como fundamental que o envolvimento afetivo seja da garota e não do *monger.*

Alguns freqüentadores valorizam a prática do *hobby* com *non pro's* em função de possibilitar sexo mais "econômico". Além disso, esses encontros são con-

43 OPPERMANN, M. *Sex Tourism and prostitution, aspects of leisure, recreation and work,* Cognizant Communication Corporation, 1998; O'CONNELL DAVIDSON, J. *Prostituiton, Power and Freedom.* Cormwall, The University of Michigan Press, 1998.

siderados à maneira de um *plus* de prazer (com uma *pro* se negocia, uma *non-pro* apresenta o desafio de ter que ser seduzida). Entre esses usuários, porém, alguns preferem as profissionais porque consideram que elas poupam dinheiro, tempo e energia. Seja qual for a preferência, em linhas de conversação dedicadas a um ou outro país, a importância de não enganar-se em relação ao caráter dos relacionamentos é recorrentemente ressaltada e, sobretudo, a relevância de manter o distanciamento afetivo.

Fronteiras etno-sexuais

Quais são as características das linhas que demarcam os lugares apreciados para esse tipo de consumo de sexo? Como se constrói a fronteira entre espaços que atraem esse tipo de viajantes e aqueles que, imersos em condições políticas e econômicas análogas, não o fazem?

O conjunto de *e-mails* aponta para a relevância de relações custo/benefício no consumo do sexo na construção dessas linhas. Nessas relações, a pobreza de regiões e países, somada ao fato de oferecem "novos" territórios a serem desbravados (mas não excessivamente inseguros) e as práticas sexuais possíveis neles adquirem importância. Todavia, nessas relações há outros critérios da máxima relevância, referidos à atração erótica vinculada a estilos de corporalidade associados a certos lugares.

O intercâmbio de mensagens sugere convergências em termos de rejeitar a gordura feminina, assim como a procura de mulheres que não superem a casa dos 20 anos. Muito ocasionalmente algum viajante manifesta seu interesse por mulheres mais velhas, tidas como mais experientes e por corpos mais volumosos. No marco dessas convergências, escolhem-se lugares na base de distinções expressadas em classificações, em uma hierarquia construída em torno dos aspectos acima mencionados e da "qualidade" das mulheres, item no qual participam o aspecto, a juventude e o fato de ter vaginas apertadas, motivo pelo qual as mulheres que não foram mães são particularmente valorizadas, e os estilos de sexualidade.

O conjunto dessas qualidades está vinculado a características associadas a regiões e nacionalidades, singularizados em uma perspectiva comparativa. Nelas, os estilos corporais estão longe de serem avaliados de maneira uniforme.

Alguns freqüentadores deixam clara sua preferência pela brancura, corporificada em mulheres dos países do Norte, de peitos grandes. No entanto, elas são percebidas como inacessíveis, por não estarem inseridas no mercado sexual. As trocas de mensagens desses usuários mostram como, nesses casos, as mulheres do Terceiro Mundo operam à maneira de possibilidade de satisfação sexual de segunda classe (27/07/2002, linha de conversação *Trip to Lima/Peru*, consultado em 10/06/2003).

> A partir da minha experiência, acredito que você vai encontrar o maior número de garotas de seios grandes na Europa, especialmente em países do norte, como Inglaterra, Holanda, Dinamarca, Alemanha, Polônia… mas elas não são prostitutas, então a única coisa que posso fazer é sonhar em tocar os grandes seios macios!...
>
> Yptoor, eu adoraria visitar esses países do norte da Europa mas o custo de vida é tão alto se não mais alto do que aqui nos EUA. É por isso que em geral fico pelo Terceiro Mundo.[44]

Esses visitantes tendem a desvalorizar os tipos corporais associados à África e a certos países de América do Sul, associados a um grau extremo de pobreza que, segundo eles, se expressa na corporalidade, na pele, com acne, e em diferentes tipos de marcas ou no formato de peitos e bundas.

> Eu tenho vivido em Nairobi (Quênia) nos últimos 10 anos, e acho que estou bem qualificado para falar do assunto. ... Um paraíso? Se você não se preocupar com os detalhes, é. Se você espera finesse, discussões filosóficas pós-coito, rostos delicados e pele lisa, esqueça! Infelizmente [a maioria] dessas meninas vive em condições extremamente baixas de higiene – espere só para vê-las nuas para perceber isso: acne, cicatrizes, feridas, marcas de todo tipo ("O que são todas essas cicatrizes no seu peito?" "A antiga mulher do meu marido me mordeu" – dei um jeito de afagá-la [estilo cachorrinho] só por causa da graça da situação).

44 *From my experiencel believe that you will find the biggest number of big breasted girls in Europe, especially in Northern countries like England, Netherlands, Denmark, Germany, Poland... but these are not prostitutes though, so the only thing I can do is dream about touching those soft biggies!… Yptoor, I would love to visit those northern Euro countries but the cost of living is just as high if not more costly than here in the USA. This is why I usually stick to the 3rd. World.*

> Você ganha o que você paga, como sempre...
>
> Ainda procuro meninas brancas, o único lugar em que as encontrei (moças asiáticas, não dos países ocidentais) foi o "Cherry, em Westlands… E, se você tiver alguma informação sobre meninas ocidentais aqui no Quênia, por favor, me informe!![45]
>
> ENT January 10, 2001, Linha de conversação: *Kenya: Nairobi*

Nos termos do *yptor*, referindo-se às mulheres que encontrou no Paraguai:

> Infelizmente não há quase mulheres de grandes tetas por aqui!... A maioria das mulheres tem bundas gordas e tetas pequenas… Imagino que tem a ver com a pobreza: ser rico = comer muita carne = tetas crescidas. Não tenho outra explicação.[46]
>
> Linha de conversação *Guide Asuncion with 20 pics*, 02/11/2003 e *Escorts in Asuncion/Paraguai*, 21/10/2003

A valorização positiva dos corpos mais "claros" é evidente também nos *e-mails* que tratam do Brasil, nos quais são comparadas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo é descrita como oferecendo com grande diversidade mulheres loiras e castanhas, enquanto o Rio apresenta muito mais mulatas ou negras, que embora apareçam como mais disponíveis para o sexo, são consideradas inferiores, em termos de beleza.[47] Contudo, alguns usuários optam por "outros" tipos físicos. As cores mais escuras, associadas a uma hipersexualização "natural", podem chegar a determinar a preferência por certas regiões do mundo.

---

45 *I have been living in Nairobi (Kenya) for the last 10 years now, and I guess I am pretty qualified to speak on the matter... A paradise? If you don't care about the details, yes. If you pretend finesse, post-coital philosophical discussions, delicate faces and smooth skin, forget about it! Unfortunately [most of] those girls live in dramatically low hygiene conditions – just wait to see them naked to realize this: acne, scars, wounds, marks of all kind ("What are all those scars on your chest?" "The former wife of my husband bitted me" – I managed to fondle her anyway [doggy style] just because of the humorous side of the situation). You get what you paid for, as usual… I am still looking for white girls, the only place where I found them (asian ladies, not from western countries) was the "Cherry", in Westlands… And, if you have any information on Western girls here in Kenya, please let me know!!* (Consultado em agosto, 2005.)

46 *Unfortunately there are hardly any big titted women here!... Most women have fat asses and small tits… I guess it has to do with poverty: being rich = eating a lot of meat = growing big tits. I don't have any other explanation.* (Consultado em 15/06/2004.)

47 *ssbc,* 17/03/2003; Linha de conversação: *Termas 65 with discounts for multiple visits/Brazil;* consultado em 18/05/2004.

> África subsahariana. O sexo não é uma coisa sagrada para eles, é parte da vida diária – como comer, beber e foder. Sua cultura também tolera parceiros múltiplos e até o encoraja. Um amigo meu descreveu sua atitude em relação ao sexo como "um negro convida uma negra a fazer sexo da mesma forma que um branco convidaria uma branca para uma xícara de chá".[48]
>
> Gordon, January 12, Linha de conversação: *Kenya: Nairobi*

A atribuição de uma intensa sexualidade é sempre racializada. No entanto, em certas circunstâncias os aspectos que adquirem centralidade nestes processos são os traços culturais, essencializados, associados a certos países e/ou regiões. Citando um *handbook* sobre Cuba, difundido entre os usuários do *site*, um deles afirma:

> Cuba é uma sociedade sexualmente permissiva... Os homens e mulheres cubanos transpiram um erotismo gozoso que transcende as aflições da América do Norte essencialmente puritana. A sedução é um passatempo nacional adotado por ambos os sexos... A promiscuidade é desenfreada. O amor não está associado ao sexo. E ambos os gêneros são extremamente audaciosos... As mulheres cubanas não caminham, ondulam... A literatura cubana está repleta de referências às "nádegas cubanas" – a bunda cubana – em geral redonda e pertencendo a uma mulata cheinha.[49]
>
> *Izzo,* 06/10/1999, *As Dez Melhores Razões Porque as Mulheres Cubanas são Melhores que as Canadenses (ou Americanas)!!!*/Cuba

48 *Sub-Saharan África. Sex is not a sacred thing for them, it is a part of daily life – like eating, drinking and fucking. Their culture also tolerates multiple partners and even encourages it. A friend of mine described their attitude to sex as "a black man will ask a black woman for sex as easily as a white man would ask a white woman for a cup of tea".* (Consultado em agosto, 2005.)

49 *Cuba is a sexually permissive society... Cuban men and women alike pervade a joyous eroticism that transcends the hang-ups of essentially puritanical Europe of North America. Seduction is a national pastime pursued by both sexes. Promiscuity is rampant... Love is not associated with sex. And both genders are unusually bold... Cuban women don't walk, they sway... Cuban literature overflows with references to "las nalgas cubanas" – the Cuban ass – usually plump and belonging to a wel rounded mulatto.* (Consultado em 10/08/2004.)

> Há pouco tempo, uma jovem cubana me disse: "uma menina cubana sempre fode uma vez por dia, tem que foder, não importa com quem, ela simplesmente fode uma vez por dia".[50]
>
> *Zomba*, 12/12/1999, linha de conversação: As 10 Melhores Razões Porque as Mulheres Cubanas são *Melhores que as Canadenses (e as Americanas)!!!*/Cuba

No que se refere à América Latina, a sexualização tende a ser vinculada a uma certa tropicalidade. Este aspecto fica claro nas mensagens relativas aos países andinos, nos quais as regiões da selva são preferidas às do altiplano, percebidas como excessivamente "indígenas" e, portanto, pouco "quentes". Nesse quadro, os corpos femininos, associados à flora e fauna regionais, adquirem os atributos dos animais com os quais são comparados.

> Acabo de voltar de Lima, e me diverti muito. Peguei uma menina de "la selva", uma cobra na cama, corpo sólido e compacta.[51]
>
> *El Colorao*, 05/05/2003, Linha de conversação *Trip to Lima/Peru*

Os procedimentos de sexualização, porém, atingem também as latino-americanas com pele tida como mais clara, mostrando a diversificação dos procedimentos de racialização que permeiam o percurso desses viajantes. É importante destacar que não se trata aqui do conhecido procedimento de "obscurecer" fenótipos "claros", na base da associação a alguma nacionalidade ou região, como nos casos em que o Brasil e seus habitantes, para além das tonalidades da pele, são considerados intrinsecamente "morenos".[52] Trata-se de inferiorizar mulheres cujas peles são percebidas como claras/caucásicas (um aspecto que é destacado uma e outra vez), na base da atribuição de traços culturais ou étnicos. Esses traços, associados à região, adquirem predominância na constituição dos estilos de sexualidade.

---

50 *Not long ago, a Cuban girl told me: "A Cuban girl always fucks one time a day, has to fuck, no matter who, she simply fucks one time a day".* (Consultado em 10/08/2004.)

51 *I just came back from Lima, and I had a great time. I took one girl from la selva, a snake in bed, very solid body and compact. Trip to Lima/Peru.* (Consultado em 10/06/2003.)

52 Ver PONTES, L. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu* (23) – *cara, cor, corpo* –, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004, p. 229, 257 e BELELI, I. A marca Brasil. *Anales del I Congreso Latinoamericano de Antropología*, Universidad Nacional de Rosario, Argentina (CD), 2005.

Esses procedimentos adquirem sentido considerando os novos processos de racialização mediante os quais são inferiorizados, na Europa, migrantes considerados de pele clara. Antes de explorar essa relação, porém, é necessário fazer uma observação sobre a noção de racialização. As abordagens que utilizaram essa noção para referir-se exclusivamente aos grupos inferiorizados por corporificar cores consideradas escuras são contestadas hoje. Assinalando que os processos de racialização são historicamente específicos e se baseiam em diferentes significadores da diferença, Avtar Brah afirma que não só os negros, mas também os brancos experienciam gênero, classe e sexualidade através da "raça" (embora a racialização da subjetividade branca nem sempre seja aparente para os grupos brancos, porque "branco" tende a ser um significante da dominância). E se em certo momento essa noção contemplou os grupos inferiorizados a partir de seus aspectos fenotípicos[53], os recentes processos de racialização vinculados às novas migrações na Europa, mostram procedimentos que situam em posições de desigualdade grupos cujas peles são tidas como claras (originários, por exemplo, no Leste da Europa) inferiorizando-os, sobretudo, em termos "étnicos" ou "culturais".[54] Esses traços, essencializados, não se referem ao fenótipo, mas não deixam de ter como referência a idéia de uma "raça" natural e imutável.

Ao tratarem de Buenos Aires, os usuários do *site* mostram um procedimento análogo no que se refere a mulheres da América do Sul. Isto é evidente nas mensagens dos viajantes que apreciam especialmente os traços europeus atribuídos a uruguaias e argentinas, percebidos como aspectos fenotípicos que se articulam a estilos de sexualidade latinos.

> Essas meninas são ótimas. A Argentina e o Uruguai são conhecidos por latinas quentes com aparência européia – que combinação!! (Nada de racismo, eu simplesmente prefiro em geral mulheres caucasianas, especialmente loiras).[55]
>
> *Third2000,* 28/03/2001Linha de conversação *BA with pictures.*

53 ANTHIAS, F. e Yuval-Davis, N. *Racialized Boundaries. Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle.* Londres, Routledge, 1993.

54 BRAH, A. *Cartographies of diaspora, contesting identities.* Londres, Routledge, 1996.

55 *These chicks are great. Argentina and Uruguay are known for hot Latinas with European looks – what a combo!! (Nothing racist intended here, I simply generally prefer Caucasian women, blondes especially). BA with pictures.*

> Tbird2000 – Você está dizendo que parecem européias, mas fodem como latinask like Latinas? Que combinação! Agora eu realmente quero ir![56]
>
> *pops,* 17/09/2001, linha de conversação *BA with pictures*

> A noite perfeita em Buenos Aires. Um passeio pelas ruas do centro, uma garrafa de bom vinho com um bife fantástico, seguido de uma rodada (ou duas ou três) de uma xoxota euro-latina.[57]
>
> El Mujerista, 20/09/2001, Linha de conversação *BA with pictures*

No *site,* Buenos Aires é considerada centro de prostitutas de alto nível, com preços comparativamente elevados (em torno de 40U$ por serviços de uma hora), concentradas em agências de *escorts* e em clubes e cafés da Recoleta, e do centro da cidade. Os *e-mails* sobre Argentina chamam a atenção para os traços fenotípicos e para o elevado nível educacional dessas mulheres, uma combinação que aparece incidindo no preço, tornando essas garotas caras e, além disso, diferentemente das nativas de outros países da América do Sul, arrogantes:

> [...] as mais espertas e manipuladoras no mundo, ainda mais que as russas ou ucranianas.
>
> *Che Nenê*, 25/10/2003, Linha de conversação*: Attitudes, Changes and the Latin AAA Farm System,* consultado em 28/10/2003.

Usuários com experiência em diversos países se queixam da dificuldade de estabelecerem relacionamentos *GF* com as argentinas, pois só podem ter acesso a profissionais. Vários reclamam da idade dessas mulheres, muitas na faixa dos 30 anos, quase o dobro da idade das garotas que se oferecem na Colômbia ou em Cuba. Outros se incomodam com o habito de fumar de muitas argentinas. No entanto, no *site* aumenta o número de mensagens nas quais as argentinas tendem a ser privilegiadas na base da estetização.

---

56 *Tbird2000 – So you are saying these girls look like Europeans but fuck like Latinas? What a combination! Now I really want to go! BA with pictures.*

57 *The perfect night in Bs. As.. A leisurely stroll down the streets in the center, a bottle of fine wine with a fantastic steak, followed by a round (or two or three) of Euro-Latina pussy. El Mujerista, BAS with pictures.*

> Recém estive no Rio e devo admitir que acho em geral as mulheres em BA com aparência superior.[58]
>
> Da Puppy, 18 de março, 2003,
> Linha de conversação *Sexo incrivelmente barato em BA*

A beleza dessas mulheres, com ares europeus e, ao mesmo tempo, portadoras de uma *latin sexuality* (leia-se quase brancas), faz com que Buenos Aires seja situada entre as cinco ou seis cidades do mundo nas quais a possibilidade de um encontro com uma beldade seja elevado, assim como Chang Mai, Bangkok, Djakarta, Varsóvia. Alguns viajantes preferem as brasileiras, considerando-as mais "passionais".

> Gostei mais das brasileiras do que das argentinas… elas são mais apaixonadas, gozam mais. Alguém me disse uma vez que, não só gostam de fazer amor, mas têm prazer em dar prazer aos homens.[59]
>
> Skmsteve, 04/09/2002,
> Linha de conversação: *What are girls looking for?*

No entanto, a maioria dos usuários que manifestam suas opiniões sobre Argentina coincide em valorizar os estilos de corporalidade de pele clara associados às nativas deste país.

> Eu acho realmente que BA é mais o lugar para mim. Não curto as faces do Rio e a pele mais escura, e essas meninas de BA nas fotografias que vi parecem mais belas e mais européias...[60]
>
> Marak5 on Thursday, 3 de março, 2005,
> Linha de conversação *Argentina: Ba vs. Rio?*

58 *I have just been in Rio and must admit that I think overall the women in BA are superior in looks.*

59 *I liked Brazilian women over Argentinas… they are just more passionate, and enjoy it more. Someone once told me that, not only do women love to make love, but that they take pleasure out of giving pleasure to men. What are girls looking for?*

60 *I really think BA is more the place for me. I don't so much dig the Rio faces and darker skin and these BA girls I have seen pictures of look a lot fairer and more European…*

> Eu mesmo sou atraído pela aparência européia, de modo que BA parece melhor para mim. As meninas em BA parecem ter peitos bem dotados, mais que as européias. O melhor das duas raças: tetas grandes de latinas e a beleza das européias.[61]
>
> jedbod on Thursday, april 07, 2005,
> Linha de conversação *Argentina: BA vs Rio?*

Apesar dos aspectos "negativos", Buenos Aires continua tornando-se um destino favorito na América do Sul para muitos usuários envolvidos no jogo de uma sexualização/racialização que torna inferiores mulheres "parecidas" às do Norte. Este estilo de relação com a diferença oferece elementos para compreender aspectos associados à veloz integração da Argentina nos circuitos mundiais de turismo sexual. Ela está, sem dúvida, vinculada à crise econômica, à desvalorização do dólar nesse país, que facilita o acesso a serviços sexuais, em uma cidade tida como mais "segura" que outras do Terceiro Mundo, com excelente comida e bebida, e esses são aspectos freqüentemente comentados pelos turistas sexuais. Mas, essa integração está associada, sobretudo, à valorização de um estilo de sexualidade tido como "quente" corporificada por mulheres cujo aspecto as aproxima àquelas que tendem a ser as mais valorizadas: as brancas e inacessíveis mulheres dos países do Norte.

Conclusão

Estimulando a procura por uma "autenticidade" turística corporificada em mulheres de diversas regiões do mundo, este *site*, longe de operar como substituto da sexualidade, viabiliza a materialização do contato sexual entre viajantes à procura de sexo e mulheres nativas. Funcionando como espaço de "socialização" coletiva, orienta, em escala global, a recriação de códigos de sexualidade e masculinidade associados à supremacia branca e a uma certa idéia do Ocidental. Neste último sentido, a análise das mensagens trocadas entre esses viajantes referenda conclusões de inúmeras pesquisas sobre turistas

61 *I am attracted to the European look more myself, so BA looks better to me. The girls in BA look to have well endowed chest, where as most Europeans do not. The best of both races large tits of Latins and the fair look of Europeans.*

à procura de sexo em diversas regiões do mundo. No entanto, o material, e essa é uma de suas singularidades, mostra de maneira particularmente clara a relevância que a prática do sexo distanciado do afeto adquire na manutenção das desigualdades, permeando este tipo de consumo de sexo. A vinculação entre sexo e sentimentos aparece como uma ameaça para esse estilo de masculinidade. Dessa ameaça, que se inicia em seus países de origem, tentam fugir mediante o consumo de sexo em "outras" partes do mundo. Considerando a recorrente insistência no tema, os freqüentes chamados de atenção para o perigo que esses encontros sexuais oferecem (inclusive os abertamente comerciais, seja na Tailândia, em Cuba, no Brasil ou na Argentina) quando os turistas "confundem" a natureza das interações, talvez seja uma ameaça da qual nem esse tipo extremo de viajantes consiga escapar.

O material analisado sugere que as alterações na geografia dos circuitos mundiais de turismo sexual estão vinculadas a uma série de fatores, nos quais o empobrecimento dos países do Sul é um aspecto da maior relevância. No entanto, a pobreza, nem sequer quando é extrema, tal como no caso do Paraguai, no Cone Sul, garante o "sucesso" de um novo centro de turismo sexual. No marco de certas condições econômicas, a imbricação entre traços étnico/regionais e estilos de sexualidade operam à maneira de atração para o surgimento de novos alvos. A produção de novos lugares, vinculada a esses traços, aparece regida por uma lógica que longe de restringir-se ao mundo da prostituição, se intersecta com uma lógica "turística". Um dos seus principais elementos é a busca de autenticidade nos lugares visitados, procurada na confluência entre traços alocados à nacionalidade/etnicidade/cor e estilos de sexualidade.

Embora sempre racializados, esses estilos não são homogêneos. Nesse marco, coexistem processos diferenciados de racialização que participam na sexualização de diferentes estilos de corporalidade. As linhas de conversação sobre o Nordeste do Brasil que, comparadas com a quantidade impressionante de material sobre o Rio e, em grau um pouco menor, sobre São Paulo, ainda parecem incipientes, remetem a estilos de feminilidade associados a uma intensa sensualidade vinculada à cor morena, somados à clara percepção de como as desigualdades regionais afetam as jovens locais. Esses estilos de feminilidade, viabilizando o acesso a mulheres não profissionais, aparecem como aspectos que incidem no traçado de fronteiras dentro do Brasil.

Nesse mesmo marco, porém, surgem as mensagens que constroem Buenos Aires como novo destino para o consumo de sexo, povoado por mulheres ca-

ras, duras e exigentes, mas portadoras de uma quase-brancura que envolve, sem chegar a ocultar, um temperamento "quente". Os turistas a procura de sexo que privilegiam as argentinas sexualizam/racializam mulheres cujo fenótipo oferece a atração de uma certa proximidade, proporcionando a ilusão de inferiorizar mulheres próximas àquelas (desejadas e inacessíveis, nas condições de distanciamento afetivo e desigualdade por eles exigidas) de seus países de origem.

Resumo

Considerando a relevância da Internet na constituição do mercado transnacional do sexo, neste texto analiso as imagens de mulheres da América do Sul que, difundidas no ciberespaço, se integram na alteração dos circuitos mundiais de turismo sexual. Argumento que embora haja uma íntima relação entre turismo sexual e desigualdade, a pobreza, nem sequer quando é extrema, garante o "sucesso" de um novo centro de turismo sexual. No marco de certas condições econômicas, aspectos culturais que se expressam na imbricação entre traços étnico/regionais e estilos de sexualidade operam à maneira de atração para o surgimento de novos alvos. Apresento, primeiro, as especificidades do espaço virtual analisado e uma caracterização de seus usuários. Descrevo, depois, as interações propiciadas pelo *site* e os códigos nele vigentes e, levando em conta as conceitualizações associadas a diferentes regiões, analiso as características das fronteiras etno-sexuais traçadas. Finalmente retomo meu argumento inicial, refletindo sobre como os processos de racialização que operam nesse espaço virtual participam nos deslocamentos na geografia mundial do turismo sexual.

Palavras-chave: Ciberespaço, Sexualidade, Turismo Sexual, Racialização.

Travels and on-line sex: Internet in the geography of sexual tourism

Abstract

Considering the relevance of Internet in the constitution of the transnational sex market, I analyze in this text, in an anthropological approach, how the images of South-American women spread throughout the cyberspace participate in the alteration of the world's sexual tourism circuit. I argue that, while there is a close relationship between sexual tourism and inequality, poverty, even if extreme, does not warrant the 'success' of a new center for sexual tourism. Given certain economic conditions, cultural aspects that express the intertwining of ethnic-regional traits and styles of sexuality, operate as ways of attraction for the rise of new targets. First, I present the specificities of the virtual space analyzed as well as a characterization of the users. Afterwards, I describe the interactions propitiated by the site and its working code and, taking into account the concepts associated to different regions, I analyze the characteristics of the sketched sexual-ethnic borders. Finally, I return to my initial argument, reflecting on how the processes of racialization that operate in this virtual space participate in the displacements in the world geography of asexual tourism.

Keywords: Ciberspace, Sexuality, Sex Tourism, Racialization.

O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*

Ana Alice Alcântara Costa**

É comum ouvir entre amigos (geralmente em uma mesa de bar), ou nos meios de comunicação brasileiros, que o movimento feminista acabou. Acredito que essa é também uma afirmação comum em muitos outros países, em especial da América Latina. Eu sempre respondo: o feminismo como movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não "queima sutiã", raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo aos 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser

* Publicado originalmente na *Revista Gênero*, vol. 5, n. 2, 2005.

Nota da autora (N.A.): Este texto foi escrito durante meu estágio pós-doutoral no Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonóma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela Capes, em 2004. Registro também meus agradecimentos ao Instituto Universitario de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid, pelo apoio e disponibilidade.

** Professora da Universidade Federal da Bahia. Pós-doutora pela Universidad Autónoma de Madrid, Espanha.

acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Neste trabalho, busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos 30 anos pelo feminismo brasileiro como movimento social. Para construir esse caminho, retorno para antes dos anos 1970, vou para o início do século XIX em busca da origem, das experiências, das lições, do nosso passado e da contribuição das nossas antecessoras, para demarcar nossos avanços em relação ao "novo" feminismo, objeto deste trabalho. Porém, o movimento feminista brasileiro não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e, por isso, aqui, estabeleço laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central a que, aqui, me proponho.

No entanto, como feminista militante e inserida nesse contexto, este trabalho é um exercício de reavaliação e de auto-reflexão dessa prática e é por isso que essa proposta tem como peculiaridade o fato de que sua autora é também sujeito dessa ação, participou ativamente de muitos relatos aqui apresentados e, portanto, é parte do próprio objeto de reflexão, no qual é impossível separar a vida cotidiana da mulher militante, com seus desejos, frustrações e expectativas sobre os rumos do movimento, da acadêmica e seu objeto de análise.

O feminismo, como movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas[1] e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.

Após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurge no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento *hippie* internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. Ressurge em torno da afirmação de que o "pessoal é político", pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com

1 "[...] todo feminismo é um movimento ilustrado quanto às suas raízes e a suas pretensões reivindicativas. De fato, as reivindicações feministas são possíveis a partir dos pressupostos do iluminismo ou dosiluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação [...]" (PETIT, 1993, p. 7).

os limites do conceito de *político*, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da *política* que é entendida aqui como o uso limitado do poder social.

Ao afirmar que "o pessoal é político", o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dic otomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política.

Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal. Essa bandeira, para Carole Pateman,

> [...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo *status* de "esposa", por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas "pessoais" só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo (LEON, 1994, p. 14). Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. Um exemplo tem sido toda a crítica ao modelo de cidadania universal e, conseqüentemente, a contribuição do feminismo na elaboração do moderno conceito.[2]

2 Até os anos 1980, os teóricos da ciência política não consideravam a cidadania no marco das problemáticas

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres,[3] distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990, p. 23).

O feminismo bem-comportado

No Brasil,[4] bem como em vários países latino-americanos, a exemplo do Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações aparecem já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das idéias feministas naquele momento.[5]

---

das relações de gênero. A luta contra as discriminações das mulheres em matéria de direitos políticos tem sido uma das ênfases do movimento feminista, desde seu surgimento quando ainda lutava pelo acesso das mulheres à educação e à conquista dos direitos civis mais elementares. Só recentemente a teoria política, a partir da contribuição das feministas, tem se preocupado em superar o dilema igualdade/diferença, dando ênfase a uma cidadania democrática que reconheça a diversidade e o pluralismo. Nesse sentido, merece destaque a contribuição de Carole Pateman, Chantal Mouffe, Marion Iris Young, Anne Philips, Mary G. Dietz, Célia Amorós e Cristina Molina Petit, entre outras, na tentativa de construção de modelos alternativos de cidadania, que contemplem as diferenças e pluralidades entre os sujeitos políticos e garantam de fato o acesso das mulheres ao poder.

3 Podemos identificar três padrões de mobilização política dentro dos que se identificam como movimento de mulheres na América Latina pós-regimes militares:

• os grupos de direitos humanos de mulheres voltados para a luta por anistia política, pelo retorno de exilados, banidos, pela proteção aos presos político e pela denúncia sobre os desaparecidos. Exemplo de destaque dessa prática são o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e as Madres de la Plaza de Mayo;

• os grupos e organizações feministas;

• as organizações de mulheres urbanas pobres articuladas, geralmente através do bairro, em associações e federações, em torno de demandas como o aumento do custo de vida, a melhoria do transporte, o saneamento básico, as creches, a saúde pública etc. Esses grupos geralmente são frutos da atuação da Igreja Católica (Comunidades Eclesiásticas de Base) ou de partidos políticos vinculados a um pensamento de esquerda.

4 No Brasil, são algumas mulheres instruídas, que pertencem aos setores médios e altos, que acolhem as primeiras idéias feministas trazidas pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e publica em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollestonecraft, *A vindication of the rights of women,* marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. Posteriormente, Nísia publica, de sua autoria, o livro *Opúsculo humanitário*, em 1835, e em 1842, o livro *Conselhos a minha filha*, nos quais defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação, seguindo a mesma linha de Wollestonecraft. (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 95)

5 A história do feminismo latino-americano registra a revista *El Correo de las Damas,* editada em Cuba a partir de 1811, como a primeira publicação feminista na região. Posteriormente, surgem *La Argentina,*

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil.[6] Influenciadas pelas idéias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. Na primeira década do século XX, existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina. Na maioria desses países, os processos de organização das mulheres ocorreram simultaneamente ao processo de organização das classes populares, fortemente influenciadas pelo pensamento socialista e anarquista de caráter internacional (VALDÉS, 2000; MOLYNEUX, 2003).

Geralmente essas organizações se autodenominavam feministas, discutiam e propagavam os direitos da mulher. Quase todos os congressos de mulheres da época se declaravam feministas, e esse era um tipo de iniciativa freqüente no movimento, muitos deles de caráter internacional como foi, em 1906, o Congresso Internacional do Livre Pensamento organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires, e o Primeiro Congresso Internacional Feminista, realizado também na Argentina, em 1910. Em 1916, outro Congresso Feminista é realizado, desta vez, em Yucatan, no México. O eixo articulador desses congressos é a demanda pela igualdade jurídica e o direito ao voto.

No Brasil, merece destaque a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres.

La Aljaba e *La Camélia*, na Argentina, e *El Seminário de las Señoritas Mexicanas* e a *Sempreviva*, no México. Na segunda metade do século XIX, são publicadas: *O Jornal das Senhoras,* o *Belo Sexo, O Domingo,* o *Jornal das Damas* e o *Sexo Feminino*, no Brasil; *La Mujer*, no Chile; *La Alborada* e *El Albun*, no Peru; e *El Rocío*, na Colômbia. Já em fins de tal século, havia o *El Album*, na Bolívia; *El Albun de la Mujer*, no México; o *Direito das Damas*, *A Família, A Mensageira*, no Brasil; *El Eco de las Señoras de Santiago*, no Chile; e *La Voz de las Mujeres*, na Argentina (VALDÉS, 2000, p. 22-23; COSTA PINHEIRO, 1981, p. 55).

6 "A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal" (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

A partir dos anos 1920, a luta sufragista se amplia, em muitos países latino-americanos, sob a condução das mulheres de classe alta e média, que através de uma ação direta junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto. Assim foi no Equador, em 1929, o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino; no Brasil,[7] Uruguai e Cuba, no início dos anos 1930; e na Argentina e Chile, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. As mulheres do México, Peru e Colômbia só vão conquistar o voto na década de 1950. A partir da conquista do direito de voto, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994).

Isso não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc), pelo direito à terra e à segurança. No Brasil, as organizações femininas, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada para atender a política de "frente popular" estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, tiveram amplo poder de articulação e mobilização feminina (COSTA PINHEIRO, 1981).

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papeis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as idéias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas. Segundo Molyneux,

> As mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas o rechaçaram como fundamento para a discriminação injusticada. As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos (MOLYNEUX , 2003, p. 79).

7 No Brasil, destaca-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922 sob a liderança de Bertha Lutz, que será a principal responsável pela condução da luta sufragista através de suas diversas filiais espalhadas por todo o país. O voto é conquistado no Brasil em 1932, através do Decreto nº 21.176, de 24 de fevereiro. Posteriormente, é incorporado à Constituição de 1934.

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, e posteriormente nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Não obstante, não se pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados. No Brasil, merece registro o movimento articulador das "Marchas com Deus, pela pátria e pela família", que mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968 (SIMÕES, 1985). Como em outros lugares, as mulheres foram utilizadas como "massa de manobra", uma tática da qual se apropriam tanto a esquerda como a direita.

O feminismo da resistência

A segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias. Surge como conseqüência da resistência das mulheres à ditadura militar,[8] por conseguinte, intrinsecamente ligada aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante (LEON, 1994; JAQUETTE, 1994; MOLYNEUX, 2003). Surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como conseqüência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.

Segundo Sarti, no Brasil, este processo de modernização incorpora também a efervescência cultural de 1968: os novos comportamentos afetivos e sexuais, o acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise, a derrota

8 A participação feminina durante o processo de transição do regime autoritário é intensa. "As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, anti-racista; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos" (ÁLVAREZ, 1994, p. 227).

da luta armada[9] e o sentido da elaboração política e pessoal desta derrota para as mulheres, as novas experiências cotidianas que entraram em conflito com o padrão tradicional e as hierarquias de gênero, e

> [...] as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina" (SARTI, 1998, p. 02).

Álvares destaca nesse processo de transição o intenso labor que as feministas (muitas haviam participado ativamente em organizações do movimento estudantil, da nova esquerda, das Associações Eclesiásticas de Base articuladas pela Igreja Católica) enfrentaram ao serem obrigadas constantemente a lidar com a discriminação, a repensar sua relação com os partidos políticos dominados pelos homens, com a igreja progressista, com um Estado patriarcal, capitalista e racista.[10] Junta-se a isso o predomínio que havia em toda a esquerda latino-americana da visão de que as feministas "[...] eram pequenos grupos de pequeno-burguesas desorientadas, desconectadas da realidade do continente, que haviam adotado uma moda e faziam o jogo do imperialismo norte-americano" (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 70). Essa experiência teve como conseqüência as múltiplas tensões que caracterizaram, às vezes, tortuosas relações do feminismo brasileiro com a esquerda, com os setores progressistas da Igreja Católica em vários momentos da luta política.

Essa tensão não foi uma especificidade do feminismo brasileiro, conforme afirma Nancy Sternbach e outras autoras (1994), a consciência feminista latino-

9 "A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens', pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Garcia (1999, p. 338), transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente" (SARTI, 1998, p. 2).

10 Em entrevistas realizadas com antigas guerrilheiras e ativistas estudantis, Álvarez registra a queixa constante de que "[...] rara vez lhes davam posições de autoridade dentro da esquerda militante. Igual aos partidos políticos tradicionais, às militantes lhes encarregavam o trabalho 'de infra-estrutura' da Nova Esquerda Brasileira: as mulheres cuidavam dos aparelhos, trabalhavam como mensageiras, cozinhavam, cuidavam dos doentes e feridos, e às vezes, lhes pediam para usarem seus 'encantos femininos' para obter informações do inimigo. Muitas destas mulheres ressentiam estarem relegadas a posições de subordinação dentro da estrutura interna de poder dos grupos militantes" (ÁLVAREZ, 1994, p. 232).

americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerda, em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, como continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 74). Esta prática as distinguia do feminismo europeu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLYNEUX, 2003, p. 269).

Em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz das propostas do "novo" movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-1968. (COSTA; SARDENBERG,1994a, p. 103).

A partir desse evento, surgem novos grupos de mulheres em todo o país. Muitos são somente "grupos de estudos" e de reflexão, organizados de acordo com o modelo dos "grupos de conscientização" surgidos no exterior. Outros são de reflexão e ação, nos quais o princípio da autonomia foi um dos pontos de controvérsia no enfrentamento, inevitável, com os grupos políticos e, em particular, com as organizações de esquerda (FIGUEIREDO, 1988). Ainda em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, no estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia[11] e publicado por ex-presas políticas. Já no começo de 1976, um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil começa a publicar o jornal *Nós Mulheres*, desde seu

11 O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975, sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar.

primeiro número auto-identificado como feminista. Ainda neste ano, o *Brasil Mulher* também se colocava abertamente como um jornal feminista. A partir de 1978, estes dois jornais se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro.[12]

Nos anos seguintes, o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica.

Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização. Nos movimentos se diluíam os discursos estratégicos, o Estado era o inimigo comum (LOBO, 1987). A identidade feminista naquele momento implicava:

> [...] ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de *interesse específico* das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (como por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas) e atuar nos espaços públicos específicos como as organizações feministas autônomas ou do *movimento de mulheres* mais amplo (ÁLVAREZ, 2001, p. 25).

A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 1970. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos perante os

12 Sobre o movimento feminista e suas formas de articulação, ver: Costa (1981), Figueiredo (1988), Alves (1980), Alvarez (1994), Soares (1994): Soares et al. (1995). Para uma visão do feminismo no campo acadêmico ver Costa e Sardenberg (1994b).

partidos políticos e outras organizações. Nesse momento de autoritarismo militar, a discussão sobre a autonomia em relação ao Estado, "o inimigo comum", não era sequer colocada. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias. O documento *O Movimento de Mulheres no Brasil*, publicado pela Associação de Mulheres, uma organização paulista, em 1979, define bem o entendimento dessa autonomia:

> [...] acreditamos que esse movimento deve ser autônomo porque temos a certeza de que nenhuma forma de opressão poderá ser superada até que aqueles diretamente interessados em superá-la assumam essa luta" (COSTA; PINHEIRO, 1981).

Os dilemas do Estado e da institucionalização

Os anos 1980 trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. Durante a década anterior, o movimento se havia centrado no trabalho de organização, na luta contra a ordem social, política e econômica, conforme vimos anteriormente. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino.

Até então, a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não se havia apresentado. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição ante o Estado, na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade. Nos dois primeiros anos (1980-1982), as velhas divisões políticas e partidárias voltaram à cena. Como afirma Elizabete Souza Lobo:

> [...] a reorganização partidária começou a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos, os grupos se dividiram e se desmancharam. Na divisão muitas feministas se concentraram nos partidos, outras permaneceram somente no movimento. Os discursos feministas invadiram os discursos partidários, mas as práticas autônomas se reduziram (LOBO, 1987, p. 50).

A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983. Esse seria um terceiro momento do feminismo na arqueologia elaborada por Lobo:

> [...] depois de 1982, em alguns estados e cidades, se criaram os Conselhos dos Direitos da Mulher, e mais adiante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os quais se configuraram como novos interlocutores na relação com os movimentos. Duas posições polarizaram as discussões: de um lado, as que se propunham ocupar os novos espaços governamentais, e do outro, as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços feministas (LOBO, 1987, p. 64).

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista,[13] realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava, para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista.[14]

13 Logo após seu ressurgir nos anos 1970, o movimento feminista brasileiro, na perspectiva de construir formas e espaços específicos de articulação, debate, reflexão, definir rumos e encaminhamentos das lutas políticas, dos vários grupos autônomos no país, sem ferir os princípios da descentralização e da organização não-hierárquica entre seus membros, buscou recuperar uma antiga prática do movimento: a realização de encontros. Inicialmente sob a forma de seminários restritos ou encontros paralelos dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A partir de 1984, as feministas começaram a organizar seus encontros de forma independente, sob a responsabilidade dos grupos feministas existentes no estado onde se realiza o evento.

14 Sobre a criação do CNDM e as resistências no feminismo, ver Schumaher e Vargas (1993).

Porém, o movimento feminista não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto como um aliado fundamental na transformação da condição feminina (MOLYNEUX, 2003, p. 68). Também não poderia deixar de reconhecer os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo de enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. Caberia, ao feminismo, como movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a eqüidade de gênero.

E é exatamente essa perspectiva que norteará a atuação do movimento em relação ao CNDM, criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição. Graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo, o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 106).

No período da Assembléia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o CNDM conduziu a campanha nacional "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher" com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes através da *Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte*. A partir daí, as mulheres invadiram (literalmente) o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas, patroas...,[15] todas unidas na defesa da construção de uma legislação mais igualitária (COSTA, 1998, p. 117).

15 "A partir de 1986 centenas de mulheres camponesas saíram de seus grotões, lotaram ônibus, apinharam boléias e passaram a circular com a maior desenvoltura, pelos corredores do Congresso. Representavam uma força de trabalho até então invisível. Eram 2 milhões de marias-ninguém: classificadas como donas de casa, não tinham registro profissional, permaneciam excluídas do benefício da Previdência e seus nomes não poderiam sequer constar dos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois as lobistas das enxadas hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos" (VEJA, 1994, p. 20).

Por intermédio de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby do batom*, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada "bancada feminina". Atuando como um verdadeiro "bloco de gênero", as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

Essa articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do *lobby do batom* representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos. Celi Pinto explicita muito bem esse quadro ao afirmar:

> A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente "conversão" da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação (PINTO, 1994, p. 265).[16]

Esse compromisso do CNDM com o movimento de mulheres foi também o motivo de sua condenação. Atendendo a interesses conservadores e desvinculados da democracia e da participação popular, o governo Sarney, ao finalizar seu mandato, resolveu destruir o único órgão federal que tinha respaldo e respeito popular, em especial em relação ao setor ao qual estava vinculado. Através de atos autoritários, o CNDM foi paulatinamente destruído.

16 Essa se tornou uma prática corrente no movimento feminista na sua relação com o Congresso Nacional. Todas as ações aí conduzidas, em termos de aprimoramento legislativo, são apresentadas de forma suprapartidária. A ação do CFemea, uma ONG criada em inícios dos anos 1990, com o fim específico de encaminhar as demandas do movimento no âmbito do Congresso, tem se pautado por essa prática; todas as propostas encaminhadas pelo movimento são apresentadas geralmente pela bancada feminina ou eventualmente por mais de uma deputada ou deputado de partidos distintos.

> A euforia reformista dos primeiros anos de governo civil deu lugar a uma desilusão ampla no final dos anos 1980. As novas "instituições das mulheres" se converteram em fontes de desencanto para as feministas brasileiras, mesmo para algumas das "mães fundadoras" dos conselhos e delegacias (ÁLVAREZ, 1994, p. 266).

Novos espaços, novas articulações

A década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 1980, criam organizações não-governamentais (ÁLVAREZ, 1994, p. 272), as chamadas "ONGs feministas",[17] que passam a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Essa hegemonia das ONGs passou a ser uma preocupação para vários setores do movimento, impondo novos desafios e dilemas à militância.

No início dos anos 1990, se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto-identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista:

> [...] a existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa (ÁLVAREZ, 1994, p. 278).

17 "As ONGs (feministas) se caracterizam por contar com pessoal profissional especializado e assalariado e, em ocasiões, com um grupo reduzido de voluntários. Recebem fundos de organismos bilaterais e multilaterais, assim como de fundações privadas (quase sempre estrangeiras), e se dedicam ao planejamento estratégico para elaborar 'informes' ou 'projetos' que influenciem nas políticas públicas ou que assessorem o movimento de mulheres, assim como oferecem diversos serviços às mulheres de baixos recursos" (ÁLVAREZ, 2001, p. 20).

O crescimento do feminismo popular teve como conseqüência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres.

Em janeiro de 1994, convocadas por algumas feministas que já haviam participado de conferências anteriores e com o apoio do Unifem, é realizada, no Rio de Janeiro, a primeira reunião preparatória para Beijing. Em torno de cem militantes representantes de fóruns[18] estaduais e municipais de mulheres, articulações locais e grupos de mulheres de 18 estados, reunidas, deliberaram pela criação de uma coordenação nacional – A Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95 – responsável por supervisionar, divulgar, angariar recursos[19] e articular as ações do movimento com vistas a tornar o processo de Beijing amplamente democrático. A deliberação principal do encontro, seguindo uma orientação articulada para toda a América Latina, era aproveitar esse momento para avaliar as mudanças na condição feminina na década, chamar a atenção da sociedade civil sobre a importância das convenções internacionais sobre os direitos da mulher e estabelecer novas dinâmicas de mobilização do movimento. Essa tática política, articulada pela Coordenação de ONGs da América Latina e Caribe junto à IV Conferência foi denominada "texto e pretexto".[20]

O processo preparatório para Beijing trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de fóruns em locais que não exis-

18 Os Fóruns de Mulheres são organizações não-institucionalizadas, constituídas por entidades feministas ou setores femininos de sindicatos ou movimentos mistos e de feministas independentes existentes nas grandes cidades, responsáveis por organizar, articular e implementar campanhas, eventos e outras mobilizações feministas. Os fóruns mantêm coordenações temáticas e colegiadas que não têm caráter deliberativo ou representativo das entidades, salvo com autorização ou deliberação prévia. Hoje, os fóruns constituem-se na manifestação mais organizada do feminismo autônomo e não-hierárquico.

19 A questão dos recursos foi um problema enfrentado desde este momento criador da Articulação de Mulheres Brasileiras. Definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) da ONU como o principal organismo bilateral de financiamento da Coordenação de ONGs Regionais da América Latina para Beijing, a United States Agency for International Development (Usaid) estabelece como sua política que os recursos seriam repassados através de "pontos focais", isto significava uma ONG ou um consórcio por cada sub-região. A resistência do movimento foi muito intensa, não só no sentido de que essa política implicaria uma hegemonia política e econômica de determinadas ONGs na região, mas em especial por se tratar da Usaid, responsável por ter apoiado a ditadura militar brasileira e outras ditaduras da América Latina, de favorecer e financiar as práticas controlistas e a esterilização da população pobre no Brasil, em especial mulheres negras e indígenas.

20 Essa tática significava que como as feministas envolvidas no processo esperavam influenciar os "textos" reais dos relatórios governamentais e documentos da ONU, muitas viam o processo de Beijing como um "pretexto", uma oportunidade excepcional para mobilizar, rearticular o movimento em suas bases e ao mesmo tempo promover debates públicos sobre a subordinação feminina, denunciar as condições de vida das mulheres e garantir políticas especiais (ÁLVAREZ; FRIEDMAN; BECHMAN, 2003)

tiam ou que estavam desativados, de novas articulações locais, de novos grupos ou setores/departamentos em entidades de classe etc. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros,

> [...] mais de 800 organizações de mulheres estiveram envolvidas no processo. Cerca de 4.000 representantes de 25 fóruns estaduais se reuniram no Rio de Janeiro e aprovaram a Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que foi formalmente entregue ao governo brasileiro (ARTICULAÇÃO..., 2000, p. 2).

No campo do Estado, essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. À revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, em que muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal.

Além desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram de uma reunião (*cumbre*) mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano, desde seu início, é da vivência de uma dinâmica transnacional, através de redes formais e informais, e em especial através dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe,[21] realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e posterior-

21 Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe foram realizados com as seguintes características:

mente a cada 3 anos. Nesses encontros se expressam os avanços feministas, os conflitos, novos dilemas, novas perspectivas, as trocas de experiência:

> [...] os encontros oferecem às feministas fóruns periódicos nos quais podem obter conhecimentos teóricos e práticos e apoio solidário das feministas de outras nações que estão lutando para superar dificuldades organizativas e teóricas semelhantes [...] os encontros têm servido de trampolim para o desenvolvimento de uma linguagem político-feminista latino-americana e de cenários de batalhas políticas sobre as estratégias mais eficazes para lograr a igualdade de gênero em estados dependentes, capitalistas e patriarcais" (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 70-71).

Sonia Álvarez (2001), com base no acompanhamento dos preparativos do movimento feminista brasileiro para Beijing, entre 1993 e 1995, identifica cinco tendências na política feminista latino-americana dos anos 1990:

- o processo de Beijing possibilitou a ampliação dos espaços e lugares de atuação das auto-identificadas feministas com a incorporação e visibilidade de outras identidades feministas: o feminismo negro, o indígena,

---

I – Encontro, em Bogotá, na Colômbia, em 1981; com 230 mulheres. Foi um encontro de reconhecimento, descobertas, trocas e afetividades;

II – Encontro, em Lima, no Peru, em 1983; com 670 participantes. Teve como eixo a discussão sobre o patriarcado e a reafirmação do *status* teórico do feminismo;

III – Encontro, em Bertioga, no Brasil, em 1985; com mais de 1.000 mulheres. Vivenciou-se a resistência contra formas estruturadas de organização, assumindo a subjetividade das mulheres;

IV – Encontro, em Tasco, no México, em 1987; com 1.500 mulheres. Expressou a diversidade, o enfrentamento com os novos feminismos e novas feministas;

V – Encontro, em San Bernardo, na Argentina, em 1990; com aproximadamente 3.000 mulheres. Foi o menos ideologizado, sem grandes teorias, interessado em responder e definir estratégias específicas ante problemáticas concretas;

VI – Encontro, em El Salvador, em 1993. Foi o que pela primeira vez definiu cotas de participação por países, revelando tensões entre militantes autônomas e institucionalizadas. Criticou a influência dos organismos de cooperação internacional e instâncias multilaterais sobre a priorização de agendas;

VII – Encontro, em Cartagena, no Chile, em 1996; com 700 participantes. Houve acirramento da tensão anterior. A relação com o Estado, a debilidade das agendas feministas, o processo de Beijing e a hegemonia das autônomas ali foram tratados.

VIII – Encontro, em Juan Dolio, na República Dominicana, em 1999; com 1.300 mulheres. Houve predomínio do feminismo *light*, ligado mais às vertentes culturalistas, e um clima de reconciliação e não-enfrentamento.

IX – Encontro, na Costa Rica, em 2003; com 835 participantes. Seu tema central foi a resistência feminista à globalização.

X – Encontro será realizado em São Paulo, no Brasil, em novembro de 2005.

Sobre os Encontros Latino-Americanos, ver Álvarez (1994), (2003); Álvarez, Friedman e Beckman (2003); Vargas (1999); Sternbach; Aranguren; Chuchryk (1994).

o lésbico, o popular, o acadêmico, o ecofeminismo, o das assessoras governamentais, o das profissionais das ONGs, o das católicas, o das sindicalistas, isto é, mulheres feministas que não limitam sua atividade às organizações do feminismo autônomo. Essa heterogeneidade de práticas pôs em destaque a reconfiguração da própria identidade política feminista latino-americana cristalizada na década de 1970 e princípio dos anos 1980, demonstrando o caráter plural, multicultural e pluriético destes feminismos.

- esse processo mostrou a "*absorção* relativamente rápida de certos elementos (os mais digeríveis) do discurso e agendas feministas" por parte das instituições culturais dominantes, das organizações paralelas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado. Essa absorção, fruto de um incansável esforço, se materializou na criação, por parte de inúmeros governos latino-americanos, de organismos, ministérios, secretarias governamentais responsáveis pela implementação de políticas para as mulheres,[22] e na incorporação de preceitos que garantem a igualdade entre homens e mulheres nas novas Constituições democráticas dos antigos regimes autoritários. Essa absorção também ocorreu nos partidos políticos, nos sindicatos e centrais sindicais, bem como na grande maioria dos movimentos sociais;

- a progressiva profissionalização e especialização de importantes setores dos movimentos feministas, as chamadas ONGs feministas, conseqüência da demanda crescente de informação especializada sobre as mulheres necessária para a implementação de políticas públicas por parte dos recém-criados organismos governamentais e intergovernamentais direcionados para as mulheres;

- a crescente articulação ou entrelaçamento entre os diversos espaços e lugares de política feminista através de uma grande quantidade de redes especializadas, de articulações formais e estruturadas, muitas vezes fomentadas por organismos bilaterais e multilaterais, que funcionam como principais interlocutoras junto aos fóruns internacionais;

- a transnacionalização dos discursos e das práticas do movimento feminista propiciados pela capacidade de articulação de algumas ONGs e/ou de

22 No Brasil, além da recentemente criada Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, com caráter de ministério, Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres, Coordenadorias, Delegacias Especiais de Atendimento etc. vem sendo criados desde 1982.

> feministas profissionalizadas que aumentaram sua influência nos âmbitos políticos em nível mundial, regional e nacional, interferindo em pautas, em deliberações e definição de ações políticas. (ÁLVAREZ, 2001).

Segundo Álvarez, essas tendências marcantes no feminismo pós-Beijing não foram facilmente assimiladas pelo conjunto do movimento, na medida em que desencadearam novas tensões no interior de um movimento cada vez mais diverso e complexo (2001). No campo latino-americano, especialmente no México, na Bolívia e no Chile, houve um acirramento do enfrentamento entre feministas autônomas e as institucionalizadas,[23] acusadas de tentarem estabelecer uma hegemonia no movimento e de utilizar estratégias "estadocêntricas" dentro de uma lógica patriarcal e neoliberal.[24] Este mal-estar acirrou-se quando da realização do VII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Cartagena, Chile, quando houve uma polarização de posições.

Porém, esse quadro será atenuado durante a realização do VIII Encontro, em 1999, na República Dominicana, onde a esperada batalha entre autônomas e institucionalizadas não aconteceu. Pelo contrário, o que se viu foi uma tentativa de resolução de antigos conflitos com recuos de ambos os lados. Algumas das chamadas "institucionalizadas" já vinham dando sinais de uma disposição em refletir criticamente sobre o ativismo dos últimos anos, os perigos de uma estratégia baseada apenas na defesa de políticas e nas negociações com governos e organizações internacionais, direcionadas para influir na construção de agendas políticas ou institucionais, admitindo inclusive a pertinência de algumas críticas realizadas pelas autônomas. Por outro lado, estas últimas começavam a sentir seu esfacelamento em conseqüência de posições radicalizadas e de enfrentamento no seio do movimento (ÁLVAREZ et al., 2003).

No Brasil, esse conflito não encontrou ressonância, apesar de ser uma discussão presente em muitos encontros, não chegou a assumir ares de enfrentamento. As próprias características do feminismo brasileiro como movimento

23 "Feminista institucionalizada" é a forma pejorativa que as auto-identificadas como feministas autônomas nomeiam aquelas engajadas nas agências bilaterais e multilaterais, nos organismos estatais e as profissionais de ONGs feministas.

24 No Brasil, ao contrário da maioria dos países latino-americanos onde houve uma demarcada concentração de forças, recursos e informação, o processo de Beijing não favoreceu a hegemonia de uma ONG específica. A Articulação de Mulheres Brasileiras, constituída para esse fim, guardava os cuidados necessários na sua estrutura político-deliberativa para impedir a excessiva centralização. Junta-se a isso o amplo controle estabelecido pelo movimento autônomo através dos fóruns locais e das outras organizações participantes.

social mais vinculado às decisões participativas e democráticas, o permanente controle e questionamento sobre as instâncias de poder ou formação de lideranças por parte do movimento de base dificultam essa dicotomia. Por outro lado, sente-se uma constante preocupação por parte das ONGs feministas em estimular mecanismos de participação e consulta mais amplos no sentido de buscar respaldo político que legitime suas ações. Talvez, a própria origem das ONGs feministas no Brasil determine suas práticas diferenciadas, já que a grande maioria surgiu dos grupos autônomos locais estruturados no *que hacer* feminista. Mesmo as ONGs mais recentes aglutinam antigas militantes de reconhecida atuação no feminismo autônomo e preocupam-se em manter os vínculos com o movimento não-institucional.

Os recentes desafios

Como vimos, a herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado. Nessa perspectiva, em 2000, a Articulação de Mulheres Brasileiras, tendo em vista a proximidade de Beijing+5, através de um esforço conjunto com outras entidades, realizou uma avaliação das ações governamentais implementadas no campo das políticas públicas para as mulheres, nos últimos cinco anos, em relação aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a IV Conferência. Como resultado, o documento final aponta para a fragilidade dos mecanismos executivos criados (com pouco ou nenhum recurso financeiro, com um pequeno quadro de pessoal e quase sem nenhum poder dentro do Estado), os limites das políticas públicas implantadas, e a necessidade de manter a mobilização e pressão do movimento (ARTICULAÇÃO... 2000, 2004).

Também nesse ano, na perspectiva da proximidade das eleições presidenciais, alguns setores do feminismo brasileiro começam a tomar consciência da necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um

compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. Essa proposta toma corpo por ocasião do II Fórum Social Mundial,[25] realizado em Porto Alegre, em fins de janeiro de 2002, com a adesão de várias organizações e redes feministas.[26] Entre março e maio daquele ano, foram realizadas 26 Conferências Estaduais, mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma "[...] Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, visando ao fortalecimento da democracia e à superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia" (Carta de Princípios). Em junho, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, com a participação de 2.000 mulheres delegadas das conferências estaduais e representantes das redes nacionais. Nesse processo, os debates afirmaram, segundo a AMB,

> [...] a relevância estratégica do Estado e dos governos para a justiça social, mas demonstraram também a necessidade de transformação do próprio Estado, ainda patriarcal e racista e hegemonizado pelas classes dominantes. Os debates na Conferência de Mulheres Brasileiras demonstraram ainda a importância de alterar a orientação governamental vigente nas políticas públicas, marcadas pela lógica de mercado na gestão pública, destituição de direitos, clientelismo, privatização do Estado e redução de investimentos na área social com exploração do trabalho voluntário ou mal remunerado das mulheres na execução de políticas sociais (ARTICULAÇÃO..., 2004, p. 2).

A Plataforma Política Feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa. A partir daí, a plataforma se transformou em um "[...] instrumento dos movimentos de mu-

25 O Fórum Social Mundial surge como um contraponto do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. Os Fóruns Sociais foram realizados anualmente em Porto Alegre/Rio Grande do Sul, a partir de janeiro de 2001, sendo que o IV Fórum Social Mundial foi realizado em Mumbai, na Índia, em janeiro de 2004. Seu Conselho internacional reúne hoje 112 organizações de caráter regional e mundial, entre elas nove redes feministas.

26 O processo de realização da Conferência Nacional de Mulheres foi coordenadao pelas seguintes redes e entidades nacionais: Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Rede de Mulheres no Rádio; Rede Nacional de Parteiras Tradicionais; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro; Secretaria para Assuntos da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino; e União Brasileira de Mulheres.

lheres para o diálogo, crítico e provocativo, para o confronto e para a negociação com outras forças políticas e sociais no Brasil" (ARTICULAÇÃO..., 2004) e passou a ser também o parâmetro norteador das lutas feministas.

Paralelamente (e articulado) a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista, algumas ONGs feministas, coordenadas pela Agende e Cladem/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo[27] da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Cedaw, pelo governo brasileiro, como parte da campanha mundial "Os direitos das mulheres não são facultativos". Apesar de o artigo 18 da Cedaw determinar a obrigatoriedade dos países membros apresentarem relatórios periódicos a cada quatro anos, somente em novembro de 2002, o governo brasileiro apresentou seu primeiro relatório governamental contemplando as ações desenvolvidas nos últimos 20 anos no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Atendendo a uma prática do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação da Mulher (Comitê Cedaw), o movimento, através de uma ação coordenada pelas duas ONGs, pontos focais da campanha no Brasil, envolvendo 13 redes nacionais[28] que englobam e mais de 400 entidades, elabora o Relatório Alternativo[29] com o objetivo de:

> [...] Além de subsidiar o Comitê da CEDAW, o referido Documento, pretende também subsidiar o novo governo, buscando a construção do diálogo e a melhoria da qualidade dos programas e ações governamentais na esfera federal para a erradicação da pobreza e da discriminação e violência contra as mulheres, bem como para a promoção da eqüidade e justiça (AGENDE, 2003b, p. 2).

27 O Protocolo Facultativo adotado pela Organização das Nações Unidas em 1999, e aberto à adoção para todos os países que já fossem parte da Convenção, entrou em vigor internacionalmente em dezembro de 2000. O Brasil é parte da Convenção desde 1984. Assinou o Protocolo em 13 de março de 2001, e o ratificou em 28 de junho de 2002 (AGENDE, 2003a).

28 Participam deste processo as seguintes Redes e Articulações Nacionais de Mulheres Brasileiras: AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras); Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; ANTMR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais); Comissão da Mulher da CGT (Central Geral de Trabalhadores); CNMT/CUT (Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT); Mama (Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia); Redefem (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas); Redor(Rede Feminista N/NE de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero); Rede Nacional de Parteiras Tradicionais; Rede Feminista de Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Rede de Mulheres no Rádio; Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical; UBM (União Brasileira de Mulheres).

29 DOCUMENTO do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) – pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações. Brasília: Agende/Cladem, 2002.

Graças à contribuição do relatório alternativo e da atuação direta de representantes das redes participantes durante a XXIX Sessão do Comitê Cedaw, realizada em julho de 2003, o referido Comitê apresentou uma série de recomendações ao governo brasileiro para o cumprimento da convenção, como por exemplo, aquelas sobre: a defasagem entre as garantias constitucionais de igualdade entre homens e mulheres; as intensas disparidades regionais, econômicas e sociais; a persistência de dispositivos discriminatórios em relação à mulher no código penal; as visões conservadoras e estereotipadas a respeito das mulheres; a violência contra as mulheres; a exploração sexual e o tráfico de mulheres; a subrepresentação feminina nas instâncias de poder político; as altas taxas de analfabetismo feminino e de mortalidade materna (AGENDE, 2003c). Esse processo de apresentação e defesa do Relatório Governamental na XXIX Sessão do Comitê Cedaw correspondeu a dois momentos distintos na política brasileira. O documento foi elaborado e apresentado a ONU durante o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, cabendo sua defesa ao novo governo, recém-empossado de Luiz Inácio Lula da Silva, coincidindo assim com um momento de transição, o que não impediu que a representação governamental aí presente assumisse uma série de compromissos no sentido de atender as recomendações.

Não obstante esses compromissos assumidos pelo governo federal junto a ONU, a relação com o movimento feminista, apesar da predisposição deste último para a negociação, não tem sido muito fácil. Logo ao assumir o governo, à revelia de toda a articulação e mobilização do movimento de mulheres, Lula não indicou, como se esperava, uma feminista para a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, agora com o *status* de Ministério. Para o cargo indicou uma senadora petista. Com pouco mais de um ano, a substituiu por uma professora universitária sem qualquer ligação com o movimento. O PT no governo, apesar dos compromissos de campanha assumidos para com as mulheres, tem se mostrado extremamente conservador na implementação de políticas; nem a lei de cotas, aprovada no partido desde os anos 1980, estabelecendo um mínimo de 30% de mulheres nos espaços de decisão foi aplicada no âmbito governamental. Hoje, conforme avalia a Articulação de Mulheres Brasileiras:

> Na sociedade brasileira, de um lado, cresce a força política dos setores fundamentalistas religiosos e dos setores políticos neoliberais sem, entretanto, termos visto o dissenso da tradicional força política dos oligarcas. [...] Do outro lado, cresce entre os movimentos sociais e de mulheres a insatisfação com os rumos que o governo federal vem tomando [...] (ARTICULAÇÃO..., 2004b, p. 10).

Mas essa prática governamental não tem conseguido desestimular o movimento na sua luta por políticas adequadas para as mulheres e na decisão de seguir criando novos espaços de interlocução ou aproveitando os espaços já institucionalizados. Foi esse entendimento que levou recentemente o movimento de mulheres brasileiro, e como parte dele o movimento feminista, a responder positivamente à convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, em julho de 2004, com o objetivo de "propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres" (CONFERÊNCIA NACIONAL..., 2004a).

Não obstante estar consciente de que essa participação poderá fortalecê-lo "como sujeito na cena política nacional", o movimento está atento para os riscos de ser "instrumentalizado para efeito de uma participação meramente ilustrativa, com poucos resultados concretos sobre as definições do futuro plano" (ARTICULAÇÃO..., 2004a). Para evitar e impedir essa instrumentalização, foi articulada toda uma estratégia de participação e intervenção, desde as conferências locais e estaduais, direcionada a garantir um maior número de delegadas vinculadas ao campo feminista e assim assegurar a incorporação das demandas contidas na Plataforma Política Feminista no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Calcula-se que aproximadamente 500 mil mulheres participaram em todo o processo nos âmbitos municipais, estaduais e federal. Participaram, na qualidade de delegadas das 27 conferências estaduais realizadas no país, 14.050 mulheres, durante os meses de maio e junho (SEPM, 2004a), das quais 2.000 foram indicadas como delegadas para a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, realizada em 14 e 15 de julho. Segundo estimativas, 47% das mulheres participantes pertenciam a organizações do movimento de mulheres negras (CASA DA CULTURA..., 2004).

Como recomendação ao Plano Nacional foi aprovada a:

> [...] posição feminista que afirma a responsabilidade do Estado sobre o financiamento, formulação e gestão das políticas públicas, a articulação entre políticas econômicas e sociais, ambas com caráter distributivo; além da manutenção dos vínculos orçamentários para saúde e educação, a relevância de ações afirmativas e os princípios da igualdade e eqüidade, laicidade do Estado e da intersetorialidade das ações para implementação de políticas públicas, o que exige a participação de todas as áreas de governo (ARTICULAÇÃO..., 2004c, p. 1).

Agora é esperar e seguir lutando para que, de fato, as demandas aí aprovadas não só façam parte do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, mas que se transformem numa prática do Estado brasileiro, afinal, esse foi o compromisso do presidente da República na sessão de abertura da Conferência.

A título de conclusão

O movimento feminista brasileiro, enquanto"novo" movimento social, extrapolou os limites do seu *status* e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

O resultado da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres é a demonstração da força, da capacidade de mobilização e articulação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira.

Até chegar aí foi um longo e, muitas vezes, tortuoso caminho de mudanças, dilemas, enfrentamentos, ajustes, derrotas e também vitórias. O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos, ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no Estado. Descobriu que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais. Rompeu fronteiras, criando, em especial, novos espaços de interlocução e atuação, possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas.

Mas esse não é o ponto final do movimento, a cada vitória surgem novas demandas e novos enfrentamentos. O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres en-

frenta ainda hoje resistências culturais e políticas. No documento "Articulando a luta feminista nas políticas públicas", a AMB apresenta três campos principais dessa resistência antifeminista no Brasil:

- os setores que têm uma perspectiva funcional e antifeminista da abordagem de gênero. Explicam as relações de gênero como parte de uma ordem social que se estrutura a partir dos papéis diferenciados entre homens e mulheres, definidos por funções imutáveis e complementares na sociedade. Os papéis femininos devem ser valorizados, mas não necessariamente transformados;[30]
- um setor que questiona a existência do feminismo hoje e que acredita ser possível mudar a sociedade e superar as injustiças apenas a partir de comportamentos individuais de homens e mulheres. Esta é uma posição que vem crescendo entre os movimentos sociais e distintas organizações, articuladas no que autodenominam erradamente de "movimentos de gênero", preocupados mais em promover a unidade entre homens e mulheres do que em defender os direitos das mulheres e combater as desigualdades de gênero;
- refere-se àqueles que não reconhecem a centralidade das desigualdades e buscam explicá-las apenas pela classe. São setores que consideram as desigualdades de gênero, a luta feminista e anti-racista como própria do espaço cultural e não tanto um problema da esfera pública. (ARTICULAÇÃO..., 2004b).

Analisar, entender e, em especial, dar respostas a estas resistências é um desafio que o movimento feminista brasileiro continuará ainda enfrentando.

30 Sobre a manifestação desse campo de resistência em projetos de desenvolvimento ver Sardenberg, Costa e Passos (1999).

Resumo

Neste trabalho busco dar conta das mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos 30 anos pelo feminismo brasileiro como movimento social. Parto do princípio de que o movimento feminista brasileiro não acontece isolado, de forma homogênea, alheio ao contexto mundial e, por isso, estabeleço aqui laços e relações com os feminismos latino-americanos e com as novas dinâmicas, hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios desse movimento no Brasil é o objetivo central deste trabalho.

Palavras-chave: Feminismo; Mulheres; Autonomia.

Abstract

This work aims to account for the changes, the new demands, the new challenges and contradictions that Brazilian feminism has faced in the last thirty years as a social movement. It assumes that the Brazilian feminist movement is not an isolated, homogeneous phenomenon divorced from the world context; it thus investigates links and relationships with the Latin American feminisms and with the new dynamics that are today present in broader supranational contexts. The central purpose of this work is to make a reflection on the struggles, the new dynamics and challenges of this movement in Brazil.

Keywords: Feminism; Women; Autonomy.

Referências

AGENDE. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico*, Brasília, n. 1, 28 mar. 2003a.

_____. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico,* Brasília, n. 2, 14 maio 2003b.

_____. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico,* Brasília, n. 8, 12 ago. 2003c.

ÁLVAREZ, S. *Engendering democracy in Brasil*: women's moviments in transitión politics. Pinceton: Princeton University Press, 1990.

_____. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In: LEON, M. (Org.). *Mujeres y participación politica*. Avances y desafios en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

_____. Los feminismos latino-americanos se globalizan: tendencias de los años 90 y retos para un nuevo milenio. In:_____. DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *La política de las culturas y las culturas de la política: revisando los movimientos sociales latinoamericanos*. Bogotá: Taurus, 2001.

_____. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jul./dez. 2003.

ALVES, B.M. *Ideologia e feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Boletim Articulando*, Recife, n. 90, jul. 2004a.

_____. *Boletim Articulando*, Recife, n. 94, set. 2004b.

_____. *Políticas Públicas para as mulheres no Brasil*: Balanço nacional cinco anos após Beijing. Brasília: ABM, 2000.

_____. In: *Articulando a luta feminista nas políticas públicas*. Recife: [s.n.], 2004c. (Texto para discussão).

CASA DE CULTURA DA MULHER. Boletim Eparrei online, Santos, jul. 2004. Boletim especial para a I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002, Brasília. *Carta de princípios*. Brasília: [s.n.], 2002a.

_____. 1., 2002, Brasília. *Plataforma política Feminista*. Brasília: [s.n.], jun. 2002b.

_____. 1., 2004, Brasília. *Balanço* Brasília: [s.n.], 2004a.

_____. 1., 2004, Brasília. *Boletim informativo n. 1*. Brasília: [s.n.], 2004b.

COSTA PINHEIRO, A.A. *Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.

COSTA, A.A.A. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. SARDENBERG, C.B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.L.; BINGEMER, M.C. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994a.

_____. SARDENBERG, C.M.B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e *práxis* feminista na acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 387-400, 1994b. Volume especial.

DOCUMENTO do movimento de mulheres para o cumprimento da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Cedaw, pelo Estado brasileiro: propostas e recomendações. Brasília: Agende/Cladem, 2002.

FIGUEIREDO, M. A evolução do feminismo no Brasil. In: *O Feminismo no Brasil*: reflexões teóricas y perspectivas. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.

JAQUETTE, J.S. Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación politica*. Avances y desafios en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LEON, M. Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. In: LEON, M. (Org.). *Mujeres y participación politica*. Avances y desafios en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LOBO, E.S. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

MOLYNEUX, M. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003.

PATEMAN, C. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, C. (Org.). *Perspectivas feministas en teoria política***.** Barcelona: Paidós, 1996.

PETIT, C.M. Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración. In: AMORÓS, C. (Org.). *Actas del Seminário Permanente Feminismo e Ilustración 1988-1992.* IIF/Universidad Complutense de Madrid, 1993.

PINTO, C.J. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M.(Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1994.

REVISTA VEJA. São Paulo: [s.n.], ago./set. 1994. p. 20.

SAMARA, E.M.; MATOS, M.I. *Manos femeninas*: trabajo y resistência de las mujeres brasileñas (1890-1920). In: DUBY, G.; PERROT, M. *História de las Mujeres*. v. 10. Espanha: Taurus, 1993.

SARDENBERG, C.M.B.; COSTA, A.A.A.; PASSOS, E. Rural development in Brazil: are we practising feminism or gender? *Gender And Development*, Oxford, UK, v. 7, n. 3, p. 28-38, 1999.

SARTI, S. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *Congresso Internacional de Lasa*, 21, 1998, Chicago. *Anais*... Chicago: Illinois, set. 1998.

SCHUMAHER, M.A.; VARGAS, B. Lugar no governo: álibi ou conquista. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jul./dez. 1993.

SIMÕES, S. de D. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, V. et al. Brasilian feminism and women's moviment. Two-way street. In: BASU, A. (Org.). *Fite challenge of local feminisms*. Women's moviments in global perspective. , v. 1. Colorado: Boulder, 1995. p. 302-323.

SOARES. V. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 2, jul./dez. 1994.

STERNBACH, N.S.; ARANGUREN, M.N.;CHUCHRYK, P. e ÁLVAREZ, S.E. Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In. LEON, M. (Org.). *Mujeres y participación politica. Avances y desafios en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

VALDËS, T. *De lo social a lo político. La acción de las mujeres latino-americanas*. Santiago: Lom Ed., 2000.

VARGAS, V. *Los feminismos Latinoamericanos construyendo espacios transnacionales*: Beijing y los Encuentros Feministas Lima, 1999. Mimeo.

Feminismo, Justiça Social e Cidadania na América Latina*

Eni de Mesquista Samara**

Embora os estudos sobre a condição feminina na América Latina tenham produzido um conjunto diversificado e significativo, ainda são raras as análises sobre as relações de gênero no contexto do desenvolvimento social e cultural. Para Elizabeth Kusnesof, muitos dos trabalhos tendem a "separar a experiência feminina da sociedade como um todo, ao invés de enxergar a sua posição legal, emprego e oportunidades no contexto geral da vida social e das relações de raça e de classe em locais e tempos históricos específicos".[1]

Apesar disso, pesquisas e publicações recentes sobre a História das Mulheres na América Latina levantaram até o momento questões fundamentais. Um exemplo disso, é a discussão da família patriarcal e a decorrente visão da mulher submissa e reclusa, vistos como modelos válidos para as sociedades no passado, esquecidas as diferenças culturais, de classe e temporais. Reforçados pela historiografia até a algumas décadas atrás, esses estereótipos permaneceram

* Publicado originalmente no *Caderno Espaço Feminino*, n. 1/2, 1995.

N.A. Este artigo foi publicado em versão inglesa pelo Journal of Women's History e redigido enquanto *visiting-scholar* do Population Research Center da Texas University e Bolsista de Pós-Doutoramento da Fapesp.

** Professora da Universidade de São Paulo. Pós-doutora pelo Population Research Center, Texas University, Austin, EUA.

1 KUZNESOF, E.A. "Sexuality, Gender and the Family in Colonial Brazil", Luzo Brazilian Review, v. 30, Summer. 1993: 119-132, p.121.

representativos da nossa cultura e valores por muitas gerações. Mudanças, entretanto, têm sido apontadas por historiadores, sociólogos e antropólogos, sugerindo inclusive a inexistência do modelo de reclusão.[2] Tomando decisões e gerenciando negócios, as mulheres latino-americanas tiveram por vezes mais direitos do que as suas irmãs anglo-saxônicas conforme sugere Muriel Nazzari.[3] Charles Boxer também aponta que em áreas de colonização ibérica foram poderosas e valentes envolvendo-se diretamente nos combates quando necessário.[4] Sendo assim, imagens estereotipadas de mulheres que viviam apenas na ociosidade ou confinadas ao âmbito doméstico, cederam lugar a histórias de vidas de outras mulheres, antes formalmente sem História.[5]

Nessa trilha estão os trabalhos de Francesca Miller, June Hahner e K. Stoner que buscam um melhor entendimento da condição feminina ao analisar ao longo do tempo as mudanças legais e de status social. Mostram além disso, que muitas mulheres latino-americanas estiveram envolvidas nas lutas por justiça social e cidadania.[6] Francesca Miller desafia os estereótipos enfatizando a questão da diversidade histórica da experiência feminina. Um importante objetivo do livro de Miller é "ver as mudanças ao longo do tempo permanecendo atenta as nuances da individualidade".[7] Diversidade e continuidade são também temas centrais de June Hahner e K. lynn Stoner. Ambas ao enfatizar as especificidades do feminismo no Brasil e em Cuba, exploram os liames do movimento de mulheres nos vários países da América Latina e a questão da influência norte-americana.

Estudiosos que desejam enfrentar essas conexões geralmente deparam com problemas específicos, relacionados ao contexto latinoamericano. Assim, como comparar o movimento feminista na América Latina àqueles dos Estados Unidos e da Europa? Qual é o peso da ideologia proveniente das sociedades ibéricas e que foram absorvidas nas leis, comportamentos e valores nas colônias? Se por tradição e

2 METCALF, A. "Mulheres e propriedade: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no século XVIII". *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. 5,1989-1990.

3 NAZZARI, M. Disappearance of the Dowry, Stanford, Stanford University Press, 1991

4 BOXER, C. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa, Livros Horizonte, 1977. Ver especialmente as interessantes descrições do capítulo I, "Marrocos, África Ocidental e Ilha s Atlânticas".

5 Ver entre outros, DIAS, M.O.S. *Quotidiano e Poder em São Paulo.* São Paulo, Brasiliense, 1984; RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Women and society in Colonial Brazil", *Journal of Latin American* Studies. 9, n.1, 1977 e SAMARA, E. de M. *As Mulheres o Poder e a Família*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1989.

6 MILLER, F. *Latin American Women and the search for Social Justice*. Hanover, University Press of New England, 1992; STONER, K.L. *From the house to the streets, the Cuban Woman's Movement for Legal Reform, 1898-1940*; DURKAM, D. *University Press*, 1991 e HAHNER, J. *Emancipating the female sex, the struggle for Women's Rights in Brazil*, 1850-1940; DURKAM, D. *University Press*, 1990.

7 MILLER, F., op. cit., p. XIV.

costume o poder formal de decisão estava com o homem, que mudanças ocorreram ao longo do tempo que encorajaram e permitiram às mulheres clamarem por direitos iguais? Que estratégias foram usadas pelas mulheres para se articularem e dar legitimidade as suas causas? Quão importante é considerar a relação entre gênero e classe na História da América Latina?

A busca da justiça social e o culto da maternidade, temas centrais dos movimentos feministas latino-americanos também foram enfatizados pelas autoras. Nesse sentido é impressionante o esforço feito por Francesca Miller, juntando harmonicamente, fontes e bibliografia variadas referentes a um vasto período de tempo. Como resultado disso, Latin American Women and the Search for Social Justice, consegue resgatar os liames entre a história das mulheres e o todo social, econômico e político. Nessa perspectiva a autora entende que a história das mulheres é definitivamente parte da busca por justiça social para todas as pessoas.[8] Identidade feminina e a aceitação dos papéis de esposa e mãe também iluminam a questão das formas de resistência e demonstram o quanto diferem das masculinas. O protesto das mães contra a "cultura do medo" estabelecida pelos governos na América Latina para controlar a população, envolve a transformação da própria maternidade em uma causa pública. Por que isso ocorreu assim? Além da aceitação do fato de que os homens tinham que continuar a trabalhar para prover a família, as mulheres acreditavam que eram menos sujeitas a retaliação do que os homens. No entanto, rapidamente perceberam que as tradições nacionais que exaltavam mães e famílias eram mais folclore do que realidade.[9]

K. Lynn Stoner também olha para o feminismo na sociedade cubana na forma como deriva das noções tradicionais de feminilidade e igualdade dos sexos para avançar na discussão de que o papel da mulher era necessário ao progresso social: "mais do que outros movimentos feministas na América Latina, as cubanas sempre tiveram delegações norte-americanas nas suas convenções, insistindo no direto do voto e na participação feminina nos cargos públicos. Embora desenfatizando a importância da maternidade. A reação cubana a essas propostas era variada. Algumas ativistas concordavam que os direitos eleitorais eram centrais para a liberação feminina. Outras acreditavam que plebiscitos não resolviam os problemas da pobreza, da dominação masculina e de uma sociedade mais igualitária, e que a aceitação do modelo norteamericano era uma outra forma de aquiescência ao imperialismo. Embora divididas, quase todas as cubanas insistiam na reverência à maternidade

8 Idem, p. XV.

9 Idem, p. 8.

e no desejo de completar a vida dos homens."[10] Como se pode perceber, para as feministas cubanas, além do papel de esposa e mãe, preservar a feminilidade era fundamental para a sua própria identidade.

No caso do Brasil, por tradição e costume a mulher era responsável pelos deveres domésticos e também pelo apoio moral à família. Assim, a educação feminina centrava-se na preparação do seu destino como esposas e mães. Segundo Hahner, mesmo os homens brasileiros que se consideravam progressistas e aprovavam "a igualdade universal proclamada pelo Cristianismo", acreditavam que a finalidade máxima da educação feminina estava na preparação para a maternidade. No século XIX, vinculando maternidade com progresso e patriotismo, os modernizadores brasileiros deram à mulher um papel mais significativo na vida da nação. No entanto, ainda permanecia arraigada a crença de que "as energias femininas devem ser direcionadas aos deveres familiares", idéia que ainda hoje persiste especialmente entre muitos homens.[11] Comparando várias fontes documentais e bibliografia, Hahner procurou recuperar as percepções masculinas sobre os papéis femininos. A versão feminina foi captada especialmente na imprensa feminista do século XIX, jornais editados por mulheres em cidades do centro-sul do Brasil. Esses testemunhos revelaram a insatisfação das mulheres com a injustiça e o tratamento não igualitário presentes nas leis e nos costumes que regulavam a sociedade brasileira. Argumentavam além disso, que o progresso do país dependia delas como cidadãs no sentido pleno da palavra e não apenas como filhas, esposas e mães.[12] Entretanto, o respeito pela maternidade era constantemente invocado, especialmente para justificar melhorias na educação feminina, o que as ajudaria a educar mais propriamente os filhos e serem boas esposas.

As mulheres latino-americanas identificavam-se como mães e esposas, mas freqüentemente associavam esses papéis com as idéias de progresso e de nacionalismo. A partir desse pressuposto, articularam-se e organizaram movimentos que buscavam mudanças para a sociedade como um todo. O ideal de preservar a feminilidade é outro ponto importante na história do feminismo latino-americano, e até bem recentemente esse argumento era utilizado por homens e mulheres em oposição a liberação feminina. O desdém por feministas foi também usado por líderes nacionais do sexo feminino como Eva Peron na Argentina, que se referia as feministas como "mulheres que não sabiam ser mulheres".[13] Como conseqüência desse estigma, que se espalhou

10 STONER, K.L., op. cit., p. 3.

11 HAHNER, J., op. cit., p. 48

12 Idem, p. 55.

13 MILLER, op. cit., p. 123.

por toda a América Latina, até hoje poucas mulheres têm coragem suficiente para se apresentarem como feministas. Por outro lado, o feminismo sempre foi aceito nos momentos em que a sua utilização política era possível.

Ao discutir as origens e dimensões históricas do feminismo, os livros que estamos comentando enfatizam a questão da complexidade da sua definição. Segundo Hahner, embora a palavra "feminismo" e "feminista" tenham aparecido no Brasil na primeira década do século XX, foi pouco adotada até os anos 20.[14] No século XIX e no atual, as ativistas que lutavam por melhorias de condições para as mulheres, advogavam por "emancipação" ou "direitos".

Apesar da importância desse assunto no estudo do feminismo na América Latina, temos que focalizar outros aspectos prioritários, ou seja, os resultados conseguidos pelas mulheres "ativistas. ou "feministas. ao longo do tempo e a sua contribuição específica nos programas de reforma social. Em Cuba, o livro de Stoner analisa os esforços das mulheres que se organizaram por conseguir melhorias na saúde, educação e programas de bem-estar social, mesmo antes do sufrágio. Depois disso, tendo ajudado na derrubada de Machado, a maior parte das feministas assumiram novas responsabilidades e desejavam reconstruir os valores sociais, participando das reformas.

Um panorama dessa longa jornada é apresentado por Miller, construído a partir de estórias individuais em diferentes países e classes sociais. Segundo a autora, "ao examinar a história do feminismo na América Latina verificamos que as mulheres foram mais bem sucedidas em seus programas nos momentos de mudanças e reformas políticas de modo geral: no Uruguay durante as reformas Battle, em Cuba no Machadato (1920-1934), no Brasil na queda da República Velha em 1932, na Guatemala e Venezuela no meio dos anos 40".[15] Além disso, ficou evidente que em muitos pafses, a participação feminina nos programas gerais de reforma social serviram para perpetuar padrões tradicionais de liderança masculina. Mesmo entre grupos revolucionários que lutavam por mudanças radicais na sociedade, as mulheres foram relegadas a posições subordinadas. Apesar disso, mulheres ativistas e vários grupos feministas conseguiram se articular, batalhando pelos seus direitos nos momentos em que suas causas interessavam aos partidos políticos. Outros incorporavam as suas reivindicações, não em nome do feminismo mas buscando poder político. Na Argentina, Eva Perón foi incansável na sua auto-identificação como símbolo da classe trabalhadora. Os resultados desse esforço populista foi decisivo para criar melhores condições para as mulheres, dando acesso a vida política. Efetivamente, Evita, jun-

14 HAHNER, op. cit., p. XIII, p. 15

15 MILLER, op. cit., p. 187.

tou um número significativo de mulheres que "se preocupavam muito pouco com a questão dos direitos e eram indiferentes aos anseios das feministas provenientes dos setores médios e altos da sociedade".[16]

Esse último ponto, trás à cena uma questão fundamental: a relação entre gênero, raça e classe na formação do conceito de identidade. Sem dúvida, muitas ativistas que advogavam pelas causas das mulheres eram "educadas" e de famílias de posses e se apresentavam falando como indivíduos. Em função desse status social tiveram suporte econômico para publicar jornais e livros e eram mais expostas ao discurso político nos níveis nacional e internacional. No Brasil, durante a primeira metade do século XIX, a vida e os escritos de Nísia Floresta, são um belo exemplo. Nascida no Rio Grande do Sul, em 1810, foi incentivada pela família a estudar com os tutores destinados a seus irmãos e em 1832 teve subsídios para publicar a tradução portuguesa do livro de Mary Wollstonecraft, *Rights of Women*. Mesmo depois de casada continuou suas atividades como escritora, publicando artigos sobre a educação feminina. Miller, aponta também que nesse período, várias mulheres fundaram seminários particulares para educar jovens do sexo feminino, cujos frutos serão colhidos na geração seguinte. Em meados dos anos 1940, no Brasil e no México, advogavam pelo ensino superior feminino além e também pelo estabelecimento de escolas primárias.[17]

Ao longo do século XIX, desafios continuaram a ocorrer na vida das mulheres e perduraram até a virada do século. Educação era considerada nessa fase a chave da emancipação e da ascensão de status social. Acesso à educação universitária para as latino-americanas veio primeiro no Chile. Em 11 de abril de 1881, Eloisa Diaz Inzunza recebia o grau de bacharel em filosofia e humanidades. Seis anos depois, em 1887, era homenageada pelo presidente Balmaceda como a primeira mulher chilena a obter um título profissional, por ter concluído o curso de medicina.[18] Nesse período, várias instituições começaram a abrir suas portas para as mulheres e no Brasil o direito à educação universitária foi aprovado pela Lei da Reforma Educacional de 1879.[19]

Também em Cuba, entre 1902 e 1918, para que os princípios democráticos fossem assegurados, um ponto importante era educar a população para que se capacitasse para participar politicamente. A separação entre a Igreja e o Estado, secula-

16 Idem, p. 123.

17 Idem, p. 42.

18 Idem, p. 48.

19 HAHNER, op. cit., p. 42.

rizou o ensino, possibilitando o treinamento dos jovens patriotas no estudo do pensamento científico. Segundo Stoner, as feministas criticavam o currículo das escolas católicas e pediam a educação secundária pública para que as mulheres estivessem preparadas para o trabalho e o serviço público. Maria Luisa Dolz foi a primeira feminista moderna cubana a vincular reformas educacionais com nacionalismo e o próprio feminismo. Compartilhando as suas idéias com outras mulheres de seu tempo, Dolz difundiu a sua influência através de conferências, artigos e panfletos. Para ela apenas como educadoras e mães é que as mulheres poderiam adquirir a cidadania plena. Entretanto, as escolas fundadas por Dolz não serviam às mulheres pobres e continuaram a oferecer novas identidades as filhas das famílias cubanas ricas. Para Stoner esse também é o momento em que as "Mães Nacionalistas", substituíram a "Mãe Igreja" como guardiãs da moralidade cubana e nos ensinamentos aos mais jovens.[20]

Ponderando sobre essas colocações, é importante ainda pensar como as mulheres das camadas médias e pobres assimilaram as novas idéias e desafios e estiveram envolvidas nos movimentos pelos direitos. Miller ressalta a importância das professoras primárias. Para ela, essa primeira geração de mulheres "educadas" de classe média veio a formar o núcleo inicial de grupos femininos articulados, definindo a primeira crítica da sociedade, protestando contra a desigualdade dos sexos na lei, no sistema educacional e no poder econômico e político.[21]

Desde os tempos coloniais, mulheres das camadas populares, vivendo na escravidão ou em liberdade, negras, mulatas e brancas pobres estavam nas ruas trabalhando e lutando pela sobrevivência econômica. Assim, as suas memórias e histórias de vida podem ser resgatadas através das atividades cotidianas e dos papéis informais, onde instalavam-se conflito e confrontação com os poderes instituídos.[22] No Brasil, assim como em várias outras partes da América Latina, durante o período colonial e no século XIX, esses papéis improvisados utilizados como recurso de sobrevivência principalmente nas áreas urbanas, fizeram com que os estudiosos repensassem o sistema patriarcal e a rígida divisão de tarefas e incumbências entre os sexos. Essas "mulheres sem história", cujas memórias estão nos documentos de seu tempo, freqüentemente penetraram nos considerados espaços masculinos por convenção. Sendo assim, servem para exemplificar as distâncias que existiam entre as práticas e a norma social.

20 STONER, op. cit., p. 34-35.

21 MILLER, op. cit., p. 71.

22 SAMARA, E. de M. "La Mujer en la Historiografia Latino-Americana reciente". Jorge Nunez. Ed. *Historia de la Mujer y la Familia*. Quito, Editora Nacional, 1991, p. 153-170.

Sem dúvida, nesse tempo, as mulheres não estavam envolvidas em movimentos de reforma social e seus protestos eram individuais com aspirações de melhorias na sua vida pessoal. No entanto, essas formas de resistência ao senhor, como escrava, ao marido como esposa e ao pai, como filha, podem ser vistas como um processo de conscientização e rebeldia à sua condição de subordinadas. Como concubinas e mães de crianças ilegítimas confrontaram a Igreja e as autoridades. Recusando a pagar taxas, as pequenas comerciantes independentes na São Paulo de 1822, alegavam estar vendendo apenas o excedente do que produziam para o auto-consumo. Comandando famílias e negócios, desenvolveram arranjos familiares alternativos e criaram estratégias que as capacitaram a sobreviver em um mundo dominado pelos homens.[23]

A participação feminina no mercado de trabalho é um outro aspecto importante a ser analisado e foi tratado com ênfase nos livros que estamos comentando. Miller e Hahner descrevem com cuidado as mudanças nas atividades econômicas femininas ao longo do tempo. No Brasil, em 1870, o acesso ao ensino superior para as mulheres pode ser visto como uma forma de capacitá-las para ocupações mais prestigiosas?[24] Para o feminismo depois da virada do século, a emancipação estava fortemente arraigada ao trabalho. Bertha Lutz, uma importante ativista brasileira, acreditava que a emancipação dependia do emprego pago. Ela também via o sufrágio como o reconhecimento do valor das mulheres e o meio de assegurar o futuro bem-estar social.[25] Nessa época, na América do Sul, muitas mulheres que estavam trabalhando fora de suas casas, na indústria, no comércio, no ensino e em várias outras atividades. Entre 1850 e 1920, Hahner constata a abertura de novas oportunidades e desafios para as brasileiras como resultado dos avanços tecnológicos e do crescimento das cidades. Soma-se a isso a incorporação nos movimentos feministas em geral, de questões que interessavam as mulheres trabalhadoras.[26]

As primeiras décadas do século XX foram cruciais para as mulheres mobilizadas na conquista da cidadania. Em 1929 o Equador foi o primeiro país na América Latina a garantir o sufrágio e o Paraguai o último em 1961. Em teoria,

23 Ver entre outros SILVA DIAS, M.O. *Quotidiano e Poder*. Op. cit.; KUZNESOF, E. Household Economy and urban Development, Boulder, *Westview Press*. 1985; ARON, S. The Women of Mexico City, 1750-1857. Stanford, *Stanford University Press*, 1985 e SAMARA, E. de M. "Female headed households: a comparative view of XIXth century Brazil". *Conference on Matrilineality and Patrilineality*, Minneapolis, 1992.

24 HAHNER, J., op. cit., p. 42.

25 MILLER, op. cit., p. 85.

26 HAHNAER, J "The Nineteenth-century Feminist Press and Women's Rigths in Brazil. In: Lanvrin, Asuncion ed., Latin American Women. Westport Greenwood Press, 1978, p. 254-85.

o Uruguai foi a primeira nação do hemisfério ocidental a reconhecer o sufrágio feminino pela constituição de 1917. Entretanto, o princípio requeria dois terços de maioria em cada uma das casas legislativas para que se tornasse lei, o que inviabilizava a sua prática. Em outros países o sufrágio parcial foi concedido. No Peru, a Constituição de 1933 permitiu às mulheres votar em nível local, sem reconhecimento da sua cidadania que continuava a ser privilégio masculino. Em 1934, Cuba foi o quarto país na América Latina a conceder o direito de voto para as mulheres.[27] Stoner ressalta que assim como as leis do divórcio e do direito à propriedade, o sufrágio serviu como apoio às novas diretrizes governamentais. Era também um símbolo de democracia num tempo em que presidentes violavam esse princípio. A conquista do direto de voto foi, no entanto, uma luta das feminista que disso fizeram a sua bandeira e uma causa nacional.[28]

Apesar da importância do sufrágio e das lutas que foram travadas, apoio e mobilização vieram principalmente de mulheres dos segmentos altos e médios da sociedade. Hahner alerta para as dificuldades de relações entre as classes sociais no Brasil, embora estivessem aparentemente articuladas as causas das mulheres trabalhadoras: longas jornadas, baixos salários e más condições de trabalho. O mesmo problema pode ainda hoje ser sentido, já que as feministas brasileiras ainda se defrontam com as desigualdades de gênero e de classe simultaneamente. Para a autora, nos séculos XIX e XX, as mudanças efetivas parecem ter sempre vindo mais lentamente para os setores populares do que para os demais.[29]

Como se pode perceber a História do Feminismo na América Latina é uma História de mudanças e continuidades ao longo do tempo. Além disso, fica clara a interferência de fatores econômicos e políticos nos movimentos específicos de mulheres em cada país. As feministas latino-americanas desejavam também construir uma teoria e prática do feminismo que fosse apropriada às suas realidades e não simplesmente copiada de outros locais. Isso não excluiu as possibilidades de intercâmbio de experiências e idéias, vivenciadas principalmente nas convenções multinacionais que foram organizadas e que congregaram muitas mulheres. O papel desses congressos internacionais foi proeminente na História do Feminismo, dando suporte às causas em nível nacional e abrindo possibilidades de discussão dos problemas e estratégias específicas a cada uma das representações.

27 MILLER, op. cit., p. 97-99.

28 STONER. op. cit., p. 126.

29 HAHNER, op. cit. p. 120-207.

Ao discutir esses tópicos e fornecer subsídios necessários à sua compreensão, os livros analisados nesse capítulo contribuem sem dúvida, para um melhor entendimento da nossa história buscando os liames entre o presente e o passado. Na questão da identidade reforçam a tese das versões específicas dos vários feminismos, cujos exemplos podem ser encontrados na América Latina com diferenças sensíveis em relação ao movimento norte-americano. A dignidade de ser mãe e o envolvimento nas causas por justiça social para todos é apontada como uma das marcas do feminismo latino-americano. Somase a isso o culto da feminilidade e a reprodução de valores sociais de gênero e de classe, responsabilizando muitas mulheres pela transmissão e perpetuação das idéias tradicionais. Sem dúvida, tudo isso marcou e influenciou o feminismo na América Latina e levanta muitas questões. O que pode explicar essas persistências e diferenças? Por que mesmo as mulheres revolucionárias ocupam posições subalternas e viam-se como complemento dos homens? Não é fácil responder a essas dúvidas, especialmente se pensarmos numa História recente e que está sendo resgatada. A complexidade e riqueza desse processo, por sua vez, estão nos livros que comentamos nesse texto, que inspiram mas desafiam contradições que são próprias do nosso passado que ainda pairam no presente. Sendo assim, porque não concluir essa longa trajetória de lutas e conquistas com apenas uma questão: por que tão poucas Nísias, Berthas e Luisas e tantas "Marias" em nossas memórias e corações?

Por uma Bioética Não-Sexista, Anti-Racista e Libertária*

Fátima Oliveira**

A história de como as diferentes sociedades, em todos os tempos, se posicionaram a respeito de questões relativas à geração da descendência, na espécie humana, é longa e complexa. Pode ser contada e/ou analisada sob diferentes ângulos, e cada um deles sob múltiplos enfoques.

Atualmente busco entender como se articulam os conhecimentos e poderes da biologia contemporânea e áreas correlatas, e as perspectivas de novas e sofisticadas formas de dominação de classe, gênero e raça/etnia, gostados por este biopoder[1], no contexto das idéias e aspirações de 'melhoramento' da espécie humana e tendo como alicerce o uso cultural, por dominância de classe, de conceitos históricos tais como: perfeição, normalidade e superioridade em humanos (o darwinismo social, a eugenia e a sociobiologia).[2]

---

* Publicado originalmente pela *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 2, 1995.

** Médica, especialista em bioética, diretora da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

N.A. Uma versão deste artigo foi apresentada no I Congresso de Bioética da América Latina e do Caribe em São Paulo, 17 a 19 de outubro de 1995.

1 "Para Michel Foucault, o poder biotécnico é a forma caracteristicamente moderna de poder. Biopoder, escreve ele, designa aquilo que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana".

2 RABINOW, P. Artificalidade e Ilustração – da sociobiologia à biossociabilidade. *Novos Estudos Cebrap,* n. 31, out. 1991, p. 79-93.

Faz parte desta rota de análise aprofundar a percepção sobre a magnitude dos abusos sexistas, racistas e classistas e suas implicações nas ciências biológicas quanto à procriação/'reprodução' humana[3]. O desafio é compreender como a biologia aplicada se faz presente no nosso cotidiano.

No artigo faço também referências à tradição hibridista, ao reconhecimento da genética como disciplina (1900) e a outros acontecimentos relativos à procriação/'reprodução' humana. O ponto de partida de minhas reflexões analíticas é a década de 1960, e o de chegada é a proposta para que a bioética inclua uma visão não sexista e anti-racista.

Genética, gênero e procriação

A reprodução humana em sua face 'fenômeno biológico' sempre exerceu enorme fascínio nos meios científicos A prole das pessoas consideradas inferiores, por uma questão de classe, de gênero e/ou de raça/etnia, tem 'preocupado' muito, e deixado insone, as classes detentoras do poder econômico e político. As políticas de controle de população, por exemplo, além do acento ideológico de classe/gênero/raça/etnicidade (já que o alvo seria o controle da prole dos 'inferiores') tanto se valem do saber científico acumulado quanto 'orientam' que tipo de conhecimento deve ser produzido.

Se "a maternidade ainda hoje é um tema sagrado"[4], o mesmo não se pode dizer da reprodução biológica humana, palco de realização de 'mil e uma' intervenções biotecnológicas. 'Os filhos da ciência'/'bebês à *la carte*' profanaram, definitivamente, o templo sagrado da maternidade!

Tendo em conta as reflexões precedentes, é necessário que reflitamos sobre qual o papel da bioética nas condições atuais, sob a égide da engenharia genética e demais biotecnologias[5], considerando a guerra comercial pela regu-

3 Procriar, ou reproduzir a espécie, é gerar um ser semelhante, uma cópia de si mesmo, com a constituição genética idêntica ('reprodução' assexuada) ou diferente ('reprodução' sexuada), mas da mesma espécie. Na 'reprodução' sexuada não ocorre o fenômeno da 'reprodução'. Não se trata da cópia (reprodução), mas de duas metades diferentes que dão origem a uma terceira personagem, que não é idêntica a nenhuma das duas (procriação).

4 BANDITER, E. *Um Amor Conquistado* – o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5 ed., 1985, 370 p.

5 Biotecnologia é, grosso modo, a aplicação da tecnologia na biologia, objetivando associar, degradar ou

lamentação das denominadas biopatentes – dentre elas as de genes humanos – e, tendo como pano de fundo, a realidade do Projeto Genoma Humano[6] e a monopolização dos seus saberes, assim como o conseqüente enfeudamento deles, pelos países ricos.

Ao tratar da maternidade biológica, é essencial considerar algumas premissas, tais como:

- em todos os tempos, e sociedades, o processo biológico e o fato social de gerar o semelhante, na espécie humana, sempre foram assuntos relevantes;
- as mulheres sempre foram o centro das atenções nessa história, posto que, até há pouco menos de duas décadas, a geração do semelhante (fecundação, gravidez e parto) acontecia exclusivamente no corpo da mulher;
- desde sempre, as mulheres sabem de quem são mães. Os pais só descobriram sua participação na geração da descendência,há pouco tempo, e, mesmo assim, a paternidade ficava na dependência da indicação da mulher, e eles eram obrigados a confiar. Certeza mesmo de paternidade (99%) só quem pode lhes assegurar são os testes de DNA[7], uma novidade disponível da década de 1980 para cá.

A identificação da paternidade, via testes de DNA pode ser vista como *a segunda grande derrota histórica das mulheres*[8], no sentido de que lhes retira um poder absoluto na determinação de quem é filho de quem. Tal poder feminino era uma contradição nas relações mulher e homem, considerando-se o patriarcado e as condições, milenares, de subalternidade das mulheres. A 'compensação' para os homens, e o que lhes restava, era legislar sobre a procriação e alijar as mulheres das decisões. E foi o que fizeram, e continuam fazendo. Nesse campo, "a dominação masculina vem aumentando e permeando a cultura global"[9].

---

sintetizar algum componente orgânico. Nem toda biotecnologia é engenharia genética, mas a engenharia genética é uma biotecnologia. Isto é, para que uma biotecnologia seja enquadrada como engenharia genética é necessário que ela trabalhe (manipule) os genes.

6 Projeto Genoma Humano (PGH), pesquisa iniciada em 1990, para mapear e seqüenciar todo o genoma (conjunto de genes) do *homo sapiens*, em um prazo de 15 anos. (Para maior compreensão do PGH ver cap. 5 de Engenharia Genética: o sétimo dia da criação).

7 Impressão Digital Genética é uma radiografia do DNA.

8 Sobre isso revisitemos o que disse Friedrich Engels: "A reversão do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino. O homem passou a governar também na casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem, e um simples instrumento de reprodução". ENGELS, MARX e LENIN. *Sobre a Mulher.* São Paulo: Global Editora, 3 ed., 1981, 139 p.

9 PHILLIPS, A. Políticas de controle de população e novas tecnologias reprodutivas, dois lados da mesma

Da tradição hibridista à engenharia genética

Nós, as mulheres, inventamos a agricultura[10]. Disso ninguém mais duvida. É remotamente improvável que não tenhamos sido nós as pioneiras das manipulações genéticas. Isso não é nenhum demérito. De modo que, por mais doloroso que isso possa parecer para muitas pessoas, foi através das manipulações genéticas que sobrevivemos... e evoluímos.

Desde então, fomos aprendendo, pouco a pouco, a selecionar animais e plantas, a fabricar pão, vinho e tudo o mais necessário à alimentação e ao prazer de viver. Também muitos remédios de origem biológica resultaram do processo paciente de observação, experimentação, 'erros e acertos', enfim, de selecionar e de escolher os que se consideravam 'melhores'.

É verdade que as manipulações genéticas pré-bioengenheiradas, as antigas biotecnologias, ocorriam em uma relação muito mais harmoniosa e até mutual. Poderíamos dizer, até mais dialética. Mas, eis que aparece o monge austríaco Johann Gregor Mendel (1822-1884), um hibridista diletante que, em 1865, estabeleceu os princípios da hereditariedade, ciência que hoje conhecemos como genética. Os 'fatores' (os atuais genes) que Mendel dizia serem responsáveis pela transmissão da hereditariedade só tiveram a sua estrutura desvendada em 1953 (descoberta da estrutura helicoidal da molécula de DNA).[11]

De lá para cá. a imaginação é o limite para a intervenção na natureza viva. Sequer conseguimos imaginar quais os segredos que estão hibernando nos laboratórios/'oratórios' de biologia molecular, dos produtos úteis às armas bioengenheiradas. Ninguém sabe concretamente o que os 'deuses da ciência' estão fazendo. Nem os riscos de tudo isso. Não há controle social e nem ético. Quando muito, são segredos de Estado.

---

moeda de controle por raça, gênero e classe. In: *Seminário Nacional Políticas de População e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negros,* Itapecerica da Serra, 20 a 22 de agosto de 1993. Mimeo.

10 MILES, R. *A história do mundo pela mulher.* Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial, Milman e LTC, 1. ed., 1988, 341 p. AZEVEDO, E. *Raça*: conceito e preconceito. São Paulo: Editora Ática, 2 ed., 1990, 62 p,

11 Em 1953 foi descoberta a estrutura do DNA pela cristalógrafa inglesa Rosalind Franklin (1920-1958) e pelo geneticista norte-americano James D. Watson (1928...), físicos ingleses Francis H. Compton Crick (1918...) e Maurice Huge F., Wilkins (1916...). Os homens receberam o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, em 1962, época em que Rosalind já havia morrido. Como o Nobel só é concedido aos vivos, ela não recebeu esta honraria. Rosalind, em geral, não é citada como co-descobridora da dupla hélice. O paradoxo fica por conta de que quem realizou as pesquisas que demonstraram a estrutura do DNA foi ela. Maurice era o seu chefe de laboratório e nem estava mais pesquisando o DNA. Watson e Crick fizeram os modelos, baseados nos RX de Rosalind que, segundo Watson, em seu livro *A Dupla Hélice*, foram cedidos por Maurice, sem que ela soubesse!

A novidade da biotecnologia nos tempos do DNA é que não só se sabe o que se está fazendo e querendo, mas é possível escolher exatamente a 'qualidade' ou 'defeito' ao qual se quer chegar; quais as alterações que se pretende fazer para chegar a um resultado predeterminado.

As manipulações genéticas representam esperanças e ameaças para a humanidade. Trazem a perspectiva de curas para inúmeras doenças, em especial as genéticas[12], de novos medicamentos mais ágeis e talvez mais 'eficazes' e acenam com uma capacidade inesgotável de produção de alimentos. As ameaças se dão por não se saber, ao certo, os impactos ecológicos dessas coisas no restante da natureza 'natural'.

Há uma outra questão de fundo: quem é dono de todos esses saberes, quem os controla? Os países ricos, os ditos desenvolvidos, que mesmo não tendo em seus territórios os recursos biológicos necessários à bioindústria, são donos dos conhecimentos que possibilitam a utilização da natureza viva como fonte perene de riquezas[13].

As críticas aos processos e aos produtos oriundos da engenharia genética e à divulgação das potenciais repercussões nocivas dessas 'coisas novas' – nos aspectos sociopolíticos, econômicos e ecológicos – são muitas e a maioria procedente. São pontos que merecem uma aprofundada e exaustiva atenção. Fica o alerta[14].

Os produtos da engenharia genética possuem mercados promissores: medicina, agricultura e pecuária. Os lucros já são grandes, mas as promessas são incalculáveis. Garantir esses mercados certos, e os bilhões e bilhões de dólares que eles geram, constituem a razão pela qual os países ricos precisam patentear tudo!

Mas, vamos às repercussões desse biopoder nos debates, dos últimos 30 anos, sobre o futuro da humanidade.

O futuro do homem

Em 1962, a Fundação CIBA promoveu, em Londres, um seminário, O Futuro do Homem, para o qual convidou eminentes geneticistas de todo o mundo.

12 Estima-se em 6.000 as doenças genéticas passíveis de diagnósticos; destas, mil já estão localizadas, os diagnósticos são possíveis para cerca de 500 e o tratamento para apenas algumas.

13 SHIVA, V. *Abrazar la Vida* – mujer, ecología e supervivencia. Uruguai: Red del Tercer Mundo, 1. ed., 1991, 252 p.

14 SHIVA, V. *Monocultivo y Biotecnologias* – amenazas a la biodiversidad y la supervivencia. Uruguai: Red del Tercer Mundo. 1. ed., 1994, 186 p.

A senha para entrar era ser famoso, de preferência laureado com o Prêmio Nobel. Os resultados de tão 'nobelizado' encontro foram ridículos, sobretudo porque o grande desejo deles era encontrar uma forma de definir os herdeiros dos céus, das terras, dos mares e dos oceanos, via critérios culturais e controle biológico. Como em um laboratório de precisão máxima!

A voz solitária que se ergueu contra tão abominável miragem foi a do geneticista e comunista inglês J.B.S. Haldane, que declarou: "Concordo com Müller quando ele disse que, na maioria das sociedades existentes, a fertilidade efetiva está negativamente associada à posição social. A mesma observação foi feita há aproximadamente dois mil anos, na declaração: *Bem-aventurados os humildes, pois eles herdarão a terra* (...)[15]".

Jacob Bronowiski que, ao contrário de muitos ouvintes, aprendera pela experiência, falou em apoio a Haldane: "Se estão querendo alterar violentamente as atuais freqüências genéticas na população, então nada do que Müller propôs pode alcançar esse objetivo[16]. Assim como Haldane demonstrou, há muito tempo, que a esterilização dos incapazes dificilmente teria alguma influência sobre a proporção de genes recessivos, também a multiplicação dos que optamos chamar capacitados teria muito pouco efeito sobre a presença dos recessivos. (E ninguém que já conheceu os filhos de gênios imaginaria que a população se beneficiaria consideravelmente pela existência de várias centenas deles)[17]".

As conferências de população e desenvolvimento

"Visões apocalíticas das décadas de 1960/70 alardeavam os perigos da superpopulação, o mito da explosão demográfica – uma suposta bomba prestes

15 HALDANE, J.B.S. (1892-1964), um dos formuladores da Síntese Neodarwiniana da Evolução (a junção da genética mendeliana com a Teoria da Evolução de Darwin/Wallace). Autor de *A Filosofia e a Ciência*, 1939.

16 O geneticista norte-americano e Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (1946) Hermann Joseph Müller (1890-1967) defendeu uma antiga idéia sua (1910), que abandonara nos seus tempos de comunista na ex-URSS (de 1933-1937), que era a eutelegênese (ampliação das oportunidades reprodutivas para 'exemplares perfeitos da espécie humana') e propôs a criação de um banco de células germinais (Opção Germinal Voluntária) de pessoas com "características valiosas de mente, coração e corpo", previamente submetidas a testes físicos e mentais comprobatórios destas 'qualidades', com o objetivo de ampliar a capacidade reprodutiva dos 'bons machos'. Müller é considerado um eugenista e pai legítimo dos atuais Bancos de Esperma.

Em 1966, o empresário norte-americano Robert Klark Graham criou o Repositório H.J., Müller para Opção Germinal, que guarda esperma de alguns 'nobéis'.

17 GREER, G. *Sexo e Destino* – a política da fertilidade humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1. ed., 1987, 476 p.

a explodir. No dizer de Robert MacNamara, quando presidente do Banco Mundial, a ***explosão demográfica*** é, sob muitos aspectos, mais perigosa e insidiosa que a guerra termonuclear e exige contra-ataque à altura. Em 1968, o biólogo norte-americano Paul Erlinch publicou o livro *A Bomba Populacional*, em que diz que o centro do problema não era que no mundo não coubesse mais gente, mas as agressões ao meio ambiente. Ou a humanidade conteria o seu crescimento 'desenfreado' ou a natureza o faria a seu modo, via catástrofes".[18]

Tais idéias criaram fôlego, ganharam adeptos fervorosos e, em 1970, a Divisão de População da ONU convocou a 1ª Conferência Mundial sobre População e realizou-a em agosto de 1974, em Bucareste. Em 1979, convocou a 2ª Conferência, realizada na cidade do México, em 1984. As recomendações e armadilhas destas conferências falam de uma emergência para implantação do controle populacional.

As idéias catastrofistas de que, no planeta, não cabe mais gente justificavam o 'esforço internacional' para controlar a natalidade dos pobres e das etnias taxadas de inferiores. A Conferência do México conseguiu embasar o discurso neomalthusiano dos governos dos países ricos com um conteúdo extremamente modernizado e impregnado de bandeiras muito caras ao discurso ecológico e feminista: uma relação solidária com a natureza e o direito da mulher decidir sobre o seu próprio corpo e a obrigação dos governos de implementar políticas públicas capazes de assegurar estes direitos. No entanto, na prática o que vimos, nestes dez anos, foi a 'cooperação internacional' implementar, a ferro e a fogo, suas políticas de controle populacional, sob o inocente nome de planejamento familiar.

Nesse período, o Movimento Feminista, em nível mundial, denunciou exaustivamente a política controlista. Avançou nas discussões sobre saúde, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Rechaçou as políticas natalistas e anti-natalistas, e fez a apologia da liberdade reprodutiva, cuja formulação mais expressiva pode ser sintetizada na seguinte frase: "Nosso corpo nos pertence e exigimos o direito de decidir sobre ele com segurança".

E, assim, chegamos à 3ª Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, realizada, em setembro de 1994, no Cairo, Egito. Avalia-se que as mulheres organizadas tiveram uma participação destacada e combativa, em seus países e durante o evento. Ainda é muito cedo para dizer se a postura dos 'controlistas' mudou, e em que mudou. No entanto, o documento elaborado no Cairo

18 OLIVEIRA, F. A Bomba Populacional. *A Classe Operária*, ano 66, n. 106, 19 jul./1. ago. 1993, p. 14.

aponta mudanças significativas, embora pontuais, no discurso. Inclui a eqüidade de gênero e entre as pessoas, e defende os direitos sexuais e reprodutivos.

O plano de ação para os próximos dez anos ensaia metas e recomenda políticas públicas favoráveis ao que se conceitua hoje como 'desenvolvimento humano', porém... ainda é marcante a preocupação paranóica com o crescimento populacional dos pobres. Nada como o tempo. Fiquemos atentas, cotidianamente, pois se o mundo mudou os donos dele continuam... os mesmos, e é improvável que tenham renunciado altruisticamente aos seus princípios. A luta continua.

O DNA recombinante e os "filhos da ciência" /"bebês à *la carte*"

O geneticista Paul Berg, em 1971, inventou uma quimera, a molécula recombinada de DNA, ao soldar o material genético de um vírus (o SV-40) ao DNA do fago lambda. Surge assim a molécula de DNA recombinante, a primeira técnica de engenharia genética, proeza que conferiu a Paul Berg o Prêmio Nobel de Química, em 1980. Com a primeira molécula-quimera chegou ao fim da fronteira entre as espécies, pelo menos em laboratório.[19]

Em 1971, o biólogo e oncologista Van Rensselaer Potter escreveu um livro, *Bioética: a ponte para o futuro*, no qual o vocábulo bioética foi usado, pela primeira vez, para delimitar "o estudo da moralidade dos comportamentos humanos no campo das ciências biológicas". Disse Potter: "Escolho 'bios' para representar o conhecimento biológico dos sistemas viventes e escolho 'ética' para representar o conhecimento dos sistemas dos valores humanos".[20]

Nasceu, nos EUA, uma nova disciplina na área de saúde, que logo se expandiu para a Europa.[21] Fortalece-se assim uma área de discussões apaixonantes

19 MENDEL Á. *Lês Manipulations Genétiques*. França: Editions du Seuil, 1. ed., 1980, 327 p.

20 BARCHIFONTAINE, C. de P. e PESSINI, L. *Problemas Atuais de Bioética*. São Paulo: Edições Loyola, 2. ed., 1994, 414 p. SPINSANTI, S. *Ética Biomédica*, São Paulo: Edições Paulinas, 1 ed., 1990, 250 p.

21 a. Conforme Warren T. Reich, foi André Hellegers (Universidade de Georgetown, obstetra, fisiologista fetal e demógrafo holandês, fundador do The Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study on Human Reproduction of Bioethics – 1971) quem usou o termo para aplicá-lo à ética na medicina e nas ciências biológicas. (BARCHIFONTAINE, C. de P. e PESSINI, L. *Problemas Atuais de Bioética*. São Paulo: Edições Loyola, 2 ed., 1994, 414 p.)

e polêmicas. A ética da vida torna-se um grande tema dos debates no movimento social emergente de crítica à ciência e à tecnologia nos meios universitários dos EUA e Europa (Movimento Científico Radical), que permanece até hoje.

Não podemos deixar de reconhecer que o aparecimento da bioética sela o reencontro da Biologia com a Filosofia. Trata-se, portanto, de uma volta da Biologia a suas origens.

Dentre as correntes filosóficas que questionaram a visão clássica de ciência objetiva, quiçá infalível, destacamos Thomás Kunh (autor de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 1962) e Paul Feyerabend (autor de *Contra o Método*, 1975). Kuhn questionou o status de autonomia e independência da ciência e a postura de 'dona da verdade' absoluta e da descrição da realidade 'tal qual ela é': completa e precisa. Ambos analisaram, em profundidade, as pressões – de caráter social, psicológico, político e ideológico – definidoras da concepção e aplicação desses saberes das ciências biológicas.

O biólogo e professor da Universidade de Harvard, Edward O. Wilson, publicou o livro *Sociobiologia: a nova síntese*, 1975, no qual define a Sociobiologia como "uma disciplina científica que objetiva explicar em bases biológicas os comportamentos sociais dos seres vivos". Nesse livro, Wilson estabeleceu os princípios desta nova 'ciência'.

No dia 25 de agosto de 1978, nasceu, na Inglaterra, Louise Toy Brown, o primeiro bebê de proveta, fruto das experiências de Patrick Steptoe (ginecologista) e de Robert Edwards (biólogo). Foi a coroação de uma corrida acelerada para ver quem seria o pioneiro na produção dos 'filhos da ciência/'bebês *à la carte*', um processo iniciado no começo dos anos 1970.[22]

---

b. Thomasma (1993) informa que a bioética, há mais de cem anos, vem sendo praticada e ensinada por teólogos católicos em seus centros médicos; que alguns autores dizem que a bioética atual surgiu no bojo da luta pelos Direitos Humanos no pós-II Guerra, com a elaboração do Código de Nuremberg, 1946. O Tribunal de Nuremberg (1945) durou de 20/11/45 a 1/10/46 (218 dias). Foi um tribunal extraordinário que averiguou os crimes cometidos contra a humanidade pelo governo nazista, durante a II Guerra Mundial. Nuremberg foi denominada por Hitler de "capital espiritual do nazismo". Outros historiadores datam a origem da moderna bioética secular com o início da tecnologia do transplante de rim (anos 1960, em Seatle, Washington, EUA). Para outros, o marco é o trabalho de Joseph Fletcher (Nova Iorque), com a Sociedade de Eutanásia da América e com o treinamento do clero. Para muita gente, a bioética de fato, começou por ocasião do julgamento de médicos da Universidade da Virgínia pelo transplante de um rim, pois, naquela época, houve uma mudança na lei americana de definição de morte, que passou de cessação das batidas cardíacas para cessação das funções cerebrais. (THOMASMA, D. A Bioética Hoje. *O Mundo da Saúde*, v. 19, n. 1, jan./fev. 1995, p. 50-56)

c. Para Maurizio Moro, filósofo italiano, diretor da Sociedade Mundial de Bioética e do Centro de Pesquisa e Formação em Política e Ética, o surgimento da bioética deve-se "a uma situação muito prática: a discussão sobre o aborto nos EUA; em seguida, ganhou muita força na discussão sobre a questão do direito de viver ou de morrer. Vocês devem lembrar do caso de Karen Quilan, uma moça que ficou anos em estado vegetativo e que comoveu o mundo". Entrevista ao Jornal do Conselho Federal de Medicina, ano X, n. 60, jun. 1995, p. 8-9.

22 SANTOS, M.C.C.L. dos. *Imaculada Concepção* – nascendo *in vitro* e morrendo *in machina*. São Paulo:

Na década de 1980, o feminismo redobra suas críticas ao sexismo na ciência. É implacável com a vertente de elaboração de teorias estereotipadas e inferiorizadoras da mulher e da utilização das mulheres como cobaias preferenciais, e quase únicas, do comércio da fertilidade e da interinidade, bem como da exclusão das mulheres da produção científica. Nesse período, foram sistematizadas as análises sobre o direcionamento machista das pesquisas, quer na aplicabilidade quanto na definição dos assuntos.

Em 1984, foi publicado o livro de Germaine Greer. Líder feminista de fama mundial, *Sexo e Destino: a política da fertilidade humana*, uma análise sociológica, antropológica, histórica e política da fertilidade em diferentes culturas e épocas. A história da concepção, da contracepção e das políticas de população. É uma obra polêmica e muitos setores do feminismo consideram-na biologicista em demasia[23].

> Em 1990, Paul Erlinch reapareceu apregoando a necessidade de um amplo programa de controle de natalidade e a definição de um teto para a população mundial. Publicou um novo livro *Explosão Populacional*, em que faz elucubrações de que o aparecimento de pandemias, como a AIDS, o reaparecimento de doenças há muito controladas, como a cólera e a tuberculose, são evidências de que a natureza já está fazendo a sua parte: elevando a taxa de mortalidade para equilibrar o crescimento populacional! Como já dá para perceber, os discursos ambientalistas – de que para preservar o planeta e barrar a exaustão dos recursos naturais não-renováveis é preciso controlar a natalidade – não são tão novos e nem tão inocentes.[24]

O Projeto Genoma Humano

O ano de 1990 foi o ano 1 do Projeto Genoma Humano (PGH), uma proposta de pesquisa com o objetivo de mapear e seqüenciar todo o genoma do *homo sapiens* em um prazo de 15 anos, com custo estimado em três bilhões de dólares.

Editora Acadêmica, 1. ed., 1993, 256 p. COSTA-LASCOUX. J. *Mujer, Procriación y Bioética. Historia de las Mujeres*, EP siglo XX, Editora Taurus, Madrid, p. 591-607.

23 PULEO, A.H. *De Marcuse a la Sociobiologia* – La Deriva de uma teoria feminista no ilustrada. Mujeres en Acción, n. 1, 1993/Isis Internacional, Santiago do Chile, p. 31-42.

24 OLIVEIRA. F., op. cit. p. 14.

Em 1986 o PGH foi definido como um projeto nacional dos EUA e seria desenvolvido pelo DOE (Departamento de Energia) – órgão responsável pela militarização do conhecimento científico e tecnológico do governo norte-americano – e pelo NIH (Instituto Nacional de Saúde).

Sob pressão dos governos de vários países desenvolvidos, em 1988, os EUA criaram a HUGO (Organização do Genoma Humano), que teoricamente era um Conselho Consultivo de 42 pesquisadores dos seguintes países: EUA, Alemanha Ocidental, URSS, Japão, Canadá, Grã-Bretanha, Itália, França, Holanda, Suíça, Suécia, Austrália e Grécia. Cientistas de países pobres, conceituados em todo o mundo na área da genética humana, tentaram participar deste 'seleto clube', mas não conseguiram, porque o critério não era bem o conhecimento, o notório saber do(a)s pesquisadores(a)s, mas a que mundo pertencia seus países. Ali formou-se um conselho apenas entre os ricos.

O PGH não é, em sua essência, um projeto da "comunidade científica"[25], embora a proposta inicial tenha partido de cientistas. Atualmente, o PGH é um projeto financiado pelos sete países mais ricos do mundo, o chamado G7 (grupo dos sete): EUA, Japão, Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Itália e França. Em todos estes países, existem laboratórios dedicados às pesquisas do PGH, mas o controle é exercido pelos EUA, país que sedia as pesquisas mais 'secretas' e importantes. A Hugo agora desempenha um papel meramente decorativo.

Na verdade, quem não pertence ao 'clube dos ricos' (Grupo dos Sete, G7) não tem a menor idéia do que está acontecendo. Mesmo porque eles só divulgam o que querem e quando querem.

De vez em quando, surge uma briga pública entre os países ricos. É que nenhum deles confia no outro. Existem 'temores' de que qualquer um possa passar o outro para trás. Os EUA vivem tentando patentear parte de suas descobertas. Até agora não conseguiu, em função das pressões dos demais países, sobretudo da França, que parece ser o país cuja equipe está mais adiantada, até agora, nas pesquisas. Inclusive anunciou recentemente que o esboço inicial do mapa do genoma humano estará pronto até final de 1995 e que doará tal mapa à ONU, para que toda a humanidade tenha acesso a ele.

25 "A noção de ciência como obra de 'pares' que se correspondem ou comunicam diretamente encontra sua raiz nos séculos XVII e XVIII, época das primeiras organizações científicas, as academias: A noção de 'comunidade científica' é mais recente e costuma ser associada à profissionalização dos investigadores/cientistas – fenômeno característico do nosso século." (GONÇALVES, M.E. Ciência e Direito: de um paradigma a outro. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n. 31, mar. 1991, p. 89-109).

Setores organizados da sociedade civil e cientistas progressistas, em diversas partes do mundo, têm questionado muito o PGH. As controvérsias sobre a 'ética' e a possibilidade dos genes humanos serem patenteados têm norteado as discussões.

Da ECO-92 à clonagem[26] de embriões humanos

Em junho de 1992, a ONU realizou a ECO-92, no Rio de Janeiro. Nesta Conferência, voltou à baila, e com vigor redobrado, a falácia de que na Terra não cabe mais gente (leia-se: pobres e 'não-brancos'). Ou seja, a paranóia de que é preciso conter, a qualquer custo, o crescimento das populações ditas supérfluas (leia-se: pobres e 'não-brancos').

Em 18 de outubro de 1993, a mídia mundial foi tomada de assalto, e ficou boquiaberta, quando os pesquisadores da Universidade George Washington (EUA), os norte-americanos Jerry Hall e Robert Stillman, divulgaram suas andanças e peripécias na clonagem de embriões humanos, apesar da clonagem de animais ser um processo conhecido e corriqueiro desde 1952, quando a estrutura da dupla hélice ainda era uma incógnita. Portanto, a clonagem de humanos como técnica era uma velha conhecida. Não é por questões de técnica, mas de ética, que não se deve aceitar a clonagem de humanos.

Há que se ressaltar que, para a obtenção de clones, não se necessita de engenharia genética. Mas a grande preocupação é saber qual o grau de explosividade destas duas coisas juntas.

Inteligência: dogma central da eugenia

Em 1994 foi publicado *The Bell Curve* (*A Curva do Sino* ou *A Curva Normal*), de autoria de Charles Murray (sociólogo) e Richard Herrstein (psicólogo), professores da Universidade de Harvard. Essa obra consiste em uma sistematização de estudos sobre QI. "Nada mais que um amontoado de surradas e desacreditadas teses racistas, de há muito desmascaradas como não ciência, que porém continuam a exercer enorme fascínio nas viúvas do fatalismo genético. Até aí nada demais, caso

26 Clonagem: procedimento através do qual são produzidas cópias de células ou de genes. É um processo de reprodução assexuada. Clone: gene, célula ou organismo obtido por clonagem.

não estivessem sendo tratadas, por parte da imprensa, como 'descobertas científicas'; não fosse pelas recomendações reacionárias, plagiadas do nosso velho conhecido Thomas Malthus (1766-1834)[27], acrescidas das que foram feitas, em 1969, por Arthur R. Jansen (Universidade da Califórnia) e outros ensaios de igual teor de lavra do próprio Murray (1971), ocasião em que, além de divulgar o 'trabalho' do seu guru, psicólogo racista inglês Cyril Burt (1883-1971), teceu loas a ele."

"Os atuais 'conselhos' destes senhores, contidos em *The Bell Curve*, decorrem diretamente dos dados da fraude científica, inegável, de Cyril Burt, idealizador dos testes de QI em medidas fixas, como sinônimo de inteligência e significando superioridade e inferioridade racial[28] (...) É público que Burt, desde os tempos de estudante em Oxford, era um destacado e convicto divulgador de que os negros eram biologicamente inferiores e... burros, e que 'os miseráveis deste mundo deveriam ser proibidos de reproduzir-se'.[29] (...) Burt consagrou o teste de QI como algo que media uma capacidade imutável; tornou usual a sua aplicação também em adultos, e firmou a compreensão de que o teste de QI era uma escala de pontuação fixa, com gradação de superioridade e inferioridade e conferiu-lhe o recorte racial racista, indicando determinismo genético (...)".[30]

> Ao situar este debate pré-aristotélico no atual estágio do desenvolvimento das ciências biológicas, precisamos perceber que ele ressurge com as supostas bênçãos das contribuições importantes dos saberes e poderes da genética molecular e das biotecnologias bioengenheiradas. Talvez não tenha nada novo quanto à idéia, porém é diferente.[31]

27 Autor de *Ensaio Sobre o Princípio da População* (1798), que contém a 'popular' frase: "As populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética", Malthus sugeriu que os governos deveriam deixar as doenças, a fome e a guerra agir à vontade, e que os nascimentos deveriam ser controlados sob coação legal, via casamento tardio e a imposição da continência periódica (relações sexuais esporádicas).

28 Em 1979, foi publicada sua biografia oficial, autorizada por sua família: Cyril Burt. *Psychologist*, de autoria de L. S. Hearnshaw (Londres: Hodder and Stoughton). A biografia confirma a fraude 'científica' de Burt.

29 "Nada mais esperado que se tornasse o discípulo responsável pelo legado doutrinário dos eugenistas ingleses Francis Galton (1822-19n) e Karl Pearson (1857-1936). Nada de estranho que se dedicasse aos 'estudos' da inteligência, posto que o dogma central das teses eugênicas, historicamente, é o determinismo genético da inteligência – uma hereditariedade impenetrável às ações do meio". OLIVEIRA, F. Ideologia Racista do DNA Ditador é Miragem, *Princípios* n. 36, fev., mar., abr. 95, p. 41-45.

30 Burt se apropriou e deturpou as idéias do fisiologista e psicólogo francês, diretor do Instituto de Psicologia da Sorbonne (1884), Alfred Binet (1857-1911) sobre idade mental (IM) – Escala de Avaliação de Nível Mental (1905). Para Binet, o teste de IM retratava um momento da vida da criança, e quando a IM era muito alta em relação à idade cronológica este era um indicador de uma possibilidade de inteligência privilegiada. Foi desse trabalho que Burt partiu para um campo oposto! Sabemos que muitos outros promoveram alterações na Escala de Binet.

31 OLIVEIRA, F. Ideologia Racista do DNA Ditador é Miragem, *Princípios* n. 36, fev., mar., abr. 95, p. 41-45

Sabemos que o pensamento eugênico sempre esteve vinculado à genética e que geneticistas de renome também abraçaram idéias eugenistas. Embora a genética jamais tenha respaldado as pretensões da eugenia, muitos abusos e atrocidades foram cometidos em seu nome. Hoje, o que causa preocupação não são as descobertas e os inventos da Bioengenharia em si, mas o 'culto' ao DNA. A distorção é que, de repente, nada 'escapa aos genes' e a incompreensão da realidade de que somos *homo* pela nossa condição biológica e *sapiens* pelas nossas culturas.

A bioética

O que há em comum em todos os livros citados e nos fatos apresentados? É que eles, direta ou indiretamente, se referem a um único assunto: à procriação/'reprodução' humana, mais precisamente ao controle da fertilidade humana. São preocupações e propostas políticas que, ao fim e ao cabo, possuem um alvo: o corpo da mulher. Evidenciam que as atuais políticas de população têm como único objetivo a determinação de quem pode ou não nascer, e demonstram que esta política é definida, substancialmente, ou quase exclusivamente, tomando por base critérios da cultura sexista e racista, alicerçados pela dominação de classe.

Mas também salta aos olhos que, desta realidade, emerge uma nova área de discussão e atuação política, que é a bioética, que de Potter para cá adquiriu novas facetas particularmente porque a Biologia hoje é a parte mais promissora da *big science*, com potencial técnico, segundo seus donos, de 'resolver' os chamados quatro *big bioproblemas* (alimentação, saúde, degradação ambiental e crescimento demográfico).

Como disse Clotet, com certeza não encontraremos a palavra bioética nos dicionários.

> Trata-se de um conceito novo (...) O sentido do termo bioética, tal como usado por Potter, é diferente do significado ao mesmo hoje atribuído. Potter usou o termo para se referir à importância das ciências biológicas na melhoria da qualidade de vida; quer dizer, a bioética seria, para ele, a ciência que garantiria a sobrevivência do planeta (...).

> O termo bioética poderia também ser usado com o significado amplo referente à ética ambiental planetária, por exemplo: o tema dos agrotóxicos ou o uso indiscriminado de animais em pesquisa e experimentos biológicos. Mas não é essa, atualmente, a conotação específica e mais comum. Segundo a Encyclopaedia of Bioethics – resultado da colaboração de 285 especialistas e 330 supervisores e a maior contribuição coletiva para a bioética numa só obra, com sua segunda edição em fase final de elaboração, – bioética é o estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e dos cuidados da saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais.[32]

Quando empregamos a palavra bioética falamos, portanto, de algo que não é tão somente uma disciplina humanitária a mais nos cursos da área das ciências biológicas. Apesar de que nas escolas de medicina, em todo o mundo, existe um explícito empenho de despolitização da bioética, por parte sobretudo da área da Medicina Legal. Pretendem fundir a bioética à Medicina Legal e à Ética Médica e, quando muito, concedem aos advogados uma 'carona'. A tentativa de torná-la 'uma coisa de médicos', e reduzi-la ao seu caráter disciplina, precisa ser combatida com veemência.[33]

A bioética também não é uma torre de marfim a mais para abrigar médicos, biólogos ou as diferentes doutrinas deístas. Não é mais um feudo da Filosofia ou da Teologia. Ou mais uma associação de juristas e/ou legisladores, E obviamente não se confunde – não pode e não deve ser confundida (como é o desejo e o esforço de muitos) – com a deontologia e/ou com a ética médica, posto que os códigos deontológicos tratam da normalização das condutas profissionais e são elaborados por cada profissão. A ética médica se ocupa das posturas do(a) profissional médico(a) relativas ao exercício da medicina no cotidiano; das relações profissional/clientela e da moralidade/ética nas pesquisas. Aborda tão somente a conduta do(a) profissional.

---

32 CLOTET, J. Por que Bioética? Bioética, *Revista do Conselho Federal de Medicina*, v. 1, 1993.

33 As corporações médicas, tradicionalmente, têm dedicado muita atenção às questões éticas e participaram da elaboração de códigos, declarações e procedimentos baseados em princípios universais que orientam a conduta profissional da área de saúde. "Em 1962, a Associação Médica Mundial aprovou a Declaração sobre Pesquisas Biomédicas, que foi revisada em 1964 (Declaração de Helsinque), em 1975 (Declaração de Tóquio) e em 1981 (Declaração de Manila) (...) Em 1982, a Organização Mundial de Saúde e o Conselho de Organizações Nacionais de Ciências Médicas elaboraram a Proposição de Normas Internacionais para a Pesquisa Biomédica envolvendo seres humanos. Embora sejam 'aceitos' em todo o mundo, tanto o código quanto as declarações e proposições, não são 'leis', e sim princípios orientadores da conduta nas pesquisas. A partir desses princípios, cada país é livre para fazer as suas leis, civis e penais (...)". OLIVEIRA, F. *Engenharia Genética*: o sétimo dia da criação. SP: Editora Moderna, 1. ed., 1995, 135 p.

A bioética trabalha com o presente, com o arsenal terapêutico já disponível vinculado a questões pertinentes à boa qualidade de vida e com as perspectivas de futuro. Abriga um vasto temário, diz respeito a dimensões que, de uma forma ou de outra se referem à dignidade da vida humana. Especialmente, trata de discutir com a sociedade todos os temas da biologia desde a pesquisa básica à aplicada; passando pela qualidade e competência da prestação de serviços nas instituições e a postura dos(as) profissionais da área de saúde.

O corpo teórico da bioética é também a base para que o Biodireito reflita as indagações e necessidades do seu tempo. É uma orientação decisiva, uma bússola, para que legisladores possam, tomando como base a defesa de preservação da integridade e diversidade humana, elaborar as novas leis de acordo com o pensamento pluralista contemporâneo.[34]

A bioética ainda é muito tímida, até reticente, quanto ao combate à opressão de gênero e à opressão racial/étnica. E não poderia ser diferente, visto que a ética é uma construção cultural e, como tal, não é apolítica. É como disse Mary E. Hunt: "(...) a ética patriarcal se forjou a partir de uma série de experiências que não incluíram as mulheres"[35]. Ao que eu acrescento: nem os negros e nem os indígenas.

Não existe ainda, consolidada, uma mobilização do movimento feminista e anti-racista visando reorientar a bioética no sentido destas inclusões. É emergencial que deflagremos este processo, uma vez que a bioética, com certeza, será a pedra de toque da luta pelos direitos humanos no século XXI. Falta uma corrente feminista, anti-racista e libertária na bioética. O feminismo e a luta anti-racista precisam se dar conta de que esta parceria precisa ser construída.

No feminismo delineiam-se três posições antagônicas organizadas sobre bioética, que têm por base a atitude diante da engenharia genética e das NTRc. Existem grupos contrários à regulamentação de qualquer biotecnologia bioengenheirada, coordenados sobretudo pela Finrrage (Feminist Intemational Network of Resistence to Reproductive and Genetic Engineering – Rede Internacional Feminista de Resistência à Engenharia Genética e Reprodutiva, fundada em 1984). Para esse setor, a bioética é um 'engodo' a serviço do imperialismo e ape-

34 Na atualidade, há uma demanda e uma tendência por regulamentação da atividade e dos produtos da ciência; há necessidade de uma normalização pública, que proteja 'consumidores(as)' e produtores de ciência, pois vivemos uma época na qual a ciência não é tão somente uma inocente e poética tentativa de explicar a natureza apenas no 'mundo das idéias'. Suas aplicabilidades tecnológicas (industrialização da ciência) ressoam em quase todos os domínios de nossas vidas. Assim 'caiu por terra' a pretensa universalidade, a inocência e a autoridade, que, por muito tempo, acreditou-se intrínsecas à atividade científica.

35 HUNT, M.E. Introdução a uma Revolução. *Consciência Latino Americana*, v. IV, n. 4, oct., nov., dicie. 1992. p. 12.

nas uma forma de 'legitimar' ataques à natureza. "Não queremos regulamentar a aplicação destas tecnologias, não as queremos de nenhum modo" [36].

Existe uma posição que podemos denominar de bioliberal, particularmente em relação às NTRc, que exige o controle dessas biotecnologias pelas mulheres, pois, segundo essa corrente, as NTRc podem garantir a liberdade e a autonomia das mulheres.

Em 1992, surgiu a FAB (The Network on Feminist Approaches to Bioethics), que apresenta disposição para o embate relativo às questões de bioética e atua nos fóruns da área, bem como aglutina pessoas e grupos que lutam por uma legislação que coíba os abusos e incorpore uma visão de combate à opressão de gênero.

Mas qual é o traço de unidade entre as posturas feministas mencionadas? O posicionamento contra o sexismo, os estereótipos e a invisibilidade das mulheres na ciência e contra o patenteamento de seres vivos[37].

Desconheço, até o momento, alguma mobilização do movimento anti-racista no sentido de colocar o debate sobre bioética em sua agenda como um assunto importante, isoladamente ou em articulação com outros setores da sociedade. Isso é preocupante, pois sabemos que as pretensões dos chamados sexismo e racismo 'científicos' criam 'alma nova' com os novos saberes/poderes da biologia e a 'tentação' de uso deles para fins de eugenia. Urge que nos debrucemos sobre esse assunto com a preocupação que ele exige, pois "as questões colocadas nos dizem que, embora a luta cotidiana contra o racismo consuma quase todas nossas energias, não podemos nos abster, ou descuidar, do combate ao chamado racismo científico, posto que são estas teorias que dão a seiva ideológica às práticas do racismo"[38].

---

36 ZIMMERMAN, B. Discurso de Bienvenida. *Mujeres Contra Tecnologias Reproductivas y Ingenieria Genética*. Ponencias dei Segundo Congreso de Feministas, en Frankfurt, RFA, 28 – 30/10/88; WINKLER, E.F.U.; BRADISH, P. (Ed.). Essa também foi, literalmente, a opinião emitida por Gena Corea, jornalista e feminista norte-americana, diretora do Instituto da Mulher e Tecnologia dos EUA, autora do livro *The Mother Machine*, por ocasião do Seminário Gênero, Ciência e Tecnologias Reprodutivas, Unesp Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, SP. 14 a 17/03/95.

37 Algumas iniciativas do feminismo: I Congresso da República Federal da Alemanha Mulheres contra as Tecnologias Genéticas e Reprodutivas, Bonn, 1985, 1.800 participantes; o II Congresso da República Federal da Alemanha Mulheres contra as Tecnologias Genéticas e Reprodutivas, Frankfurt, 1988, cerca de 2.000 participantes; Conferência Internacional sobre NTRc, engenharia genética e saúde da mulher, Comilla/Bangladesh, 1989 (organizado pela FINRRAGE e a UBINIG – Policy Research for Development Alternative, compareceram mulheres de 30 países); Conferência Internacional Mulher, Procriação e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, outubro de 1991, com a participação de 280 mulheres de 39 países da Europa, Ásia, África, América do Norte, América Latina e Oceania (promovido pela Redeh – Rede de Defesa da Espécie Humana e apoiado pela FINRRAGE); Congresso de Mulheres por um Planeta Saudável, Miami, novembro de 1991, organizado pelo IPAC (International Policy Action Committee), como preparatória das feministas para a ECO-92, presentes 1.400 mulheres de 87 países.

38 OLIVEIRA, F. *Ideologia Racista do DNA Ditador é Miragem,* op. cit..

Essa é uma batalha que exige uma aliança prioritária com o feminismo, não apenas pela maior afinidade ideológica e similaridade de 'problemas', mas também porque são setores do movimento social que estão aportando com razoável atraso (quase três décadas) nos fóruns de bioética, razão suficiente para que se fortaleçam mutuamente, pois a consciência feminista e anti-racista nestes fóruns ainda deixa muito a desejar.

Os campos atuais da reflexão e da ação bioética são: direitos reprodutivos (concepção, contracepção, aborto, infertilidade, novas tecnologias reprodutivas conceptivas – NTRc – e outras biotecnologias da área da reprodução que não incluem manipulações genéticas), sexualidade, saúde mental, doentes terminais, eutanásia e engenharia genética.

O corpo teórico da bioética desenvolveu-se tendo em conta o princípio geral da defesa da *dignidade humana,* que busca assegurar benefícios que preservem a integridade e a diversidade da espécie *homo sapiens*. De maneira simplista, podemos afirmar que o parâmetro de construção do pensamento bioético parte do enunciado geral de que o ético é o que é 'bom e melhor' para o ser humano e a humanidade, em um determinado momento.

A elaboração dos princípios da bioética foi feita considerando a microética (pessoal/privada – o ser humano) e a macroética (coletiva/pública – a humanidade). Ao se elencar os princípios, fica nítido que existe um pensamento bioético laico (capitaneado em especial pelas corporações da área da saúde, sobretudo, médicos e biólogos) e um pensamento bioético de extração religiosa (oriundo e controlado pela Igreja Romana). A 'bioética laica' tem a sua *ação* e *reflexão* orientada pela autonomia ou o respeito à pessoa; a beneficência; a justiça e a alteridade. A 'bioética religiosa' aceita estes princípios e acrescenta os seguintes: a sacralidade e a natureza da vida humana; o homem senhor da natureza; as relações homem X natureza; o respeito à totalidade; o princípio do duplo efeito e os meios ordinários e extraordinários de garantir a saúde e a vida.

É interessante especular se a bioética, mesmo sendo uma necessidade e uma causa de toda a sociedade, é suficiente para assegurar direitos fundamentais, tais como: *o direito ao próprio gene, a inviolabilidade do patrimônio genético humano e a liberdade reprodutiva,* considerando que estas são proposições que provavelmente serão grandes bandeiras dos direitos humanos no próximo milênio.

Ao entender bioética de forma ampla e plural precisamos pensar mais em como esta forma de visualizá-la poderá ser socializada e popularizada. Jogarão

papel decisivo nisso os Programas (formais e informais) de Educação Bioética; a criação de uma Comissão de Bioética, em nível nacional – como órgão oficial consultivo do governo e demais poderes – com representação dos setores organizados da sociedade. O estímulo à implantação de Centros de Bioética, públicos e privados (incluindo as organizações não- governamentais (ONGs) de bioética), é também uma maneira importante de formação, informação, popularização e construção da cidadania social e política[39].

As correntes de opinião e as escolas de bioética

Na bioética (disciplina e movimento), existem duas correntes de pensamento mais organizadas: a biofundamentalista e a bioliberal. A primeira defende a opinião de que a natureza é intocável, é contra qualquer modificação. Os mais 'radicais' desta corrente falam também de uma natureza imutável e desconsideram a Teoria da Evolução. A segunda defende que tudo o que se sabe fazer deve ser feito e que a ciência e os cientistas podem tudo e têm o 'sagrado' direito de saciar sempre sua curiosidade e não devem satisfações nem aos seus parceiros.

Existem agrupamentos, no interior destas duas correntes, que são mais prudentes. Se encaminham para o rumo da luta em prol do resgate da função social das ciências biológicas. Tudo indica que está em curso a formação de uma nova corrente na bioética, que não é anticiência e nem antitecnologia; exige responsabilidade e compromisso social da ciência e de cientistas e luta para que o conhecimento tecnocientífico sirva, prioritariamente, às necessidades e anseios mais prementes do ser humano e da humanidade.

Em 1969, o filósofo Daniel Gallahan e o psiquiatra Willard Gayling criaram um grupo de discussão sobre as questões polêmicas das ciências biológicas. Este grupo deu origem ao Hastings Center (Institute of Society, Ethics and the Life Sciences), sediado em Hastings on the Hudson, Nova Iorque, EUA. Em 1971, André Hellegrs fundou um centro de bioética, o Kennedy Institute (The Joseph and Rose Kennedy Institute for Study of Human Reproduction and Bioethics). Estas foram as primeiras Escolas de Bioética.

39 OLIVEIRA, F. Para Onde Caminha a Humanidade sob os Signos das Bios (tecnologia e ética)? *Saúde em Debate,* n. 45, dez. 94, p. 32-37.

Atualmente, o Hastings Center é um centro de estudos de bioética de caráter internacional, orientado pela Federação Internacional das Universidades Católicas.

As escolas de bioética são os grupos ou centros de estudos criados para discutir, refletir, propor normas e condutas e influenciar as Comissões de Bioética. As diferenças políticas e ideológicas entre as escolas de bioética são no tocante a ser mais ou menos biofundamentalistas ou bioliberais, ou ainda, segundo a caracterização maior ou menor de restringir a discussão bioética ao seu caráter de disciplina.

Existem centros (escolas) de bioética em vários países. Grande parte deles são fortemente impregnados das visões da Igreja romana e das corporações médicas, Não conseguem ir muito além. Sequer estão preocupados em compreender as especificidades da 'questão racial/étnica e da mulher'.

Os principais pólos de discussão bioética estão nos EUA, Europa e América Latina. Podemos inclusive dizer que existem escolas norte-americanas, européias e latino-americanas, cada uma com marcas peculiares. Assim, a norte-americana se apresenta como mais voltada para os valores individuais (microbioética), a européia é mais impregnada de valores humanitários coletivos (macrobioética) e a latino-americana mais marcadamente com uma 'opção preferencial pelos pobres' (um misto de micro e macrobioética – uma bioética classista?).[40]

Apesar destas nem tão sutis diferenças, o peso da Igreja de Roma é avassalador, em todas as regiões, escolas e na corrente biofundamentalista. E para nós mulheres isso é preocupante, na medida em que Roma (nós conhecemos de longa data) é absolutamente antiética e autoritária, e faz qualquer 'negócio' para impor a sua visão de mundo para todas as pessoas. Não se contenta em ditar regras apenas para católicos(as). Não é à toa o desembarque, em massa, dos padres na bioética. Objetiva, dentre outras coisas, hegemonizar a área e retirar-lhe o caráter pluralista e laico.

Eu, particularmente, tenho a opinião que a bioética surgiu com uma fisionomia de rebeldia, junto com os movimentos de contestação dos anos 1970. Na medida em que estes movimentos entraram em descenso, os setores conserva-

40 Iniciativas de caráter internacional: AIB (Associação Internacional de Bioética) (realizou o I Congresso Mundial de Bioética, em 1992, em Amsterdã e o II Congresso Mundial de Bioética, em 1994, em Buenos Aires. Está organizando o III, para 1996 em San Francisco); FAB (The Network on Feminist Approaches to Bioethics) (criada em 1992, conta atualmente com 150 filiadas em 16 países); Programa Regional de Bioética da Opas (Organização Panamericana de Saúde) (Santiago do Chile) e Felaib (Federação Latino-Americana de Instituições de Bioética). As duas últimas, juntamente com a SBB (Sociedade Brasileira de Bioética) (fundada em abril de 1995) são as organizadoras do I Congresso de Bioética da América Latina e do Caribe (São Paulo, 16 a 19 de outubro de 1995).

dores das correntes bioliberais e biofundamentalistas passaram a hegemonizar e ditar os rumos da bioética e a circunscrevê-la à sua parte disciplina, ou o que é muito pior, tentam conferir-lhe um ar de código moral ou religioso.

Está mais do que na hora de devolvermos à bioética a sua rebeldia original, o seu pluralismo e o recorte de classe. "É muito transparente que a bioética, que é do interesse dos países ricos, só poderá ser aquela na qual eles consolidarão os seus privilégios. Por outro lado, isso induz à compreensão de que esta bioética não é a mesma que responderá de forma satisfatória às necessidades dos países pobres"[41].

As bioilhas de edição e a ressurreição da eugenia

Com as biotecnologias, notadamente as bioengenheiradas, é como se, de repente, a vida estivesse em uma ilha de edição.[42] E a grande indagação dos donos das biotecnologias é: que tipo de vida vamos editar? Qual o humano que nos interessa editar? É isso que é temerário.

Francis Galton, Karl Pearson, Cyril Burt, Cesare Lombroso, Conde Gobineau, Eugene Fischer, Fritz Lenz, Erwin Baur, o próprio Hitler, e outros tantos que divulgaram idéias eugeno-nazi/racistas e até cometeram genocídios em nome delas, não supuseram tanto quanto as 'ilhas de edição' estão se propondo. Talvez porque, felizmente, não estavam então disponíveis 'armas' tão perigosas como as atuais.

A medicina fetal com seus diagnósticos, terapêuticas e impotências (mais impotências e falências do que poderes) é uma emblemática e tênue imagem destas bioilhas de edição. Uma demonstração, ainda primitiva, de quais caminhos biotecnológicos a eugenia poderá se apropriar.[43]

41 OLIVEIRA, F. Bioética e Direitos Reprodutivos, *Presença da Mulher*, ano VII, n. 27, mar. 1995, p. 39-42.

42 Ilha de edição é um equipamento usado para a montagem final (edição) de programas de TV, vídeos etc. É o local onde se seleciona (ou edita) o material gravado. Na ilha de edição é realizada a síntese de grande quantidade de material gravado, através da escolha das melhores imagens ou das imagens que se considera mais importantes para o que se quer.

43 "Um 'viveiro de gênios' – com *pedigree* comprovadamente campeão –, apesar de macabro, não é de todo impossível, embora inviável... sobretudo quando se conhece a prole dos ditos cujos. Causa espanto como a descendência deles é a comuníssima *homo sapiens*! Até porque o fatalismo genético para a espécie é de uma infalibilidade 'cruel': o organismo humano só gera outro organismo humano... porcos geram porcos... gatos, gatos etc. Ou alguém já viu por aí alguma mulher excêntrica parindo uma ninhada de 'bacuris'

Como disse o geneticista francês Jacques Testart:

> A eugenia é uma teoria de melhoramento da espécie humana e cujo surgimento não depende de modo algum do regime nazista.
>
> – O senhor é contra o melhoramento da espécie humana?
>
> Jacques Testart: – Mas o que quer dizer 'melhoramento da espécie'? Seria ela melhor se todo mundo fosse loiro de olhos azuis? Todos os geneticistas sabem o quanto é importante a diversidade genética e ninguém pode prever quais características serão mais úteis no mundo em que viveremos no futuro.[44]

Por uma bioética não sexista, anti-racista e libertária

Por incrível, contraditório e exótico que possa aparentar, a propalada inferioridade biológica das mulheres e dos negros ('não-brancos' em geral) se firmou com a história de que não possuíam alma. Na medida em que a biologia se desenvolveu e que alma já não era algo essencial, inventaram teorias e teorias[45] que apontavam para a inferioridade natural inerente às mulheres e aos negros, embora a biologia jamais tenha descoberto alguma coisa que comprovasse estas pseudoverdades. Ao contrário, *todos* os conhecimentos biológicos contradizem *todas* as teses do sexismo e do racismo ditos científicos. A diversidade é a norma da natureza viva. A diferença entre humanos não comporta uma ordem de hierarquia. Cada ser humano é geneticamente único, à exceção dos gêmeos univitelinos. Diferente jamais foi, e não é, sinônimo de desigual!

---

ou de 'gatinhos'?". OLIVEIRA, F. Ideologia Racista do DNA Ditador é Miragem, op. cit..

44 Entrevista publicada na *Folha de S. Paulo,* 27/09/92.

45 A tradição filosófica grega considerava que existiam seres humanos superiores e inferiores e que a escravidão dos inferiores era algo ético! Também nominou as mulheres de 'desalmadas'. A produção 'cientifica' pós-Idade Média conferiu às mulheres outros adjetivos misóginos: 'desenergizadas' (a menstruação desenergizava as mulheres); 'histéricas' (porque eram governadas pela 'mãe do corpo', o útero=histero) e 'animalescas' (segundo a Teoria dos Instintos). Está em moda a divulgação da 'prisão hormonal' (conforme a tese que 'as mulheres são o que ditam os seus hormônios'). Sem nos determos aqui nas moderníssimas e confusas teorizações do fatalismo genético e da equivalência mulher=natureza, esta última inclusive defendida por setores do feminismo.

A relação das mulheres e das etnias discriminadas com as ciências biológicas é de ambigüidade e de muita desconfiança. Motivos existem de sobra[46]: as deturpações e o uso distorcido dos conhecimentos são inúmeros, para além do paradigma biologicista e da suposta bênção do DNA ditador. Mas é por demais inocente/útil e temerário que por estas desconfianças o nosso lema seja: *É ciência, é tecnologia, sou contra*. Até porque esta é uma atitude inútil e derrotista. Serve aos dominadores.

Somos mulheres e homens de um novo tempo e temos de viver a nossa vida agora, da melhor maneira possível. Não podemos fugir aos desafios da nossa era. As biotecnologias estão aí e colocaram novos problemas em debate. Como conviveremos com elas? Uma atitude expectante basta para garantirmos que a ciência desempenhe a sua função social?

46 SAYERS, J. *Ciência, Diferencias Sexuales y Feminismo*. Mimeo. Sem data.

Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo*

Fúlvia Rosemberg**

Uma análise das políticas educacionais brasileiras contemporâneas da perspectiva de gênero teria, sem dúvida, que incidir sobre as reformas educacionais que vêm sendo implantadas desde a década de 1990. Essas reformas enquadram-se no modelo atual de políticas sociais neoliberais, procurando responder a um enorme desafio: obter ganhos de qualidade e ao mesmo tempo procurar restringir o uso dos recursos públicos. Tais reformas não são particulares ao Brasil e à América Latina, configurando, ao contrário, um movimento internacional que vem outorgando à educação a condição de estratégia fundamental para a redução de desigualdades econômicas e sociais nacionais e internacionais.[1]

No Brasil, como em outros países latino-americanos,

> [...] elas incidiram sobre várias dimensões do sistema: legislação, financiamento, organização das redes, currículo, material didático, formas de participação da comunidade, maior autonomia das unidades escolares, treina-

* Publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas,* vol. 9, n. 2, 2001.

** Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora pela Université René Descartes, França.

1 LAUGLO, 1994.

mento de professores, informatização, introdução de sistemas de avaliação, e assim por diante.[2]

Todas essas dimensões poderiam oferecer um rico repertório para pesquisas, ensaios, perguntas, propostas, se olhadas através de um enfoque de gênero, que resumo aqui na relação de dominação do masculino sobre o feminino, no privilegiamento da produção e administração de riquezas sobre a produção da vida, como um dos eixos para compreender essa dinâmica social.[3]

Porém, a dominação de gênero no plano da política educacional tem significado, nos planos internacional e nacional, atentar para a discriminação contra as mulheres. No cenário internacional, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) assumiu a dianteira. Com efeito, após a adoção, em 1989, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da convenção dos Direitos da Criança, o Conselho Executivo do Unicef elegeu a "menina" (*girl child*) como foco de suas prioridades para a década de 90. O documento *The Girl Child: An Investment in the Future*, publicado pela primeira vez em 1990, parece constituir o ponto de partida.[4] O título já denota a concepção de criança subjacente: o(a) adulto(a) que será.

Aí encontramos: o modelo essencialista e de "dupla desvantagem" ("ter *nascido* pobre e mulher"); os argumentos para investir na educação de meninas e mulheres que "têm efeitos significativos na sobrevivência infantil (a partir de seus filhos), produtividade econômica, redução da fertilidade, e qualidade da vida";[5] as recomendações para políticas públicas; a melhoria dos indicadores estatísticos desagregados por sexo. É essa matriz que parece informar outras organizações multilaterais, técnicos(as) da administração pública e militantes de organizações feministas/de mulheres durante os anos 1990. Parodiando Cortina e Stromquist,[6] a bandeira da educação das mulheres é levantada por uma tríplice aliança para reduzir a pobreza e possibilitar o desenvolvimento sustentável:

2 CAMPOS, DAVIS e SPÓSITO, p. 3.

3 Reconheço a deselegância de remeter para nota de rodapé o conceito e a teoria de gênero que vêm sustentando minhas pesquisas sobre a construção social da infância e adolescência com enfoque na educação. Inspirada em Izquierdo (1994 e 1998), concebo a sociedade estruturada em torno de relações de dominação, entre as quais as de gênero e que consistem em considerar as atividades associadas ao masculino como superiores às atividades associadas ao feminino, independentemente do sexo das pessoas que as executem.

4 UNICEF, 1991.

5 UNICEF, 1991, p. 25.

6 CORTINA e STROMQUIST, 2000, p. 1.

organizações multilaterais (Unicef, Unesco, Unifem, Banco Mundial, OCDE); movimento de mulheres e governos nacionais.

Assim, as cinco conferências internacionais organizadas pela ONU na década de 90 sobre temas relativos a mulher/desenvolvimento/educação reafirmam agenda muito semelhante[7].

Uma colagem de metas e compromissos (eliminando estratégias) comuns a pelo menos duas conferências daria uma carta composta por três tópicos:

- assegurar ou garantir o acesso total, igual ao dos homens, mais amplo e o mais cedo possível de meninas e mulheres à educação em todos os níveis (primário, secundário e superior) de educação, assim como à educação profissional e ao treinamento técnico;
- eliminar todos os estereótipos de gênero das práticas, matérias, materiais, currículos e instalações educacionais;
- eliminar as barreiras que impedem o acesso à educação a adolescentes grávidas ou mães jovens.

As Conferências Mundiais de Educação que sucederam à de Jomtien (Tailândia) reiteraram enfaticamente o enfoque da igualdade de acesso educacional entre os sexos (superar o "*gender gap*"). Por exemplo, a Conferência de Nova Delhi (1993), que assistiu ao surgimento do grupo dos nove países subdesenvolvidos mais populosos do mundo (EFA-9), deu grande ênfase à educação das mulheres e meninas numa perspectiva "de reverter a expansão populacional e as altas taxas de mortalidade infantil e materna"[8].

Em 1996, a Conferência de Aman (Jordânia) redefiniu o foco das metas de Jomtien para destacar, entre outros "desafios emergentes e futuros", que "a prioridade das prioridades deve ser a educação de meninas e mulheres" visando à superação do "*gender gap*"[9]. O grupo do EFA-9 voltou a se reunir em Islamabad, no Paquistão, em 1997, reafirmando a Declaração de Aman, priorizando a educação de mulheres e meninas.

7 ROSEMBERG, 2001.

8 INEP, 1999b, p. 11.

9 INEP, 1999b, p. 12.

Finalmente, em 2000, realizou-se uma nova Conferência Mundial "Educação para Todos", em Dakar, que avaliou e retomou os princípios da Conferência de Jomtien, dando, novamente, atenção especial à educação das meninas e ao "*gender gap*"[10].

As plataformas, os compromissos e as metas dessas conferências vêm sendo operacionalizados em indicadores para auxiliar o acompanhamento ou monitoramento de sua aplicação. O sistema Nações Unidas criou um índice específico para acompanhar a "desigualdade de gênero": o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero (IDG), complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que avaliam a desigualdade a partir de indicadores relativos à esperança de vida, de educação e de renda.

Paralelamente ao sistema Nações Unidas, organizações não-governamentais (ONGs) criaram o Informe Controle Cidadão que visa a monitorar os compromissos assumidos pelos governos por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento e a IV Conferência da Mulher. O Controle Cidadão propôs um instrumento Índice de Compromissos Cumpridos elaborado a partir de dois indicadores: "distância de metas" e "vontade política". Para avaliar a "distância de metas" foram selecionadas as áreas da saúde, habitação e saneamento, nutrição, educação, pobreza, mulher e desigualdade de gênero[11]. No Brasil, o Controle Cidadão, denominado Observatório da Cidadania, vem sendo implementado sob a coordenação do Ibase, tendo dado origem à publicação de quatro cadernos de acompanhamento.

Seja no âmbito do sistema das Nações Unidas, seja no âmbito das ONGs, os indicadores quantitativos para acompanhar as "desigualdades de gênero" no plano da educação comparam taxas brutas ou líquidas de escolaridade de homens e mulheres, em diferentes níveis escolares e em diferentes idades: constrói-se, assim, um indicador de "*gender gap*"[12]. O foco da atenção é, então, o quanto os indicadores femininos se distanciam dos masculinos, estes últimos atuando como estalão. De modo simplificado, é possível afirmar que estes indicadores: fragmentam o sistema de ensino, pois focalizam idades e níveis escolares isoladamente (por exemplo, um indicador para a educação básica, outro para a superior) como se fossem independentes; adotam uma perspectiva do feminismo liberal, pois a meta é que os indicadores femininos se aproximem dos masculinos; são interpretados como sendo a própria dinâmica social, perdendo o

10 HYDE e MYSKE, 2000.

11 BONINO, 1999.

12 Há uma extensa literatura internacional sobre os aspectos teóricos e metodológicos relativos a indicadores educacionais no geral. Para uma revisão publicada em português, ver Reali (2001).

sentido estrito de que apenas indicam uma configuração social e humana, sendo identificados, então, como o próprio foco da política social;[13] homogeneízam os grupos de países de um lado, os desenvolvidos, e, de outro, os subdesenvolvidos – sem atentarem para heterogeneidades internas e semelhanças transversais.

O enfoque na discriminação contra as mulheres e a persistência de indicadores globais e fragmentados, sem nuançar diferenças quanto à região, composição étnico/racial, bi ou multilingüismo e idade (como indicador de geração), nesse tipo de balanço produzido sobre educação, têm levado à adoção de metas tão uniformes quanto pouco eficientes e mesmo equivocadas sobre políticas educacionais e dominação de gênero.

Isto é, ao lado da carência de produção acadêmica brasileira sobre o tema,[14] assinalo o peso das análises e propostas internacionais dominantes, que dificultam uma mirada mais perspicaz sobre os aportes das teorias de gênero aos dilemas que o sistema educacional brasileiro (e talvez outros) enfrenta na atualidade.

Se atentarmos para os objetivos e compromissos dessas conferências e seus indicadores, o governo brasileiro teria cumprido todos eles (como vários outros governos), com exceção, talvez, do relativo a adolescentes grávidas e jovens mães. Teríamos poucos desafios a enfrentar, além de propor mudanças nos currículos (temas transversais) e livros didáticos, demandas mais recorrentes de organizações feministas (ou de mulheres) no Brasil no campo da educação, como identificou Farah[15].

Com efeito, o documento brasileiro preparado pelo Inep para o I Seminário Nacional sobre Educação para Todos *Avaliação EFA 2000*,[16] ao descrever as "respostas do Brasil aos compromissos de Jomtien", assinala:

> Antes de apresentar as políticas que o Brasil desenvolve durante esta década para a educação, e como elas responderam aos compromissos firmados internacionalmente, é necessário fazer uma observação. Algumas das metas estabelecidas desde Jomtien não se aplicam ao caso brasileiro. A principal

13 Sergio Molina, quando Ministro do Planejamento e Cooperação do Chile, efetuou observação equivalente sobre política social e pobreza: "ao centrar a política social nos 'indicadores convencionais diretos' produziu-se uma deformação: os indicadores não representavam uma melhoria global senão apenas o que ocorria com os próprios indicadores" (apud SOARES, 2001, p. 59).

14 ROSEMBERG, 2001.

15 FARAH, 1998.

16 INEP, 1999b.

> delas, e um dos temas mais recorrentes quando se fala em acesso universal à educação, é a desigualdade entre os sexos (...). No Brasil, não só não ocorre tal disparidade, *como o nível de escolaridade feminina é superior ao masculino (...) como não há disparidade entre os sexos* no que diz respeito à escola, não foram estabelecidas políticas específicas para essa meta (grifos meus).[17]

Ora, se o sistema educacional brasileiro, como o de vários outros países do mundo subdesenvolvido, apresenta igualdade de oportunidades para os sexos no tocante ao acesso e permanência no sistema, ostenta intensa desigualdade associada ao pertencimento racial e à origem econômica. Tal particularidade tem me levado a reformular a pergunta-chave na busca de prioridades para a meta da democratização da educação da ótica das relações de gênero: como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe para produzirem um sistema educacional tão excludente quanto o brasileiro? O deslocamento do eixo da pergunta conduz à reflexão sobre o sistema educacional simultaneamente como instância de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, como mercado de consumo (materiais escolares, edifícios, livros didáticos e paradidáticos, equipamentos, transporte etc.) e como mercado de trabalho, seja para trabalhadores(as) que atuam internamente no sistema educacional (serviçais, docentes e técnicos(as), seja para aqueles(as) que produzem bens e serviços auxiliares, sistema este que produz e reproduz desigualdades de gênero, classe, raça e idade.

Resolvi, então, apresentar, mais uma vez, um panorama sobre a situação educacional de homens e mulheres no Brasil, porque ele evidencia, a meus olhos, a confluência de descompassos entre (e intra) produção de conhecimentos acadêmicos, agenda dos movimentos feministas, especialmente internacional (incorporada nas Conferências), organizações multilaterais, governo e políticas públicas. Penso, também, que tal panorama constitui uma esfinge para teorias feministas universalistas: a dominação de gênero assume contornos equivalentes em todas as instituições sociais? Em todas as fases da vida? Significa sempre discriminação contra as mulheres?

Para realizar este balanço apoiei-me, como solução de facilidade, especialmente em pesquisas que venho realizando desde 1975,[18] incorporando, ora e vez, textos de outras(os) autoras(es).

17 INEP, 1999b, p. 15.

18 ROSEMBERG, 1975; ROSEMBERG e PINTO, 1985; ROSEMBERG, 1989; ROSEMBERG, 1999.

O balanço baseia-se em dados macro e suas interpretações e faz incidir o foco sobre estudantes/instrução (população usuária) e sobre o corpo docente (educação como mercado de trabalho), o que redunda na atenção aos três eixos principais que vêm orientando análises de situação do sistema educacional: acesso e permanência de estudantes no sistema educacional (ou trajetórias escolares); disciplinas escolhidas/freqüentadas por estudantes (carreiras ou ramos escolares); situação do corpo docente.[19]

Porém, antes de apresentar tal balanço, discutirei brevemente o estado das estatísticas educacionais brasileiras desagregadas por sexo.[20]

1. Estatísticas educacionais desagregadas por sexo

Como se sabe, são três as instituições no Brasil que coletam/consolidam estatísticas educacionais: o MEC (Ministério da Educação), via Secretarias Estaduais de Educação, que delimita como unidade de coleta principal o estabelecimento de ensino; o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que delimita como unidade de coleta o domicílio; complementarmente, o Ministério do Trabalho, através da RAIS (Relações Anuais de Informações Sociais), também consolida informações sobre professores(as), delimitando como unidade de coleta as empresas (no caso, os estabelecimentos de ensino).

Cada uma dessas instâncias, em decorrência de suas particularidades, dispõe de instrumentos específicos de coleta, define uma população específica (na medida em que as unidades são diversas) e, portanto, apresenta resultados não obrigatoriamente coincidentes. Por exemplo, como as estatísticas do IBGE referem-se a estudantes, as do MEC, a matrículas; o número de matrículas e de estudantes pode não coincidir, bem como divergem as variáveis selecionadas para caracterizar uma unidade e outra.

Em resposta a uma série de pressões do movimento social nacional e internacional, de organizações multilaterais e do próprio governo, as estatísticas educacionais brasileiras vêm melhorando, especialmente na atual administração fede-

19 Ficou, portanto, fora da análise a articulação entre educação e mercado de trabalho.

20 Prefiro o termo sexo ao termo gênero (que remete a um conceito) para referir-me à variável sob controle. Izquierdo (1994 e 1998) discute de modo exemplar os abusos no uso do termo gênero em pesquisas empíricas.

ral.[21] Os empréstimos do Banco Mundial, sua opção e competência em trabalhar com dados macro numa perspectiva da microeconomia, e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef), que propõe financiamento por "cabeça" de alunos no ensino fundamental, podem ser ressaltados como algumas pressões atuantes no período para melhoria das estatísticas educacionais.

Além disso, recomendações internacionais (OCDE, Unesco, Unicef, por exemplo) vêm insistindo, nos últimos anos, juntamente com o movimento de mulheres/feminista sobre a necessidade de desagregarem-se as estatísticas educacionais por sexo.[22] Esta prática, que já vinha sendo historicamente usada pelo IBGE e pelo MEC,[23] tem sido ampliada: por exemplo, informações sobre sexo e cor/raça foram também incluídas nos instrumentos recentes de avaliação de desempenho de alunos tais como o Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) e o "Provão" (Exame Nacional de Cursos/ENC).

Dispõe-se, então, no país de um acervo rico e complexo de informações estatísticas sobre alfabetização, instrução, freqüência à escola, matrículas, conclusões de curso, função docente (formação), professores integrando a população economicamente ativa, tipos e qualidade de estabelecimentos, aprovação/reprovação, resultados em provas nacionais. No período, também, tanto o IBGE quanto o MEC produziram novos instrumentos de coleta de dados tais como o *Censo do Professor* (1997), o *Censo de Educação Infantil* (2000) e a *Pesquisa sobre Padrões de Vida* (1996/1997) que enriqueceram ainda mais nosso acervo.

Porém, e há sempre um porém, uma coisa é coletar o dado e outra é processá-lo, sistematizá-lo, consolidá-lo e difundi-lo. Outra, ainda, é interpretá-lo (como veremos adiante)! Nestas passagens, o empobrecimento das informações desagregadas por sexo e cor é enorme. Isto é, quando se passa do questionário para sínteses e sinopses, que são difundidas para nós outros(as) mortais, que não somos especialistas em processamento de microdados, a perda torna-se fantástica, especialmente quanto às informações desagregadas por cor. Se é bem verdade que os microdados coletados pelo IBGE estão disponíveis em *CD-ROM*, não é menos verdade que para processá-los são necessários bons equipamentos de informática, conhecimentos técnicos altamente especializados, dedicação quase

21 Meekin (1998) situa o Brasil, no cenário latino-americano, no grupo dos países "grandes e sofisticados", que dispõem de sistemas estatísticos educacionais bem desenvolvidos.

22 BONINO, 1999.

23 Durante os anos 1980, o MEC abandonou, temporariamente, a coleta de informações sobre o ensino superior desagregadas por sexo.

exclusiva. Porém, tal parafernália não é suficiente para produzir bons indicadores e interpretações pertinentes.

A tentativa de atualizar dados que venho analisando assistematicamente desde 1975, por exemplo sobre reprovação escolar por sexo, mostrou-se inoperante neste momento: são muito parcas as tabelas desagregadas por sexo contidas nas *Sinopses Estatísticas* elaboradas pelo Inep/MEC (em papel ou na Internet), instituição que não dispõe de outro acervo de tabelas prontas além do divulgado (informação coletada por *e-mail* junto ao Serviço de Informação do Inep). Além disso, inovações educacionais, como as "classes de aceleração", alternativa proposta para melhorar o fluxo escolar de alunos/as, não integram as estatísticas do MEC. Ou seja, estatísticas sobre ramificações do sistema regular, que podem indicar novos processos de discriminação e orientar recomendações, são pouco difundidas e quando apresentadas não são desagregadas por sexo e cor.

Por seu lado, o IBGE tem sido avaro na divulgação de dados desagregados por cor, dificultando, em muito, a apreciação da evolução de processos de discriminação racial na escola. Para que se tenha uma idéia: na divulgação de análises a partir da *Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996-1997*[24] encontrei apenas uma tabela e um gráfico (p. 73), no capítulo sobre educação, que desagregam dados por sexo e cor, e assim mesmo através de cruzamentos simples.

Efetuei uma busca incessante para encontrar pelo menos uma tabela publicada, para qualquer ano da década de 1990, que cruzasse dados de escolaridade, nível de renda familiar e sexo. Em vão: para incluir dados desagregados por renda familiar, cor e sexo, neste trabalho, tive que acionar relações pessoais em instâncias governamentais.[25]

Na medida do possível, procurei incorporar informações mais recentes e que se referem ao ano de 1999. Para tanto, apoiei-me quase exclusivamente em dados coletados pelo IBGE, pois encontrei poucas tabelas contemplando variável sexo nas publicações do MEC.

24 IBGE, 1999b.

25 Agradeço a Serguei Soares, do Ipea, os cruzamentos efetuados e aqui incorporados nos gráficos 1, 2 e 3.

2. Indicadores educacionais referentes a homens e mulheres

O diferencial homem-mulher no sistema formal de ensino brasileiro não é intenso, atinge de modo diferente as diferentes idades da vida e etapas escolares, e transparece mais na progressão das trajetórias escolares do que em barreiras específicas de acesso.

As mulheres representam 51,3% da população de 5 anos e mais e 50,5% dos estudantes nesta faixa etária (Pnad 99). Portanto, a taxa de escolaridade dos homens é ligeiramente superior à das mulheres (35,6% e 32,5% respectivamente na população de 5 anos e mais). Isto significa que o fenômeno da evasão escolar para a população brasileira tendo 5 anos e mais é pouquíssimo menos freqüente entre os homens (Gráfico 1). Por outro lado, a média dos anos de estudos das mulheres ultrapassou a dos homens em 1996, e evidenciou ganhos mais expressivos na última década (Tabela 1), mantendo patamar para ambos bastante baixo.

GRAFICO 1 – Freqüência à escola, por idade, segundo sexo e cor. Brasil

Fontes: Censos demográficos 1970 e 1980; PNADs 1990 e 1996 (apud IPEA/PNUD)

TABELA 1 – Anos médios de estudo na população de 5 anos e mais, por ano e sexo. Brasil

	Ano				
Sexo	**1960**	**1970**	**1980**	**1989**	**1996**
Homens	2,4	2,5	3,3	5,1	5,7
Mulheres	1,9	2,4	3,2	4,9	6,0
TOTAL		2,4	3,3	5,0	5,9

Fontes: Censos demográficos 1970 e 1980; PNADs 1990 e 1996 (apud IPEA/PNUD)

A explicação da aparente contradição entre esses dois indicadores e sua progressão no período – taxa de escolaridade e anos médios de estudos – decorre de pequenos diferenciais na progressão das carreiras de homens e mulheres. Com efeito, a progressão escolar das mulheres é um pouco mais regular que a dos homens, compondo uma pirâmide educacional ligeiramente mais achatada, portanto, um pouco menos seletiva, tendência que se acentuou na década de 1990 (Tabela 2).

TABELA 2 – Distribuição de estudantes de 5 anos e mais pelos níveis de ensino e sexo. Brasil

	Sexo/ano			
	Homens		**Mulheres**	
Níveis de ensino	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
Pré-escolar	11,9	9,4	10,8	8,6
Fundamental	75,2	70,6	73,0	66,8
1 a 4	48,6	39,7	44,6	34,8
5 a 8	25,9	29,6	27,5	30,3
Médio	9,1	15,0	12,0	18,3
Superior	3,7	4,9	4,1	6,4
Total*	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: PNADs, 1992 e 1999 – * Incluídos os sem informação sobre o nível escolar.

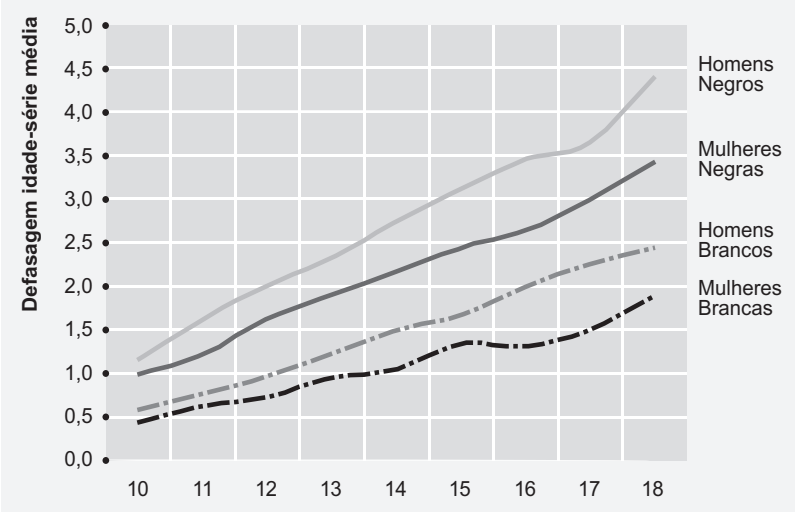
Um outro modo de traduzir a Tabela 2 seria afirmar: entre os homens tendo 5 anos e mais, para cada 27 estudantes em 1992, apenas 1 freqüentava o ensino superior, relação que caiu para 20 em 1999; entre as mulheres, a relação já era de 20 para 1 em 1992 (patamar dos homens em 1992) e caiu de 16 para um 1, em 1999.

O fluxo escolar apresenta estrangulamentos equivalentes para ambos os sexos decorrentes de reprovação, de evasão/expulsão escolar, porém o dos homens é mais acidentado. Como faltam dados divulgados cruzando as variáveis sexo e reprovação escolar, contentei-me com a análise da defasagem série-idade. Como se sabe, a defasagem série-idade decorre tanto da entrada tardia no sistema, como de saídas seguidas por entradas, quanto de reprovações (Gráficos 2 e 3). Observa-se que a defasagem série-idade é menos intensa para as mulheres que para os homens em ambos os segmentos raciais e em todos os decis de renda; que os negros(as) (pretos(as) e pardos(as) apresentam defasagem mais intensa que os(as) brancos(as). (Gráfico 2). Apesar dessa configuração (conhecida há muito tempo), circula, no país e fora dele, um modelo "associativista" sobre desigualdades educacionais brasileiras que não parece apoiar-se em base empírica,[26] assumindo que cor e sexo se associam linearmente, sendo as meninas/mulheres negras aquelas que apresentam piores indicadores educacionais. Algumas pesquisas já mostraram que indicadores apontam em direção contrária: mulheres negras, para quase todas as faixas etárias, apresentam melhores indicadores educacionais que homens negros.[27]

26 CARVALHO e DI PIERRO, 2000; STROMQUIST, 1997.

27 BARCELOS, 1993; ROSEMBERG, 1993; SILVA et al., 1999.

GRAFICO 2 – Defasagem idade-série média* na faixa etária de 10 a 18 anos. Segundo sexo e cor. Brasil



Fonte: PNAD, 1999

* Defasagem idade-série média está definida como: idade-série-7

A desagregação de dados sobre defasagem série-idade por renda domiciliar e sexo apresenta resultados na mesma direção (Gráfico 3): para todos os decis de renda e faixas etárias, as meninas e moças apresentam menor distorção série-idade média que os meninos e rapazes.

GRAFICO 3 – Defasagem idade – série média* da população entre 10 e 18 anos e idade por sexo e dedil de renda domiciliar *per capita* – 1999

HOMENS – Decil de renda domiliciar *per capita*										
Idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10	0,69	0,51	0,41	0,28	0,21	0,20	0,12	0,13	0,04	0,03
11	1,15	0,85	0,70	0,62	0,41	0,34	0,21	0,16	0,07	0,09
12	1,60	1,42	1,15	0,77	0,62	0,37	0,37	0,20	0,16	0,07
13	2,00	1,72	1,22	1,05	0,76	0,61	0,49	0,38	0,19	0,16
14	2,31	1,93	1,67	1,36	1,01	0,85	0,65	0,48	0,49	0,23
15	2,61	2,09	1,75	1,43	1,24	1,02	0,86	0,65	0,42	0,31
16	2,59	2,17	1,93	1,66	1,37	1,10	0,94	0,82	0,61	0,36
17	2,46	2,16	1,76	1,68	1,57	1,11	1,04	0,80	0,51	0,41
18	2,67	2,18	1,58	1,52	1,23	1,15	1,02	0,86	0,79	0,42

MULHERES – Decil de renda domiliciar *per capita*										
Idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10	0,57	0,42	0,31	0,20	0,13	0,06	0,08	0,06	0,04	0,03
11	0,89	0,68	0,50	0,41	0,28	0,19	0,15	0,15	0,04	0,07
12	1,34	0,99	0,74	0,52	0,35	0,25	0,22	0,10	0,15	0,04
13	1,59	1,09	0,92	0,73	0,56	0,44	0,23	0,21	0,16	0,10
14	1,87	1,40	1,14	0,83	0,67	0,52	0,48	0,33	0,21	0,14
15	2,08	1,47	1,31	1,09	0,68	0,76	0,52	0,42	0,35	0,17
16	2,03	1,63	1,29	0,95	0,84	0,83	0,60	0,39	0,38	0,25
17	1,68	1,57	1,57	1,13	0,96	0,92	0,87	0,47	0,48	0,29
18	2,00	1,35	1,30	1,27	1,01	0,88	0,80	0,63	0,40	0,29

* Defasagem idade-série média esta definida como: idade – série – 7 (em anos).
Fonte: PNAD, 1999.

Além disso, a distorção média série-idade das mulheres tendo 18 anos de idade (subgrupo com maior defasagem) de um dado decil de renda domiciliar equivale à dos homens de mesma faixa etária provenientes de domicílios cujo nível de renda se situa dois decis acima. Assim, o gênero parece requalificar segmentos de classe.

Em dado ano escolar, uma proporção maior de mulheres que de homens concluem os estudos médio e superior: em 1998, no ensino médio, as mulheres representavam 56% das matrículas e 60% das conclusões; no superior, 55% de matrículas e 61% das conclusões. (Fonte: MEC/INEP, 1998)[28]

Em suma, a proporção ligeiramente superior de estudantes entre homens, apontada no início do tópico, parece decorrer de seus passos serem um pouco mais lentos que os das mulheres, pois ficam mais tempo no sistema escolar para percorrerem trajeto equivalente.

Estes dados podem ser controlados através da análise de perfil dos formandos que participaram, nos últimos anos, do Exame Nacional de Cursos (ENC): a porcentagem de formandos no grupo etário mais jovem (até 24 anos) é maior entre as mulheres que entre os homens em todas as carreiras consideradas (Tabela 3).

TABELA 3 – Percentual de graduandos presentes ao ENC-99 por área, idade e sexo. Brasil

	Idade/sexo							
	Até 24		25 a 29		30 a 34		35 e mais	
Área	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
Administração	40,9	54,5	33,0	28,6	13,1	9,3	12,6	7,2
Direito	42,1	57,4	25,3	19,6	13,0	9,2	19,7	13,9
Engenharia Civil	47,0	56,3	39,3	35,5	7,6	6,0	6,0	2,2
Engenharia Mecânica	42,7	51,5	43,0	40,5	10,3	4,3	4,0	31,7
Engenharia Química	50,0	60,1	40,7	36,6	6,7	2,1	2,1	1,1
Jornalismo	54,3	67,3	28,5	23,2	9,3	5,7	7,9	3,7
Letras	27,5	40,4	29,4	26,0	20,2	14,3	22,9	19,3
Matemática	20,2	41,5	32,3	26,2	18,0	13,9	21,4	18,5
Medicina	60,8	67,2	34,5	29,7	3,2	1,2	1,4	1,3

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC-99 (www.inep.gov.br, acessado em 15 jan. 2001 às 18h20).

28 Apud BANCO MUNDIAL, 2000, p. 36.

As reformas educacionais contemporâneas introduziram, no Brasil, avaliações sistemáticas e abrangentes de competências escolares. Os resultados nestas provas apresentam alguma variação por sexo, em consonância com padrão de países desenvolvidos (por exemplo, EUA, Canadá e França): as mulheres tendem a obter melhores resultados em provas de língua e os homens em matemática e ciências (Tabela 4). Tais resultados, porém, não são consistentes no transcorrer da vida escolar e devem ser analisados com cuidado, pois a composição socioeconômica, racial e etária do grupo de homens e mulheres, em dado ano escolar, como vimos, não é a mesma.

TABELA 4 – Desempenho no SAEB por série, disciplina e sexo. Brasil

Disciplina	Série	Homens	Mulheres	Diferença (M-H)
Língua Portuguesa	4ª fundamental	167,26	174,74	+ 7,48
	8ª fundamental	227,16	238,07	+ 10,91
	3º médio	260,36	271,06	+ 10,70
Matemática	4ª fundamental	181,26	181,12	- 0,14
	8ª fundamental	252,88	240,82	-12,60
	3º medio	289,37	274,42	-14,95

Fonte: Relatório SAEB 1999 (www.inep.gov.br, acessado em 15 jan. 2001 às 18h20).

A bipolarização humanas–exatas – carreiras "mais fáceis" e "mais difíceis" para alguns; de gênero feminino e masculino para outras (IZQUIERDO, 1994) – parece persistir. Informações sobre os ENCs realizados nos últimos anos permitem observar a persistência, na década de 90, de carreiras universitárias com predomínio masculino intenso (engenharias civil, elétrica, mecânica), outras com predomínio feminino (odontologia, jornalismo, letras, matemática) e outras tendendo ao equilíbrio: administração, direito, medicina veterinária (Tabela 5).

TABELA 5 – Porcentagem de graduando presentes ao ENC (96-97-98-99), por área do curso, ano e sexo. Brasil

	Homens				Mulheres			
Área do curso	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**
Administração	54,5	52,9	52,1	52,0	45,5	47,1	47,9	48,0
Direito	51,6	50,4	49,1	48,7	48,4	49,6	50,9	51,3
Engenharia Civil	73,2	72,9	75,5	75,0	26,8	27,1	24,5	25,0
Engenharia Química		56,8	57,3	57,6		43,2	42,7	42,4
Medicina Veterinária		50,7	50,6	49,0		49,3	49,4	51,0
Odontologia		37,4	36,7	37,6		62,6	63,3	62,4
Engenharia Elétrica			89,9	89,5			10,1	10,5
Jornalismo			35,1	33,1			64,9	66,9
Letras			13,6	14,1			86,4	85,9
Matemática			39,3	40,1			60,7	59,9
Economia				55,3				44,7
Engenharia Mecânica				95,4				4,6
Medicina				54,9				45,1
TOTAL	54,6	51,8	46,1	47,8	45,4	48,2	53,9	52,2

Fonte: DAES/INEP/MEC – ENC-99 (www.inep.gov.br, acessado em 15 jan. 2001 às 18h20).

Portanto, o Brasil apresenta configuração semelhante mas não igual à de países desenvolvidos: de um lado, progressão ligeiramente melhor das mulheres na escola (indicando certa debilidade do sexismo) associada a certa persistência de separação masculino-feminina entre os ramos de ensino; de outro, progressão interrompida e acidentada para mulheres e homens de estratos sociais e raciais subordinados. Esse é um tópico importante para montar uma agenda de pesquisas e propostas da perspectiva da igualdade de gênero.

O sistema de ensino continua sendo um nicho para as mulheres no mercado de trabalho. Sejam professoras, funcionárias ou especialistas, as mulheres representam mais de 80% da força de trabalho em educação.[29]

29 BATISTA e CODO, 1998 p. 62.

De acordo com a RAIS 98,[30] o ensino pré-escolar é, no Brasil a ocupação mais feminina (94,8% de mulheres, Tabela 6). Porém, no magistério do ensino fundamental ocorreu um pequeno declínio da participação feminina: de 94% em 1978 para 91% em 1999 (Fonte: PNADs).[31] Batista e Codo [32] assinalam que a tendência à maior participação de homens entre profissionais da educação vem se intensificando nos últimos anos, em decorrência do desaparecimento progressivo de postos de trabalho no setor primário e do crescimento do setor secundário. [33]

TABELA 6 – Porcentagem de mulheres entre professores por tipos de especialidade e ano no Brasil

Tipos de especialidade de professores	Porcentagem de mulheres por ano			
	1988		1998	
	Nº	%	Nº	%
Ensino pré-escolar	69.941	93,6	121.355	94,8
Ensino especial	5.746	81,6	19.169	88,0
Ensino fundamental	133.782	81,1	201.088	80,2
Segundo grau	369.602	72,4	449.447	72,2
Disciplinas pedagógicas	20.674	44,8	17.328	58,8
Formação profissional	35.758	46,0	59.132	56,0
Ensino superior não classificado	40.339	37,3	49.671	43,8
Ciências biológicas medicina	18.510	37,4	13,652	43,6
Ciências humanas de ensino superior	16.990	43,1	17.846	41,5
Ciências físicas e química	3.994	31,2	2.791	38,3
Matemática, estatística	4.978	30,7	5.229	36,1
Engenharia e arquitetura	10.016	15,3	6.596	23,5
Administrativas, econômicas e contábeis	11.396	19,5	8.745	23,2

Fontes: RAIS 1988 e 1998 (apud BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001) (www.fcc.org.br, acessado em 15 jan. 2001 às 15h).

30 Apud BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001.

31 Apud PAES DE BARROS e MENDONÇA, 2001.

32 BATISTA e CODO, 1998, p. 63.

33 Apud BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001.

Estudo recente de Paes de Barros e Mendonça[34] sobre *O mercado de trabalho para professores no Brasil*, exclusivamente sobre o magistério de ensino fundamental, destaca alguns pontos marcantes: a proporção relativamente baixa de professores(as) não-brancos(as); a persistência de professores(as) leigos(as) – 6% dos(as) professores(as) de ensino fundamental "não têm qualquer educação secundária, e quase 60% não têm qualquer educação superior"; o ganho em salário dos(as) professores(as) quando dispõem de nível superior é inferior àquele que obteriam no mercado de trabalho exterior ao magistério.

O mercado de trabalho do magistério mantém diferenças salariais entre os diferentes níveis de ensino e entre homens e mulheres. Estas últimas tenderam, porém, a diminuir no período intercensitário (Tabela 7), decorrência possível da composição sexual por nível de ensino, da melhoria média da formação inicial e da política salarial no sistema público.

TABELA 7 – Porcentagem de professores na PEA que recebem acima de 5 salários mínimos mensais por ano do censo e sexo. Brasil

Rendimento mensal acima de 5 salários mínimos	Ano	Homens	Mulheres
	1980	51,4	14,3
	1991	38,7	13,7

Fonte: Censos demográficos 1970 e 1980; PNADs 1990 e 1996 (apud IPEA/PNUD)

Aqui destaco duas conseqüências: no plano do conhecimento, a compreensão de que o magistério na educação básica é uma profissão de "gênero feminino" (no seu sentido atribuído por Izquierdo, 1994); no plano das políticas atuais, assinalo os freios ao incentivo atual para formação superior para o magistério de ensino fundamental, quando os rendimentos não correspondem a este esforço de formação. Esse é outro tópico importante para repensar ou pensar a agenda de políticas educacionais à luz das relações de gênero.

Uma série de informações macro seriam ainda indispensáveis para poder entender esse quadro, evidentemente, complementadas por pesquisas que destrinchassem valores e significados atribuídos à educação formal por mães, pais, professores(as), alunos(as), empregadores(as), empresários(as), bem como

34 PAES DE BARROS e MENDONÇA, 2001.

ao cotidiano escolar da perspectiva das relações de gênero. São bem poucas as pesquisas recentes, sejam elas teses/dissertações ou não, que têm entrado nesse campo, contribuindo para a compreensão dessas tendências da educação formal de homens e mulheres: uma tendência menos intensa ao maior êxito de mulheres no sistema de ensino; a permanência de carreiras fortemente guetizadas; a desvalorização da função do magistério, especialmente, no ensino básico, atividade exercida quase que exclusivamente por mulheres; a manutenção de práticas sexistas na escola; a discriminação salarial das mulheres associada a sua melhor qualificação educacional. [35]

Alguns países, sobre os quais pude acompanhar a bibliografia, como a França e os EUA, apesar de apresentarem situação longe de ser satisfatória, inclusive para os(as) pesquisadores(as), contam com uma massa de informações empíricas muito invejável. Por exemplo, a questão do resultado inferior das mulheres em provas de matemática tem sido objeto de inúmeras pesquisas, indo da análise do conteúdo dos itens que compõem a prova ao processo de socialização de crianças pequenas no uso do espaço.[36]

Porém, como afirmou Silva,[37] "os dados empíricos são intrigantes, inconsistentes e parecem desafiar a explicação teórica (...) e os recursos teóricos existentes parecem limitados e inconsistentes". Duru-Bellat,[38] também, referindo-se à produção francesa assinala tal carência teórica – "como se estas diferenças remetessem a fenômenos não apenas evidentes mas transparentes" – seja quando fazem apelo a "uma Psicologia espontânea, um tanto tautológica" ou a uma "Sociologia do senso comum fatalista, invocando a manutenção de mentalidades". O grande desafio para interpretações, contudo, provém da associação entre melhores resultados escolares das mulheres e manutenção de um padrão sexuado de carreiras (disciplinas) escolares, "como se o desaparecimento de desigualdade vertical acentuasse desigualdade horizontal".[39]

Indicador de inadequação/dominação ou de privilégio/poder, eis uma questão. Enguita[40] e Baudelot e Establet[41] assumem claramente a posição de

35 ROSEMBERG, 1985; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001.

36 DURU-BELLAT, 1990.

37 SILVA, 1993, p. 70.

38 DURU-BELLAT, 1990.

39 MOSCONI, 1998, p. 17.

40 ENGUITA, 1996.

41 BAUDELOT e ESTABLET, 1992.

que, diante do mercado de trabalho e da família, a escola seria uma instituição menos sexista. Este modelo interpretativo assume pelo menos dois componentes que me parecem contra corrente: que as instituições sociais podem ser regidas por lógicas não-idênticas; que as relações de dominação de classe, raça, gênero e idade podem atuar de modo não-sincrônico[42] na história social de modo geral, de uma instituição em particular, ou na vida da pessoa.

Haveria que acrescentar, ainda, a dupla função das instituições socializadoras de crianças e adolescentes, especialmente a da escola: a preparação da criança e do adolescente para a vida adulta que terá; a constituição (ou construção) da infância como categoria de idade em relação de subordinação diante do adulto(as).[43] Ora, como procurei mostrar,[44] as teorias feministas adotam um modelo que toma as relações de gênero adultas como paradigma. Ao tratar da educação para as diferentes fases da vida como uma só e única instituição, o modelo teórico expõe suas brechas.

Não obstante as insuficiências da base empírica brasileira, e os limites teóricos, a meu ver compartilhados com outros países, temos apontado, também no Brasil, algumas linhas interpretativas que não escamoteiam os dados e que enfrentam seus desafios,[45] procurando articular práticas socializadoras familiares e escolares, segmentação do mercado de trabalho, escolha ativa de mulheres e homens (entendidos como atores sociais ou agentes) que elaboram projetos, criam expectativas para suas vidas, em diferentes etapas da vida.[46]

Portanto, mesmo com as deficiências apontadas — especialmente interpretações feitas "a seco" na ausência de retaguarda de pesquisa —, detecto um pequeno grupo de trabalhos intrigados com a questão, procurando decifrar a efígie. Ora, nem mesmo tal núcleo é reconhecido quando se analisam documentos gerais para a ação produzidos em contextos institucionais extra-acadêmicos, objeto do próximo tópico.

42 ENGUITA, 1996; ROSEMBERG, 1999.

43 ROSEMBERG, 1985.

44 ROSEMBERG, 1997

45 CARVALHO, 2000, CARVALHO e DI PIERRO, 2000, SILVA et al., 1999, MADEIRA, 1996, ROSEMBERG, 1989, e SILVA, 1993, para citar alguns autores.

46 Alguns textos recentes publicados pela revista inglesa *Gender and Education* ofereceram pistas interessantes de análise sobre a articulação entre gênero e a reforma educacional inglesa contemporânea, com a ênfase no mercado. Reportar-se a BALL e GEWIRTZ(1997) e MANN (1998).

3. Descrições e interpretações

Exercício de serenidade e perseverança, além de uma boa dose de engajamento, foram-me necessários para analisar alguns dos documentos contemporâneos que localizei e que descrevem e interpretam alguns desses indicadores que acabei de sumariar.[47] Como mostrarei a seguir, com raras exceções, administradores(as), militantes e pesquisadores(as) de organizações não-governamentais, governamentais e multilaterais, ao se defrontarem com esses dados, parecem 'perder o juízo'. Escamoteiam, vangloriam-se, entram por sendeiros tortuosos, apelam ao senso comum que pode não ter bom senso, essencializam ao 'descrever' e explicar porque no sistema de ensino brasileiro uma parte das mulheres apresenta alguns indicadores educacionais melhores do que uma parte dos homens.

Grandiloqüente é o documento do CNDM[48] que assegura que "as mulheres brasileiras parecem não encontrar dificuldades em se educar", esquecendo-se do estrangulamento das pirâmides educacionais femininas e masculinas.

Porém, o modelo linear de dominação de gênero ("os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens") obscurece esse triunfalismo e, ao final do tópico, o mesm o documento arremata: "Em outras palavras, o acesso das mulheres à educação e sua crescente inserção no mercado de trabalho tem-se feito pelos parâmetros estabelecidos da desigualdade de gênero".[49] Sem explicar o que se entende e como se analisa essa desigualdade de gênero, fica difícil conciliar ambas as partes do enunciado.

O *Relatório Nacional Brasileiro Pequim+5*,[50] de acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Brasil na IV Conferência da Mulher, adota uma formulação até certo ponto ambígua, mas sem a estridência do CNDM: "a sociedade brasileira vem superando suas resistências ao acesso das mulheres à educação",[51] omitindo referência aos diferenciais de maior êxito das mulheres.

47 Os documentos foram selecionados seguindo dois critérios complementares: diversidade quanto à instituição produtora; data de publicação a mais recente possível, de preferência após as conferências supracitadas.

48 BRASIL, 1999, p. 10.

49 BRASIL, 1999, p. 13.

50 BRASIL, 2000.

51 BRASIL, 2000, p. 17.

O tópico sobre educação no *Balanço Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, 5 anos após Beijing*, elaborado pela Articulação de Mulheres Brasileiras,[52] dedica mais atenção às iniqüidades gerais do sistema de ensino brasileiro que afetam a homens e a mulheres. Anuncia, sem comentar, que a porcentagem de mulheres fora da escola é ligeiramente mais baixa do que a de homens, equívoco, ou, talvez, generalização para o conjunto da população de informações sobre grupos de idade mais jovens (até 14 anos); aponta o aumento mais intenso dos anos médios de estudos das mulheres e a distribuição das estudantes pelos níveis de ensino. Encontramos, nesse texto, uma formulação ambígua que se repete em Stromquist[53] e Carvalho e Di Pierro:[54] "há informações de que o analfabetismo é maior entre as mulheres mais velhas e entre as mulheres negras".[55] É o mais alto de todos? Em relação às mulheres? Em relação à população geral? Em que idade? Identifico, aqui, a contaminação da configuração de discriminação salarial, onde as variáveis sexo e cor se potencializam.

O tema volta em pauta no recente documento preparado pela Articulação de Mulheres Brasileiras[56] *Mulheres Negras: um retrato da discriminação racial no Brasil*. No capítulo sobre educação, o parágrafo de abertura informa: "a posição das mulheres revela pequena margem de vantagem com relação aos homens".[57] Em seguida, os indicadores transcritos não desagregam sexo, fornecendo apenas informações para o conjunto da população negra e branca. Apenas ao final, dois tópicos referem-se especificamente a mulheres: quanto a taxas de alfabetização informa-se que as das brancas são maiores que as das negras, sem referência aos homens brancos ou negros; informa-se, em seguida, que cresce a presença de mulheres negras nas universidades. Omite-se, pois, uma análise mais detalhada do diferencial masculino-feminino entre negros(as).

Por vezes, conformei a impressão de que seria "menos feminista" apreender o maior êxito de meninas e moças na escola. Nem sempre sendo possível escamoteá-lo, busca-se uma explicação que mantenha a dominação masculina, não do sistema educacional em sua articulação com a sociedade, mas do indi-

52 ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2000. Publicado pelo Observatório da Cidadania. A Articulação de Mulheres Brasileiras fora criada em 1994 com o objetivo de coordenar a participação dos movimentos de mulheres na Conferência de Pequim, tendo, porém, continuado suas atividades.

53 STROMQUIST, 1997.

54 CARVALHO e DI PIERRO, 2000.

55 ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2000, p. 62.

56 ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2001.

57 ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2001, p. 13.

cador em si. Por exemplo, procurando explicar a melhor adequação série-idade entre meninas em alguns países latino-americanos, encontrei a seguinte explicação 'inexplicável': "Esta informação [menor atraso das meninas] não implica que as meninas sejam mais inteligentes ou motivadas que os meninos; pode simplesmente refletir o fato de que, na medida em que a educação é vista pelos pais como um instrumento, pais pobres insistem mais na educação dos meninos. Assim, quando os meninos repetem, os pais insistem para que completem sua educação (rematriculando-os), ao mesmo tempo em que não se sentem tão inclinados para fazerem o mesmo frente ao fracasso escolar de suas filhas".[58] De certo modo, dados são criados para complementar a informação.

Fanfarras acompanham as *Notícias do INEP*[59] que anunciam "virada" das mulheres na educação e que "reinam absolutas" nas salas de aula, referindo-se à proporção de mulheres docentes. Algumas soluções de estilo desse documento do Inep sugerem uma possível construção discursiva ideológica em torno do êxito escolar das meninas, lembrando análise de Pierrette Bouchard[60] sobre o Quebec. Mesmo necessitando, ainda, uma reflexão mais aprofundada, Bouchard assinala que uma nova ideologia de sexo estaria sendo implantada no sistema escolar canadense, que "repousa, principalmente, na imagem de meninos feridos em sua identidade por um sistema escolar que dá vantagens às meninas, e no qual eles se encontram sem figura de identificação masculina no primário, origem de suas dificuldades escolares".

No Brasil, talvez este viés ideológico seja incorporado pela "perversidade" do mercado de trabalho, como assinala documento do Inep:[61] "*Perversa e precoce entrada* no mercado de trabalho das crianças e adolescentes do sexo masculino provenientes das famílias de renda mais baixa deve *estar contribuindo para o avanço* mais acelerado das mulheres" (grifos meus). Ou seja, aparentemente (isto porque ainda me sinto insegura quanto à análise de Bouchard sobre o Quebec), o sucesso das meninas decorre do insucesso dos meninos vitimizados pelo trabalho precoce.

Porém, abro mão de qualquer condicional para interpretar como ideológico o comentário em outra publicação com apoio do Inep sobre o mesmo fenômeno: o maior sucesso de moças entre 18 e 24 anos na escola, "em relação a ou-

58 STROMQUIST, 1997, p. 15.

59 INEP, 1999a.

60 BOUCHARD, 1994.

61 INEP, 1999a, p. 2.

tros países em desenvolvimento, trata-se de um resultado surpreendente [e de] uma questão auspiciosa".[62] Questão auspiciosa por que? O documento recupera, então, argumentação do século XIX (retomada pelas organizações multilaterais do século XX): "O aumento dos anos de escolaridade das mulheres tem, a longo prazo, grande impacto nas políticas sociais de saúde (redundando em menor mortalidade infantil) e de educação, uma vez que mulheres mais escolarizadas, de acordo com estudos já realizados, têm filhos mais escolarizados".[63]

Penso não estar sendo hipercrítica com a análise recente do Banco Mundial sobre o ensino médio, ao assinalar que é aí que encontro mais traços dessa produção discursiva ideológica, como quer Bouchard.[64] No recente documento sobre o ensino secundário no Brasil,[65] pode-se ler que os estudantes de sexo masculino "perdem terreno", que "ficam para trás" em relação às mulheres e que elas "estão dominando" a educação. Para o Banco Mundial, tal tendência – "promissora" para as mulheres, mas "inquietante" para os homens – decorre, em última instância, de que os meninos deixam a escola mais cedo para entrar no mercado de trabalho.

Apesar de reconhecer determinações internas à escola ("enfoque tendencioso dos professores") e pressões externas – "como a pressão sobre os meninos para entrar no mercado de trabalho leva muitos a abandonar a escola" muitas meninas continuam na escola, uma vez que tendem a fazer trabalhos domésticos que oferecem horário mais flexível, permitindo-se assim permanecer na escola" –,[66] o documento veicula explicações essencialistas (como Bouchard afirma identificar no Quebec) ligadas à natureza masculina: "maior *tendência* [entre rapazes] para tomar riscos e mais independência financeira" (grifo meu).[67]

A imputação ao trabalho (doméstico ou não) pelo insucesso escolar de meninas e meninos é quase que unânime, transformando-o em causa reifica-

62 SAMPAIO et al., 2000, p. 15.

63 BARROS e MENDONÇA, 1992, e SAMPAIO et al., 2000, p. 15. Essa ênfase no retorno social da educação das mulheres na esfera da vida reprodutiva, que não é nova, tem sido particularmente presente em documentos de organizações multilaterais, como Unicef (1991) e Banco Mundial (1995), sendo mais difundida no Brasil via economistas (como Ricardo Paes de Barros).

64 BOUCHARD, 1994.

65 BANCO MUNDIAL, 2000.

66 BANCO MUNDIAL, 2000, p. 37.

67 BANCO MUNDIAL, 2000, p. 37. Durante a divulgação dos Indicadores Sociais de 2001 (IBGE), a imprensa assinalava que para ter sucesso na escola uma das primeiras condições era "nascer mulher".

da.[68] O trabalho doméstico já foi responsabilizado pelo insucesso das meninas em todo o mundo subdesenvolvido, em decorrência possível do adultocentrismo que percorre nossas reflexões: do mesmo modo que a responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico dificulta ou impede a participação de certas mulheres adultas no mercado de trabalho, as maiores dificuldades de escolaridade das meninas, em certos países, decorreria de sua responsabilidade precoce pelo trabalho doméstico; nos países em que o êxito escolar das meninas é superior ao dos meninos, responsabiliza-se o trabalho extra-doméstico pelo fracasso masculino.[69]

Em suma: descrições e interpretações omissas, insuficientes e circulares, algumas nitidamente equivocadas, outras quiçá ideológicas, ganham espaço onde o senso comum não é "criticado" pela reflexão teórica. É um terreno propício à penetração de discurso de denúncia, com traços sensacionalistas.

> No cotidiano, o que marca a vida escolar, sobretudo de cidadãos/ãs das camadas populares, é a dificuldade de acesso a vagas em escolas perto do domicílio; o deparar-se com a infra-estrutura precária dos estabelecimentos; com a baixa qualidade e o baixo nível de adequação do ensino; o professorado mal pago e trabalhando em condições inadequadas; um nível alto de repetência e a necessidade de realizar esforços sobre-humanos, para que as crianças não evadam da escola, seja por necessidade de contribuir para renda familiar, seja porque as crianças, sobretudo nos grandes centros urbanos, e sobretudo os meninos, se rendem às *'tentações' da contravenção* (grifos meus).[70]

Ligações perigosas!

É um terreno perigoso, também, para propostas salvacionistas.

Assim, as ligações permanecem perigosas, também, quando se abrem perspectivas apressadas para intervenções em políticas educacionais que procuram corrigir ou o indicador de desigualdade ou sua interpretação baseada no senso comum. Por exemplo, o documento do Banco Mundial [71] pontifica que "as políticas educacionais devem abordar a questão focalizando fatores tanto de

68 ROSEMBERG e FREITAS, 2001.

69 BANCO MUNDIAL, 2000; Brasil, 2000; INEP, 1999a.

70 ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2000, p. 63.

71 BANCO MUNDIAL, 2000, p. 57.

dentro como de fora da escola que atuam como desincentivos para os estudantes de sexo masculino permanecerem e progredirem na escola e considerarem o desempenho educacional como prioridade".

O documento do Banco Mundial vai mais além, dando exemplos de incentivos que levam "em conta, tanto os custos da oportunidade como os benefícios percebidos de permanecer na escola. Do lado da demanda, as transferências de recursos em dinheiro vinculados à freqüência e desempenho escolares poderão compensar parcialmente o custo de oportunidade de permanecer na escola. Do lado da oferta, investir na melhoria da qualidade do ensino, proporcionar materiais didáticos apropriados à idade, práticas de aprendizagem conceitualizada e participação em atividades extracurriculares (por exemplo, esportes, expressão artística) podem tornar a escola mais atraente e relevante aos jovens".

Ora, tais recomendações (o texto usa o verbo dever) são efetuadas sem apoio em qualquer base teórica ou empírica (não há qualquer referência bibliográfica no texto) e mantidas pela interpretação, já assinalada, de que os rapazes evidenciariam "maior tendência para tomar riscos e mais impaciência para conseguir independência financeira".[72]

Explicações e propostas produzidas pelo Banco Mundial aproximam-se do que Reed[73] denominou de "paradigmas populares para explicar o fracasso escolar de meninos" na Inglaterra. A autora destaca o caráter apolítico e associal de tais interpretações, além do privilegiamento de modelos da masculinidade hegemônica. Nota-se, também, a incorporação de modelo teórico apoiado em "papéis sexuais", atribuindo, indiretamente, à socialização familiar e aos(as) professores(as) o insucesso escolar de meninos e rapazes.

Em conclusão: ausência de acompanhamento sistemático da área produz dados publicados pobres, pobreza reforçada pela pequena retaguarda de produção acadêmica, conjunto que gera, no mais das vezes, um vale-tudo interpretativo sobre informações truncadas ou desatualizadas; circulam-se interpretações do senso comum, que passam a assumir o estatuto de teorias. Generalizações abusivas que, por vezes, tendem a naturalizar construção social e histórica, alimento rico para produção ideológica que, por sua vez, tende a reforçar dominação de gênero.[74]

72 BANCO MUNDIAL, 2000, p. 37.

73 REED, 1999.

74 THOMPSON, 1995.

Resumo

O objetivo do artigo é evidenciar o descompasso entre a situação de homens e mulheres no sistema educacional brasileiro e as metas nacionais e internacionais de igualdade de oportunidade de gênero na educação. Para tanto analisa e interpreta estatísticas educacionais, resoluções das conferencias internacionais da década de 1990 e documentos de instâncias multilaterais, governamentais e não-governamentais sobre a questão. Conclui assinalando o caráter ideológico de varias interpretações, sugerindo a necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema.

Palavra-chave: Educação e Gênero, Organizações Multilaterais, Governo Brasileiro, Movimento de Mulheres, Dados Estatísticos.

Referências

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *Políticas públicas para as mulheres no Brasil*: 5 anos após Beijim. Brasília: Unifem, Fundação Ford, 2000.

_____. *Mulheres negras*: um retrato da discriminação racial no Brasil. Brasília: Unifem, Fundação Ford, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). *Catálogo de teses, dissertações e artigos de periódicos*. 3. ed. São Paulo: Anped/Ação Educativa, 1999. (CD-ROM).

AUAD, D. *Formação de professores*: um estudo dos Cadernos de Pesquisa a partir do referencial de gênero. 1999. Dissertação de Mestrado, Feusp.

BANCO MUNDIAL. *Avaliação da pobreza no Brasil*: difusão de operações de recursos humanos/região da América Latina e do Caribe. Brasília. Relatório Principal 1995. v. 1.

_____. *Ensino secundário*. Disponível em <www.bm.org>. Acesso em: fev. 2001. Relatório 2000.

BAL, S.J.; GEWIRTZ, S. "Girls in the education market: choice, competition and diversity". *Gender and Education*, v. 8, n. 2, p. 207-222, 1997.

BARCELOS, L.C. "Educação e desigualdades raciais no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, n. 86, p. 15-24, ago. 1993.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *Allez les filles*. Paris: Seuil , 1992.

BATISTA, M.; CODO, W. *Educação*: carinho e trabalho. Brasília: UnB/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Petrópolis, Vozes, 1998.

BONINO, M. "Monitorando o cumprimento dos acordos de cúpula nas áreas de educação e gênero". In: IBASE (Org.). *Balanço do observatório da cidadania*. Rio de Janeiro: Ibase, 1999. p. 86-89.

BOUCHARD, P. "O êxito escolar das meninas em Quebec: o surgimento de uma nova ideologia de sexo ou o discurso da usurpação". *Estudos Feministas*, n. especial, p. 368-83, 2. sem. 1994.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Memória*: gestão 95/99. Brasília: CNDM; Unifem, 1999.

_____. *Censo do Ensino Profissional*. Brasília: MEC/Inep, 2000a.

_____. EFA 2000. *Educação para todos*: avaliação do ano 2000. Informe Nacional. Brasília: MEC/Inep, 2000b.

_____. Governo Brasileiro. *Relatório Nacional. Pequim+5*. Nova York, jun. 2000. p. 32.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. "Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério". *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres*. Disponível em: <www.fcc.org.br>. 2001.

CAMPOS, M.M.; DAVIS, C.; ESPOSITO, Y. "Indicadores educacionais". In: FAPESP (Org.). *Indicadores de Ciência e Tecnologia*. São Paulo: Fapesp. No prelo.

CARVALHO, M.P. "Gênero e política educacional em tempos de incerteza". In: HYPOLITO, A.M.; GARDIN, L.A. (Org.). *Educação em tempos de incertezas*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 137-162.

CARVALHO, M.P. de; DI PIERRO, M.C. "A escola brasileira e as desigualdades de gênero". Cadernos do Observatório, *O Observatório Educação*, n. 2, p. 97-99, out. 2000.

CORTINA, R.; STROMQUIST, N.P. Introduction. In: _____. (Org.). *Distant alliances*: promoting education for girls and women in Latin America. New York: Routledge Falmer, 2000. p. 1-10.

DURU-BELLAT, M. *L'école des filles*. Paris: L'Harmattan. 1990.

ENGUITA, M. (1996). «Os desiguais resultados das políticas igualitárias: classe, gênero e etnia na educação». *Revista Brasileira de Educação,* n. 3, p. 5-17, set./dez. 1996.

FARAH, M.F.S. *Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo*. 1998. Dissertação de Mestrado, FGV, São Paulo.

GONZÁLEZ, R.M.J. "Políticas públicas em materia de género y educación: analisis del caso mexicano". In: JIMÉNEZ, R.M.G. (Org.). *Construyendo la diversidad*. Mexico, DF: SEP/Universidad Pedagogica Nacional, 2000. p. 49-78.

HYDE, K.A.L.; MISKE, S. *Thematic Study*: girl's education (draft). S/l, International Consultative Forun on Education for All/Unicef 2000.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1992*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.

_____. *Censo Demográfico 1991*: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1999*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999a.

_____. *Pesquisa sobre Padrões de Vida – 1996-1997*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999b.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNADs 89, 90, 92, 96 e 99*: Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1 v.

_____. Indicadores propostos segundo acordos da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo). S/l, s/d. Mimeo (Créditos de levantamento no Brasil: Rede Mulher de Educação e Ação Educativa).

IZQUIERDO, M.J. "Uso y abuso del concepto de género". In: VILANOVA, M. (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994.

_____. *El malestar en la desigualdad*. Madrid: Ediciones Cátedra – Feminismos, 1998.

INEP. *INEP Notícias*. 8 mar. 1999 Disponível em: <www.inep.gov.br/notícias/news>. Acesso em: 28 fev. 1999. (1999a).

_____. *I Seminário Nacional sobre Educação para Todos*: EFA 2000. Brasília: Inep 1999b.

_____. *Provão. Exame Nacional de Cursos*. Relatório Síntese. Brasília: Inep 2000.

LAUGLO, J. "Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a Educação". *Cadernos de Pesquisa*, n. 100, p. 11-36, mar. 1997.

MADEIRA, F.R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1996.

MANN, C. "The impact of working: class mothers on the educational success of their adolescent daughter as a time of social change". *British Journal of Sociology of Education*, v. 19, n. 2, 1998.

MEEKIN, R.W. "Estatísticas Educativas en América Latina y el Caribe". In: OREALC/UNESCO (Org.). *Indicadores educativos comparados en el Mercosur*. Santiago: Unesco/Preal/Mineduc/Chile, 1998. p. 13-20.

MOSCONI, N. *Egalité des sexes en éducation ef formation*. Paris: PUF, 1998.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R. O mercado de trabalho para professores no Brasil. Brasília: Ipea, 2001.

PNUD/IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; Brasília, Pnud, 1996.

REALI, A.M. de M.R. "Indicadores educacionais, profesores e a construção do sucesso escolar". *Ensaio*: avaliação de políticas públicas em educação, v. 9, n. 30, p. 79-107, jan./mar. 2001.

REED, L.R. "Troubling boys and disturbing discourse on masculinity and schooling". *Gender and Education*, v. 11, n. 2, p. 93-110, 1999.

REPEM. *La educación en movimento*. La Paz: Repem, 1997.

ROSEMBERG, F. "A Escola e as diferenças sexuais". *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 78-85, dez.1975.

_____. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. "Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero". *Revista de Estudos Pedagógicos,* v. 68, n. 159, p. 324-55, maio/ago. 1987.

_____. "Segundo grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos". *Cadernos de Pesquisa*, n. 68, p. 39-54, fev. 1989.

_____. "Subordinação de gênero e alfabetização no Brasil". *Idéias*, n. 19, p. 125-48, 1993.

_____. "Educação e gênero no Brasil". In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Org.). *Mulher e educação*. São Paulo: Educ, 1994. p.7-18. (Projeto História, 11).

_____. "Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio". *Pro-Posições*, v. 7, n. 3, p. 17-23, 1997.

_____. "Expansão da educação infantil e processos de exclusão". *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 7-41, jul. 1999.

_____. *Educação formal, mulher e relações de gênero:* um balanço preliminar da década de 1990. 2001. No prelo.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R.P.; NEGRÃO, E.V. *A educação da mulher*. São Paulo: Global, 1982.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R.P. *A educação da mulher*. São Paulo: CECF, Nobel, 1985.

ROSEMBERG, F.; PIZA, E.P.; MONTENEGRO, T. *Mulher e educação formal no Brasil*: estado da arte e bibliografia. Brasília: Inep/Reduc. 1990.

ROSEMBERG, F.; FREITAS, R.R. "Will greater participation of brazilian children in education reduce their partyicipation in the labor force?" *International Journal of Education Policy, Research and Practice*, Autumn, 2001. No prelo.

SAMPAIO, H.; LIMOGI, F.; TORRES, H. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília: Inep, 2000.

SARTI, C.A. "Feminismo no Brasil: uma trajetória particular". *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 38-47, fev. 1998.

SILVA, C.D. et al. "Meninas bem comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados". *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 207-226, jul. 1999.

SILVA, G.O. do V. *Reprodução de classe e produção de gênero através da cultura*. 1993. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SIROTA, R. "Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar". *Cadernos de Pesquisa*, n. 12, p. 3-13, mar. 2001.

SOARES, L.T.T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes/Clacso, 2001.

SPONCHIADO, J.I. *Docência e relações de gênero: estudo da produção acadêmica no período de 1981 a 1995*. 1997. Dissertação de Mestrado, PUC-SP.

STROMQUIST, N.P. "Gender, equity and emancipatory education in Latin America". In: _____. (Org.). *Gender dimensions in education in Latin America*. Washington: Interamer 53, OAS, 1996. p. 9-24.

_____. "Access, content and vision in gender issues in education". In: Latin America. Guadalajara: LASA XX, 1997. Mimeo.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura de massas*. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNICEF. *The girl child*: na investment in the future. New York: Unicef, 1991. (Edição revista).

Modas e Modos: uma leitura enviesada de *O espírito das roupas**

Heloisa Pontes**

Gilda de Mello e Souza tinha 31 anos quando escreveu *A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética*. Apresentado originalmente sob a forma de uma tese de doutorado defendida, em 1950, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Roger Bastide (de quem a autora era assistente na cadeira de Sociologia I), o trabalho e a história da sua recepção dão pano para manga. Sobretudo, se no lugar de nos atermos apenas (o que não é pouco) à apreensão pormenorizada da análise sutilíssima e inovadora que a autora faz da moda, ensaiarmos uma leitura enviesada do livro com o intuito de entrelaçá-lo à situação mais geral das mulheres que, como Gilda, se profissionalizaram na Faculdade de Filosofia.

---

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu*, vol. 22, 2004.

N.A. Este ensaio desenvolve os pontos principais da minha apresentação do livro *O espírito das roupas*, de Gilda de Mello e Souza, no "Seminário Temático as Ciências Sociais em São Paulo: obras decisivas", promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, em junho de 2001. Agradeço aos organizadores do evento – Leopoldo Waizbort, Luiz Jackson e Fernando Pinheiro – pelo convite e pela oportunidade de discutir o livro na presença da autora. Nesse evento, Gilda fez um depoimento fascinante sobre o objeto de seu doutorado e sobre a sua relação com Bastide. Agradeço ainda e, especialmente, a Mariza Corrêa, pelo incentivo para transformar essa fala em texto, e a Sérgio Miceli pela leitura aguda, como sempre. Por fim, quero registrar o quanto esse texto é devedor das discussões que tive sobre o livro de Gilda com os meus alunos (entre eles, Taniele Rui, Daniela Feriani, Graziele Rossetto, Letícia Camilo, Luis Gustavo Rossi, Mônica Ribeiro e Mariana Françoso) nos cursos de "História da Antropologia no Brasil", que ofereci na Unicamp, no primeiro semestre de 2003, na graduação e na pós-graduação.

** Professora da Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora pela Stanford Univerty, EUA.

Simbólica e metonimicamente associada ao universo feminino, a moda ganhou nas mãos de Gilda um tratamento estético e sociológico preciso que, se estava em conformidade com o "espírito científico" implantado na Faculdade de Filosofia, dele destoava e se distanciava em muitos aspectos. A começar pela forma de exposição do trabalho. Ensaio sociológico, sem dúvida. Redigido, porém, com aquela prosa apurada de quem domina as manhas da escrita, num momento em que "escrever bem" deixara de ser uma das qualidades essenciais na atribuição de valor intelectual de um trabalho acadêmico. Se hoje o estilo de exposição, a mescla da visada estética e sociológica mobilizada para dar conta de um objeto complexo e multifacetado como a moda, as fontes utilizadas (fotografias, gravuras, pinturas, trechos de romances e de crônicas do século XIX) e, sobretudo, a argúcia e desenvoltura da autora no andamento da análise, conferem ao trabalho um frescor e uma atualidade surpreendentes, nem sempre esse conjunto de fatores foi ajuizado dessa maneira. Prova disso é a receptividade discreta que o trabalho teve no início do decênio de 1950.

Publicado, de início, numa revista científica habituada a receber colaboração muito diversa, ele teve que esperar mais de trinta anos para vir a público sob a forma de livro (numa edição caprichada, com o sugestivo título de *O espírito das roupas*) e para ganhar o reconhecimento intelectual devido.[1] Em parte, como resultado da ampliação de temas e objetos considerados "legítimos" no campo das ciências humanas, promovida em larga medida pela antropologia, pela sociologia da cultura e pela história das mentalidades.[2] De outro lado, pela constituição de um novo público de leitores interessados na moda como assunto profissional ou objeto de estudos acadêmicos. Esse duplo movimento, somado à formação do campo da moda no Brasil, com tudo que ele implica (estilistas, modelos, fotógrafos, revistas, críticos, cursos superiores de moda, estudiosos do

1 Cf. MELLO E SOUZA, G. de. *O espírito das roupas*: a moda no século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. O prefácio de Alexandre Eulálio ao livro, intitulado "Pano para manga" e o ensaio de Joaquim Alves de Aguiar, "Anotações à margem de um belo livro" (*Literatura e Sociedade*, n. 4, 1999, p. 129-140) são, salvo engano, os textos mais consistentes produzidos sobre o livro de Gilda no âmbito da crítica literária.

2 No âmbito dos estudos sociológicos, antropológicos ou históricos feitos nos últimos anos, no Brasil, sobre temas ligados à moda, vale sublinhar que a maioria resultou de dissertações de mestrado. Este dado talvez nos obrigue a relativizar a idéia da incorporação da moda como objeto de estudo com aceitação plena nessas disciplinas. Pois sendo o mestrado, o início (cada vez mais "desautorizado") da carreira acadêmica, não parece aleatório que também seja nesse momento que os pesquisadores, ainda jovens, se "arrisquem" mais do que os outros. Nessa direção, conferir, especialmente, os seguintes trabalhos: BERGAMO, A. *A experiência do status*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2000; BONADIO, M.C. *Moda:* costurando mulher e espaço público. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2000; SANT'ANNA, P. *Desfile de imagens*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2002; e RAINHO, M. do C. *A cidade e a moda*: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, 1992 (publicado dez anos depois, pela Editora da UnB).

assunto), tornou possível a absorção e a legitimação numa escala mais ampla, do tema estudado por Gilda.[3] Falar de moda, discutir a moda e escrever sobre a moda, aparentemente deixou de ser um assunto intelectualmente frívolo. E, para muitos, virou moda. Daí também a clarividência do trabalho de Gilda. Não para promover uma recepção congelada e acrítica do tema, mas para nos ajudar a mirar, com olhos bem abertos, toda sorte de salamaleques discursivos, simplificações analíticas e exibicionismos mundanos que costumam rondar o universo dos produtores e dos consumidores da moda.

1. *O espírito das roupas* visto pelo espírito masculino e cientificista da época: a avaliação de Florestan Fernandes

Publicada com o mesmo título da tese, em 1951, na *Revista do Museu Paulista* – graças à intermediação de seu editor, Herbert Baldus – "A moda no século XIX"[4] recebeu uma resenha favorável, mas não isenta de críticas e de reparos, da parte de Florestan Fernandes, colega e assistente, como Gilda de Mello e Souza, só que em cadeira diversa, na de Sociologia II, regida por Fernando de Azevedo. Na avaliação de Florestan, feita em dezembro de 1952, na revista *Anhembi*:[5]

> Tal como se apresenta, o trabalho da Dra. Gilda de Mello e Souza, revela duas coisas. Primeiro: o talento e a extraordinária sensibilidade da autora para a investigação de um fenômeno tão complexo, por causa das diversas facetas de que pode ser encarado e explicado. Segundo, um seguro conhecimento do

3 Talvez seja mais que uma simples coincidência que *O espírito das roupas* tenha sido publicado como livro no mesmo ano em que se fundou o primeiro curso universitário de moda no país, instalado na Faculdade Santa Marcelina, em São Paulo, em 1987.

4 Cf. MELLO E SOUZA, G.R. de. A moda no séc. 7-94 (18 pranchas fora do texto).

5 FERNANDES, F. Resenha de "A moda no século XIX". *Anhembi*, n. 25, dez. 1952. Devo a Luis Jackson a indicação dessa resenha. Pesquisador e analista atilado, Luis Jackson vem perseguindo uma fonte promissora para o adensamento da história intelectual das ciências sociais brasileira, especialmente em sua face paulista. Qual seja: o levantamento e a análise do conjunto de resenhas publicadas nos anos de 1940, 50 e 60, por Florestan Fernandes, seus seguidores e opositores nas revistas científicas da época. Para uma discussão mais aprofundada das implicações analíticas decorrentes dessa sociologia das revistas, conferir JACKSON, L. *Representações do mundo rural brasileiro:* dos precursores à sociologia paulista. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2003.

> campo de sua especialização, em um nível que até pouco tempo era raro no Brasil. Essas qualidades se refletem na composição do trabalho, tornando a sua leitura muito amena e instrutiva. *Poder-se-ia lamentar, porém, a exploração abusiva da liberdade de expressão (a qual não se coaduna com a natureza de um ensaio sociológico) e a falta de fundamentação empírica de algumas das explanações mais sugestivas e importantes.* De outro lado, não concordamos com a afirmação da autora, segundo a qual "a moda, como toda manifestação do gosto, é traiçoeira e, quando analisada de perto, esconde suas feições mais características, induzindo o observador a erro" (p.10). A esse respeito, pensamos que uma das vantagens da abordagem sociológica do fenômeno consiste exatamente na possibilidade de compreendê-lo e interpretá-lo, através de técnicas de investigação adequadas, em suas manifestações no mundo em que vivemos, ou seja, como dimensões atuais do acontecer.[6]

A avaliação de Florestan sobre o trabalho de Gilda pode ser lida sob um duplo registro. Primeiro, na chave do reconhecimento acadêmico, que, levado a sério, implica no levantamento simultâneo das qualidades, dos acertos e das fragilidades eventuais do trabalho que se tem em mira. Vindo de alguém como Florestan, que não era de meias palavras no trato dos objetos acadêmicos, tal levantamento pendia para um balanço positivo do resultado obtido por Gilda, apesar das restrições apontadas. Estas, por sua vez, parecem dizer mais sobre o modelo de excelência do trabalho científico que o resenhista tinha em mente (e se empenhava em praticar), do que sobre a natureza substantiva das alegadas fragilidades do ensaio de Gilda. A crítica feita por ele "à exploração abusiva da liberdade de expressão" da autora deixa claro que, para Florestan, o ensaio (enquanto estilo de exposição intelectual que marcou a "tradição" do pensamento social brasileiro) e o trabalho sociológico eram coisas bem diversas. Quase incompatíveis. Em larga medida, pela atuação que ele próprio, Florestan, viria a ter na definição do perfil intelectual e nos rumos institucionais da chamada escola sociológica paulista.

Ensaio e tratado, dois modelos distintos de pensar e fazer sociologia, atualizados de forma paradigmática nos trabalhos de Gilda de Mello e Souza e de Florestan Fernandes. Interpretar, no caso da autora; explicar, no de Florestan. Como a primeira encontra em Tarde e em Simmel uma fonte preciosa de inspiração para analisar a moda, Florestan segue de perto os ensinamentos de Durkheim

6 Trechos de resenha de Florestan Fernandes, op. cit., p. 139-40, grifos meus.

e da escola sociológica francesa.[7] Por isso, se a primeira restrição que Florestan faz ao trabalho de Gilda situa-se no plano da escrita, a segunda tem a ver com o que ele entendia por rigor no tratamento da documentação empírica e o lugar que ela deveria ocupar no quadro explicativo mais amplo dos trabalhos sociológicos prezados por ele. "Nem teorias sem fatos, nem fatos sem teoria"[8] – tal era a dosagem calibrada e almejada por Florestan na época.

Ao chamar atenção na resenha para "a falta de fundamentação empírica das explanações mais sugestivas e importantes" do trabalho em pauta de Gilda, Florestan conecta esse problema à defesa intransigente da abordagem sociológica. Esta, se bem calçada em "técnicas de investigação adequadas", não deveria se deter diante de nenhum obstáculo, nem mesmo daquele provocado pela proximidade temporal ou emocional do pesquisador com o seu objeto. Daí a censura que ele fez à justificativa apresentada por Gilda para estudar a moda num século distante do seu: "como toda manifestação do gosto", a moda, nas palavras da autora, é "traiçoeira e, quando analisada de perto, esconde suas feições mais características, induzindo o observador a erro". A restrição de Florestan tem menos a ver com a idéia de se fazer sociologia com documentação histórica, e mais com a defesa intransigente da força explicativa da sociologia na análise de objetos situados em qualquer contexto, passado ou contemporâneo. E nem poderia ser diferente no caso dele. Naquela altura, Florestan já dera provas públicas da sua capacidade e da sua competência como sociólogo, verdadeiro *scholar*, ao fazer justamente um trabalho de fôlego com um objeto etnológico, por meio de um "corpo a corpo" rigoroso e exaustivo com a documentação sobre os Tupinambá deixada por cronistas, missionários e viajantes dos séculos XVI e XVII.

A autoridade intelectual que Florestan vinha conquistando na Faculdade de Filosofia e fora dela, no ano em escreveu a resenha sobre o livro de Gilda, advinha basicamente do reconhecimento que obtivera, em 1951, com a apresentação e defesa da sua tese de doutorado, *A função social da guerra entre os Tupi-*

7 O ensaio *A moda,* de Simmel (cuja primeira versão foi publicada em 1895, com o título "Para a psicologia da moda: estudo sociológico") é central na armação do argumento sociológico do livro de Gilda e na maneira como ele vai se esparramando ao longo do texto, à medida que a autora vai "desfolhando" a moda em camadas justapostas. *As regras do método sociológico*, de Durkheim, editada também em 1895 (e acrescidas pela elaboração posterior que o método funcionalista receberia na obra do fundador da sociologia acadêmica francesa e nos praticantes da antropologia inglesa), é, por sua vez, decisiva na conformação do projeto intelectual de Florestan. Como Durkheim, Florestan também não hesitaria em incorporar objetos claramente etnológicos para levar à frente e testar as possibilidades heurísticas da sociologia que aprendera lendo, estudando duro e ouvindo com aplicação os professores estrangeiros na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política.

8 Cf. FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 2 ed., São Paulo, Pioneira/ Edusp, 1970.

nambá.[9] A metodologia empregada e o alcance analítico atingido nesse trabalho mostraram de maneira cabal que ele era o "produto puro" e mais bem acabado do novo sistema de produção intelectual e acadêmico que estava se implantando na capital paulista, por intermédio dos professores estrangeiros que integraram o corpo docente inicial da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Gilda, embora tivesse se doutorado um ano antes de Florestan Fernandes, não conseguira o mesmo tipo de reconhecimento que ele. Quer da parte dos pares, quer dos professores. Apesar do recorte sociológico da tese que defendera em 1950 e publicara no ano seguinte na *Revista do Museu Paulista*, o tema foi considerado por muitos – e à boca pequena – como fútil. Coisa de mulher. Na hierarquia acadêmica e científica da época, que presidia tanto a escolha dos objetos de estudo quanto a forma de exposição e explicação dos mesmos, a tese de Gilda estava "condenada" à "derrota". "Profana" e "plebéia", a moda, na escala de valor e legitimidade atribuídos por esse sistema classificatório, encontrava-se em uma posição diametralmente oposta ao tema da guerra que Florestan escolhera para a sua tese de doutorado, atividade masculina por excelência, "sagrada" e "nobre".[10]

O trabalho de Gilda, nesse contexto, constituiu "uma espécie de desvio em relação às normas predominantes nas teses da Universidade de São Paulo".[11] Sinal eloqüente de

9 Seguindo à risca o padrão de trabalho intelectual aprendido com Baldus e Bastide, em termos da forma de exposição dos problemas, das referências empíricas e bibliográficas, da orientação metodológica e da construção do objeto de estudo, Florestan procurou analisar a guerra como um fato social total. Na esteira dos ensinamentos de Mauss e dos trabalhos monográficos da antropologia inglesa e norte-americana, ele produziu uma complexa e inovadora análise da guerra e de sua ligação com a estrutura social da extinta sociedade Tupinambá. Organizada sob a forma de uma monografia, a tese é dividida em duas partes. Na primeira, o autor, valendo-se do "caráter artístico" das descrições dos cronistas e da importância dessa fonte para o conhecimento dos costumes e tradições dos Tupinambá, procurou recriar o ambiente e o modo como os membros dessa sociedade faziam a guerra. Na segunda parte, voltada para a explicação sociológica da guerra, Florestan fez uso da estratégia expositiva e do estilo monográfico desenvolvidos pela antropologia anglo-saxônica. Cf. FERNANDES, F. A função social da guerra na sociedade Tupinambá... Op. cit.

10 Não foi por acaso e muito menos por razões intrínsecas às qualidades, inegáveis, da tese de doutorado de Florestan que ele ganhou a "guerra" (quer como objeto de estudo, quer como posição institucional) travada naquele momento na Faculdade de Filosofia, de forma às vezes veladas, outras nem tanto, para a obtenção dos direitos de sucessão na "linhagem" acadêmica instaurada pelos professores estrangeiros. Com a volta de Bastide para a França, em 1954, Florestan se tornaria o "herdeiro" da cadeira onde Gilda trabalhara até então como assistente e que se converteria, graças à sua atuação, em uma verdadeira "instituição dentro da instituição", responsável pela criação da chamada escola paulista de sociologia. Para um detalhamento maior da carreira de Florestan e de Gilda (bem como de outros integrantes do círculo de juventude da autora) conferir PONTES, Heloisa. *Destinos mistos*: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Para uma análise circunstanciada da trajetória e da obra de Florestan, ver ARRUDA, M.A. do N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista". In: MICELI, S. (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Fapesp, vol.2, 1995, p.107-231 e *Metrópole e cultura*: São Paulo no meio século XX. Bauru, Edusc, 2001 e GARCIA, S. *Destino Impar*. São Paulo, Editora 34, 2002. Sobre a relação de Florestan Fernandes e Roger Bastide e suas implicações na obra de ambos, consultar PEIXOTO, F. *Diálogos brasileiros. Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp, 2000.

11 Cf. MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit.,p.7.

um duplo constrangimento. De um lado, da assimetria difusa vivida pelas mulheres, no plano das relações intelectuais e institucionais que estavam se construindo dentro e fora da universidade, onde Gilda se formara em 1939 e se profissionalizara como professora universitária. De outro lado, do constrangimento decorrente da concepção de sociologia dominante na época. Animada por um "espírito" cientificista, afeita à idéia positivista de pesquisa como sinônimo de análise sistemática da realidade, e "encarnada" de forma exemplar na figura de Florestan Fernandes, ela expulsou de seus horizontes, quando não dos seus espaços de atuação institucional, as dimensões estéticas dos fenômenos sociais e o ensaio do seu universo discursivo. A transferência de Gilda de Mello e Souza para a área de estética e de Florestan para a cadeira de Sociologia I, no ano de 1954, bem como a mudança de Antonio Candido, em 1958, para Assis, após 16 anos de inserção na cadeira de Sociologia II (antes da sua volta em 1960 para a Universidade de São Paulo, como professor de literatura e não mais de sociologia) são indícios extremamente significativos da oposição entre ciência e cultura que se estabelecera, na época, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.[12]

12 As implicações dessa oposição na "formatação" das ciências sociais e na vida intelectual brasileira, por extrapolarem o âmbito dessa instituição, vêm despertando a atenção dos pesquisadores nos últimos anos. Nessa direção, conferir os trabalhos de JACKSON, L. *A tradição esquecida.Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido.* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002; RAMASSOTE, R. Antonio Candido e a construção social da crítica literária moderna na USP. Monografia de conclusão de curso, São Carlos, UFSCar, 2003; e SCHWARZ, R. Saudação a Antonio Candido. *Antonio Candido & Roberto Schwarz*: a homenagem na Unicamp. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988, p. 9-23. Leopoldo Waizbort, em trabalho ainda inédito, centrado na análise densa e bastante sofisticada da obra literária de Antonio Candido, achou por bem não deixar de lado as implicações produzidas pela concepção de sociologia no trabalho e na carreira do autor. Mesmo não sendo o ponto central da análise de Waizbort, essa questão aparece sob a forma de um (certeiro) excurso. Diz o autor: "A institucionalização universitária dos estudos literários – cátedras, alunos, assistentes, boletins, cursos, livros, congressos, revistas etc., os mais variados meios de legitimação intelectual, disciplinar, acadêmica e institucional – em meio a um processo de diferenciação das disciplinas, exige definir qual é o lugar dos escritos literários, o que vale dizer quais são os seus objetos, quais são seus métodos, se se trata de ciência, ou não, e assim por diante" (p. 60). Como mostra Waizbort, para entendermos a posição e a situação de Antonio Candido nos domínios da cultura e do saber, é essencial compreender o que ele entende por crítica, literatura e história literária e, também, por sociologia. "Seu trabalho só é, ou deixa de ser, sociologia frente a uma certa sociologia, o que vale dizer que os domínios só ganham identidade contrastivamente, mediante processos de auto-identificações e auto-diferenciações mútuas". Cf. WAIZBORT, L. *O Asmodeu dialético*. Tese de livre-docência, São Paulo, USP, 2003, p. 65. Dentre todas as tendências possíveis da sociologia (que inclui também as variantes ensaísticas e anti-sistemáticas, além daquelas que contemplam a análise da dimensão estética e das obras de arte como via de acesso privilegiado para o entendimento das formas simbólicas da vida social), Antonio Candido escolheu, para se contrapor e, simultaneamente, afirmar a sua posição no campo dos estudos literários, justamente aquela de feitio mais cientificista, praticada, na época e na Faculdade de Filosofia da USP, por Florestan Fernandes e seus assistentes na cadeira de Sociologia I.

2. Fragmentos de um percurso nada apaziguado: de ficcionista à ensaísta

Nove anos antes de escrever a *Moda no século XIX* como tese de doutorado, Gilda fez algumas incursões na ficção, motivada em parte pela influência que recebera de Mário de Andrade, seu primo em segundo grau, filho de Maria Luísa, sua tia-avó e madrinha, com quem morou dos 12 aos 24 anos. De lá só sairia, em 1943, para se casar, quando trocou de sobrenome (então Moraes Rocha) e adotou o Mello e Souza de seu marido, Antonio Candido.

A presença de Mário de Andrade acompanhou todo o primeiro período da vida de Gilda. No início de sua adolescência, quando ela mudou-se com a irmã para a casa de sua "vovó Iaiá"[13], o primo a recebeu "com a generosidade que o caracterizava". Desde então, Mário estivera atento à sua formação.

> Sem muito alarde, aparentemente sem interferir [recorda-se Gilda], observava os meus gostos e tendências, as vagas aspirações que ia deixando escapar entre as conversas. No princípio foi apenas meu professor de piano. Todas as semanas, por mais urgente que fossem as tarefas, descia do escritório com o paletó leve de seda listrada, que usava em casa, e sentava-se ao piano da salinha de música, para me tomar a lição (...) Um belo dia me surpreendeu desenhando a lápis de cor uma enorme arara vermelha, que eu ampliara de uma ilustração do *Ladies Home Journal*. Creio que foi com um certo alívio que concluiu, afastando-se um pouco para avaliar melhor minha obra: "Acho que você tem jeito mesmo é para pintura". Suspendemos sem remorso as aulas de piano e durante algum tempo discutimos se não era o caso de eu começar a aprender desenho. E se falássemos com Anita Malfatti? Mas por aquela altura eu estava mais interessada em escrever. Muitas vezes, me apanhando com um livro na mão, olhava por cima de meus ombros e verificando o assunto ou o autor, comentava: "Não perca tempo com isso, isso não vai te adiantar nada". E pouco tempo depois, interrompendo o trabalho, descia do estúdio com outros volumes que escolhera cuidadosamente entre os seus livros.[14]

13 Era assim que Gilda chamava a sua tia-avó, Dona Maria Luísa, mãe de Mário de Andrade e irmã da mãe de Candido de Moraes Rocha. Cf. MELLO E SOUZA, G. de; e MELLO E SOUZA, A.C. A lembrança que guardo de Mário. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 36, 1994, p.11.

14 Cf. MELLO E SOUZA, G. Depoimento. *Língua e Literatura*, v. 10-3, 1981-4, p. 145.

Em 1941, segundo o conselho que Mário de Andrade lhe dera por carta enviada do Rio de Janeiro, Gilda aceitou, com prontidão, a sugestão do primo de que seria bom para a revista *Clima* – que ela e alguns de seus colegas de Faculdade estavam prestes a lançar – ter um contista permanente, alguém preocupado exclusivamente com a ficção. E assim se deu. Em maio de 1941, no primeiro número de *Clima*, Gilda estreou com o conto "Week-end com Teresinha". Nesse mesmo ano e no sétimo número da revista, editado em dezembro, ela publicaria o seu segundo conto "Armando deu no macaco". Se no primeiro a personagem central era uma menina prestes a completar dez anos e às voltas com suas relações familiares, seus afazeres, sua sexualidade latente, neste, Gilda constrói os dilemas e frustrações de um jovem funcionário público, pobre, enredado com os sonhos de escapar de seu cotidiano exasperante, banal, repetitivo. O terceiro e último conto que Gilda escreveu para *Clima* data de abril de 1943. Em "Rosa Pasmada" (título sugerido por Mário de Andrade), a autora pinça os desencontros de um casal a partir da descrição de uma cena corriqueira do cotidiano. Roberto, o marido, quer evadir-se do casamento sufocante mas não consegue; Lúcia, ao contrário, agarra-se cada vez mais às lembranças do passado de ambos. Construindo um "olhar de esguelha", a autora faz deslizar nesse conto, de forma quase imperceptível, o ponto de vista masculino para o feminino, tornando "ambíguas as racionalizações" e empurrando "a solução do conflito para um beco sem saída".[15] Sua capacidade para retirar de um fragmento do cotidiano todas as implicações psicológicas que permeiam o desencontro amoroso, aliada ao seu talento para tratar o tema na linguagem concisa do conto, não foi suficiente para que ela desse continuidade à carreira de escritora. Com "Rosa Pasmada" Gilda abandonou a ficção.

O prestígio desfrutado não parecia suficiente para compensar a ambivalência de seus sentimentos. Os ciúmes e um certo ressentimento por se dedicar à literatura enquanto seus amigos voltavam-se para "as coisas do pensamento", aguçados pela percepção de ser "muito principiante"[16], dificultaram a sua afirmação no interior de *Clima*. Senão de fato, ao menos – o que já é muito – no plano da auto-representação que conforma uma experiência intelectual vivida inicialmente no registro contido e tumultuado dos sentimentos ambivalentes.

A insegurança, calibrada pela ausência de críticas claramente favoráveis a sua produção como contista, poderia ser apontada como uma das razões que a le-

15 Cf. ARÊAS, V. Prosa Branca. *Discurso*, n. 26, 1996, p. 26.

16 Citação retirada da entrevista que Gilda de Mello e Souza concedeu a Andréa Alves, transcrita na monografia de graduação da entrevistadora: *Sociologia e Clima*: dois caminhos, um debate. Rio de Janeiro, UERJ, 1991, p. 13.

varam a abandonar a ficção.[17] Mas se assim o foi, longe de ser apenas um problema pessoal, fruto de uma trajetória particular, tal sentimento é uma expressão condensada da situação vivida na época pela maioria das mulheres que se inseriram na universidade. Que esta insegurança não fosse apenas pessoal, mas fundamentalmente geracional e de gênero, dá bem o quadro das dificuldades enfrentadas por Gilda e por outras mulheres de sua geração, que, como ela, não sabiam ainda o que queriam ser, mas tinham clareza do que não desejam mais: "ser apenas mãe, casar, ter filhos, dirigir a casa, receber e pagar visitas, viver submissa à sombra do marido".[18]

O acesso à formação intelectual que tiveram na Faculdade de Filosofia, somado à vivência inédita de uma sociabilidade fortemente ancorada na vida universitária, permitiu a várias delas reorientar o papel social para o qual tinham sido educadas: mães e donas-de-casa. O impacto dessa experiência renovadora propiciada pela Faculdade foi enorme, sobretudo para aquelas que efetivamente tentaram inventar para si um novo destino, como foi o caso de Gilda. Mas isso se deu às custas de conflitos, inseguranças e dilemas muito específicos. Relembrando o seu tempo de estudante, Gilda afirma que:

> [...] vivia dilacerada entre o estilo tradicional da casa que me recebia, da família, do grupo que eu começava lentamente a abandonar e o apelo da nova vida (....) O vento da rebeldia varreu rapidamente tudo: crenças, hábitos piedosos, estilo de vida, fita de Filha de Maria, tudo foi, enfim, mesmo as banalidades das antigas distrações. Só havia no meu horizonte o interesse pela faculdade. A revelação das aulas e o encantamento do novo convívio, aquela nova maneira de ser que estava se desenhando ali, que eu ainda não sabia bem no que ia dar.[19]

17 Enquanto seus amigos foram brindados com elogios rasgados pela importante contribuição que vinham dando como críticos de cultura, Gilda recebeu uma única avaliação, assim mesmo enviesada, pelo primeiro conto que publicou em *Clima*. Sérgio Milliet fora enfático em afirmar que "a novíssima" geração surgia com "grandes possibilidades de vitória" no plano do ensaio e da crítica, mas não no âmbito da ficção. A seu ver, nada de novo estava sendo revelado "nessa frente de batalha literária" O comentário de Milliet, publicado em agosto de 1941, na revista *Planalto,* visava destinatários precisos: Almeida Salles e Antonio Pedro, poetas; Gilda de Mello e Souza (então Moraes Rocha) e Mário Neme, contistas.

18 Cf. MELLO E SOUZA, G. Depoimento... Op. cit., p. 147.

19 Trechos do depoimento que Gilda de Mello e Souza fez na USP, em julho de 1984, por ocasião da *36ª Reunião da SBPC* e por iniciativa do Centro de Estudos Rurais que promoveu o Encontro "A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo". Transcrito no artigo de BLAY, E. e LANG, A.G. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. *Ciência e Cultura*, 36 (12), dez. 1984, p. 2.137. Para uma análise exaustiva da situação das mulheres na Faculdade de Filosofia, ver TRIGO, M.H.B. *Espaços e tempos vividos*: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970). Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1997.

O apelo de uma sociabilidade universitária, a sensação inquietante de estar, senão na contramão, a léguas de distância do destino socialmente esperado e previamente traçado para as mulheres de sua classe social, o dilaceramento produzido pelo ir e vir entre dois estilos distintos de vida, um tradicional e outro mais arrojado, que não lhe conferia ainda as insígnias públicas de aprovação e reconhecimento, tudo isso, somado, contribuiu para gerar, em Gilda, uma profusão de sentimentos tumultuados. Em suas palavras, "não se pode abandonar assim, do dia para noite, os velhos hábitos pelos novos, sem sofrer muito e sem sentimento de culpa".[20]

Decorrentes não só de uma experiência individual, esses sentimentos foram ganhando forma em meio às interações intelectuais e pessoais que tiveram lugar, na época, na Faculdade de Filosofia. Em parte, como resultado da visão escandida que os colegas tinham sobre as reais potencialidades intelectuais de suas colegas. "No fundo", afirma Gilda, "eles não acreditavam muito na vocação nossa de mulheres, na nossa vocação intelectual". Não é de se espantar, então, sintetiza Gilda,

> [...] que a opinião agressiva dos grupos conservadores que nós tínhamos abandonado, e a opinião ambivalente e flutuante de nossos colegas tenham contribuído para a elaboração de um ser frágil, tímido, dividido entre a revolta e o medo, o desejo de afirmação e a dolorosa consciência do empecilho.[21]

Localizando os anos de 1937 a 39 como o período em que vários dos colegas julgavam suas colegas de faculdade nos termos acima transcritos, Gilda mostra com todas as letras as dificuldades que elas enfrentaram dentro e fora da universidade.[22] Principalmente no início, quando, recém-formadas e em vias de construírem uma carreira acadêmica, não se sentiam suficientemente seguras para se inserirem no campo intelectual predominantemente masculino da época. E foi exatamente nesse contexto de redefinição das relações de gênero e de transformações significativas no sistema cultural paulista que Gilda abandonou, em 1943, a ficção. No seu caso, insurgir-se contra as duas modalidades mais adequadas socialmente de expressão intelectual para as mulheres na época, a

20 Idem, ibidem, p. 2.137.

21 Idem, ibidem, p. 2.137.

22 Segundo Eva Blay e Alice Gordo Lang, "esta ambigüidade entre os valores aceitos pelo meio familiar e os novos padrões vislumbrados através da Faculdade, não foi sentida por todas. Famílias de origem estrangeira veriam como natural a integração de suas filhas no mundo do estudo e do trabalho, incentivando mesmo tal iniciativa". Cf. BLAY, E. e LANG, A.G. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo... Op. cit., p. 2136.

ficção e a poesia, talvez tenha sido o seu "primeiro ato de liberdade"[23], ainda que arrevesado. O segundo, sem dúvida, foi escolher a moda como objeto de tese e desenvolver o tema sob a forma de um ensaio de sociologia estética.

3. A moda no século XIX vista com olhar de lince por um espírito feminino inquieto

Para analisar a moda como um fenômeno estético e sociológico, Gilda escolheu o século XIX, por razões bem fundamentadas. Primeiro, porque não sendo um fenômeno universal, a moda foi por, muito tempo, um domínio exclusivo da sociedade ocidental, aguçado a partir do renascimento – com a expansão das cidades e a organização das cortes[24] – e amplamente revigorado no século XIX. Oposta aos costumes, dependente de um sentimento especial de aprovação coletiva, indissociável da sociabilidade urbana, do desejo de competir e do hábito de imitar, ela vai se alastrar num ritmo vertiginoso, e não por acaso, no século XIX. É, nesse momento, que a:

> [...] moda se espalha por todas as camadas e a competição, ferindo-se a todos os momentos, na rua, no passeio, nas visitas, nas estações de água, acelera a variação dos estilos, que mudam em espaços de tempo cada vez mais breves.[25]

23 Cf. MELLO E SOUZA, G. Depoimento... Op. cit., p. 147.

24 Em *O olhar renascente,* o historiador da arte Michael Baxandall mostra, entre muitas outras coisas, que a adoção, no século XV, da cor preta nas vestimentas dos integrantes das cortes foi simultânea à ruptura com o dourado no plano da pintura. A razão para adotar o preto sóbrio, longe de poder ser encontrada em pretensas qualidades internas de cor ou tecido, explica-se por critérios eminentemente sociais. Isto é, pelo fato dele ter sido adotado pela elite de Nápoles, que tinha como centro de sociabilidade a corte do rei Afonso. Para se diferenciar dos novos ricos da época, essa elite criou novas formas de ostentar a riqueza, avessas, por exemplo, à exibição de brocados, cores fortes ou ouro nos trajes. O *must* da época em termos de vestimenta era o corte enviesado. O "desperdício" de tecido provocado por esse tipo de corte tornou-se um símbolo muito mais eloqüente de distinção social do que o uso de tecidos esplendorosos e dourados, que tinham sido moda até então. Ao relacionar a escolha da cor, dos trajes e dos cortes das roupas com outras dimensões centrais da cultura italiana da época, Baxandall se mune de instrumentos analíticos poderosos para destrinchar o sistema de percepção visual no período. Cf. BAXANDALL, M. *O olhar renascente*: pintura e experiência social na Renascença. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Outro trabalho importante nessa direção é o clássico livro de BURCKHARDT, J. *A cultura do renascimento na Itália* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991), publicado em 1860 e citado por Gilda na edição inglesa de 1944.

25 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., p. 21.

É também nesse século que a diferenciação entre os sexos, expressa e experimentada com o auxílio das roupas, dos adornos, dos cosméticos e de tudo o mais que compõe a plasticidade simbólica da moda, atinge patamares inusitados, inseparáveis, por sua vez, da competição entre as classes e frações de classe. Com o advento da burguesia, da democracia (que anulou os privilégios de sangue e eliminou as leis suntuárias no tocante ao uso de certos trajes, tecidos e cores que até então tinham sido privilégio e apanágio das elites a ristocráticas), de novos espaços de sociabilidade burguesa (como o teatro, a ópera, as festas, os salões), dos grandes *magazins* (que ajudaram a introduzir a mulher burguesa no espaço público das cidades), da voga dos grandes costureiros e da máquina de costura (que tornou possível a reprodução em série e a popularização das vestimentas), a moda ganha uma relevância especial e, se bem analisada, funciona como um poderoso meio de apreensão das dimensões sutis e cruciais que conformam o jogo fascinante e impiedoso das interações sociais.

Isso – e muito mais – é revelado no livro de Gilda. Para além das evidências históricas e sociológicas que pesaram na escolha do século XIX, outras, de ordem metodológica, foram decisivas para dar sustentação à trama analítica do trabalho. Voltar-se para um século distante do seu, com o propósito de entender um fenômeno tão intrincado e multifacetado como a moda, é, no entender da autora, a maneira mais acertada de, sem abrir mão da análise de nenhuma de suas partes, conceder uma atenção maior às ligações da moda com a estrutura social. Cíclica, volúvel e plebéia, sujeita às vezes a aberrantes demonstrações de mau gosto, a moda, quando vista de longe, com o auxílio do afastamento no tempo, mostra-nos "até onde a aceitação ou rejeição dos valores estéticos depende das condições sociais".[26]

Longe de uma petição de princípio sociológico, o passo mais acertado para escarafunchar a moda a partir da sua tríplice e simultânea engrenagem – estética, psicológica e social. Mas antes disso, é preciso destacar as fontes utilizadas pela autora, arremate final para alinhavar a escolha do século XIX. Fotografias, pranchas coloridas de moda, documentação pictórica, de um lado; crônicas de jornal, estudos sobre a moda, testemunhos de romancistas, de outro. Tais são as fontes de informação privilegiadas. As primeiras, por fornecerem um registro visual seguro da moda naquele século, eliminam uma série de dificuldades enfrentadas pelos estudiosos que desbravaram o assunto nos séculos anteriores, quando, na ausência das pranchas e da fotografia, podiam fiar-se apenas nas pinturas, nas gravuras, nos textos escritos e nas

26 Idem, ibidem, p. 23.

"bonecas de moda" como fonte de pesquisa.[27] Com a fotografia, as incertezas quanto à "veracidade" das vestimentas estampadas em quadros e gravuras, se invenções do artista ou retrato fiel das roupas usadas na época, são postas de lado. As segundas, escritas por estudiosos do assunto, como Spencer, Tarde e Simmel (responsáveis pelos estudos sociológicos mais importantes sobre a moda produzidos no século XIX), entre outros, trazem o "estado da arte" da questão para dentro do livro. Não sob a forma das costumeiras discussões bibliográficas, que acompanham os trabalhos escritos originalmente como teses de doutorado e, sim, como fios discretos que a autora vai desfiando no andamento da análise. Cujo acerto deriva também da maneira com que ela mobiliza e utiliza o testemunho de romancistas, a fonte indireta mais reveladora do assunto.

Balzac, Proust e os nossos romancistas, Alencar, Macedo e Machado, comparecem em momentos precisos (e preciosos), instigando alguns dos momentos de maior acuidade analítica de Gilda. Atentos à "significação expressiva dos detalhes", esses escritores captaram, com requinte descritivo inigualável, o dimorfismo estético que tomou conta do século XIX no domínio da moda e do vestuário. A diferença entre os sexos, materializando-se nas vestimentas, aparece sob duas formas distintas: X para as mulheres, com as suas cinturas comprimidas por espartilhos, e H para os homens, com seus ternos de fazendas ásperas e cores sóbrias. Distintas e complementares, as formas; distintos e complementares os sexos que as trajam. O modelo é o casal burguês. "O encanto feminino e a determinação masculina não se excluem mutuamente: na verdade, são parcelas que se somam na contabilidade astuciosa da ascensão".[28] Enquanto os homens se cobrem de preto, as mulheres se enredam em cores, sedas, rendas, babados, fricotes, laçarotes, xales e decotes. Ao contrariarem com seus corpos, movimentos e vestimentas, qualquer racionalidade de ordem prática, elas mostram literalmente o quanto o domínio da moda é afeito às intempéries do simbólico e aos imperativos das injunções sociais.

Exercendo uma "verdadeira volúpia de posse à distância", derramando-se na descrição dos trajes femininos, contendo-se no trato da indumentária masculina, os escritores, por sua vez, captam "melhor que ninguém, nos meios elegantes, o acordo da matéria com a forma, da roupa com o movimento, enfim, a perfeita simbiose em

27 "As bonecas de moda" – segundo Maria do Carmo Rainho (cujo trabalho tem uma dívida intelectual expressa com o livro de Gilda) – eram "manequins de cera, de madeira ou porcelana, dos quais se trocava as vestimentas de acordo com a estação". Nas cortes, "príncipes e princesas tinham por hábito fazer o intercâmbio dos modelos de roupas vestidas" por meio dessas bonecas. Ao longo do século XVIII, "entretanto, as 'bonecas de moda' vão perdendo a utilidade a partir do aparecimento de gravuras publicadas nos jornais, que logo se tornam uma fonte de informação essencial. Mais econômicas e com maior mobilidade – graças à multiplicação das tipografias – as gravuras de moda rapidamente atingem um público mais amplo, que ia além dos círculos aristocráticos". Cf. RAINHO, M. do C. *A cidade e a moda*. Brasília, Ed. UnB, 2002, p. 71.

28 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., p.83.

que a mulher vive com a moda".[29] Perfeita, porque plenamente enlaçada nos constrangimentos sociais e psicológicos derivados do duplo padrão de moralidade que regula a conduta de homens e mulheres na época. De um lado,

> [...] uma moral "contratual", um código de honra originado nos contratos da vida pública, comercial, política e das atividades profissionais, [de outro,] uma moral feminina, relacionada com a pessoa e os hábitos do corpo e ditada por um único objetivo, agradar aos homens.[30]

Carreira, nem pensar. Casar era a solução: única saída para evitar a condenação e o desprestígio social. Nesse contexto burguês,

> [...] o casamento era então uma espécie de favor que o homem conferia à mulher, o único meio de adquirir *status* econômico e social, pois aquela que não se casava era a mulher fracassada e tinha de se conformar à vida cinzenta de solteirona, acompanhando a mãe às visitas, entregando-se aos bordados infindáveis, à educação dos sobrinhos.[31]

Restrita aos interesses domésticos, as mulheres se aplicavam com esmero no trato com as roupas. Desde muito cedo. Pois sabiam que a graça, o encanto, a elegância e o frescor eram um dos poucos recursos que dispunham para a conquista de um lugar ao sol. Se o casamento era a meta, contraído, longe de atenuar, ampliava o interesse delas pelas artimanhas da vestimenta. Uma vez que a:

> [...] graça de trazer o vestido, de exibir no baile os braços e os ombros, fazendo-os melhores "por meio de atitudes e gestos escolhidos" [era] simétrica ao talento e à ambição, exigidos pela carreira [do marido].[32]

29 Idem, ibidem, p. 24.

30 Idem, ibidem, p. 58.

31 Idem, ibidem, p. 90.

32 Idem, ibidem, p. 83.

Desse viver nos olhos dos outros é que as roupas, os adornos, os cosméticos retiravam sua força e significação. Nesse mostrar-se recusando-se, as mulheres eram especialistas, tentando tirar o máximo partido do mínimo a que estavam confinadas em decorrência dos imperativos implacáveis da dupla moralidade vigente na interação entre os sexos.

Disso dão testemunho os escritores que Gilda utiliza no decorrer da análise. Como Machado de Assis, por exemplo. Citando uma passagem admirável de uma crônica do escritor, centrada na análise do comportamento de nossas elites no Segundo Reinado, Gilda sublinha a "trama intricada de competição". Nela,

> [...] cada um de nós precisa acrescentar às vitórias pessoais, duramente conquistadas – que [Machado] chama com ironia as "glórias de plena propriedade" – "as glórias de empréstimo", isto é, as vitórias dos muitos próximos, que se refletem em nós. [E arremata a autora] a análise dessa curiosa contaminação de prestígio, em que o triunfo da mulher repercute vivamente na posição masculina – e vice-versa –, representa, aliás, um dos fulcros principais do romance do século XIX, tanto na Europa como no Brasil.[33]

A intimidade de Gilda com o universo literário – adquirida desde muito cedo, como leitora compenetrada e reforçada por meio da longa e decisiva influência de Mário de Andrade – seria revigorada, no período em que escreveu a tese, pela convivência e pela troca intelectual intensa com o seu marido, Antonio Candido (também ele às voltas, na época, com o século XIX e com a elaboração de *Formação da literatura brasileira*) e pela orientação que recebera de Roger Bastide, sociólogo interessado em todas as manifestações simbólicas da vida social, entre elas as artes e a literatura.[34] Advém daí um dos trunfos de Gilda, que tanto incomodaram Florestan Fernandes, ao lamentar no trabalho da autora a "exploração abusiva da liberdade de expressão" – incompatível a seu ver com a "natureza de um ensaio sociológico" – e a "falta de documentação empírica de algumas das explanações mais sugestivas e importantes".[35]

33 Idem, ibidem, p. 83.

34 Sobre o amplo interesse intelectual de Bastide, ver PEIXOTO, F. Diálogos brasileiros... Op. cit.

35 Cf. FERNANDES, F. Resenha... Op. cit., p.142.

Vistas hoje, as restrições emitidas por Florestan, em 1952, são justamente o ponto alto do trabalho. De um lado, o estilo de exposição. De outro, a desenvoltura com que a autora transita da sociologia para a estética. Valendo-se, para tanto, não só da sua habilidade para enlaçar o testemunho dos escritores à argumentação analítica – autoral e sociológica – que dá força e tônus ao livro, como dos seus olhos de lince para perscrutar as dimensões estéticas do fenômeno em pauta. Pois tendo a moda uma ligação direta com a divisão sexual e com a divisão em classes, nem por isto deixa de ser uma forma sutil de expressão de sentimentos pessoais. Sobretudo daqueles que se ressentem da falta de espaços socialmente legitimados para se expandirem. Tal era o caso dos sentimentos da mulher burguesa, ou aspirantes a, no século XIX. Abandonada em si mesma, na sua ociosidade e submissão, e

> [...] tendo a moda como único meio lícito de expressão, a mulher atirou-se à descoberta de sua individualidade, inquieta, a cada momento insatisfeita, refazendo por si o próprio corpo, aumentando exageradamente os quadris, comprimindo a cintura, violando o movimento natural dos cabelos. *Procurou em si – já que não lhe sobrava outro recurso – a busca do seu ser, a pesquisa atenta de sua alma.* E aos poucos, como o artista que não se submete à natureza, impôs à figura real uma forma fictícia, reunindo os traços esparsos numa concordância necessária.[36]

Mostrando a complexidade de sentimentos que envolvem a moda, reconhecendo o seu comprometimento com as injunções sociais e admitindo, de saída, que a "forma é, em larga medida, sancionada pela sociedade", Gilda não abre mão da análise estética. Pois, a seu ver, a moda é arte sim, e de um tipo especial. Para decifrá-la nessa chave é necessário a um só tempo intimidade com o objeto em pauta (a tal da simpatia sociológica?) e um conhecimento amplo das formas simbólicas expressas em diversos suportes artísticos. Gilda tinha de sobra os dois.

A mais viva de todas as artes, a moda, tal como a pintura, a escultura e a arquitetura, encontra na forma o seu veículo de expressão. Ou melhor, a moda é forma. Valendo-se da materialidade dos tecidos, o costureiro (ou costureira) enfrenta desafios análogos aos dos artistas em geral, ao lidar com as dimensões estéticas da forma e da cor. Mas, diferentemente dos demais artistas, o seu grande desafio é

36 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., p. 100, grifos adicionais.

a mobilidade. Não por acaso um das últimas dificuldades a serem resolvidas na história do vestuário. De um lado, por injunções sociais: durante muito tempo, a roupa hirta – incômoda aos olhos de hoje – era símbolo de distinção social: "prova visível, oferecida a todos, de que o portador, não se dedicando aos trabalhos manuais, desprezava o desembaraço dos membros e o conforto das vestes".[37] De outro, por constrangimentos internos à feitura das vestimentas. Muito pano para manga foi gasto para se chegar, por exemplo, à simplicidade do vestido cavado em estilo tubinho.

Diferentemente das outras artes, a vestimenta, como mostra Gilda, só se completa no movimento.

> Arte por excelência de compromisso, o traje não existe independente do movimento, pois está sujeito ao gesto, e a cada volta do corpo ou ondular dos membros é a figura total que se recompõe, afetando novas formas e tentando novos equilíbrios. Como o quadro só pode ser visto de frente e a estátua nos oferece sempre em sua face parede, a vestimenta vive na plenitude não só do colorido, mas do movimento.[38]

Se assim o é, talvez possamos arriscar uma hipótese sobre a relação entre arte, movimento e atrizes, apenas insinuada no trabalho de Gilda, por meio de uma nota de rodapé, em que ela cita Simmel para reter o que convém e duvidar do que lhe parece pouco acertado.Vamos a ela:

> Em seu ensaio, "Cultura feminina", Simmel defende o ponto de vista de que a mulher é um ser unitário por excelência, faltando a ela "essa qualidade tão masculina de manter intacta a essência pessoal mesmo quando se dedica a uma produção especializada, que não implica a unidade do espírito". Cada uma das atuações da mulher, ao contrário, "põe em jogo a personalidade total e não separa o eu dos seus centros sentimentais". *Daí realizar-se plenamente apenas nas artes do espaço, como a arte teatral,* onde efetua a imersão integral da personalidade toda na obra ou fenômeno artístico. Contudo [pergunta-se Gilda], até onde esse temperamento unitário será fruto de fatores sociais?[39]

37 Idem, ibidem, p. 48.

38 Idem, ibidem, p. 40.

39 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., nota 31, 3 cap., p. 229, grifos adicionais.

A indagação é absolutamente pertinente e será respondida com maestria não só no restante da nota, como no decorrer do capítulo em pauta – não aleatoriamente portador do mesmo título, "Cultura feminina", do ensaio de Simmel. Certa na observação mais geral, Gilda deixou de lado a hipótese mencionada acima, embora me pareça repleta de sentidos a equação entre sociabilidade urbana + desejo de imitação e de distinção + moda + arte do movimento + teatro + atrizes + a arte do espaço. Se o teatro é um dos campos de produção simbólica que mais conferiu notoriedade às mulheres que dele participam na condição de atrizes, há algo a ser explorado no fato das atrizes se notabilizarem na arte do espaço e, ao mesmo tempo, na maneira desenvolta e desimpedida com que portam os trajes e as vestimentas de suas personagens. Basta lembrar, para tanto, que no século XIX e em boa parte do XX, antes do advento e supremacia do cinema, eram as atrizes de teatro as principais responsáveis pela difusão de novas modas. "Coquetes e plebéias", elas estão para a moda, assim como sua atuação no espaço teatral está para o movimento que a vestimenta exige para se completar como arte.[40]

Se o movimento que confere vida à vestimenta é, a princípio, disponível a todos – pois basta usar uma roupa para que ela se movimente – nem todos conseguem o *plus* que a singulariza e diferencia os seus portadores dos demais. Isto é, a elegância, definida por Gilda como o "elo de identidade e concordância" que se estabelece entre a vestimenta e a pessoa. Claro que para adquiri-la o dinheiro ajuda, como bem sabem os "novos ricos". Mas não basta. Como sabem também os "bem nascidos", que transformam o aprendizado prolongado (sob a forma de *habitus*) da elegância numa segunda natureza. Que por ser visível e estampada nos movimentos e nas roupas dos "bem nascidos" e "elegantes", pode ser copiada pelos que não pertencem ao círculo imediato dos privilegiados. Daí o movimento espiralado da moda. Uma vez adotada pelos "mais iguais" entre os "iguais" (isto é, pelos distintos círculos de elite), tende a ser imitada pelos que estão "abaixo" (as classes médias) e pelos "muito abaixo" que, sequer chegam a incomodar os "iguais" dos "muito acima", mas que são um problema e tanto para os que estão medianamente "abaixo". Nessa busca incessante de diferenciação, exacerbada pela vida urbana e pela democracia que aboliu os privilégios de sangue, a vestimenta se torna o "sinal mais eficaz de inferência direta sobre o próximo". Mas essa mesma

40 Pistas a serem exploradas na pesquisa que estou começando desenvolver com mais sistematicidade sobre as atrizes brasileiras, intitulada "Presenças marcantes: etnografia das relações de gênero e história social do teatro brasileiro", São Paulo, 2003, *mimeo*.

> [...] democracia que não estabelece barreiras nítidas entre as classes inventa um novo suplício de Tântalo: permite que as elites usufruam uma moda que a classe média persegue sem jamais alcançar e que os pequenos funcionários e todos os párias sociais espiam nas vitrinas com o olhar sequioso.[41]

Apreendendo a moda como um objeto complexo, um "todo harmonioso mais ou menos indissolúvel", com múltiplas serventias – "serve a estrutura social", "reconcilia o conflito entre o impulso individualizador de cada um de nós e o socializador", traduz uma linguagem artística, "exprime idéias e sentimentos"[42] – Gilda dá ao assunto a dimensão espiralada que lhe é própria.[43] Ou seja, inicia o seu ensaio de sociologia estética pela abordagem da moda como arte, passa pela ligação da moda com a divisão de classes, detém-se na ligação da moda com a divisão entre os sexos, revira pelo avesso a cultura feminina, e fecha o livro com o "mito da borralheira". Exemplo vigoroso da profusão de achados analíticos que podem ser garimpados nessa sociologia da festa, o capítulo final mostra como as festas adquirem um "caráter de cerimonial de iniciação, onde entram em jogo mais as qualidades pessoais de cada um que os atributos de sua classe".[44] Espaços de peneiramento e reorganização das elites, elas são, ao mesmo tempo, momentos privilegiados para o exercício pleno do jogo de sedução entre os sexos – pautado, não nos esqueçamos, pela dupla moralidade própria do século XIX. Nelas, os adornos, as roupas e os gestos ganham, juntamente com as maneiras e os modos dos seus portadores, significação máxima na interação social. Sem eles e terminada a festa, alguns voltam à condição de borralheira, outros permanecem onde estavam e alguns, poucos, triunfam, "nessa longa cadeia de provas que [lhes] vão sendo antepostas e cuja vitória final há de conferir aos neófitos a cidadania na classe mais alta".[45]

41 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., p. 141.

42 Idem, ibidem, p. 29.

43 Conferir, nessa direção, o ensaio de SIMMEL, Georg. La moda. In: *Sobre la aventura*: ensayos filosóficos. Barcelona, Ediciones Península, 1988, p. 26-55.

44 Idem, ibidem, p. 166.

45 Idem, ibidem, p. 106.

4. *O espírito das roupas* visto pelo prisma da relação sujeito-objeto

O último ponto a ser abordado diz respeito a um aspecto menos evidente do livro, mas que me parece central para entendermos a sua força: a maneira com que a experiência complexa das mulheres de Gilda, que inventaram para si mesmas um destino para o qual não haviam sido preparadas, se introduz no trabalho da autora. Migrando do registro biográfico para dar suporte à empreitada analítica, essa experiência será indiretamente abordada no final do terceiro capítulo, centrado na análise da cultura feminina. Para arrematar o capítulo, Gilda puxa um fio discreto e arma uma trama nova, deixando entrever as marcas decisivas do reprocessamento da experiência social no trabalho intelectual. Vejamos como isto acontece.

Após mostrar que as mulheres, no século XIX, desenvolveram ao infinito as artes relacionadas com sua pessoa, criando um estilo de vida que se expressava simbolicamente por meio da moda, Gilda chama atenção para a experiência das mulheres que embaralharam esse esquema dualista. Entre elas, as *sufragettes* que, aspirando a uma existência diversa e vendo na carreira uma fonte de realização pessoal, obrigavam-se ao desinteresse pelo adorno, pela vestimenta rebuscada, pela preocupação com a moda. Mas, nas palavras de Gilda, "não se desiste impunemente de velhos hábitos que anos de vida bloqueada desenvolveram como uma segunda natureza".[46]

Lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se, segundo a autora,

> [...] dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores. Para viver dentro da profissão, adaptou-se à mentalidade masculina da eficiência e do despojamento, co-

46 Vale registrar aqui uma interessante nota de rodapé feita por Gilda com o propósito de comparar a situação das *sufragettes* com outros grupos sociais que viveram experiências parecidas. Cito: "Um outro ponto de vista frutífero seria a comparação entre os traços de personalidade da mulher e de outros grupos sociais em situação análoga, a saber: os imigrantes, judeus, convertidos, povos conquistados, negros americanos, nativos ocidentalizados, intelectuais, que romperam com os grupos sociais e as classes em que se originaram, mas ainda não se libertaram completamente dos laços que os prendem a eles" (nota 34 do 3 cap., p. 230). A lógica subjacente a essas experiências que Gilda anteviu, mas não desenvolveu, será escarafunchada com rigor e surpreendente alcance analítico por Norbert Elias, sobretudo no livro escrito por ele em parceria com John Scotson, *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Apresentação e revisão técnica de Federico Neiburg. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

> piando os hábitos do grupo dominante, a sua maneira de vestir, desgostando-se com tudo aquilo que, por ser característico do seu sexo, surgia como símbolo de inferioridade: o brilho dos vestidos, a graça dos movimentos, o ondulado do corpo. E se na profissão era sempre olhada um pouco como um amador, dentro do seu grupo, onde os valores ainda se relacionavam com a arte de seduzir, representava verdadeiro fracasso. Não é de se espantar que esse dilaceramento tenha levado a mulher ao estado de insegurança e dúvida que perdura até hoje. Pois perdeu o seu elemento mais poderoso de afirmação e ainda não adquiriu aquela confiança em si que séculos de trabalho implantaram no homem.[47]

Essa longa citação é para mostrar que, embora a autora esteja abordando a experiência das *sufragettes*, é também dela e das mulheres da sua geração que ela está falando. Ou seja, das mulheres que, como ela, experimentaram uma transição de modelos de comportamento, procurando novas formas de expressão simbólica da feminilidade, ao mesmo tempo em que se lançaram profissionalmente em carreiras até então vistas como masculinas. Por essa razão, elas viveram por inteiro um momento fecundo e simultaneamente doído de transição social no domínio que hoje se convencionou chamar por gênero.

A argúcia com que Gilda reconstrói a vivência e, num certo sentido, a posição em falso e cambiante das *sufragettes* que despontaram na cena política, tem a ver, portanto, com a maneira discreta com que ela mobiliza e converte a sua própria experiência numa chave sutil de inflexão analítica. Por meio de um "olhar de esguelha"[48] – que outra escritora, Vilma Arêas, já havia detectado na ficção da autora –, Gilda aproxima experiências distintas de mulheres diferentes: as das *sufragettes*, diretamente, e as dela e as de sua geração, indiretamente. Dessa aproximação, sobressaem os traços mais abstratos que contornam a ambivalência funda que as singulariza. Maneira inesperada de introduzir a relação sujeito-objeto, sem o enquadramento metodológico usual que essa relação costuma receber nas teses de doutorado. No lugar de pôr um ponto final na análise da cultura feminina tal como expressa no século XIX, Gilda abre com a questão da *ambivalência* um novo campo de debate refratário a enquadramentos simplistas e a polaridades redutoras.

47 MELLO E SOUZA, G. O espírito das roupas... Op. cit., p.106.

48 Cf. ARÊAS, V. Prosa Branca, Op. cit., p. 26.

O reprocessamento da experiência de transição vivida pelas mulheres de sua geração permite a ela, como autora, uma lucidez particularmente aguda em relação aos meandros da chamada cultura feminina, vista sempre em relação e conexão com o universo masculino. Daí, sem dúvida, o fato de o alcance analítico de *O espírito das roupas* ser maior e bem mais intrigante do que várias das análises feitas, anos depois, sobre a chamada condição da mulher.

Aprisionada à lógica simplista de algozes e vítimas, uma parte da produção feminista que teve lugar nos anos de 1970 e 1980, não foi capaz de perceber, e menos ainda de aprofundar, aquilo que Gilda, de maneira discreta, quase sem alarde, detectou como resultado da ambivalência vivida pelas mulheres. Apreendendo a moda como uma linguagem simbólica, apta a dar plasticidade e expressão a idéias e sentimentos difusos, e não só como meio de marcar pertencimentos e sublinhar distâncias e distinções sociais, Gilda mostrou, muito antes da voga dos estudos de gênero, que as sociabilidades distintas de homens e mulheres no século XIX (mas não apenas nele) só podem ser entendidas como resultado de um engate simbólico que, por ser estrutural, exige o acionamento de uma análise de tipo relacional.

Advém daí o frescor desse livro, escrito há mais de meio século. Podemos dizer então, e sem medo de errar, que o alcance e a atualidade desse trabalho resultam não só da mobilização de instrumentos intelectuais agudos numa prosa precisa e elegante, como na transmutação da situação social de transição vivida pelas mulheres da geração da autora numa chave apta a renovar o debate e a reflexão sobre as relações de gênero. Sendo assim, talvez possamos dizer sobre *O espírito das roupas* o mesmo que Gilda disse sobre outro grande livro da nossa história intelectual: *Macunaíma*, de Mário de Andrade.

> Livro típico de épocas de transição social, que não desejam a volta ao passado, não sabem o que tem de vir e sentem o presente como uma neblina vasta, *Macunaíma* não deve ser tomado como uma fábula normativa. Ele é antes o campo aberto e nevoento de um debate do que o marco definitivo de uma certeza.[49]

Aplicadas ao espírito da autora e ao seu "espírito das roupas", essa citação nos ajuda a refletir sobre as razões mais sutis e menos evidentes que garantem a força do livro e dão sustentação a sua armação conceitual e narrativa. Sendo menos a marca de certezas e muito mais a incitação ao "campo aberto e nevo-

49 Cf. MELLO E SOUZA, G. *O tupi e o alaúde.* São Paulo, Duas Cidades, 1979.

ento do debate", essas razões são inseparáveis da forma com que o argumento analítico de Gilda em relação à moda e suas ligações com a arte, as classes, os sexos e com todas as injunções da vida social, vai sendo moldado e costurado ao longo do livro. Quero dizer com isto que o conteúdo substantivo da análise é inseparável da forma com que ele é apresentado, ou seja, do ensaísmo e da prosa modernista da autora. Forma e conteúdo, no seu caso, aludem também à escritora que ela certamente teria sido se, no lugar da carreira universitária, tivesse perseguido uma das suas vocações de juventude: a de contista, revelada, como vimos, na revista *Clima*.

Mas se isso tivesse acontecido, teríamos ganhado uma escritora e perdido, isto sim, a ensaísta plena, dona de um estilo preciso e desimpedido, a um só tempo clássico e modernista, responsável pelo corte impecável que ela soube imprimir aos vários objetos culturais e estéticos com que se defrontou ao longo de sua produção intelectual.

Para finalizar, não seria descabido estabelecer uma analogia enviesada entre *O espírito das roupas* de Gilda e o estilo de moda lançado por Chanel. Por um desses processos extraordinários de alquimia social, responsáveis pela transmutação vigorosa do valor simbólico do produto, proporcional à raridade do produtor, Chanel conseguiu o trunfo máximo que um criador da moda pode ter. Isto é, a "suspensão" do tempo, em um universo onde estar na moda é estar sempre na "última moda", como mostram Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut no notável estudo sobre as grifes e os produtores da alta costura francesa.[50]

Por caminhos diversos, Gilda conseguiu a mesma proeza de Chanel, só que no campo intelectual, graças à acuidade analítica com que tratou a moda. A suspensão do tempo na recepção desse livro, que no lugar de envelhecer, ganhou um frescor e uma atualidade inquietantes, parece ser a contrapartida da manutenção do tempo no andamento da análise. Tanto do tempo das mulheres de elite, às voltas com a moda do seu tempo, quanto do tempo da autora que, filtrando a experiência social de sua geração, soube converter o tempo numa fonte preciosa do trabalho intelectual.

Transitando da história para a sociologia, desta para a antropologia e para a estética, mobilizando fontes diversas e pontos de vista inesperados, Gilda adensou o foco analítico sobre a moda e deixou como legado esta jóia de ensaio estético e sociológico.

50 Cf. BOURDIEU, P. e DELSAUT, Y. Le couturier et sa griffe: contribuition à une théorie de la magie. *Actes de la Recherce em Sciences Sociales*, n. 1, 1975, p. 7-36.

Resumo

O artigo procura entrelaçar a história da recepção de *O espírito das roupas* com fragmentos do percurso da autora. Transitando da ficção para o ensaísmo, Gilda de Mello Souza produziu com esse livro uma das análises mais inovadoras sobre a moda, ao apreendê-la como uma linguagem simbólica, apta a dar plasticidade e expressão a idéias e sentimentos difusos, e não só como meio de marcar pertencimentos e sublinhar distâncias e distinções sociais. Advém daí o frescor desse livro, escrito há mais de meio século.

Palavras-chave: Gilda de Mello e Souza, Moda, Gênero, Distinção, Social, Ensaio de Sociologia Estética

Fashions and Manners: an Oblique Reading of the Book "O espírito das roupas"

Abstract

The article tries to link the history of the book *O espírito das roupas* reception to fragments of the author's trajectory. Gilda de Mello e Souza, when coming from fiction to essay, has produced one of the most innovative analyses on fashion, interpreting it as a symbolic language that creates plasticity and expression to diffuse ideas and feelings. This work goes beyond the point of seeing fashion solely as a means of social belonging and distinction. Thus the book, written more than half a century ago, keeps nowadays its vigor.

Keywords**:** Gilda de Mello e Souza, Fashion, Gender, Social Distinction, Essay of Esthetic Sociology.

Polícia e Gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras*

Leonarda Musumeci**
Bárbara Musumeci Soares***

Em meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil a uma importante inovação na abordagem da questão de gênero dentro do campo da segurança pública. Como resultado de reivindicações dos movimentos feministas são criadas, na Polícia Civil (a polícia judiciária, não-uniformizada), delegacias especiais para o atendimento a mulheres vítimas de violência, prestado sobretudo por policiais femininas, o que leva também à ampliação do espaço de atuação profissional para as mulheres no interior dessa força policial.[1]

O sucesso das delegacias especializadas, apesar de seus vários problemas, pode ser avaliado pelo número de mulheres que as procuram. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, onde há ao todo cerca de 160 delegacias

* Publicado originalmente na *Revista Gênero*, vol. 5, n. 1, 2004.

N.A. Uma versão preliminar deste artigo foi publicada no *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 2, n. 7, Rio de Janeiro, CESeC, maio de 2004. Como três PMs (AL, GO e MG) só enviaram dados posteriormente, as informações numéricas aqui apresentadas são mais abrangentes do que as que constam do referido *Boletim*.

** Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social, pela mesma universidade.

*** Professora da Universidade Cândido Mendes. Doutora em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução.

1 Segundo levantamento realizado em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, era feminino quase 70% do efetivo policial alocado nessas unidades em todo o país. Cf. Senasp/MJ, *Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher*. Brasília, out. 2004 [disponível em http://www.mj.gov.br/senasp].

policiais, mais de 1/3 dos estupros, denunciados entre 2001 e 2003, foram registrados pelas nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher então existentes (DEAMs).[2] Em 1999, quando só havia seis DEAMs no estado, elas já figuravam entre as oito unidades policiais com maior número de registros de crimes não-letais intencionais contra mulheres, recebendo mais de 30% do total de denúncias dessa natureza encaminhadas à Polícia Civil estadual.[3] As DEAMs representaram, portanto, um avanço, no sentido de dar visibilidade a um tipo de violência até então pouco considerado, de proporcionar um espaço de vocalização para mulheres vitimadas e de criar um novo campo de atuação profissional para as policiais femininas na estrutura da Polícia Civil.

Já as Polícias Militares (uniformizadas, responsáveis pelo policiamento ostensivo e muito mais numerosas que as civis) experimentam um processo bem mais lento de incorporação de mulheres a seus quadros e, até hoje, não assimilaram o enfrentamento da violência doméstica e de gênero como parte da sua missão, embora, na prática, ela represente uma parcela significativa dos seus atendimentos cotidianos. Na maioria dos estados, as PMs começaram a admitir policiais femininas, ao longo dos anos 1980, no contexto da redemocratização do país, mas isso não derivou de reivindicações de movimentos sociais pela criação de serviços especializados ou pela abertura de um novo espaço profissional para as mulheres, e sim, tudo indica, do propósito interno de "humanizar" a imagem das corporações, fortemente marcada pelo seu envolvimento anterior com a ditadura.

Talvez em função das barreiras que distanciam o mundo civil do militar, o ativismo feminista não percebeu as potencialidades do policiamento ostensivo no enfrentamento da violência contra as mulheres, nem se deu conta da novidade e do impacto que a presença feminina no universo do militarismo poderia representar. As PMs, por sua vez, não se dispuseram a enfrentar desafios que nem os próprios movimentos sociais haviam formulado ou concebido. Não se desenvolveram, assim, nem nessas polícias, nem na sociedade civil, reflexões sobre a importância de uma política de incorporação de mulheres aos quadros policiais ou da atuação da PM nos casos de violência doméstica e de gênero.

2 Dados de pesquisa em andamento sobre crimes sexuais no Rio de Janeiro, coordenada por Aparecida Moraes e Barbara Soares (Núcleo de Estudos Urbanos, Industriais e de Gênero – NURBIGEN/IFCS/UFRJ e CESeC/UCAM).

3 Crimes não-letais intencionais contra a pessoa incluem tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, ameaça, estupro, tentativa de estupro e atentado violento ao pudor. O *ranking* de delegacias e o porcentual relativo às Deams baseiam-se nas planilhas da Asplan (Assessoria de Planejamento) da Polícia Civil do Rio de Janeiro, relativas a 1999 (esse foi o último ano em que a Secretaria de Segurança Pública estadual franqueou o acesso de pesquisadores às planilhas completas da Asplan, que continham informações, desagregadas por gênero e por delegacias distritais e especiais, para todos os tipos de ocorrências registradas).

O resultado é que, na ausência de normas de conduta e de treinamento específico para atuar em casos de violência contra a mulher, cada policial militar (masculino ou feminina), ao se defrontar com o problema, opera de modo improvisado, com base em suas visões pessoais, marcadas, muitas vezes, por noções equivocadas e preconceituosas. O mesmo acontece quando se trata da absorção das mulheres nos quadros policiais: a falta de uma visão institucional do lugar feminino na corporação faz com que prevaleçam o senso comum e as avaliações de cada policial, baseadas nas representações que informam suas experiências empíricas. Por outro lado, não havendo associações de defesa dos interesses das mulheres policiais ou uma cultura policial feminina que resgate e valorize a história e as singularidades da contribuição das mulheres, as percepções sobre seu papel na corporação flutuam ao sabor dos julgamentos individuais

Um dos vários sintomas disso é a quase inexistência de dados sobre os contingentes femininos das PMs de todo o Brasil. São poucas as Unidades da Federação (UFs) em que há controle estatístico rigoroso de quantas são as mulheres, quais os seus perfis, onde estão alocadas, que tipo de atividade desenvolvem, como tem sido seu desempenho etc. Esse é um sinal de que, passados mais de vinte anos do período médio de assimilação de mulheres aos seus quadros, as polícias militares brasileiras não se preocuparam ainda em avaliar os impactos da presença feminina e, portanto, em desenvolver uma política de aproveitamento e valorização desse contingente. O potencial da força feminina, no sentido de melhorar a imagem da PM, de favorecer novas possibilidades de ação policial e de dar visibilidade às questões de gênero, ainda não foi, em suma, explorado pela própria corporação, nem pelos movimentos sociais, que durante muito tempo desconsideraram a importância dessas forças policiais na construção da nossa democracia. Também são muito escassos os trabalhos acadêmicos sobre o tema, ao contrário do que ocorre em outros países, onde há algumas décadas, vem-se consolidando uma área de estudos sobre Polícia e Gênero.

Para conhecer o processo de incorporação de mulheres às polícias militares no Brasil, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, juntamente com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu a pesquisa *Mulheres policiais: impacto da presença feminina nos quadros das polícias militares brasileiras*, concluída em meados de 2004. Essa pesquisa combinou dois tipos de abordagens: um levantamento quantitativo nacional, em parceria com a Secretaria Nacional

de Segurança Pública (Senasp), e estudos de caso em três Unidades da Federação – Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul –, utilizando métodos qualitativos de entrevistas e grupos focais.[4]

O presente artigo analisa informações do Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, elaborado a partir do envio a todas as polícias militares do país de um questionário minucioso em que se solicitavam dados numéricos sobre tamanho dos efetivos masculino e feminino, seus perfis sociodemográficos, sua distribuição por graus hierárquicos e por tipos de atividades realizadas, bem como informações sobre ano de ingresso das mulheres, concursos abertos, legislação pertinente e missões ou tarefas formalmente atribuídas ao contingente policial militar feminino em cada unidade federativa. Além de reunir um conhecimento antes inexistente, esse levantamento pretendeu estimular nas polícias brasileiras o hábito de incorporar a variável de gênero a suas bases de dados, pré-condição para incorporá-la a suas políticas institucionais.

Limitações dos dados

Das 27 PMs, 23 devolveram o questionário preenchido até agosto de 2004; só não o fizeram as dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe. Mas, apesar de o índice de retorno ter sido bastante alto (85%), as informações enviadas raramente cobriam todos os campos do questionário e muitas vezes apresentavam baixa consistência e qualidade. Infelizmente, as maiores lacunas diziam respeito exatamente aos dados sobre as mulheres policiais, já que diversos estados até então nunca haviam gerado informações diferenciadas por gênero.

Pesquisadores e gestores de políticas que utilizam dados produzidos pelos órgãos de segurança pública no Brasil defrontam-se, quase invariavelmente, com a má qualidade das informações. Já é notório o fato de registros e boletins de ocorrência das polícias civil e militar serem preenchidos de maneira negligente, o que resulta em prejuízos graves tanto para as investigações policiais como para a produção de um conhecimento mais amplo sobre os fatos criminais, suas vítimas, autores e circunstâncias. Esse problema, que alguns estados vêm buscando enfrentar com projetos de modernização e informatização dos procedimentos policiais, resulta, entre outras

4 Coordenada pelas autoras deste artigo, o projeto teve apoio financeiro da Fundação Ford e contou com a participação de Lourdes Bandeira e Níveo Caixeta, da UnB; de Márcia Calazans e Aline Sudbrack, da UFRGS; e de Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva, pelo CESeC. Teve, além disso, a colaboração de Regina Novaes e Marilena Cunha, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), que realizaram os grupos focais no Rio de Janeiro. Os resultados completos do estudo de caso no estado do Rio serão publicados brevemente em livro, pela Editora Civilização Brasileira, na nova coleção Segurança e Cidadania, dirigida pelo CESeC.

coisas, de uma cultura institucional que ainda privilegia a força bruta em detrimento da inteligência investigativa e dá muito pouca importância ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações na área da segurança pública. Isso se reflete na subutilização dos dados gerados pelos atendimentos cotidianos, na desvalorização da informação como base para a atividade policial e até mesmo na precariedade do conhecimento sobre os recursos humanos com que contam as corporações.

O preenchimento do questionário enviado às PMs não foge, portanto, à regra. Mesmo entre os estados que responderam à solicitação, muitos devolveram formulários incompletos e, em vários casos, contendo dados incongruentes. Algumas UFs deixaram em branco seções inteiras do questionário, ou simplesmente desconsideraram a desagregação por gênero, informando números relativos aos efetivos masculino e feminino somados.

Tais problemas nos obrigaram a eliminar da análise uma boa parte das informações coletadas.[5] Mesmo aquelas que foi possível aproveitar e que apresentamos a seguir devem ser vistas com muita cautela, pois não sabemos com que grau de fidedignidade foram produzidas na fonte. Mas, apesar disso, os dados obtidos permitiram traçar um primeiro perfil de gênero dos efetivos policiais militares brasileiros, estabelecendo um modelo a ser desenvolvido e aperfeiçoado por novas pesquisas.

Gênero em números

Quantas são as policiais militares femininas?

No segundo semestre de 2003, as 23 PMs que enviaram informações reuniam 25.675 mulheres e 342.415 homens na ativa, o que correspondia a uma participação feminina de 7%.[6] A Tabela 1 retrata, em números absolutos e em porcentuais, a composição por gênero do efetivo policial militar em cada uma das UFs consideradas.

5 Por esse motivo, os totais das tabelas a seguir não coincidem, visto que o número de UFs com dados aproveitáveis varia segundo o tipo de informação. Pelo mesmo motivo, indicam-se em cada tabela ou gráfico quantas e quais foram as UFs consideradas.

6 Salvo no caso de alguns itens, em que se predefiniu como referência o dia 31 de dezembro de 2002 ou todo o ano de 2002, solicitou-se às PMs que contabilizassem os números correspondentes à última informação disponível e anotassem a data da mesma. Temíamos perder muitos dados se fixássemos uma data de referência única para todos os campos do questionário e para todas as 27 polícias, por isso, preferimos correr o risco de dispersar temporalmente as informações. Felizmente, apesar de a data ter ficado em aberto, houve uma convergência temporal significativa dos dados obtidos: os meses variam, mas são todos do segundo semestre de 2003. A única exceção é o estado de Minas Gerais, que enviou informações referentes a abril de 2004.

TABELA 1 – Efetivo policial militar na ativa, por gênero

(23 Unidades da Federação – c. 2003*)

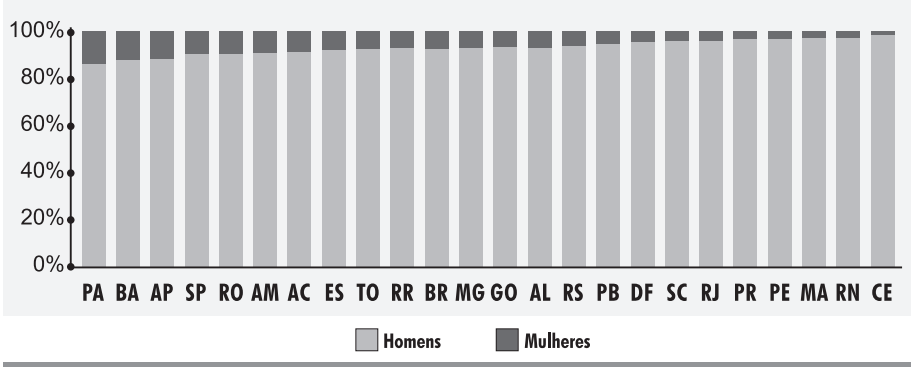
Unidade da Federação	Número			Mulheres (%)
	Homens	Mulheres	Total	
AC	2.268	210	2.478	8,5
AL	7.756	513	8.269	6,2
AM	5.906	559	6.465	8,6
AP	2.339	293	2.632	11,1
BA	26.554	3.661	30.215	12,1
CE	12.492	191	12.683	1,5
DF	13.757	685	14.442	4,7
ES	6.802	548	7.350	7,5
GO	12.385	847	13.232	6,4
MA	7.057	196	7.253	2,7
MG	34.271	2.429	36.700	6,6
PA	10.310	1.595	11.905	13,4
PB	7.681	396	8.077	4,9
PE	15.955	545	16.500	3,3
PR	16.005	548	16.553	3,3
RJ	36.709	1.517	38.226	4
RN	7.537	193	7.730	2,5
RO	3.760	379	4.139	9,2
RR	1.362	106	1.468	7,2
RS	18.765	1.143	19.908	5,7
SC	11.172	472	11.644	4,1
SP	78.517	8.406	86.923	9,7
TO	3.055	243	3.298	7,4
Total	**342.415**	**25.675**	**368.090**	**7**

(*) Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Pará, Bahia e Amapá, como se pode ver, são os três únicos estados em que a porcentagem de policiais femininas ultrapassa 10% – embora, em números absolutos, São Paulo tenha o maior efetivo de mulheres do país. O Gráfico 1 permite visualizar melhor os estados com participações femininas superiores e inferiores à média brasileira (vale dizer, à média das 23 UFs que enviaram informações).

GRÁFICO 1 – Efetivo policial militar na ativa por gênero
(Brasil e Unidades da Federação – c. 2003*)



(*) "Brasil" corresponde à soma das 23 UFs constantes do gráfico. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004. Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Estimativas feitas em outra pesquisa, a partir do último Censo Demográfico, mostram que a participação feminina nas PMs é bem mais baixa do que nas demais polícias e do que nas guardas municipais brasileiras. De acordo com essas estimativas, a porcentagem de mulheres no contingente de todas as polícias militares, em 2000, representava menos de 1/3 da registrada nas polícias civis estaduais do país e pouco mais da metade da observada no efetivo policial federal (Tabela 2).[7]

7 Cf. Musumeci; Soares; Borges (2004).

TABELA 2 – Participação estimada de mulheres nos efetivos das polícias e das guardas municipais brasileiras (2000)

	% Mulheres
Polícias militares	6,0
Polícias civis estaduais	19,6
Policiais e guardas de trânsito estaduais sem instituição informada	12,0
Polícias federais *	10,0
Todas as polícias	8,2
Guardas municipais	11,7

(*) Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Marítima e Portuária. Fontes: IBGE, Censo 2000 – Microdados da amostra. Elaboração: CESeC/UCAM.

Dado o peso numérico do seu efetivo, as PMs certamente contribuem para que o índice global de feminização das nossas forças policiais seja muito baixo, comparado ao de vários outros países do mundo (Tabela 3). Mas também é importante notar que, em toda parte, mesmo nas nações onde se registram as mais altas porcentagens de mulheres na polícia (Estônia, Israel e África do Sul), a participação feminina continua sendo francamente minoritária.

TABELA 3 – Participação feminina nas forças policiais de 52 países (c. 2000*)

País	%	País	%	País	%	País	%
Estônia	26,0	Lituânia	14,1	Barbados	9,7	Itália	5,3
Israel (2002)	22,0	Canadá	13,7	Polônia	9,6	Papua Nova Guiné	5,3
África do Sul	21,4	França	13,3	Dominica	8,6	Colômbia	5,0
Monserrat	19,2	Hong Kong	12,5	Finlândia	8,6	Tailândia	5,0
Cingapura	19,1	Irlanda	12,1	Romênia	8,6	Quirguistão	4,9
Suécia	17,3	Suazilânida	11,0	Geórgia	8,5	Qatar	4,6
Holanda	17,1	Jamaica	10,8	**BRASIL**	**8,2**	Turquia	4,5
Inglaterra e Gales	16,7	Rep. Tcheca	10,7	Dinamarca	7,7	Portugal	3,8
Macedônia	16,7	Eslováquia	10,7	Eslovênia	7,1	Japão	3,7
Austrália (1999)	16,5	EUA (1999)	10,0	Zimbábue	6,5	Espanha	3,6
Latvia	16,2	Kazaquistão	10,0	Chile	6,0	Maldova	3,5
Hungria	15,3	Zâmbia	10,0	Maurício	5,4	Rep. da Coréia	2,4
Guatemala	14,6	Malásia	9,7	Sri Lanka	5,3	Índia (1999)	2,2

(*) Não havendo especificação de data após o nome do país, o percentual de mulheres se refere ao ano 2000.

Fontes: Para o Brasil, IBGE, Censo 2000 – microdados da amostra. Para Israel, *Central Bureau of Statistics* [http://www.cbs.gov.il/hodaot2004/01_04_58e.htm]. Para Austrália, *South African Police Service* – Dados comparativos [http://www.saps.gov.za/profile/icomp.htm]. Para todos os demais países, UNODC, *The Seventh United Nations Survey on Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems (1998-2000)* [http://www.unodc.org/unodc/en/crime_cicp_survey_seventh.html]. Elaboração: CESeC/UCAM.

Em alguns países houve significativos avanços ao longo das últimas décadas – fruto de pressões feministas pela eliminação de barreiras de gênero, da necessidade de preencher lacunas deixadas por guerras no efetivo masculino, ou de estratégias de inclusão de mulheres para melhorar a imagem e reduzir a brutalidade e a corrupção policiais. Mas, como registram diversas pesquisas, as resistências contra uma abertura maior desse espaço à participação feminina continuam cerradas.8 É um espaço visto quase universalmente (mesmo onde as taxas de criminalidade são ínfimas) como de alta exposição ao perigo e à incerteza, que requer dos seus operadores coragem e força física – características pouco comuns nas mulheres, segundo os estereótipos subjacentes à segmentação de papéis de gênero no mercado de trabalho em geral.9

O Brasil não representa, portanto, nenhuma grande exceção à regra, embora, com uma parcela feminina estimada em 8,2% de todos os efetivos policiais (militares, civis e federais), fique abaixo da média dos outros 51 países incluídos na Tabela 3 (10,4%). Como vimos, são sobretudo as PMs que "derrubam" o nosso índice de feminização policial e é nelas, aparentemente, que se encontram as mais fortes resistências ao aumento da participação de mulheres. O quadro anexo a este artigo mostra que, em pelo menos oito UFs, essa participação está limitada por lei a porcentuais que variam entre 4 e 10%. E, mesmo onde não existem limites legais, os concursos de entrada normalmente são diferenciados por gênero: oferecendo um número de vagas femininas muito inferior ao das masculinas, ou simplesmente abrindo sucessivos concursos só para homens, grande parte das PMs mantém deliberadamente baixa a feminização do seu efetivo.

Superiores ou subalternas?

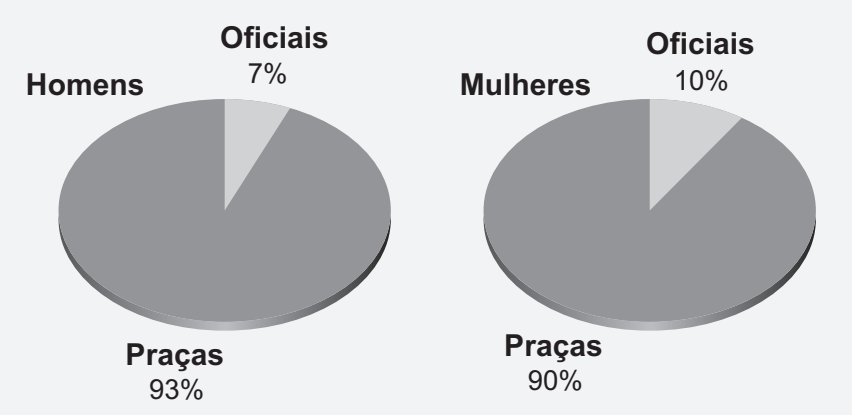
Como mostra o Gráfico 2, a proporção de oficiais no contingente feminino é ligeiramente maior que no masculino. Essa proporção varia bastante, porém, entre as diversas UFs, sobretudo no grupo de mulheres. A PM do Rio de Janeiro é um caso extremo, com 40% do efetivo feminino no oficialato, contra apenas 7% do efetivo masculino – diferença muito maior que a registrada nas demais PMs, mesmo

8 Cf., por exemplo, Pagon (1996).

9 Além dos serviços policiais e de vigilância privada, outras áreas de onde as mulheres estariam tipicamente excluídas por sua suposta aversão ao risco e falta de força física seriam os serviços de combate a incêndios e o trabalho nas minas (cf. MELKAS; ANKER, 2003).

nas do Rio Grande do Norte, do Tocantins e da Paraíba, em que a porcentagem de mulheres oficiais ultrapassa 20%, enquanto a de homens oficiais não chega a 8%. O estudo de caso no Rio de Janeiro sugere que a desproporcional parcela de oficiais femininas nesse estado pode ter relação com a política local de confinamento das PMF em às atividades internas, derivando em menor interesse institucional pela absorção de mulheres praças. No conjunto das PMs, entretanto, a distribuição das mulheres por círculos hierárquicos,10 assim como a sua distribuição entre atividades-meio e fim (ver Gráfico 11, mais adiante), não se distancia gritantemente daquela registrada no efetivo policial masculino.

GRÁFICO 2 – Efetivo policial militar na ativa por círculos hierárquicos, segundo gênero (Brasil, 23 Unidades da Federação – c. 2003*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ.
Elaboração: CESeC/UCAM.

10 "Círculos hierárquicos" é o termo castrense para designar os dois principais segmentos da hierarquia militar: praças e oficiais.

Soldados ou coronéis?

Se a proporção de mulheres oficiais é maior que a de homens, ocorre, por outro lado, que o acesso das policiais femininas às posições mais elevadas do oficialato – coronel, tenente-coronel e major – ainda é extremamente limitado em nosso país.11 Dentro do círculo de oficiais, a maior participação feminina se verifica, como mostram a Tabela 4 e o Gráfico 3, no posto de tenente (sobretudo de primeiro tenente), o que reflete não apenas o ingresso relativamente recente das mulheres, mas também assimetrias nos ritmos de progressão hierárquica, determinando um decréscimo da parcela feminina, à medida que se elevam as patentes do oficialato. Já entre as praças, não se verifica a mesma tendência. As porcentagens de mulheres em todas as graduações são bastante semelhantes, com uma participação apenas ligeiramente maior no grau de soldado, isto é, na base da hierarquia policial militar. Como as promoções de praças se dão, normalmente, por tempo de serviço e as de oficiais combinam o critério de antigüidade com o de merecimento, esses dados podem ser indicativos das resistências enfrentadas pelas oficiais femininas no seu percurso ascendente dentro das PMs. Em alguma medida, expressam as barreiras, tantas vezes apontadas na pesquisa qualitativa, que dificultam seu acesso a posições de comando e aos postos de maior distinção.

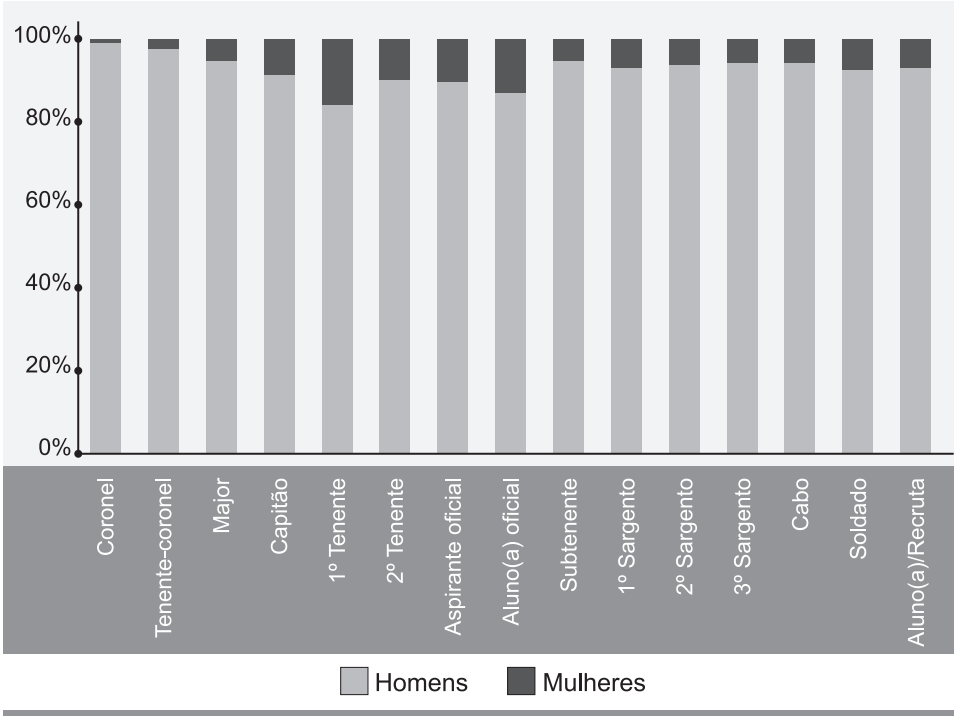
11 Das três únicas coronéis que havia nas 23 UFs analisadas, duas eram da PM de São Paulo e uma da de Rondônia – esta última tendo-se tornado comandante-geral da corporação em 2003.

TABELA 4 – Efetivo policial militar na ativa por patente ou graduação, segundo gênero (Brasil, 23 Unidades da Federação – c. 2003*)

Patente ou graduação	Homens	Mulheres	TOTAL	Participação feminina (%)
Coronel	455	3	458	0,7
Tenente-coronel	1.396	26	1.422	1,8
Major	2.476	127	2.603	4,9
Capitão	5.503	493	5.996	8,2
1º Tenente	6.159	1.154	7.313	15,8
2º Tenente	3.819	418	4.237	9,9
Aspirante oficial	711	79	790	10,0
Aluno(a) oficial	2.089	306	2.395	12,8
Subtenente	3.636	192	3.828	5,0
1º Sargento	18.555	1.267	19.822	6,4
2º Sargento	16.632	1.024	17.656	5,8
3º Sargento	24.884	1.486	26.370	5,6
Cabo	53.614	2.899	56.513	5,1
Soldado	192.875	15.665	208.540	7,5
Aluno(a)/ Recruta	11.183	832	12.015	6,9
TOTAL	343.987	25.971	369.958	7,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ.
Elaboração: CESeC/UCAM.

GRÁFICO 3 – Efetivo policial militar na ativa por gênero, segundo patente ou graduação (Brasil, 23 Unidades da Federação – c. 2003)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. As demais não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Jovem PMFem

Como a maior parte das Polícias Militares só franqueou acesso às mulheres dos anos 1980 em diante, é natural que o perfil das policiais femininas seja mais jovem que o dos policiais masculinos: em 18 UFs com informações válidas, 92,2% das mulheres tinham menos de 40 anos de idade e quase metade do total (44,9%) tinha

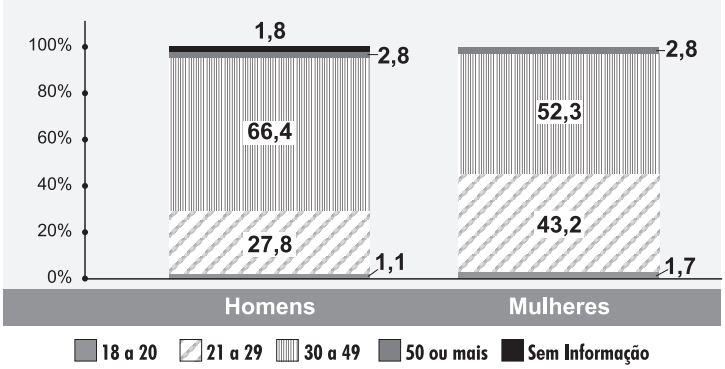
menos de 30 anos, enquanto entre os homens esses porcentuais eram, respectivamente, de 73% e 28,9%. A Tabela 5 e o Gráfico 4 retratam mais detalhadamente a defasagem etária entre os efetivos masculino e feminino das 18 PMs consideradas.

TABELA 5 – Efetivo policial militar na ativa por faixa etária, segundo gênero (Brasil, 18 Unidades da Federação – dezembro de 2002*)

Faixa etária (anos)	Número		%	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18 a 20	2.705	261	1,2	2,0
21 a 24	19.543	1.539	9,0	11,5
25 a 29	38.790	4.219	17,9	31,6
30 a 39	93.723	6.292	43,1	47,1
40 a 49	52.524	655	24,2	4,9
50 a 59	6.073	4	2,8	0,0
60 ou mais	70	0	0,0	0,0
Sem informação	3.786	378	1,7	2,8
Total	217.214	13.348	100,0	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, D F, ES, MA, MG, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O estado de Pernambuco foi excluído desta tabela porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

GRÁFICO 4 – Efetivo policial militar na ativa por faixa etária, segundo gênero (Brasil, 18 Unidades da Federação – dezembro de 2002*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, TO. O estado de Pernambuco foi excluído desta tabela porque forneceu dados sobre faixas etárias apenas para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações. Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Viés racial na PM?

Do ponto de vista racial, não parece haver variações muito importantes entre homens e mulheres. Cabe ressaltar, porém, que apenas 12 Unidades da Federação preencheram com razoável consistência o quadro referente a raça ou cor, desagregado por gênero, o que torna os dados bem pouco representativos do país como um todo, inclusive porque nenhuma PM da região Centro-Oeste respondeu à pergunta e faltam UFs com contingentes policiais muito numerosos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. No conjunto dos estados com informações válidas, a diferença mais expressiva que se observa não é entre os sexos, e sim entre os círculos hierárquicos: tanto no efetivo masculino quanto no feminino, a proporção de oficiais brancos(as) é superior à de praças brancos(as), o contrário ocorrendo no caso dos(as) pretos(as), cuja participação é bem maior entre as praças que entre os(as) oficiais. Já no caso das pessoas pardas, há uma pequena diferença de gênero: elas são proporção maior das praças que dos oficiais masculinos, mas são uma porcentagem ligeiramente maior das oficiais do que das praças femininas (Tabela 6).

TABELA 6 – Efetivo policial militar na ativa por raça ou cor, segundo gênero e círculo hierárquico
(Brasil, 12 Unidades da Federação – 2003*)

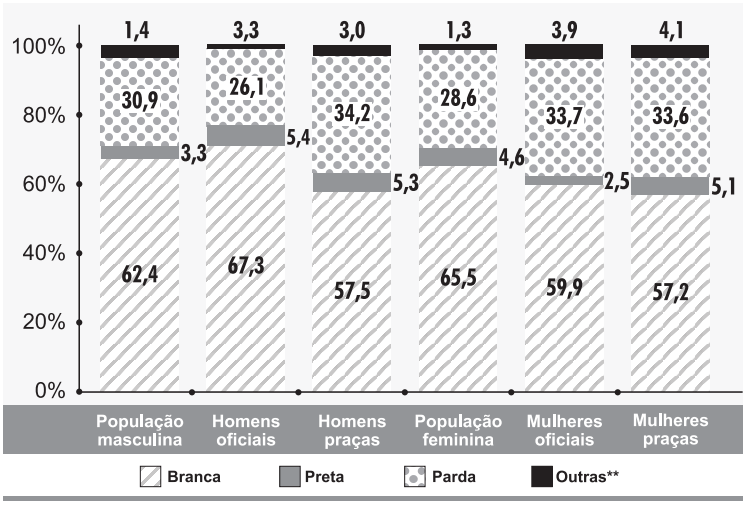
	HOMENS						MULHERES					
	Oficiais		Praças		Total		Oficiais		Praças		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	N°	%	N²	%	Nº	%
Branca	6.851	67,3	83.113	57,5	89.964	58,2	573	59,9	6.784	57,2	7.357	57,4
Preta	336	3,3	7.674	5,3	8.010	5,2	24	2,5	604	5,1	628	4,9
Parda	2.654	26,1	49.358	34,2	52.012	33,6	322	33,7	3.979	33,6	4.301	33,6
Amarela	331	3,3	3.957	2,7	4.288	2,8	35	3,7	482	4,1	517	4,0
Indígena	5	0,0	428	0,3	433	0,3	2	0,2	6	0,1	8	0,1
Total	10.177	100,0	144.530	100,0	154.707	100,0	956	100,0	11.855	100,0	12.811	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O estado do Rio de Janeiro foi excluído desta tabela por falta de consistência das informações enviadas e o de Roraima, porque forneceu dados sobre raça ou cor, mas sem desagregação por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Apesar de as classificações das PMs não serem auto-atribuídas como as do IBGE, é interessante comparar os perfis raciais acima aos registrados pelo Censo Demográfico de 2000 nas mesmas 12 UFs, considerando-se as populações masculina e feminina em idade compatível (18 anos ou mais). Observa-se que, em relação às populações estaduais adultas, há de fato uma sobre-representação das pessoas classificadas como brancas e uma sub-representação das classificadas como pretas ou pardas no oficialato policial militar de ambos os sexos, o que não ocorre no círculo de praças, cujo perfil é bem menos branco que o da população total (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 – Efetivo policial militar na ativa por raça ou cor, segundo gênero e círculo hierárquico, comparado às populações masculina e feminina com 18 anos ou mais de idade (Brasil, 12 Unidades da Federação – 2000 e 2003*)

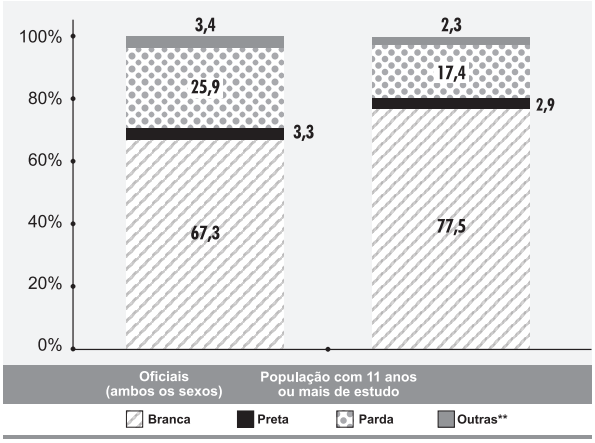


(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO. A PM do estado do Rio de Janeiro foi excluída deste gráfico por falta de consistência das informações enviadas e a de Roraima, porque forneceu dados sobre raça ou cor, mas sem

desagregação por gênero. As PMs das demais UFs não enviaram informações.
(**) Outras = Amarela + Indígena
Fontes: (1) *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 12 UFs consideradas. Elaboração: CESeC/UCAM.

Entretanto, a sobre-representação dos brancos no oficialato desaparece quando se leva em conta somente a população com nível mínimo de escolaridade exigido, em quase todas as UFs, para o ingresso na carreira de oficial PM: ensino médio completo (11 anos de estudo).[12] Refazendo-se a comparação nesses termos – ainda que de forma grosseira, sem desagregar as informações por gênero e considerando a população com 20 anos ou mais de idade –, o que se observa, ao contrário, é uma ligeira sobre-representação dos pretos e uma significativa sobre-representação dos pardos no oficialato das 12 PMs consideradas (Gráfico 6). Em outras palavras, controlando-se a variável escolaridade, não só o perfil das praças, mas também o dos(as) oficiais resulta ser *menos* branco que o do conjunto da população.[13]

GRÁFICO 6 – Efetivo de oficiais PM na ativa, por raça ou cor, comparado à população de ambos os sexos com 20 anos ou mais de idade e 11 anos ou mais de estudo (Brasil, 12 Unidades da Federação – 2000 e 2003*)



12 O Rio Grande do Sul, desde 2002, passou a exigir curso superior completo (bacharelado em Direito) para o acesso ao oficialato da Brigada Militar.

13 Os Gráficos 5 e 6 foram construídos a partir de tabelas pré-estruturadas do IBGE, o que impossibilitou a desagregação simultânea por raça e gênero, assim como o corte simultâneo por idade (18 anos) e escolaridade (11 anos de estudo) adequadas.

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, ES, MA, PB, PR, RN, SC, SP e TO.
(**) Outras = Amarela + Indígena
Fontes: (1) *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 12 UFs consideradas. Elaboração: CESeC/UCAM.

Estimativas feitas para todo o país em outra pesquisa, com base nos microdados do Censo 2000, confirmam o que se observou aqui: pretos e pardos, além de fortemente super-representados no efetivo de praças, estão bem ou até sobre-representados no oficialato superior e subalterno das PMs, em relação à população brasileira com idades e níveis educacionais compatíveis. A referida pesquisa indicou que, no seu conjunto, as polícias militares são instituições racialmente democráticas, mais do que as outras polícias brasileiras (civis e federais), em cuja cúpula (delegados) há forte sobre-representação dos brancos em relação à população com escolaridade mínima exigida para o exercício das respectivas ocupações.[14]

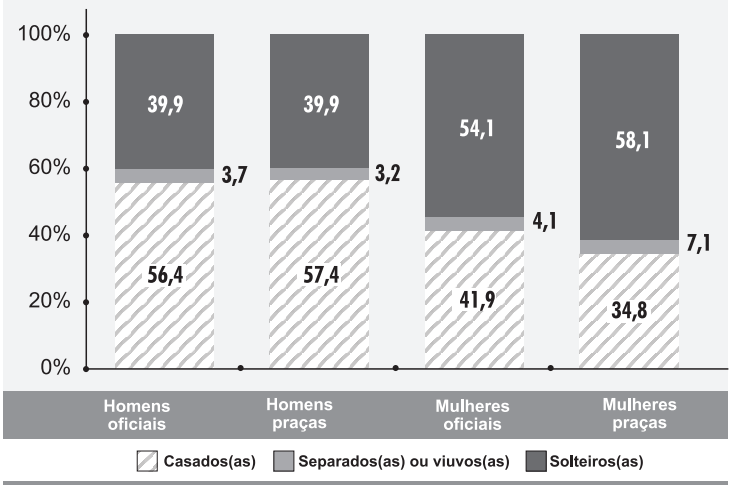
Casadas ou solteiras?

Se a composição racial do efetivo varia pouco por sexo, não se pode dizer o mesmo quanto ao estado civil. Nesse item, o corte de gênero prevalece claramente sobre as diferenças entre praças e oficiais, embora haja uma proporção de mulheres separadas ou viúvas maior no primeiro círculo do que no segundo (Gráfico 7).[15] A predominância de solteiras entre as policiais femininas e de casados entre os masculinos certamente tem relação com o fato de as mulheres serem, em média, mais jovens que os homens, como foi visto mais acima, no gráfico relativo à idade.

14 Cf. Musumeci; Soares; Borges (2004).

15 Tanto entre os homens quanto entre as mulheres de ambos os círculos, a proporção de viúvos(as) é muito pequena, variando de 0,2 a 0,5% – motivo pelo qual o gráfico agrega essa categoria à dos(as) policiais separados(as).

GRÁFICO 7 – Efetivo policial militar na ativa por estado civil, segundo gênero e círculo hierárquico (Brasil, 15 Unidades da Federação – c. 2003*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, D F, ES, MA, MG, PB, PR, RN, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre estado civil, mas não desagregados por gênero, e o de Roraima porque só forneceu dados para o efetivo masculino. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ.
Elaboração: CESeC/UCAM.

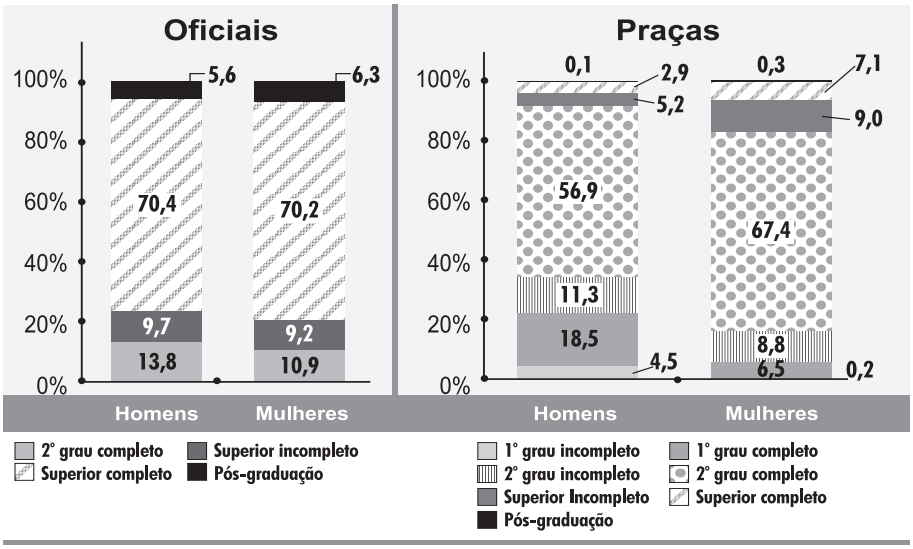
Quem disse que praça de polícia não estuda?

O Gráfico 8 mostra que, dentro do círculo de praças, em 16 UFs, a escolaridade das mulheres é significativamente mais alta que a dos homens – registrando-se inclusive uma expressiva parcela de praças femininas com nível superior completo ou incompleto, ou mesmo com pós-graduação (16,4%, contra 8,2% de masculinas). Essa defasagem, em parte, expressa mudanças nos critérios de seleção das próprias PMs, que em concursos mais recentes passaram a exigir níveis educacionais mais altos. Mas ela sugere também que um dos impactos da

presença feminina pode estar sendo a maior qualificação do efetivo, em termos de educação formal, quer pelo ingresso de mulheres com escolaridade mais alta que a requerida, talvez em função de um leque mais estreito de alternativas no mercado de trabalho, quer pelo maior investimento feminino no aumento de escolarização ao longo da própria carreira de praça PM.

Já as diferenças entre oficiais dos dois sexos são bem menos expressivas, cabendo lembrar que o curso de entrada para o oficialato é reconhecido pelo MEC como equivalente à graduação universitária, logo não seria mesmo de esperar a ocorrência de defasagens muito acentuadas dentro desse círculo.

GRÁFICO 8 – Efetivo policial militar na ativa por nível de escolaridade, segundo gênero e círculo hierárquico
(Brasil, 16 Unidades da Federação – c. 2003*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

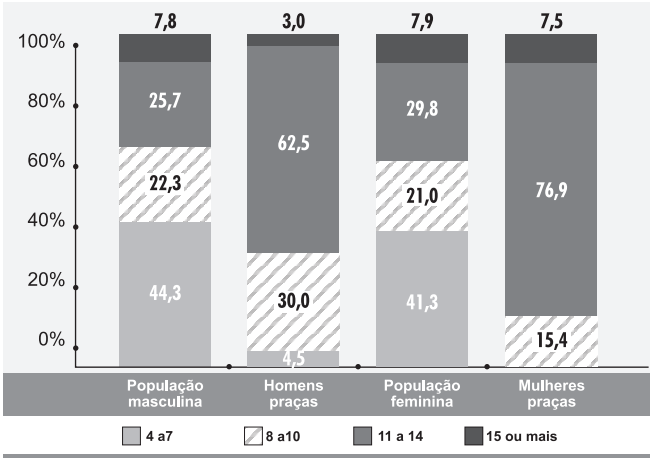
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Voltando às praças, é interessante fazer uma comparação do seu perfil educacional com o da população das mesmas 16 UFs, considerando-se a parcela dos habitantes com idade mínima (18 anos) e escolaridade mínima (4 anos de estudo) compatíveis com as do efetivo de praças das polícias militares estaduais. Para possibilitar essa comparação, é necessário reorganizar os dados das PMs de acordo com os recortes utilizados nas tabelas do Censo Demográfico de 2000, isto é, por grupos de anos de estudo.[16] O Gráfico 9 mostra que a escolaridademédia das praças de polícia, tanto homens quanto mulheres, é muito superior à da população em geral – o que decorre obviamente do fato de diversas PMs já exigirem segundo grau completo (11 anos de estudo) mesmo nos concursos para soldado. Bem mais significativo que isso é o fato de a porcentagem de mulheres praças com nível universitário completo ou pós-graduação (15 anos ou mais de estudo) ser muito próxima da registrada na população feminina da mesma faixa etária, diferentemente do que ocorre no grupo dos homens praças, em que a parcela de alta escolaridade é bem inferior à do conjunto da população masculina com 18 anos ou mais de idade.[17]

16 Foram eliminados, na distribuição da PM, os casos sem informação de escolaridade e, na distribuição do Censo, os números relativos às categorias "sem instrução e menos de 1 ano de estudo", "1 a 3 anos de estudo" e "anos de estudo não determinados". A correspondência que estabelecemos entre os intervalos do Censo e os da PM é a seguinte: 4 a 7 anos de estudo = primeiro grau incompleto; 8 a 10 anos de estudo = primeiro grau completo + segundo grau incompleto; 11 a 14 anos de estudo = segundo grau completo + superior incompleto; 15 anos ou mais de estudo = superior completo + pós-graduação.

17 O IBGE corta o último intervalo em 15 anos de estudo porque a maior parte dos cursos universitários tem duração de 4 anos. Cabe assinalar, porém, que, com freqüência, os(as) policiais militares optam pelo curso de Direito, cuja duração é de 5 anos, logo, a penúltima faixa de escolaridade das praças masculinas e femininas, mostrada no Gráfico 9, pode incluir uma parcela significativa de pessoas com 15 anos de estudo, mas com formação universitária ainda incompleta.

GRÁFICO 9 – Efetivo de praças PM na ativa por nível de escolaridade, segundo gênero, comparado às populações masculina e feminina com 18 anos ou mais de idade (Brasil, 16 Unidades da Federação – 2000 e c. 2003*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. O estado de Pernambuco foi excluído deste gráfico porque forneceu dados sobre escolaridade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fontes: (1) *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ; (2) Dados do Censo Demográfico 2000 referentes às 16 UFs consideradas..
Elaboração: CESeC/UCAM.

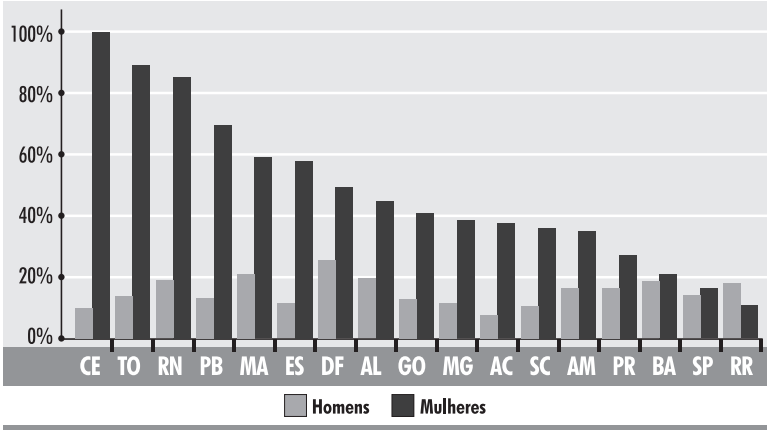
Como estão alocadas as mulheres PMs?

Quem conhece somente a PM do Rio de Janeiro pode ficar com a impressão de que as policiais militares, com raras exceções, estão dentro dos quartéis ou cedidas a outros órgãos públicos, cumprindo funções pouco operacionais e desenvolvendo sobretudo atividades de natureza burocrática. Lamentavelmente,

a PMERJ, até hoje, não tem estatísticas desagregadas por gênero, sobre o tipo de alocação (atividade-meio ou fim) mas foi consensual em todas as entrevistas realizadas no estado, tanto com homens quanto com mulheres, a afirmação de que há pouquíssimas PMF trabalhando nas ruas e menos ainda em atividades rotineiras de policiamento ostensivo.[18]

Seria um engano, contudo, deduzir que o confinamento das mulheres à burocracia se repete em todo o país. É verdade que, das 17 UFs que enviaram dados válidos sobre alocação do efetivo, algumas informaram proporções altíssimas de mulheres em atividades-meio, como Ceará (100%), Tocantins (89,6%), Rio Grande do Norte (85,5%) e Paraíba (69,9%), mas outras, em compensação, reportaram porcentagens baixas, com destaque para Roraima, onde apenas 11,3% das policiais militares femininas desempenhariam atividades-meio; São Paulo, onde essa porcentagem seria de 16,2% e Bahia, onde ela seria de 21,4% (Gráfico 10).

GRÁFICO 10 – Proporção do efetivo policial militar na ativa alocado em atividades-meio, segundo gênero (em %) (Brasil, 17 Unidades da Federação – c. 2003*)



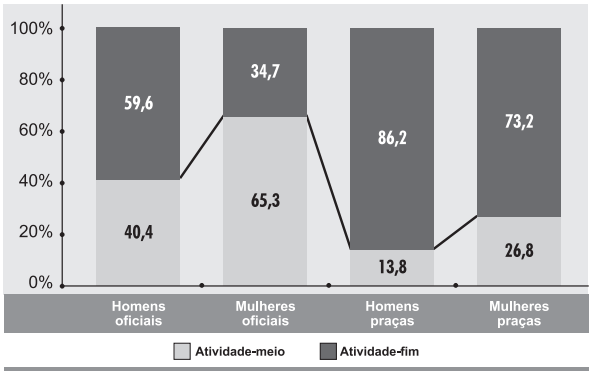
(*) Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre natureza da atividade, mas não desagregados por gênero; o do Rio Grande do Sul, porque só informou os números relativos a atividades-fim. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao segundo

18 Esse quadro sofreu alguma alteração no final de maio de 2003 (quando a nossa pesquisa estava sendo concluída), com a formatura de uma turma de 177 praças femininas, alocadas no Batalhão de Policiamento de Áreas Turísticas (BPTur) e destinadas a realizar atividades externas na cidade do Rio de Janeiro.

semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ.
Elaboração: CESeC/UCAM.

Considerando o efetivo das 17 UFs desagregado por círculos (Gráfico 11), nota-se que entre as mulheres oficiais prevalece a alocação em atividades-meio, ao passo que os homens oficiais estão predominantemente alocados em atividades-fim. Já entre as praças, a parcela feminina em atividades-fim, embora menor que a masculina, é amplamente majoritária (73,2%). Provavelmente o entendimento do que sejam atividades-fim e meio varia de um estado para outro: funções como planejamento, ensino e instrução, correição ou atendimento telefônico nas centrais de emergência podem ter sido classificadas de diferentes maneiras por quem preencheu os questionários. Mas, supondo-se que tenha havido uma certa convergência de percepções no sentido de identificar atividade-fim sobretudo relativa ao policiamento das ruas, os dados indicam que, na maioria dessas UFs, as praças femininas vêm exercendo predominantemente funções de polícia, não de meras "secretárias" – como se autoclassificaram criticamente algumas das policiais ouvidas no estado do Rio.

GRÁFICO 11 – Efetivo policial militar na ativa por natureza da atividade, segundo gênero e círculo hierárquico (Brasil, 17 Unidades da Federação – c. 2003*)



(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RR, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos deste gráfico porque forneceram dados sobre natureza da atividade, mas não desagregados por gênero; o do Rio Grande do Sul, porque só informou os números relativos a atividades-fim. As demais UFs não enviaram informações. Todos os dados se referem ao

segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.
Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e Senasp/MJ.
Elaboração: CESeC/UCAM.

A distribuição dos efetivos segundo setor de atividade, embora não esclareça se as funções desenvolvidas são internas ou externas, reforça essa hipótese de que, em boa parte das UFs, as mulheres estão sendo majoritariamente alocadas em atividades de policiamento e não em tarefas administrativas, como no caso do Rio de Janeiro e de alguns outros estados. Observe-se que, apesar de ser pequena a participação de mulheres no efetivo das unidades operacionais regulares ou especiais (Gráfico 12), mais de 70% das policiais femininas trabalhavam em unidades desse tipo no segundo semestre de 2003 (Tabela 7).

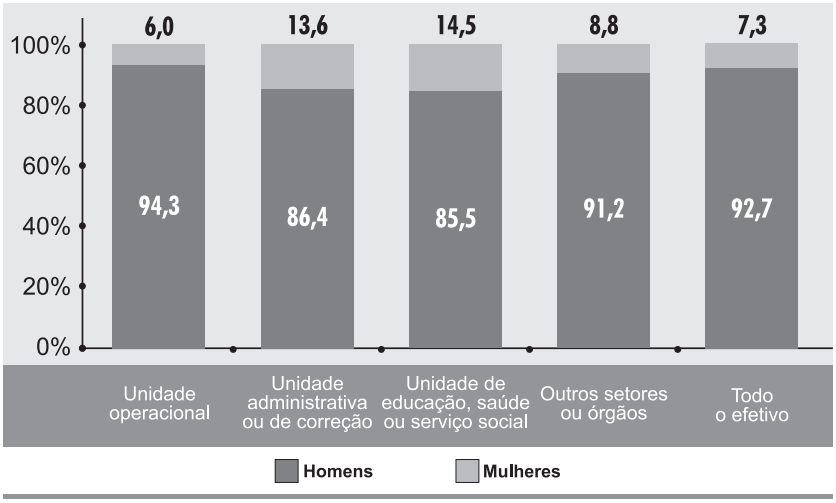
TABELA 7 – Efetivo policial militar na ativa por setor de atividade, segundo gênero (Brasil, 19 Unidades da Federação – c. 2003*)

	Homens	Mulheres	Homens %	Mulheres %
Unidade operacional	204.430	13.961	74,4	64,7
Unidade administrativa	17.515	2.868	6,4	13,3
Unidade de saúde	4.198	1.823	1,5	8,4
Unidade de educação	15.173	1.251	5,5	5,8
Unidade operacional especial	29.046	1.003	10,6	4,6
Unidade de serviço social	244	265	0,1	1,2
Unidade de correição	1.583	141	0,6	0,7
Outros setores ou órgãos	2.747	264	1,0	1,2
Total	274.936	21.576	100,0	100,0

(*) UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos desta tabela porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

GRÁFICO 12 – Efetivo policial militar na ativa por gênero, segundo setor de atividade (Brasil, 19 Unidades da Federação – c. 2003*)



(*)UFs incluídas: AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO. Os estados do Amapá, de Pernambuco e do Rio de Janeiro foram excluídos desta tabela porque forneceram dados sobre setor de atividade, mas não desagregados por gênero. As demais UFs não forneceram informações. Todos os dados se referem ao segundo semestre de 2003, com exceção dos relativos a Minas Gerais, que são de abril de 2004.

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e SENASP/MJ. Elaboração: CESeC/UCAM.

Vale sublinhar, finalmente, que há uma correlação bastante alta entre porcentagem de mulheres oficiais e porcentagem de policiais femininas alocadas em atividades-meio. Isso significa que, nos estados (como o Rio de Janeiro e alguns outros) que optam por confinar as mulheres a tarefas internas, o efetivo feminino tende a ser mais "inchado" no círculo superior.[19]

19 Para os 17 estados que enviaram os dois tipos de informações, encontrou-se um coeficiente de correlação (PEARSON) igual a 0,7105. Isso indica uma tendência, mas não uma estrita correspondência. Foge à regra, por exemplo, a PM do Ceará, que informou uma porcentagem relativamente pequena de oficiais entre as mulheres (9,3%) e uma alocação integral (100%) do seu efetivo feminino em atividades internas.

Conclusão: um longo caminho a percorrer

Em síntese, pode-se delinear nos seguintes termos o panorama da presença feminina nas PMs que enviaram dados para a pesquisa: representando uma parcela muito reduzida das forças policiais militares, as mulheres, com poucas exceções, ainda estão longe de chegar aos degraus superiores das corporações e, portanto, de poder influir na condução das políticas e nas tomadas de decisão. Por serem mais jovens, elas ainda não atravessaram, em conjunto, todas as etapas que conduzem aos postos mais elevados. Por serem mulheres, encontram dificuldades adicionais que alongam esse processo.

As policiais femininas apresentam, em média, um nível de escolaridade mais alto que o dos homens. Do ponto de vista racial, as diferenças entre homens e mulheres são menores do que as que há entre praças e oficiais de ambos os sexos. Como ocorre em tantas outras instituições no Brasil, os negros (pretos e pardos) têm presença maciça no "andar de baixo" e estão menos representados no círculo superior das PMs, vale dizer, nos cargos de comando, de maior renda, poder e prestígio. Apesar disso, não se pode dizer que o "andar de cima" das PMs seja um espaço racialmente excludente; pelo contrário, em relação à população total com o mesmo nível de escolaridade, pretos(as) e pardos(as) aparecem *sobre*-representados no círculo de oficiais.

Mais de 70% das mulheres atuam, hoje, em unidades operacionais. Se a proporção de oficiais incumbidas das atividades-meio é nitidamente superior à de seus colegas masculinos, o mesmo não acontece com as mulheres praças, que, em sua maioria, atuam em atividades-fim, numa proporção não muito inferior à dos homens.

Como foi visto, as informações numéricas obtidas no levantamento nacional deixam muito a desejar quanto à cobertura e à qualidade, mas, ainda assim, permitem traçar um primeiro retrato das polícias militares com recorte de gênero. A dificuldade de boa parte das PMs em fornecer dados fundamentais sobre o perfil de seus(suas) agentes e a situação em que se encontram é reveladora da ausência de controle estatístico sobre os recursos humanos, conseqüentemente, da inexistência de uma política institucional que leve em conta a presença das mulheres e que seja capaz de avaliar o impacto dessa presença. Evidencia-se, portanto, a necessidade de todas as Polícias Militares melhorarem seus sistemas de geração de informações e incorporarem a eles a variável de gênero – o que pode ser estimulado pelo governo federal através da replicação, a cada dois ou três anos, de um levantamento detalhado sobre o perfil dos efetivos policiais masculinos e femininos em todo o país.

APÊNDICE – Ingresso de mulheres, unificação dos quadros e limites à participação feminina nas polícias militares brasileiras

	Ano da lei facultando ou regulamentando o ingresso de mulheres	Ano de ingresso de mulheres	Quadros masculino e feminino unificados?	Ano de unificação dos quadros	A proporção de mulheres no efetivo é limitada por lei?
AC	1990	1985	sim	1988	não
AL	1987	1988	sim	2001	não
AM	1982	1982	sim	1982	não
AP	1984	1989	NI	NI	não
BA	NI	NI	sim	NI	não
CE	1985	1994	sim	2000	não
DF	1983	1983	sim	1998	sim, em 10%
ES	1983	1983	sim	1990	não
GO	1986	1986	sim	1995	sim, em 10%
MA	1982	1982	sim	2001	sim, em 10%
MG	1980	1982	sim	NI	sim, em 5%
MS	NI	NI	NI	NI	NI
MT	NI	NI	NI	NI	NI
PA	NI	NI	NI	NI	NI
PB	1986	1987	não	–	sim, em 5%
PE	1993	1993	sim	2000	não
PI	NI	NI	NI	NI	NI
PR	1978	1978	sim	2000	sim, em 6%
RJ	1981	1982	sim	1993	não
RN	1986	1987	não	–	não
RO	NI	NI	NI	NI	NI
RR	1999	2000	sim	2000	sim, em 4%
RS	1985	1986	sim	1997	não
SC	1983	1983	sim	1998	sim, em 6%
SE	NI	NI	NI	NI	NI
SP	1959	1959	não	–	não
TO	1989	1986	sim	1996	não

NI = Não informado

Fonte: *Banco de Dados Polícia Militar e Gênero*, CESeC/UCAM e Senasp/MJ.

Resumo

O artigo traça um perfil de gênero das Polícias Militares no Brasil a partir de informações do levantamento estatístico nacional realizado em 2003 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Analisa a dimensão e algumas características sociodemográficas dos contingentes masculino e feminino dessas corporações (idade, estado civil, raça/cor, escolaridade), assim como a distribuição de homens e mulheres por níveis hierárquicos e por tipos de atividades desempenhadas. Ressalta a baixa participação feminina nas PMs – contrastada não só com as demais polícias brasileiras (civil e federal), mas também com as forças policiais de vários outros países. Ressalta ainda a ausência de políticas institucionais e de demandas sociais no sentido de um maior aproveitamento das policiais militares femininas na melhoria dos serviços públicos de segurança e, mais especificamente, no enfrentamento da violência doméstica e de gênero.

Palavras-chave: Segurança Pública; Gênero; Polícia.

Abstract:

The article draws a gender based picture of Brazilian military police forces, using data from a national statistical survey carried out in 2003 by the Center for Studies on Public Security and Citizenship, at University Candido Mendes, with the support of the National Secretary of Public Security in the Ministry of Justice. It analyses the size and some socio-demographic characteristics of both policemen and policewomen (age, marital status, race, education), as well as their distribution according to military hierarchical ranks and to the types of activities they are involved in. It stresses the very small participation of women in these institutions – in contrast with other Brazilian police forces (civil and federal police) and with police forces of many other countries around the world. This article additionally points out to the lack not only of institutional policies but also of social pressure which could end up widening the military policewomen's role in improving public security services and, more specifically, in the ways of handling domestic and gender violence issues.

Keywords: Public Safety; Gender; Police.

Referências

MELKAS, H.; ANKER, R. *Towards gender equity in Japanese and Nordic labor markets*: a tale of two paths. Genebra: OIT, 2003.

MUSUMECI, L.; SOARES, B.M.; BORGES, D. *Raça e gênero no sistema de justiça criminal brasileiro*. Rio de Janeiro: CESeC, Ucam: Pnud, 2004. Texto elaborado para o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro de 2004, capítulo Raça, violência, segurança e Justiça.

PAGON, M. (Ed.). *Policing in Central and Eastern Europe*: comparing firsthand knowledge with experience from the West. Ljubljana: College of Police and Security Studies, 1996.

SENASP, MJ. *Perfil organizacional das delegacias especiais de atendimento à mulher*. 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp>.

Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: subsídios para um debate teórico-metodológico*

Mara Rúbia A. Marques**

O índio é visto como 'selvagem', desconhecendo o 'progresso', 'nu e enfeitado com cocares'; a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica, ou bordadeira, costureira, babá. Igualmente o caboclo brasileiro é desvalorizado, qualificado de 'caipira' pejorativamente. Isso ocorre em muitos movimentos sindicais ou políticos onde o trabalho comum, por não conhecer o 'jargão' dos 'chefes', é visto como 'massa atrasada'.

Maurício Tra Temberg

Historicamente, o crescimento da importância do livro didático no contexto escolar brasileiro remonta à década de 1970, com o processo de democratização iniciado pelas reformas educacionais da época. É fato, desde então, a relação que se estabeleceu entre o Estado, o mercado editorial e as escolas públicas de 1º e 2º graus relação esta que passou pela década de 1980 e continua nos anos 1990, cujo propósito é garantir o acesso dos alunos aos livros didáticos necessários ao ensino público.

---

* Publicado originalmente no *Caderno Espaço Feminino*, vol. 3, n. 2, 1995.

N.A. Este texto foi produzido para subsidiar a participação da autora no debate Imagens Masculinas e Femininas no Livro Didático, no programa "Trocando em Miúdos" da Rádio Universitária da Universidade Federal de Uberlândia, ocorrido em 21/07/95.

** Professora Doutora da Universidade Federal de Uberlândia.

A FAE distribui a cada ano, cerca de 67 milhões de livros didáticos para estudantes da rede pública e há projetos de ampliação deste número. Até 1994 o governo só distribuiu livros aos alunos de 1ª a 4ª séries do 1º grau; a partir de 1996 o governo investirá, só de 5ª a 8ª séries, R$ 58 milhões na distribuição de livros didáticos para cerca de 10 milhões de estudantes.[1]

No total, o governo vai distribuir 110 milhões de livros em 1996 para as escolas públicas de 1º grau, atingindo um total de 30 milhões de alunos – exatamente o dobro do que se concedeu em 1995. O processo de distribuição para o próximo ano, no entanto, apresenta alterações significativas. Segundo Fernando Henrique Cardoso:

> A FAE, que é a Fundação de Assistência ao Estudante, fez um catálogo de livros com um critério rigoroso. O catálogo para 1995, para este ano, tinha 900 títulos de livros. O do ano que vem terá 626. Foram eliminados aqueles que não traziam todo o currículo necessário, os que ensinavam o que não deveria ser ensinado, como, por exemplo, discriminação e racismo. Enfim, saíram do catálogo do Ministério da Educação os livros que não atendiam a uma boa qualidade do ensino. É nesse catálogo que os professores vão escolher os livros que irão utilizar no ano que vem.[2]

Esses fatos não devem ser desconsiderados quando se trata de livros didáticos que veiculam concepções de mundo e das relações sociais e que desenvolvem certos valores e atitudes nos alunos, constituindo-se elemento fundamental de formação/informação de grande parte das crianças brasileiras.

Recentemente uma Comissão foi instituída pelo próprio MEC para analisar os principais livros didáticos de Estudos Sociais de 1ª a 4ª séries, usualmente solicitados a FAE/MEC no ano de 1991.[3] Dentre outros resultados, constatou-se que:

---

1 Notícia da *Folha de S. Paulo* de 5 de maio de 1995, segundo a qual o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza admite que as verbas para ampliação virão do corte de projetos em universidades e da suspensão de novos Caics. (p. 2, 3. c).

2 Notícia da *Folha de S. Paulo,* de 19 de julho de 1995, reproduzindo o anúncio do Presidente da República no programa de rádio "Palavra do Presidente", como parte da campanha "Acorda Brasil, está na hora da escola" (p. 10, 1. c).

3 A pesquisa foi realizada na gestão Murílio Hingel, de out./1993 a mar./1994, e a Comissão de professores de quatro universidades, analisou cerca de 80 livros didáticos. O relatório final, com critérios e resultados, intitulado "livros didáticos de Estudos Sociais: um perfil da produção brasileira", foi publicada no periódico do DEPOP-UFU: *Ensino em Re-Vista*, v. 3, n. 1, jan./dez. 1994, Uberlândia, EDUFU.

> [...] há uma tendência marcante de transmissão explícita ou implícita de preconceitos e estereótipos sociais e de uma visão mitificadora da história e da vida em sociedade. Isto é constatado tanto nas obras consideradas tradicionais quanto nas renovadas. (AGUIAR, FONSECA, NADAI, STAMPACCHIO, 1994: 43).
>
> Com relação à abordagem dos conteúdos ressalta-se a difusão de estereótipos e preconceitos raciais, políticos e culturais. A família, a escola e a comunidade são tratadas como grupos harmônicos, totalmente desvinculados da realidade espaço-temporal. Há, explicitamente, uma tentativa de desmascarar a percepção da diversidade das contradições e das diferenças presentes na sociedade. As informações são generalizantes, muitas vezes desatualizadas e enganosas [u.] e os erros conceituais são recorrentes. (Idem: 44-5)

Portanto, domina nestes livros conteúdos com fortes tendências discriminatórias, devido ao tratamento deturpado da realidade social. A compreensão desse fenômeno exige a análise da própria natureza dos livros didáticos.

O livro didático, como expressão de um certo conhecimento, está inserido no bojo de um contexto mais amplo, por vários motivos: porque visa a formação/educação de um "cidadão" apto a se ajustar e a contribuir para uma sociedade "moderna"; porque reflete a forma como esta sociedade pensa a si mesma em termos de sua constituição histórica – o que se refere a uma certa memória oficial, em termos de seu funcionamento, de sua dinâmica social e, por fim, em termos de seu destino histórico rumo ao futuro; e também porque o livro didático faz parte, enquanto mercadoria, de uma indústria cultural que precisa reproduzir-se enquanto empresa. De forma que o livro didático está inserido, ao mesmo tempo, no mundo moderno da cultura, do trabalho, da tecnologia e do consumo.

Talvez seja em função desse caráter multidimensional do livro didático, com características pedagógicas, político-ideológicas e econômicas, que o mesmo seja condicionado a atuar, historicamente, como difusor de preconceitos em relação ao trabalho, a sociedade e às relações sociais – incluindo aí as relações de gênero.

Neste sentido, no que se refere ao nosso objeto de análise, cabe questionar: que tipo de percepção acerca da imagem masculina e feminina e das relações entre os gêneros tem sido formada no imaginário dos estudantes? Que comportamentos sociais têm sido sugeridos, produzidos e reproduzidos nos textos didáticos, acerca das relações entre homens e mulheres?

Trata-se de verificar, nos textos didáticos, os níveis de representações do lugar social do homem e da mulher, principalmente, em tempos de significativos debates acerca da condição feminina em final de século e de milênio, marcado pela internacionalização econômica e cultural.

Imagens masculinas e femininas dos livros didáticos

Antes de mais nada, pressupomos como o pano de fundo das concepções acerca da sociedade e de seus agentes privilegiados, a idéia iluminista de progresso e, portanto, o ideal de modernização que a sociedade ocidental branca, machista e racional pensou para si mesma e que excluiu historicamente, as práticas e os conhecimentos dos considerados marginais.

> [...] uma forma particular de modernização que se caracteriza ao mesmo tempo por uma grande concentração de meios ao serviço da racionalização econômica e pela forte repressão exercida sobre as pertenças culturais e sociais tradicionais, sobre as necessidades pessoais de consumo e sobre todas as forças sociais – operárias e colonizadas, bem como mulheres e crianças – que são identificadas pelos capitalistas como âmbito das necessidades imediatas, da preguiça e da irracionalidade. (TOURAINE, 1994: 35)

Trata-se de uma sociedade que se autopensou e se autoconduziu em termos do trabalho e do conhecimento racionais, ou seja, um contexto em que a Razão e a Ciência dominantes estariam na base do processo do desenvolvimento modernizante, articulando os elementos favoráveis e discriminando ou ignorando os seus "entraves" históricos.

Segundo Faria[4], a análise da sociedade se dá do ponto de vista da conciliação da harmonia e da solidariedade: todos contribuindo com sua parte para o bem comum – os "desvios" são considerados de caráter individual.

Neste sentido o mundo do trabalho é analisado na perspectiva das diferentes profissões/ocupações orquestradas na construção do mundo social rumo

4 Faria pesquisou 35 livros didáticos de 2ª a 4ª séries do 1º grau, nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica. Foram analisados os títulos mais vendidos em 1977 pelas principais editoras brasileiras. A autora enfatizou o conceito de trabalho veiculado nos livros.

ao progresso. Não envolve contradições, divergências ou desigualdades do ponto de vista de relações sociais que envolvem poder/exploração/dominação.

> Desde que todos estejam unidos e se esforçando, a sociedade está em harmonia. O que dá a entender é que a vida é boa, os homens é que a fazem ficar ruim. Só que são todos os homens, uma vez que não existem classes sociais para o livro didático. De vez em quando, o homem desliza e daí decorre um desequilíbrio. Portanto, esta harmonia depende da disponibilidade humana individual. [...] A vontade [...] está relacionada com o esforço individual: a sociedade só desafina se o homem quiser; mas, qual homem? Para o livro didático, não existem as condições dadas, tudo vem do céu para a terra e não da terra para o céu. Vontade aqui também é a-histórica. O que permite concluir que o homem tem a sociedade que merece. (FARIA, 1991: 31-3)

Neste contexto de valorização positiva do trabalho como condição de progresso/modernização, a criança, o velho, a mulher e o índio aparecem de forma "sui generis", A criança por estar ainda fora do mundo do trabalho ou anterior a ele; o velho por já tê-lo ultrapassado; o índio pela recusa histórica ao trabalho que define sua "ociosidade"; a mulher por se ligar ao mundo doméstico, portanto marginal ao trabalho vinculado ao progresso – sua função é ser mãe e cuidar da casa.

O livro didático sequer considera a mulher fora do seu espaço privado, ou seja, como alguém que participe do espaço público, do espaço da produção e do poder.

> A mulher em geral é discriminada no livro didático. Sua função é ser mãe e cuidar da casa. A mulher não aparece como um ser humano normal que trabalha para o progresso. [...] Poucas vezes a mulher não aparece como mãe e daí ela tem alguma profissão. Mas ela é citada em listas de profissões, no feminino. Trata-se sempre daquelas profissões tipicamente femininas: enfermeira, bordadeira, bibliotecária, professora, datilógrafa, costureira, cozinheira, diretora de escola, babá. (IDEM, 1991: 41-2)

Segundo Faria, a mulher é sempre valorizada no livro didático na sua função de mãe, à medida em que é apresentada com reprodutora da força de traba-

lho, enquanto procriadora, e como mantenedora do lar. O trabalho doméstico, por sua vez não é sequer questionado enquanto salário indireto numa relação de exploração, sendo valorizado apenas moralmente como função natural da mulher, assim como o amor.

Para Nosella[5], a naturalização do trabalho feminino, marcadamente doméstico, não só impede sua análise do ponto de vista histórico e real como é fator de reforço da imobilidade social. Nesse sentido, embora o homem pudesse cuidar das tarefas domésticas, a padronização e naturalização das tarefas elimina toda e qualquer possibilidade de debate racional a respeito das tarefas do homem e da mulher.

> Introduz-se, assim, uma forma de imobilidade social. A defesa dessa imobilidade social é feita mediante 'aparente' elogio à capacidade da mulher, com a única função de impedir um movimento para sua libertação. [..,] Os elogios são um tributo que se paga, tendo como objetivo real a fixação do modelo atual. (NOSELLA, 1979: 39)
>
> Esse excesso de elogios dedicados à mãe parece ser uma forma de castração da mulher, no sentido de obrigá-la, mediante chantagem emocional muito forte, a permanecer desempenhando esse papel. Seria uma forma de impedir qualquer revolta de um ser humano que está sendo explorado. (IDEM: 42)

É comum também nos textos didáticos a mulher, quando trabalha fora, aparecer na figura da empregada doméstica. Neste caso, comumente é considerada quase um membro da família, caracterizando uma atitude paternalista. É a pessoa que faz todo o trabalho doméstico e que, por permanecer na casa durante muitos anos, sendo honesta e eficiente, terá direito ao afeto da família a quem sempre serviu. Todos os textos, que falam das empregadas, citam-nas como sendo negras, contadoras de muitas estórias.

Segundo Nosella, nas raras vezes em que a mulher é citada como alguém que trabalha fora de casa, é exercendo a profissão de professora enquanto "profissão que é complementar ao desempenho de sua função materna." Percebe-se aí uma contradição:

5 Nosella, na linha de pesquisa iniciada na Itália por Humberto Eco, analisou cerca de 166 livros didáticos de 1º grau, na área de Comunicação e Expressão, indicados pelo MEC, e adotados em 1977 na rede pública do Espírito Santo. O objetivo foi identificar a ideologia subjacente aos textos didáticos.

> [...] a profissão de professora tem um peso e um prestígio, dentro do contexto social, de marginalização real e de valorização apenas moral, que é correspondente ao peso e ao prestígio da função da mulher na sociedade. A mulher é técnica e economicamente marginal e moralmente a principal em sua função social. (NOSELLA, 1979: 40)

Em geral, nos textos de leitura, são as mulheres que desempenham a função de ensinar. Poucas vezes um homem é citado desempenhando esse papel.

> [...] descrevem a professora muito vagamente, como sendo boa, dedicada, considerando seus alunos como filhos, sendo também amada por eles como uma outra mãe. [...] A imagem da professora [...] é a de uma pessoa bondosa, mas também autoritária e repressiva [...]. A descrição da figura do professor é diferente da que se faz da professora, pois não se diz que ele é bom, carinhoso. Aqui, também, ele é o 'chefe', que exerce a desinteressada missão de educar. (IDEM,1979: 64-5-6)

Não se pode esquecer que a questão da mulher e da criança no livro didático deve ser associada a própria concepção da família enquanto instituição fundamental, também sem contradições em sua organização modelar, na nossa sociedade harmônica.

A família protege o indivíduo e expressa os papéis bem definidos de seus membros nessa microsociedade fundada na conciliação. É inegável o destaque à figura do pai enquanto provedor/trabalhador e chefe da família de modo que a figura paterna é caracterizada por dois elementos fundamentais: sustentar o lar e azer passeios.

Junto com o negro e o imigrante, o pai compõe o quadro daqueles que trabalham, na perspectiva dos livros didáticos.

> [...] o pai se dedica a um trabalho sério, pois dele depende o sustento da família. A mãe não trabalha, apenas trata do lar, do marido e dos filhos. Nunca o pai é citado como responsável direto pelos cuidados com os filhos, pois esse é o papel reservado à mãe. A bondade do pai transparece em seu comportamento, pois é ele quem leva os filhos para passear, pescar, ir à praia, fazer viagens, piqueniques, ir ao jardim zoológico, ao circo [...]. O pai [...] viaja muito e sua chegada é sempre uma festa, pois esse personagem está ligado a fatos alegres [...]. (NOSELLA, 1979: 36-7)

Assim, a família é idealizada, em sua estrutura tradicional, ao ser sempre reproduzida como sendo alegre e feliz. Além de nunca se questionar o fato de a família ter recursos ou problemas econômicos, se enfatiza a superioridade intelectual do pai, em detrimento da condição inferior da mulher na hierarquia familiar.

> A mulher, que cuida da cozinha e que tem seu papel social reduzido ao de esposa, mãe e dona-de-casa, é apresentada fatalmente como desinformada, ignorante etc. O homem, ao contrário, é alguém informado, que lê jornal e é indiscutivelmente superior [...]. O homem é protótipo do trabalho, do esforço e da inteligência. (IDEM, 1979: 389)

Dentro da idéia veiculada de família, transmite-se de alguma forma a percepção corrente acerca do relacionamento entre o homem e a mulher, que é sempre no papel do pai e da mãe, cuja vida gira sempre em torno dos próprios filhos. Nesse sentido, "nos textos de leitura não aparece descrita qualquer espécie de relacionamento entre os genitores, independentemente dos filhos ou outras pessoas." (NOSELLA, 1979: 46). Tudo isto cimentado pela instituição do casamento, concebido sempre como estável e indissolúvel.

> Os genitores parecem viver numa felicidade familiar perfeita, pois jamais brigam ou discutem. Não têm momentos de preocupação, de tristeza, de mau-humor [...]. A indissolubilidade do matrimônio parece estar presente em todos os textos de leitura analisados, como necessária à sobrevivência da família. (NOSELLA, 1979: 47-8)

Como se percebe nestas imagens do masculino e do feminino nos textos didáticos, nada está mais distante da realidade. É desconsiderado o espaço-tempo doméstico enquanto *locus* das relações familiares dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem das discriminações contra as mulheres dentro e fora do espaço familiar.

Desconsidera-se, também, a articulação das relações sociais do espaço-tempo doméstico e, conseqüentemente, a situação da mulher, com as transformações históricas ocorridas no espaço tempo mundial, sintetizadas em três grandes fatores: o aumento populacional, a globalização da economia e a degradação

do meio ambiente. Sobretudo do ponto de vista das contradições e dilemas representados, de um lado, pela possibilidade da emancipação feminina através da inserção no mercado de trabalho; e, de outro lado, pelos problemas ligados à extrapolação da dominação patriarcal doméstica para os demais campos da vida social, bem como ao acúmulo de atividades e tarefas femininas.

Além disto, tais abordagens recorrentes nos livros didáticos sequer tematizam a emergência dos movimentos de mulheres em luta por melhores condições de igualdade e de dignidade, escamoteando as lutas sociais por qualificação por detrás da naturalização, da (a)historicidade e da conciliação.

Tendências de renovação dos livros didáticos: balanços e sugestões

Essas falhas observadas nos textos didáticos não significa que não tem havido tentativas de renovação, quanto aos conteúdos, por partes das editoras, do Estado, das secretarias estaduais e das escolas públicas, seja em termos de produção, seleção ou de uso mais crítico destes instrumentos de ensino.

Percebe-se que, embora haja tendências de renovação em algumas obras didáticas que apontam para mudanças que visam incorporar as discussões e conceitos presentes no debate acadêmico, estas são diferenciadas e até contraditórias.

Em alguns casos percebe-se uma tensão entre concepções tradicionais e renovadas de livro didático, de visão de sociedade e de processo ensino/aprendizagem.

> [...] fundamentalmente, a especificidade em termos de conteúdos é a tentativa de identificar diferenças de grupos sociais, espaços, modos de viver e trabalhar etc. Entretanto, os autores não explicam como estas diferenças são produzidas, nem tampouco avançam para análise, generalização e compreensão da realidade espaço-temporal mais amplo. (AGUIAR, FONSECA, NADAI, STAMPACCHIO, 1984: 46)

Outra tendência verificada é a renovação através do uso do discurso crítico. Este, no entanto, limita-se a substituição do discurso dos dominantes pelo dos dominados, reproduzindo uma perspectiva maniqueísta do social, ainda que

na tentativa de identificar diferenças existentes no social. Neste sentido,

> [...] constata-se que 'desenvolvimento do senso crítico' é entendido pelos autores como mera substituição mecânica do discurso 'antigo' identificado com os 'vencedores' (errado/ruim), pelo discurso 'novo' identificado com os 'vencidos' ou 'oprimidos' (certo/bom). (AGUIAR, FONSECA, NADAI, STAMPACCHIO, 1984: 46)

Ainda em termos de tentativas de renovação, a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, deve optar sobre a adoção de livros "politicamente corretos" para os alunos de 1ª a 4ª séries, a partir de 1996. Os livros "politicamente corretos" são definidos como "os que não contêm discriminação e preconceito contra minorias (negros, índios, mulheres e outros segmentos)", e sua necessidade se justifica pelo fato de que a maioria dos livros traz "a ideologia da classe dominante, uma concepção que não é para crianças de escola pública".[6]

Tais tendências, no entanto, devem ser interpretadas criticamente, uma vez que os livros didáticos estão sujeitos, como se viu, a múltiplos interesses e fatores condicionantes de sua qualidade. Trata-se de iniciativas consideráveis, porém dentro dos limites e das possibilidades permitidas pela própria natureza do livro didático, não apenas enquanto uma mercadoria, mas também enquanto um conhecimento previamente elaborado e reproduzido, respectivamente a algumas opções teórico-metodológicas.

Em termos de superação dos problemas ligados aos livros didáticos, no que se refere à temática em questão – imagens masculinas e femininas, bem como a outros temas que perpassam ou não o currículo escolar, podemos identificar ainda alguns caminhos, que passam necessariamente pelas seguintes questões: a produção do conhecimento, a relação da universidade com o Ensino Fundamental e a formação dos professores.

Quanto ao primeiro aspecto, em termos pedagógico metodológicos, para além das insuficiências verificadas em termos de conteúdos, o livro didático dificulta significativamente a produção de conhecimento pelos próprios alunos. Isto porque,

6 Esclarecimentos da secretária de Educação de Mato Grosso do Sul, Iara Augusta da Silva. A Secretaria irá indicar às escolas os livros 'politicamente corretos'. Uma comissão deverá avaliar os aspectos metodológicos, culturais e de conteúdos dos livros da lista da FAE. Tal comissão é constituída de representantes dos Conselhos Estaduais do Negro, do Índio e da Mulher, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Grupo TEZ (Trabalho e Estudos Zumbi). *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 1995, p. 2, 3 c.

> [...] há uma tendência em desconsiderar toda a gama de informações a que estão sujeitos os alunos de todos os segmentos sociais, assim como o desenvolvimento cognitivo dos mesmos. A grande maioria das obras infantilizam os alunos, não despertam a curiosidade, nem tampouco o espírito investigativo [...]. As atividades, em geral, carecem de imaginação pois a grande maioria exige apenas que o aluno retire e reproduza algumas informações do texto: não estimulam a prática da investigação e o desenvolvimento de habilidades que levam à formação do espírito crítico e criativo; ao contrário conduzem à alienação e à repetição mecânica. (AGUIAR, FONSECA, NADAI, STAMPACCHIO, 1994: 43-5)

Assim, pressupondo que "não existe o processo de conhecimento no livro didático" (FARIA, 1991: 72), a pesquisa envolvendo alunos e professores, é condição para a produção de um conhecimento que complemente, negue e/ou supere o conhecimento limitado presente no livro.

A via da investigação traz consigo três outros elementos:

- Tais investigações só têm sentido a partir de problemas levantados acerca das vivências/experiências cotidianas dos alunos – no caso, as suas próprias representações acerca das relações de gênero, baseadas nas vivências no espaço doméstico ou social mais ampliado. De modo que a "matéria-prima" a partir do qual o conhecimento se produzirá é concreto e próximo e não abstrato, generalizante e distante. A metodologia é a problematização, a coleta de dados, o conflito e análise crítica de diferentes informações/imagens e a discussão e síntese em função dos objetivos propostos pelo professor;
- A necessidade dos alunos questionarem o conhecimento já produzido e veiculado pelo livro didático, confrontando-o com os "novos" conhecimentos ou dados encontrados no real; o que constitui um exercício de desmistificação do conhecimento e do próprio livro pela avaliação dos seus limites e possibilidades;
- A necessidade dos professores e alunos utilizarem-se de outras fontes de pesquisa, ou seja, de linguagens alternativas ou complementares às do livro didático. Isso significa trabalhar com os movimentos e lutas sociais de mulheres; com depoimentos orais/escritos; com imagens/representações/informações pessoais e familiares, bem como as veiculadas

> na mídia, na literatura e nas artes em geral. Trata-se de uma infinidade de recursos que não devem ser desconsiderados, mas que exigem uma análise séria e crítica como diferentes conhecimentos/concepções do real que devem ser constantemente questionados e confrontados entre si. Considerando o caráter mediador e político-ideológico dos referidos meios nos processos de lutas políticas e na formação de opiniões, valores, comportamentos, essas linguagens constituem importantes elementos didáticos para a compreensão do social.

Quanto ao segundo aspecto, o da formação dos professores, deve-se considerar que, enquanto mercadoria, o livro didático destina-se a um mercado de consumidores específico, constituído por professores e alunos. Neste sentido o papel mediador dos professores na análise e escolha dos livros a serem adotados nas escolas é fundamental. Assim, a melhoria da qualidade dos livros didáticos adotados depende da capacidade dos professores em escolher as melhores alternativas dentre as opções oferecidas pela indústria editorial, através dos órgãos oficiais. Tal capacidade está relacionada, portanto, à própria formação destes profissionais.

Segundo Bittencourt[7] a má qualidade não é regra nos livros oferecidos pela FAE, mas freqüentemente naqueles que são selecionados, uma vez que "às vezes há títulos melhores que podem ser escolhidos, mas os professores não conhecem ou não podem avaliá-los, por falhas que muitos têm na formação."

Esta capacidade de relativização do conhecimento do próprio livro didático, de um trabalho voltado para o conhecimento produzido pelos alunos, de pesquisa e análise de textos, fontes e documentos alternativos, passa necessariamente pela qualificação da formação dos professores, em vista de linhas teórico-metodológicas mais atuais e adequadas – o que requer, por sua vez, uma constante autocrítica profissional e uma atualização permanente.

Quanto ao terceiro aspecto, o da relação da universidade com o Ensino Fundamental, esta tem se caracterizado por uma hierarquia que leva à separação entre o ensino de 3º e de 1º e 2º graus. Percebe-se, segundo as pesquisas,

> [...] uma defasagem entre a produção acadêmica e a produção de livros didáticos voltados para as séries iniciais. Questões que estão

7 Circe Bittencourt é professora de Prática de Ensino da Faculdade de Educação da USP. Teve os livros didáticos como tema de sua tese de doutorado. *Folha de S. Paulo*, 21 abril 1994, p. 1, 3. c

> sendo amplamente debatidas são apresentadas de uma forma que, na maioria dos casos, desconsidera os resultados de pesquisas divulgadas e debatidas no Brasil e no Mundo. (AGUIAR, FONSECA, NADAI E STAMPACCHIO 1994: 44)

Esta constatação exige um esforço de articulação mútua para que a universidade possa interferir efetivamente na produção de conhecimento no ensino básico, seja, dentre outras formas de intervenção, através de discussões acerca dos textos didáticos usados nas escolas com os próprios interessados, ou pela divulgação mais ampla dos resultados dos debates e pesquisas, em termos de "transposição didática" para os níveis do ensino fundamental.

À guisa de conclusão, o sentido do trabalho, em todas as suas dimensões e agências, deve ser sempre articular a vida escolar à vida social, o que foi historicamente dificultado por um contexto educacional voltado para conhecimentos gerais unificados, colocados como culturais em si mesmos, a serem transmitidos de geração a geração, em detrimento da reflexão e ação acerca do modo de vida social concreto. O sentido, enfim, é a compreensão dos problemas ou das questões contemporâneas – inclusive a questão dos gêneros no espaço-tempo doméstico, da produção, da cidadania e do mundo em condições atuais, como processos sociais contraditórios produzidos historicamente.

A pedagogia não pode fugir às exigências de uma cidadania engendrada no atual contexto de globalização das possibilidades e também das limitações à qualificação existencial de homens e mulheres, pois:

> [...] a escola não deve colocar um anteparo entre a criança e a vida social, e, em nome da proteção da criança, acrescentar uma alienação provocada pelas estruturas sociais injustas. A escola deve proteger a criança da injustiça social. Mas não é isolando-a da sociedade que pode fazê-lo. É, ao contrário, colocando a criança em contato com a vida social adulta de tal sorte que não se empaste com a exploração que nela reina, mas que seja, entretanto, capaz de tomar consciência dessa exploração. (CHARLOT, 1986: 296).

Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930*

Margareth Rago**

O verdadeiro problema cultural que colocamos assim (*produzirá a liberdade que as mulheres buscam novas qualidades culturais?) só encontrará resposta positiva mediante uma nova partilha das profissões ou mediante uma nova modulação destas, fazendo não que as mulheres se tornem cientistas ou técnicas, médicas ou artistas no sentido em que os homens* o *são, mas que realizem trabalhos que eles são incapazes de realizar.*

Georg Simmel, "Filosofia do Amor", 1902

Discussão recente nos meios acadêmicos brasileiros, a questão das relações entre os sexos começa a ser incorporada nas recentes pesquisas sobre a formação da classe operária no país. Embora sejam bastante conhecidos os trabalhos que têm como centro de suas preocupações a condição das mulheres trabalhadoras, desde as origens da industrialização, a exemplo dos estudos de Heleieth Saffioti, Maria Valéria Junho Pena, Maria Alice Rosa Ribeiro, Margareth Rago e Eliane da Silva Lopes, apenas em 1993 foi publicado,

* Publicado originalmente no *Caderno Espaço Feminino*, vol. 1, n. 1, 1994.

N.A. Este artigo foi apresentado, com algumas modificações, no *XVIII International Congress of Latin American Studies Association*, Atlanta, EUA, março de 1994.

** Professora da Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora pela mesma universidade.

nos Estados Unidos, um trabalho que considera diferenciadamente a presença de mulheres e homens na formação do proletariado, em São Paulo.[1]

Em *Working Women, Working Men: São Paulo and The Rise of Brazil's Industrial Working Class*, 1900-1955, Joel Wolfe apresenta uma análise viva e atenta da atuação de ambos os sexos no âmbito do trabalho industrial, nas lutas sociais do período, assim como nas formas de representação e de relacionamento com os governantes, ou ainda, nas próprias relações estabelecidas entre si. Trata-se, assim, de um estudo que ilumina a questão das relações de gênero no interior da classe operária paulista, tendo como importante fonte documental os depoimentos orais de antigas operárias e operários.[2]

É importante lembrar que as pesquisas sobre a condição feminina no Brasil nasceram, nos anos 1970, a partir de uma historiografia do trabalho, bastante marcada pela tradição marxista e pela referência teórica da "Social History" anglo-americana. Nesse sentido, carregaram todos os problemas pelos quais o marxismo foi criticado nas décadas posteriores: o privilegiamento das determinações estruturais sobre a ação dos agentes sociais, a vitimização das mulheres pela exploração capitalista e patriarcal, sua ausência enquanto forças sociais e políticas ativas, a compartimentação dos níveis da realidade, analisada de maneira estanque.

É verdade que uma relativamente intensa produção acadêmica sobre a presença das mulheres em nossa história, produzida ao longo das décadas de 1980 e 1990, sob o forte impacto das renovações teóricas e temáticas da "Social History" e da "Nouvelle Histoire", procurou superar vários desses pontos, contribuindo para constituir uma historiografia das mulheres propriamente dita, no Brasil. Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder*, publicado em 1984, assim como *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*, de 1985, por exemplo, procuraram resgatar a atuação das mulheres trabalhadoras pobres, desvitimizando-as e insistindo sobre sua capacidade criativa, nas múltiplas estratégias quotidianas de sobrevivência e de resistência social.[3]

---

1 SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade, SP, Quatro Artes, 1967; PENA, M.V.J. *Mulheres trabalhadoras*. Presença feminina na constituição do sistema fabril, RJ: Paz e Terra, 1981; RIBEIRO, M.A.R. C*ondições de trabalho na indústria têxtil paulista,* (1870-1930), SP, Hucitec/Unicamp, 1988; RAGO, M. *Do Cabaré ao lar.* A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930, RJ, Paz e Terra, 1985. 1. Ed.; LOPES, E. da S. *Fragmentos de mulher:* dimensões da trabalhadora, 1900-1922, dissertação de mestrado, Unicamp, 1985

2 WOLFE, J. *Working women, working men*, São Paulo and The Rise of Brazil's industrial working class, 1900-1950, Durham, Duke University Press, 1993. Veja-se ainda "Father of the Poor" or "Mother of the Rich?": Getúlio Vargas, Industrial Workers, and the Constructions of Class, Gender, and Populism in São Paulo, 1930-1954". In: *Radical History*, winter 1994.

3 DIAS, M.O.L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX,* SP, Brasiliense, 1984; M. Rago, op. cit.

A ampliação do leque temático resultante possibilitou recuperar a presença das mulheres para além dos limites da classe trabalhadora, enriquecendo em muito o conjunto das informações disponíveis. Entretanto, é só mais recentemente que uma crítica incisiva ganha peso no interior da epistemologia feminista e do pós-estruturalismo, questionando a construção de uma "história de mulheres". Condenando o essencialismo que subjaz a estas concepções, que privilegiam o conceito da identidade em detrimento do da diferença, afirma-se que as mulheres não vivem isoladas na sociedade como um gueto, mas que interagem em múltiplas relações sociais com o sexo oposto, e que, afinal, não se pode perder a historicidade da constituição cultural e social do próprio ser-mulher e ser-homem, assim como dos significados culturais e simbólicos do feminino e do masculino.[4]

Já Joan Scott alertara para a insuficiência da análise de um dos maiores expoentes da historiografia internacional, E. P. Thompson, que, apesar da imensa crítica epistemológica que produz, falando do interior do marxismo, silencia sobre as relações de gênero, dessexualizando a classe operária inglesa, por assim dizer, ou, em outras palavras, trabalhando com a categoria universal homem como explicativa de todo o proletariado. As poucas mulheres que povoam as páginas de seu imenso estudo, diz aquela historiadora feminista, aparecem na dimensão de sonâmbulas, fanáticas religiosas, mulheres sem rosto que giram em torno de homens racionais.[5] Em suma, no afã de dotar a classe operária de uma identidade própria, o historiador inglês esquecer-se-ia da construção da identidade das mulheres. Evidenciando a historicidade da construção cultural e social da classe operária inglesa, num fazer-se autônomo e ao mesmo tempo determinado, Thompson incidiria num essencialismo simplista em relação à categoria mulher.

Em certa medida, a mesma crítica pode ser estendida à produção acadêmica brasileira sobre a formação da classe operária. Desde os primeiros trabalhos de Azis Simão ao conceituado estudo de Bóris Fausto, registra-se um relativo silenciamento, quando muito rápidas alusões, à participação feminina na composição e nas lutas do operariado, muito embora se saiba que grande

4 A bibliografia sobre as relações de gênero é imensa. Destaco alguns trabalhos de maior impacto no Brasil: SCOTT, J. *Gender and the politics of history*, N.Y., Columbia University Press, 1988; "História das Mulheres", in: A *escrita da história*, org. BURKE, P., SP, Unesp, 1992; BENHABIB, S. e CORNELL, D. F*eminismo como crítica da modernidade*, RJ, Ed. Rosa dos Tempos, (1987, original); BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Pós-modernismo e política*, RJ, Rocco, 1991; BRUSCHINI, C. e COSTA, A. *Uma questão de gênero*, RJ, Rosa dos Tempos, e SP, Carlos Chagas, 1992.

5 SCOTT, J. Gender and ... op. cit., p. 68-90.

número de fábricas, especialmente as de fiação e tecelagem, desde os inícios de nossa industrialização, empregavam um expressivo contingente feminino e infantil.[6]

Ao longo dos anos 1970, alguns estudos, sobretudo o de Heleieth Saffioti, preencheram esta lacuna, levantando a porcentagem de mulheres na composição da força-de-trabalho do setor industrial, abrindo pistas para se repensar a história da formação do proletariado no Brasil. À luz deste trabalho, alguns outros avançaram as pesquisas, como o de Maria Valéria Junho Pena, de 1981, aprofundando-se sobre a presença das trabalhadoras no processo de industrialização brasileiro; o de Maria Alice Rosa Ribeiro, sobre as condições de trabalho nas indústrias têxteis paulistas; o de Esmeralda Blanco B. Moura, que trouxe importantes informações sobre a legislação trabalhista relativa às mulheres e às crianças.[7]

Nos anos 1980, preocupada com a multiplicidade das figuras sociais que compõem a classe operária, trabalhei com a formação do proletariado na Primeira República, tendo em vista não homogeneizar o conceito de proletariado, eliminando as diferenças entre os sexos, ao estendê-lo genericamente para designar todos os trabalhadores fabris indistintamente considerados. A pesquisa realizada na imprensa operária do período, nas circulares dos industriais, em documentos oficiais das autoridades públicas, em artigos e teses médicas, revelou práticas e representações bastante diferenciadas em se tratando das trabalhadoras, já que, como observamos, grande parte do contingente operário vindo com a imigração européia, ou composto nacionalmente, era constituído por mulheres e, especialmente, por mulheres muito jovens. A consideração das diferenças sexuais entre os trabalhadores de nossas primeiras indústrias levou-me a dedicar uma atenção especial às questões femininas, diferenciando-as e mostrando sua especificidade em relação às masculinas, na organização social do trabalho fabril.

É nesta direção que o presente texto pretende ser uma contribuição para um repensar da história da formação do proletariado no Brasil, a partir de um enfoque teórico-metodológico que incorpore as relações de gênero, não se limitando a pensar este movimento de constituição do proletariado como um processo homogêneo para mulheres e homens. Não se trata, nesta perspectiva, de construir uma história das mulheres trabalhadoras ao longo da industrialização, já que entendemos, ao lado de Joan Scott, que o gênero é uma categoria relacional e não identitária, sendo esta uma de suas grandes riquezas para a análise.[8]

---

6 SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*, SP, Dominus, 1966; FAUSTO, B. T*rabalho urbano e conflito social*, SP, Difel, 1976.

7 SAFFIOTI, H. op. cit.; PENA, M.V.J. op. cit.; RIBEIRO, M.A.R. op. cit.; MOURA, E.B.B. *Mulheres e menores no trabalho industrial:* fatores sexo e idade na dinâmica capital. Petrópolis, Vozes, 1982.

8 Evidentemente, esta não é a única conceituação possível do gênero, havendo várias vertentes de análise.

A classe operária tem dois sexos

Lembrando o título do livro de uma das pioneiras nos estudos de gênero, classe operária e sindicalismo no Brasil, Elisabeth Souza-Lobo, publicado em 1991, uma primeira observação se faz necessária.[9] Não raro, a imagem evocada pelo conceito de proletariado, no Brasil, ao menos, sugere a figura do italiano maduro, de bigodes densos e aparência sisuda, tal como aparece nas inúmeras fotografias publicadas no período. Logo em seguida, porém, somos surpreendidos pelos dados estatísticos, ou mesmo, pelas imagens fotográficas que, embora em menor número, atestam a presença de um considerável contingente feminino nas fileiras do operariado das primeiras décadas do século XX. As pesquisas de Rosa Ribeiro, por exemplo, revelam que não houve uma progressiva substituição da mão-de-obra masculina pela feminina ao longo da constituição do parque industrial brasileiro, mas exatamente o contrário, ao menos até os anos 1960. Desde a década de 1870, encontram-se anúncios de empregadores na imprensa oficial, solicitando trabalhadoras mulheres e crianças para comporem seu efetivo nas indústrias. Da mesma forma, as estatísticas informam que, nas indústrias de fiação e tecelagem de São Paulo, 72,74% dos trabalhadores eram constituídos por mulheres e crianças, no final do século XIX. Em 1912, de sete estabelecimentos fabris visitados pelos inspetores do Departamento Estadual do Trabalho, num total de 1.775 operários, constatou-se que 1.340 eram do sexo feminino. No recenseamento de 1920, em 247 indústrias têxteis inspecionadas, num total de 34.825 operários, 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres. Nas 736 indústrias do vestuário e toucador pesquisadas, 5.941 (56,61%) trabalhadores eram do sexo masculino, enquanto 3.554 (33,87%) eram mulheres.[10]

Junho Pena conclui que, ao contrário do que tradicionalmente se supunha, foram os homens que progressivamente expulsaram as mulheres do mercado de trabalho industrial, entre as décadas de 1920 e 1950. Em suas palavras: "Se em 1872 elas eram 76% do trabalho assalariado nas fábricas, em 1950, eram apenas 23%".[11] Para Saffioti, o desenvolvimento industrial intensificado pela Primeira Grande Guerra, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária ao longo de 13

Veja-se BARBIERI, T. de "Sobre la categoria género. Una introducción teórico metodológica", in: *Direitos reprodutivos*, SP, Fundação Carlos Chagas, 1991.

9 SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*, SP, Brasiliense, 1991.

10 RIBEIRO, M.A.R. op. cit., p. 132-158.

11 PENA, M.V.J. op. cit., p. 14; veja-se também seu artigo "A Mulher Trabalhadora", in: *A condição feminina*. CARVALHO N.V.D., SP, Edições Vérhre, 1988.

anos, se deu a partir da ampla utilização do trabalho masculino, em detrimento do feminino. O desenvolvimento industrial dos anos 1930 não faz mais do que acentuar esta tendência, não resultando em aumento relativo substancial da força de trabalho feminina.[12]

A progressiva expulsão das mulheres do mercado de trabalho industrial foi acompanhada pela vitória de concepções bastante problemáticas acerca da feminilidade e da masculinidade e, especialmente, da definição e consagração de mitos a respeito da sexualidade feminina e de padrões morais de conduta para os sexos, que, formulados desde o final do século XIX, vigoraram inabaláveis até pelo menos meados dos anos 1960.

Os trabalhos acadêmicos produzidos nas décadas de 1970 e 1980 permitiram alertar para a importância de se pensar e problematizar as relações entre os sexos na Primeira República, na medida em que trouxeram muitas informações sobre a presença das mulheres, sobretudo das camadas pobres e médias, no mundo do trabalho e na vida social. Estes estudos sugerem-nos a necessidade de uma reavaliação da historiografia sobre a classe operária, já que desmistificam a idéia de que o proletariado era essencialmente masculino, e revelam nosso desconhecimento sobre as relações de gênero no âmbito do trabalho. Quero ainda chamar a atenção para o fato de que vários dos recentes estudos sobre as mulheres, produzidos no Brasil, vão buscá-las em outros espaços de atuação e de sociabilidade que não a fábrica. As prostitutas, as loucas, as feiticeiras, as reclusas dos conventos, as mulheres de vanguarda, as escritoras são as principais personagens dessa historiografia recente, que revela a especificidade e a diferença da cultura feminina em relação à masculina, e a força criativa das mulheres ao longo de nossa história.[13]

O balanço dessa historiografia recente coloca questões bastante instigantes para se compreender o fenômeno da industrialização e urbanização no Brasil, dentre as quais as relações de gênero. O fato de constatarmos que "a classe operária tem dois sexos" nos obriga a reler a documentação existente, além de procurar outras novas, atentando para as especificidades das problemáticas que compõem os universos feminino e masculino, até muito recentemente extremamente dicotomizados.

12 SAFFIOTI, H. op. cit., p. 240.

13 Cito, aqui, apenas alguns trabalhos desta historiografia: PRIORE, M. del. *Ao sul do corpo*. Condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia, RJ, José Olympio, 1993; Mezan, L. *Honradas e devotas*: mulheres da colônia, RJ, Ed. José Olympio, 1994; SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência*, *mulheres pobres e ordem urbana*, 1890-1920, RJ, Forense Universitária, 1989; ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Bèlle Epoque. RJ, Paz e Terra, 1989.

Nesse sentido, até mesmo as temáticas a serem privilegiadas mudam, porque a femininização ou a masculinização do espaço fabril suscita reações bastante diversificadas. Assim, a incorporação da categoria do gênero para se pensar a formação da classe operária leva a uma ampliação específica do leque temático e a novos deslocamentos metodológicos que redefinem este objeto de estudo.

A sexualidade feminina e os padrões morais da classe operária

Se se considera que a formação do proletariado se caracteriza enquanto um movimento de lutas e embates no quotidiano do trabalho e para além dos muros da fábrica, em que as elites dominantes procuram moldá-lo à sua imagem, ou civilizá-lo, e que neste processo enfrentam muitas oposições e resistências, é necessário examinar como esse movimento se efetua em relação aos operários e às operárias.

Uma das questões centrais que a documentação do período apresenta, no que se refere às trabalhadoras, seja ao retratar as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de uma legislação trabalhista, sejam as formas de controle e a violência patronal, é a problematização da sexualidade feminina como um fator definidor da identidade da mulher. De um lado e de outro, trata-se de produzir sua identidade como "mãe civilizadora", voltada devotamente para a esfera do lar, seu lugar natural por excelência.

Os vários discursos examinados ao longo de 1890-1930 confluem no sentido de ensinar às mulheres, pobres e ricas, que haviam nascido para desempenhar a função da maternidade, dedicando-se à família e ao casamento. Enquanto os positivistas, respaldados pelas teorias comtianas, afirmavam que as mulheres não deveriam lidar com o dinheiro, objeto público e impuro, os médicos provavam sua inferioridade física, mental e moral em relação aos homens. Enquanto o movimento operário atentava para a fragilidade das "pobres mocinhas" que trabalhavam nas fábricas, solicitando a proteção dos companheiros diante do assédio sexual dos patrões e contramestres, as autoridades públicas aconselhavam os industriais a adotarem medidas de proteção ao trabalho feminino e infantil de modo a impedir a dissolução da família ou a degeneração moral das mulheres pobres, caracterizadas por um irracionalismo maior em relação às ricas, e maior ainda em relação aos homens pobres.

Ou seja, em se tratando do gênero feminino, a questão da definição de padrões normativos de conduta adquiriu uma maior relevância. Não há dúvida de que, no imaginário das elites, o trabalho braçal feminino foi sempre assimilado à corrupção moral. Desde a famosa "costureirinha", a operária, a lavadeira, a empregada doméstica, a doceira, até a florista e a artista, as várias profissões femininas foram sempre estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição. Na conhecida classificação das prostitutas, realizada pelo dr. Ferraz de Macedo, em seu estudo sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, em 1872, as diversas profissões femininas, como florista, costureira, modista, vendedora de charutos, figurante de teatro serviam para caracterizar a personalidade do "primeiro gênero das prostitutas trabalhadoras", classificada, por sua vez, na "primeira classe das difíceis" relativamente à prostituição pública. Em sua opinião, as mulheres pertencentes a esta tipologia apresentavam atributos comuns expressos desde o tipo de habitação até "os costumes, as horas de trânsito, o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos etc.)".[14]

Evidentemente, isto não significava que a sociedade se mobilizasse contra o trabalho das mulheres pobres, visto como uma necessidade econômica, ao contrário do das mais abastadas. Em relação a estas, vale lembrar que nas revistas feministas, como *A Mensageira* e a *Revista Feminina*, publicadas respectivamente entre 1897-1900 e 1914-1936, dirigidas por mulheres da aristocracia cafeeira, as escritoras e articulistas insistiam em demonstrar que a entrada do "sexo frágil" no mercado de trabalho e na política não significava a dissolução da família, nem o desmoronamento dos valores morais. São insistentes suas afirmações no sentido de não se confundir liberdade com libertinagem, ou de provar que a maior participação feminina no mundo do trabalho resultaria no oposto do que se esperava: a valorização da função da maternidade e da própria esfera privada do lar. A "mãe cívica" preencheria, nesse sentido, as demandas do mundo moderno, pois estaria mais apta a propiciar uma educação atualizada e aprimorada aos futuros cidadãos da pátria do que a mãe tradicional, ignorante e alienada. Logo nas primeiras páginas de *A Mensageira*, afirma-se:

> Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, [...] que é a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita.

14 MACEDO, F.F. de. *Da prostituição em geral e em particular em relação a cidade do Rio de Janeiro*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.

> Uma mãe instruída, disciplinada, [...] funda no espírito de seu filho, o sentimento da ordem [...]. Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita. (v. 1, p. 3-4)

O próprio crescimento da preocupação com o conhecimento e com o controle do mundo da prostituição revela uma ansiedade bastante grande em relação ao estabelecimento de novos padrões normativos de conduta para as mulheres, num espaço que se modernizava rapidamente e que assistia a uma maior participação feminina nos múltiplos campos da vida social.[15] A preocupação com a normatização do corpo feminino, com a decifração de sua sexualidade, com a definição das condutas aceitas e proibidas, normais e patológicas, pode ser percebida nos múltiplos discursos de médicos, juristas, autoridades públicas, ou mesmo nas fontes operárias e anarquistas do período.

Os médicos dedicaram muitas páginas para convencer os industriais sobre a necessidade de atenções especiais em relação ao corpo das operárias. Foram favoráveis à proibição do trabalho noturno para as mulheres, consideradas tão frágeis quanto os menores, e ao estabelecimento de creches e postos de saúde, que criassem melhores condições de trabalho para as gestantes e mães recentes. Em vários casos, estabeleceram os parâmetros do que seriam as atividades mais condizentes com a condição feminina, biológica e moralmente consideradas, em nítida oposição à masculina. Aconselhavam, por exemplo, o trabalho de telefonista para as mulheres, por considerarem que, sendo mais sedentárias e conformadas, não se dispersariam tanto quanto os homens, nem perderiam tanto tempo com conversas inúteis, cigarro etc. Da mesma forma, repetindo os ensinamentos de seus colegas ingleses, tinham várias precauções em relação ao trabalho das costureiras, principalmente se utilizassem as máquinas Singer, responsáveis em suas opiniões pela excitação sexual das moças, ao pedalar as máquinas.

Isto não significou, porém, a estipulação de melhores salários às mulheres, ou iguais aos homens, nem mesmo um abrandamento na exploração do trabalho. Para o industrial Jorge Street, muitas vezes taxado de socialista, a redução das horas de trabalho para moças e rapazes de 15 a 18 anos de idade acarretaria uma diminuição do salário e, portanto, um profundo desequilíbrio nas finanças da família. Além disso, dizia ele, em 19/9/1917:

15 Veja-se RAGO, M. *Os prazeres da noite*. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, Paz e Terra,1991. Para o Rio de Janeiro, ENGELS, M. *Meretrizes e doutores*. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890), SP, Brasiliense, 1989.

> Eu tenho em São Paulo, entre os meus quase 3.000 operários, mais de 1.100 moças de 15 a 18 anos de idade, que apresentam robustez física igual à de suas companheiras de maior de idade e que produzem o mesmo que elas.[16]

Se as concepções médicas nem sempre foram bem recebidas pelos industriais, mais preocupados com os lucros imediatos do que com a saúde ou a formação moral das operárias, influíram decisivamente na construção de uma referência acerca do que por muito tempo se considerou como a identidade essencial da mulher. Nesse imaginário, a mulher se caracterizou acima de tudo pelo desejo da maternidade, pela ausência de desejos sexuais, pela passividade, pelo sentimentalismo e por uma dose de irracionalismo proporcionalmente maior quanto mais abaixo ela estivesse na escala social. Nos dois extremos deste modelo de feminilidade encontravam-se a "mulher casta", destinada ao casamento e ao lar e a prostituta, ou "degenerada nata", segundo as formulações lombrosianas, incapaz de participar do contrato social.

Além disso, as mulheres foram fundamentais para a interferência do poder médico no interior da família. Vários estudos apontam para a dimensão da aliança estabelecida entre o médico e a mãe na racionalização da vida quotidiana muito além do espaço do lar.[17] Tendo em vista moralizar o proletariado em todos os sentidos, erradicando hábitos considerados perniciosos e "indesejáveis", afastando-o das correntes políticas que propunham a resistência social, os médicos higienistas, num primeiro momento, seguidos depois pelos assistentes sociais, juristas, arquitetos, penetraram no interior da família, atentos para os mínimos detalhes da organização da vida operária. Em suas inúmeras incursões aos bairros, vilas e moradias operárias, procuravam aconselhar as mulheres a trazerem seus maridos e filhos de volta ao lar, afastando-os dos "antros de perdição", figurados pelos botequins, bares, casas de diversão e jogo, bordéis, ou centros libertários e socialistas de cultura social. Nesse imaginário, a construção material da "habitação higiênica" seria o ponto de partida para a moralização do trabalhador e de sua família. Segundo o dr. Figueira de Melo:

16 MORAIS FILHO, E. de. (Org.). *Idéias sociais de Jorge Street*, RJ, Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 208.

17 Veja-se, por ex., DONZELOT, J. *A polícia das famílias*, RJ, Graal, 1980.

> A habitação higiênica [...] acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades, que tem por origem, vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente, na convivência e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito. (RAGO, 1985, p. 169).

Na mesma linha de argumentação, os engenheiros repetiam, por ocasião da realização do primeiro Congresso de Habitação, em 1931:

> Satisfeito em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e de sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jogo. (RAGO, 1985, p. 198)

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, atuou ambiguamente no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho para o lar, muito embora cobrasse sua participação política e constantemente criticasse sua passividade. Freqüentemente, os anarquistas e socialistas reclamavam de que a falta de mobilização das mulheres operárias levava a que a exploração do trabalho chegasse a níveis absolutamente ultrajantes. Contudo, é claro que, na prática, as mulheres deveriam participar na condição de auxiliares, isto é, subordinadas aos líderes.

Aliás, a concorrência do trabalho feminino foi sempre alardeada pelos operários, culpabilizando-a pelo rebaixamento dos salários ou pela desqualificação do trabalho, já que as operárias atuavam em tarefas menos qualificadas que os homens, percebendo ganhos mais próximos aos dos menores. *A Voz do Trabalhador*, de 1/7/1908, publicava no artigo "Dos ergástulos industriais":

> Ninguém cá de fora sabe que, pouco a pouco, a gerência das fábricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres. Igualmente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a constituição débil da mulher, é retribuído com um salário inferior ao do homem.

Estas conclusões, por seu lado, também levavam a que o movimento operário lutasse pela igualdade de salário entre os sexos. Na grande maioria das vezes, contudo, recomendou-se a redução da jornada de trabalho e a proibição

do trabalho noturno para mulheres e crianças, quando não sua volta ao lar. Discutindo sobre a substituição do trabalho masculino pelo feminino nas indústrias têxteis, um tecelão afirmava revoltado, numa assembléia da UOF (União Operária de Fiação e Tecelagem):

> [...] nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos [...]. (*A Razão*, 29/7/1919)

Por outro lado, toda esta movimentação em prol de sua retirada do espaço público não significou que as operárias seguissem literalmente as prescrições normativas provenientes de vários setores sociais. Muito pelo contrário, se poucas mulheres se destacaram na atuação política-partidária, como a socialista Ernestina Lesina, as anarquistas Elisabeta Valentine e Elvira Boni, ou a comunista Laura Brandão, são inúmeros os registros de greves iniciadas espontaneamente pela ação feminina. Veja-se, por exemplo, como o jornal socialista *Avanti* descreve a greve da fábrica Penteado, no artigo "A Nossa Vitória", de 23/3/1901:

> Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na empenhada luta contra ele.

Em outubro de 1902, as operárias da fabrica de tecidos Annaia, situada no Bom Retiro, em São Paulo, iniciam uma greve contra maus tratos do mestre de teares "cujas arbitrariedades variam, culminando com a expulsão da jovem Emma Sartorelli, de 17 anos de idade e com três anos de serviço na fábrica". A despeito da aliança dos pais com os patrões tentando desmobilizá-las, as operárias resistem até a vitória. Um mês depois, voltam à greve, considerando que as exigências disciplinares não se haviam alterado.

Em 1917, por ocasião da primeira grande greve geral que paralisa a cidade de São Paulo, são as mulheres que iniciam o movimento paredista nas oficinas do Cotonifício Crespi. Como informa Boris Fausto:

> Em todas as mobilizações, destacam-se as mulheres. Sua participação é notada nos discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca. Quando o delegado do bairro do Brás intima grevistas a comparecer à Delegacia, nos primeiros dias da paralisação na fábrica Crespi, formam-se duas comissões – de homens e de mulheres – que são atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Mello.[18]

Em geral, os jornais operários constroem duas imagens femininas muito contrastantes: uma mulher submissa, incapaz de propor estratégias de luta, ao lado de uma figura absolutamente combativa, que sai às ruas e enfrenta convictamente a polícia. Este contraste sugere, de um lado, uma relação pedagógica estabelecida entre os militantes e suas leitoras, uma vontade de indicar os rumos a serem seguidos pelas trabalhadoras na luta contra o capital. De outro, faz pensar que, muitas vezes, a resistência feminina exprimiu-se de maneira difusa, espontânea, seja questionando a hierarquia disciplinar no processo de trabalho, talvez mais pesada para as mulheres do que para os homens, seja reivindicando melhores condições de trabalho.

As informações que a historiografia preocupada com a condição feminina tem trazido, na verdade, tem-nos levado a rever vários estereótipos da passividade feminina, e não apenas no mundo do trabalho. Por exemplo, os estudos de Eni de Mesquita Samara sobre divórcios no século XIX, no Brasil, revelam que, num momento em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida para as mulheres, elas foram as principais responsáveis pelos pedidos de divórcio ou anulação do casamento.[19] Do mesmo modo, as recentes biografias e histórias de família desmistificam as tradicionais imagens de mulheres pacatas, pouco preocupadas com o trabalho, ou ainda, bastante condescendentes com as relações extraconjugais dos maridos. A biografia de d. Viridiana Prado, por exemplo, nos traz uma mulher da elite que, não apenas se separa do marido e passa a ter uma vida bastante independente com os filhos, organizando saraus e reuniões sociais, como, contra os padrões de sua classe, vende uvas na rua para ajudar as mães solteiras, pobres e abandonadas.[20]

---

18 FAUSTO, B. op. cit., p. 194.

19 SAMARA, E. de M. A*s mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. SP: Marco Zero/ SECSP, 1989.

20 LEVI, D.E. *A família prado*. SP: Livraria e Editora Cultura 70, 1974.

Seja como for, mesmo que consideremos as revoltas e resistências femininas à incorporação dos padrões normativos definidos, sobretudo, pelo poder médico e jurídico, não há dúvida de que a construção da subjetividade feminina como essencialmente destinada à maternidade, segundo esses parâmetros de explicação de sua sexualidade, atuou de forma bastante eficaz no sentido de excluir as mulheres dos múltiplos campos de atuação que aparentemente se abriam na modernidade. A organização do trabalho, a educação, o próprio espaço público, ao menos nas cidades foram idealizados a partir de uma diferenciação sexual, segundo a qual determinadas tarefas, leituras, cursos, lugares eram adequados para os homens, mas não para as mulheres, já que sua constituição supostamente mais débil naturalmente não as protegia dos perigos. Por outro lado, também para os homens, as concepções vigentes sobre sua sexualidade e sua essência, concepções estas que apenas recentemente começam a ser pesquisadas, forçaram-nos a ocupar determinados espaços e funções que os excluíram de determinados convívios e experiências fundamentais ao equilíbrio humano. Se o modelo da "santa mãezinha" foi um peso para as mulheres ricas e pobres, o do guerreiro não deixou de constituir um fardo nos ombros masculinos.[21]

A moralização do trabalhador e o modelo do guerreiro

Em primeiro lugar, vale lembrar que a historiografia existente sobre a formação do proletariado, não apenas no Brasil, trabalhou com temas que evidentemente privilegiam as ações masculinas na esfera pública, sem questionar em nada a construção cultural do modelo de masculinidade que organizava os vários discursos. Afinal acreditava-se que os homens se encontravam em seu espaço natural, o mundo dos negócios e da política, e não se tratava de discutir se a construção cultural desta esfera era ou não sexuada. Disso resulta que acumulamos uma certa quantidade de informações em relação às lutas operárias, às correntes e doutrinas políticas que predominaram no movimento operário, mas muito pouco a respeito da produção da subjetividade do trabalhador pelas elites dominantes, ou pelas próprias correntes políticas que visavam constituir uma figura ideal de militante e de proletariado.

21 Refiro-me aqui à expressão cunhada por *Priore,* M. del., in: *Ao sul do corpo*, op. cit., 3 parte, cap. I.

Entretanto, sabemos que foram múltiplas as estratégias elaboradas pelos industriais, especialmente no sentido de produzir o trabalhador produtivo e dócil, assim como a própria identidade da classe operária, a partir de seus valores, concepções e crenças. Nesse sentido, explica-se em grande parte porque a solução encontrada para o problema da mão-de-obra no país, por ocasião da extinção do tráfico negreiro e da abolição da escravatura, foi a imigração européia e não a asiática ou africana, em princípio totalmente rechaçadas pelos republicanos. Homens civilizados, brancos e limpos, provenientes de países como Itália, Portugal, Espanha, França apareciam, no imaginário das elites, como a alternativa para a construção da nova figura do trabalho, em total negação com as imagens sombrias dos tempos da escravidão.

Já nos primeiros anos da industrialização brasileira, atitudes paternalistas compensavam, em parte, o comportamento displicente dos industriais, no sentido de abandonar os operários à sua própria sorte, ou aplicar uma violência herdada das relações escravistas de trabalho. Foi necessário algum tempo para que os empresários se dessem conta, ou fossem alertados pelas autoridades públicas e por alguns de seus pares, de que a racionalização do trabalho industrial passava pelo abrandamento das relações produtivas, não no sentido de uma menor exploração do trabalho, mas da introdução de disciplinas doces e mais sofisticadas.

Poucos industriais atuaram na direção proposta por Jorge Street, por exemplo, construindo, ao lado de sua fábrica, uma vila operária destinada tanto a fixar a força de trabalho quanto a produzi-la de ponta a ponta. Como ele mesmo dizia:

> Quis dar ao operário [...] a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida. [...] Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares do vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo.

Este industrial tinha claro que, para ganhar a adesão dos operários, por ocasião dos conflitos políticos, era necessário seduzi-los de vários lados, através dos múltiplos confortos que lhes proporcionava, além de prendê-los pelos

vínculos do emprego, do aluguel da moradia, pelas despesas nos armazéns e pela colaboração da igreja, tanto espiritual quanto materialmente, na gestão de creches e de escolas.

Entretanto, a grande maioria do empresariado manteve-se distante deste tipo de solução paternalista nas relações com seus operários, resistindo a modernizar o processo de trabalho, apesar das pressões das autoridades públicas, dos médicos sanitaristas e de alguns industriais mais esclarecidos, como o próprio Jorge Street e Roberto Simonsen. Várias vezes, as autoridades ligadas ao Departamento Estadual do Trabalho, criado em 1911, procuraram influenciar os industriais a modernizarem suas fábricas, evitando assim os freqüentes acidentes de trabalho mesmo, evitando o uso da violência física como estratégia de disciplina industrial, já que doravante os operários, como cidadãos livres e estrangeiros, tinham outras entidades a quem se dirigir e pedir socorro.

Os médicos higienistas, ligados aos órgãos públicos, atuavam no mesmo sentido, tendo em vista explicar aos industriais os benefícios da modernização das fábricas e da construção de "habitações higiênicas" para as famílias dos trabalhadores. O homem sendo o produto do meio, diziam, como esperar que o espírito de revolta desaparecesse se ele fosse mantido nas trevas de sua casa, ou na escuridão das fábricas? Deodato Maria, futuro integrante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio se revoltava contra a negligência dos patrões diante das condições insalubres do trabalho fabril, reforçando os argumentos médicos, em 1912:

> Os edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas exceções são velhos pardieiros ajeitados para esta ou aquela indústria: mas nas instalações ou adaptações à *la diable*, para tudo se olha,menos para a saúde do operário.[22]

Alguns industriais de ponta, por sua vez, preconizavam a construção da fábrica higiênica, moderna, limpa, organizada à imagem do lar, respaldados pelas teorias médicas do meio ambiente. Em 1919, Jorge Street, médico e industrial progressista, símbolo do novo patrão, repreendia publicamente os empresários por não considerarem "as necessidades vitais de seus trabalhadores". Já Roberto Simonsen, em conferência pronunciada aos seus pares no mesmo ano, descrevia o "trabalho moderno" como produto da organização "científica" do processo pro-

22 In: RAGO, M. Do cabaré ao lar ... op. cit., p.38

dutivo, utilizado como meio de "evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais".[23] Criticando a disciplina industrial violenta, propunha a adoção da "disciplina inteligente e consciente – oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza de seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços".

Defensor do taylorismo, Simonsen reagia à intensificação dos conflitos industriais, sobretudo após as greves de 1917 e 1919, propondo a racionalização do processo produtivo como forma de transformar as relações de trabalho. Nesse sentido, a disciplina do trabalho na fábrica deveria ser apresentada como necessidade objetiva derivada do maquinismo, e não como vontade subjetiva de mando dos patrões. A vigilância mecânica, exercida pelo maquinismo fabril, aparecia como a solução "científica" para a domesticação da força de trabalho operária.

Transformando a questão da luta de classes e da disciplina fabril num problema "técnico", os médicos e industriais pretendiam moldar a própria subjetividade do trabalhador, transformando-o em homem higiênico, cumpridor dos deveres, amante da pátria, produtivo, porém submisso. Nos anos 1930, o modelo do guerreiro apolítico será amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa, a exemplo dos filmes de propaganda divulgados pelo DIP (Departamento de Informação e Propaganda), durante o governo Vargas.[24]

Esta intenção disciplinadora não deixou de enfrentar, porém, a mais acirrada resistência, dentro e fora do processo fabril. Desde as denúncias na imprensa operária às mobilizações paredistas, foram múltiplas também as estratégias elaboradas pelo movimento operário, ao longo das três décadas. Optamos por percebê-las através do registro da imprensa anarquista, por entender que esta corrente política teve maior penetração nos meios operários de então, sobretudo em sua vertente anarco-sindicalista, mas também por acreditar que é nela que encontramos maiores informações no que tange à problemática da resistência operária cotidiana, assim como na formulação de novas concepções sobre as relações entre os sexos, a organização da nova família, a questão de uma nova moral sexual.

23 SIMONSEN, R. *O trabalho moderno*, SP, Seção de Obras de O. E. de São Paulo, 1919, p. 1.

24 Veja-se LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986.

Utopia anarquista e liberação do desejo

Críticos das relações de poder em todos os espaços de sociabilidade em que se manifestassem, os anarquistas penetraram nos meios operários, propondo um questionamento direto da hierarquia fabril, da dominação masculina sobre as mulheres, da dominação do Estado e da Igreja, assim como de qualquer outra instituição que abafasse a expressão da individualidade. Em relação ao processo de trabalho, manifestaram-se através da ação direta, nos atos de boicote, sabotagem, roubo de peças, absenteísmo, até a greve geral. A imprensa operária nos dá inúmeros registros destas manifestações da luta operária, outrora consideradas atrasadas e românticas por uma determinada historiografia. Críticos da representação política, assim como do partido revolucionário, entenderam que a revolução social deveria ser implementada por todos no cotidiano da vida social, na luta contra as relações de dominação entre as classes e entre os sexos. Assim, fundamentalmente, pregaram a autogestão da produção e da vida social, entendendo que novos modelos de relações de trabalho e de família deveriam ser construídos com base na liberação dos autoritarismos externos e internos ao indivíduo.

No que tange à formulação de uma nova moral sexual e às relações entre os sexos, os anarquistas propuseram a emancipação da mulher, o fim do casamento monogâmico, o direito à maternidade voluntária, o divórcio e o amor livre. Isto não significou, porém, que os trabalhadores em geral tenham aderido a estas concepções, muito menos ao anarquismo. As pesquisas existentes revelam que, na verdade, uma parcela relativamente reduzida do proletariado se deixou seduzir pelas propostas políticas de então, como o anarquismo, o anarco-sindicalismo, ou o socialismo. Do mesmo modo, em relação às operárias, parece ter sido pequeno o número proporcional das que aderiram aos ideais libertários, e muito menos ainda o número daquelas que aceitaram os princípios da nova moral sexual. Muito pelo contrário, os documentos revelam que raras não tiveram dificuldades em aceitar e praticar o amor livre, em se tratando da diversificação dos parceiros. Como lembra a anarquista June Hanner, até mesmo o fundador da Colônia Cecília, no Paraná, propôs, numa carta confidencial, a formação de uma nova colônia anarquista no estado do Mato Grosso, a partir da compra de jovens índias das tribos do interior, segundo ele, menos corrompidas pelos valores burgueses e mais livres para serem introduzidas nos princípios libertários.[25]

25 HAHNER, J. *Emancipating the female sex*. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940, Duke University Press, 1990, p.110.

Segundo o *Amigo do Povo*, de 28/5/1904, quando uma operária do primeiro círculo anarquista no Rio de Janeiro, durante os anos 1890, praticou a doutrina do amor livre, trocando seu parceiro amoroso, o grupo se desintegrou. Ainda hoje, militantes anarquistas do sexo masculino e feminino, na faixa etária dos 60, 70 e 80 anos de idade, revelam um comportamento tradicional, no sentido das relações heterossexuais monogâmicas. Em geral, tiveram um(a) grande companheiro(a) ao longo da vida, com o qual viveram até a morte, ou ainda vivem. Na biografia de Maria Lacerda de Moura, Miriam Moreira Leite observa o seu comportamento sexual monogâmico, enquanto a anarquista italiana Luce Fabri, radicada no Uruguai, que pudemos entrevistar, declarou que só recentemente pôde abrir-se para pensar a questão do homossexualismo e questionar as representações estigmatizadoras construídas sobre os praticantes.[26]

Por outro lado, Hadassa Grossmann, em trabalho recente sobre *La Femme* ou *Secteur Ouvrier Au Brésil*, conclui que as relações entre os sexos não foram menos problemáticas nos meios anarquistas daquele período. Segundo ela, os homens representavam as mulheres a partir das tradicionais referências burguesas, eram favoráveis a que se restringissem à esfera da vida privada, a não ser nos momentos em que precisavam de seu respaldo econômico e político. Segundo ela, nem mesmo na Colônia Cecília, onde em princípio os anarquistas teriam todas as possibilidades de organizar a vida social e o trabalho sem constrangimentos exteriores, as mulheres deixaram de desempenhar as funções tradicionais de provedoras da alimentação e das tarefas da casa, enquanto os homens se ocupavam com as tarefas do mundo exterior.[27]

Penso que, a despeito de todas estas constatações, não se pode ignorar que os anarquistas tinham a questão da emancipação da mulher, o fim do casamento contratual e o amor livre, como questões centrais de seu projeto de transformação radical da sociedade. Numa sociedade extremamente conservadora como a brasileira, certamente não seria uma experiência fácil para as jovens dos meios operários a prática do amor livre, ou mesmo a não realização do contrato matrimonial. Provavelmente, um estudo menos preocupado com julgamentos valorativos pudesse aclarar com maior precisão como anarquistas, homens e mulheres, pensavam e experimentavam a questão do amor livre. Os trabalhos produzidos,

26 LEITE, M.M. O*utra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura, SP, Ática,1984; entrevista com Luce Fabri, de 84 anos, 8/1992.

27 GROSSMANN, H. La femme ou secteur ouvrier au Brésil, tese de doutoramento, 1991, mimeo; "Family Life or Free love ?: A study on Brazil's "Cecília", 1890-1894." Arquivos do Centro Cultural Português, XXVIII, 1990, p. 403-420.

até o presente momento, parecem extremamente preocupados em condenar os libertários, mostrando o fracasso de suas experiências. Portanto, deixam de avaliar que grande contribuição apresentaram, por exemplo, em relação ao feminismo. Veja-se como, na produção da memória histórica, o feminismo no Brasil emerge apenas em sua faceta liberal, produzido por mulheres da elite nos inícios do século, que, aliás, desconheciam a cultura operária, e muito menos a produzida por mulheres pobres.

Finalizando, gostaria de ressaltar que certamente estamos no início de um longo caminho de reavaliação da constituição da memória histórica em relação à formação da classe operária, de suas lutas, de sua cultura e, em particular, de como os diferentes sexos participaram na construção desta história. Contudo, parece que também já não poderemos falar de proletariado, de burguesia, de campesinato, ou de outro grupo social, sem considerar as relações de gênero e pensar na importância da diferenciação sexual, particularmente na constituição de relações de dominação. Afinal, o silenciamento sobre as relações de poder entre os sexos pela construção da memória histórica é, sem dúvida, uma outra forma de opressão, mais sofisticada e menos visível.

Sobre a Invenção da Mulata*

Mariza Corrêa**

Para os americanos branco é branco, preto é preto
(e a mulata não é a tal), bicha é bicha,
macho é macho, mulher é mulher...
Caetano Veloso, Americanos

Este foi um texto difícil de escrever porque lido aqui com várias questões cuja relação procuro mostrar mas que têm sido, em geral, abordadas separadamente. O ponto de partida é um tema já tantas vezes tratado (ou maltratado) nas letras pátrias – a nossa famosa vocação de morenidade – embora não seja meu objetivo rediscutir a vasta bibliografia produzida pelo menos desde os anos 1930 e sim tratá-la como um pano de fundo de outras questões. Mas, ao (pretender) discutir a relação entre raça e gênero a partir de uma análise da figura mítica ou imaginária da mulata, sou obrigada a tratar de modo sumário tanto as construções textuais sobre raça como as sobre gênero – extremamente diversificadas internamente – bem como a passar rapidamente pelas transformações que

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu*, vol. 6/7, 1996.

N.A Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no GT Gênero e Raça, *XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina*, abril de 1996.

** Antropóloga, trabalhou durante trinta anos no Departamento de Antropologia da Unicamp e hoje é pesquisadora do Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade. Publicou Antropólogas & Antropologia, pela Editora UFMG.

têm marcado essas construções ao longo de nossa história intelectual. Isto é, tanto a passagem do pólo negativo – a miscigenação é **o** mal do país – para seu pólo positivo nas mais variadas apologias da nossa como uma sociedade mestiça, nos discursos médicos, literários ou carnavalescos, quanto a mudança de registro das *análises* sobre esses mesmos discursos, "sexuadas" antes, "engendradas" agora, seriam, por si sós, objeto para muita pesquisa. Por esses dois conjuntos de discursos, assim descarnados, em relação, fazer com que falem um com o outro e, *além disso,* pensar em como um pode iluminar o outro em nossas modestas pesquisas empíricas, exigiria uma fundamentação bem mais ampla do que a que apresento aqui. Resultou disso um texto um tanto telegráfico: perco muitos leitores (aos quais tento indicar, como consolação, alguns dos caminhos já trilhados, nas notas), espero ganhar outros (que saberão preencher as lacunas do texto com suas próprias evocações de leitura).

Gostaria, ainda, de observar o quão paradoxal é o fato de, enquanto antropólogos, negarmos com veemência o estatuto determinante, ou preferencial, de qualquer marcador social de diferenças dado e, enquanto feministas, tentarmos estabelecer, também de modo veemente, a prioridade do gênero como marcador social relevante em todas as circunstâncias. Se gênero se refere às múltiplas conotações sociais atribuídas ao dimorfismo sexual, é como se saltássemos um degrau na seqüência de análise dessa multiplicidade ao nos perguntarmos diretamente de que modo esse dimorfismo é tematizado pelos grupos sociais cujo comportamento analisamos, concedendo assim, a *priori*, atenção privilegiada a ele antes de investigarmos, como diria Bourdieu, quais são as "formas de poder e tipos de capital eficientes no universo considerado".

Mas, se não podemos pedir ao marcador de gênero mais do que ele pode oferecer em termos de conseqüências teóricas, talvez estejamos deixando de explorar seus limites, ao deixar de explorar suas fronteiras, ou seja, suas afinidades e conflitos com outros marcadores sociais.

Este texto é, então, uma tentativa muito preliminar de refletir sobre as possíveis relações, no universo das classificações, entre raça e gênero, tomando ambos os termos em sua acepção corrente nas pesquisas em andamento nos dois campos e sem a preocupação de interrogar seu estatuto epistemológico ou sua história etimológica.

Apesar do título, não se trata aqui de uma investigação histórica ou empírica a respeito da criação dessa figura conceitualmente tão rica que é a mulata – tal objetivo exigiria considerar muitos outros universos além daqueles que vou citar aqui. Não se trata, tampouco, de falar da perspectiva do sujeito, mas sim da *construção* do sujeito enquanto objeto de discursos médicos, literários e car-

navalescos.[1] Isto é, de pensar como a invenção dessa categoria, para além de sua existência empírica, pode contribuir para questionarmos nossa forma habitual de tratar seja das relações de raça, seja das relações de gênero.

A mulata desejável e a mulata indesejada

Seria preciso o talento de Lévi-Strauss para fazer o inventário da rica coleção de ervas e especiarias utilizadas nas metáforas dos cheiros, gostos e cores evocados nas frases nas quais a mulata é sujeito: manjericão, cravo e baunilha nas de Aluísio Azevedo (*O cortiço*, 1890); cravo, canela e alecrim nas de Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*, 1958; *Tenda dos milagres*, 1969); mandioca doce nas de João Felicio dos Santos (*João Abade*, 1958). A lista poderia continuar, mas podemos resumi-la no verso de Lamartine Babo (*O teu cabelo não nega*, 1932): "Tens um sabor / bem do Brasil".[2] Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, *desejável*.[3]

De Gregório de Matos a Guimarães Rosa, na prosa e na poesia, no universo do carnaval (ou do samba[4]), através do rádio, do teatro rebolado e da televisão, a mulata, assim construída como um objeto de desejo, tornou-se um símbolo nacional. Em sua última encarnação, na vinheta *globeleza*, na qual a tecnologia utilizada

1 Para uma perspectiva do sujeito, ver GILLIAM, A. e ONIK'A. "Negociando a subjetividade da mulata no Brasil". *Estudos Feministas*, "Dossiê Mulheres Negras", 3(2), 1995.

2 Ver mais detalhes da caracterização das mulatas na literatura e nas músicas de carnaval em QUEIROZ JÚNIOR, T. de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo, Ática, 1975; e NUNES, M.L. "Images of the woman of color in Brazilian literature: O cortiço, Clara dos Anjos, Gabriela, cravo e canela and O quinze". In: STEADY, F.C. (Ed.). *The black woman cross-culturally*. Vermont, Schenkman books, Rochester, 1985. Ver também RABASSA, G. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965, onde, entretanto, a literatura brasileira é lida da perspectiva norte-americana das relações raciais e o mulato ou a mulata não são tematizados.

3 Observador atento dos usos sociais e literários, Machado de Assis põe na boca de um jovem senhor de engenho a seguinte súplica à mucama da fazenda: "Oh! não me negues teu suave aroma!" (No caso, aroma de "rosa agreste".) Roberto Schwarz observa que "a moral não tarda: enquanto a cativa espera um filho", o moço encontra moça de sua classe e "volta à fazenda para atar o laço conjugal", e comenta que, para Machado, a "esperança romanesca é especiosa. Serve aos caprichos do senhor, e desserve o dependente." (*Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977, p.166.) Sobre a mucama na origem da construção da mulata, ver GONZALES, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Ciências Sociais Hoje* (2), Brasília, Anpocs, 1983.

4 Ver VIANNA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor/Editora da UFRJ, 1995 para uma fina análise da criação do samba como expressão do "projeto mestiço" brasileiro. Como o samba, a mulata imaginária, **pace** Jorge Amado, também parece ser uma criação carioca, não só porque o samba foi um dos veículos mais importantes de sua divulgação inicial, ou porque ela seja heroína dos romances ambientados no Rio de Janeiro com muita freqüência, mas também porque foi através do rádio primeiro e da televisão depois que essa imagem se amplificou para o país. A **imagem** de Gabriela é, muito provavelmente, mais aquela projetada pela Rede Globo do que a imagem textual do romance que leva seu nome.

para representá-la é pelo menos tão importante como sua corporificação de todos aqueles atributos mais antigos, temos uma espécie de mulata estilizada, abstrata, ou imaginária, que resume ou sintetiza todas as suas antepassadas.

Tal estatuto simbólico, no entanto, firmou-se no mesmo campo semântico do qual faziam parte uma série de outros discursos, com freqüência emitidos pelos mesmos autores antes citados, e nos quais as palavras-chave, utilizadas para qualificá-la como indesejada, têm estreita afinidade com os atributos que serviram para identificar positivamente a mulata no imaginário brasileiro. Palavras que a vinculavam diretamente, sem mediações de ervas ou especiarias, ao universo da pura sensação corporal: lubricidade, volubilidade, amoralidade. No discurso de alguns críticos literários (José Veríssimo, Silvio Romero), no de alguns historiadores (Capistrano de Abreu), no discurso médico (Raimundo Nina Rodrigues e muitos outros) e no literário (repito, de Gregório de Matos a Guimarães Rosa) que serviu de lastro para a construção dessa figura mítica, a mulata é puro corpo, ou sexo, não "engendrado" socialmente.[5] O *mulato*, do mesmo Aluísio Azevedo, os mulatos de *Sobrados e Mucambos* e os de Jorge Amado são agentes sociais, carregam o peso da ascensão social, ou do desafio à ordem social, nas suas costas *espadaúdas;* com sua *cintura fina* as mulatas, no máximo, provocam descenso social, e, no mínimo, desordem na ordem constituída do cotidiano: na literatura, Vidinha (*Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida[6]) e Rita Baiana (*O cortiço*, de Aluisio Azevedo) encarnam essa proposta.[7]

---

5 Ver as referências a esses e outros autores na minha tese de doutorado, "As ilusões da liberdade – a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil", São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982 e a análise de SUSSEKIND, F. *Tal Brasil, qual romance?*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984, sobre o romance naturalista que assimilou boa parte do discurso médico da época, especialmente na caracterização de personagens femininas.

6 Comentando o romance, Antonio Candido que, curiosamente, afirma de início que "não há gente de cor no livro", observa: "Luisinha e Vidinha constituem um par admiravelmente simétrico. A primeira, no plano da ordem, é a mocinha burguesa com quem não há relação viável fora do casamento, pois ela traz consigo herança, parentela, posição e deveres. Vidinha, no plano da desordem, é a mulher que se pode apenas amar, sem casamento nem deveres, porque nada conduz além da sua graça e da sua curiosa família sem obrigação nem sanção, onde todos se arrumam mais ou menos conforme os pendores do instinto e do prazer." "Dialética da malandragem". *Jornalivro* (8), agosto de 1972; originalmente publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (8), 1970. Vidinha é assim pintada por Manuel Antonio de Almeida: "Vidinha era uma mulatinha de 18 a 20 anos, de altura regular, ombros largos, peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; tinha os olhos muito pretos e muito vivos, os lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, a fala era um pouco descansada, doce e afinada."

7 Seria preciso verificar quando e como a mulata baiana cedeu lugar à mulata carioca na cena textual, ou televisiva, nacional e em que medida uma enriqueceu os traços da outra. KLEIN, H. "Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira". *Dados* (17), 1978, chama a atenção para as bases demográficas da análise de Gilberto Freyre sobre a "ascensão do bacharel e do mulato", mas observa que "a camada de mulatos livres possuía a mais alta percentagem de mulheres, dentre quaisquer outros grupos da população total." No primeiro recenseamento nacional, de 1872, a "população de cor livre" atingiu 74% em relação à população total de cor; pela mesma época, em Cuba, ela atingira 34% e nos Estados Unidos 11%. Os mulatos "constituíam acima de dois terços da classe dos indivíduos de cor livres". Sobre a importância do mulato na classificação racial brasileira comparada à norte-americana, ver DEGLER, C. *Neither black nor white*. New York, The Macmillan Company, 1971. A distinção clássica na sociologia brasileira entre preconceito de marca

Na classificação científica[8] do século XIX, brancos e negros se opunham como categorias discretas e sua mistura, portanto,tinha um efeito de paleta de pintor: tonalidades correspondiam também a atitudes, ou comportamentos, esperados de uma "mistura" não só de cores como de disposições inatas, herdadas.[9] (Pré)disposições negativas no caso da entrada de herdeiros do primitivo mundo africano no civilizado mundo latino, primeiro, depois predisposições negativas das classes inferiores de imigrantes quando postas em contato com as classes superiores dos herdeiros dos legítimos conquistadores da terra, os lusos.[10] O debate a respeito das conseqüências dessas misturas tinha, é claro, conseqüências para a definição da nação e do nacional, mas o que interessa aqui é outro aspecto dele. Interessa o que estava em jogo nas diferentes definições de feminilidade e de masculinidade quando postas no contexto do debate sobre relações raciais.[11] De masculinidade: o mestiço era quase sempre também sinônimo de efeminado, ou, como era mais comumente chamado

---

e preconceito de origem (1954) é de Oracy Nogueira . Ver *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1985. Como Skidmore mostra de maneira convincente, a idéia de uma "nação mestiça" é tão antiga quanto a crença no seu gradual branqueamento: o que raras vezes é explicitado é o papel da mulher nesse processo. Como dizia um visitante norte-americano em 1917: "... um dos fatores nesse processo é a seleção natural "pela fêmea" de um parceiro de cor mais clara do que a sua." (Citado em SKIDMORE, T. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 91. Ver também p. 62-63. Minha ênfase.)

8 E também nas classificações pseudo-científicas: ver as "tabuadas para ficar branco" e "para ficar negro" de GAYOSO, R.J. de S. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão*. São Luís/Rio de Janeiro, Editora Livros do Mundo Inteiro, 1970. A edição original era do início do século e sua classificação é elogiada por Gilberto Freyre. Na classificação científica contemporânea, "raça" nesse sentido de categoria discreta não existe, definindo-se antes de maneira semelhante a que é socialmente, ou culturalmente, utilizada no Brasil. Ver GOULD, S.J. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1987.

9 A bibliografia sobre o tema é vasta; para uma introdução a ela ver SKIDMORE, T. Preto no branco... Op.cit.; STOCKING Jr., G. *Race, culture and evolution*. Chicago, University of Chicago Press, 1968; e GOULD, S.J. *The mismeasure of men*. New York, W.W. Norton & Company, 1981. Não cabe nos limites desta discussão, mas valeria uma investigação, o sinal positivo que receberam as "raças nativas", os indígenas, especialmente **as** indígenas, no discurso dos primeiros conquistadores a respeito da miscigenação: a morte de Iracema sinaliza assim tanto o estranhamento de seu filho da pátria (SUSSEKIND, 1984) no tempo ficcional, quanto uma mudança de perspectiva na história da literatura. Sobre essa mudança do discurso colonial a respeito da miscigenação entre europeus e nativas nas colônias francesas e holandesas, ver STOLER, A.L. "Making empire respectable: the politics of race and sexual morality in 20th-century colonial cultures" *American Ethnologist* 16(4), november 1989. Nas colônias norte-americanas, onde a proibição de casamentos entre brancos e negros era antiga, não há notícia de oposição legal à uniões entre brancos e índias. Ver HENDRICKS, M. "Civility, barbarism"; e BEHN'S, A. "The widow ranter". In: HENDRICKS, M. e PARKER, P. (Ed.). *Women, "race" & writing in the early modern period*. London & New York, Routledge, 1994.

10 Sobre o discurso da eugenia nos primeiros anos deste século e sobre o debate a respeito das quotas de imigração de acordo com a nacionalidade dos imigrantes, ver COSTA, J.F. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976 e SEYFERTH, G. "Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (20), junho de 1991.

11 Num artigo muito sugestivo, Nancy Stepan observa que "mulheres" e "raças inferiores" foram "analógica e rotineiramente unidas na literatura antropológica, biológica e médica dos anos 1867-70". "Raça e gênero: o papel da analogia na ciência". In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e Impasses* – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. Mas enquanto ela argumenta que o recurso às "raças inferiores" era utilizado para desqualificar as pretensões femininas ou feministas, sugiro aqui que as diferenças sexuais foram um recurso implícito, como que "naturalmente" imbricado na análise das relações raciais.

na época, de *pederasta passivo*, numa oposição nunca explicitada ao branco como heterossexual, por definição. Não por acaso, foi no contexto da análise dos cultos "afro-brasileiros" que se iniciou a discussão antropológica a respeito do homossexualismo no Brasil.[12] Trabalhando explicitamente com classificações raciais, os autores desses discursos recorrem, implicitamente, a classificações sexuais, aparentemente tão sedimentadas que não merecem, ou necessitam, ser postas em causa. A hierarquia sexual não estava em discussão, mas parece servir como referência a essa nova distinção, também hierárquica, a ser aplicada a diferenças "naturais".

É como se fosse impossível tratar de raça sem tratar de sexo ou de sexualidade: produto de relações sexuais (espúrias), o mulato trazia já no nome escolhido para designá-lo a marca de sua origem. (Durante algum tempo discutia-se na literatura médica se os mulatos, como o seu nome indica, eram ou não estéreis – como as mulas, produtos do cruzamento entre éguas e jumentos.[13]) Mesmo quando sua visibilidade social tornou impossível continuar a tratá-los como párias, eles conservaram traços dessa primeira definição: o mulato personagem de Aluísio Azevedo é perfumado, por oposição ao rançoso português destinado a casar com a heroína do romance, assim como são cheirosos os almofadinhas e malandros mulatos consagrados na literatura picaresca.[14] Seja como for, os homens (mulatos) ao obterem um lugar na sociedade, branquearam socialmente de maneira muito rápida, aproximando-se também do pólo masculino no *continuum* Masculino/Feminina.

Se a anedota da princesa que dançou com o mulato embaixador ficou famosa como símbolo desse branqueamento social, não conheço nenhuma anedota equivalente a respeito de qualquer mulata na nossa história. No campo do debate sobre as relações raciais, a feminilidade da mulata era também definida por contraste (aproximações e afastamentos) com a da branca, que passa a ser a referência do discurso no seu caso. Nada exemplifica mais graficamente este modo de raciocínio do que a classificação das formas de hímem feita por Nina Rodrigues em suas análises médico-legais. Embora as mulheres mestiças apresentassem, como

12 Vários autores têm discutido a ausência de marca do branco/heterossexual nos discursos sobre gênero e raça – como se ele fosse o parâmetro não explícito deles, isto é, uma categoria "em branco" e neutra. Ver HENDRICKS e PARKER Op.cit. A revisão da literatura sobre homossexualismo e cultos afro-brasileiros está em FRY, P. *Para inglês ver*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982, cap. III. LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1967, merece ser relida desse ângulo.

13 E não só na literatura médica: Silvio Romero, por exemplo, afirmou que "os mais competentes naturalistas demonstraram que as raças demasiado distanciadas pouco coabitam e, quando o fazem, ou não produzem, ou se produzem, são bastardos infecundos depois da segunda ou terceira geração." Citado em SKIDMORE, T. Op. cit., p. 73.

14 Guita Debert comentou que o perfume dos mulatos é, no entanto, "exógeno" ao seu corpo; produto artificial aplicado a ele e não emanando dele como sugerem as metáforas em relação à mulata: um artifício para disfarçar um cheiro indesejável.

as brancas, as formas "mais variadas" de hímem, "as recém-nascidas, negras ou mestiças" apresentavam com freqüência uma forma de hímem que facilmente se confundia com o hímem rompido. (Essa classificação parece ter facilitado enormemente seu trabalho como perito nos casos em que meninas negras ou mulatas violadas eram examinadas por ele – e sua queixa desqualificada.) "No que diz respeito às negras, as formas de hímem são mais simplificadas."

Como no caso do mulato, ocorre uma hierarquização interna à hierarquização, tomada como dada, entre homens e mulheres em geral. Isto é, assim como há Masculino e masculino (este mais próximo do outro extremo no *continuum* Masculino/Feminina), há também Feminina e feminina e tanto o negro como a negra precisam "branquear" para aproximar-se do pólo idealizado (M e F) em cada um deles. A personagem literária que melhor expressa esse argumento é a escrava Isaura, que foi igualada, pelos atributos físicos, às mulheres brancas, merecendo ser tratada como elas, isto é, saindo do reino da amoralidade para o da conjugalidade.[15] Só que, no caso da mulata, é como se esse movimento na escala racial estivesse contido no espaço destinado ao feminina, espaço do qual o mulato "escapa" ao branquear. A mulata, ao contrário, ocupa inteiramente esse novo espaço expresso agora em letra minúscula. (O espaço masculino expresso em minúsculas será disputado por uma série complexa de outras figuras que não vem ao caso evocar aqui.)

Resumindo (e sem percorrer todo o caminho empírico necessário à demonstração): no terreno em que se inaugurou o debate sobre relações raciais, o da evocação de desigualdades biológicas ou orgânicas para explicar desigualdades sociais, as diferenças (e desigualdades) sexuais parecem ter oferecido um parâmetro implícito para analisá-las. Algo assim como as tabuadas de Gayoso sobrepostas ao mito de Adão e Eva ou algo como: B/n : H/m :: B/H : n/m (Branco, negro, Homem, mulher).

Estamos, ainda, é claro, no terreno das definições sexuais e raciais, que é como elas eram fraseadas pelos autores que venho citando, como categorias discretas. Se complicarmos um pouco o quadro, evocando as sugestões mais recentes presentes no debate feminista contemporâneo[16], e lembrarmos que cada uma dessas categorias

15 Analisando a presença da mulata na literatura, Teófilo de Queiroz Júnior observa: "E, situada em posição contraditória, amplamente exaltada por seus encantos e sensualidade, ela se oferece como eficiente recurso ao desencadeamento da trama, produzindo soluções em dois sentidos: individual, ao afetar o rumo das pessoas que se envolvem com ela, cedendo aos seus encantos, comprometendo-se com sua maneira envolvente de ser; e coletivo, quando põe à prova padrões, sistemas ou instituições, dos quais faz transparecer as inconsistências e inadequações." QUEIROZ JÚNIOR, T. de. Op.cit., p.118.

16 Ver, por exemplo, "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective". In: HARAWAY, D. *Simians, cyborgs, and women* – the reinvention of nature, New York, Routledge, 1991 (Tradução em *Cadernos Pagu* (5), 1995) e LAURETIS, T. de (Ed.) *Feminist studies/critical studies*. Bloomington, Indiana University Press, 1986, além da coletânea organizada por BUARQUE DE HOLANDA, H. Op. cit.

é, ou pode ser, hierarquizada internamente, teríamos algo como: B/b: M/m:: N/n: F/f (Branco/branco, Negro/negro, Masculino/masculino, Feminina/feminina) que é, me parece, uma complicação interessante da idéia de *continuum*.[17]

Os pesquisadores que trabalham com a questão das relações raciais afirmam que o modelo brasileiro privilegiaria um *continuum*, e não categorias polares, como Branco e Negro, priorizando assim a alocação situacional, ou relacional, dos personagens numa escala cromática na qual outras classificações sociais interferem para defini-los como mais ou menos próximos a um ou outro desses pólos.[18] Já as pesquisas a respeito da situação da mulher na sociedade brasileira – que são a base para a discussão a respeito das questões de gênero, desenvolvimento recente da teoria feminista entre nós – parecem afirmar o oposto: as categorias Homem e Mulher (assim nomeadas nas pesquisas), ou Masculino e Feminina, seriam categorias discretas, definidas antes por oposição e por contraste do que por relação: categorias binárias mutuamente exclusivas.[19]

17 Marcio Silva sugere que mudar os termos ao longo da demonstração prejudica a sua lógica e que deveríamos manter aqui os termos Homem e Mulher, assim: B/b: H/h:: N/n: M/m. Tentei escapar da lógica do "sexo" ao usar Masculino e Feminina, mas mantive a "categoria nativa" **cor** dado que ela já é socialmente definida. Ver SILVA, N. do V. "Uma nota sobre 'raça social' no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (26), set. 1994.

18 Para um resumo dessa posição, ver BIRMAN, P. *Construção da negritude*: notas preliminares, em Cativeiro e Liberdade. Rio de Janeiro, UERJ, 1989. "Há muito que já se sabe que o sistema de classificação racial brasileiro possui como uma de suas particularidades o fato de ser ordenado de modo a privilegiar relações entre dois pontos polares ao invés de traçar uma linha divisória nítida entre dois campos, o branco e o negro. Em outras palavras, privilegia-se um certo *continuum* de relações ao invés de estabelecer campos com fronteiras em domínios excludentes. Nesse sistema, as referências à cor da pele se fazem preferencialmente por gradações – as pessoas aproximam-se do negro em certas circunstâncias. São em certos contextos **mais** ou **menos** 'escuros'." (p. 195-196)

Neste trabalho também utilizo a idéia do *continuum*, dado que o terceiro termo do "triângulo racial" (DA MATTA, R. *Relativizando*: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.) não está em discussão aqui, apesar de sua relevância para o aprofundamento teórico do tema. Tal escolha deixa de lado, é claro, interessantes desenvolvimentos lógicos da questão, os quais não posso perseguir aqui. Observo, entretanto, que não se trata de uma analogia mecânica entre os termos Branco/negro, Homem/mulher, mas, como se fosse, de uma sobreposição metafórica das relações "naturais" entre os sexos às relações "naturais" entre as raças, o que não impediria de incluir aquelas internamente construídas a cada um dos termos do triângulo das raças, reforçando assim a proposta de Da Matta em relação ao nosso sistema social como um sistema hierárquico.

19 Sobre essas pesquisas, ver as revisões de CORRÊA, M. "Mulher e família: um debate sobre a literatura recente". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (18), 1984 (reproduzido em *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil* (3), São Paulo, Anpocs/Cortez, 1990) e HEILBORN, M.L. "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil". In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro e São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

A mulata tal qual

A figura da mulata põe em xeque ambas as propostas. No caso da classificação racial, sua situação no *continuum* é fixa, ainda que ambígua. Isto é, ela está a meio caminho (no limiar, diria Lacan: nem natural, nem cultural, nem individual, nem social) entre o Branco e o Negro – mas aí fica. Ao contrário da fluidez e circulação supostamente permitidas nesse *continuum* aos "elementos de cor", à mulata é reservado um lugar definido, ou definitivo, do "encontro das raças": uma espécie de pororoca cultural. A mulatice não é uma definição passível de negociação: "a mulata é a tal".[20] Ou, como observa Da Matta, nosso sistema de classificação, ainda que funcione por gradações, postula "um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar" (1981: 83). Mudando de registro, no caso de sua definição de gênero, as coisas se complicam: a mulata é, definitivamente, uma figura feminina; o que ela põe em questão é a univocidade da letra F no par binário Masculino-Feminina, lembrando que o f é mestiço, "quando não no sangue, nas idéias" (Silvio Romero). Saindo do universo das definições de sexo, ela se torna gênero em dois sentidos: a mulatice é um gênero de ser, consagrado por Di Cavalcanti ou Sargentelli, entre outros, algo assim como o equivalente a um gênero literário e a mulata é uma figura engendrada, culturalmente construída num longo processo histórico que a opõe seja às figuras femininas que são moeda corrente em nossas pesquisas, seja às figuras masculinas que se opõem a elas (opondo-se, ao mesmo tempo, ao Branco e ao Negro).[21] No universo textual, ambos, o mulato e a mulata, saíram do âmbito das classificações de sexo para o das classificações de gênero, mas seguindo caminhos diferentes: um transformou-se em agente social, elemento importante para a definição ou constituição da sociedade nacional, outra transformou-se em objeto social, símbolo de uma sociedade (que se quer) mestiça.

20 Marcha de João de Barro e Antonio de Almeida para o carnaval de 1948: "Branca é branca/preta é preta/ mas a mulata é a tal." Citado em QUEIROZ JÚNIOR. Op.cit.

21 Comparando os resultados de algumas pesquisas antropológicas em sociedades nas quais há um certo trânsito entre as categorias Masculino/Feminina, e as pesquisas nas sociedades ocidentais, Henrietta Moore observa: "The experience of being a gendered self in a context where gender differences are thought to lie as much within bodies as between them, and where aspects of one's gender identity are thought to be fluid and changeable, is likely to be significantly different from the experience of being a gendered self in a context which stresses the fixed and mutually exclusive nature of binary gender categories." (*A passion for difference, essays in anthropology and gender*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1994.) Se substituirmos o termo gênero pelo termo raça, teremos uma oposição análoga à que é comumente feita entre o sistema de classificação racial norte americano ("natureza mutuamente exclusiva de categorias binárias de raça") e o brasileiro ("identidade racial... fluida e mutável"). Ao longo de seu texto, Moore chama a atenção para a mesma incongruência, ou paradoxo, que notei no início, isto é, não só até que ponto impomos nosso sistema de classificações aos de outras sociedades que analisamos mas, também, até que ponto desconhecemos o próprio sistema de classificações de nossas sociedades.

Resumindo: De um "modelo de sexo", passamos a um "modelo de gênero", senão na realidade, ao menos nas análises. Da mulata "animal", passando pela mulata "vegetal", chegamos à mulata tal qual, agora visualmente bem definida e aparentemente aceita no imaginário social como personagem com estatuto próprio.[22]

Concluo com duas sugestões derivadas dessa rapidíssima excursão pelos caminhos de nosso imaginário racial. Se Roberto Da Matta tem razão (e creio que tenha) na caracterização da sociedade brasileira e as oposições aqui não se fazem através do confronto direto em termos de raça, talvez o mesmo se possa dizer a respeito das oposições em termos de gênero – o que **não** quer dizer ausência de conflito, mas implica em que analisemos esses conflitos levando em conta o quão perigosas podem ser as transgressões de fronteiras definidas no nosso sistema de classificações de maneira fluida.[23] E se, como a atenção dada à questão pelos nossos pensadores mais influentes leva a crer, raça (seja lá como for que ela tem sido definida ao longo desse debate) é um dos marcadores sociais mais importantes em nossa sociedade, ela, necessariamente, estará presente no campo semântico das definições de gênero.[24] Acredito que a mulata construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não-brancos em nosso país: como "mulato" é uma categoria extremamente ambígua e fluída, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro. Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta.[25]

22 Com uma distância de mais de setenta anos entre eles, Manoel Bomfim, o crítico mais elogiado das teorias racistas, e Roberto Da Matta, seu analista, expressam bem essa aceitação. Bomfim (1905) alude aos "quadris de uma mulata" para explicar as rixas entre os mestiços que defendem-se da acusação de indisciplinados; Da Matta evoca o "ângulo feminino" do "elogio claro e aberto da mulataria." DA MATTA, R. Op.cit. (BOMFIM, M. In: SUSSEKIND, F. e VENTURA, R. (Ed.). *História e dependência* – cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo, Editora Moderna, 1981)

23 Ver CORRÊA, M. "Generat genus justitiam?". *Revista USP* (21), mar./abr./maio 1994, para um exemplo no âmbito da justiça penal, e Peter Fry (Op.cit., p.106) a respeito das dificuldades dos movimentos sociais de homossexuais num país onde a "democracia sexual", como a racial, é ostensivamente postulada.

24 Agradeço a leitura e os comentários de Adriana Piscitelli, Plinio Dentzien, Guita Debert e Marcio Silva que me ajudaram a precisar melhor minhas idéias iniciais.

25 Este texto foi escrito para discussão no GT Raça e Gênero que coordenei na XX Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, Bahia, em abril de 1996: o lançamento da revista *Raça Brasil*, em agosto, mostra como o panorama cultural começa a mudar. Veja-se a matéria sobre Valéria Valenssa, em seu número de fevereiro deste ano, na qual a palavra mulata não é dita uma única vez. E também as chamadas da Rede Globo sobre o carnaval, nas quais acontece o mesmo. Parece que a mulata está começando a ser culturalmente desconstruída.

Resumo

Boa parte dos autores que trabalham com o sistema de classificações raciais no Brasil subscreve a descrição que Patrícia Birman faz dele: "privilegia-se um certo *continuum* de relações ao invés de estabelecer campos com fronteiras em domínios excludentes". Tal sistema, "que permite a seus integrantes possuir posições variadas, referidas a mais de uma dimensão", tornaria de difícil aplicação a noção de identidade. Exatamente o oposto parece ocorrer com o sistema de classificações de gênero no qual o par masculino/feminina tenta estabelecer com clareza aquelas fronteiras, isto é, desmentir, simbólica ou socialmente, a possibilidade de um *continuum* entre os dois pólos. Na literatura sobre a questão das relações raciais, a figura do mulato é sempre invocada como prova daquela escala; já a da *mulata* que pareceria oferecer a resolução cultural dessa incompatibilidade entre o sistema de classificações racial e o de gênero, pouco se fala. Mas como se constituiu historicamente essa figura tão contraditória, que parece ora renegar, ora confirmar um e outro sistema? Figura tão idêntica a si mesmo nos discursos médicos, literários ou carnavalescos que a singularizaram com tanta nitidez que parece não haver nenhuma descontinuidade entre a mulata das lavagens do Bonfim dos tempos de Nina Rodrigues e a "mulata globeleza" dos dias de hoje.

Palavras-chave: Raça, Gênero, Mulata, Literatura.

The Invention of the Mulata

Abstract

Most of the authors working on the racial classification system in Brazil would subscribe Patricia Birman's description of it: "rather than establishing fields with excluding thresholds, privilege is given to a *continuum* of relationships". Such a system "allows its members to occuppy different positions, each related to different dimensions of it", therefore making difficult the use of the notion of identity. The opposite seems to hold for the gender classification system, in which the masculine/feminine opposition tries to establish a clear delimitation of those thresholds, that is, to establish that there is no social or simbolic possibility of a *continuum* here. The mulatto trope is always invoked in the literature as a demonstration that such a *continuum* does not exist, but almost nothing is said about the *mulata* – which seemingly could help to resolve this cultural incongruity between national racial and gender classification systems.

How was such a contradictory trope (the *mulata*) – that seems to validate and to invalidate, by turns, both systems of classification – historically invented. She emerges so neatly in medical discourses as in the nineteenth century descriptions of her or in the use/abuse television networks make today of her as a trademark.

Relações de Violência e Erotismo*

Maria Filomena Gregori**

Nas duas últimas décadas, temos assistido à proliferação de contribuições de peso dos chamados estudos feministas no cenário das humanidades. Se é possível dizer que a década de 1960 marcou definitiva e cabalmente a história política do ocidente – e as mudanças promovidas tiveram participação intensa dos vários movimentos libertários (entre os quais, o feminismo) –, os anos 1980 e 1990 inauguraram novos paradigmas, ou mais precisamente, o questionamento dos paradigmas modernistas, a partir da desconstrução de categorias ou conceitos. É inegável a participação de pensadores feministas nesse movimento de rupturas na história do pensamento. Para entender a abrangência dessas mudanças seria necessária uma discussão teórica consistente de modo a, de um lado, evitar as simplificações correntes – como aquela que reduz toda a variedade de posições teóricas a um modismo pós-moderno; e, de outro, proceder um exame crítico sobre as limitações e paradoxos do desconstrutivismo.[1] O propósito deste artigo é avaliar em

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu,* vol. 20, 2003.

N.A.: Agradeço a leitura arguta feita por Heloísa Pontes e meus alunos do curso "Violência, Gênero e Erotismo". Seus comentários foram fundamentais para a elaboração desse artigo.

** Professora da Universidade Estadual de Campinas, Pós-doutora pelo Center For Latin American Studies, University of Califórnia, Berkeley, EUA.

1 São inúmeras as referências bibliográficas para o acompanhamento do debate, em suas várias modalidades disciplinares (na arquitetura, na teoria literária, na filosofia, na antropologia), seja na direção das propostas seja na das ponderações críticas. Algumas das indicações importantes na discussão da problemática de gênero e o questionamento das antigas epistemes, encontram-se, entre outros,

que medida as mudanças de paradigma afetaram os debates sobre a violência de gênero, tal como apontar as conexões que foram sendo feitas entre essa configuração da violência e as teorias e práticas feministas relativas ao erotismo.

Antes da década de 1980, período anterior a esse movimento do qual o pensamento feminista participou na discussão dos paradigmas, havia consenso entre os diferentes feminismos ao tratar da violência. Violência era tomada como fenômeno resultante do *phalluscentrismo* ou do patriarcalismo. Um dos problemas desse tipo de definição é o de limitar a discussão sobre a violência no interior de uma dualidade estabelecida entre vítima X algoz, insuficiente em termos de análise. As cenas de violência só são inteligíveis através de análises sistemáticas das relações em que elas ocorrem, nas quais, em alguma medida, temos que considerar o elemento da parceria. Essa definição também é frágil do ponto de vista de sua eficácia política, pois incorre na mera vitimização das mulheres, sem que a elas sejam destinadas chances reais de emancipação.

Essa concepção monolítica vem sendo revista pelos feminismos que hoje se interrogam sobre as construções discursivas de gênero e de violência. O que verdadeiramente está em foco na bibliografia mais recente é o tratamento do conceito de violência, tentando superar uma certa "neutralidade" difusa no que concerne ao problema da diferença entre os sexos.[2] A literatura está precisamente indo contra a qualquer retórica que não tome a violência como algo *en-gendered* (ou seja, perpassado pela assimetria sexual e de gênero[3]).

---

em SCOTT, J., *Gender and the Politics of History.* New York, Columbia University Press, 1988; BUTLER, J. *Gender Trouble:* Feminism and the Subversion of Identity. New York, Routledge, 1993. Para uma discussão sobre o impacto dessa literatura sobre os estudos no Brasil, ver: HEILBORN, M.L. e SORJ, B. *Estudos de gênero no Brasil*; GREGORI, M.F. *Estudos de gênero no Brasil* – comentário crítico. Ambos em MICELI, S. (org.) *O que Ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo, Sumaré, Anpocs, 1999; PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, N. (org.) *Gênero e ciências Humanas* – desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

2 Henrietta Moore constrói sua abordagem sobre a violência, partindo de uma concepção discutida pela psicologia, a partir da qual o que leva um indivíduo a assumir uma posição identitária tem a ver com o grau de investimento acionado. MOORE, H. The Problem of Explaining Violence in the Social Sciences. In: HARVEY, P. and GOW, P. *Sex and Violence* – Issues in Representation and Experience. New York, Routledge, 1994. Esse grau de investimento é concebido num processo em que o indivíduo confronta seus compromissos emocionais e seus interesses. A violência ocorre em função da inabilidade de se sustentar uma posição identitária de gênero, que resulta em crise, real ou imaginária, da auto-imagem e/ou da imagem pública que se tem. Pode ser efeito, também, das contradições nascidas da exposição à multiplicidade de tais posições. Muitos casos de violência são resultantes da inabilidade de se controlar o comportamento sexual do outro – esse comportamento ameaça as auto-imagens e avaliações sociais sobre alguém. O problema desse tipo de argumento está na dificuldade de se discernir o momento que as frustrações em relação à auto-imagem – que são certamente numerosas na dinâmica biográfica de cada indivíduo – se constitui, levando a atos de violência. Outra fragilidade na argumentação da autora, a meu ver, é o fato de estar por demais focalizada nas dinâmicas individuais e não – como eu acredito – em relações estabelecidas por indivíduos, não sendo indivíduos posicionados do mesmo modo, inclusive. Trata-se de relações que, no mais das vezes, envolvem uma assimetria de poder.

3 É imensa a discussão e a polêmica sobre as intrincadas relações entre sexo e gênero e suas implicações

Essa vertente de estudos sobre a violência não focaliza a questão apenas na pré-figuração dos comportamentos individuais, e discute, problematizando, a expansão do conceito de violência na direção dos aspectos que constituem as práticas discursivas, tendência que perpassa os estudos pós-estruturalistas influenciados por Foucault e Derrida.

Uma das autoras que apresenta essa posição crítica é Teresa de Lauretis.[4] Ela pretende tratar da produção semiótica do gênero e da sua articulação na retórica da violência ou nos seus termos:

> [...] the very notion of a "rethoric of violence" pressuposes that some order of language, some kind of discursive representation is at work not only in the concept "violence" but in the social practices of violence as well.[5]

Para tanto, propõe discutir a concepção foucaltiana de violência (em particular, a relação com o poder disciplinar e com as tecnologias da sexualidade) e, também, a de Derrida – sobretudo, as idéias referentes ao artigo "The Violence of the Letter". Para ela, trata-se de assinalar, fundamentalmente, que tais pensadores compartem uma visão que conceitua a violência sem considerar que ela é recortada pela assimetria que configura uma relação de força em que um dos pólos é posicionado em desigualdade. É necessário deixar claro que o que importa, no caso, é a desigualdade que incide na relação entre o feminino e o masculino, pois as representações e práticas posicionam gêneros em "suportes empíricos" variados. Isso significa que, no limite, os homens também podem ser violados, sendo seus corpos tratados como femininos. Nesse sentido, não é suficiente tratar o problema da violência como se fosse algo relativo ao casal, desviando o olhar das relações de poder imiscuídas entre os envolvidos.

---

conceituais. Se gênero foi conceituado, ainda na década de 1970, como a armadura cultural (variável e desessencializada) que incide sobre as diferenças de sexo, na década de 1980, a polaridade entre sexo – como algo relativo ao corpo no seu sentido biológico – e gênero – como a força atuante e criativa da cultura – passa a ser posta em questão. Tanto de Lauretis, como Moore, compartilham as idéias críticas que foram desenvolvidas desde a década de 1980, de modo que, quando se referem ao conceito de gênero, ele já vem pressupondo uma relação não polar com o conceito de sexo. Para um devido esclarecimento dessa discussão, consultar HEILBORN, M.L. e SORJ, B. Estudos de gênero... Op. cit.; PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero... Op. cit.

4 DE LAURETIS, T. The Violence of Rethoric. In: DI LEONARDO, M. and LANCASTER, R. (Eds.) *The Gender/Sexuality Reader* – Culture, History, Political Economy. New York, Routledge, 1997; BROFEN, E. *Over Her Dead Body*: Death, Feminity and Aesthetic. Manchester, Manchester University Press, 1992.

5 DE LAURETIS, T. The Violence of Rethoric. Op. cit., p. 266. Tradução livre: A própria noção de "violência retórica" pressupõe uma ordem de linguagem, um tipo de representação discursiva funciona não somente no conceito "violência" mas nas práticas sociais da violência.

A crítica feita a Foucault reforça esse ponto de vista: ele teria uma análise circular que resulta numa posição política neutralizadora. Teresa de Lauretis está se referindo às idéias do autor na *História da Sexualidade* e, em particular, ao seu argumento sobre o poder do Estado em configurar a nossa vida amorosa. Ao partir da noção de que a sexualidade é produzida discursivamente (institucionalmente) pelo poder e o poder é produzido institucionalmente (discursivamente) pelas tecnologias envolvidas na sexualidade, Foucault não abre espaço para a atuação e para a formulação concreta de um contra-discurso ou de uma contra-posição. Para ilustrar o efeito paradoxal dessa noção geral, ela lembra o posicionamento de Foucault a propósito do estupro: no sentido de desinvestir o poder do Estado sobre a sexualidade, seria melhor, segundo o autor, tratar tal delito como um ato de agressão e não como um ato de violência sexual. A abordagem proposta por de Lauretis vai na direção contrária, indicando a relevância de se tratar o conceito a partir da noção de tecnologia de gênero, ou mais precisamente, apreender as técnicas e estratégias através das quais o gênero é construído e a partir das quais a violência é *en-gendered*. Além dessa crítica, de Lauretis assinala o risco de análises feministas[6] sobre violência influenciadas por Derrida que, ao focalizarem exclusivamente práticas discursivas a partir das concepções do autor sobre linguagem, tendem a uma posição neutra em relação ao gênero e a um distanciamento em relação ao objeto do que está em questão, a violência em sua manifestação empírica.

Nesse conjunto de proposições, algumas são referenciais para dar complexidade ao conceito de violência de gênero, pois sugerem que a identidade daqueles que fazem parte dessas relações de violência é criada em meio a um movimento de espelhamento e contrastes, e que não se esgota. Não existe categoria genérica ou essencial que imponha aprioristicamente o traçado ou o perfil dessa identidade.[7] Como bem pondera de Lauretis, é preciso sublinhar a idéia de que a dinâmica dessas relações é recortada pela desigualdade, por uma assimetria que, inclusive, leva à violência. Mas se as análises feministas recentes são vigorosas na crítica às visões monolíticas, elas têm incorrido em um deslocamento: estão dirigidas preferencialmente a um tipo de abordagem que tenta mostrar como a violência é discursivamente construída, abandonando os as-

6 Esse tipo de perspectiva tem sido desenvolvida por feministas que se dedicam aos estudos legais e que usam a *violence of the letter* como as práticas discursivas sociais encontram sua legitimação institucional ou jurídica na "violência da lei". Drucilla Cornell é, talvez, uma das maiores representantes dessa linhagem de estudos. CORNELL, D. *The Heart of Freedom*: Feminism, Sex and Equality. Princeton, Princeton University Press, 1988.

7 GREGORI, M.F. *Cenas e Queixas* – Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs, 1993.

pectos materiais e empíricos que constituem as relações de violência. Por outro lado, precisamos também olhar para os casos em que elas ocorrem em meio à produção do prazer, da fruição entre parceiros.

Existe uma relação – ainda a ser decifrada com cuidado e nuance – entre a violência de gênero e um conjunto de concepções e práticas relativas à sexualidade (e conjunto, importante salientar, desde que visto como sendo recortado pela diversidade e por variados significados). Em particular, tal relação deve dizer respeito a algum aspecto que interconecta a prática sexual no interior de um campo simbólico particular – a uma "erótica" – no qual feminino e masculino, corpo jovem ou velho, asiático, branco, pardo, negro e o suporte de tais definições não estão colados necessária e exclusivamente a mulheres e homens, como sujeitos empíricos, supondo uma relação de força, de subjugo e de dor.

No sentido de examinar as implicações do erotismo nas relações de violência, é sugestivo tomar de empréstimo – como um ponto de partida – a definição de pornografia[8] aceita e difundida entre os *experts* dedicados à caracterização desses materiais: expressões escritas ou visuais que apresentam, sob a forma realista, o comportamento genital ou sexual com a intenção deliberada de violar tabus morais e sociais[9]. Essa noção da pornografia como transgressão a convenções morais sancionadas está presente em obras de autores, como Pietro Aretino, desde o século XVI e condensa, segundo os historiadores da pornografia, o sentido moderno desse tipo de representação.[10] Ainda é limitado o exame das implicações das concepções dessa tradição no que concerne à problemática de gênero. E, mesmo que essa investigação não seja o objeto deste artigo, vale salientar que essa concepção do erotismo como transgressão às convenções morais é perpassada pelo posicionamento da relação masculino/feminino a partir de uma díade entre ativo e passivo. O autor que condensa de modo cristalino essa noção é Georges Bataille em *O Erotismo*. Autor-guia exemplar para entender aspectos ainda presentes e que demandam uma problematização crítica no repertório da pornografia contemporânea, ele propõe o nexo entre violência e

8 Ainda que o senso comum estabeleça uma distinção entre erotismo e pornografia, emprego os dois termos indistintamente, seguindo orientação dos estudiosos da tradição de escritos e imagens eróticas desde o Renascimento. Para maiores informações, consultar HUNT, L. *The Invention of Pornography* – Obscenity and the Origins of Modernity, 1500-1800. New York, Zone Books, 1993.

9 Esta definição é de WAGNER, P. *Eros Revived*: Erotica of the Enlightenment in England and America. London, Secker&Warburg, 1988.

10 Segundo Lynn Hunt, o acompanhamento da tradição pornográfica, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, revela aspectos fundos da consolidação da cultura moderna. Desde os sonetos do Ragionamenti de Aretino (1534-36), passando pela L'Ecole des filles (1655) até os escritos do Marques de Sade do século XVII colocam em relevo o confronto entre o livre pensamento e a noção de heresia, tal como apropriam aspectos da filosofia natural e da ciência, questionam a política absolutista.

êxtase erótico, como violação de conteúdos instituídos socialmente, mantendo o dualismo entre atitude masculina/ativa e atitude feminina/passiva.

É importante deixar claro que não pretendo fornecer uma explicação causal, muito menos buscar uma relação de determinação entre erotismo e violência. É preciso, no entanto, considerar que existem nexos que recortam esses dois campos (se é possível assim chamá-los) e, sem dúvida, o grande desafio intelectual e político que se impõe é descobrir como estão articulados e suas implicações sobre as posições de gênero, etárias e étnicas na sociedade contemporânea.

Uma cena

No sentido de ilustrar a relevância desse tipo de abordagem, conto um caso, ou melhor, parto de uma cena contada por uma de minhas entrevistadas em pesquisa realizada sobre violência contra a mulher.[11]

> Regina assiste a um programa de TV. Yoko Ono recita um poema. Regina: "Eu acho a Yoko uma verdadeira poetisa". O marido: "Ela é uma puta". Regina: "Eu não vou pelo que dizem as revistas. Se tem uma coisa que me irrita é isso de ir pelo que os outros dizem. Eu acho o Gilberto Gil um grande músico, um grande poeta e não tem nada a ver não gostar do que ele faz porque dizem que ele é bicha". O marido: "Você só gosta disso… Yoko Ono… Malu Mulher… essas putas". E ela: "Você vai pelo que os outros dizem.. qual o problema de gostar delas?" E ele: "Vai ver você também é uma puta". Regina: "Você que é um puta ignorante e preconceituoso". E tudo começa.

Cena de briga. Uma entre tantas na vida desse casal. Quando esse "tudo começa"…, as réplicas verbais continuam com os xingamentos e tapas, pontapés, arranhões etc. Roland Barthes diz muito sobre essas situações que antecedem as agressões em "Fazer uma cena" – um dos verbetes de *Fragmentos do Discurso Amoroso*:

11 GREGORI, M. F. *Cenas e queixas...* Op. cit.

> Quando dois sujeitos brigam segundo uma troca ordenada de réplicas e tendo em vista obter a "última palavra" esses dois sujeitos já estão casados: a cena é para eles o exercício de um direito, a prática de uma linguagem da qual eles são co-proprietários, equivale a dizer nunca você sem mim e vice e versa. Esse é o sentido do que se chama eufemisticamente de diálogo: não se trata de escutar um ao outro, mas de se sujeitar em comum a um princípio de repartição dos bens da fala. Os parceiros sabem que o confronto ao qual se entregam e que não os separará é tão inconseqüente quanto um gozo perverso (a cena seria uma maneira de se ter o prazer sem o risco de fazer filhos).[12]

O autor afirma também que a cena tem fim em três circunstâncias: o cansaço dos parceiros (e deve ser mútuo), a chegada de alguém ou a substituição da troca de réplicas pela agressão. Seria o caso de indagar se a agressão não funciona como parte do jogo que a cena introduz. O emprego do xingamento desempenha um papel importante: incita o início de um outro jogo e o desfecho do primeiro.

Voltemos ao caso: Regina lança os primeiros dados do jogo. Elogiar Yoko Ono introduz a cena. A réplica virá e ela tem consciência disso. Sabe de longe e de longa data as opiniões do marido com relação às mulheres liberadas. Mas ela joga. A cena desenrola um jogo de espelhamento – se gosta da Yoko é porque é puta; se diz que Yoko é puta é porque é ignorante; os dois apresentam opiniões simetricamente opostas e posições de luta, um acusa o outro. Regina e o marido buscam na cena o confronto. Qual é o sentido dessa "luta"? Regina e o marido conflitam em relação aos padrões de conduta: o marido defende o "tradicional"; Regina está em busca do "moderno". As relações sexuais dos dois, contudo, são excelentes. Nelas, os parceiros soltam suas fantasias eróticas, buscam o prazer um do outro, etc. Observação: nessas relações não ocorrem agressões. As diferenças entre eles, que se manifestam no cotidiano, não se expressam no momento em que se dá o intercurso sexual. Contudo, há entre esses episódios uma relação, um sentido que os atravessa.

12 BARTHES, R. *Fragmentos de um Discurso Amoroso.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985, p. 36. Barthes está sugerindo que é um equívoco ler essa cena como expressão de busca de entendimento, como um diálogo cujo significado está ancorado em um objeto ou motivo em todo o seu transcorrer. O motivo atua como origem de um entrecurso de réplicas verbais. Ele se perde no trajeto ou na encenação.

Bataille, na sua análise sobre o erotismo, pode ajudar no resgate desse sentido. Aparentemente, temos diante de nós dois tipos distintos de episódio. Um que leva à agressão; outro que leva ao prazer. No primeiro, os parceiros estão em choque e este é provocado por um conteúdo permitido e estimulado no segundo episódio. Para Bataille, o erotismo exige um movimento de ruptura que prepare os corpos para o prazer. O desnudamento é um desses movimentos, pois ele leva ao despudor: a violação ou transgressão de tudo aquilo que constitui o estado normal dos parceiros, ou, em seus termos, o estado fechado ou estado de existência descontínua. A nudez anuncia e é emblema de um movimento de despossamento, fundamental para o sentido do erotismo – levar a um estado em que os envolvidos não sejam mais seres descontínuos, uma fusão na qual eles deixam de ser parceiros, "Uma fusão onde se misturam dois seres que ao final chegam juntos ao mesmo ponto de dissolução".[13]

No caso dos dois protagonistas, a cena deliberadamente abre para a obscenidade, os xingamentos e os tapas no corpo de Regina. A "violação" do corpo dela pode significar que ela não mais se pertence. Essa é uma ruptura que prepara outro movimento em que os dois se ligam – agora, em acordo – na busca de prazer. A passagem de um momento para outro é confusa, mas apreensível: a agressão indica uma ruptura que, ao acentuar o confronto, prepara a formação de um novo tipo de enlace no qual as diferenças entre os dois convergirão para estimular o prazer – há a passagem de um estado de divergência para um de convergência. Trecho de Bataille:

> O que está em jogo no erotismo é sempre uma dissolução das formas constituídas. Digo: a dissolução dessas formas da vida social, regular, que fundam a ordem descontínua das individualidades definidas que nós somos.[14]

Existe alguma coisa que recorta casos em que ocorre a violência de gênero que não está sendo considerada quando eles são lidos apenas como ação criminosa e que exige punição. Trata-se de um tipo de leitura que enfatiza apenas a dualidade entre algoz e vítima, estabelecendo uma rigorosa polaridade entre o ativo e o passivo na ação, sem considerar que as cenas nas quais os parceiros se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras moti-

13 BATAILLE, G. *O Erotismo*. Porto Alegre, L&PM, 1987, p. 17.

14 Idem, ibidem, p.18.

vações – disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, jogos eróticos etc. Tais motivos se perdem nas cenas. Porém, retornam em outras como rituais privados que repetem cotidianamente.

Para entender como se constituem as relações de violência nós podemos tentar acompanhar com sistematicidade como o cotidiano de posições vai se estabelecendo entre os parceiros. Mas considero que, além desse acompanhamento, é importante entender uma singular representação sobre o sentido do erotismo – como essa que está presente em Bataille – que supõe que o prazer sexual emana da dissolução de formas sociais ou ainda a presunção, que pode culminar em exercícios metafóricos ou literais, da violação – no sentido mesmo de agressão – de corpos.

Jane Gallop sugere que na leitura que Bataille faz de Sade, assim como na sua definição de erotismo, está presente uma fantasia da soberania.[15] Tal fantasia supõe que o sujeito desejante busque o êxtase na negação das posições sociais, na negação da fala (o silêncio seria a condição especial do libertino), numa fusão em que as diferenças entre parceiros sejam superenfatizadas para, em seguida, serem dissolvidas, como que negadas.

Há em Bataille uma concepção de que o êxtase ou o ponto culminante do prazer sexual leva a um estado de dissolução. Essa noção, mais do que representar uma concepção particular, está difusa ainda hoje e passa a ser estratégica para, de um lado, decifrar o nexo que articula a violência de gênero ao erotismo; de outro, ela permite pensar muitas noções, práticas, objetos, *performances* no erotismo contemporâneo. Essa singular representação que associa prazer a violar o "instituído" socialmente é, na minha hipótese geral, vigorosa ainda hoje e ilustra os casos tão diversificados de escolha e identidade sexual.

Mas, fica uma questão: trata-se de saber porque, nessa dissolução, cabe ao corpo "feminizado" o lugar da violação. Tal corpo pode ser o da mulher, mas também pode ser o do homem, desde que submetido a uma re-simbolização que o dote com sentido feminino. Esse aspecto do problema esteve em destaque em

15 Jane Gallop apresenta uma intrigante re-leitura do erotismo em Sade, sugerindo uma revisão das interpretações feitas por Roland Barthes e por George Bataille. Para ela, Barthes confina a análise sobre Sade a um princípio de delicadeza, estruturalista em seu método e abrangência, não conseguindo admitir a violência que há nesses escritos. E violência no sentido de ruptura com uma ordem racional ou lógica. Já a leitura de Bataille – em sua opinião –, não oferece resistência à violência. Contudo, toda a interpretação passará por uma concepção que enfatiza a dissolução de laços sociais e a soberania absoluta do sujeito no tocante ao desejo. Gallop discorda. Vê nos escritos de Sade um sem número de referências a alianças entre libertinos – como a *Sociedade de Amigos do Crime*. Bataille, tomado como o mais óbvio descendente de Sade, apresenta, segundo a autora, uma leitura perpassada pela fantasia de soberania. GALLOP, J. *Thinking Through the Body.* New York, Columbia University Press, 1988; BARTHES, R. *Sade, Fourier e Loyola.* Lisboa, Edições 70, 1979.

um debate acalorado nos Estados Unidos entre, de um lado, feministas que organizaram o movimento antipornografia e, de outro, feministas que se posicionaram como "antipuritanas", abrindo novos campos de reflexão sobre minorias sexuais. Examinar a literatura que dá base a esse debate interessa, sobretudo, pela articulação proposta pelos interlocutores de cada um dos lados do embate entre violência e erotismo e cujas implicações são, no mínimo, intrigantes.

Prazer e perigo

O final dos anos 1970 representa um momento particularmente significativo na história do ativismo feminista americano cujos efeitos resultaram uma re-configuração do campo teórico.[16] Em meio à ameaça da retomada da moralidade tradicional por intervenção da New Right[17], aparecem no cenário político feminista grupos com posições antagônicas. Em 1976 é criado o Women Against Violence in Pornography and Media, em 1979 o Women Against Pornography; e, em 1978, nasce o Samois (primeiro grupo lésbico sadomasoquista). Interessante notar que a reação ao moralismo de "direita" fez emergir, paradoxalmente, de um lado, um moralismo feminista antisexo protagonizado pelo movimento contra a pornografia – não menos normatizador do que a retórica que caracterizava a New Right. De outro, houve contraposição dentro da comunidade lésbica na tentativa de legitimar apostas e alternativas sexuais como o sadomasoquismo, desafiando a máxima de que jogos de dominação X submissão apenas constituem as relações heterossexuais.

Os grupos antipornografia – que fazem parte do que os estudiosos do campo denominam como feminismo radical[18] – eram compostos por mulheres identificadas com uma parcela da comunidade feminista lésbica que não apenas

16 É importante enfatizar que se é possível situarmos a emergência do movimento antipornografia dentre as fileiras feministas americanas, ele não esteve restrito aos Estados Unidos. Beatrice Hanssen, ao discutir a relevância do debate entre feministas pró ou contra pornografia, mostra a sua difusão principalmente na Alemanha e na Áustria. HANSSEN, B. *Critique of Violence.* New York, Routledge, 2000.

17 A New Right foi um movimento organizado por políticos republicanos e lideranças religiosas a partir de uma agenda que priorizava questões sexuais. Dentre as demandas, medidas e tentativas de alteração de leis estavam a criminalização do aborto, o impedimento de extensão de direitos aos homossexuais, propostas variadas para que as mulheres deixassem de atuar na esfera pública, dedicando-se ao lar e à prole etc.

18 FERGUNSON, A. et al. *Sex War:* the Debate between Radical and Libertarian Feminists. *Signs*, v. 10, n. 11, autumn 1984.

rejeitava o sexo heterossexual por uma questão de escolha sexual, mas como conseqüência de uma leitura particularmente determinística sobre a dinâmica de poder das relações heterossexuais. Catharine Mackinnon[19] – considerada um dos avatares do feminismo radical – apresenta uma análise das relações sexuais como sendo estruturadas pela subordinação de tal modo que os atos de dominação sexual constituem o significado social do "homem", e a condição de submissão o significado social da "mulher". Esse determinismo rígido, segundo Judith Butler[20], traz, pelo menos, duas implicações: em primeiro lugar, a noção de que toda relação de poder é uma relação de dominação, toda relação de gênero, pois, só pode ser interpretada por esse crivo; implica também a justaposição da sexualidade ao gênero – entendido a partir de posições rígidas e simplificadas de poder – associando-o, sem maior exame, ao "homem" e à "mulher". O feminismo radical hasteou sua bandeira contra instituições heterossexuais, como a pornografia, tomando-a como um exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia, o movimento definiu outros alvos: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual. É importante assinalar a aliança desse movimento aos grupos feministas que atuavam contra a violência, causando impacto considerável na arena política e teórica do feminismo.

No início da década de 1980, dada a imensa visibilidade pública do feminismo radical, vozes saídas do campo feminista, mas também da comunidade lésbica, ensaiaram o contra-ataque. Nelas avistamos toda a discussão travada pelas vertentes críticas ao essencialismo que caracterizava o discurso sobre a opressão desde a década de 1970. Uma conferência realizada no Bernard College em Nova York, em 1982, deu início a essas novas perspectivas, reunindo feministas heterossexuais e lésbicas que apoiavam e tomavam como objeto de reflexão as alternativas sexuais que implicam o prazer dos parceiros, inclusive, aquelas práticas que estavam sob alvo das feministas radicais. Os resultados da Conferência foram publicados por Carol Vance no livro *Pleasure and Danger*. Esse livro representa um marco importante no campo, pois problematiza e recusa a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, assim como a articulação desses modelos a posições estáticas de gênero em um mapa totalizante da subordinação patriarcal. No interior da tradição feminista em favor da liberdade sexual – que reuniu, além do ativismo, *scholars* de várias origens

19 Um dos seus artigos mais comentados é Feminism, Marxism, Method, and the State: an Agenda for Theory. *Signs,* v. 7, n. 3, Spring 1980.

20 BUTLER, J. Against Proper Objects. In: WEED, E. and SCHOR, N. *Feminism Meets Queer Theory.* Indianapolis, Indiana University Press, 1997.

disciplinares – Carol Vance criou, a meu ver, uma "convenção" sobre o erotismo que organiza parte considerável das atuações e reflexões do feminismo contemporâneo, assim como ajudou a consolidar um novo campo de pensamento na crítica cultural – as *queer theories*.[21] Tal "convenção" implica a idéia de que a liberdade sexual da mulher constitui prazer e perigo. Perigo na medida em que é importante ter em mente aspectos como o estupro, abuso e espancamento como fenômenos irrefutáveis envolvidos no exercício da sexualidade. Prazer porque há, no limite, uma promessa no erotismo e na busca de novas alternativas eróticas em transgredir as restrições impostas à sexualidade quando tomada apenas como exercício de reprodução. Se essa "convenção" amplia, inegavelmente, a discussão sobre a problemática do prazer, em contrapartida, há, ainda, uma tendência a dissociar o prazer do perigo, tomando-os como resultados em separado sem examinar os nexos que estão articulando os dois termos assinalados. Essas novas perspectivas criaram, ao evitar cair no determinismo rígido e simplificador do feminismo radical, uma armadilha, quando não um ardil: uma ênfase em uma concepção de prazer cujo significado não foi inteiramente problematizado em termos sociais e históricos, resultando em uma aposta de que ele traz em si uma força liberadora, desde que submetido ao consentimento entre parceiros. O "lado" do perigo foi tratado de modo simples como se o consentimento, como um mero ato de vontade, garantisse sua tradução em prazer. Nessa transposição, ou passagem, restou entre parêntesis o problema da violência. No sentido de esclarecer essas artimanhas no desenvolvimento da discussão feminista, voltemos ao debate.

Gayle Rubin afirma, em artigo que consta da coletânea de Carol Vance, que a relação entre o sexo e o feminismo sempre foi complexa. E o é pelo fato da sexualidade ser o nexo da relação entre gêneros e muito da opressão nascer, ser medida e se constituir a partir dela. Dessa complexidade, derivam as duas tendências já assinaladas: uma que concebe a liberação sexual como mera extensão dos privilégios masculinos – essa linha criou toda a retórica antipornográfica.[22] Outra tendência é a de crítica às restrições do comportamento sexual das mulheres, ligada a todo o movimento de liberação sexual dos anos 1960. Essa

21 *Queer theories* constitui campo vasto de estudiosos formados na tradição dos *gays and lesbics studies*. Alguns comentadores costumam, inclusive, associar ou nomear indiferenciadamente os dois "campos". Tratam-se de estudiosos que não só são gays e lésbicas, como tomam como objeto de investigação os aspectos da vida social relacionados a essa escolha ou condição. Um ótimo artigo a situar esses estudos e estudiosos em relação ao feminismo foi escrito por BUTLER, J. Against Proper Objects. Op. cit.

22 Fazendo uma *blague*, Rubin chama essa vertente de "*demon sexology*" e sugere que ela representa o que o movimento tem produzido de mais retrógrado do lado de cá do Vaticano. RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, C. (Ed.) *Pleasure and Danger:* Exploring Female Sexuality. New York, Routledge, 1984.

linha criou e tem produzido estudos e práticas inovadoras relativas ao prazer e escolhas sexuais. A relevância do artigo "Thinking Sex" de Rubin, segundo Judith Butler, se deve ao fato dela ali ter salientado que o feminismo não é o único discurso – ou o mais apropriado – a tratar das relações de poder formadas e reguladas pela sexualidade.[23] Esse "feminismo" criticado por Rubin é constituído pelas teorias de Catharine Mackinnon, em particular, pela noção de que a modelação, a direção e a expressão da sexualidade organizam a sociedade em dois sexos – mulher e homem. Para Rubin, as relações sexuais não podem ser reduzidas às posições de gênero. A inter-relação sexualidade-gênero não pode ser tomada pelo prisma da causalidade, nem ser fixada como necessária em todos os casos. Nesse sentido, ela passa a adotar uma posição de aliança com as minorias sexuais, distanciando-se do ativismo feminista radical e propõe uma nova conceituação. Nela, a autora apresenta elementos descritivos e teóricos para pensar a sexualidade e elabora a noção de que os atos, as práticas e as escolhas sexuais nas sociedades ocidentais modernas se realizam no interior de um sistema hierárquico de valorização sexual (*sexual value system*). Nele, a sexualidade considerada normal é a que se exercita em meio às relações heterossexuais firmadas em matrimônio, visando a reprodução. A esse padrão, seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais monogâmicos não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e lésbicas; gays solteiros sem vida promíscua; gays solteiros com vida promíscua; fetichistas; S/M (sadomasoquistas); posições não masculinas ou femininas (travestis, *drag queens* etc.); sexo pago; sexo intergeracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade).

Interessante notar que Rubin, nesse artigo, associa as diferentes práticas do seu sistema ao que chama de minorias sexuais. Um procedimento analítico que já associa a escolha sexual à constituição de identidades coletivas. Seja pela capacidade de segmentação tão característica da sociedade americana, seja pelo esforço da autora de dar legitimidade política aos praticantes do sexo socialmente não valorizado. A partir desse marco, um novo campo de teorias se abre no cenário, trazendo novas e intrigantes contribuições. Intrigantes porque, ao examinar no detalhe a produção sobre sexualidade na década de 1990 – principalmente nos Estados Unidos –, salta aos olhos a quantidade de estudos relativos às práticas sadomasoquistas, fetichistas etc. entre pessoas do mesmo sexo.

23 Esse tipo de formulação foi depois seguido por Drucilla Cornell, Bell Hooks, Ann MacClintock, além de Carol Vance – estudiosas que enfatizam, em contextos pós-coloniais e de Terceiro Mundo, que o gênero não é mais central do que raça ou classe para os propósitos da análise sobre práticas sexuais.

Mesmo que Gayle Rubin tenha tentado deslocar a proeminência do feminismo como discursividade exclusiva a tratar da sexualidade e de deixar sugerido que é preciso garantir a flexibilidade de olhares para dar conta de um conjunto mais diverso de minorias sexuais, é de notar a visibilidade e a notoriedade que os escritos gays e lésbicos ganharam nas últimas duas décadas. Há o reconhecimento na bibliografia de que tais estudos não apenas colocaram a público um tratamento mais sistemático das realidades empíricas vividas por populações homossexuais, como trazem contribuições teóricas para pensar os efeitos mais fundos do modelo heterossexual. Em particular, chamo atenção para a discussão no campo feminista sobre sexualidades heterodoxas com uma clara tendência em enfatizar fenômenos e práticas relativos ao campo do lesbianismo. De fato, boa parte dos escritos críticos e do debate teórico apresenta essas duas vertentes: a primeira delas trata a questão do desejo na linha da teoria da objetificação do corpo feminino – vertente que tem como exemplo as campanhas contra a pornografia; a segunda vertente critica a demonização da sexualidade pressuposta pela teoria da objetificação, porém, situa e circunscreve toda a discussão, tomando como ponto de partida e como ponto de chegada o desejo feminino presente em relações mulher/mulher.

Há uma clara delimitação do debate a esse conjunto de relações humanas. Relações que ainda supõem uma dose presumível de equidade. Como se para pensar sobre alternativas e perversões sexuais só fosse possível para relações cuja base de fundo pressupõe uma simetria. Como se, por se tratarem de pessoas do mesmo sexo, o consentimento já fosse garantido de antemão e a violência e o perigo transpostos para a arena dos prazeres. Exagero na crítica ou não, há nessa bibliografia uma ausência de tratamento do problema da violência, ficando este restrito ao campo do feminismo radical que procede a uma análise determinística e rígida.

Essa é uma hipótese que tenho construído a partir não apenas da leitura do material bibliográfico sobre o tema, como também é resultante de pesquisa empírica junto a *sex-shops* de São Francisco e Berkeley. Parece haver uma espécie de duplicação entre essa tendência presente nos desenvolvimentos teóricos do feminismo – principalmente o das vertentes "*pro-sex*" ou "antiobjetificação" – e a abertura de um campo alternativo no mercado para o sexo. Nele, verifiquei uma série de tentativas que questionam o mercado convencional do sexo e uma promessa de um "erotismo politicamente correto", cujo sentido seria o de transgredir restrições ao livre exercício da sexualidade. Se práticas sexuais qualificadas como violentas (S/M e alguns fetichismos) são condenadas nas relações heterossexuais, nos *sex-shops* para gays (lojas nas redondezas da Castro Street) e

na Good Vibrations (*sex-shop* criado pelas lésbicas em 1975), elas ganham lugar, visibilidade, aceitação e acessórios.

Sex-Shops

A pesquisa exploratória realizada em alguns *sex-shops* de São Francisco e Berkeley representou oportunidade excepcional para a verificação, senão para o desenvolvimento de novas hipóteses relativas ao exame da bibliografia recente que articula teoricamente as questões da violência, do gênero e do erotismo. São Francisco é uma cidade que tem ganhado visibilidade internacional, desde a década de 1970, como lugar de maior tolerância para o livre exercício de escolhas sexuais alternativas. Não só boa parte dos movimentos libertários teve ali uma de suas mais expoentes expressões, como parte considerável do pensamento crítico toma os casos empíricos oriundos da comunidade gay/lésbica como exemplares para a discussão.

Dentre as várias configurações possíveis de pesquisa, a escolha desse campo empírico se deu pela potencialidade que ele apresenta em permitir comparações. Salta aos olhos do especialista nesses temas, o fato de encontrarmos nessa cidade experiências relativas a práticas eróticas pouco convencionais.

Sex-shops, locais de acesso comercial aos materiais eróticos, existem em boa parte dos centros urbanos contemporâneos. A grande maioria visa o público heterossexual, comercializando livros, vídeos, acessórios variados (vibradores, roupa íntima, óleos, bonecos infláveis) concernentes a um certo modelo do desejo que pressupõe o exercício de fantasias sexuais, violando – brincando, ou mesmo transgredindo – todo um conjunto de práticas e símbolos relativos à experiência sexual socialmente não condenável (heterossexual e visando a reprodução). Parte-se da noção de que em um comércio dessa natureza seja adequado encontrar materiais que acentuem – nas cores, nos formatos, nos objetos – certas violações ao instituído. Esse conjunto de elementos simbólicos é variáveis históricas, sociais e geograficamente, contudo, encontramos no mercado pornográfico um universo restrito de signos, muitos dos quais convencionados em relação a um estilo particular. Melhor dizendo: o comércio de objetos e acessórios sexuais corresponde a um estilo formado por convenções que, ainda que possam sofrer variações, nada têm de muito criativas. Muito couro preto, ligas de meias vermelhas, rendas artificiais, dildos[24] de tamanhos variados – com certa ênfase

24 Objeto desenhado para ser inserido na vagina ou no ânus. Eles não vibram como os vibradores (peças

no tamanho avantajado –, imagens de corpos femininos com predominância do tipo ariano e loiro (preferencialmente, um loiro artificial) e seios firmes e enormes. Os corpos masculinos predominantemente são dotados de músculos e dá-se particular ênfase a órgãos sexuais imensos. Nos vídeos, há ênfase de combinações ou arranjos sexuais fora do comum, porém também encerrados em uma fronteira simbólica que visa, no limite, salientar certos aspectos que são observáveis naquilo que constitui as relações de gênero – corpos femininos (ou feminizados quando o suporte corporal é o do homem) são adornados para configurar o *locus* da penetração; corpos masculinos (e não há correspondência ou alternativa para a masculinização dos corpos de mulheres) são adornados para configurar o *locus* do corpo que penetra. O exercício da sexualidade entre corpos do mesmo sexo tem preponderância entre mulheres e seu sentido ainda corresponde a uma mesma lógica: torna-se prática aceita e estimulante de um certo desejo *voyer* masculino.

Para além de uma simplificação de natureza militante, algumas feministas qualificam esses *sex-shops* e esses conteúdos e práticas como parte de um "modelo hidráulico" do desejo, ou melhor, o desejo como algo concebido numa relação corporal *input/output*. No que concerne à discussão que interessa no momento, esse modelo tem como pressuposto a noção de que a pornografia implica a contestação de modos habituais e sancionados de sexualidade e, mais importante, um modelo no qual a diferença sexual está baseada na incomensurabilidade e complementaridade entre, de um lado, o corpo que deseja e, de outro, o corpo que vai se constituindo como objeto do desejo. Resta enfatizar que o primeiro está configurado – guardadas variações e arranjos simbólicos diversificados – dentro de um conjunto de sinais que demarcam simbolicamente o masculino e o corpo que se posiciona como objeto do desejo por um conjunto de sinais que demarcam simbolicamente o feminino.

Os *sex-shops* pesquisados em São Francisco e Berkeley representam casos excepcionais e em crítica ou contraste aos *sex-shops* convencionais do mercado. Os estabelecimentos gays não apenas visam um público não heterossexual, como apresentam produtos que enfatizam uma padronização ou uma configuração entre corpos e novas alternativas de desejo entre homens. O *sex-shop* das lésbicas também busca outros públicos, ainda que tenha uma proposta menos sectária. Há nele toda uma retórica e um conjunto de produtos que busca oferecer alternativas para casais heterossexuais, gays e lésbicas.

do mesmo tipo e seguindo os mesmos modelos, mas que têm baterias de modo a vibrarem quando acionados. Existem vibradores que não seguem uma formatação mais fálica – voltarei a esse ponto, a seguir). Os dildos, segundo material escrito encontrado na loja, são encontrados desde o paleolítico, passando pelos desenhos nos vasos da Grécia Antiga e mencionados nas comédias gregas clássicas.

A primeira consideração importante sobre esses *sex-shops* é, pois, a construção de um mercado alternativo ao convencional. Todos os produtos e o conjunto de acessórios buscam constituir diferenças em relação ao padrão dos *sex-shops*. Há um esforço de diferenciação, criando uma espécie de mercado segmentado que contemple outras escolhas sexuais. Nesse sentido, há um claro diálogo entre convenções. Se os *sex-shops* convencionais enfatizam, nos corpos femininos, seios e cabelos loiros, nos gays e no lésbico não encontramos esse tipo de referente. Ainda que tenha realizado pesquisa em diversos *sex-shops* gays, concentro a descrição e a análise no estabelecimento criado pelas lésbicas.

Boas vibrações

Valencia é uma das ruas perpendiculares à Castro Street, mais conhecida pelos círculos locais como a rua das lésbicas. Seguindo a segmentação corrente, neste "pedaço" do Mission District distribuem-se lojas e espaços de afirmação da cultura gay feminina e feminista. Além de estabelecimentos para tatuar e colocar *piercings* e de um prédio onde estão reunidas sedes de várias organizações em defesa dos direitos da mulher e de homossexuais, está a Good Vibrations – *sex-shop* criado em 1977 por lésbicas sintonizadas com o feminismo e interessadas em expandir o universo de informações e alternativas de escolha sexual para um público mais diversificado (além de mulheres e gays, a loja visa também o público heterossexual).

Mais do que um entreposto de produtos sexuais, as idealizadoras do Good Vibrations consideram estar dando curso a uma missão. Elas partem da premissa de que há mais prazer sexual disponível do que experiências concretas e, em função disso, pretendem oferecer acesso a materiais que ajudem a expandir as experiências, melhorar o nível de informação sobre sexo, combater o medo, a ignorância, os preconceitos e a insegurança. Para aqueles que consideram que esse tipo de negócio não corresponde à agenda feminista, elas replicam: "we believe that honest communication about sex is a pre requisite to equal rights both in and out of the bedroom".[25] Acreditam, ainda, que os principais produtos a venda, os *sex toys*, são revolucionários:

25 *Good Vibrations*, 1994, p. 1.

> The idea that pleasure for pleasure's sake is sufficient motivation for sexual activity, and that no means of experiencing sexual pleasure is morally, aesthetically or romantically superior to another, is the subversive philosophy behind the enjoyment of sex toys.[26]

Os *sex toys* não foram concebidos com a perspectiva de ajudar ou solucionar problemas sexuais, mas para divertir, por isso são chamados de *toys*. Além disso, eles são acessíveis ao consumidor médio e são apresentados com informação cuidadosa para o consumidor. Um *sex-shop* politicamente correto, eis a melhor definição para o Good Vibrations. De certo modo, como já foi salientado, há uma tentativa clara de diferenciar esse tipo de negócio no interior do mercado sexual. Mais do que visar lucro, pretende-se legitimar escolhas mais diversificadas de exercício sexual, tentando não alimentar esteriótipos ou reforçar práticas que incorram em objetificação. Há, de fato, todo um cuidado em domesticar e neutralizar o sentido de violação envolvido no significado corrente de erotismo. No lugar da violação, esse tipo de loja introduz, através de todo o seu aparato de produtos e manuais, uma nova concepção que salienta o sentido de ginástica e de fortalecimento do *self*. Há um esforço claro de integração e não de subversão. Vejamos.

Primeiro impacto: pelo lado de fora, a loja está pintada com cores pastéis. Ainda que não se veja o interior – as portas e janelas são de vidro jateado –, nada no exterior a diferencia de outras lojas circunvizinhas que vendem móveis, roupas e livros. Ao atravessarmos a porta, a primeira impressão se confirma: o espaço interno é claro e *clean*. As janelas trazem uma iluminação direta que é ainda mais reluzente em função das paredes amarelas. Prateleiras de madeira – e uma madeira bem clara – dividem o interior da loja em setores. Em todas as visitas, encontrei a loja repleta de gente: casais heterossexuais e homossexuais, muitos jovens, alguns com tatuagens e de roupa preta, outros bem discretos. Todo mundo de cara aberta e feliz, manipulando algum aparelhinho, cheirando algum incenso, vela ou bálsamo, folheando livros. O cheiro completa o cenário – um leve aroma de sândalo e alfazema tranqüiliza, conforta.

Por visar um público alternativo, mas que inclui a presença de mulheres, o feminino é, antes de tudo, matéria simbólica a ser valorizada. Porém, de modo

26 Idem, p. 2. Tradução livre: A idéia segundo a qual o prazer pelo prazer é motivação suficiente para a atividade sexual e que nenhuma forma de experiência sexual é moral, estética ou romanticamente superior à outra é a filosofia subversiva por trás da satisfação com brinquedos sexuais.

particular, indo contra a tudo aquilo que conota o padrão do mercado convencional, a exposição de corpos de mulheres enfatiza aquilo que contraria qualquer artificialismo. Fotografias enormes dispostas por todas as paredes mostram mulheres mais velhas – e a idade, antes de constituir objeto degradante, é cuidadosamente apresentada como algo natural; os corpos não são magros ou gordos, tampouco torneados por plásticas ou ginástica; axilas e pernas não são depiladas. Rugas, pelancas e pelos não são escondidos, antes, fazem parte de corpos que querem ser *sexys*. Há uma incorporação de uma estética claramente *hippie*, mas articulada a certos significantes que salientam a sensualidade e a sexualidade. Ali a tendência é a de tentar associar sensualidade a um corpo não artificial, dando a impressão de que se quer legitimar uma nova concepção de sensualidade em uma versão "politicamente correta". Nada avilta ou limita – os jogos eróticos podem ser operados em uma lógica que, longe de "objetificar" o feminino, busca o conforto, a mulher comum, uma espécie de democratização das escolhas, ou melhor, da idéia de que o erotismo é possível e desejável para todos.

Chama atenção a organização dos elementos. Do lado esquerdo da loja, está disposta na parede uma infinidade de dildos de tamanhos e cores variados – liláses, azuis claros, rosinhas, vermelhos cintilantes... formatos para gostos diversos – uns mais grossos, outros de menor dimensão –, texturas que variam entre o látex e o silicone, alguns com o formato idêntico a um pênis, incluindo saco escrotal, outros lisos. Uns duros, outros moles. Logo acima deles, estão expostas cintas para que os dildos possam ser vestidos. Todos são coloridos, alguns feitos de tecido, outros de couro. Seguindo essa mesma parede, vão sendo apresentados outros materiais: há o lugar para os objetos ligados às práticas S/M[27] – chicotinhos de couro ou de plástico de cores variadas, roupas de couro ou látex pretas, argolas e algemas; o lugar dos óleos e bálsamos e lubrificantes; a prateleira dos vídeos.

No centro da loja, as prateleiras vão ajudando a organizar a disposição dos produtos. Nelas encontramos os livros classificados por tipo: ficção erótica, manuais para práticas diversas (masturbação, sexo anal, sexo oral), técnicas de massagem, fotografia e livros diversos sobre como fazer sexo de modo seguro, incluindo livretos que explicam a diferença – vantagens e desvantagens – dos óleos e lubrificantes. Impressiona a variedade e a sofisticação da informação fornecida. Chama particular atenção a quantidade de manuais. Parece haver uma tentativa explícita de ensinar técnicas de exercício sexual, com ilustrações e

27 S/M é a abreviação das práticas chamadas de sadomasoquistas.

descrições pormenorizadas sobre os movimentos corporais. Não existem muitas diferenças entre esses manuais e todos os seus dispositivos de apresentação das várias técnicas e os manuais de ginástica. Fontes de uma mesma tradição. A implicação mais imediata: nesses manuais há a concepção do corpo moldável pelas técnicas e dicas para seu adequado desempenho, no entanto, diferente dos manuais de ginástica, neles existe a incorporação de técnicas para fruição sexual. O início de todos os manuais – sejam eles sobre as práticas S/M ou para masturbação e uso dos *sex toys* – apresenta um texto em que há a preocupação de tornar legítima a prática em questão. O intento deles é o de desinvestir o caráter transgressor dos exercícios, descaracterizar o caráter patológico e perverso dos agentes envolvidos e convidar os leitores a experimentarem essas formas de sexualidade. Todos eles enfatizam como essa expansão das fronteiras eróticas reforça a auto-estima das pessoas, libertando-as de preconceitos e estimulando a imaginação.

Outra prateleira expõe os vibradores. Os formatos são variados, oscilando entre os fálicos (como os dildos) e uns imensos, com formatos parecidos aos microfones ou *mixers* (eletrodoméstico que mistura bebidas). Um deles parece uma furadeira elétrica, só que no lugar da broca está acoplada uma bola de textura, aparentemente, confortável. A aproximação visual com eletrodomésticos parece exacerbar o sentido de tornar os exercícios sexuais prática rotineira e normal. Como se os seus *designers* estivessem sugerindo aos consumidores que deixem de lado as tarefas domésticas para investirem no próprio prazer. Ironia ou *boutade*, essa estética que sugere uma continuidade com aquilo que caracteriza as tarefas femininas do lar dá o que pensar. O que se assemelha ao microfone também é interessante. Como se a ausência da fala e da voz das mulheres no cenário público estivesse sendo elaborada criticamente, a partir de uma metáfora irônica, para salientar a ênfase em uma nova subjetividade caracterizada pela busca do prazer, da auto-estima, do divertimento.

Peças vistosas – dildos e vibradores, ali dispostos – perdem todo e qualquer caráter de violação. Intriga o fato de serem os elementos mais presentes, tanto no sentido quantitativo como no qualitativo, dada a exuberância de suas formas. Não é exagerado afirmar que eles são os *sex toys* preponderantes. O que me faz pensar que nessa nova configuração do erotismo existe uma ênfase na "genitalidade". Uma parte do corpo – os genitais – parece ser o objeto por excelência dessas sexualidades que se descortinam.

A fragmentação do corpo em partes tem sido tema de inúmeros estudos. Na maioria das análises, tal fenômeno corresponde à crescente objetificação do

corpo como resultante da cultura de consumo e das práticas médicas.[28] Toda a vertente de estudos no interior das teorias feministas[29] complexifica, a meu ver, as interpretações que denunciam a objetificação. Em uma delas – a que contesta os binarismos mente/corpo, natureza/cultura e qualquer tipo de abordagem que resulta em essencializar ou substancializar –, o corpo passa a ser considerado corporalidade, algo que adquire capacidade de ação (*agency*). Essas teorias estão sendo elaboradas por autoras que buscam entender o corpo vivido, como é representado e usado em situações culturais particulares.

> Para elas, o corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles. Por um lado, é um corpo significante e significado; por outro, é um objeto de sistemas de coerção social, inscrição legal e trocas sexuais e econômicas.[30]

Desconstruir a polaridade mente/corpo, uma das bases dessa teoria da corporalidade, implica, para essas autoras, tomar a materialidade do corpo para além das inscrições definidas pelas leis e termos da física, ou seja, tomar a materialidade como uma continuidade da matéria orgânica; em seguida, não associar a corporalidade apenas a um sexo, como na nossa tradição cultural em que o corpo está associado à mulher, liberando os homens para os afazeres da mente; recusar modelos singulares e pensar a corporalidade no interior de um campo plural de alternativas, misturando sexo, classe, raça e idade numa plêiade de possibilidades de exercício e de representação. Enfim, trata-se de uma perspectiva que visa, ao evitar análises biologizantes ou essencialistas, ver o corpo como lugar ativo (portanto, não apenas um suporte) de inscrições e produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas.[31]

---

28 LYON e BARBALET. Society's Body: Emotion and the Somatization of Social Theory; e CZORDAS, T. The Body as Representation and Being-in-the-World. In: CZORDAS, T. (Ed.) *Embodiment and Experience.* Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

29 Elizabeth Grozs, em competente balanço teórico sobre corpo na tradição filosófica e do pensamento feminista, diferencia três grupos de autoras: o feminismo igualitário, as teóricas que advogam o construcionismo social; e as que pensam a partir da diferença sexual. Este último grupo é constituído por autoras como Luce Irigaray, Helene Cixious, Gayatri Spivak, Jane Gallop, Judith Butler, Monique Wittig, entre outras. GROZS, E. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu* (14), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2000, p. 45-86. A vertente de pensadoras a que estou me referindo condiz com essa classificação.

30 GROZS, E. Corpos reconfigurados. Op., cit., p. 75.

31 Idem, ibidem.

Seguindo essas teorias, a ênfase na genitalidade – que me chama atenção nas alternativas simbólicas desse "erotismo politicamente correto" – deve ser interpretada de modo pouco linear. De um lado, há visivelmente uma neutralização das inscrições que posicionam as corporalidades segundo sexo, raça, idade, etc. Não se trata apenas de um procedimento que apaga ou põe entre parêntesis as posições sociais ocupadas pelos sujeitos que portam os genitais. Antes, trata-se de uma espécie de apagamento das inscrições de uma corporalidade em que o próprio desejo ou prazer possa ser elaborado a partir de outras superfícies ou articulado a outras partes do corpo ou dos corpos envolvidos. De certo modo, focalizar nos genitais as possibilidades de fruição tende a obliterar a diferença. De outro lado, é preciso considerar que, a exemplo da diversidade dos dildos e dos vibradores, essa nova erótica permite pensar outra qualidade de diferenças, expandindo ou mesmo explodindo a relação entre um tipo de corpo (com um sexo, uma cor, uma idade etc.) e sua correspondente preferência de exercício sexual. Este é o lado para o qual essas alternativas criam novos horizontes para a reflexão teórica: não há correspondência entre a posição do sujeito em termos sociológicos, de gênero, racial e um tipo modelar de comportamento ou preferência sexual. O campo se alarga, ainda que ao preço de uma fragmentação. Antes: a própria fragmentação é empregada como algo positivo, como uma (re)significação que visa a expansão dos prazeres possíveis e a implosão de modelos ou da modelagem convencional do comportamento sexual.

Se há essa positividade aberta pela tendência de enfatizar os genitais nessas práticas, há também, como vimos a partir dos manuais de sexo, um caráter de funcionalidade pragmática que está ausente dos casos fornecidos por outros *sex-shops*. No Good Vibrations, o consumidor está diante de uma postura que celebra o sexo como fonte de prazer, divertimento e saúde – mental e corporal. Para alcançar esse objetivo, os produtos são apresentados com o pragmatismo de uma bula. *Comodification*, não há dúvida. Contudo, um tipo de mercantilização que traz associada uma tendência a fortalecer o *self*, permitindo um equilíbrio entre mente e corpo. Tais categorias não estão sendo negadas, antes, trata-se de promover alternativas para seu balanceamento funcional e adequado. Essa tendência fica ainda mais evidente se examinarmos o material à disposição na loja para os praticantes do sadomasoquismo (S/M).

S/M

> In fact, S/M has nothing to do with coercion, either sexual or non sexual. The common denomination in all S/M play is not a violent exchange of pain but a consensual exchange of power.[32]

Esta definição contesta as noções usuais sobre sadomasoquismo, inclusive a conceituação presente no dicionário, que tomam a prática como uma perversão de ordem sexual ou algo que descreve uma dinâmica entre pessoas envolvidas em comportamento coercitivo ou abusivo. O contra-discurso fornecido acentua, ao contrário, que S/M é um jogo erótico de poder e não um abuso físico ou emocional. E re-conceitua essa alternativa em sintonia com os participantes de grupos organizados de S/M que preferem adotar outras expressões para designá-la: jogos dominação/submissão, sensualidade e "mutualidade", mágica sexual, sexo radical ou jogo de poder e confiança. Esses grupos têm o cuidado de, em suas palestras e *workshops*, divulgar a necessidade das práticas S/M se darem em meio a um contexto de segurança e estruturado a partir da negociação e comunicação entre as pessoas envolvidas: "The bottom line is, you can't dominate your partner unless he or she allows you to take control, and you can't submit to your partner unless he or she accepts control".[33]

Na tentativa de legitimar o sadomasoquismo como alternativa erótica aceitável, o caráter de violência a ele associado é substituído pela conotação de um jogo consensual entre parceiros que brincam com os conteúdos e exercícios ligados a posições de dominação e de submissão. Os chicotes coloridos e as cenas nos vídeos reforçam essa tendência. Tudo parece estar sendo cuidadosamente montado para encenar uma situação que simula a violência, mas, simultaneamente, a afasta ou a neutraliza. A dor não faz parte dessa encenação, assim como o subjugo real ou concreto. Essa simulação vai sendo montada a partir de fantasias sexuais. Trata-se, de fato, de encenações quase teatrais e privadas de duas naturezas distintas: de um lado, as fantasias de ser dominado e subjugado por seqüestradores, estupradores, às vezes, por *aliens*; de outro, aquelas que posicionam o sujeito no controle de uma relação com uma espécie de escravo amoroso.

32 *Good Vibrations*, 1994, p. 210. Tradução livre: De fato, sadomasoquismo em nada está relacionado com coerção sexual ou não-sexual. O denominador comum em todo jogo sadomasoquista não é a troca violenta de dor, mas a troca consensual de poder.

33 Idem, p. 211.

No limite, há a tentativa de legitimar o S/M, pois acreditam e explicitam que o jogo de poder é central na nossa imaginação erótica. A noção que está por trás desta afirmação é que o sexo entre duas pessoas raramente ocorre em meio a um patamar igualitário ou de satisfação mútua em um orgasmo simultâneo. É mais freqüente que cada parceiro reveze no controle das sensações do outro. Sem dúvida, essa é uma espécie de naturalização do erotismo, como se ele fosse desencarnado de um mapeamento simbólico cuidadosamente tecido em meio a processos históricos e culturais.

Interessante notar também que os manuais S/M ou o capítulo sobre essa prática no manual do *Good Vibrations* apresentam, em contraste com os relativos a outras práticas, afirmações mais categóricas e uma caracterização detalhada sobre como definir quem está no controle e quem está submetido. Além disso, enfatizam o fato de ser essa uma das expressões do sexo seguro. Além de dizerem, o que eu achei surpreendente, que assim como os *sex toys*, os jogos S/M não enfatizam o intercurso genital, os manuais aconselham as pessoas a não ingerirem álcool ou drogas quando o praticam. Há todo um conjunto de normas que o potencial S/M deve seguir: identificar seus desejos e fantasias; encontrar o parceiro; negociar a cena; procurar o local adequado para encená-la; escolher a posição e os personagens; cuidar da saúde e da segurança. Essa normatização está acentuada nos materiais relativos a esse campo da sexualidade.

Tenho a hipótese que o pragmatismo que recobre os *S/M plays* é resultante justamente da premência de torná-lo politicamente correto, afastando-o da violência.

Jane Gallop, na análise sobre as leituras feitas por vários pensadores sobre de Sade, critica Barthes e sua insistência em apagar a violência inscrita nos textos sadeanos, salientando apenas o princípio de delicadeza que os estrutura. Por motivos inteiramente distintos, os *S/M plays* incorrem em um mesmo deslocamento. A busca por uma legitimidade da prática no interior do campo feminista codifica o exercício, institui normas e regras de consenso, apaga a violência.

Desse modo, ainda como uma conclusão descosturada, o silêncio sobre a violência na sua expressão prático-erótica mais contemporânea (nos S/M) revela algo que conduz à necessidade de tentarmos desenvolver ainda mais as nossas reflexões. As teorias e práticas feministas tiveram por mérito salientar o sentido da violência de gênero que configura as relações heterossexuais, incorrendo, por vezes, em reducionismos e na vitimização da mulher. Algumas vertentes, em crítica a esses reducionismos, criaram a posição *pro-sex,* ampliando, de modo mui-

to rico, as possibilidades de pensar novas alternativas eróticas, inclusive, aquelas que ilustram ou se aproximam de um sentido violento. Elaboraram uma versão "politicamente correta" do erotismo, intrigante o suficiente para examinarmos alguns de seus efeitos paradoxais.

Em primeiro lugar, tentando o exercício de pensar o que se ganha e o que se perde com essa expressão "politicamente correta", se ganha com a ampliação do escopo de escolhas e práticas sexuais possíveis. Contudo, trata-se de uma ampliação que traz implícito um preço: o deslocamento do sentido da pornografia, perdendo sua conotação de obscenidade. De fato, noto uma substituição de significados. O "obsceno", caro às expressões eróticas que se desenham em materiais desde o século XVI, está perdendo lugar para a noção da prática sexual como técnica corporal que visa o fortalecimento da auto-estima individual.

Em segundo lugar, como sugeri no correr da análise, o debate feminista sobre erotismo estabeleceu uma disjunção entre prazer e perigo, como se para garantir uma fruição politicamente aceitável, seja possível apagar a violência. Essa disjunção está ilustrada na proposta S/M na qual a simulação dos *plays,* por ser regrada na forma do consenso, estivesse garantindo o acesso a relações em que a violência não tem lugar. Ainda é necessário investigar até que ponto essa noção de consentimento como ato imediato da vontade não é por demais simplificada.

É preciso pensar mais sobre as implicações desse tipo de solução, tanto em termos teóricos, como nas suas conseqüências políticas. De fato, estamos diante de um quadro que ora reduz a violência a uma dicotomia entre vítima e algoz; ora, para entender suas difíceis articulações com o prazer, a desloca para um outro campo semântico, impedindo que ela possa ser objeto de reflexão.

Resumo

Existe uma relação – a ser decifrada com cuidado e nuance – entre a violência de gênero e um conjunto de concepções e práticas relativas à sexualidade. Em particular, tal relação deve dizer respeito a algum aspecto que interconecta a prática sexual no interior de um campo simbólico particular – a uma "erótica" – no qual femini-

no e masculino, corpo jovem ou velho, asiático, branco, pardo, negro e o suporte de tais definições não estão colados necessária e exclusivamente a mulheres e homens, como sujeitos empíricos, supondo uma relação de força, de subjugo e de dor. O propósito deste artigo é analisar as conexões que foram sendo feitas entre essa configuração da violência e as teorias e práticas feministas relativas ao erotismo.

Palavras-chave: Violência, Gênero, Erotismo, Pornografia, *Sex-Shops*, Teorias Feministas.

Violence and eroticism

Abstract

There is a connection between gender violence and a set of conceptions and practices related to sexuality that ought to be decoded carefully. Such relation, specifically, concerns an aspect that interconnects sexual practices within a particular symbolic field – an "erotica", where categories such as "feminine" and "masculine", "young" or "old", "skin" color such as "yellow", "white", "mulatto" and "black" and the support to such definitions does not stick necessarily and exclusively to women and men as empirical subjects, and presupposes power and force relations in terms of subjugation and pain. This articles aims at analyzing the connection that can be made between this configuration of violence and feminist theories and practices related to eroticism.

Keywords**:** Violence, Gender, Eroticism, Pornography, Sex-Shops, Feminist.

História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*

Maria Izilda Matos**

Tendo em vista as inquietações metodológicas provocadas pela emergência dos estudos de gênero e sobre as mulheres na historiografia recente, este artigo visa rastrear esses trabalhos, recuperando o contexto de sua emergência e sua trajetória na historiografia nas últimas décadas. Propõe-se também a discutir a categoria gênero, numa reflexão sobre suas contribuições para a ampliação de perspectivas da análise histórica, além de pontuar sobre seus impasses e dificuldades, tentando, assim, além de realizar um balanço sobre o tema, apontar algumas de suas perspectivas futuras.

Trajetória e Influências

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos. Sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escri-

* Publicado originalmente no Caderno *Espaço Feminino*, v. 3, n. 1/2, 1997.

** Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora pela Université Lumiere Lion 2, França

ta da história, que requeria uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa crise de identidade da história levou à procura de "outras histórias", o que levou a uma ampliação do saber histórico e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero.

Na realidade, os estudos sobre a mulher nas ciências sociais brasileiras têm uma certa ancestral idade – sem retroceder muito, poderíamos citar a publicação, em 1969, de "A Mulher na Sociedade de Classes", de Heleieth Saffioti.[1] A presença das mulheres nos escritos acadêmicos vem crescendo, especialmente, a partir do segundo pós-guerra, em função de um conjunto de fatores que têm dado visibilidade às mulheres, mediante sua conquista de novos espaços. Um primeiro fator seria a maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, conjugada à expansão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista do espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas.

Por outro lado, a discussão dos paradigmas das ciências sociais levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história e entre eles mais de 50% da população mundial as mulheres.

Apesar dos longínquos antecedentes das lutas femininas[2], suas reivindicações voltaram ao cenário somente em 1975, quando a ONU instaurou o Ano Internacional da Mulher. Mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares, os temas referentes à mulher reapareceram: violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (a dupla jornada de trabalho) e à cidadania das mulheres.

Somaram-se a essa luta outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida que ocuparam o espaço social e político a partir da segunda metade da década de 1970. No âmbito dos bairros, creches, escolas e, principalmente, nas igrejas a presença feminina foi marcante, reivindicando condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação (carências de uma população marginalizada no processo de urbanização), além da luta pela anistia.

---

1 SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade*. São Paulo, Livraria Quatro A. 1969.

2 Desde os finais do século passado, sinhás e mulheres de elite publicaram jornais femininos onde suas reivindicações concentraram-se sobretudo em dois pontos: a educação feminina e o direito de voto das mulheres. Desde os anos 1920, mulheres como Bertha Lutz, Mª Lacerda de Moura e Eugenia Cobra lutaram pela emancipação feminina, paralelamente às lutas de mulheres operárias, sobremodo anarquistas. Temos aí claramente definidas as duas vertentes do feminismo: a liberal e a libertária. HANER, J. E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas, 1850-1937*, São Paulo, Brasiliense, 1981 e TELLES, M.A. de A. *Breve Histórico do Feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

Enquanto os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, elas se organizaram em formas alternativas de atuação muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos.[3]

Assim, na década de 1970, as mulheres entraram em cena e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo.

As novas tendências de abordagem histórica emergentes nesse momento possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação e ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas históricos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano.[4]

A essa politização do dia-a-dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre o central e o periférico na história, contribuindo, assim, para o desaparecimento progressivo do acontecimento histórico, do "fato" como foco central de análise.

Essas novas perspectivas e influências emergentes nesse momento possibilitaram a reorientação do enfoque histórico, com o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, também de uma história política "evenementielle", de corte neopositivista e em geral centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico. Tiveram como preocupação abrir trilhas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais, criar possibilidades de articulação e inter-relação, recuperar diferentes verdades e sensações, promover a descentralização dos sujeitos

3 SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena.* São Paulo, Paz e Terra, 1989; SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991.

4 MATOS, M.I S. de. "Na Trama do cotidiano", In: *Cadernos Ceru*, n. 5, série 2, 1994, p. 13-27.

históricos e permitir a descoberta das "histórias de gente sem história", procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional. Nessa perspectiva, o tema da mulher passou a atrair os historiadores desejosos de ampliar os limites de sua disciplina, de abrir novas áreas de pesquisa e acima de tudo de explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão freqüentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem.

A pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, entre elas algumas que são motivadas pelo presente permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres. Este esclarecimento se faz mais necessário quando nos damos conta de que a história não recupera o real no passado, não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar, quanto a própria subjetividade, do historiador que recorta e narra o passado.

O tema na historiografia

Nas ciências sociais, ampliaram-se nos últimos anos os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho; o tema adquiriu notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero. A produção historiográfica sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados. Assim, não se pretende aqui um levantamento exaustivo de toda essa ampla produção, mas pontuar algumas questões que parecem fundamentais para o debate.

O processo de emergência do tema, tanto na produção historiográfica, como em outras áreas, privilegiou nos anos 1970, entre outras questões, a do *trabalho feminino,* em particular o trabalho fabril.

É indiscutível a maior visibilidade do trabalho, por seu papel fundamental para a sobrevivência e pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana. Todavia, esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve a um certo vinculamento inicial destas pesquisas aos estudos sobre o movimento operário e a uma

herança da tradição marxista, cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.[5]

A produção historiográfica brasileira sobre as mulheres nos anos 1980 apresenta variadas abordagens, que analisam aspectos diferenciados da questão. No âmbito da temática do trabalho feminino, procurou-se resgatar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas através das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver.

Procurou-se reconstruir a estrutura ocupacional feminina num meio urbano através do exercício de papéis improvisados, destacando e descobrindo sua presença constante na inserção no espaço público, onde as atividades femininas adquirem importância. A maior parte desses trabalhos privilegiou o período colonial e anos iniciais do século XIX, localizando a mulher no espaço urbano, em sua faina para colaborar na manutenção da casa, quando não provendo sozinha o próprio sustento e o da família. Nesse sentido, os estudos como os de E.P. Thompson[6] foram inspiradores para trazer luzes sobre o que poderíamos chamar de uma "cultura de resistência", em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência.[7]

Destacaram-se também os estudos sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, à maternidade e à sexualidade. Focalizando a intersecção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico,

5 ABREU, A. *O Avesso da Moda*. São Paulo, Hucitec, 1986; LEITE, R. *A operária metalúrgica*. São Paulo, Semente, 1982; BLANCO, E.L. *O trabalho da mulher e do menor na Indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis, Vozes, 1982; PENA, M.@ VALÉRIA J. *Mulheres e trabalhadoras* – Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. São Paulo, Paz e Terra, 1981; TEIXEIRA, A.R.S. et al. "O trabalho da mulher na indústria de vestuário". In: *Mulher, mulheres.* São Paulo, Cortez – Fund. Carlos Chagas, 1983.

6 Independente das críticas que são feitas a Thompson de como ele incorpora as mulheres em seus estudos, ver SCOTT, J. *Gender and the politica of History*. New York, Columbia University Press, 1988.

7 Nesse sentido foi pioneiro o trabalho de RUSSELL-WOOD, A.J.R. "Women and society in colonial Brasil". In: *Journal of Latin-American Studie*s, n. 91. Mas destacaria em particular para o período colonial e início do século XIX as significativas contribuições de KUSNESOF, E. Household and economy and urban development. São Paulo – 1765 to 1836. Boulder: *Westiew Press*, 1986; DIAS, M.O. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo, século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984 e Idem. "Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho". In: *Revista de Estudos Econômicos*, nº 15, São Paulo, 1985; LEITE, M.M. (Org.). *A Condição feminina no Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1984; SILVA, M.B.N. da. "O Trabalho feminino do Brasil Colonial (1765-1822)". In: *Anais da VIII Reunião da SBPH*, São Paulo, 1989; SAMARA, E. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*, São Paulo, Marco Zero/SECSP, 1989 e Idem. "Women's roles and work alternatives, in: "XIX, century Brazil". In: *XVI International Congress*, LASA, Washington, 1991 e FIGUEIREDO, L.R. de A. "Quitandas e Quitutes". In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (54), 1985.

o político e o erótico, esses estudos desenvolvidos na historiografia brasileira estiveram mais concentrados na análise do período colonial e início do século XIX, e desvendaram em particular as fontes ligadas à Igreja e ao Estado.[8]

Já no tocante ao período final do século XIX e começo do século XX, os estudos históricos enfocaram aspectos diversos, destacando a disciplinarização, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade e a prostituição, e priorizaram como fontes as judiciárias e as médicas.[9]

Nessa produção recente mais significativa, poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados. Procurou-se rever imagens e enraizamentos impostos pela historiografia, bem como dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino.[10] Revelaram-se novos perfis femininos, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas.

Assim, num leque de várias correntes de interpretações, procurou-se recuperar a atuação das mulheres no processo histórico, enquanto sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinação ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos.

Contudo, torna-se cada vez mais necessário, sem esquecer a opressão histórica sobre as mulheres, superar a dicotomia ainda fortemente presente entre a "vitimização" da mulher – uma análise que apresenta um processo linear e

---

8 ALGRANTI, L.M. *Honradas e Devotas*: mulheres da Colônia. São Paulo. José Olympio, 1993; CAMPOS, A.L. de A. *O casamento e a família em São Paulo Colonial*: caminhos e descaminhos. São Paulo, tese de doutorado, 1986; COSTA, R.R.L.D. *Divórcio e anulação de matrimônio em São Paulo Colonial*. São Paulo, tese de doutorado, 1986; PRIORI, M. del. *Ao sul do Corpo*. São Paulo, José Olympio, 1993; GOLDSCHMIDT, E.M.R. *Casamentos Mistos de Escravos em São Paulo Colonial*. São Paulo, mestrado, 1990; FIGUEIREDO, L. *Barrocas famílias*: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, mestrado, 1990; LIMA, L.L. da G. *A Confissão pelo Avesso*: o crime de solicitação no Brasil Colonial. São Paulo, tese de doutorado, 1990; LONDONO, F.T. *Público e Escandaloso*: Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. São Paulo, tese de doutorado, 1992; MENDES DE ALMEIDA, A. *O gosto do pecado* (casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro, Rocco, 1992; MOTI, L. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). *Cadernos Ceru*(SP) 18, p. 91-129, maio 1983; NIZZA DA SILVA, M.B. *Sistema de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo, TA Queiroz Edusp, 1984; NOVINSKY, I W.H. "Heresia, Mulher e Sexualidade". In: *Vivências* (História, sexualidade e imagens femininas). São Paulo. Fund. Carlos Chagas/Brasiliense, 1980; VAINFAS, R. *Os trópicos dos Pecados*. São Paulo, tese de doutorado, 1986; VAINFAS, R. (Org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

9 RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar*. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 18901930; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Idem. *Os prazeres da noite* – Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência* – Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro, Forense, 1989; e ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

10 PERROT, M. *Os Excluídos da História:* Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; "Práticas da Memória Feminina". In: A Mulher e o Espaço Público. *Revista Brasileira de História*, Anpuh-Marco Zero, 1989, n. 18; "Les Femmes, le pouvoir, l'histoire". In: *Une Histoire de Femmes est-elle possible?* Paris, Rivage, 1984.

progressista de suas lutas e vitórias e a visão de uma "onipotência" feminina, que algumas vezes estabelece uma "heroicização" das mulheres.[11]

O crescimento da produção historiográfica permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quantos os homens na história, quer destacando as diferenças de uma "cultura feminina", perdendo-se assim a multiplicidade do ser feminino, podendo-se cair numa mera perspectiva essencialista. Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procura-se um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico.

Gênero: uma categoria de análise histórica[12]

É em função dessas críticas e das próprias transformações nas reivindicações dos movimentos feministas[13] que surge o gênero enquanto categoria de análise histórica.

Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault, pela proposta de desconstrução de Derrida, pela historiografia das mentalidades e até mesmo pela psicanálise de Lacan. Esses pensadores tiveram ressonância entre estudiosos do tema da mulher e dentro do movimento feminista, propiciando a emergência das pesquisas em torno do gênero, que convergiram com uma nova tendência historiográfica: a "história cultural".

11 Certos corpos documentais cujo discurso vincula-se à procura de disciplinarização precisam ser utilizados com cautela, nos estudos da mulher. Para a recuperação dos sujeitos históricos, tem-se que atentar para a não-fragmentação da resistência-subordinação, não transformando os sujeitos da resistência em objetos da subordinação. Por outro lado, deve-se ter atenção para não atribuir uma força consciente invejável às lutas e resistências femininas, dando-lhes quase uma onipotência, reconstruindo heróis e invertendo mitos.

12 SCOTT, J. "Gênero uma categoria útil de análise histórica", in: *Mulher e Realidade:* mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

13 Não podemos esquecer que a partir dos anos 1980 o feminismo passa por toda uma autocrítica: antigas plataformas, como a busca pela igualdade de condições e direitos em relação aos homens e a procura de construção de uma identidade feminina única, são em parte questionadas, pontuadas pela diversidade dentro das lutas femininas. As mulheres penetravam nos movimentos sociais, expressando suas reivindicações no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações, além de se descobrirem a diversidade dentro do próprio movimento feminista, que deixava de ser uma luta localizada.

Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema. Considerada mais neutra e objetiva, seu uso também pode ser visto como uma faceta que busca dar legitimidade acadêmica por parte dos estudiosos do tema.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que constituíram-se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto uma forma primária de relações significantes de poder.

Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas.

Contribuições: método, categorias, fontes e temporalidades

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico.

O personagem histórico universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, e o método único e racional do conhecimento histórico foi substituído pela multiplicidade de histórias, o que não significa dizer que a história encontra-se "em migalhas".[14]

14 DOSSE, F. *História em Migalhas*. São Paulo, Ensaio/Unicamp, 1992.

Esta produção tem revelado os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, sinalizando a necessidade de estudos específicos que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas, bem como observem a heterogeneidade das experiências, incorporando toda a complexidade do processo histórico, o que implica aceitar as mudanças e descontinuidades históricas.

Quanto às categorias de análise, nota-se uma preocupação explícita de se libertar de conceitos abstratos e universais, e ao mesmo tempo resgatar as experiências de outros protagonistas, levando o historiador a restringir o objeto analisado e desconstruí-lo no passado, sempre trabalhando de forma relacional os dois gêneros, permitindo assim a redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso.

Procurar historicizar os conceitos e categorias com que se tem trabalhado (entre elas a própria categoria gênero), construindo-os durante o próprio processo de pesquisa, e incorporar as mudanças, aceitando conscientemente a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento, são preocupações que norteiam o trabalho do historiador, bem como aceitar a própria efemeridade das perspectivas, a instabilidade das categorias analíticas, constantemente reconstruídas, e a historicidade inerente ao processo de conhecimento.

Nesse sentido, a reconstrução das categorias público e privado a partir da perspectiva feminina pode ajudar a clarificar a questão. Os limites entre o público e privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos.[15] A representação do lar e da família em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas.

Os estudos de gênero vão de encontro a certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro.[16] Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desco-

15 VEYNNE, P. (Org.). *História da vida privada*: do Império Romano ao ano mil. São Paulo, Cia. da Letras, v. 1, 1990, p. 10.

16 ARIÉS, P. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

nexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica.[17] As nuanças, as tendências, os movimentos passaram a ocupar a atenção dos historiadores, em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas, permitindo ver que a própria história das mulheres não é uma linearidade progressiva, tem ir-e-vir, e que suas lutas e resistências também não podem ser vistas apartadas de toda uma dinâmica da dominação presente na trama histórica.

É indiscutível a contribuição da produção historiográfica sobre o gênero na ampliação das visões do passado, mas ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte dos segredos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas. Todavia, restam ao pesquisador apenas fragmentos filtrados pela consciência hegemônica dos documentos oficiais e da Igreja.

Os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, até canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos e fontes eclesiásticas. Os jornais, a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora.[18]

Assim, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar as estruturas do cotidiano.

17 Esses estudos vêm possibilitando, além da descoberta de temporariedades anteriormente abstraídas, a focalização de outros espaços, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais e permitindo o questionamento da polarização entre tempo e espaço, enfocando-os como uma totalidade constitutiva da trama histórica e presente na memória coletiva.

18 THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 e JANOTTI, M. de L.M. *História oral*: uma utopia?, São Paulo, 1993, mimeo.

Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas. Nesse sentido, aproximaram-se particularmente da psicologia e da antropologia, influências que sem dúvida favoreceram a ampliação de áreas de investigação histórica.[19]

Assim, a abertura dos estudos históricos para as abordagens de gênero vem colocando várias questões em relação a fontes, método e explicação. A construção de um conhecimento dialético no campo movediço dos estudos de gênero tem buscado recuperar a historicidade das relações entre os sexos, desvendar suas características, estabelecer relações e articulações entre amplas dimensões.[20]

Por outro lado, a variedade de novas abordagens historiográficas também renova os olhares sobre o passado, incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para análise de expressões culturais, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos históricos, propiciando um maior conhecimento sobre a condição social da mulher.[21] Assim, ao se destacar que o social é historicamente constituído, nele as experiências sociais feminina e masculina diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas.

O enfoque cultural faz emergirem outras manifestações passadas da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, em particular de grande contingente não enquadrado em organizações, propicia aos historiadores a possibilidade de análise do mundo privado.[22] Nesse sentido, é importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo, masculino, mas presente na trama histórica.

---

19 THOMAS, K. "History and Anthropology", In: *Past and present*, n. 24, p. 3-24, 1963 e *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

20 Utilizar-se da instabilidade das categorias como um recurso de análise é a proposta de HARDING, S. *"The instability, the analytical categories, feminist theory"*. In: Signs, Chicago, v. 11, n. 4, p. 645-54, 1986.

21 LERNER, G. "Politics and Culture in Women's History". In: *Feminist Studies*, v. 6, n.1.

22 NASH, M. "Two Decades of Wornen's History in Spain: a Reappraisal". In: *Writing Women's History*. Internacional Perspectives, MacMillan, n. 21.

Impasses e perspectivas

Outrora rejeitada – e *até* marginalizada –, a história da mulher passou a ser encarada como uma possibilidade de recuperação de outras experiências. Com a incorporação do gênero enquanto categoria de análise, tem-se procurado demonstrar que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise.

As abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de integração-diferenciação, permanência-transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas. Procuram, assim recobrar o pulsar na história, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias.[23] Ao recuperarem o processo histórico, tais abordagens pretendem perceber suas mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente.[24]

A politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do historiador e permitem a ampliação de questões metodológicas importantes, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento. A politização do cotidiano pressupõe uma comunicação entre o pesquisador e os testemunhos, que provêm de um questionamento a partir da inserção do historiador no mundo contemporâneo. Envolve a interação do sujeito com o objeto, sem uma neutralidade prefixada, criando uma verdadeira sintonia entre o historiador e seu objeto de estudo.[25]

---

23 DIAS, M.O.L. da S. "Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do cotidiano". In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/F. Carlos Chagas, 1992.

24 Uma urdidura de intermediações do sistema de poder revela toda uma organização de solidariedade, resistência silenciosa e contestadora, cumulativa de improvisação. LE ROV LADURIE, E. Le paysans de Languedoc. Flammarion, Paris, 1969. VEVNE, P. *Como se escreve a História*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

25 GADAMER, H-G. *Truth and method*, New York, Crossroad, 1984.

Ao lado do engajamento do historiador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto com os parâmetros e categorias.

O crescimento da produção historiográfica sobre o gênero, ao contrário de esgotar as possibilidades, abriu um campo movediço de controvérsias, instaurando um debate fértil. Contudo, alguns problemas de definição, fontes, método e explicação persistem, e entre eles a diversidade que envolve a própria categoria gênero.[26]

Um balanço da produção e a crítica interna permitem visualizar o surgimento de desafios. Inquestionavelmente, grande parte da produção historiográfica privilegiou o enfoque das experiências femininas em detrimento de seu universo de relações com o mundo masculino. Poucos são os estudos que analisam a masculinidade, bem como a homossexualidade, deixando de revelar as pluralidades dos femininos e dos masculinos.

Proliferaram os estudos concretos, mas já se sente a necessidade de uma síntese que abarque as continuidades e descontinuidades, as desigualdades persistentes e as experiências sociais radicalmente diferentes. Igualmente difícil de analisar é a relação entre o particular e o geral, de modo que constitui grande desafio para o historiador mostrar como os gêneros fazem parte da história, abordá-los mais de modo analítico que apenas descritivo, relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propicia a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto pesquisado.

Por outro lado, devemos lembrar a manutenção da discrepância entre a alta qualidade da recente investigação histórica sobre as mulheres e a persistência de seu status marginal, que se soma à debilidade dos movimentos feministas contemporâneos, descolados dos estudos acadêmicos. Há que se aprofundar a análise não apenas das experiências masculina e feminina no passado, senão também da conexão entre história passada e prática atual.

Na realidade, existem muitos gêneros, muitos "femininos" e "masculinos", e temos que reconhecer a diferença dentro da diferença. Desse modo, mulher e homem não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderados e intercruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem

26 BURKE, P. (Org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo, Ed. Unesp, 1992, p. 24.

tendências a generalizações e premissas preestabelecidas. Sobrevém a preocupação em desfazer noções abstratas de "mulher" e "homem", enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem enquanto diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações.

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos.

A Parteira Ignorante: um erro de diagnóstico médico?*

Maria Lúcia Barros Mott**

Francisco de Paulo Costa, na tese para obtenção do diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1841, descreve as parteiras como "mulheres de ordinário nascidas numa classe mui baixa da sociedade, imbuídas de graves preconceitos, despidas de todos os conhecimentos, ignorando mesmo muitas vezes o ler e escrever, cuja mocidade foi estragada nos deboches e nos prazeres". O formando condenava a interferência das parteiras em partos difíceis, sem o auxílio médico, a utilização de elixires, licores espirituosos e outras 'substâncias incendiárias', e o uso inadequado de instrumentos, além da condução das parturientes a esforços violentos em ocasiões inadequadas[1].

A imagem da parteira como mulher ignorante, analfabeta, sem moral, responsável pela morte de mães e recém-nascidos devido à falta de qualificação profissional, é encontrada não apenas na literatura médica brasileira do século XIX, como também na de vários países, tendo sido inclusive incorporada por historiadores e sociólogos do século XX.

* Publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n. 1/2, 1999.

** Pesquisadora do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo. Pós-doutora pela Universidade de São Paulo.

1 COSTA, F.P. Algumas considerações sobre o charlatanismo em Medicina (tese). *Revista Médica Brasileira*, v. 1, n. 7, 1841, p. 434-5.

Com o advento do feminismo, sobretudo a partir dos anos 1970, e uma nova e maior preocupação com a participação das mulheres na vida social, foram publicados inúmeros trabalhos, principalmente na Inglaterra, Estados Unidos, França, Holanda e Itália[2], elaborados a partir de pesquisa sistemática em diferentes tipos de fontes e da incorporação de uma interpretação comprometida com os estudos feministas que possibilitaram um questionamento dessa imagem tradicional das parteiras. Infelizmente, esses trabalhos tiveram pouca repercussão no Brasil. Ainda em 1997, numa importante coleção sobre a história da vida privada, pode-se ler a repetição do velho estereótipo[3].

O objetivo deste artigo é discutir a construção da imagem da parteira ignorante[4]. Entre a documentação consultada destacam-se diferentes tipos de anúncios publicados em periódicos, textos escritos por médicos e parteiras (artigos, relatórios, memórias, teses, livros de medicina para leigos, tratados de obstetrícia) e pedidos feitos pelas parteiras no sentido de realizar exames e obter cartas de exercício profissional.

Gostaria de ressaltar que quando a literatura médica do século XIX, bem como os autores contemporâneos, se referem às parteiras, raros são aqueles que fazem alguma distinção entre elas, como se houvesse um único tipo e perfil. Na documentação consultada, porém, foram identificados diferentes tipos de parteiras. De um lado, situam-se as práticas, que exerciam a profissão sem autorização legal. Embora sendo o grupo mais numeroso, as fontes consultadas forneceram poucas informações. Em geral, essas 'comadres' atendiam pessoas da família ou da vizinhança, e a assistência ao parto nem sempre era a principal atividade que desempenhavam, tanto podiam ser senhoras que faziam o parto de suas escravas e das moradoras de engenhos e fazendas, como o contrário, escravas que faziam o parto de suas senhoras e das demais escravas. Do outro lado, situam-se as parteiras licenciadas, as examinadas e as diplomadas em cursos de partos no exterior ou

2 Sobre a crítica ao estereótipo da parteira ignorante ver: LEAVITT, J.W. (Org.). *Women and health in America*. Madison: The Wisconsin University Press, 1984. APPLE, R.D. (Ed.). *Women, health and medicine.* New York: Garland, 1990. MARLAND, H. (Org.). *The art of midwifery:* Early modern idwives in Europe. London: Routledge, 1993. ULRICH, L.T. *The living mother of a living child:* midwifery and mortality in post-revolutionary New England. *William and Mary Quarterly*, n. 46, janeiro de 1989, p. 27-48. DONNISON, J. *Midwives and medical men*. Great Britain: Schocken Books, 1977. GÉLIS, J. *Sage-femme ou le médecin*: une nouvelle concepcion de la vie. Paris: Payard, 1988.

3 "Durante o período colonial e no Primeiro Reinado as parteiras chamavam-se 'aparideiras'. Em seguida seu nome mudou para 'assistentes', sem que se alterasse seu precário ofício, relegado a pretas velhas e 'curiosos". ALENCASTRO, L.F. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ e NOVAES, F. *História da vida privada no Brasil*. v. 2, p. 71.

4 Tema abordado num capítulo da minha tese de doutoramento, cujo resumo apresento agora em forma de artigo. SOUZA MOTT DE MEIO, M.L.B. *Parto, parteiras e parturientes no século XIX*. Mme. Durocher e sua época. São Paulo: USP (História). 1998.

no Brasil, grupo bem menor, sobre o qual foram encontradas inúmeras referências, sendo por isso o mais citado e analisado no decorrer desse artigo.

Parteiras no século XIX, um perfil diversificado

Em Portugal, a partir do século XVI, o exercício profissional das parteiras foi regulamentado; além de partos (normais e dificultosos) elas eram chamadas como peritas nos casos de infanticídio, Exigia-se um exame ou uma licença especial para o exercício da profissão, tanto na metrópole quanto nas colônias, havendo inclusive uma penalidade prevista.[5]

A fiscalização dos ofícios ligados à cura e à cirurgia no Brasil durante o período colonial não foi efetiva, mas isso não significa que tenha sido inexistente. Em algumas cidades, existiu sempre algum tipo de controle pelas câmaras municipais.[6] Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), a Fisicatura Mor, órgão burocrático-administrativo responsável pelas questões referentes à higiene pública e ao exercício da medicina e da cirurgia no Brasil e nos demais domínios portugueses, passou a ser responsável pela fiscalização do ofício de parteira. Com sede no Rio de Janeiro, então capital, tinha representantes e delegados, nas diferentes regiões do Império.

Os trâmites para requerer o exame ou obter uma licença especial não eram simples. Inicialmente, exigia-se que a candidata apresentasse uma carta comprovando experiência ao representante do físico mor da região onde vivia. Se aceita, marcava-se o exame. A candidata era examinada por dois cirurgiões aprovados, ou por um cirurgião e uma parteira aprovada. Na ocasião eram feitas "as perguntas necessárias tanto teóricas como práticas", pelo tempo que os examinadores julgassem necessário. Os autos do exame eram registrados em cartório, sendo então enviados ao físico mor no Rio de Janeiro. Depois de a parteira estar com a carta de examinada nas mãos, ela deveria ainda fazer um juramento sobre os Evangelhos, na Câmara Municipal de onde morava.

Para obter uma licença especial, que a permitisse exercer a profissão sem fazer exame, a parteira deveria também comprovar experiência e dar uma justifi-

5 Ver Mira, F.M. *História da Medicina Portuguesa.* Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. 1947, p. 88.

6 Ver Arquivo Público Mineiro. CMOP. 1 7.

cativa quanto ao exame. Entre as razões apresentadas aceitava-se 'não ter meios' e 'não haver nenhuma parteira ou cirurgião aprovado na localidade'. A licença era dada por determinado tempo, renovável, e a parteira era obrigada a fazer o exame posteriormente.[7]

A documentação da Fisicatura Mor (1808-1828) no Arquivo Nacional fornece informações que permitem traçar um perfil diversificado (étnico-racial, social, cultural e de capacitação profissional) das parteiras que exerciam legalmente o ofício. Foram localizados requerimentos de 50 parteiras para todo o Império. A condição, a origem e o estado civil não foram relatados como motivos de impedimento, embora não tenha sido localizada nenhuma licença de escravas[8]. Dentre elas, seis se declararam pardas forras; havia também duas pretas forras, sete pardas, uma branca exposta e uma crioula forra, enquanto 32 não fizeram referência à etnia. Além disso, dez mulheres se diziam viúvas, duas solteiras e quatro casadas; oito diziam apenas o nome da mãe (natural ou legítima); outras 24 não fizeram qualquer referência ao estado civil.

Os pedidos para realização de exame eram de mulheres provenientes sobretudo do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais e em menor número do Rio Grande do Sul. Foram localizados apenas quatro pedidos de parteiras de além mar para exercerem a profissão no Brasil, uma dos Açores, uma de Portugal, duas francesas – estas pediram licença alegando que não tinham meios para realizar o exame.

Verifica-se que essas mulheres não possuíam a mesma situação econômica nem vinham do mesmo meio social: a parteira Rita Maria foi enjeitada pelos pais e abandonada na Roda dos Expostos;[9] Gertrudes Maria, moradora do Rio de Janeiro, declarou que era mulher de Romão Francisco, fiel das Cocheiras Reais; Maria Coelho, da Freguesia do Rio Bonito, pedia licença para exercer o ofício, pois não podia fazer o exame 'por falta de meios'; já a parteira e curandeira Romana de Oliveira, preta forra, moradora de São Gonçalo da Banda do Além Paraíba (Província do Rio de Janeiro), informou que possuía escravos e vivia de suas lavouras.

7 Não consegui sistematizar as informações sobre os custos para se obter carta de parteira, nem fazer uma avaliação do significado destes gastos. O preço e as taxas cobradas parecem ter variado na decorrer dos anos. Ver: *Livros da Fisicatura*. Arquivo Nacional, cód. 145.

8 No período colonial há registro de, pelo menos, uma carta de parteira fornecido a uma escrava. Ver DOMAS FILHO. *Capítulos da sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955, p. 84-5. Pires de Almeida faz referência a uma escrava que teria obtido carta de exame de parteira. Ver Almeida, J.R.P. . *História da instrução pública no Brasil*. Brasília: Inep/São Paulo: PUC. 1989, p. 45.

9 Rita Maria dos Prazeres foi examinada em Recife, em 1827. A documentação sobre as parteiras examinadas e licenciadas pela Fisicatura Mor se encontra no Arquivo Nacional, cód. 145.

Alguns dos pedidos para realizar exame apresentam atestados de comprovação de experiência, passados por médicos, cirurgiões ou parteiras, com referência às qualidades das candidatas: tinham experiência, conhecimentos, eram hábeis, prudentes e capazes, estavam aptas a atender tanto os partos normais como difíceis, demonstravam ter conhecimentos práticos, possuíam uma sã moral. Muitas delas atendiam esposas de médicos e cirurgiões ou de seus familiares, até mesmo em partos considerados difíceis e laboriosos. José Maria Barreto, cirurgião da família real, declarou que Sebastiana do Bom Sucesso tinha sido chamada, várias vezes, para atender sua mulher. O cirurgião aprovado Antonio (sobrenome ilegível) afirmou que Teodora Maria da Conceição tinha assistido partos tanto em sua casa quanto em casa de outras pessoas e "tinha prática suficiente para usar do ofício a que se propôs, sendo autorizada por seu juízo competente". Reginaldo José Cardoso, aprovado em Medicina e Cirurgia, certificou que Emerenciana Tereza de Jesus tinha feito alguns partos em sua presença e tinha muito jeito. Porfirio Joaquim Soares Viegas, cirurgião aprovado, atestou que Quitéria Maria da Conceição tinha assistido 'por vezes' partos de sua família, entre eles um laborioso, "com toda moderação e prudência necessária em tais casos, mostrando-se por isso ser inteligente e capaz de exercer a Arte Obstétrica". Domingos João Ruiz da Costa, aprovado em Cirurgia e Medicina, afirmou que tinha observado Matildes Izidora e que possuía "inteligência e cuidado, não se fiando só em si quando encontra dificuldades", chamando socorro sempre que necessário.

Verifica-se ainda que muitas parteiras aprenderam o ofício com outras parteiras e mais raramente com médicos e que, entre elas, nem todas eram analfabetas. Luiz Magalhães, cirurgião da Casa da Família Real, atestou que deu algumas lições a Maria Rosa Pinto. Sebastiana Maria do Bom Sucesso recomendou Maria Rosa da Conceição, como alguém com grande experiência e inteligência, e também a parda forra Paulina Maria de Jesus, que vinha praticando com ela por quase sete anos, demonstrando grande conhecimento. Declarou que "mandou passar" o atestado por Narciso José da Silva, "por não saber escrever". Como Sebastiana do Bom Sucesso declarava ser analfabeta, a parteira prática Maria do Carmo escreveu a carta de apresentação para Gertrudes Maria, que vinha praticando por mais de dez anos e aprendeu o ofício com Ignez Januária.

Apesar do reconhecimento da capacidade profissional e da evidente colaboração entre parteiras e médicos, percebe-se que já havia um controle do ofício por parte dos médicos. Seja porque eram examinadas por cirurgiões (as parteiras mais raramente participavam como examinadoras) seja pelo fato de serem obrigadas, em caso de perigo, a recorrer a um cirurgião.

A documentação mostra também alguns sinais de disputa profissional entre médicos e parteiras. A parteira e curandeira parda forra Romana de Oliveira foi denunciada em 1813, pelo cirurgião L. José de Oliveira, por partejar e curar sem autorização. A denúncia, porém, não teve apoio da comunidade. A parteira foi defendida por pessoas proeminentes da Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro), entre elas o pároco e o tenente-coronel Roberto Pinto Fontoura, nas terras de quem era lavradora.

A trajetória de Romana de Oliveira merece ser detalhada por ilustrar questões aqui já levantadas e outras que serão abordadas no decorrer do artigo. A parteira declara que possuía escravos e que vivia da lavoura, e não dos partos que assistia, pois nada recebia por isso. Afirma que, por "estes serem uns atos que de sua natureza requerem assistência de mulher e não de homem", o cirurgião só deveria ser chamado em caso de perigo, e que se ela aplicava remédios eram aqueles mais triviais e conhecidos de todos. Tudo fazia por caridade, em benefício do público e "principalmente da pobreza".

O tenente-coronel, em carta, defendeu a moradora. Ressalta que o lugar onde ela vivia não possuía parteira aprovada e que nem todas as pessoas podiam pagar um cirurgião. Afirma que o cirurgião, por sua vez, também não podia acudir todas as fazendas e sítios onde havia uma imensidão de escravos e pobres; quanto aos remédios que usava, não eram perigosos.[10]

A longa experiência, a qualificação e o reconhecimento profissional das parteiras examinadas pela Fisicatura Mor podem ainda ser verificadas, de forma bastante eloqüente, através de uma polêmica sobre doenças do útero, entre Aquino Fonseca e Joaquim de Morais Sarmento (este, doutor em medicina pela Faculdade de Paris, aprovado pela Faculdade de Medicina da Bahia e Secretário da Sociedade de Medicina de Pernambuco) publicada nos Anais de Medicina Pernambucana, em 1844. O texto revela que, além de assistir aos partos, as parteiras tratavam, com muita freqüência, doenças ginecológicas, aplicavam sanguessugas; revela ainda que havia cooperação e concordância no uso de determinadas terapêuticas entre elas e os médicos, que algumas delas tiveram um relacionamento profissional muito próximo com os médicos, eram alfabetizadas e possuíam uma vasta experiência clínica.

Sarmento diz que decidiu pedir a opinião de Rita Maria dos Prazeres, "que é a parteira que, por ordem da maior parte dos Facultativos desta cidade, mais bichas (sanguessugas) tem aplicado no colo da madre"[11]. O médico escreve

10 Arquivo Nacional, Fisicatura Mor, cód. 145. Livro n. 6, 1813-1818.

11 Anais de Medicina Pernambucana, p. 301-3.

à parteira pedindo que respondesse, "com sinceridade", sobre o uso de bichas nas doenças do colo útero, ao que a ela respondeu por escrito. Pela correspondência, verifica-se que ela possuía mais de 20 anos de experiência, que vários médicos encaminhavam para ela pacientes com problemas ginecológicos, e que o número de consultas chegou a mais de 400.

Ao comentar as informações fornecidas pela parteira, Sarmento faz o seguinte elogio: "não pode estranhar que eu declare com mais fundamentos e menos injustiça, que mais parece a carta da Parteira Sanson etc., do que tudo mais que o dr. Fonseca escreveu a respeito das aplicações de bichas no colo uterino". E conclui o médico: "Dir-se-ia, em verdade, que foi a Parteira quem assistiu às lições da Faculdade de Paris!".

Com a criação das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832, as mulheres que queriam exercer a profissão de parteira deveriam, a partir de então, fazer o aprendizado através de um Curso de Partos. A legislação previa que as parteiras ali diplomadas e aquelas formadas em outros países (mas cujos diplomas tivessem sido reconhecidos, vale frisar, pelos médicos, em uma das duas faculdades) poderiam exercer legalmente o ofício ao lado das práticas, anteriormente aprovadas pelos médicos da Fisicatura ou da Câmara Municipal.

Enquanto a documentação da Fisicatura Mor possibilita que se questione a falta de capacidade e pequeno reconhecimento profissional das parteiras práticas (examinadas ou licenciadas), o *Almanaque Laemmert*[12] mostra através de anúncios a experiência e qualificação das parteiras diplomadas, seja pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seja pelas escolas estrangeiras. Algumas delas, inclusive, dividiam consultório com médicos. Mme. Berthou anunciava que era diplomada em Paris e parteira da Santa Casa de Misericórdia; Mme. Landreau informava ter sido "discípula da Maternidade de Paris e aceita pelas faculdades de medicina de Paris e do Rio de Janeiro"; Mme. Daux diz que se formou na Faculdade de Medicina de Paris e foi aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Mme. Victorina Borgé, que tinha sido discípula do célebre dr. Dubois, aprovada pelas faculdades de Medicina de Paris e do Rio de Janeiro, que falava português, francês e alemão; Mme. Meunier, que era parteira da S. M. Imperatriz; Mme. Durocher e Felicíssima Ferreira, formadas pelo curso de partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que dividiam o consultório com dr. Araújo.

12 As citações do *Almanaque Laemmert* referem-se ao período de 1844-1896.

Outra constatação importante, feita a partir dos anúncios, é que várias parteiras no Rio de Janeiro exerceram o ofício por um longo tempo, o que sugere experiência, mas não eram tão velhas, ao contrário do que foi denunciado por muitos autores, com base apenas na informação sobre as longas carreiras. Mme. Durocher, que começou a partejar em 1833, com cerca de 24 anos, anunciou de forma contínua, de 1844 até o ano de sua morte, 1893; Felícia Hosxe, entre 1845 e 1893; Mme. Berenger e Mme. Borgé anunciaram por mais de 30 anos; e Pauline Napoleão, Maria Driebacher e Justina Hollinger, por mais de 20 anos. O longo período em que exerceram a profissão não significaria que essas parteiras tinham experiência e eram reconhecidas como profissionais competentes?

Confrontando-se os nomes levantados no *Almanaque Laemmert* com aqueles da Fisicatura Mor, conclui-se que algumas parteiras práticas, sem diploma, apenas examinadas, continuaram partejando por várias décadas no Rio de Janeiro. Clementina Rosa Rego exerceu o ofício pelo menos entre 1822 e 1869, ou seja, por mais de 47 anos!

Nos anúncios do *Almanaque* encontra-se ainda uma informação importante sobre uma parteira que nem tinha licença nem passou por exame – não estando, portanto, autorizada a exercer o ofício – o que permite o questionamento da falta de experiência e qualificação das parteiras práticas. Em 1885, Ana Cândida de Oliveira Godoy informava, nas páginas do periódico, que não era parteira de primeira classe, nem possuía diploma, porém tinha 24 anos de serviço prático em cuidar de suas amigas e comadres[13].

A experiência e o reconhecimento profissional das parteiras diplomodas podem ainda ser avaliados através de outros documentos. Mme. Berthou teve seu diploma registrado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foi admitida como parteira da Santa Casa em 1830, por "insinuação de D. Pedro I", publicou em português um livro para instrução de parteiras e propôs um curso para formação de parteiras[14]. Exerceu sua profissão por mais de 30 anos no Rio de Janeiro, pois o *Almanaque Laemmert* de 1864 ainda trás um anúncio oferecendo seus serviços.

A *Revista da Imperial Academia de Medicina* traz inúmeras referências aos conhecimentos e à prática da parteira Mme. Durocher. Maria Josefina Matildes

13 Idem. 1885, p. 795.

14 MAGALHÃES, F. *A obstetrícia no Brasil*. Rio de janeiro: Ribeiro Leite, 1922, p. 214. MME. BERTHOU. *Compêndio das doenças e outras indisposições das mulheres* (...). Rio de Janeiro: Tip. Imperial de Émile Seignot-Plancher, 1830. Quanto à proposta do curso, ver BRENES, A.C. *Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris* (tese de doutoramento). Universidade Federal Fluminense (História), 1996, p. 235.

Durocher, primeira parteira diplomada no Brasil, exerceu a profissão durante quase 60 anos e atendeu mais de 5.500 partos, o que certamente lhe confere o título de a profissional com maior experiência clínica em obstetrícia – mesmo se comparada com a dos médicos do período. A parteira não só executou partos normais, como a maioria das operações obstétricas conhecidas (com exceção da cesareana, que, por sinal, foi praticada raramente no Brasil, até o final do século XIX). Participou de perícias médico-legais e foi solicitada para examinar amas-de-leite. Publicou vários trabalhos, sendo a única mulher admitida como sócio, no século XIX, na Imperial Academia de Medicina.

Mme. Durocher fez o parto da princesa, Dona Leopoldina, filha de D. Pedro II; chegou a partejar 15 filhos de uma mesma mulher e três gerações numa mesma família.[15] Ela e a parteira Tygna receberam, pelo menos, um agradecimento por parte de um pai feito na imprensa. O dr. Martin Leocádio Cordeiro agradece as duas profissionais por terem socorrido mãe e filha num parto laborioso em que foi necessário o uso do fórceps.[16]

Se as parteiras foram aprovadas pelos médicos nos exames realizados na Fisicatura e na Faculdade de Medicina, se tinham autorização legal para desempenhar as atividades que lhes eram atribuídas, se foram elogiadas pelas clientes e pelos médicos com quem trabalhavam ou cujas mulheres atendiam, se partejavam mulheres das famílias de maior prestígio no Império, se algumas delas além de partos normais atendiam partos difíceis, praticavam operações obstétricas, inclusive com uso de fórceps, e se o poder público as chamava como peritas em casos médico-legais, o que explicaria então a construção da imagem negativa?

Interpretando o discurso médico

Para entender o discurso médico brasileiro do século XIX, que desqualifica as parteiras, procurei na documentação informações sobre a prática médica em obstetrícia no referido período, para verificar até que ponto eles estavam mais capacitados do que as parteiras.

15 DUROCHERM, M.J.M. Considerações sobre a Clínica Obstétrica. *Anais da Academia de Medicina,* v. 2, n. 3, jan./mar. 1887, p. 285.

16 *Jornal do Comércio,* 03/06/1861.

Como se trata de uma época em que essa prática passa a ser obtida através de uma educação formal, a pesquisa foi direcionada para o ensino médico. Pela documentação, verifica-se que, ao longo do século XIX, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia não preparavam profissionais capacitados para fazer partos. As memórias e os relatórios anuais elaborados, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, pelas próprias faculdades de medicina repetem ano a ano um quadro desolador: os professores davam aulas através de lições orais, repetindo exatamente o que estava escrito nos manuais. Não havia aula prática, já que não havia uma clínica de partos. Anselmo da Fonseca relembra seu aprendizado: "A monotonia daquele curso fastidioso só era quebrada pelos manejos realizados sobre um manequim, que, com alguns esqueletos de bacia, úteros e fetos artificiais e diversos instrumentos, constituíam os únicos elementos com que se deveriam habilitar e formar os futuros parteiros. No fim do ano, os estudantes eram aprovados sem terem jamais assistido a um parto, nem uma vez sequer praticado o simples toque!".[17]

Se a falta de preparo em obstetrícia dos médicos recém-formados pode ser levantada com facilidade em diferentes fontes, os desastres e a imperícia médica durante a parturição, que constituem outro indicador possível para se avaliar a prática e os conhecimentos médicos em obstetrícia, não foram localizados tão facilmente. Dr. Sigauld, médico francês radicado no Brasil, afirma que a imprensa brasileira não tinha como costume de publicar 'casos funestos' como na Europa.[18]

Em 1866, a imprensa diária discutiu um caso ocorrido em Valença em que dois médicos seccionaram o braço de um feto durante o parto.[19] Lourenço de Holanda Lima, em tese defendida em 1891 sobre gravidez ectópica (extra uterina), relata o caso de uma parturiente cujo diagnóstico de prenhez e fibroma foi feito pela parteira; o professor diagnosticou prenhez dupla, e o adjunto, prenhez simples, feto em apresentação de nádegas. "Alguém, não há nome", lembrou-se de praticar a sondagem e encontrou o útero vazio; diagnosticou então prenhez extra-uterina, feto vivo e a termo . Ninguém fez nada, o feto morreu, e a mãe também, dias depois, por infecção. A necrópsia constatou 'prenhez ectópica'.[20]

Outro parto que gerou polêmica foi o da princesa Isabel. Na ocasião, três médicos foram criticados fortemente pela morte da criança que seria herdeira

17 FONSECA, A. *Memória histórica* (...) da Faculdade de Medicina da Bahia. 1891. p. 87.

18 SIGAUD, J.F. Clínica de Partos. *Diário da saúde*. 16/05/1835.

19 LOBO, G. Questão obstétrica de Valença. *Anais Brasilienses de Medicina*. 1891. p. 87.

20 MAGALHÃES, F. Op. cit. p. 325.

do trono. Fernando Magalhães, autor de um bem documentado trabalho de *História da Obstetrícia no Brasil*, afirma que não se pode concluir se houve ou não imperícia. Lembra, porém, o fato de que embora D. Pedro II tenha distribuído graças aos três médicos depois do restabelecimento da princesa, posteriormente fez um convite a um médico francês (DEPAUL) para vir ao Brasil, a fim de assistir ao nascimento do herdeiro.[21] Essa atitude do monarca não poderia ser lida como um descrédito à obstetrícia praticada pelos médicos nacionais?

Apesar da precária formação em obstetrícia dos estudantes de medicina, a força e a credibilidade do discurso médico, ao desqualificar as parteiras, persistiu como dominante, o que acabou por atribuir aos próprios médicos uma competência clínica que eles estavam longe de possuir; era como se por um passe de mágica, da noite para o dia, a posse do diploma da Faculdade de Medicina tornasse os alunos de ontem profissionais melhores do que as parteiras, pouco importando o tempo de prática e a experiência que elas tivessem acumulado.

A partir dessa constatação eu me pergunto se a tão propalada ignorância das parteiras não deveria ser entendida como uma crítica ao modo como elas concebiam todo o processo da parturição, ou como uma estratégia que os médicos encontraram para serem reconhecidos como detentores do discurso competente sobre o corpo das mulheres, tornando-se os únicos legitimamente autorizados para intervir nesses corpos.[22]

Será que o alvo das críticas não seria o saber elaborado a partir de crenças religiosas, práticas populares e conhecimentos colhidos na Medicina Clássica, no qual a visão de mundo, a forma de transmissão de conhecimentos, a função da parteira e o tipo de assistência dada à parturiente eram diferentes daqueles ensinados pelas faculdades de Medicina, preconizados pela obstetrícia, que então começava a se pensar enquanto ciência? Como as parteiras acreditavam que sua função era assistir ao parto, esperar a natureza se manifestar, e aparar a criança – conseguindo inclusive, através de rezas e rituais, o auxílio benfazejo de santas e santos do panteão católico e das demais forças sobrenaturais –, os médicos acreditavam que seu dever era fazer o parto, agindo como 'sentinelas avançadas', prontos para intervir sempre que o organismo se afastasse daquilo que consideravam fisiológico. Daí as parteiras serem ridicularizadas, consideradas supersticiosas, chamadas de ignorantes, e seu saber sobre o parto, desqualificado.

21 Idem, p. 151-3.

22 Ver VIEIRA, E.M. *Prática médica e corpo feminino* (dissertação de mestrado). São Paulo: Faculdade de Medicina de São Paulo, 1990.

Vale lembrar que, além das parteiras, outras pessoas que como muitas delas eram de origem africana e analfabetas, tendo adquirido conhecimentos e ofício na prática, e até então prestando assistência à população – sofreram campanha de descrédito por parte dos médicos, sendo consideradas charlatães. Com a criação do ensino e a profissionalização da Medicina no século XIX, curandeiros, sangradores, algebristas (homens e mulheres que colocavam ossos no lugar), cirurgiões barbeiros passaram a ser alvo de uma larga campanha difamatória e persecutória,[23] mesmo sendo seu saber tributário da Medicina Clássica, culta, preservada e transmitida por incontáveis gerações.

Acredito que a luta entre a 'ciência' e a 'não-ciência', entre 'racionalidade científica' e a 'superstição', deve ser considerada apenas em parte como responsável pela construção da imagem da parteira ignorante no século XIX. A ignorância e outros aspectos de ordem moral que as desqualificavam certamente se devem também à crença, cada vez mais difundida no período, de uma natureza feminina, que biologicamente excluiria a mulher de uma série de atividades físicas e intelectuais, enquanto a dotaria para a maternidade, condicionando-a assim à esfera dita privada.

A própria parteira Mme. Durocher tem um texto em que afirma não ser a mulher, pelas leis da natureza, uma criatura apropriada para a profissão de parteira. O físico e a moral impunham enormes restrições, estando apenas algumas, excepcionalmente, aptas a exercer a profissão. Argumenta que como existiam homens efeminados, existiam mulheres varonis (embora não mencione ela mesma, que se vestia com roupas masculinas). Essas mulheres, sim, teriam as devidas qualidades para exercer a profissão. Os impedimentos de ordem física citados por Mme. Durocher referem-se à compleição mais fraca, à falta da força necessária para fazer as manobras, e às ocorrências específicas da vida reprodutiva da mulher, como menstruação, gravidez, aleitamento. Os impedimentos de ordem moral referem-se à fragilidade e à sensibilidade, que tornavam a mulher tolerante com as fraquezas humanas, compassiva com os sofrimentos' alheios, sem firmeza de caráter e sem sangue frio para bem observar e julgar na cabeceira da parturiente. A pouca instrução, por sua vez, privava a mulher da eloqüência "insinuante e persuasiva para combater as intenções e os planos desastrosos e imorais que, algumas vezes, lhe são confiados". Cita, como exemplo, uma cliente que tentou convencer a parturiente da necessidade de uma operação. O casamento também era visto como um impedimento para o exercício profissional, pois a mulher casada em geral tinha a vida restringida pelas ocupações domésticas e pelos 'ciúmes' do marido.[24]

23 Ver MACHADO, R. et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 191.

24 DUROCHER, M.J.M. Deve ou não haver parteiras? *Anais Brasilienses de Medicin*a. v. 22, n. 9, fev. 1871, p. 330.

Uma outra questão que não pode ser descartada no que se refere ao preconceito contra as antigas parteiras se refere à origem étnico-racial. O maior número de mulheres de origem africana em relação às de origem européia, nos primeiros séculos da colonização e o desprestígio social dos ofícios ligados à cura, cirurgia e parturição,[25] certamente explicam a razão de negras e mulatas terem acesso ao ofício.

O discurso médico, ao limitar principalmente o ofício a negras ou mulatas, escravas ou forras, acabou por excluir do exercício dessa atividade as mulheres das camadas mais abastadas que partejam. Marina Maluf refere-se ao parto difícil de uma escrava feito por uma fazendeira de café no interior de São Paulo, na segunda metade do século XIX, e a escritora Maria José Dupré relembra os partos das mulheres da vizinhança, realizados por sua mãe, também fazendeira de café, nas margens do Rio Paranapanema.[26] Pergunto-me se esse silêncio, esse ocultamento na literatura médica dessa importante atividade das senhoras – mais que isso, dessa atividade que efetivamente fazia parte das responsabilidades domésticas de muitas mulheres e para a qual elas eram treinadas – não poderia ser lido, primeiro, como o desejo de esconder aspectos da vida cotidiana que não condiziam com o papel idealizado para mulheres brancas de elite; segundo, o de relegar 'às outras', 'às negras' o uso das condenadas práticas supersticiosas, tradicionais, bem como a responsabilidade pela morte de mães e crianças e o próprio 'atraso' da obstetrícia no país.

Seguindo a reflexão feita por alguns autores que analisaram e questionaram o estereótipo da parteira ignorante, deve ainda ser lembrada a influência que a disputa pelo campo profissional teve na construção dessa imagem. No século XIX, segundo Jane Donegan,[27] a parturição começava a se tornar um campo atraente para os médicos, sobretudo o atendimento de partos normais, categoria na qual o índice de insucesso era em geral muito pequeno. Para um profissional, um parto bem sucedido poderia significar tornar-se médico da família, sendo requisitado sempre que necessário para cuidar de diferentes doenças que ocorressem a qualquer um dos membros.

No Brasil, a disputa pelo campo profissional pode ser verificada no já citado processo movido, em 1813, pelo cirurgião L. José de Oliveira contra a

25 Os que os exerciam eram considerados "homens-de-ofício socialmente inferiores aos burgueses e aos nobres. Donatários e capitães generais designavam os seus cirurgiões como 'criados' ou serviçais'". Ver SANTOS FILHO, L. *História Geral da Medicina Brasileira*, v. 1. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977. p. 309. Ver também COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal. 1983, p. 74-7.

26 MALUF, M. *Ruídos da Memória*. Rio de Janeiro: Siciliano. 1995, p. 247. DUPRÉ, M.J. *Caminhos*. São Paulo: Ática. 1972, p. 14.

27 DONEGAN, J.B. Op. cit., p. 312.

nossa conhecida Romana de Oliveira, moradora do interior do Rio de Janeiro, Ao se defender, a parteira deixa evidente que se sentiu perseguida. Em ofício à Fisicatura, ela afirma que o cirurgião, "guiado pelo seu próprio interesse e uma temerária presunção", queria que o chamassem para todas as moléstias, mesmo as "mais insignificantes", e até os partos.[28]

A partir dos textos de Mme. Durocher também é possível identificar a disputa pelo campo profissional. Ao defender melhor instrução para as parteiras, ela acaba por reconhecer que o número delas seria reduzido, o que seria bom para os médicos. Argumenta que a obstetrícia era um campo de trabalho atraente, visto que o número de médicos e parteiras habilitados era relativamente pequeno e os outros ramos da Medicina estavam ficando cada vez mais difíceis pela quantidade de profissionais existentes.[29]

Ao lado da parteira ignorante, a imagem da parteira sem moral, que praticava aborto, infanticídio, e levava as crianças para a Roda dos Expostos, também é extremamente recorrente na documentação através dos séculos. Será que o fato de as parteiras terem acesso aos segredos mais íntimos das famílias não acabou por torná-las a um só tempo figuras poderosas, estimadas, incômodas e temidas, alvo fácil de crítica e difamação?

Vale lembrar que as parteiras possuíam conhecimentos e estratégias que lhes possibilitavam transgredir a norma estabelecida – que defendia o casamento, a família e a maternidade – e ir de encontro aos desejos das mulheres, que não podiam, não queriam ou não tinham condição de ter filhos, por que eram solteiras, tinham muitos filhos, não tinham como sustentar a criança ou por que a criança era fruto das condenadas relações extra-conjugais etc. etc. etc. Nesse sentido, pergunto-me se praticar o aborto ou levar a criança secretamente para a Roda não deveria ser lido menos como uma prática condenável das parteiras e mais como um exemplo de solidariedade e compreensão das necessidades das parturientes, bem como uma forma de resistência aos papéis e ao comportamento moral imposto às mulheres.[30]

Quanto à imagem da parteira infanticida, é preciso dizer que na tradição judaico-cristã ela é muito forte e antiga. No *Êxodo*, por exemplo, lê-se que o faraó mandou que as parteiras matassem todas as crianças judias do sexo masculino. Do mesmo modo, no final da Idade Média as parteiras foram acusadas

28 Arquivo Nacional, *Fisicatura Mor*, cód. 145, cx. 474, pct. 3.

29 DUROCHER, M.J.M. Deve ou não haver parteiras? Op. cit., p. 335-6.

30 Embora as parteiras sejam, em geral, as únicas lembradas e criticadas por fazerem abortos, os médicos também os faziam.

de bruxaria pela crença de que recém-nascidos não batizados eram utilizados em rituais mágicos.

Com essas observações não quero negar a existência desses comportamentos e atitudes, nem reivindicar uma imagem imaculada para as parteiras, mas chamar a atenção para o poder que possuíam. Ao mesmo tempo em que podiam ajudar as mulheres, podiam também prejudicá-las, através de atos indiscutivelmente condenáveis. No final do século XIX, um médico do Rio de Janeiro relatou o caso de uma parteira que assistiu um parto juntamente com ele e que tentou convencer a parturiente de que o recém-nascido "era completamente moleque", ou seja, mulato, propondo trocá-lo por uma criança clara, mediante a quantia de 20 contos de réis.[31] Ressalte-se que esse não foi o único problema que a parteira teve com a polícia. Em outro caso ela foi acusada de roubo de documentos, letras e jóias.

Para concluir, gostaria de ressaltar os limites do poder, reconhecimento e prestígio das parteiras, no sentido de entender a construção das imagens depreciativas que lhe foram atribuídas. Embora elogiadas, queridas e respeitadas, a documentação sugere que as mulheres que viviam dessa atividade eram socialmente discriminadas. Acredito ainda que a observação feita por Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre as mulheres pobres de São Paulo deveria ser estendida às parteiras. "Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinham de valores machistas e misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho manual e de qualquer ofício de subsistência".[32]

No *Dicionário-Enciclopédico,* de José Maria Lacerda, publicado em 1878, pode-se perceber essa dupla situação vivida pelas parteiras no verbete comadre. O termo era usado para designar amizade e confiança usado entre mulheres vizinhas, mas também como nome de dois objetos: uma espécie de pinico, onde os enfermos "que não podiam levantar da cama" faziam suas necessidades, e o vaso de metal ou madeira que se colocava entre os lençóis para esquentar a cama. O autor explica que esse segundo significado "vem de comadre, parteira, que mete as mãos entre os lençóis para partejar a mulher ou para lhe aplicar fomentações ou cataplasma".[33]

---

31 COSTA, F. Comunicação feita à Imperial Academia de Medicina (...). *Anais Brasilienses de Medicina*, v. 32, n. 2, out./nov. 1880, p. 129-140. Arquivo Nacional, Corte de Apelação, 1882, maço 134, processo 1714.

32 SILVA DIAS, M.O.L. da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 9.

33 LACERDA, J.M.A.C. *Dicionário-Enciclopédico*. Lisboa: Francisco de Almeida, 1878 (verbete comadre).

O Fracasso Escolar de Meninos e Meninas: articulações entre gênero e cor/raça*

Marília Pinto de Carvalho**

Há algumas décadas, as estatísticas nacionais vêm indicando uma nítida diferença de desempenho escolar entre meninos e meninas.[1] Em relação ao tempo de estudo, por exemplo, em 1960, os homens tinham 2,4 anos em média e as mulheres 1,9, o que significa que o acesso à escola era em geral muito baixo e ainda pior para as mulheres. Ao longo dos últimos 40 anos, assistimos a uma forte ampliação do acesso à escola e as médias nacionais hoje estão em torno de seis anos de escolaridade. Mas, ao mesmo tempo, ocorreu uma inversão entre os grupos por sexo indicando que as mulheres foram as maiores beneficiadas, em 1999, apresentando 5,9 anos de estudo em média, contra 5,6 para o sexo masculino. Essa diferença aparece de forma muito clara nos dados sobre níveis de analfabetismo, divididos por faixas etárias e sexo. Temos, entre os jovens, taxas de analfabetismo menores, devido ao maior acesso à escola em comparação a adultos e idosos. Mas considerando

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu*, vol. 22, 2004.

N.A. Esse texto foi apresentado no GT Educação e Sociedade, durante o *27º Encontro Anual da Anpocs*. Agradeço a todos os participantes os comentários e sugestões, em especial à debatedora da seção, Maria Cristina Leal.

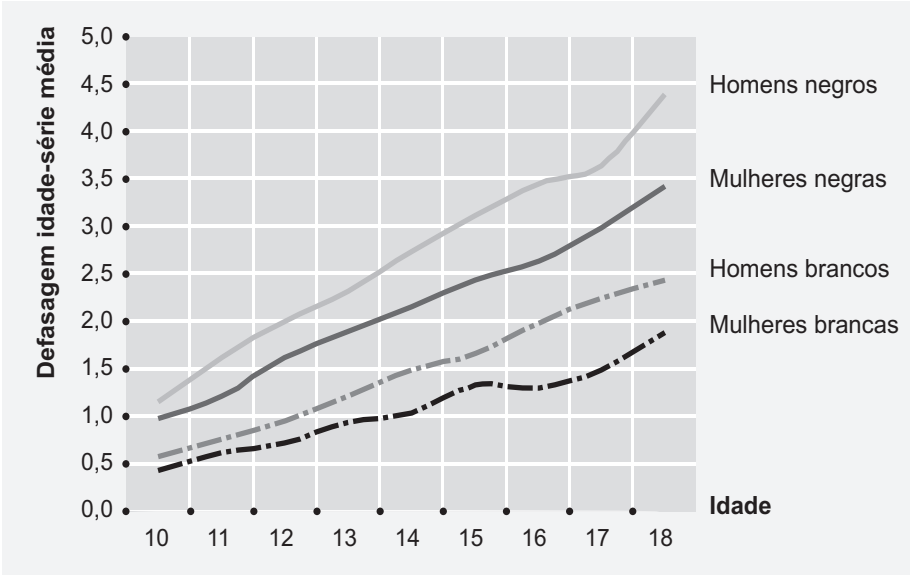
** Professora da Universidade de São Paulo. Doutora em Educação pela mesma universidade.

1 ROSEMBERG, F. et al. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Global, 1982; Educação formal e mulher: um balanço parcial. In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992; Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001.

o recorte por sexo, nas faixas etárias acima de 45 anos vamos encontrar mais mulheres do que homens analfabetos, enquanto na faixa de 15 a 19 anos temos quase o dobro da proporção de rapazes (5,3%) que moças analfabetas (2,7%). Sabemos que a grande maioria desses jovens analfabetos passou pela escola e não conseguiu se apropriar da ferramenta da leitura e escrita, teve uma trajetória escolar marcada pela repetência e pela evasão e esse é um indicador de que a escola está fracassando frente a um grupo grande de jovens no qual se concentra uma maioria de pessoas do sexo masculino.

Essa diferença entre homens e mulheres se complexifica, entretanto, ao considerar-se ao mesmo tempo a variável "cor" ou "raça", apontando que os maiores problemas se referem ao grupo de alunos negros do sexo masculino. Apenas a título de exemplo, podemos observar, nos dados relativos à defasagem entre série cursada e idade, que pessoas negras de sexo masculino têm maiores dificuldades em sua trajetória escolar, seguidos de mulheres negras, homens brancos e, em melhor situação, mulheres brancas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Defasagem idade-série média na faixa etária de 10 a 18 anos, segundo sexo e cor. Brasil, 1999



Sabemos que a evasão escolar, assim como trajetórias com muitas interrupções, estão intimamente articuladas a sucessivas reprovações, todos eles problemas crônicos do sistema escolar brasileiro. Para interferir nessa situação, ao longo dos anos 90, foram implementadas diversas políticas de melhoria do fluxo escolar, que conduziram à aceleração de estudos, à organização do ensino em ciclos e à aprovação automática de alunos. Como resultado, dados nacionais mais recentes apontam grande diminuição nas taxas de repetência, que, contudo, não indicam necessariamente uma real melhoria no acesso ao conhecimento e nem mesmo uma efetiva diminuição dos problemas escolares de disciplina e aprendizagem, antes diretamente refletidos no número de repetências.

Observadas a partir do funcionamento cotidiano das escolas, essas políticas, se, por um lado, parecem ter resultado numa maior inclusão escolar – o que é, sem dúvida, positivo – por outro lado, levaram a uma grande pressão sobre os professores para que aprovem o maior número possível de alunos nas séries em que ainda existe a reprovação (finais de ciclo). Essa situação, aliada à falta de condições efetivas para um trabalho de recuperação paralela da aprendizagem, para o bom funcionamento das classes de aceleração e mesmo para um trabalho pedagógico de qualidade nas classes regulares, leva-nos a duvidar dos efeitos dessas medidas sobre a efetiva apropriação do conhecimento por alunos e alunas, isto é, sobre a democratização do acesso ao saber.

Se, por um lado, essa apropriação do saber pode ser medida, pelo menos em parte, através da análise dos resultados de testes padronizados, tais como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica)[2], no âmbito do cotidiano escolar, alunos e alunas continuam sendo avaliados por seus professores e professoras, através de conceitos como "suficiente" e "insuficiente", indicações para aulas de reforço e mesmo reprovações ao final do ciclo. Embora decisivas no processo de construção das trajetórias escolares e até certo ponto indicadoras do sucesso ou não dos esforços pela democratização do conhecimento, essas avaliações constituem processos cotidianos, às vezes nem mesmo registrados em documentos minimamente formalizados, como pude constatar em investigação anterior.[3]

2 Diversos estudos vêm analisando esses resultados, por exemplo SOARES, J.F.; CÉSAR, C.C.; MAMBRINI, J. Determinantes de desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997. In: FRANCO, C. *Promoção, ciclos e avaliação educacional*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001, p. 121-153; SOARES, J.F; ALVES, M.T.G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, São Paulo, jan./jun. 2003, p. 147-165; e BONAMINO, A.M.C. *Tempos de avaliação educacional*: o Saeb, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro, Quartet, 2002.

3 CARVALHO, M.P. de. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 77, dez. 2001, p. 231-252.

Tendo em vista esse quadro, o objetivo de conhecer as formas cotidianas de produção do fracasso escolar mais acentuado entre meninos negros impõe a necessidade de investigar as interações entre professores, professoras, alunos e alunas, sempre perpassadas por um conjunto de desigualdades sociais de raça, classe e gênero; assim como os critérios de avaliação adotados explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, pelos encarregados de avaliar e atribuir conceitos ou notas aos alunos. Não se trata, nesse caso, de discutir se meninos ou meninas, negros ou brancos são mais aptos, mais rápidos ou mais afeitos à aprendizagem escolar em geral ou a alguma aprendizagem específica. Aqui, o foco estará sobre os processos que têm conduzido um maior número de meninos do que meninas – e, dentre eles, um maior número de meninos negros que brancos – a obter notas baixas ou conceitos negativos, e a ser indicados para atividades de recuperação. O que pode – ou não – estar relacionado a sua efetiva aprendizagem e a eventuais dificuldades frente ao conhecimento e, ao mesmo tempo, pode – ou não – ser refletido tanto nas taxas de evasão escolar e defasagem entre série e idade, quanto nos resultados em testes padronizados.

Neste artigo, estarão em relevo as opiniões de professoras sobre as relações raciais e de gênero, assim como seus critérios de avaliação de alunos e alunas, com especial ênfase para a questão racial.[4] Apesar de nos parecer um dos pontos de estrangulamento das atuais políticas educacionais, este aspecto é pouco discutido nas pesquisas da área e mesmo a literatura internacional parece tratá-lo apenas esparsamente. Embora nos países de língua inglesa e secundariamente também na França a questão do fraco desempenho escolar dos meninos, particularmente daqueles pertencentes às minorias étnicas, venha recebendo ampla atenção tanto da mídia e dos governantes quanto da pesquisa acadêmica, nesses países o debate emerge a partir dos resultados de testes padronizados, o que torna menos relevante o estudo das falas, opiniões e avaliações dos professores e professoras. De toda forma, é importante destacar que, nessa polêmica, alguns pesquisadores vêm insistindo na necessidade de considerar simultaneamente o sexo, a raça ou etnia, assim como a classe social, na análise do fracasso escolar, questionando abordagens bipolares que tendem a opor um suposto grupo homogêneo de meninos malsucedidos a um conjunto também homogêneo de meninas de sucesso.[5]

4 Em texto publicado anteriormente, analisei especialmente os conteúdos de gênero envolvidos nas avaliações dessas mesmas professoras. CARVALHO, M.P. de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, dez. 2001, p. 554-574.

5 CONNELL, R.W. Teaching the boys. In: *The Men and the Boys*. Bekerley, UC Press, 2000, p.148-176; DURUT-BELLAT, M. Filles et garcons à l'école: approches sociologiques et psycho-sociales (1re partie). *Revue Française de Pédagogie*, n. 109, Paris, dec. 1994, p. 111-141 e La "découverte" de la variable sexe et ses implications dans la sociologie de l'education française contemporaine. *Nouvelles Questions Féministes*, v.

As informações aqui utilizadas foram coletadas numa investigação de caráter qualitativo junto às turmas de quarta série numa escola pública de ensino fundamental do município de São Paulo, ao longo do ano de 2000 e início de 2001.[6] Foram gravadas entrevistas semi-estruturadas com as duas professoras de classe e a orientadora educacional e realizadas observações nas salas de aula regulares, em suas atividades de recuperação, nas reuniões pedagógicas e nos conselhos de classe que diziam respeito às 4ªs séries. A todas as famílias das crianças do primeiro ciclo foi passado um questionário de caracterização socioeconômica, que foi respondido por 210 alunos (num total de 241).[7]

No que tange ao pertencimento racial, foram coletadas informações sobre a cor ou raça atribuídas às crianças das duas classes de quarta série a partir de dois olhares: o das professoras (heteroatribuição) e o dos próprios alunos (autoatribuição).[8] Aos alunos foi aplicado um questionário com duas questões, em abril de 2001, nas salas de aula. A primeira pergunta, aberta, indagava: "Qual a sua cor ou raça?". A segunda pedia que a criança se classificasse dentro de critérios fechados: "Como você se classifica na lista abaixo? (marque apenas um)". As opções apresentadas foram: "branco, pardo, preto, oriental, indígena".[9] Como havia a intenção de cruzar essas informações com outras obtidas anteriormente, era necessário que elas se identificassem no formulário, o que foi explicado e não encontrou resistências. Também foi explicado o motivo de haver duas questões, uma aberta e outra dirigida; porque utilizar aquelas categorias de classificação (procurando lembrá-los do censo realizado há pouco tempo) e qual o significado de cada uma. Particularmente o termo "pardo" mostrou-se desconhecido dos alunos. Obtivemos 59 questionários respondidos, pois apenas um

15, n. 1, Paris, 1994, p. 35-68; EPSTEIN, D. et al. (Ed.) *Failing Boys? Issues in gender and achievement*. Buckingham, Open university Press, 1999. GILBERT, R. & GILBERT, P. *Masculinity Goes to School*. London, Routledge, 1998; KIMMEL, M. "What About the Boys?": what the current debates tell us and don't tell us about boys in school. Wellesley, MA, Center for Research on Women's 6th *Annual Gender Equity Conference*, Special Report, january 2000; MAC AN GHAILL, M. *The Making of Men: masculinities, sexualities and schooling*. Buckingham, Open University Press, 1995; TERRAIL, J-P. Réussite scolaire: la mobilisation des filles. *Sociétés Contemporaines*, n. 11-12, Paris, 1992, p. 53-89; WARRINGTON, M. e YOUNGER, M. The other side of the gender gap. *Gender and Education*, v. 12, n. 4, London, 2000, p. 493-508.

6 Trata-se de uma das etapas de um projeto mais amplo de pesquisa que vem se desenrolando desde 1999, com apoio inicialmente da Fapesp e atualmente do CNPq e que foi incorporado ao projeto "A gestão da violência e da diversidade na escola", do Programa de Cooperação Internacional Brasil/França (Capes/Cofecub).

7 Agradeço às alunas Patrícia Martins Penna, Marina Figueiredo e Amélia Artes a colaboração no trabalho empírico.

8 A classificação feita pelas professoras foi considerada como a mais relevante entre os diferentes olhares externos ao próprio aluno, por representar a classificação institucional e por seu papel decisivo na avaliação do desempenho escolar e na determinação de trajetórias educacionais das crianças.

9 Por engano, foi colocada a opção "oriental" em substituição a "amarelo", utilizada pelo IBGE. As conseqüências desse fato, contudo, foram limitadas e serão analisadas abaixo.

aluno não compareceu à aula no dia da aplicação. Nenhuma criança se recusou a responder, sendo que apenas duas meninas deixaram em branco a questão aberta, todos responderam à questão dirigida e apenas um menino anulou seu questionário, marcando todos os itens da segunda questão. Contudo, houve diversas interferências nas opções fechadas, que serão analisadas detalhadamente adiante, ao lado da interpretação das respostas livres.

Às professoras foi solicitado, em entrevista registrada em caderno de campo, que classificassem um a um os alunos e alunas, utilizando como referência listas fornecidas pela secretaria, nas quais a pesquisadora anotava as respostas. Pedi a elas que utilizassem a classificação por cor, explicitando-lhes previamente as categorias: "branco", "pardo", "preto", "oriental" e "indígena" (ver nota anterior) e explicando que o mesmo seria solicitado aos próprios alunos num questionário por escrito.

O conceito de raça

Apesar de não ser o foco inicial dessa pesquisa, que partiu de questões sobre as diferenças de desempenho escolar entre os sexos, a desigualdade racial impôs-se como categoria indispensável à análise, à medida que ficavam evidentes as diferenças no interior do próprio grupo dos meninos e se buscava caracterizar aqueles com problemas escolares. Havia indicações na literatura brasileira[10] e internacional sobre a relevância do pertencimento étnico-racial nesses processos de diferenciação no interior do mesmo grupo de sexo e elementos empíricos apontando nessa direção. Contudo, um primeiro levantamento indicou que, se há na sociologia da educação brasileira uma razoável bibliografia sobre as diferentes articulações entre classe social e desempenho escolar, herdeira especialmente da corrente francesa que se desenvolveu a partir da obra de Pierre Bourdieu, o mesmo não se pode dizer das desigualdades raciais. Entre as obras que foi possível localizar, destacamos o clássico de Maria Helena Souza Patto[11], que já apontava o peso do racismo vigente em nossas escolas na produção do fracasso escolar; e a coletânea organizada por Fulvia Rosemberg e Regina

10 SILVA, C.D. et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas, meninos inteligentes, mas indisciplinados. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, São Paulo, jul. 1999, p. 207-225; ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero... Op. cit.

11 PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar*: histórias de submissão e resistência. São Paulo, T. A. Queiroz, 1990.

Pahim Pinto,[12] a partir dos resultados de um seminário realizado em 1986, na qual estão presentes diversos textos seminais dos debates desenvolvidos a partir de então. Na verdade, poucas análises têm sido desenvolvidas combinando gênero e raça ou cor dentro da pesquisa brasileira sobre desempenho escolar. Trata-se aqui, pois, de um esforço inicial para articular as discussões sobre gênero e raça no contexto da produção cotidiana do sucesso/fracasso escolar no ensino fundamental brasileiro.

O conceito de raça aqui adotado é o de "raça social", conforme explicitado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, isto é, não se trata de um dado biológico, mas de "construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios".[13] Para esse autor, se a existência de raças humanas não encontra qualquer comprovação no bojo das ciências biológicas, elas são, contudo "plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos".[14] Ou, nas palavras de Tereza Cristina Araújo, a raça pode ser concebida como "um fato social, referido aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que categoriza".[15]

No contexto brasileiro – e em diversos países da América Latina – a classificação racial se apóia tanto na aparência (características fenotípicas, como a cor da pele ou o tipo de cabelo) e na ascendência ou origem, quanto no *status* socioeconômico da pessoa. Fúlvia Rosemberg destaca que, diferentemente da classificação norte-americana, baseada exclusivamente em regras de descendência, em que o filho de uma pessoa negra é sempre um negro e que gera um sistema rígido e dicotômico, a classificação racial no Brasil é fluida e variável, com a "possibilidade de passagem da 'linha de cor' em decorrência da combinação fenotípica e do *status* social do indivíduo".[16] Assim, a cor seria apenas um dos elementos de que se lança mão na construção social das relações raciais. Para Araújo, a cor, no Brasil é "uma metáfora, a categoria mais freqüentemente acionada para demarcar diferenças e desigualdades com base na raça".[17]

12 ROSEMBERG, F. e PINTO, R.P. (Org.) Raça negra e educação *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nov. 1987.

13 GUIMARÃES, A.S.A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap,* n. 54, São Paulo, jul. 1999, p. 153.

14 Idem, ibidem.

15 ARAÚJO, T.C.N. A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nov. 1987, p.15.

16 ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J.G. (Org.) *Diferenças e preconceito na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus, 1998, p.74.

17 ARAÚJO, T.C.N. A classificação de "cor"... Op. cit., p.15.

Em decorrência disso, utilizo aqui uma classificação por cor, baseada nas categorias usadas pelo IBGE e também seu agrupamento em termos mais propriamente raciais: um grupo de "negros" composto por aqueles classificados como pretos ou como pardos e um de "não-negros", que inclui brancos, indígenas e orientais.[18]

Frente à complexidade do processo de classificação assim constituído, é preciso atentar, como nos indica Araújo, para a situação social específica em que ele se desenrola e que lhe confere significado:

> [...] a percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve não apenas uma apreensão de características fenotípicas, aqui imbuídas de valor e carregadas de significado, mas em que as categorias compõem um sistema e esta operação se processa num contexto de interação social.[19]

Idéias semelhantes estão presentes num interessante estudo de Edward Telles e Nelson Lim,[20] baseado num *survey* de âmbito nacional do Instituto Data Folha, de 1995, que incluía tanto a auto-classificação por cor quanto a classificação pelo entrevistador, cuja análise que foi retomada e ampliada posteriormente por Telles.[21] Essa investigação aponta o quanto critérios "não-físicos", na expressão dos autores, afetam as características raciais dos brasileiros, que devem ser tomadas não como fatos objetivos e inquestionáveis, mas como um sistema cambiante, sujeito à percepção social, na qual o *status* socioeconômico tem um peso considerável. Telles chama nossa atenção para o fato de que, apesar da discriminação e desigualdade raciais dependerem da classificação racial feita por terceiros, isso raramente é considerado nas análises sociológicas, sendo a raça normalmente tomada como fixa ou essencial:

> Embora a sociologia moderna amplamente aceite a idéia de que o conceito de raça é construído socialmente e é portador de ambigüidades, raramente essa idéia é incorporada na análise sociológica.[22]

18 Devido à presença de alunos de ascendência japonesa e de duas crianças que se autoclassificaram como indígenas, optei pela denominação "não-negros", que me pareceu mais precisa que "brancos".

19 ARAÚJO, T.C.N. A classificação de "cor"... Op. cit., p.15

20 TELLES, E. e LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. *Demography*, v. 35, n. 4, nov. 1998, p. 465-474.

21 TELLES, E. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

22 Idem, ibidem, p. 113.

Esses autores, além disso, mostram que, ao lado da renda, também tinham influência significativa no "embranquecimento" ou "escurecimento" das pessoas, a escolaridade, a região fisiográfica do país e a moradia em zona urbana ou rural.[23] Por outro lado, Edith Piza e Fulvia Rosemberg[24], comentando o mesmo *survey* do Instituto DataFolha, lembram que também deve ser considerada a cor ou raça dos entrevistadores, já que se trata de uma relação, e lamentam que não haja dados disponíveis a respeito, embora se afirme que eram em sua maioria brancos e de média ou alta escolaridade.

Essas reflexões, desenvolvidas para pensar a escala macro das estatísticas colhidas através de pesquisas quantitativas, parecem ser também extremamente úteis em escala cotidiana, qualitativa. Trabalhar no contexto de uma escola, mais particularmente junto a duas classes de 4ª série do ano de 2000, totalizando 60 alunos e duas professoras, permitiu uma ênfase especial na produção de significados associados a características fenotípicas e a atribuições raciais, assim como nas inter-relações através das quais emergiam as classificações de cor e de raça. Não se tratava de encontrar "a verdadeira cor" de uma criança, nem de minimizar as discrepâncias entre diferentes classificações, mas, ao contrário, o interesse maior foi localizar e qualificar essas diferenças e tentar apreender os significados escolares e de gênero que se articulavam à categorização racial.

Ao longo de toda a pesquisa, procurei perceber o que as professoras consideravam fundamental avaliar nos alunos e alunas, como o faziam e em que medida suas opiniões sobre masculinidade e feminilidade e sobre as relações raciais interferiam nesses julgamentos. Nem sempre o que apreendi foram preconceitos ou estereótipos explícitos, mas sutis interpenetrações entre opiniões estereotipadas e julgamentos profissionais bem fundamentados, cujos efeitos se ampliavam na medida da falta de critérios de avaliação objetivos e explicitados coletivamente pela equipe escolar. Assim, apresento a seguir um quadro geral da escola investigada e de como ali se fazia a avaliação dos alunos.

23 Idem, ibidem, p. 470.

24 PIZA, E. e ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, I. e BENTO, M.A.S. *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002, p. 104.

O contexto escolar

A escola estudada atende a 670 alunos do ensino fundamental e médio, em dois períodos de funcionamento: das 7h30 às 12 horas, estudam os jovens de 6ª série do fundamental até o 3º ano do médio; e das 13h às 17h, as crianças de 1ª a 5ª série do ensino fundamental. São quarenta professores e professoras, todos com curso superior e quase todos com jornada de quarenta horas semanais, com um máximo de vinte horas em sala de aula e as demais voltadas a reuniões, preparação de aulas e aperfeiçoamento profissional. A equipe técnica conta com duas orientadoras educacionais e uma coordenadora pedagógica, além de diretor e vice-diretor; e os serviços de apoio operacional e secretaria dispõem de um total de 26 funcionários. O prédio é grande, arejado e espaçoso, embora apresente problemas de conservação que chegam a comprometer o uso de determinados espaços.

Como se pode depreender, apesar de pertencer à rede pública, essa escola apresenta características próprias e condições de funcionamento particularmente adequadas. Todas as classes contam com trinta alunos e mesclam crianças provenientes de setores populares, médios e médios intelectualizados, abrangendo um grupo bastante heterogêneo em termos socioeconômicos, étnico-raciais e culturais, particularmente se comparada à homogeneidade que em geral se encontra, numa cidade como São Paulo, tanto nas escolas públicas de periferia, quanto nas escolas particulares de elite.

Aqui teremos em foco especialmente as duas classes de quarta série, num total de 60 alunos, atendidos por duas professoras, que dividiam entre si as disciplinas: Célia, responsabilizando-se por Matemática e Ciências, e Laís, que ensinava Português, História e Geografia.[25] Ambas as professoras tinham curso superior de Pedagogia, sendo que Célia cursava, em 2000, mestrado em Educação, na área de ensino de ciências. Eram jovens, com 26 e 27 anos, tinham pequena experiência profissional e estavam naquela escola há dois anos, no caso de Laís e há três no de Célia. Solicitadas a se auto-classificarem de acordo com os critérios de cor do IBGE, Célia classificou-se como branca e Laís como parda, embora para a pesquisadora ambas se enquadrassem na categoria "branco".

A escola em questão adotou, a partir de 1999, o sistema de avaliação por conceitos – "PS" (plenamente satisfatório), "S" (satisfatório) e "NS" (não satisfatório) – com dois ciclos no ensino fundamental (de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries).

25 Todos os nomes de pessoas e instituições são fictícios.

Existe um sistema de recuperação paralela ao longo de todo o ano, chamado de "oficinas de reforço", que são oferecidas pela própria professora de classe nas primeiras séries ou da matéria, nas séries finais. No caso das séries iniciais, que estudamos, essas oficinas ocorriam pela manhã, uma vez por semana, com duração de duas horas e meia. Célia e Laís atendiam a grupos diferentes de alunos das duas classes de quarta série, conforme tivessem dificuldades em português ou matemática (ou em ambas). De acordo com elas, eram as professoras que indicavam os alunos para o reforço. Alguns permaneciam durante todo o ano, como outros, que apresentavam dificuldades específicas, eram atendidos por períodos variáveis e depois dispensados. Elas indicavam para o reforço tanto alunos classificados com conceito "NS", quantos alunos que obtinham "S", mas "estavam cambaleando", na expressão de Célia.

Como professoras de quarta série, no encerramento do primeiro ciclo, elas deveriam decidir, ao final do ano letivo, se algum aluno seria reprovado, e comentaram em entrevista suas dificuldades frente a esse quadro. Embora Laís revelasse mais dúvidas quanto ao uso dos conceitos, ambas pareciam ter problemas, especialmente com os alunos intermediários, aqueles que deveriam ser classificados como "S":

> Eu me sinto muito perdida com esses três conceitos. [...] Porque para mim, Laís, não satisfatório é uma pessoa que não faz, se recusa a fazer. Não quer fazer, não se envolve em hipótese alguma, não entregou, não fez. [...] Para mim, o NS é nulo. A partir do momento que você se propôs a ler um texto, se propôs a tentar responder alguma coisa, pelo menos essa sua atitude já é satisfatória. Mas aí, é satisfatório para esse tamanho [gesto de pequenez]. É muito complicado...
>
> Na verdade, três conceitos é muito pouco para a gente estar avaliando. São muitas crianças, e eles são muito diferentes. Três conceitos não é nada. E às vezes você tem um S, que é uma criança muito boa, mas que ainda não está Plenamente Satisfatória. E você tem muitas vezes um outro S que é aquela criança que saiu do NS e que está entrando. A distância é muito grande. [...] Acho que, às vezes, a gente é muito... muito injusto com algumas crianças até. (Célia)

Quanto à reprovação ao final do ano, Laís mostrou-se particularmente insatisfeita, indicando a dificuldade em avaliar os alunos sem avaliar simultaneamente a própria escola:

> [...] o que a quinta série espera dos nossos alunos? O que uma quinta série dessa escola espera desses alunos? A partir daí, a quinta série – a escola – está estruturada para saber o que quer, o que espera, para estabelecer certos limites de quem pode freqüentá-la ou não? Eu acho que não está, porque se a escola inteira... se eu sinto falta de uma linha [de trabalho comum] de primeira à quarta [séries], como é que "eu" posso decidir se eles estão aptos ou não para a quinta? Eu acho que para mim é um conflito muito grande, inclusive eu não concordo com a questão da reprovação, ah, em momento algum. [ri] (Laís, ênfase na fala)

Embora Laís afirmasse a falta de critérios comuns de trabalho pedagógico e de avaliação no conjunto da escola, reivindicando maior discussão coletiva sobre o tema, pelo menos seu discurso e o de Célia tinham muitos pontos em comum, com certas diferenças de ênfase. Ambas afirmavam avaliar os alunos a partir de uma multiplicidade de instrumentos (trabalhos individuais sem consulta, do tipo "prova", trabalhos em grupo feitos em classe e em casa, participação nas aulas, lições de casa etc.). E diziam levar em conta tanto o desempenho propriamente dito, quanto o que chamavam de "compromisso do aluno" ou "relação da criança com o cotidiano da escola". Nas palavras de Célia:

> Eu acho que entra toda essa coisa do compromisso, a responsabilidade, eu acho que tá tudo envolvido. [...] Eu acho que tá tudo muito misturado, é muito difícil, acho, a gente separar essas coisas. Muitas vezes, talvez, a falta de compromisso da criança influencie bastante no fato dela não conseguir alcançar aqueles objetivos. Mas a gente tem outras crianças que são supercompromissadas e que *mesmo assim* não conseguem alcançar minimamente os objetivos. (Célia, ênfase na fala)

A percepção da importância do comportamento disciplinado, como critério de avaliação utilizado pelas professoras, levou-nos a considerar no grupo de crianças "com problemas escolares" aquelas com conceitos "NS" (não satisfatório), as indicadas para as "oficinas de reforço" e também as que haviam recebido

algum tipo de punição formal, conforme registrado em seus prontuários na secretaria da escola (advertência ou suspensão). Assim, no contexto dessa pesquisa, o desempenho escolar da criança refere-se tanto a seu rendimento propriamente acadêmico quanto a seu comportamento frente às regras escolares.[26]

Perguntadas sobre as razões das dificuldades escolares de algumas crianças, Laís e Célia percorreram caminhos bastante diversos em suas explicações. Laís remeteu-se imediatamente aos problemas internos de funcionamento da escola, afirmando que, sem dúvida, os problemas de aprendizagem e reprovação ali eram menores que na maioria das escolas públicas, eram "mais amenizados", mas que os profissionais ainda enfrentavam dificuldades no sentido de articular uma linha pedagógica comum:

> A proposta pedagógica ainda é muito isolada, inclusive é uma exigência muito grande dos pais aqui da escola, que existisse continuidade. Eu me sinto como se fosse assim, metaforicamente, uma linha que emendasse as pérolas, sabe? Assim, as pérolas estão meio espalhadas, que às vezes dá a sensação de estar remando contra a maré, de estar cada um correndo para um lado. Em dados momentos o grupo de primeira a quarta se sente assim e coloca essa dificuldade nessa questão da linha. (Laís)

Coerentemente, ao discutir a avaliação, Laís, como vimos, falou dessas mesmas dificuldades de um trabalho coletivo em continuidade, criticando a falta de critérios para avaliar e para reter alunos na quarta série.

Já Célia respondeu à pergunta sobre as dificuldades de desempenho escolar entre os alunos de 1ª a 4ª séries, remetendo a questão às famílias:

> Eu acho assim, não há um motivo principal. Eu acho que tem um conjunto de motivos em volta. Uma coisa que eu sinto muita falta – eu estou falando por mim – o que eu sinto muita falta é o apoio da família. A gente tem muitos casos de alunos em que você chama a família, a família lava as mãos. [...] Então eu acho que essa parceria família-escola é *muito* importante.

26 Essa co-existência de critérios era bastante clara para as crianças, para quem o que caracterizava um bom aluno naquela escola era antes seu comportamento que sua aprendizagem: "Ele [o bom aluno] faz todas as lições, não responde para a professora e faz tudo que ela quer" (André). Só secundariamente algumas crianças mencionaram como critérios "estudar para a prova" e "tirar nota boa" (Ana).

> E, muitas vezes, a gente não encontra esse respaldo na família. (Célia, ênfase na fala)

Perguntadas diretamente se percebiam maiores dificuldades entre as crianças negras nessa escola, como Laís respondeu que não, Célia disse que sim, ponderando a seguir:

> Dificuldades de disciplina ou de aprendizagem? Não tenho elementos para pensar a escola inteira, mas nessa turma [quarta série de 2000] há, sim, mais problemas de disciplina, comportamentos, atitudes.

Para a professora, essas dificuldades estariam relacionadas ao:

> [...] histórico da família desses alunos, alunos que moram em ambientes mais pobres, favelas, estão mais expostos a coisas cruéis, os modelos de adultos que essas crianças têm são pessoas mais rudes.

Quando perguntei se, então, seria mais decisiva a situação socioeconômica que a cor, ela respondeu que sim, "porque você vê também alunos brancos pobres com as mesmas características". De acordo com Rosemberg, essa concepção – bastante difundida na intelectualidade brasileira – é herdeira das análises desenvolvidas nos anos 1950 pela chamada "Escola de São Paulo", especialmente nos trabalhos de Florestan Fernandes, e marca profundamente o pensamento educacional brasileiro que:

> [...] ao reconhecer a concentração maciça do alunado negro nas camadas mais pobres da população, tende a identificar as dificuldades interpostas à escolaridade da população negra com os problemas enfrentados pela pobreza, não considerando a especificidade do pertencimento racial.[27]

27 ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. Op. cit., p.74.

Ambas as professoras afirmaram não haver discussão organizada a respeito da desigualdade racial entre as profissionais de 1ª a 4ª séries da escola. Junto aos alunos, o tema viria à tona apenas esporadicamente, em aulas de Estudos Sociais, nas discussões sobre a escravidão e os quilombos, citando casos em que alunos teriam trazido de casa material interessante fornecido por seus pais ou mães, militantes de movimentos negros.

Quando se tratava da diferença socioeconômica, o silêncio prevalecia no conjunto das educadoras do primeiro ciclo. Atendendo a crianças de origens sociais bastante diversificadas, as educadoras tendiam a afirmar a neutralidade de suas ações e avaliações, insistindo na heterogeneidade das turmas, na ausência de testes seletivos para ingresso na primeira série e enfatizando a imparcialidade dos critérios de avaliação. Contudo, através do questionário respondido pelas famílias, pudemos constatar que como metade dos alunos de 1ª a 4ª séries vinham de famílias com renda familiar superior a dez salários mínimos, entre os alunos em recuperação esse índice caía para 21% (11 alunos em 52).[28]

No que se refere à diferença de desempenho escolar entre os sexos, não encontramos dificuldade no reconhecimento da questão, ao apresentar a proposta da pesquisa à equipe de orientação escolar e em reunião com o conjunto de professores e professoras. O tema foi identificado como merecedor de reflexão, na medida em que havia certa concordância de que os meninos apresentariam maiores problemas, mas também foi relatado que não havia qualquer discussão acumulada a esse respeito.

No caso das duas professoras de quarta série, era nítida a diferença de percepção quando se tratava dessa diferença entre os sexos. Como Laís respondeu prontamente à pergunta se havia alguma característica comum no grupo de alunos com dificuldades escolares, dizendo que "o número de meninos é maior e vai se acentuando [de uma série para outra]"; Célia voltou a mencionar as "famílias desinteressadas". Essa diferença de percepção pode estar articulada a uma visão mais crítica das relações de gênero no discurso de Laís, que chegou a freqüentar disciplina a respeito durante seu curso superior. Ela mostrou estar atenta à questão, particularmente frente às pesquisadoras, ao comentar sua classe de 2001: "Esse ano, toda segunda-feira, eu lembro de você: tenho sete no reforço e os sete são meninos".

28 Os números absolutos nessa pesquisa são pequenos e não têm pretensão de representatividade estatística. Utilizamos porcentagens arredondadas com o único objetivo de facilitar comparações.

É nesse contexto, portanto, que devem ser interpretadas as falas e posturas dessas professoras e de seus alunos, assim como as desigualdades institucionais (desempenho acadêmico e punições disciplinares) que verificamos. Um contexto de silêncio sobre as questões de classe, raça e gênero, algo que se conhece, mas não se discute organizadamente, dificilmente se nomeia, embora incomode – ou exatamente porque incomoda.

Na literatura educacional, a discussão sobre as razões do fracasso escolar é antiga e profícua e tem freqüentemente oscilado entre os dois pólos expressos nas falas de Laís e Célia: a culpabilização das famílias e a busca de causas intra-escolares. A complexificação do debate, contudo, vem indicando que múltiplas dimensões interferem nesse processo e que é preciso levar em conta tanto as condições socioeconômicas e culturais de origem da criança, quanto as condições de funcionamento das escolas, o preparo dos professores, os critérios de avaliação etc.[29] O que essa literatura não tem abordado com a devida profundidade é o fato de que, no grupo daqueles que fracassam na escola, ou frente aos quais a escola fracassa em ensinar, os meninos são em número maior que as meninas e dentre os meninos, os negros em maior proporção que os brancos.

Na escola estudada, entre os 52 alunos de 1ª a 4ª série, atendidos em algum momento de 2000 nas oficinas de reforço, 20 eram meninas enquanto 32 eram do sexo masculino. Isso significa que 21,5% do total de 241 alunos haviam passado pelas oficinas, sendo 16% do total de meninas, frente a 28% de todos os meninos.

Em particular nas duas classes de quarta série, dos 60 alunos, 13 estiveram nas oficinas de reforço ao longo do ano, sendo nove meninos e quatro meninas. Considerando-se que eram ao todo 35 crianças do sexo feminino e 25 do sexo masculino, temos que 11% de todas as meninas da quarta série foram indicadas para as oficinas, como o mesmo ocorreu com 36% dos meninos. Nessas classes, 17 crianças foram classificadas pelas professoras enquanto "negras" (pretas ou pardas), sendo que sete delas freqüentavam o reforço (uma proporção de 41%) e seis tiveram problemas disciplinares (35%). Já entre as 34 crianças classificadas como "não negras" (orientais e brancas, já que nenhuma criança foi classificada como "indígena" pelas professoras), seis estavam no reforço (17%) e apenas uma teve problemas de disciplina.

29 AQUINO, J.G. (Org.) *Erro e fracasso na escola*: alternativas teóricas e metodológicas. São Paulo, Summus, 1992; ARROYO, M. Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. Programa de correção de fluxo escolar. *Cadernos em Aberto*, n. 17, Brasília/Inep, jan. 2000; PARO, V.H. *Reprovação escolar*: renúncia à educação. São Paulo, Xamã, 2001; PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar... Op. cit.

Como explicar essas diferenças? Tentemos ir um pouco mais a fundo nos critérios de avaliação de nossas professoras e nas suas idéias sobre as relações raciais.

Constrangimentos e subjetividade

Tanto Célia quanto Laís manifestaram incômodo com as categorias "preto" e "pardo": "Sempre aprendi 'academicamente' a não falar preto, falar negro" (Laís). Ao fazer a classificação, Célia usou, o tempo todo, os termos "negro", "pardo", "branco" e "oriental". Depois de perguntar-lhe por duas vezes se era "preto" que ela queria dizer ao falar "negro", anotei "negro" diante dos nomes que ela assim classificou, mas, ao tabular os dados, considerei essas indicações como equivalentes a "preto".

As maiores dúvidas, também para ambas, pareciam ser quanto à classificação de crianças pardas. As professoras oscilavam tanto entre branco e pardo, quanto entre pardo e preto:

> [...] se eu classifiquei a M. de branca, agora coloco a outra como parda... Pensei: "elas têm a mesma cor de pele" (Laís); Isso é muito difícil aqui em São Paulo. Os orientais é mais fácil, até o nome já indica (Célia).

Efetivamente, as professoras foram mais rápidas e tiveram poucas dúvidas nas indicações de "orientais".

De toda forma, havia algo de constrangedor para ambas as professoras ao fazer a classificação por cor, evidenciando os significados negativos embutidos nas características associadas ao pertencimento à raça negra. Além disso, nos termos propostos, essa classificação envolvia palavras com sentido que elas percebiam como pejorativo, tais como "preto" e "pardo", que elas hesitavam em atribuir a "suas" crianças. Mas também parecia que elas se davam conta, naquele momento, de alguma coisa nova e ao mesmo tempo desagradável, como expressou Laís ao final da entrevista: "Puxa, nunca mais vou olhar esses meninos do mesmo jeito depois disso!".

Célia demonstrou bastante clareza quanto ao caráter subjetivo e variável desse tipo de classificação, remetendo-se a sua experiência em Salvador, na Bahia, para onde se mudou com a família quando era adolescente. Lá, ela teria sentido o "preconceito ao contrário", sendo chamada de "azulona, cor de parede, branquela": "cheguei a ficar tomando sol pra ver se escurecia". Na classe em que estudava então, de 7ª série, havia apenas mais três pessoas que se consideravam brancas: "os outros eram negros ou pardos, mas todos se assumiam como negros, se afirmavam, havia essa diferença cultural com São Paulo". Assim, essa professora parecia ter razoável percepção das complexidades da classificação por cor ou raça.[30] Laís, por sua vez, ao se classificar como parda, relatou que sua família se compunha de dois ramos bem definidos, um proveniente do nordeste, com pessoas que ela considerava pardas e outro de imigrantes espanhóis, de pele muito clara. Nessa comparação, ela se incluiu no ramo pardo da família e, em conversa, alguns dias depois, relatou que o tema gerara polêmica entre seus familiares, sempre dando a impressão de que se tratava de uma questão nova para ela. De toda forma, devemos assinalar que Laís era percebida e tratada na escola como branca.

A subjetividade da classificação por cor, no nosso contexto, pode ser bem exemplificada através das diferenças encontradas na classificação feita por cada uma das professoras. Entre 60 alunos, dez foram classificados diferentemente, sendo que em oito casos, a divergência se deu entre pardo e branco, sete deles referentes a crianças do sexo feminino, pois uma das professoras, Célia, não classificou qualquer menina como parda. Assim, sete crianças do sexo feminino classificadas por ela como brancas, apareceram para sua colega como pardas. Sabendo do tom pejorativo da palavra pardo, pareceu-nos que, para aquela professora, atribuí-la às meninas era ainda mais constrangedor do que aos meninos, fenômeno também verificado por Telles[31] entre os entrevistadores da pesquisa Data Folha, embora com maior ênfase para a categoria "preto".

Quando, além das professoras, consideramos também a autoclassificação feita pelas crianças, o quadro se torna mais complexo. Levando em conta apenas as respostas dirigidas, 26 crianças se classificaram como brancas, 17 como pardas, dez como pretas, três como orientais e duas como indígenas (Tabela 1). No grupo de oito alunos de ambos os sexos sobre os quais as professoras divergiram entre si entre pardo e branco, três concordaram com o "branco", os demais cinco classificando a si mesmos como pardos ou pretos.

30 Edward Telles, entre outros, enfatiza as diferenças nos sistemas de classificação racial por regiões, no Brasil. TELLES, E. Racismo à brasileira... Op. cit., p.126.

31 TELLES, E. Racismo à brasileira... Op. cit., p. 125.

TABELA 1 – Autoclassificação por cor segundo o sexo da criança

	Branco	Pardo	Preto	Oriental	Indígena	Não fez	Outro	Total
Masculino	7	10	5	0	1	1	1	25
Feminino	19	7	5	3	1	0	0	35
Total	26	17	10	3	2	1	1	60

Entre as 58 crianças que fizeram a autoclassificação dirigida, 26 divergiram de pelo menos uma das professoras, o que me parece um indicador muito forte da variabilidade desses conceitos. Na pesquisa Data Folha, anteriormente citada[32], houve inconsistência entre a auto e a hetero classificação em 21% da amostra, com a mesma tendência dos entrevistadores a "clarearem" os entrevistados tomados em conjunto. No nosso caso, considerando as duas professoras e a auto-atribuição, as discrepâncias de classificação se distribuem igualmente entre meninos (13) e meninas (13); e a maior parte dessas diferenças (17) se localiza entre as crianças que se classificaram como pardas, sendo treze percebidas ao menos por uma professora como brancas.

A tendência das professoras a "branquearem" seus alunos fica mais evidente se agruparmos essas categorias de cor em grupos raciais: "negros" (pretos e pardos) e "não negros" (brancos, orientais e indígenas). Enquanto 31 crianças se autoclassificaram como não negras, 27 o fizeram como negras. Já para Célia, havia 44 crianças não negras no grupo, e apenas 16 negras; e para Laís, 37 não negras e 23 negras (Tabela 2).[33] Esse fenômeno pode estar sendo influenciado pelo fato de ambas as professoras serem brancas, pois há indicações na literatura de que professoras negras tenderiam menos a "embranquecer" seus alunos.[34] Mas de toda forma, a idéia de que era constrangedor para as professoras, ou até mesmo ofensivo, classificar as crianças como pardas ou pretas aparece como explicação possível para esse branqueamento frente à autopercepção dos próprios alunos e alunas.

32 TELLES, E. e LIM, N. Does it matter who answers the race question?... Op. cit.; TELLES, E. Racismo à brasileira... Op. cit.

33 Nenhum aluno ou aluna foi classificado como indígena pelas professoras, mas um menino e uma menina o fizeram na autoclassificação.

34 OLIVEIRA, E. de. *Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1994.

TABELA 2 – Diferentes classificações por raça

	Não negro	Negro	Não resp.
Célia	44	16	0
Laís	37	23	0
Auto	31	27	2

Crianças com dificuldades escolares

Esse constrangimento, contudo, parecia ser menor quando se tratava das crianças com algum tipo de dificuldade na escola, sejam aquelas indicadas para reforço, sejam aquelas que tinham problemas de comportamento. Como vimos, a partir das dificuldades indicadas pelas próprias professoras em estabelecer critérios de avaliação precisos, que separassem com maior clareza problemas disciplinares de problemas de aprendizagem, passamos a considerar em conjunto as crianças com problemas de ambas as ordens. A imbricação desses problemas fica clara, por exemplo, tomando-se o conjunto dos alunos de sexo masculino que foram indicados para atividades de reforço. Esse grupo era composto por dois tipos diferentes de meninos: três com conceitos "Não Suficiente" ("NS"), classificados pelas professoras como "apáticos" e nos quais elas identificavam com nitidez problemas de aprendizagem; e mais seis garotos, quatro dos quais haviam recebido pelo menos uma advertência ou suspensão no ano de 2000, todas elas relacionadas à agressão física contra colegas.[35] Esses últimos seis alunos tinham conceitos "Suficiente" ("S") em seus registros e eram considerados medianos em seu desempenho acadêmico, mas mesmo assim participaram durante todo o ano letivo das "oficinas de reforço".[36]

Ao todo, 16 crianças apresentavam problemas disciplinares ou de aprendizagem (13 foram em algum momento indicadas para o reforço e sete sofreram punições formais, sendo que quatro delas estão presentes nos dois grupos). Se considerarmos os grupos raciais ("negros" e "não-negros"), não houve diferença entre as classificações de Célia e de Laís para quaisquer desses alunos, em com-

35 Um dos demais veio a receber punição formal nos primeiros meses de 2001.

36 Essa questão está mais bem desenvolvida em artigo anterior. CARVALHO, M.P. de. Mau aluno, boa aluna? Op. cit.

paração com nove discrepâncias entre elas para o conjunto das classes (Tabela 3). Essa consistência entre as classificações das professoras pode ser correlacionada ao fato de termos uma grande maioria de meninos entre as crianças com problemas escolares (5 meninas e 11 meninos), já que a maior parte das diferenças de classificação entre professoras se refere a meninas (oito, num total de nove).

TABELA 3 – Heteroclassificação por raça segundo participação no reforço e punições disciplinares

	Total	Reforço		Punições		R + P*	
		nº	%	nº	%	nº	%
Não negros	34	6	17	1	3	6	17,5
Negros	17	7	41	6	35	10	59
Discrepantes	9	0	0	0	0	0	0
Total	60	13	21	7	11	16	26,5

Advertências e suspensões foram atribuídas a seis meninos e apenas uma menina da quarta série em 2000, dos quais seis eram crianças percebidas como negras (pretas e pardas) e apenas um garoto branco (classificação das professoras). Cinco deles provinham de famílias com renda mensal inferior a dez salários mínimos, um não informou e apenas um declarou renda familiar alta. Destaque-se novamente que, dentre estas sete crianças, quatro estavam também nas oficinas de reforço.

Houve igualmente grande consistência entre as hetero e as autoclassificações dentro do grupo de alunos com problemas escolares: se excluirmos os dois alunos que não responderam ao questionário,[37] temos respostas coincidentes entre aluno e professoras em 13 dos 14 casos restantes. Essa situação parece indicar que o desempenho escolar (incluindo aprendizagem e comportamento considerados adequados) é uma referência na determinação do pertencimento racial, referência forte o bastante para ser incorporada à própria identidade racial de alunos e alunas, pelo menos ao final de no mínimo quatro anos de escolarização, como era o caso de nossas classes.

Uma comparação ponto a ponto entre as classificações de cor feitas pelas professoras indica da mesma forma a existência de situações duvidosas em que a

37 Um aluno estava ausente e outro anulou sua resposta.

decisão parece ter sido tomada tendo como referência entre outros elementos o desempenho escolar da criança. Pelo menos num caso, dois alunos classificados como pardos por Laís e pelas pesquisadoras foram classificados diferentemente por Célia: um deles, que foi mencionado como "excelente aluno", como branco; e o outro, que participava das oficinas de reforço, como preto ("negro", nas palavras da professora).

Assim, uma possível explicação seria que, pelo menos no âmbito da escola, a identidade racial das crianças seria construída tendo como referência não apenas características fenotípicas e *status* socioeconômico, mas também seu desempenho escolar. No âmbito da instituição, a classificação de raça seria influenciada pela existência ou não de problemas escolares (disciplinares ou de aprendizagem), considerados como parte constituinte do *status* da criança, com uma forte articulação entre pertencimento à raça negra e dificuldades na escola.

Após lerem os resultados das primeiras análises do conjunto do material empírico levantado, as professoras Laís e Célia demonstraram tristeza e muita raiva. Disseram não se identificar com o texto e que, apesar de valorizarem a prática de devolução dos resultados aos sujeitos da pesquisa, tinham hesitado muito em discutir o material, tamanha sua revolta. Depois de algum tempo de conversa, contudo, concluí que sua raiva decorrera mais dos acertos que dos erros da análise. Trata-se de duas jovens e comprometidas professoras, sérias em seu trabalho pedagógico e que, além disso, revelaram-se corajosas e perspicazes ao longo de todo esse processo. Mas se elas não eram abertamente preconceituosas nem discriminadoras, se gostavam de seus alunos e se dedicavam a eles, como suas avaliações revelaram-se tão marcadas por hierarquias de gênero, classe e raça?

Como vimos, ao apresentarem em entrevistas seus critérios de avaliação, ambas as professoras afirmaram considerar tanto a aprendizagem quanto o que chamavam de "compromisso da criança com o cotidiano da escola". Através da avaliação desse compromisso eram considerados elementos ligados às atitudes e comportamentos de forma tão decisiva quanto o desempenho mais estritamente acadêmico. Avaliar esses comportamentos, porém, era uma tarefa extremamente subjetiva, mesmo numa escola razoavelmente estruturada e com espaços coletivos de discussão como aquela. Para fazê-lo, as professoras tinham que lançar mão de repertórios e referências pessoais, apenas relativamente conscientes, sem perceber integralmente seu caráter arbitrário, sem escolhê-los e controlá-los inteiramente.

Seguindo Phillippe Perrenoud, podemos afirmar que no complexo processo que é a relação pedagógica, a racionalidade é apenas ilusória, sendo inevitável "uma

erupção de valores, de subjetividade, afetividade" e um certo grau de dependência frente a interesses e preconceitos. O professor enfrenta as diferentes situações de seu cotidiano profissional, entre elas a avaliação dos alunos, "a partir do conjunto de esquemas mais ou menos conscientes de que dispõe, esquemas de ação mas também de percepção, de avaliação, de pensamento".[38] Não se trata de uma culpa individual, como vivenciado por Laís e Célia ao ler os textos, mas de uma responsabilidade coletiva, quando não se enfrenta o preconceito e não se procura mudar os valores e as predisposições adquiridos no processo de socialização e que estão também presentes na cultura escolar.

Nesse repertório de valores, as idéias e os símbolos socialmente construídos de masculinidade e feminilidade, assim como de negritude e "branquitude"[39] estariam presentes, tanto quanto outras hierarquias ligadas à estrutura socioeconômica. Se já são ativas e marcantes em sistemas de avaliação escolar mais formalizados, ligados à realização de testes, à atribuição de notas e à organização da escola em séries, essas hierarquias parecem tornar-se ainda mais poderosas nas chamadas "avaliações de processo", associadas aos sistemas de ciclos e não-repetência, particularmente pela subjetividade e indefinição de critérios que costumam cercar a adoção desse tipo de mudança da forma como vem ocorrendo. Assim, se essas alterações foram pensadas exatamente para minimizar o caráter seletivo e excludente de nossas escolas, a maneira como vêm sendo implantadas, porém, parece estar ampliando a influência, sobre a vida escolar, de hierarquias sociais mais amplas presentes na sociedade brasileira. Por isso, mais do que em qualquer outro momento, pensar os processos de avaliação dos alunos no sistema escolar brasileiro hoje requer refletir sobre as relações sociais de classe, gênero e raça que informam nossas concepções de bom aluno, aprendizagem, avaliação, disciplina e infância.

As crianças negras

Dezessete crianças foram categorizadas por ambas as educadoras como negras (pretas ou pardas), sendo 11 meninos e seis meninas. Entre as do sexo feminino, uma teve problemas disciplinares e outra esteve no reforço. Houve consistência entre hetero e autoclassificação para essas seis meninas, talvez pelo

38 PERRENOUD, P. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*: perspectivas sociológicas. Lisboa, Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1993, p. 23.

39 O termo "branquitude" vem sendo utilizado como tradução de *whiteness*.

fato das professoras indicarem menos crianças do sexo feminino como negras em comparação com os meninos, excluindo assim os casos de maior ambigüidade nos traços físicos.

Dos 11 meninos classificados por ambas as professoras como negros, oito tinham problemas com a escola: dois tiveram apenas punições disciplinares, três estavam no reforço e outros três sofreram punições e também participaram do reforço. Oito deles concordavam com a classificação das professoras, dois não responderam e apenas um discordou. Destaquemos que eram ambas negras as crianças com problemas disciplinares e ao mesmo tempo destacadas como boas alunas nos aspectos ligados à aprendizagem: um menino e uma menina, sendo ela a única do sexo feminino com problemas disciplinares.

As tabelas 3 e 4 são reveladoras: enquanto 59% das crianças percebidas como negras por ambas as professoras apresentavam algum tipo de problema escolar, essa proporção é de apenas 33% quando considerada a auto-classificação dos alunos (26,5% do total das classes tinha problemas escolares). Considerando que os dois alunos que não responderam ao questionário haviam sido classificados pelas educadoras como negros, tendo ambos recebido punições e simultaneamente indicação para o reforço escolar, é possível concluir que a grande diferença na proporção de negros com problemas escolares em cada tipo de classificação decorre do fato de as professoras classificarem um número muito menor de crianças como negras. Assim, na classificação das educadoras, a coincidência entre raça negra e problemas escolares é muito mais intensa que na autoclassificação dos alunos.

TABELA 4 – Autoclassificação por raça segundo participação no reforço e punições disciplinares

	Total	Reforço		Punições		R + P*	
		nº	%	nº	%	nº	%
Não negros	31	5	16	1	3	5	16
Negros	27	6	22	4	14	9	33
Não respondeu	2	2	100	2	100	2	100
Total	60	13	21	7	11	16	27

* Quatro crianças estão no reforço e também sofreram punições

Ora, sabemos que as professoras tenderam a "embranquecer" ou a divergir quanto à classificação mais no caso das meninas do que dos meninos, o que resulta numa composição sexual marcadamente masculina dentro do grupo classificado por elas como negros (11 meninos e seis meninas). Assim, acabam por coincidir raça negra, masculinidade e problemas escolares, à medida que as meninas têm menos dificuldades com a escola e ao mesmo tempo são classificadas em menor número como negras. A esse quadro, devemos acrescentar que entre os 16 alunos e alunas com dificuldades, 13 vinham de famílias com renda mensal inferior a 10 salários mínimos, numa proporção de 76%, enquanto no conjunto da quarta série essa proporção era de 39%. Com isso fecha-se o círculo, caracterizando o grupo de alunos com problemas frente à escola como mais pobre, mais masculino e mais negro que o conjunto das crianças das quartas séries de 2000.

O que estou propondo é que consideremos o processo complexo de atribuição de cor e de raça no contexto escolar como um processo com múltiplas direções: ao mesmo tempo a raça negra seria mais facilmente atribuída a crianças com dificuldades escolares, mas também esses problemas escolares, tanto de aprendizagem quanto de disciplina, podem estar se desenvolvendo com maior freqüência entre crianças percebidas e que se autopercebem como negras. Frente ao racismo e ao silêncio quanto às relações inter-raciais e às particularidades da produção cultural da população negra, já constatados em nossas escolas por diversos estudos,[40] essas crianças tenderiam a desenvolver uma relação difícil, dolorosa mesmo, tanto com a escola como instituição, quanto com a aprendizagem propriamente dita, encontrando muito mais obstáculos para atingir o sucesso escolar que as crianças percebidas como brancas.

Embora não tenhamos presenciado cenas de discriminação aberta por parte das professoras nessa escola em particular, sabemos que o silêncio, a ausência de modelos e a negação através dos currículos e materiais didáticos são formas veladas de racismo, que podem estar tornando a escola, enquanto instituição, hostil às crianças negras.

Internalizando o pertencimento racial a elas atribuído, já que se trata de um processo de construção de identidades e não de uma característica fixa ou essencial, seriam as crianças com identidades negras consistentemente estabe-

40 CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, Contexto, 2000; GONÇALVES, L.A. *O silêncio*: um ritual pedagógico a favor da discriminação. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, FFMG, 1985; e Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, São Paulo, nov. 1987, p. 27-30, entre outros.

lecidas (coerência entre a hetero e a auto-atribuição) mais freqüentemente encontradas no grupo das crianças com dificuldades escolares, uma vez que essa identidade vem carregada de significados negativos. As meninas, desenvolvendo em menor proporção comportamentos abertamente indisciplinados ou transgressores, seriam também ao mesmo tempo menos percebidas como negras e como portadoras de dificuldades escolares.

Um conjunto de estudos anglo-saxões sobre a construção de identidades masculinas em escolas vem indicando como diferentes masculinidades são construídas em relação à diferenciação hierarquizada em que a escola aloca os estudantes, através da constante competição e classificação. À medida que se reconhecem como fracassados na escola, vendo fechar-se as possibilidades de realizar um certo padrão de masculinidade e de controlar um certo tipo de poder social ligados ao sucesso acadêmico, alguns jovens, principalmente oriundos de famílias de baixa renda, podem reagir buscando outras fontes de poder, até mesmo outras definições de masculinidade, muitas vezes simbolizadas numa postura antiescolar, na valorização de habilidades esportivas e da força física, e também na agressividade e em conquistas heterossexuais.[41]

A pesquisadora inglesa Christine Skelton, relatando estudo etnográfico sobre a construção de identidades masculinas que realizou em duas escolas primárias de Londres, procura avaliar em que medida essas conclusões – extraídas de estudos na maioria referentes a jovens alunos de escolas secundárias – podem ser aplicadas a crianças. Para Skelton, enquanto o ensino primário inglês foi baseado em pedagogias centradas no aluno e voltadas para o desenvolvimento integral dos indivíduos, as classificações escolares eram pouco relevantes na definição da postura dos meninos frente à escola e na diferenciação entre formas de masculinidade. Contudo, a introdução de testes padronizados e a ênfase na avaliação dos alunos e das escolas, nos anos 90, teria re-introduzido "a instrumentalização do fracasso acadêmico através da classificação e hierarquização competitivas",[42] o que também trouxe à tona a questão de que são meninos a maioria dos "fracassados". Considerando o caráter historicamente excludente

41 CONNELL, R.W. Disruptions: improper masculinities and schooling. In: KIMMEL, M. e MESSNER, M. (eds.) *Men's lives*. Boston, Allyn and Bacon, 1998; CONNOLLY, P. *Racism, gender identities and young children*: social relations in a multi-ethnic. Inner-city primary school. London, Routledge, 1998; MAC AN GHAILL, M. *The Making of Men*... Op. cit.; SEWELL, T. *Black masculinities and schooling*: how black boys survive modern schooling. London, Trentham, 1997 e Loose canons: exploding the myth of the black macho lad. In: EPSTEIN, D. et al. (Eds.) Failing Boys?... Op. cit.

42 SKELTON, C. *Schooling the boys*: masculinities and primary education. Buckingham, Open University Press, 2001, p.26.

e classificatório de nossa escola primária,[43] é possível supor que a hipótese de diferentes masculinidades articuladas à hierarquização escolar faça sentido para nossos meninos.

Da mesma forma, grupos culturais e étnicos de jovens também teriam um papel significativo nesse processo, ao valorizar formas de afirmação baseadas, entre outros valores, na capacidade de transgredir e enfrentar as regras escolares. Estudando jovens negros de origem caribenha, em uma escola pública inglesa, Tony Sewell encontrou diversos tipos de masculinidade e de posturas frente à escola. Dentre elas, localiza um grupo de garotos "rebeldes", que "substituíam os objetivos e métodos da escola por sua própria agenda. Eram freqüentemente punidos e sentiam-se confortáveis num machismo negro antiescolar", do qual fazia parte o orgulho pela reputação cuidadosamente cultivada de ser "mau aluno".[44] Nesse grupo, os meninos brancos eram vistos como efeminados e com baixo desempenho em termos daqueles valores ligados à agressividade, à força física, ao enfrentamento das regras e a conquistas heterossexuais. Esses alunos tinham consciência de ser até mesmo admirados por garotos brancos, tanto por sua atitude antiescola quanto pelo grau de masculinidade que isso representava.

Sewell também chama a atenção para a postura dos professores e professoras frente aos rapazes negros de origem caribenha, tratando-os não como indivíduos com características particulares, mas de forma estereotipada, pressupondo sua agressividade e mau comportamento. Isso, ao lado da pressão dos colegas, dificultava a adesão aos valores e exigências escolares, mesmo para aqueles meninos que buscavam posturas conformistas e afastavam-se dos grupos de colegas afro-caribenhos.

Apesar desses garotos afirmarem partilhar o *ethos* dominante da escola, no qual as turmas de rapazes negros eram percebidas como negativas, muitos eram ainda assim vistos como parte de uma "questão afro-caribenha" mais ampla. Eles não podiam nunca escapar efetivamente da marca de suas peles e gênero.[45]

Alguns de nossos alunos da quarta série talvez estivessem dando os passos iniciais numa trajetória daquele tipo, de busca de outras fontes de poder e mesmo outras formas de masculinidade. Não apenas eles possivelmente traziam de casa e desenvolviam no grupo de colegas referenciais de masculinidade diferen-

43 PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar... Op. cit.

44 SEWELL, T. Loose canons... Op. cit., p. 120

45 SEWELL, T. Loose canons... Op. cit., p. 115.

tes dos valorizados pelas professoras, um padrão mais assentado no desempenho físico, na agressividade e na heterossexualidade, com diferenças de gênero mais acentuadas. Além disso, a própria escola, ao empurrá-los para o fracasso acadêmico, ao identificá-los com um padrão negativo de "garoto negro", poderia estar contribuindo para que eles assumissem essas formas de masculinidade como única via para controlar algum poder e autonomia, elementos indispensáveis na confirmação de identidades masculinas, já que a masculinidade está organizada, em escala macro, em torno do exercício de poder. Eles estariam "lidando com as múltiplas incertezas de sua posição desenvolvendo o que era considerado pelos adultos da escola como agressividade, abuso de poder e mesmo violência".[46]

Ao deixar intocada a discussão sobre as desigualdades raciais e sobre a relação intrínseca e pretensamente natural entre masculinidade e poder, enquanto ao mesmo tempo dificulta o acesso a formas de poder socialmente aceitáveis, como através do reconhecimento acadêmico, a escola pode estar contribuindo na construção de trajetórias que venham a desembocar em violência. Os problemas crescentes de indisciplina, agressividade física e verbal, formação de gangue e pequenos furtos, que a escola estudada registrava em relação a uma parte desses meninos em 2001, quando já eram alunos da 5ª série, parecem apontar nessa direção.

As crianças orientais

Como vimos, as professoras não tiveram dúvidas para classificar as mesmas cinco crianças (um menino e quatro meninas) como orientais, comentando que os próprios sobrenomes já eram um indicador, todos eles aparentemente de origem japonesa. O mesmo, contudo, não se pode dizer dessas crianças. Apenas três delas assinalaram a opção "oriental" na questão dirigida, uma menina assinalou "pardo" e um menino assinalou "branco". A confusão entre cor, raça e ascendência (etnia?) é visível nas respostas dadas à questão aberta. A menina que assinalou a opção "pardo", explicou na questão livre que sua cor era "parda, mas a raça, oriental"; já o menino que se atribuiu a cor branca, respondeu: "Meus bisavô (sic) é japonês mas eu não sou amarelo". Outras respostas de meninas foram: "A minha cor é branca e raça japonesa"; "sou neta de japonesa"; "oriental (japonesa)".

46 ARNOT, M. et al. *Closing the gender gap*: postwar education and social change. Cambridge, Polity Press, 1999, p.144.

As respostas das crianças, na verdade, refletem um embaralhamento conceitual que está presente tanto na questão formulada pelo IBGE e nas alternativas ali oferecidas ("A sua cor ou raça é: 1 – branca; 2 – preta; 3 – amarela; 4 – parda; 5 – indígena"), quanto na questão que lhes apresentamos, em que a alternativa "oriental" substituiu "amarela"; e expressam a complexidade de elementos que se combinam na classificação racial no contexto brasileiro, já discutida em outros estudos.[47] Acreditamos que nosso engano ao substituir o termo "amarelo" por "oriental" também está relacionado a esse embaralhamento, além dos sentidos pejorativos associados à classificação "amarelo". É interessante notar que, mesmo sem que a palavra tivesse sido mencionada, ela apareceu numa das respostas. Até que ponto a cor efetivamente serve como metáfora para a raça (socialmente determinada)? Em que momento elas se tornam disjuntivas? No caso de ascendências com traços fenotípicos marcados, como as orientais, será a origem o mais forte marcador racial no Brasil?

Uma mensagem eletrônica a nós enviada por uma funcionária do IBGE, em resposta a questões que lhes fizemos sobre a forma de indagação utilizada no Censo, é extremamente esclarecedora dessa mistura de critérios. Além de reproduzir o formulário utilizado pelo IBGE, a Sra. Maria Tereza Reis teve a gentileza de nos enviar algumas instruções que são passadas aos recenseadores. Nelas podemos ler:

> [...] considere que amarela só se aplica à pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc. Não considere, como amarela, a pessoa que tenha a pele amarelada por sofrer de moléstia como impaludismo, malária, amarelão etc.

Além de entrar em conflito com outra orientação apresentada logo a seguir nesse mesmo texto, que afirma a necessidade da auto-atribuição de cor pelo entrevistado, o comentário sobre a opção "amarelo" é muito revelador das ambigüidades da classificação por cor que apontamos acima, em suas misturas com critérios de origem, ascendência e etnia.

Considerado o conjunto de nosso formulário (questão livre e questão dirigida), nenhuma das cinco crianças classificadas como orientais pelas professoras negou sua ascendência, mas os textos livres e as discrepâncias entre as respostas

47 PIZA, E. e ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. Op. cit.; TELLES, E. Racismo à brasileira... Op. cit.

denotam dificuldade e incômodo para se incluírem nas categorias disponíveis, ainda que não tivéssemos usado a palavra "amarelo". Por isso, embora em diversas passagens dessa análise elas estejam incluídas na categoria "não negros", pareceu-me necessário destacá-las e refletir um pouco sobre suas características.[48]

Elas compõem pouco mais de 8% do total de alunos da 4ª série (5 em 60). Quatro provêm de famílias com renda superior a 10 salários mínimos mensais e a única exceção é uma menina cujos pais, apesar de declararem renda média familiar mais baixa, têm, ambos, escolaridade de nível superior completo. Na visão das professoras, parecem ser um grupo quase invisível: não constam nos registros de punições escolares e nenhum deles foi indicado para reforço; três das meninas não foram mencionadas nas falas das professoras, a quarta foi indicada como boa aluna, mas "aquela que não pisca na aula... não questiona, nada, nada." (Célia); e o único menino foi citado como bom aluno, sem nenhum outro comentário. Portanto, pareceu-me que são crianças que "não dão trabalho", por isso tendem a desaparecer no roldão das solicitações e problemas cotidianos da sala de aula. Como seu pertencimento racial não é gerador de desigualdades marcantes como no caso dos negros, ele também acaba por ser silenciado e muitas vezes se pressupõe que não é fonte de dificuldades. As respostas ao questionário, contudo, indicam no mínimo um desconforto, que merece uma discussão específica.

Estudos norte-americanos indicam uma situação semelhante, tanto no que se refere às características estereotipadas atribuídas aos alunos de origem asiática, como serem estudiosos, colaborativos e dóceis, mas pouco comunicativos e mais afeitos às disciplinas científicas e exatas; quanto do ponto de vista dos próprios estudantes, que se mostram pouco à vontade frente a sua identidade étnica.[49] No Brasil, Luiza M. Y. Camacho[50] investigou as razões que levariam estudantes nipo-brasileiros a um bom desempenho escolar. Através de entrevistas com famílias residentes em São Paulo, a autora concluiu que a forte presença de valores da cultura tradicional japonesa, como a hierarquia, a vergonha, a autodisciplina e

48 As duas crianças que se autoclassificaram como indígenas, também incluídas no grupo de "não-negros", não foram estudadas em maior detalhe, pois o centro dessa análise são as posturas e classificações das professoras e, para estas, a menina era branca e o menino pardo. Na avaliação de Célia e Laís, as crianças tinham apenas brincado ao se classificarem como indígenas.

49 CHUN, K-T. The myth of Asian American success and its educational ramifications. In: NAKANISHI, D. & NISHIDA, T. Y. *The Asian American educational experience*: a source book for teachers and students. New York, Routledge, 1983, p. 95-111; SUE, S. & OKASAKI, S. Asian American educational achievements: a phenomenon in search of an explanation. *American Psychologist*, n. 45, 1990, p. 913-920.

50 CAMACHO, L.M.Y. *As relações entre a cultura japonesa e a educação dos nipo-brasileiros*: um estudo dos elementos influenciadores do desempenho escolar dos descendentes de japoneses. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, Programa de História e Filosofia da Educação, 1993.

a responsabilidade, ao lado de intensa valorização da educação escolar, estariam na base de um comportamento de compromisso e empenho no processo de escolarização. Seus depoentes também relatam a presença de estereótipos e de um marcante sentimento de superioridade frente aos "*gaijin*" (brasileiros).

De toda forma, parece clara a necessidade de uma investigação mais aprofundada do tema, capaz de dar voz também às crianças descendentes de orientais.

O que as crianças escreveram

Cinco alunos (dois meninos e três meninas) interferiram nas opções oferecidas na questão dirigida: um menino marcou todas as opções e as outras quatro crianças criaram categorias ligadas à raça negra: mestiço, negro ou moreno, duas delas anulando a opção "preto" e outras duas a opção "pardo". Na pergunta aberta, escreveram as mesmas palavras, deixando muito evidente seu desconforto com a terminologia utilizada e sua dificuldade em identificar-se com categorias como preto e pardo. Destaque-se que nenhuma criança que assinalou a opção "branco" interferiu no questionário.

Na questão livre, o resultado foi bastante parecido com o encontrado na Pnad de 1976, que apresentou uma questão aberta sobre a cor da população. Naquele momento, apesar da grande variedade de respostas, predominou a categoria "moreno" entre aqueles que se classificaram como "pardos" no quesito fechado.[51] Entre nossas crianças, dez lançaram mão desse termo, às vezes acompanhado de especificações como "moreno-negro", "moreno escuro", "moreno claro" ou "meio moreno, meio branco". Outra cor mencionada foi "marrom claro". A essas respostas livres corresponderam, na questão dirigida, cinco opções para pardo, três para preto, uma para branco e uma para indígena. Mais uma vez, a dificuldade em definir a cor de uma pessoa e toda a carga negativa associada às categorias preto e pardo, parecem ter sido decisivas nas respostas. A força da categoria branco como referência, como universal, quase como resposta correta entre as opções, aparece na seguinte resposta livre: "Eu me acho pardo, porque minha pele não é tão branca". Deixando no ar a pergunta: não é tão branca quanto deveria? Apenas duas meninas deram respostas livres que pareciam afir-

51 ARAÚJO, T.C.N. A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE... Op. cit.

mar com algum orgulho a raça negra: "Sou negra de família negra" e "A minha raça é de origem negra". Duas outras acrescentaram à sua cor branca, uma característica valorizada, da qual pareciam orgulhar-se: "loira". Resistências, movimentos, hierarquias e desigualdades pulsam nas respostas das crianças.

Como a primeira questão abria a possibilidade para uma resposta relativa à raça ("Qual a sua cor ou raça?"), alguns alunos e alunas deram respostas duplas, do tipo: "cor preta, raça não sei". Além dos orientais, um menino e uma menina brancos mencionaram sua ascendência ("sou branco e milanês"; "descendente de libanês"). Além disso, dois meninos e três meninas apresentaram-se como "brasileiros", quatro deles classificando-se como brancos. Já que nenhuma criança que se classificou como preta ou oriental fez o mesmo tipo de afirmação (e apenas uma parda[52]), fica sugerida uma associação entre cor branca e brasilidade, que esses alunos certamente reproduziram a partir de uma imagem muito difundida no país (um bom exemplo são os livros didáticos), de uma nação de cara branca, imagem que sem dúvida precisa ser discutida frente ao fato de que 45% de nossa população se declara preta ou parda.

Todavia, a mensagem mais contundente partiu de um menino negro (heteroatribuição pelas professoras e pesquisadora), um dos "meninos problema" da turma, freqüentador do reforço e assíduo nas páginas do livro de advertências da escola. Além de assinalar todas as opções na questão fechada, ele escreveu: "branco = pardo = preto". Em entrevista posterior, esse aluno confirmou sua opinião afirmando que respondera assim porque "é tudo igual mesmo". Sua resposta inesperada, pois ele em geral se mostrava calado e indiferente, expressa à sua maneira, num código simples e direto, como se estivesse grafitando uma parede, a revolta contra essas classificações e as desigualdades a elas ligadas, ao mesmo tempo que apresenta sua utopia – nossa utopia – de um mundo de iguais, de seres humanos que se equivalem para além da cor da pele: "branco = pardo = preto".

52 Um segundo menino autoclassificado como pardo escreveu: "Eu sou paulista".

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa que tem por objetivo conhecer os processos através dos quais se produz, no ensino fundamental, o fracasso escolar mais acentuado entre crianças negras do sexo masculino, conforme vêm indicando as estatísticas educacionais brasileiras, há algumas décadas. A etapa aqui descrita investiga a categorização racial das crianças no âmbito escolar, apontando possíveis superposições entre os significados de masculinidade, pertencimento à raça negra e problemas escolares de disciplina e de desempenho, através de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido em uma escola de Ensino Fundamental (1º Ciclo) utilizando questionários e entrevistas em profundidade. Nossa hipótese é que, pelo menos no âmbito da escola, a identidade racial de meninos e meninas seria construída tendo como referência não apenas características fenotípicas e *status* socioeconômico, mas também seu desempenho escolar.

Palavras-chave: Desempenho Escolar, Ensino Fundamental, Gênero, Raça.

Boys' and girls' underachievement: articulating gender and race

Abstract

Educational statistics have shown that in Primary School underachievement seems to be more associated with black male children. This article is part of a research that intends to understand the processes that produce such situation. The present study investigates

racial categorizations in the school showing possible juxtapositions among meanings of masculinity, race belonging (blackness), and bad behavior and underachievement through a qualitative study undertaken in a Primary School, with questionnaires and in depth interviews. Our hypotheses holds that, at least in the school context, boys' and girls' racial identities refer not only to phenotypic and social-economical features, but also to their schooling performance.

Keywords: School Underachievement, Primary School, Gender, Race.

Etnografias do *Brau*: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador*

Osmundo Pinho**

O *brau* e a máquina de guerra da reafricanizacão

Neste artigo, procurarei discutir a consolidação de uma figura social que habita o mapa das representações de identidade da Salvador reafricanizada.[1] Essa figura é o *brau*, (in)corporado como uma fronteira entre significados impostos e auto-atribuídos em disputa em interseção com sentidos historicamente determinados de identidade e cultura negras.[2] Essa reafricanização está entendida como a nova inflexão dada à agência (*agency*) social, política e cultural afrodescendente em Salvador, marcada pelo uso de símbolos ligados à africanidade e por uma interação determinada com a modernização seletiva bra-

* Publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas*, vol. 13, 2005.

** Bolsista Pós-Doc da Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Ciências Sociais pela mesma universidade.

1 Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na sessão coordenada "Raça e etnia", do II Seminário Internacional, I Seminário Norte-Nordeste "Homens, sexualidade e reprodução: tempos, práticas e vozes", realizado em Recife em junho de 2003 sob a organização do Instituto Papai, Fages (UFPE), Nepo (Unicamp), Grupo Pegapacapá. Gostaria de agradecer às coordenadoras da sessão, Ângela Sacchi (PPGA/UFPE) e Heloisa Cavalcante (PPGS/UFPE), a oportunidade de apresentar meu trabalho. Agradeço também ao Programa GRAL (Gênero Reprodução Ação Liderança), da Fundação Carlos Chagas/John D. Catherine and T. MacArthur Foundation, que permitiu minha participação no evento.

2 Gostaria de agradecer os construtivos comentários feitos pelos(as) pareceristas anônimos(as) da *Revista Estudos Feministas*.

sileira, caracterizada, ao mesmo tempo, pela conexão desterritorializada com fluxos simbólicos mundiais e da diáspora.

Esses aspectos desterritorializantes estão associados ao processo de globalização, entendido como a destruição de formas tradicionais de espaço-temporalização nas relações sociais, novas estruturas de associação, pertencimento, lealdade, trocas e fluxos que se realizam em formas crescentemente complexificadas e aceleradas, criando novos parâmetros para a interação em contextos não mais facilmente descritos como simplesmente locais ou globais.[3]

O *brau* se inscreve no espaço dessas articulações complexas como uma forma de representação disputada entre a iniciativa vernácula, popular-urbana, de reinvenção de identidade, e outras formas heteróclitas de representação para o negro e para a 'cultura negra', inclusive formas etnográficas.

A reafricanização, como um contexto social-discursivo sedimentado, é o marco, aberto e policêntrico, de referência dessas lutas políticas pela representação em torno do negro, do corpo negro e da atualização local de padrões mundiais de reconfiguração identitária afrodescendente. Essa reafricanização pode ser considerada como uma máquina de guerra que institui seu próprio teatro de operações discursivas e sociais. A idéia da 'guerra' é, assim, um componente interno nuclear para a interpretação que procuro fazer.

Em Gilles Deleuze e Félix Guattari lemos que máquina de guerra é uma invenção nômade, e dos nômades, que se opõe como uma exterioridade ao aparelho do Estado. Na dialética da interioridade e da exterioridade, a máquina de guerra é o 'fora' permanente, a desterritorialização[4] que impede a planificação, a centralização e o fechamento das subjetividades e dos devires sob o princípio da reprodução arborescente (em oposição ao princípio rizomático),[5] que é o princípio do Estado.[6] A máquina de guerra é nômade porque assola como o bando desorganizado, ou a hor-

3 APPADURAI, A., 1997; SANSONE, L., 2000; RISÉRIO, A., 1981; MORALES, A., 1991; e SOUZA, J., 2000.

4 Nesse caso, desterritorializacão não porta o sentido sociológico-cultural associado à modernização ou globalização, mas se refere ao conceito em uso nos trabalhos de Deleuze e Guattari que está aproximado da idéia de mapas cognitivos que se fazem e desfazem. Por exemplo, este último diz: "O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga a até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num intenso movimento de desterritorializacao no sentido de que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações mentais e materiais" (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 186).

5 Distinguindo o modelo arborescente ou axial do rizomático, Deleuze e Guattari colocam: "Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem" (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 15).

6 DELEUZE e GUATTARI, 1986 e 1996.

da, as estruturas centralizadas do Estado que, para esses autores, se alevanta como o aparato propriamente político-territorial de centralização, que permite a divisão das populações em dominantes e dominados. A formação do Estado é, assim, um 'assalto' da classe dominante que 'reduz' as sociedades ao centralizá-las em um ato de perfeita violência, como um crime.

A máquina de guerra é ainda uma projeção para além dos obstáculos, a sua superação e transcendência pela desorganização e multiplicação rizomática de linhas de desenvolvimento reterritorializadas. Desse modo, inventa uma cartografia afetiva que é um mapa produtivo, como um decalque. Sendo um 'fora', uma exterioridade, a máquina de guerra desterritorializa os pontos de vista e as linguagens, reinventa um mundo e o lança para fora de si mesmo:

> And the meaning of Earth completely changes: with legal model, one is constantly reterritorializing around a point of view, on a domain, according to a set of constant relations; but with the ambulant model, the process of deterritorialization constitutes and extends the territory itself.[7]

A lógica das discursividades, nos adverte Michel Foucault,[8] não é lógica do sentido, mas da guerra, assim "un frente de batalla atraviesa toda la sociedad".[9] Do que podemos descrever como a aventura da tradição afrodescendente em Salvador, que se redescobriu e refez diversas vezes e sob numerosas denominações performances, identidades, posições de sujeito, paisagens, subjetividades e discursos, podemos concluir do acerto dessa pressuposição, ainda mais se considerarmos qual o campo de ação dessa tradição, que não é outro senão aquele constituído como a arena dos embates racializados. Um campo racializado não predominantemente pelos agentes negros que, em muitos momentos, preferiram definir a si próprios como africanos e não como negros, mas pelas instâncias da hegemonia política que se instalou como um poder branco e como um representante local, colonial, do 'branco universal' sediado em uma Europa sobrepairante.[10]

---

7 DELEUZE e GUATTARI, 1986, p. 37. Tradução livre: "E o significado da Terra muda completamente: com o modelo legal, a pessoa é constantemente reterritorializada em torno de um ponto de vista, sobre um domínio, de acordo com uma série de relações constantes; já com o modelo ambulante, o processo de desterritorizalização constitui e expande o próprio território.".

8 FOUCAULT, 1972.

9 FOUCAULT, 1992, p. 59.

10 ALBUQUERQUE, W. 1996, 1999 e 2002.

Estabelecendo nexos rizomáticos com a Jamaica, o *Black Panthers Party*, a casa real etíope, o Egito faraônico, o Orun, a Liberdade e a Cuba revolucionária,[11] a reafricanização abriu atalhos e comportas; onde antes havia o espaço codificado criou rotas e semeou micro verdades nos oásis conquistados à hegemonia branca. O movimento oscila, entretanto, entre sua própria multiplicidade nômade e sua centralização congelante. Se o espraiar-se das identidades é uma aventura fractal e inconclusa, existe muito empenho e interesse em convertê-la a uma ordem interiorizada pelo Estado, de modo que a "atividade consciente"[12] parece ser sobremaneira requisitada para que as forças da centralização que operam pela folclorização, mercadificação e mumificação da tradição não prevaleçam ao final sinistramente.

Podemos, por fim, interpretar o processo da reafricanização, notadamente seus aspectos identitários, como uma revoada nômade de identidades e devires articulados rizomaticamente em torno do signo-África, desterritorializando os mapas hegemônicos sobre raça e gênero e sendo muitas vezes capturada ou seqüestrada pelo aparelho de Estado, no sentido de ver reduzida sua capacidade proliferante de produzir outros mundos e novas conexões inesperadas. Como um empreendimento nômade, a reafricanização reinventa o território para as afetividades e identidades negras, fundando mundos e destruindo alguns outros.[13]

No carnaval afrodescendente, a extensão do território negro ultrapassa as avenidas da cidade e invade o corpo negro, subvertendo os significados que a biopolítica das estereotipizações e racializações normalmente lhe atribuía. Por outro lado, é como uma exterioridade que a tradição afrodescendente invade, em luta por reconhecimento e autonomia, as representações e os planaltos hegemônicos das instâncias discursivas brancas ou europeizadas em Salvador. A partir das casas-de-santo, *egbés*, mundos africanizados reterritorializados, agentes negros nômades desterritorializam a cidade de tal modo que as elites e a opinião pública branca não se reconhecem nela, haja vista a guerra pela europeização da

11 Esses temas estão presentes em dezenas de canções dos blocos afro, vozes protagonistas da reafricanização baiana. Cf. por exemplo Milton Moura, 2001.

12 Incorporo livremente a expressão de Mao "atividade consciente", discutida no contexto do debate sobre o papel da guera de libertação colonial. Para Mao, a guerra é política, se não por nada, porque é um meio de educação política, em uma versão meio mística e um tanto quanto fascista: "'La guerra es la continuacion da la politica'. En este sentido, la guerra es politica, y es en sí misma una accion politica" (TUNG, M.T., 1972 (1938), p. 50). Ora, a guerra é política e resulta da *"atividade consciente"*, uma faculdade propriamente humana que segundo Mao é o concerto da planificação, predição e vontade de ação transformadora e consciente aplicado a um fim determinado, nesse caso à guerra de libertação nacional revolucionária, que é como "una antitoxina, que no solo destruirá el veneno del enemigo, sino que tambiém nois depurarra de toda inmundicia" (TUNG, 1972 (1938), p. 27).

13 PINHO, 2003.

cidade e da cultura em Salvador que se desenrolou por toda a primeira metade do século XX e que está fartamente documentada.[14]

A invenção do *brau* como uma 'personalidade-personagem' autônoma da reafricanização testemunha uma reconversão de significados associados ao negro e ao corpo negro, instância historicamente re-posta como o lugar de instalação da negritude irredutível. O *brau* que não apenas desafia a norma estética, mas também o cânone da cultura negra tradicional, põe em cena novas contradições de raça e gênero incorporadas no desconforto que sua presença significa para a norma hegemônica sustentada pelas classes médias brancas. A reafricanização, nesse sentido, desterritorializa a cidade e o corpo negro, reterritorializados na incorporação do *brau* como uma figura de raça e gênero. A performance *brau* parece ser, desse modo, uma materialização transitória encarnada nesse processo.

Representando o *brau*

A personagem (ou a performance),[15] meio ficcional, meio sociológica, do *brau* é bem conhecida em Salvador: um homem jovem, quase sempre negro, vestido de forma 'aberrante', com modos e gestos agressivos e de difícil classificação no padrão tradicional das etiquetas raciais na Bahia. Essa formação identitária ambígua tem habitado as formas cotidianas de representação sobre o gênero e as raças de modo pouco refletido.

Podemos identificar, entretanto, outra história sobre o *brau* que, pouco a pouco, está sendo desenterrada, uma história da contemporaneidade sobre a invenção de uma personagem social que acumula sentidos contraditórios e que se enraíza na articulação global-local. Essa história é também a história da representação marginal e ligeira do *brau* em escritos etnográficos dedicados a temas paralelos, mas que deixam entrever sua aparição. Formas de inscrição etnográfica do *brau* têm sido até aqui tão *periféricas* e *precarizadas* como sua própria existência social, apesar ou a despeito da enorme prevalência que os fatores que condicionaram sua aparição tiveram em meio à juventude negra e pobre em Salvador.

14 Cf. por exemplo Raphael Vieira Filho, 1995 e 1998.

15 Não apenas existiria "o brau", mas "performances brau", de modo que uma pessoa qualquer pode ser acusada de vestir-se ou comportar-se como *brau*.

Procurarei nesta seção, dessa forma, discutir um pouco da representação fugaz do *brau* nesses escritos etnográficos, salientando que seria importante e desejável uma investigação empírica detalhada e focada nessa personagem, escassamente considerada em termos socioantropológicos, mas que, pelo que é possível vislumbrar-se, teria relevância nas dinâmicas de raça e gênero em Salvador, como procuro indicar a partir do material disponível.

Buscando as 'origens' do *brau*, veremos que, no contexto do processo referido como reafricanização, a juventude negra de Salvador em busca de afirmação cultural e modernidade entrou em conexão com a onda mundial da música negra norte-americana. James Brown e a música *funk* tornaram-se, a partir dos anos 1970, mais um dos elementos da cultura negra baiana, com uma diferença: agora esta também poderia se reconhecer como internacional, falante de inglês, jovem, corporal, articulada na relação com os bens de consumo e com a mídia.[16] A música negra norte-americana compôs a trama dos contra-discursos diaspóricos discutida por Paul Gilroy em *The Black Atlantic*.[17] Em Salvador, esses discursos caíram em solo umedecido pelas tradições locais de interação entre brancos e negros e pelas formas tradicionais de resistência africana na cidade.

O *brau* aparece retratado em algumas etnografias contemporâneas que miram para esse novo contexto de redefinições culturais, sonorizado por novas audições sociais da música negra da diáspora. Livio Sansone descreve sua emergência como a de um:

> [...] jovem (negro) de classe baixa que experimentava com o estilo de *soul brother* na Bahia [...] utilizando roupas ou acessórios atribuídos aos negros norte-americanos, para se diferenciar do visual tradicional afro-baiano, digamos assim, sem ter que esposar diretamente um visual tido como branco.[18]

Fazendo assim, constituiu uma 'fratura' ou 'abertura' no campo de significações para raça e gênero através da releitura de elementos da indústria cultural. O posicionamento dessa figura passou necessariamente pela relação com o mundo dos objetos, da mercadoria ou consumo, uma relação que é tanto uma prática vernácula como um exercício de poder (ou não-poder) econômico.[19]

16 SANSONE, 1998, e 2000; e RISÉRIO, 1981.

17 GILROY, 1993.

18 SANSONE, 1998, p. 225.

19 APPADURAI, 1994.

Ari Lima, outro etnógrafo do *brau*, reproduz um trecho de entrevista com Carlinhos Brown, autoproclamado fruto da experiência da *soul music* em Salvador, em que ele conta como os jovens na Liberdade, bairro-símbolo da negritude baiana, interagiam com a música e a imagem de James Brown:

> Eu não entendia nada do que ele cantava. Mas eu entendia como ele se comportava e todo mundo entendia, porque a dança, a forma de dançar se arrastando, sabe, parecia drible, parecia um drible social mesmo nas coisas, indo no chão, usando o corpo como um movimento... Na Liberdade, você chegava na Liberdade o cara falava: "Risque aí!" Aí fazia a roda. Então se você dançasse legal, apresentasse um passe novidade, tudo bem. Se não, nego te mijava e a zorra. "Você não é *brau*, não![20]

Tanto Lima como Sansone fizeram pesquisa etnográfica em bairros populares em Salvador. Lima no Candeal, berço da Timbalada, e Sansone no Caminho de Areia, na Cidade Baixa, próximo ao tradicional bairro do Bonfim. Ambos ressaltam como a formação da auto-identidade dos jovens se estrutura como uma relação entre os pares, assim como se dá sob a forma de uma redefinição da relação com a sociedade branca dominante, que passa a ser interpelada criticamente no cotidiano desses jovens através do espelho de identidade James Brown. O curioso é que, ao mesmo tempo em que essa imagem *funkificada*[21] era incorporada positivamente pelos jovens negros da periferia, era detestada e estigmatizada pela classe média que transformou a palavra *brau* em xingamento inequívoco, revelando os aspectos disputados dessa configuração. Paradoxal e curiosamente, *brau* não é uma categoria identitária, mas de acusação; melhor dizendo, a categoria/performance *brau* disputou-se na história das representações raciais.

Em outros dois momentos, podemos flagrar breves aparições etnográficas dessas figuras. Primeiro em pesquisa realizada para graduação em Ciências Sociais, realizada em 1993 na Massaranduba, antiga favela urbanizada, próxima ao Caminho de Areia, na Cidade Baixa, em Salvador. Depois, em uma dissertação de mestrado sobre o Pelourinho – Centro Histórico de Salvador, cujo trabalho de campo foi feito em 1995. No primeiro caso, os braus eram alguns dos jovens moradores da Travessa da Esperança (o sítio da pesquisa). Associados ao mundo

20 LIMA, 2001, p. 262.

21 Copio o neologismo de George Yúdice, 1997.

dos pequenos crimes e aproximados da masculinidade, agressiva e hipersexualizada, usando roupas coloridas e correntes no pescoço, eram estigmatizados pelos outros moradores, que pretendiam se aproximar de um padrão de classe média. Os informantes na Travessa não perdiam a chance de desqualificar esses jovens, procurando diferenciar-se perante o etnógrafo daqueles rapazes de gosto estético, segundo eles, questionável. No segundo caso, em uma pesquisa comparativa sobre dois espaços de sociabilidade no Pelourinho, eventos-território,[22] vemos como um desses, o pagode do Espaço Cultural é Proibido Proibir, foi descrito como repleto de braus em oposição a outro evento-território, o Bar Cultural, zona de refúgio de uma parcela da juventude branca de classe média, autoidentificada como 'alternativa' e que procurava se esconder da avalanche de vida cultural popular e negra no Pelourinho.

Enquanto no Bar Cultural foi possível testemunhar a atuação de todo um regime de corporalidade marcado pela identificação com valores de 'bom-gosto' e autodisciplina corporal, um habitus coincidente com alguns dos modelos representados para o 'branco' jovem de classe média em Salvador, no Proibido Proibir verificou-se, por outro lado, toda a explosão exuberante das performances hipermasculinizadas e ritualmente agressivas dos braus, que não hesitavam em explorar e exibir seu próprio corpo, dançando ou semi-desnudando-se, aludindo freqüentemente ao sexo como uma forma de estampar no ambiente a retórica da sexualidade exacerbada que justamente os qualificaria como excessivamente 'negros'.

Alçado desse modo à condição de elemento de atualização de figuras de gênero e raça, o corpo do brau exerce uma corporalidade subversiva e disruptiva que investe contra os sentidos pacificadores para o homem, para o negro e para o corpo. Expondo seu corpo, alterando a aparência do cabelo,[23] exibindo nas ruas as cores agressivas de suas roupas, além de representar como mímica da violência a postura da agressividade, o brau desafia a moral, o bom gosto e o racismo de forma mais ou menos contundente. De forma mais ou menos contraditória, por outro lado, reproduz estereótipos sobre si próprio e, talvez, eleja a mulher, ou a feminilidade, como seu "outro" desejado e oprimido. Na ocasião da pesquisa no Pelourinho, parece ter ficado claro, desse modo, a im-

22 Eventos-território são formas transitórias e transistivas de territorialização de identidade ou de 'identificação' de territórios urbano-complexos. Cf. PINHO, 1999.

23 Como uma das populares de atuar sobre a imagem, afrodescendentes em Salvador, como no resto do mundo, alteram sua auto-imagem experimentando com o cabelo. Assim, também os *braus* descolorem e deixam crescer o cabelo no estilo conhecido na Bahia como "black power". Sobre políticas do cabelo, cf. MERCER, K. 1997.

portância do corpo e da definição de masculinidade para a identidade desses jovens braus.[24]

Tendo como pano de fundo esse conjunto aproximativo de informações etnográficas, desenvolvo a seguir uma estratégia provisória de leitura crítica para a performance brau, considerando informações de um contexto mais amplo, assim como algumas perspectivas teóricas.

O complexo *funk-soul* e o ambiente reafricanizado

O que poderíamos muito aproximadamente chamar de 'culturas' *funk*, *reggae* e *soul* tiveram um papel determinante como co-participantes do processo mais amplo da reafricanização. Nesta seção, discutiremos um desses campos, justamente aquele que tem sido apontado como essencial para a virada modernizante da cultura afro-baiana tradicional, o complexo cultural *funk-soul,* fundamental para a performação do *brau*.

Antônio Risério é o autor da versão canônica sobre o processo, sendo citado precocemente por Hermano Vianna em seu livro sobre o *funk* carioca dos anos 1980.[25] Risério documenta com vivacidade a invasão da música *soul* nos anos imediatamente precedentes ao primeiro desfile do bloco afro Ilê Aiyê, mostra a febre da música disco que chegou primeiro à Liberdade e aos bairros periféricos e só depois à Barra e aos bairros de classe média. O impacto foi tal que a própria planta das casas se alterou de modo a permitir maior espaço para evolução dos passos. James Brown era o herói negro do momento, identificado com a trilha sonora para os *Black Panthers*, o reverendo Martin Luther King Jr. e a luta por direitos civis para os negros norte-americanos.

Toda a ambiência criada pelo *soul* esteve envolta na sedução do estilo e do consumo que se encontrou com os sedimentos históricos da tradição afrodescendente em Salvador, e foi esse encontro particular que permitiu instituir-se uma especificidade para o processo. Como coloca Jorge Watusi, entrevistado por Risério,

24 PINHO, 1999.

25 VIANNA, 1988. Não resisto a comentar que uma monografia abrangente sobre o *funk* carioca *contemporâneo* ainda está por ser feita.

> A consciência veio como moda, é claro. Tinha aquele som, aquelas roupas etc. Depois, com o tempo, a gente viu que esse lance todo de moda não era lá tão importante. Foi aí que pintou o Ilê Aiyê. Eu acho que foi com o Ilê Aiyê que pintou a passagem, que a gente passou de uma coisa pra outra. Porque com o Ilê, veio essa coisa de se manifestar no carnaval já com uma orientação mais real, afro-brasileira.[26]

É preciso dizer que Watusi está comparando o processo baiano ao carioca, que, privado, em tese, de bases culturais afrodescendentes mais solidamente enraizadas, teria oscilado precariamente entre a pura moda e tentativas infrutíferas de politização. No caso da Bahia, e esse é um argumento 'êmico', a anterioridade da tradição africana permitiu uma apropriação a um só tempo mais política e mais original.

A febre *funk-soul* não tomou apenas Salvador, evidentemente, mas seduziu jovens negros em diversas partes do Brasil. No mesmo ano em que Risério publicou o seu *Carnaval Ijexá*,[27] Carlos Benedito Rodrigues da Silva apresentava comunicação sobre tema conexo no GT "Temas e problemas da população negra no Brasil" do IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Nessa comunicação pioneira, depois publicada com o título *Black soul: aglutinação espontânea ou identidade étnica*,[28] Silva analisa o movimento *black soul* capitaneado, a partir de 1978, na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, pelo grupo Afro-Soul. O autor avança a tese que retomaria em seu livro sobre o *reggae* em São Luís. Para ele, não seriam as formas tradicionais de cultura negra, entendidas como aquelas de origem africana, as únicas escolhidas para manifestar ou articular a identidade negra para os descendentes de africanos. As formas modernas e transnacionais de cultura negra passariam, a partir desse momento, a operar "como uma manifestação cultural que os identificava de alguma forma (pelos tipos de roupa, dança, música etc.)".[29]

26 WATUSI, citado em RISÉRIO, 1981, p. 32.

27 RISÉRIO, 1981.

28 SILVA, 1984.

29 SILVA, 1984, p. 245.

Para o Rio de Janeiro, o livro de Vianna[30] é, sem dúvida, a fonte fundamental, ainda que se ressinta de certa dificuldade na compreensão da problemática racial, tão evidente no fenômeno quanto invisibilizada pela análise. Esse é um viés, aliás, também presente na análise de Suylan Midlej sobre o *funk* do Black Bahia,[31] em que, apesar de termos um baile chamado Black Bahia, no qual a maioria esmagadora dos freqüentadores é negra, um baile localizado em um bairro periférico da cidade e no qual se ouve a música negra norte-americana, a autora não encontrou nada que autorizasse uma representação racial. Esse 'desaparecimento' talvez se deva ao que Souza chama de abordagens científicas naturalistas, "ou seja, concepções científicas que não refletem adequadamente sobre os pressupostos de sua reflexão e se apropriam, na esfera da ciência, das ilusões objetivas do senso comum".[32] É claro que "ilusão objetiva", aqui presente, se refere à irrelevância da dimensão racial nos contextos analisados e à dificuldade de se identificar fatores raciais na produção de desigualdade e identidade.

De um modo ou de outro, no livro de Vianna, encontramos uma boa reconstituição do desembarque do *funk* no Brasil. Dom Filó, fundador da equipe Soul Grand Prix, que procurou imprimir um sentido de consciência à adesão dos jovens ao *soul*, acabou desencadeando o que viria a ser chamado pela imprensa, em 1975, de Black Rio, o *soul* politizado. Nesse contexto, desenvolve-se a polêmica: o *soul* é político ou não é político? Aliena ou traz conscientização? Coloniza ou emancipa? É bom não esquecer que estávamos em 1975, muito longe ainda da distensão do regime militar. Carlos Alberto Medeiros, à época membro da diretoria do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), toma posição em favor dos funkeiros e contra aqueles que viam na música *funk* alienação e americanização:

> É claro que dançar soul e usar roupas, sapateados e cumprimentos próprios não resolve, por si, o problema básico de ninguém. Mas pode proporcionar a necessária emulação – a partir da recriação da identidade negra perdida com a Diáspora Africana e o subseqüente massacre escravista e racista – para que se unam e, juntos, superem suas dificuldades.[33]

30 VIANNA, 1988.

31 MIDLEJ, 1995 e 1998.

32 SOUZA, 2000, p. 12.

33 *Jornal de Música*, n. 33, 1977, citado em VIANNA, 1988, p. 28.

A par de suas andanças pelo Brasil, o *funk* também chegou a Salvador. Desde 1979, ocorre o Baile Funk, do Black Bahia, no Esporte Clube Periperi, no chamado subúrbio ferroviário em Salvador, umas das regiões mais empobrecidas da cidade. O Baile incorpora toda uma ambiência *funk*, que passa pelas roupas, gírias, pelo modo específico de dançar o *break*, pela decoração e organização dos grupos permanentes de dança como os "Feras", "Cobra" e "Dragão".

O baile em Salvador foi organizado por cariocas, Mauro Xavier e Petrúcio, que já tinham experiência com o *soul* no Rio. Mauro teria começado a trabalhar com as equipes desde 1972. Segundo o seu depoimento, o baile, que reúne milhares de pessoas, só começou a "pegar fogo" mesmo a partir de 1987. A motivação principal apresentada pelos informantes para freqüência ao baile, é o prazer de dançar:

> O que me leva ao baile é o funk, o rap, a adrenalina pura que corre na veia. Eu sou funkeiro, não vou mentir pra ninguém, o que me leva ao baile é isso, o estilo, o funk em si [...] O funkeiro vai pro baile na intenção de dançar o funk...[34]

Esse tipo de depoimento é freqüente na literatura sobre cultura juvenil associada à música, à experiência da dança e da manipulação do corpo.[35] A *expertise* demonstrada no dançar em rituais agonísticos entre rapazes, a sedução que a dança implica no mercado afetivo-sexual e a ligação que a dança permite refazer entre o corpo negro e sua história, todos esses aspectos são recorrentes para diversos exemplos etnográficos e parecem indicar a importância da cultura corporal como uma forma de reflexão sobre a corporalidade (historicidade encarnada no corpo), rituais ou práticas de gênero.

Tanto em Salvador, como no Rio, o *funk* pôde se prestar "a experimentações com o visual, o uso do corpo e o consumo conspícuo (de bebidas, roupas, música e transporte)".[36] Essas são técnicas do estilo (*style)*. Respondendo à pergunta "o que é ser funkeiro", Mônica, 19 anos, responde:

34 Luís Neves, 23 anos, citado em SILVA, S.M. 1996, p. 103.

35 Cf. por exemplo SILVA, C.B. 1995.

36 SANSONE, 1998, p. 230.

> O que a música diz: 'eu sou funkeiro ando de chapéu, cabelo enrolado, cordãozinho e anel', fica pro pessoal do Rio, que tá mais acostumado com esse estilo, a gente aqui adotou a calça cocota, o short cocota; normalmente os funkeiro tão de preto. Outra característica bem marcante: saber a música que gosta, o estilo que mais se adapta à pessoa e dança, sem a dança não existe o funkeiro.[37]

Livio Sansone está correto ao afirmar que a disseminação de gêneros musicais negros não implica coincidência para os sentidos que esses gêneros assumem em diferentes contextos. Assim também, parece muito adequado salientar os aspectos criativos da relação dos jovens de países periféricos, como o Brasil, com os discursos culturais originários dos centros mundiais produtores de cultura.[38] Por outro lado, me parece importante perceber exatamente como esses estilos culturais se associam às contingências de cada contexto em questão. Suponho que é, a partir daí, que possamos extrair seus significados sociológicos e não apenas dos depoimentos dos agentes, imersos em suas próprias condições de vida e submergidos na 'instransparência' da vida social, principalmente se considerarmos todo o peso ideológico do racialismo brasileiro, que afeta os agentes e os analistas.[39] O que é importante ressaltar é como esses discursos musicais-culturais interagem com a estrutura de relações de poder e servem como instrumentos para objetificação de identidades e posições antagônicas em um campo determinado. Exatamente como faz Sansone ao articular, de um lado, as condições de transformação das realidades metropolitanas no Brasil, ligadas à passagem para um mundo de trabalhadores 'não-garantidos', globalização e cultura de consumo, e de outro a construção da identidade negra como forma de acesso à cidadania política ou 'consumista'.

37 Citada em SILVA, S.M. 1996, p. 110.

38 SANSONE, 1998.

39 Acumulam-se até a náusea dados sobre as desigualdades raciais brasileiras. Pelo menos desde o chamado ciclo da Unesco nos anos 1950 e os trabalhos da Escola Sociológica Paulista é inquestionável o viés de raça/cor para reprodução das desigualdades sociais no Brasil; por outro lado, o modo de interpretação dessas desigualdades e sua interação no mundo da vida variam bastante (Cf. por exemplo TELLES, E., 2003; MAIO, M. e SANTOS, R., 1996). Essa característica da estrutura social brasileira também apresenta conexões ideológicas, inclusive no que se refere à produção de leituras sociológicas sobre o ambiente social/racial em que os atores – entre os quais os cientistas sociais – estão imersos. Esse ambiente é fortemente influenciado pelo *habitus* racial brasileiro e pelo chamado mito da democracia racial. Sob esse aspecto, cf. PINHO e FIGUEIREDO, A., 2002.

> A identidade negra se desenvolve dentro do movimento rumo a uma nova cidadania e, em particular, nas suas formas mais populares ou de massa, não pode ser vista de forma separada do desejo de consumo e protagonismo civil.[40]

Racializando corpo e gênero

A instalação vernácula do brau, como uma interface conturbada, produz sua própria conexão com a economia política da raça e do gênero em Salvador. Os pontos de apoio históricos para a produção de sujeitos raciais tais quais estes formam uma rede densa com aquelas outras instâncias que produziram a sociedade desigual, a pobreza reproduzida e a subordinação. Os bairros periféricos, e a experiência da periferalidade, de onde vêm os braus, já muito bem descritos,[41] são o marco para a constituição da experiência e para a formação do sentido do corpo e de suas performances específicas. Regimes de corporalidade e de subordinação, assim como a pobreza, ou privação relativa, o cotidiano de violência, os padrões de conduta sexual etc., são componentes intrínsecos do contexto que se forma como uma ambiência para a reprodução social.[42]

Essa ambiência também tem se redefinido em Salvador como uma re-invenção da imagem da cidade ou uma reterritorialização que conecta o corpo negro representado com a representação da cidade. Ora, a produção social do corpo negro em Salvador articula-se com a reprodução social de uma auto-representação localizada da imagem da cidade, ambas articulando-se à produção de identidades de gênero racializadas ou identidades raciais de gênero.

Para efeitos do debate, assumirei provisoriamente que o corpo, enquanto categoria sociológica, traz as marcas da formulação maussiana originalmente presente em seu artigo sobre "técnicas corporais".[43] Assumir essa filiação implica conduzir a discussão para um entendimento da constituição do corpo como realizado pela sua relação com o conjunto de técnicas que medeiam a sua interação

40 SANSONE, 2002, p. 179.

41 Por exemplo, TORRES, M., 2002.

42 MONTEIRO, S., 2002.

43 MAUSS, M.,1974.

com a natureza e com o *self*. Conforme apontado por Alexander Gofman,[44] Mauss perseguiu a totalidade nas suas investigações e, no caso da discussão sobre o corp, duas tendências se escondem por detrás de um tom aparentemente desinteressado: 1) o corpo é um corpo total, social e biológico, e não uma entidade separada na qual vemos converterem-se depósitos de historicidade ou cultura; 2) o levantamento das técnicas corporais permitiria uma categorização correta das habilidades culturais na relação com o corpo, em substituição a classificações incompletas ou parciais. Nesse caso, a tarefa sociológica é "*mostrar o fato social*".[45]

Nesse ponto, Mauss não nega sua filiação à abordagem de Durkheim. Discutindo a divisão do trabalho, este último postula a existência de uma consciência coletiva: "L'ensemble de croyances et des sentiments communs".[46] Essa consciência é a consciência da sociedade que "vive e se agita" em nós e às vezes coincide, no caso de sociedades de solidariedade mecânica ou por similaridade, com as consciências individuais. Em nossas sociedades, organizadas pela divisão do trabalho, ou de solidariedade orgânica, as consciências individuais tendem a dissociar-se da consciência coletiva como um efeito da própria estruturação da sociedade, que faz das consciências individuais, descoladas das estruturas, ponto de apoio da reprodução social. Ora, a formação do corpo ou a inculcação de técnicas corporais é parte do processo de individuação ou formação do indivíduo e do ideal de *self* e, através desse processo, a formação do corpo é a reprodução do corpo social. Nesse sentido, o indivíduo não existe como uma entidade preexistente à sociedade, mas, inversamente, só é possível como uma instância da sociedade desdobrada na forma da individuação.[47] É apenas porque elegemos o conceito de sociedade como uma realidade autônoma, reificada, que podemos pensar no indivíduo como uma realidade em si, quando ele é, na verdade, uma invenção cultural. Como disse Durkheim, "La vie collective n'est pas née de la vie individuelle, mais c'est, au contraire, la seconde qui est née de la première".[48] Ou dito de outro modo, o corpo não é o invólucro natural do *self*, mas ambos se constituem em processos sociais, assim como constituem sua própria relação recíproca.

Sob o marco da sociedade capitalista moderna, a formação dos indivíduos pode ser pensada de modo associado à reprodução social como a reposição das

44 GOFMAN, 1998.

45 MAUSS, 1974; GOFMAN, 1998; e BRUMANA, F., 1983.

46 DURKHEIM, É., 1960, p. 46.

47 STRATHERN, M., 1996.

48 DURKHEIM, 1960, p. 264.

relações de produção, que são, ao mesmo tempo, relações de dominação política e de exploração econômica:

> The individual is exclusively determined by society, its exists only with social determinations coming from relations of production. There is a theoretical absence of any natural (non-social) determination for the individual […] social relations (society) are not mere social framework with respect to individuals, but they stand as the very structural ensemble which constitutes individuality itself. Individuality is precisely a product of the ensemble of social relations.[49]

O processo de individuação, por outro lado, pode ser visto como a personificação de categorias sociais ou interesses de classe "embodiment of particular class-relations".[50] Nesse caso é fácil notar que a transformação da sociedade, ou seja, das relações de produção, que são relações de reprodução social, deve ser a transformação do indivíduo, ou sua superação nas formas como o conhecemos. Alg o que perece ter sido entendido não só pelos 'pensadores orgânicos' da reafricanização, mas também pelos sujeitos comuns que têm investido na sua própria auto-superação, pelo *style*, pela conversão étnico-política ou pelo consumo.[51] Talvez mesmo essa transformação do indivíduo já esteja ocorrendo com a pulverização das posições de sujeito e das lutas contingentes e parciais que constituem os novos sujeitos.[52] Dessa perspectiva, a dissolução da identidade fixa e estável do sujeito, uma vez já representado como a encarnação não-mediada dos valores da sociedade, é a dissolução da sociedade e das fronteiras entre o sujeito e sua prática.

Para Laclau, a própria idéia de sociedade, como uma entidade em si já dada, é impossível, uma vez que a sociedade seria nada mais nada menos que um sistema de diferenças que, naturalmente, vai diferindo como um processo recursivo e reiterativo. O conflito social ou dissenso, nesse caso, é visto como insti-

49 MOLINA, V., 1977, p. 235. Tradução livre: "O indivíduo é exclusivamente determinado pela sociedade, ele existe somente com determinações que decorrem das relações de produção. Existe uma ausência teórica de determinações naturais (não-sociais) do indivíduo [...] relações sociais (sociedade) não são uma mera estrutura social em relação aos indivíduos, mas a estrutura que constitui a individualidade. A individualidade é precisamente um produto do ensemble das relações sociais."

50 MARX apud MOLINA, 1977.

51 CUNHA, O., 1991 e 1993; LIMA, 1998; e outros.

52 LACLAU, E., 1988.

tuinte da sociedade, aquilo que faz mover a máquina da diferenciação. Ora, o conflito só ganha visibilidade ou entra no jogo das lutas políticas metaforizado como um discurso ou signo que não tem fundo ou referente essencial determinado. Assim, a luta política na era do descentramento do sujeito e da dissolução da sociedade só pode ser se for uma representação ou ficção, representação de algo que se ausenta como um centro que não se encontra.[53] Esse dissenso elegeu também o corpo como palco para suas disputas, o que a formação das corporalidades negras parece demonstrar muito bem.

Temos então definido o corpo como uma instância da reprodução da sociedade, que opera através do processo de transmissão de estruturas culturais para o suporte da subjetivação mediante o engendramento de práticas determinadas. Essas práticas podem ser, e têm sido para o nosso caso, racializadas e de gênero (gendered). A sociedade, entretanto, não está entendida como uma entidade discreta, ou um conjunto fixo de padrões e normas, regularidades observáveis, mas como um campo de diferenciações que se representa através de práticas simbólicas específicas, performativas, ideológicas e críticas. A separação entre indivíduo e sociedade pode ser vista assim como determinada e contingente. Indivíduo e sociedade existem como termos de uma relação. Essa relação põe a nu o caráter construído da idéia de sociedade como uma exterioridade plena. Corpo, indivíduo e sociedade são categorias sociais forjadas na confluência de discursos e instituições, e sua dissolução crítica revela que, sob sua aparência reificada, existem processos conflitivos e antagônicos – processos racializados, de gênero, classe etc. – que são constitutivos da experiência social.[54]

Convém reter um pouco da discussão sobre gênero, que tem incorporado o debate sobre a construção da masculinidade como categoria sociosexual, de modo a iluminar nossa problemática específica. Importante no debate seria perceber que não existe uma forma natural de masculinidade, mas muitas masculinidades eventualmente conflitantes. As clivagens que parecem mais significativas seriam entre homens gays e heterossexuais e entre brancos e negros. Para cada contexto sociocultural elegem-se modelos de homem aceitáveis e valorizados assim como aqueles desprezados.[55]

53 LACLAU, E. e MOUFFE, C., 2000.

54 Uma discussão recente e muito abrangente sobre corpo pode ser acompanhada em FRANK, A., 1991; FEATHERSTONE, M. e TURNER, B., 1995; e BERTHELOT, J-M., 1995.

55 CORNWALL, A. e LINDSFARNE, N., 1994; e KIMEL, M., 1998.

Rituais de masculinidade têm sido descritos, por outro lado, como demonstrações de força, engendrando uma certa retórica de violência e autodeterminação que coloca o homem no centro das representações de poder e dominação. O homem negro, entretanto, é um homem deficitário porque, vis-à-vis outros homens, se emascula pela subordinação racial a que está submetido. Ele é ainda aquele super-sexuado, mais sexual ou mais sexualmente marcado que o homem branco, na medida em que é mais corpo, presença corporal significativa.[56] Como colocam Kobena Mercer e Isaac Julian, "Shaped by this history (de opressão) black masculinity is a highly contradictory formation as it is a subordinated masculinity".[57]

A masculinidade negra incorporaria, de um modo geral, as contradições e ambivalências típicas de estruturas de dominação de raça e gênero que se associam e, ao mesmo tempo, se autocontradizem. Essa masculinidade negra é, basicamente, incorporada como o "corpo negro" que nunca passa desapercebido.[58] E mesmo em Salvador, onde somos maioria, esse corpo é constantemente destacado da experiência cotidiana para ser simbolizado, fetichizado e decomposto.

> The black subject is objectified into Otherness as the size of the penis signifies a threat to the secure identity of the white male ego and the position of power wich whiteness entails in colonial discourse.[59]

Assim também, as próprias masculinidades e posições de sujeito masculinas são racializadas, de modo que não há apenas um homem, mas um homem negro ou branco ou um homem gay ou subsumido pela heterossexualidade compulsória. Homens e mulheres negros construídos pelos discursos de sexo e raça interagem articuladamente às regras do jogo e em um contexto onde mais poder significa mais masculinidade, e sua ausência, feminilização, na medida em que masculinidade é uma metáfora para o poder e vice-versa.[60]

---

56 Les BACK, 1994; ALEXANDER, C., 2000; MONTEIRO, S., 1999; CECCHETO, F., 1997; e LEAL, O., 1998.

57 MERCER e JULIAN, 1988, p. 112.

58 JOHNSON, 1994.

59 MERCER e JULIAN, 1988, p. 134. Tradução livre: "O sujeito negro é objetificado como Outro à medida em que o tamanho do pênis significa uma ameaça à identidade segura do ego do homem branco e à posição de poder que os brancos têm no discurso colonial.".

60 Como diz Les Back, "Where man are economically dependent on the sale of their labour, the expression of maleness provides a means to exert power; power is associated with maleness, its absence with feminization" (BACK, 1994, p. 172), e ainda: "... fear and desire is an essential feature of white construction of black masculinity" (BACK, 1994, p. 178). Tradução livre: "Onde o homem é economicamente dependente

Claro que morais sexuais de países ou culturas regionais/nacionais diferentes são muito relevantes para se entender a prevalência discursiva e a dominância e subalternidade masculinas, assim como a decomposição do corpo negro. Em Salvador, que vive a exaltação do prazer, o corpo negro é chamado a encarnar o *plus* de sensualidade que envolve a cidade, como uma forma de estereotipização e submissão à hierarquia da dicotomia corpo e mente. O *brau* agressivo e desafiador desconstrói e reconstrói uma determinada retórica social da sexualidade racializada em outros termos, oscilando entre contradições típicas de performances masculinizadas de gênero – fundamentalmente marcadas pelo exercício da sexualidade como uma forma de construção de si[61] – e novos modelos de definição de negritude ou identidade negra.[62]

O corpo negro como um objeto cultural pode ser assim analisado como acoplado à dinâmica geral das lutas discursivas apenas na medida em que sejamos capazes de reconduzi-lo ao seu contexto e à sua historicidade.[63] Ler o corpo masculino, na medida em que sua desconstrução/representação desalienada está interditada, é um desafio, de um modo geral.[64] Ler o corpo masculino negro parece ser uma tarefa ainda mais árdua que nos obriga a considerar duas dimensões de complexidade: de um lado, as determinações que do ponto de vista do agente orientam suas práticas de gênero, assim como suas performances de identidade; do outro lado, de um ponto de vista analítico, lê-lo pressupõe a reposição dos contextos de interação significativos como contextos de dominação e disputa.

Nesse sentido, interpretar o *brau*, que é também, ou talvez fundamentalmente, interpretar a possibilidade de sua emergência como uma figura etnográfica inscrita no *corpus* das representações sobre a Bahia reafricanizada, passa pela reconstrução de seus laços, limites ou fronteiras porosas com o contexto social, ambiente ou paisagem histórico-cultural no qual ele se formou e que ele ajudou a formar. Não existiria o *brau* sem a variante específica de modernização político-cultural que a reafricanização parece representar, uma modernização que porta todas as contradições de um processo, ao mesmo tempo emancipador

---

da venda do seu trabalho, a expressão da masculinidade apresenta-se como uma forma de exercer o poder; poder é associado com masculinidade, sua ausência com feminilização." (BACK, 1994, p. 172), e ainda: "... medo e desejo são características essenciais da construção branca da masculinidade negra." (BACK, 1994, p. 178).

61 Por exemplo, HEILBORN, M.L., 1999.

62 Não podemos aprofundar esses aspectos da sexualidade do *brau*, dado o limite dos dados etnográficos disponíveis, mas apenas inferir a partir do que conhecemos. Certamente, e diante do que sabemos para outros contextos, a sexualidade do *brau* teria implicações determinantes para a identidade desses jovens. Em que medida essas implicações difeririam daquelas encontradas para outros homens jovens, negros ou brancos, de classes populares é uma questão que só a investigação etnográfica poderia responder.

63 JOHNSON, 1994.

64 CULBERTSON, P., 1999; e BORDO, S., 1994.

e subordinante, marcado pela convivência entre destradicionalizacão e reprodução social desigual em termos de classe, raça e gênero.[65]

Conclusão: paisagens corporais

A instalação do *brau*, como figura do folclore urbano popular e como presença fugidia na etnografia da reafricanização em Salvador, permite flagrar um momento específico das lutas políticas pela representação em torno da raça, do gênero, do corpo e da 'cultura' em Salvador. Essas lutas povoam o ambiente histórico dando forma a estruturas determinadas, situadas na interconexão entre corpo e paisagem, de tal modo que poderíamos talvez falar em paisagens corporais, como instâncias de localização e desterritorialização para o corpo e para a cidade como estruturas inter-relacionadas. A construção localizada do *brau* como representação para o corpo masculino negro em Salvador pode ser entendida, dessa forma, em remissão a formas hegemonizadas e contra-hegemônicas de representação para esse corpo. Mas como entender a produção do corpo negro e de práticas corporais racializadas?

O corpo negro é um "outro" para o *self* do negro, na medida em que se constitui como representação alienada de si, reflexo pervertido da dominação branca, como em Franz Fanon: "No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade unicamente negadora. É um conhecimento em terceira pessoa".[66] Ou, talvez, em Jacques Derrida: "Desde que tenho um corpo não o sou, portanto não o tenho. Esta privação institui e instrui minha relação com a vida. Portanto desde sempre o meu corpo me foi roubado. Quem pode tê-lo roubado senão um Outro".[67] Seja lá quem for que o tenha roubado, parece que temos procurado na reafricanização e em outros lugares reinventá-lo, substituí-lo, suplementá-lo, reinscrevendo nele os signos da historicidade e revertendo o estigma e a corporalidade compulsória atada ao corpo negro. Mas ao fazê-lo acharemos uma saída? Para fora do corpo? Da sociedade? Mas para onde?

65 Sobre pluralização da modernidade, cf. DOMINGUES, J.M., 1999 e 2000.

66 FANON, 1983, p. 92.

67 DERRIDA, 1995, p. 123.

A última fronteira parece ser aquela entre corpo e máquina. O *cyborg* já apresentou seu manifesto utópico para o século XXI, desafio à política radical e feminista que incorpora as alterações da corporalidade e da ética 'natural' ligada ao corpo na transição para o século XXI como uma forma de desafiar os significados – o código – em sociedades de alta mediação tecnológica.[68] Essas sociedades, de alta densidade de informação e saturadas de próteses (químicas, tecnológicas ou discursivas), transformam o corpo em um acessório da dissolução das fronteiras e limites. As 'novas revoluções industriais e tecnológicas' estão produzindo novas etnicidades e identidades, meio híbridas e meio máquinas. Um campo de lutas impuro e de fusões heteróclitas. Nosso mundo é um mundo de porosidade das fronteiras e de seus redeslocamentos e reposicionamentos:

> Barriers are repositioned as porous and actively configurative, structured trough relations both trans-spatial and trans-actional. Lines of sight are transformed from vectors to circulatories trajectories that disrupt polarities and interweave themselves into body, language, and landscape, shifting the nature of performative.[69]

Gostaria de poder considerar a constituição da paisagem reafricanizada em Salvador como uma paisagem significada e permeada pela construção de corpo negro como elemento dessa paisagem. Tanto da paisagem 'cultural' – ou dos conteúdos dispersos da tradição, da memória e do específico baiano, retratados em pontos de vista – quanto como uma paisagem de poder,[70] no sentido de que a inscrição do corpo negro na paisagem se faz mediante rotas codificadas de consumo visual e reprodução de estereótipos. O organismo-corpo negro é um artefato disputado e mediado. O organismo-cidade, entre os discursos, as representações e as práticas, também. Ambos compõem um nexo possível de transição entre fronteiras, deslocamentos de sentido e deturpações de rotas, em contextos contingentes capturáveis.

68 HARAWAY, D., 1991.

69 CRANDALL, J., 1999. Tradução livre: "Barreiras ganham uma posição porosa e ativamente configurativa, estruturada em relações trans-espaciais e trans-ativas. Linhas de visão são transformadas de vetores em trajetórias circulares que desintegram polaridades e se entrelaçam sob forma de corpo, idioma e paisagem, mudando a natureza da ação."

70 ZUKIN, S., 1991 e 1988.

Meu argumento para esse aspecto, é preciso dizê-lo claramente, é de que as formas de alteração visual, de manipulação da aparência e de reversão de estigma são formas políticas de inscrição da visualidade afrodescendente no 'corpo' da cidade, subvertendo a paisagem e reinventando os lugares como espaços públicos para o contra-público negro incipiente em Salvador.[71] Identidades sociais reafricanizadas, nesse sentido, seriam formadas não contra o pano de fundo da paisagem e das culturas urbanas, mas nesses complexos arranjos interconectivos de paisagem, corpo e discurso. O gesto negro, fixado como uma representação, é marca da constituição do indivíduo afrodescendente sob os constrangimentos sociais que constituíram o ambiente integral do racismo e da divisão racial do trabalho, repetido como forma alienada de viver a cultura. A reafricanização tem dado nova inflexão às formas tradicionais de intervenção crítica afrodescendente, assim como para a tradição contracultural da diáspora. O gesto negro como ato subversivo, encarnado na performance do *brau*, revela o corpo negro como um não-ser, uma fronteira variável e em disputa.[72]

71 APPADURAI, 1994.

72 BUTLER, J., 1999.

Referências

ALBUQUERQUE, W.R. de S. "Deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República". *Afro-Ásia*, n. 18, p. 103-124, 1996.

_____. *Algazarra nas ruas:* comemorações da Independência na Bahia (1889–1923). Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

_____. "Esperanças de boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887–1910)". Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n. 2, p. 215-245, maio/ago. 2002.

ALEXANDER, C. "Black Masculinity." In: OWUSU, Kwesi (ed.). *Black British Culture and Society*: A Text Reader. London and New York: Routledge, 2000, p. 373-384.

APPADURAI, A. "Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology." In: _____. Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis, London: *University of Minnessota Press*, 1997, p. 48-65.

_____. et al. "Editorial Comment: On Thinking the Black Public Sphere." *Public Culture*, v. 7, n. 1, Fall 1994, p. XI-XII.

BACK, L. "The White Negro Revisited: Race and Masculinities in South London." In: CORNWALL, A., and LINDSFARNE, N. (Ed.). *Dislocating Masculinity. Comparative Ethnographies*. London and New York: Routledge, 1994, p. 172-183.

BERTHELOT, J-M. "The Body as a Discursive Operator: Or the aporias of The Sociology of The Body." *Body & Society*, London, v. 1, n. 1, march 1995, p. 13-24.

BORDO, S. "Reading the Male Body." In: GOLDSTEIM, L. (ed.). *T*he Male Body. Ann Arbor: *The University of Michigam Press*, 1994, p. 265-306.

BRUMANA, F.G. *Antropologia dos sentidos:* introdução às idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BUTLER, J. "Subversive Bodily Acts." In: _____. *Gender Trouble:* Feminism and The Subversion of Identity. New York and London: Routledge, 1999, p. 79-149.

CECCHETO, F. "As galeras *funk* cariocas: entre o lúdico e o violento". In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas*: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 95-118.

CORNWALL, A., and LINDSFARNE, N. "Dislocating Masculinity: Gender, Power and Anthropology." In: _____. (Ed.) *Dislocating Masculinity*: Comparative Ethnographies. London and New York: Routledge, 1994, p. 11-47.

CRANDALL, J. "Bioinformatic Alignments." *Territories*. <http://netbase.t0.or.at/~krfc/nonline/nonJordan.html>. 1999.

CULBERTSON, P. *Designing Men*: Reading the Male Body as Text. <http://www.bu.edu./mzank/Textual Reasoning/tr-archive/tr7.html/Culbertson1.html>. 1999.

CUNHA, O.G. da. *Corações rastafari*: lazer, política e religião em Salvador. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. "Fazendo a 'coisa certa': rastas, reggae e pentecostais em Salvador". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 23, p. 120-137, out. 1993.

DELEUZE, G. and GUATTARI, F. *Nomadology*: The War Machine. New York: Semiotext(e), 1986. Foreign Agents Series.

_____. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DOMINGUES, J.M. "Desenvolvimento, modernidade e subjetividade". In: MAIO, M.C.; VILLAS-BÔAS, G. (Orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p 71-86.

_____. "Desencaixes, Abstrações e identidade". In: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J.M. (Orgs.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 38-60.

DURKHEIM, É. *De la divison du travail social*. Septième édition Paris: Presses Universitaire de France, 1960.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Livraria Fator, 1983.

FEATHERSTONE, M. and TURNER, B.S. "Body & Society: An Introduction." *Body & Society*, London, v. 1, n. 1, march 1995, p. 1-12.

FRANK, A.W. "For a Sociology of the Body: An Analitical Review." In: FEATHERSTONE, Mike, HEPWORTH, Mike, and TURNER, Bryan (eds.). *The Body. Social Process and Cultural Theory*. London: Sage Publications, 1991, p. 36-101.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

_____. *Genealogía del racismo*: de la guerra de las razas al racismo de Estado. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

GILROY, P. *The Black Atlantic*: Modernity and Double Consciousness. Cambridge: Harvard University Prerss, 1993.

GOFMAN, A. "A Vague But Suggestive Concept: The Total Social Fact." In: JAMES, W. and ALLEN, J. (Ed.). *Marcel Mauss*: A Centenary Tribute. New York/Oxford: Berghahn Books, 1998, p. 63-70.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Petropólis: Vozes, 1986.

HARAWAY, D.J. "A Cyborg Manifesto: Science, Technology and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century." In: _____. (Ed.). *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. London: FAB, 1991, p. 149-181.

HEILBORN, M.L. "Construção de si, gênero e sexualidade". In: ____. (Org.). *Sexualidade*: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 40-58.

JOHNSON, C. "A Phenomenology of the Black Body." GOLDSTEIN, L.(Ed.) *The Male Body*. A.A. The University of Michigan Press, 1994, p. 121-136.

KIMMEL, M. "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". *Horizontes Antropológicos. Corpo, Doença e Saúde*, UFRGS, n. 9, p. 103-118, 1998.

LACLAU, E. "Metaphor and Social Antagonism." In: NELSON, C. and GROSSBERG, L. (Ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988, p. 249-257

LACLAU, E.; MOUFFE, C. "Posición de sujeto y antagonismo: la plenitud impossible". In: ARDITI, B. (Org.). *El reverso de la diferencia*: identidad y política. Caracas: Nueva Sociedad, 2000, p. 153-168.

LEAL, O.F. "Sexualid e identidad masculina: impasses y perspectivas de análisis". In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). _____. *Masculinidades e equidad de género em América Latina.* Santiago de Chile: Flacso/UNFPA, 1998, p. 90-105.

LIMA, A. "O fenômeno timbalada: cultura musical afro-pop e juventude baiana negro-mestiça". In: _____. SANSONE, L.; SANTOS, J.T. dos (Orgs.). *Ritmos em trânsito*: sócio-antropologia da música baiana. Salvador: Dynamis Editorial/ Programa a Cor da Bahia/Projeto Samba, 1998, p. 161-180.

_____. "Black or 'Brau': Music and Black Subjectivity in a Global Context." In: PERRONE, C. and DUNN, C. (Ed.). *The Internationalization of Brazilian Music*. Gainesville: University of Florida Press, 2001, p. 258-267.

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MERCER, K. "Black Hair/Style Politics." In: GELDER, K. and THORNTON, S. (Ed.). *The Subcultures Reader*. London and New York: Routledge, 1997, p. 420-435.

MERCER, K. and JULIAN, I. "Race, Sexual Politics and Black Masculinity: A Dossier." In: CHAPMAN, R. and RUTHERFORD, J. (Ed.). *Male Order: Unwrapping Masculinity*. London: Lawrence & Wishart Ltda., 1988, p. 97-164.

MAUSS, M. "As técnicas corporais". In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: E.P.U./Edusp, 1974, p. 211-233.

MIDLEJ, S. "O lúdico e o étnico no funk do Black Bahia". In: SANSONE, L.; SANTOS, J.T. dos (Orgs.). *Ritmos em trânsito*: sócio-antropologia da música baiana. Salvador: Dynamis Editorial/Programa a Cor da Bahia/Projeto Samba, 1998, p. 201-218.

MIDLEJ, S. "Sociabilidade contemporânea, comunicação midiática e etnicidade no funk do Black Bahia". *O Sentido e a Época*, Salvador, 1995. Revista acadêmica da UFBA.

MOLINA, V. "Notes on Marx and the Problem of Individuality." In: _____. (ed.). *On Ideology:* Center for Contemporary Cultural Studies. London: Hutchinson University Library, 1977, p. 230-257.

MONTEIRO, S. "Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca". In: HEILBORN, M.L. (Org.). *Sexualidade*: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.117-145.

_____. "Gênero, saúde e proteção entre jovens: um perfil tradicional". In: BARBOSA, R. et al. (Orgs.). *Interfaces*: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva. Campinas. Editora da Unicamp. 2002, p. 23-48.

MORALES, A. "Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade". *Caderno CRH*, Salvador, 1991. Suplemento. Cantos e toques: etnografias do espaço negro na Bahia.

MOURA, M. "World of Fantasy, Fantasy of the World: Geographic Space and Representation of Identity in the Carnaval of Salvador, Bahia." In: PERRONE, C. and DUNN, C. (Ed.). *The Internationalization of Brazilian Music*. Gainesville: University of Florida Press. 2001, p. 161-176.

PINHO, O. de A. "Alternativos e pagodeiros: notas etnográficas sobre territorialidade e relações raciais no Centro Histórico de Salvador". Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), Universidade Candido Mendes, n. 34, p. 35-48, dez. 1998.

_____. "Espaço, poder e relações raciais: o caso do Centro Histórico de Salvador". Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, p. 257-274, 1999.

_____. *O "mundo negro"*: sócio-antropologia da reafricanização em Salvador. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

PINHO, O.; FIGUEIREDO, Â. "Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 189-210, jan./abr. 2002.

RISÉRIO, A. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981.

SANSONE. L. "Funk baiano: uma versão local de um fenômeno global?". In: SANSONE, L.; SANTOS, J.T. dos (Orgs.). *Ritmos em trânsito*: sócio-antropologia da música baiana. Salvador: Dynamis Editorial/Programa a Cor da Bahia/Projeto Samba, 1998, p. 219-240.

_____. "Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil". *MANA*, v. 6, n. 1, abr. 2000.

_____. "Não-trabalho, consumo e identidade: uma comparação entre Rio e Salvador". In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C.B.(Orgs.). *Raça como retórica*: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 155-184.

SILVA, C.B.R. "Black Soul: aglutinação espontânea e identidade étnica". In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 4, 1984, Caxambu, MG. *Ciências Sociais*: compêndio de comunicações... Caxambu, 1984, v. 2.

_____. *Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor*: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EdUFMA, 1995.

SILVA, S.M. *O pertencimento na festa*: sociabilidade, identidade e comunicação mediática no baile funk "Black Bahia" do Periperi. 1996. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, J. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

STRATHERN, M. "For the Motion (1). 1989 Debate: The Concept of Society is Theoretically Obsolete." In: INGOLD, T. (Ed.). *Key Debates in Anthropology*. London and New York: Routledge, 1996, p. 60-66.

TELLES, E. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sóciológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TORRES, M.R. "Sexo, prazer e dor: vivências sexuais na fala de adolescentes pobres de Salvador". In: _____. BARBOSA, R. et al. (Orgs.). *Interfaces*: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva. Campinas: Editora da Unicamp 2002, p. 49-84.

TUNG, M.T. *Sobre la guerra prolongada*: problemas estrategicos de la guerra de guerrilas. Buenos Aires: Ediciones Cepe, 1972 (1938).

VIANNA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

_____. "O movimento *funk*". In: HERSCHMANN, M.(Org.). *Abalando os anos 90*: funk e hip-hop – *globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 16-21.

VIEIRA FILHO, R.R. *A africanização do Carnaval de Salvador, BA*: a re-criação do espaço carnavalesco (1876–1930). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. "Folguedos negros no Carnaval de Salvador (1880–1930). In: SANSONE, L.; SANTOS, J.T. dos. *Ritmos em trânsito*: sócio-antropologia da música baiana. Salvador: Dynamis Editorial/Programa a Cor da Bahia/ ProjetoSamba. 1998, p. 39-58.

YÚDICE, G. "A funkificação do Rio de Janeiro". In: HERSCHMANN, M. (Org.). *Abalando os anos 90*: funk e hip-hop – globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 22-51.

ZUKIN, S. *Landscapes of Power*: From Detroit to Disney World. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. "The Postmodern Debate Over Urban Form." *Theory, Culture & Society*, London, v. 5, 1988, p. 431-446.

Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo*

Rachel Soihet**

Em meio a um momento em que a violência assume uma dimensão extrema, diante da tragédia dos atentados ocorridos nos EUA e da retaliação que vem acontecendo, cabe uma reflexão acerca das formas de violência que se têm desenvolvido entre os gêneros. E esta, sem dúvida, tem incidido com mais ênfase sobre as mulheres, quer a física espancamentos, estupros etc. –, tão bem conhecida, quer aquelas outras formas sutis, engenhosas, compreendendo a chamada violência simbólica, que, na verdade, mascaram fortes desigualdades. Impossibilidade de acesso a todas as modalidades de trabalho, além da desvalorização do trabalho feminino, discriminação quanto à educação, incapacidade política, civil, restrições ao exercício da sexualidade, todas são, igualmente, formas de violência. E, atentar para tais limitações que, por tanto tempo, impediram que as mulheres tivessem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, constitui-se numa contribuição não apenas para aquelas e aqueles que têm como objeto o estudo das mulheres, mas, igualmente, para o desvendamento das relações sociais no plano global. E, nesse sentido, cabe lembrar a significação da história das mulheres em uma série de mudanças tanto

* Publicado originalmente na *Revista Gênero*, vol. 2, n. 2, 2002.

N.A. Este texto corresponde à conferência apresentada na abertura do *III Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia*, promovido pela Redefem na UFF em 2001.

** Professora da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutora pela Universite de Paris VIII, França.

no plano do conhecimento como na maior inteligibilidade da complexidade da sociedade, ao fornecer instrumentos para a mudança.

O momento do Iluminismo, das lutas para a derrubada do Antigo Regime com a Revolução Francesa, constitui-se num ponto de partida emblemático para esta reflexão. No plano das idéias tem lugar algo aparentemente paradoxal. Intelectuais portadores de novas verdades – razão, liberdade, igualdade – que se contrapõem à Igreja Católica e que proclamam a igualdade de direitos para os homens excluem todas as mulheres desses direitos, assumindo posição similar à da instituição por eles criticada como conservadora, dogmática e intolerante. Embasam suas conclusões em características que selavam a inferioridade das mulheres a partir de razões naturais.

De acordo com a maioria dos filósofos iluministas, paixão, imaginação, mas nunca a razão, constituíam-se em qualidades das mulheres. Não seriam capazes de criar, e, mesmo quando conseguissem ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo, era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como uma prova de sua fealdade. Para a maioria dos iluministas era patente a dificuldade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar. Assim, o processo genético dos conhecimentos que conduz ao pensamento abstrato teria na mulher ficado congelado, completando-se apenas nos varões. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação. Não a imaginação que engendra o conhecimento, mas aquela enganosa que nos faz tomar os desejos por realidades, cujo excesso pode levar à loucura e, mesmo, à morte.

Nelas, portanto, a inferioridade da razão era um fato incontestável, bastando-lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos. Relacionando-se com o mundo apenas no nível do concreto, mantinham-se perpetuamente na infância, incapazes de ultrapassar o mundo da domesticidade que lhes fora legado pela natureza. Conclusões contraditórias, considerando-se, naquele momento, a existência de mulheres que animam os salões nos quais se difunde o espírito filosófico, contribuindo para o brilho da literatura e a difusão das ciências (SOIHET, 1997, p. 9).

Tais pressupostos difundem-se e ganham força durante o século XIX, adquirindo respaldo científico. Segundo a medicina social, por razões biológicas, fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal, constituíam-se em carac-

terísticas femininas. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional, e uma sexualidade sem freios. Paradoxalmente, esses discursos identificavam-se aos princípios cristãos em que pese o tom anticlerical que assumiam. Por outro lado, aquelas características femininas, das quais ressalta a menor inteligência e sensibilidade sexual, levaram Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia em fins do século XIX, a justificar que as leis contra o adultério só atingiam a mulher cuja natureza não a predispunha para esse tipo de transgressão. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência eram despidas do sentimento de maternidade – característica inata à mulher normal – e extremamente perigosas. Essas mulheres constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social (LOMBROSO; FERRERO, 1896).

Tais teorias, construídas e instauradas por homens, restritivas da liberdade e da autonomia femininas, que convertem uma relação de diferença numa hierarquia de desigualdade, configuram uma forma de violência. As mulheres não são tratadas como sujeito e o objetivo é impedir sua fala e sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo, igualmente, de uma normatização, na cultura, da discriminação e submissão femininas. Aliás, o avanço do processo de civilização entre os séculos XVI e XVIII corresponderia a um recuo da violência bruta, e os enfrentamentos corporais seriam substituídos por lutas simbólicas. Nesse período, a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato que corresponde a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Um objeto maior da história das mulheres, neste momento, consiste no estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos: a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública etc. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal (CHARTIER, 1995, p. 40-44).

E, em que pese a acentuada participação feminina nos acontecimentos da Revolução Francesa nas ruas e em clubes, as mulheres foram alijadas dos direitos civis e políticos, e esta Revolução representou, para as mulheres contraditoria-

mente, um retrocesso nos diversos níveis. Lembre-se, nos primeiros tempos da Idade Média, o importante papel das mulheres que participavam das corporações de ofício, inclusive – mesmo que excepcionalmente – como mestres. Apesar da concentração feminina em ocupações como a tecelagem, costura, bordados, as mulheres atuavam, igualmente, nas oficinas, em atividades como serralheria e carpintaria. Também estavam nas manufaturas, mineração, estabelecimentos comerciais, além das atividades agrícolas. No seio da nobreza, participaram das discussões acerca das rivalidades de casas e de linhagens que marcaram as lutas políticas dos séculos XVI e XVII, nas quais as mulheres tinham seu lugar, ao contrário do século XVIII, quando ocorre sua marginalização da esfera pública. No plano cultural, às sociabilidades letradas do Renascimento, que reconhecem a importância das mulheres, sucedem-se academias exclusivamente masculinas, deixando às mulheres a direção de assembléias menos legítimas – os salões. O grande mérito de uma leitura apoiada nestas constatações que denotam uma redução dos papéis que cabiam às mulheres é o de evitar as armadilhas de uma história linear, retraçando uma progressiva autonomia e igualdade femininas.

Com a derrubada do Antigo Regime, apesar do papel relevante que desempenharam no movimento, quando da institucionalização da nova ordem, as mulheres vêem-se excluídas da cidadania política e civil. Os protestos foram em vão: mulheres revolucionárias dirigem-se à Assembléia, protestam contra direitos absolutos do marido sobre seu corpo e bens. Inúmeras publicações abordam temas do trabalho, desigualdade legal, reivindicações de participação política, problemática da prostituição, afirmando-se que, naquele momento – fins do XVIII – , para cada cinco mulheres solteiras, uma seria prostituta.

Na argumentação dos responsáveis pela montagem da Nova Ordem, mais uma vez lança-se mão da natureza como justificativa acerca do caráter diverso de ocupação que se impunha aos dois gêneros. Afinal, homens e mulheres apresentavam uma fisiologia diferente, o que lhes impunha papéis sociais diversos. Nesse particular, posições à esquerda em termos da organização social não significavam posturas avançadas no que tange à participação feminina. Um exemplo é a seguinte afirmativa do deputado Amar da Montanha: "a ordem social resulta da diferença existente entre homem e mulher. Cada sexo é induzido (pela natureza) para o gênero de ocupação que lhe é próprio".

Para as mulheres, reservava-se uma cidadania específica a ser exercida no recesso do lar, como mães dos futuros republicanos, cabendo-lhes a defesa dos interesses familiares. Concretizando tais formulações, o deputado Chaumette opõe-se à

participação da representação feminina na Assembléia apelando para tais diferenças entre homens e mulheres. Justificava, irritado: "A quem a natureza confiou os cuidados domésticos? Por acaso a nós? Deu-nos seios? Enfraqueceu nossos músculos para nos tornar próprios aos cuidados do lar?" (VARIKAS, 1997, p. 4).

Muitos foram os protestos contra tais deliberações. As mulheres reclamaram o direito à participação política, à instrução, ao trabalho, enfim, à cidadania plena. Não faltaram mártires dessa causa, como Olympe de Gouges, que propôs a "Declaração dos Direitos da Mulher", análoga à "Declaração dos Direitos do Homem", afirmando: "Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade". Olympe é condenada à morte, acusada de pretender subverter a ordem natural.

Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft, defensora dos princípios rousseaunianos de respeito aos direitos naturais do indivíduo, denuncia as idéias do filósofo quanto à mulher. Escreve, em 1792, *Defesa dos direitos da mulher*, contestando diferenças "naturais" no caráter ou na inteligência de meninos e meninas. A inferioridade da mulher adviria apenas da sua educação (ALVES; PITANGUY, 1981).

Com a consolidação da burguesia no poder, firmam-se, no século XIX, a divisão de papéis e uma rígida separação das esferas de atuação entre os gêneros. O masculino na órbita pública e o feminino no âmbito privado. Restringindo-se as mulheres a esse espaço, direcionando sua educação com vistas apenas aos papéis de esposa, mãe e educadora dos filhos, impedia-se sua realização como sujeito histórico pleno. Tal fato se configura com mais ênfase entre os segmentos mais elevados, já que as mulheres pobres, por sua condição social, continuam a ter a rua como espaço preferencial, obrigadas, elas mesmas, a realizarem suas compras, como também ao exercício do trabalho extradoméstico, além de encarregarem-se de inúmeras atribuições que lhes proporcionavam maior independência; o que não impedia, porém, entre elas, a presença de contradições entre os gêneros e a incorporação desses saberes (PERROT, 1988, p. 200). Assim, em todos os segmentos insinuou-se a concepção de que o trabalho fora do ambiente doméstico era uma infração à natureza feminina e de que a presença das mulheres neste mundo constituía-se numa ameaça à sua honra.

Paralelamente, naquele século, a consolidação do sistema capitalista acarretou conseqüências profundas tanto para o processo produtivo quanto para a organização do trabalho. Trata-se de um momento de superexploração de ho-

mens e mulheres, embora de maior desvalorização da força de trabalho feminina. O movimento operário opõe-se ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, considerando-as suas competidoras, além de estarem os trabalhadores impregnados, igualmente, das idéias da época, sobre a inadequada ocupação deste espaço pelas mulheres. Em muitas ocasiões, os sindicatos fecham as portas para o sexo feminino. Nos Estados Unidos, segundo historiadoras, as mulheres que no início do século XIX predominavam nas primeiras fábricas têxteis, mais tarde afastaram-se do trabalho industrial, ao contrário da Europa, onde constituíam a maioria nas indústrias. A oposição masculina teria sido uma forte razão para tal afastamento; tanto os maridos quanto os trabalhadores buscaram proteger seus privilégios na chefia da família e no monopólio dos melhores trabalhos. Alice Kessler-Harris acentua que muitos sindicatos funcionaram como clubes masculinos, cujos membros consideravam que a presença feminina impediria sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte de supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para se sentirem indesejadas nos "espaços dos homens" (KESSLER-HARRIS, 1982). Na França, Madeleine Rebérioux registra problema similar. Ela explica que o baixo índice – em relação aos homens – de sindicalização das mulheres, desde o fim do século XIX, era devido não apenas à sobrecarga das tarefas familiares, mas principalmente à hostilidade dos líderes sindicais à sua entrada nessas entidades (REBÉRIOUX, 1980).

Por outro lado, nesse país, líderes como Jeanne Deroin e Flora Tristan afirmavam a necessidade de organização e de educação das mulheres para defenderem seus interesses, procurando mostrar aos operários que estes tais interesses eram comuns a toda classe trabalhadora. Flora Tristan dizia ter contra si *os* "homens, porque reivindicava a emancipação das mulheres; os proprietários, porque reivindicava a emancipação do proletariado" (grifos nossos).

Mas as mulheres trabalhadoras rompem o silêncio, projetando suas reivindicações na esfera pública. Em Nova York, a oito de março de 1857, protestam contra seus baixos salários, reclamando jornada de trabalho de oito horas. São violentamente reprimidas pela polícia e muitas são presas e feridas. O acontecimento torna-se emblemático e o dia 8 de março é depois proclamado Dia Internacional da Mulher. Após 51 anos, no dia 8 de março de 1908, também na cidade de Nova York, novamente as operárias saem às ruas para denunciar as mesmas péssimas condições de trabalho e para exigir uma legislação protetora de trabalho do menor e o direito ao voto para as mulheres. Reivindicam direitos na esfera das relações de trabalho, mas também acesso à participação como cidadãs na esfera política (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 39, 40).

Sem dúvida, repercutiram nestas demandas o ambiente que se instalou a partir da segunda metade do século XIX. Nele, transformações que se apresentavam nos mais diversos âmbitos, aliadas às insatisfações de muitas mulheres inconformadas com sua exclusão do terreno público, contribuíram para a emergência de movimentos feministas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Criando uma imprensa própria e organizando associações, tanto aquelas que se limitavam a uma postura liberal quanto as que vinculavam suas propostas à instauração do socialismo, as mulheres lutam pelo reconhecimento de seus direitos, incursionando algumas pelo terreno da sexualidade. No início do século XX, uma primeira geração de mulheres médicas sugere às demais a liberação do medo e da ignorância do seu corpo. Não foi tranqüila a receptividade dessas manifestações. A reação fez-se sentir não só por parte dos governantes, reprimindo tais movimentos, como da própria sociedade, particularmente da parcela masculina e de não poucas mulheres (KAPELLI, 1993, p. 513).

No mundo anglo-saxão, na era vitoriana, feministas e seus partidários são apresentados como desafiadores das sábias e intocáveis leis da natureza. Em nome dessas verdades universais a réplica buscava ser demolidora, com vistas a desmoralizar aqueles que pugnavam pelo acesso das mulheres à propriedade, às profissões, ao voto. Galinhas a cacarejar, *hommes-femmes, homesses*, hermafroditas, eram alguns dos pesados epítetos sexuais que os antifeministas lançavam contra tais mulheres, enquanto os homens que as apoiavam eram chamados de "solteironas de calças". Tão assustadora lhes era a idéia de uma possível confusão de papéis sociais que, temerosos, mesmo que inconscientemente, da perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros, lançavam mão das estratégias mais variadas para manter o *status quo* (GAY, 1995, p. 299-300).

E, apesar desse bombardeio – acrescido pelos contos e mensagens das revistas femininas, romances para moças, em grande parte escritos por mulheres –, mais e mais mulheres reagiram contra esses sofismas, contra "sua dúbia realeza e sua muito real submissão doméstica". Algumas se rebelaram abertamente, enquanto 'a maioria se valeu de maneiras mais sutis na sua ânsia de subverter tal situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência' (CERTEAU, 1994; THOMPSON, 1979).

No Brasil, idênticas iniciativas de liberação das mulheres tiveram lugar. Desde o primeiro protesto de Nísia Floresta, na década de 1830, constitui-se aqui, igualmente, uma imprensa feminina, cujo primeiro periódico, *O jornal das senhoras*, data de 1852. Algumas, mais moderadas nas suas reivindicações, enfa-

tizavam a importância da educação da mulher, lembrando o seu papel de mãe, ou por uma "questão de requinte espiritual". Outras, mais incisivas, defendiam-na como recurso para o alcance da independência econômica, também acentuando a relevância dos direitos civis e políticos, chegando, algumas, a defender o divórcio e a questionar a questão da sexualidade e da dupla moral vigente. Assim, mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas.

Não lhes faltava consciência de que assumir tal postura representava um pesado ônus. E o depoimento de uma das mais ativas militantes demonstra-o, ao registrar que "a mulher que estuda, que pensa, [...] é objeto de críticas e censuras à sua própria dignidade, e faz parte das distrações, dos cafés e dos bilhares [...]". Afinal, os médicos, com seu domínio do conhecimento científico, afirmavam que a mulher foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar e "aquelas que têm apresentado uma inteligência superior, tem sido à custa de suas qualidades femininas". Doenças, comportamento aberrante, esterilidade e degeneração racial eram alguns dos perigos decorrentes da inversão desse princípio, inclusive porque do desenvolvimento do cérebro feminino resultava a atrofia do útero (LOMBROSO; FERRERO, 1896).

Porém, a trilha para as mulheres seria espinhosa. Autoridades, políticos em geral e juristas negam-se a considerar positivamente as pretensões de autonomia feminina. Respaldam-se na ciência da época, sinônimo, naquele momento, de verdade absoluta. Apelando para tais convicções e para os prejuízos acarretados à família, já que esta era vista como o seu espaço prioritário, buscam limitar as mulheres nas suas ações, desejos e emoções, tornando naturais as determinações histórica e socialmente estabelecidas. Também através de peças teatrais, da literatura, de crônicas e por diversas matérias na imprensa, observa-se a oposição às pretensões femininas, inclusive pela ridicularização das militantes. Estas são representadas como masculinizadas, feias, despeitadas e, até mesmo, amorais; no que conseguiam grande repercussão, pois não eram poucos os homens comuns e, também, mulheres que endossavam tais opiniões, nos depoimentos e cartas aos jornais. Buscavam, assim, ridicularizar as mulheres que enveredavam pela reivindicação de direitos e por uma participação mais plena na sociedade. Depreende-se dessa atitude o temor pela perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros.

E é nesse contexto que, ao regressar da Europa, onde realizara sua formação, em 1918, Bertha Lutz e um pequeno grupo de companheiras farão a sua

campanha, que assumiu caráter hegemônico naquele momento. Organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública. Apesar disso, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado – na minha concepção –, por razões táticas. Pois, questões inovadoras para a época não deixam de ser focalizadas por Bertha, que se opõe à intocável divisão de esferas entre mulheres e homens, ao enfatizar o exercício do trabalho extradoméstico, mesmo para as mulheres casadas, independentemente da condição do marido.

Apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta, a conquista do voto mereceu prioridade. Bertha acreditava, de acordo com o espírito dominante na época, que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei. Em 1922, instala a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

A campanha manteve-se acesa, embora as demandas femininas em torno do voto não tenham sido atendidas pelo Congresso em toda a Primeira República. Instalado o Governo Provisório, continuaram as pressões do movimento, instaurando-se, em 1932, o voto feminino e o voto secreto, sendo Bertha Lutz indicada pela FBPF como representante na Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1934. A liderança feminista da FBPF acompanhou todo o trabalho desenvolvido pela Assembléia Constituinte, no sentido de evitar qualquer retrocesso, empenhando-se, igualmente, pela aprovação de determinadas questões que considerava básicas. Na verdade, os seus temores não eram infundados. Havia representantes, como Aarão Rebelo, que combatiam ferrenhamente o voto feminino, com base em argumentos do tipo "porque ela segue o pai e o marido". Ou ainda como Zoroastro Gouveia, que completa tal pensamento: pior que isso; segue o confessor. O voto feminino foi, apenas, manobra da direita para se garantir contra o surto esquerdista. Outros, como Morais Leme, propunham o voto obrigatório apenas para os homens, argumentando que a mulher ensaia os seus primeiros passos na vida política, e, por isso, o voto dado pelo representante da Sociedade Conjugal deve corresponder ao voto da família.

Ao final da luta, as feministas tiveram suas reivindicações concretizadas na Constituição de 1934. Nela, foram incorporadas muitas das sugestões de Bertha Lutz como membro da Comissão que elaborou o anteprojeto. Por intermédio delas, constata-se que a referida líder revelou interesse marcante pelos

aspectos básicos da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se preocupou em propiciar às mulheres condições de se integrar nos vários planos da vida nacional e internacional. Bertha Lutz foi a candidata indicada para representar o movimento feminista na Câmara Legislativa Federal, obtendo o apoio do bispo de Niterói. Tal apoio foi essencial para a obtenção de suporte dos grupos – particularmente o dos católicos – que tradicionalmente se opunham às feministas (SOIHET, 1974, p. 50). Nas eleições de 1933, apesar de receber 39.008 votos, Bertha Lutz ficou como suplente, só integrando a Câmara Federal em 1936, ao falecer o deputado titular, destacando-se pela sua intensa e profícua atuação.

Mas não apenas entre parlamentares ocorreram acirradas manifestações de oposição à participação feminina. Na imprensa, a situação não se afigurava mais favorável ao feminismo. Ao longo do tempo, este vinha sendo objeto de grosseiras caricaturas em crônicas e charges, nas quais buscou-se passar a mensagem do terror e do grotesco que representaria a participação de mulheres em esferas consideradas próprias dos homens. Uma das conseqüências seria a desordem familiar – mulheres passariam todo o dia no escritório ou em assembléias, e os maridos ficariam envolvidos nos cuidados com os filhos, atividade para a qual não apresentam quaisquer habilidades, o que acarretaria a péssima qualidade da alimentação, o não-cumprimento de horários, o caos doméstico.

Repetem-se velhos estereótipos acerca da importância de serem respeitados os diferentes atributos dos homens e mulheres, concepção presente na religião, atualizada e sofisticada pelos filósofos iluministas e utilizada pela ciência. Em 1930, na *Folha da Noite*, um autor que não se identifica procura explorar a suposta masculinização das mulheres que reivindicavam direitos, um dos estereótipos que lhes era mais atribuído. Ele afirma que essas esquisitas "senhoras que estão levantando pelo mundo todo o clamor pela conquista dos 'direitos da mulher', não se deveriam chamar 'feministas'. Dever-se-iam chamar 'masculinistas'". Isto porque essas ousadas pioneiras vestem-se como homens. Segundo ele, masculinizam-se no traje que passa a descrever:

> As sufragistas inglesas vistas de repente, ou de longe, são figuras ambíguas. A gente custa, a saber, se a heteróclita criatura de chapelinho de palha, punhos e colarinho duros, gravatinha borboleta, jaqueta igual aos paletós do sexo barbado, sapatos rasos etc. deve ser chamada "miss", "misteres" ou "mister".

Em seguida, detém-se no aspecto físico: "[...] os modos incisivos, os gestos secos, a voz roufenha, acrescente-se a circunstância dos cabelos cortados e a moda dos homens rasparem barba e bigode, e reconhecemos natural o equívoco, naturalíssimo a confusão". Todo esse intróito se justificava para atacar aquele que era o objetivo visto, por muitos, como o mais perigoso, subversor da ordem social. "Masculinizadas no tipo, querem masculinizar-se nos direitos". Propugnam a igualdade política e jurídica dos dois sexos, e está claro que "propugnariam também a equiparação proliferante". Os mesmos encargos, os mesmos deveres, para marido e mulher. E aí vinha um outro perigo há muito temido nestas mudanças: "de muito marido sabemos que já serve de ama seca aos filhos, enquanto a esposa trabalha nas repartições públicas ou alhures".

> Insensível para as coisas do coração, inacessível às ruínas e superior às pequeninas vaidades próprias do seu sexo – a mulher moderna sem que o perceba se masculiniza para assombro nosso, que espreitamos estupefatos a brusca transformação verificada nos últimos anos. O tipo incrível da Virago – aí temo-lo agora, multiplicado e espalhado por todos os cantos da terra [...] Mulheres nos governos, nas repartições públicas, nos exércitos, nas fábricas – em tudo, enfim, onde havia homens antigamente.

A recorrência de tal discurso torna-se uma constante, inclusive buscando apontar para uma iminente catástrofe, o fim da humanidade com um inevitável deboche... a não ser que o Senhor enviasse à terra "um miserável Adão com disposição para servir como escravo a tantas rainhas..."

Nesse particular, outro cronista, sob o pseudônimo de "Marmanjo", deplora os desmandos das feministas que exigem direitos, sendo poucas as que "invadindo o raio de ação do sexo 'besta' queiram acarretar com iguais obrigações". E, valendo-se de uma série de situações-limite, faz uma caricatura das inúmeras vantagens antigas e novas que querem manter, entre outros, prioridade em assentos nos locais públicos, total submissão do marido, invertendo a ordem vista como natural. Ao mesmo tempo, em meio aos seus inúmeros compromissos, fúteis todos eles, acentua o problema da própria sobrevivência da sociedade, seriamente ameaçada, já que "não tem tempo de dar um filho – um só – à pátria" (*O JAGUARIBE*, 1930).

Este pensamento, apresentado de forma picaresca, manifestara-se com toda força nos médicos da virada do século e parecia manter crédito nos anos

1930. A inteligência, o interesse profissional, o desejo de participação na esfera pública, longe estavam de ser um traço peculiar às mulheres. As mulheres dotadas de forte inteligência, característica masculina, eram incapazes da abnegação, da paciência e do altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial das mulheres e garantia de sobrevivência da espécie humana, que tais articulistas buscam reafirmar como ameaçada.

Esta seria uma das explicações para a reticência e, mesmo, rejeição de mulheres de prestígio em assumirem o feminismo. No primeiro caso, lembro Júlia Lopes de Almeida, que, posteriormente, já na década de 1920, integrará a FBPF. Ela foi jornalista e autora de livros de sucesso, desde fins do século XIX até a primeira metade dos anos 30, momento em que muitas eram as dificuldades para as mulheres firmarem-se no universo das letras. Numa de suas crônicas, censura aqueles que riem da aspiração feminina ao direito de voto, explicitando sua confiança na conquista pelas mulheres do direito de votar nos homens para os supremos cargos da administração pública.

Carmen Dolores (1927), outra literata do início do século, vista por muitos como feminista, assume posição contrária a muitas das reivindicações daquele movimento, especialmente quanto ao direito de voto, considerando inútil a incorporação feminina à política, "forma apenas grotesca de um exibicionismo sem necessidade, que fere preconceitos sem vantagem senão para a vaidade feminina".

Mas, também, no período focalizado, ou seja, nas décadas de 1920 e 1930, mulheres de expressão mantêm-se contrárias à plena participação feminina na vida pública. Um exemplo é o da escritora Francisca de Bastos Cordeiro, que emite sua opinião, em 1927, ao *Correio da Manhã*: "a mulher pode votar, mas não ser votada...". Seu argumento é o mesmo de muitos parlamentares: a responsabilidade máxima da mulher consiste na "educação dos homens do futuro: os seus filhos!". Mais nobre e melhor maneira pela qual "pode e deve contribuir para a grandeza da nação". A política militante deveria ser praticada apenas por aquelas que já houvessem alcançado "certa idade, a que não [tivesse constituído] lar, ou a viúva, sem preocupações de filhos a criar quando já [tivesse ultrapassado] a idade trágica dos 35 anos". Não via, porém, no voto feminino, nenhum resultado prático, quer para a mulher, quer para o feminismo, pois todas as vantagens a serem obtidas o seriam em conseqüência de natural e lenta evolução. Por outro lado, opunha-se a qualquer participação das mulheres nas lutas ásperas dos parlamentos, por força da incompatibilidade com suas qualidades naturais. Ali "ela se sentirá sempre deslocada ou acabará por perder toda a delicadeza

que é a sua melhor arma". Já a diplomacia, era um campo que se adequava às suas qualidades, "onde entrarão em jogo todos os seus elementos de perspicácia, de sutilezas". Também num Ministério de Beneficências, de proteção à criança e aos desvalidos, a mulher estaria no seu ambiente. Assim, buscava atribuir o exercício de atividades para as mulheres de acordo com características acreditadas como decorrentes de razões naturais, e não fruto do estilo de socialização. E observe-se sua ênfase no papel feminino na educação dos homens do futuro, descartando as filhas mulheres.

Diante desse quadro, e lembrando recomendações acerca da significação do exame do contexto pelos(as) historiadores(as), reitero o anacronismo e contradições presentes em muitas das críticas formuladas contra certas limitações do movimento liderado por Bertha Lutz e pela FBPF. A começar por repetidas afirmações de que, ao movimento, por sua natureza burguesa, bastavam conquistas no plano jurídico-político, justificando o seu distanciamento das mulheres da classe trabalhadora. Mas os dados que se seguem, alguns deles presentes na própria obra de uma de suas críticas, são testemunhos de que não era bem este o pensamento da militância daquela entidade. Em 14/8/1934, a FBPF publica um manifesto conclamando a mulheres a elegerem representantes que defendam seus interesses. Referindo-se às conquistas alcançadas, afirma: "Isto, entretanto, foi apenas o começo, porque de muito mais necessita a mulher brasileira...". Também, segundo a ativa militante Maria Luíza Dória Bittencourt: "O voto nunca foi para nós um fim e sim um meio [...] A campanha começava quando tivéssemos o voto" (ALVES, 1980, p. 168). Aliás, a própria Bertha Lutz, logo após a conquista do voto, afirmava: "o sufrágio feminino não é um fim em si, mas um instrumento a ser usado para melhorar o status das mulheres". Acrescentava que os ganhos recentes eram precários e que a real batalha ainda estava à frente: "as mulheres ainda não tinham entrado na Terra Prometida!" (BESSE, 1996, p. 171).

A participação de Bertha como membro da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição em 1932, além das medidas que postulou, como parlamentar, comprovam seu interesse por outras questões que dificultavam às mulheres sua plena inserção na sociedade. Na verdade, batalhou em várias frentes, sendo injusto considerar sua atuação apenas com relação ao voto.

O trabalho feminino, inclusive aquele das mulheres pobres, se constituiu numa preocupação forte na militância de Bertha Lutz, que também nesse âmbito sugeriu a criação de associações de classe para as diversas categorias profissionais. Bertha (apud SOIHET, 1974, p. 11), no começo de sua atuação, ainda nas

páginas do *Rio Jornal*, aparece como uma das fundadoras da Legião da Mulher Brasileira, que deveria ser uma "Associação das Mulheres que, por necessidade ou por princípio, já trabalham, afrontando indômitas a luta". Sua participação efetiva, em 1922, fez-se sentir em favor das empregadas no comércio, intercedendo junto ao Conselho Municipal para redução do horário de trabalho dessa categoria, que era de 13 a 14 horas diárias, para oito horas. Ainda nesse mesmo ano, reconhecendo as dificuldades das mulheres trabalhadoras e a necessidade de auto-suficiência econômica que garantisse sua emancipação, as militantes da FBPF defendem o estabelecimento de creches. Por sua vez, Bertha Lutz reconhece que a sociedade não teria condição de sobrevivência sem o nascimento e a socialização das novas gerações. Assim, exige que não recaia apenas sobre a mulher a responsabilidade dos filhos, requerendo a garantia dos mesmos pelo Estado ou pela sociedade, "independentemente dos caprichos do indivíduo que não pode ou não procura sustentá-los".

Durante toda a República Velha, inutilmente, a FBPF solicitou por várias vezes à Câmara de Deputados um projeto sobre os dispositivos da Conferência Geral do Trabalho de Washington, realizada em 1919, referentes ao trabalho da mulher na indústria. Tal reivindicação implicava a regulamentação de todo o trabalho e o estabelecimento de Leis de Previdência e Assistência, o que só se concretizaria após 1930. Ainda com base nos referidos acordos internacionais, a FBPF pleiteou também, para as operárias, representação proporcional feminina entre os membros do Conselho Nacional de Trabalho, instituído por Arthur Bernardes. Sua moção recebe apoio, assinando o documento cerca de 700 mulheres trabalhadoras, representante das seis mil, empregadas no comércio fábricas, ateliês etc. Embora a idéia fosse recebida com aplausos, a falta de vagas foi uma das evasivas de que se lançou mão para rejeitar o apelo (SOIHET, 1974, p. 23-24).

Como parlamentar a partir de 1936, Bertha Lutz desdobrou-se na criação da Comissão do Estatuto da Mulher, da qual foi a presidente, visando à regulamentação dos artigos constitucionais relativos aos assuntos femininos. Escolhida presidente da Comissão, ficou encarregada de reunir documentação sobre o assunto, do que resultou a publicação *O trabalho feminino – A mulher na ordem econômica e social*. Também lhe foi atribuído o encargo de elaborar o anteprojeto. Este, seguindo a orientação do II Congresso Nacional Feminino, instituiu o Departamento da Mulher, abrangendo os assuntos relativos ao trabalho feminino, ao lar, à assistência à mulher, à infância e maternidade e à previdência social em todo o território. O referido Departamento teria funções técnico-orientadoras, consultivas e executivas. Estava previsto um seguro maternal para toda mulher

entre 18 e 45 anos que trabalhasse. O debate travado com a outra parlamentar, Carlota Pereira de Queiroz, afigura-se dos mais relevantes, podendo aferir-se a maior lucidez de Bertha com relação às problemáticas vividas pelas mulheres, mormente aquelas dos segmentos populares.

A deputada Carlota Pereira de Queiroz divergiu do espírito da criação do Departamento da Mulher, conforme o anteprojeto, apresentando voto em separado. Não via razões para que se isolassem as questões femininas num departamento, depois de conseguida a integração feminina, através da concessão do voto e de sua admissão ao exercício de todos os cargos públicos. Não considerava, ainda, que a regulamentação do trabalho feminino fosse o problema de maior interesse para a mulher brasileira, dando prioridade às questões sanitárias. Nesse sentido, propunha a criação no Ministério da Educação e Saúde e do Departamento de Amparo à Mulher e da Criança, primeiro passo para a futura criação de um Departamento de Assistência Social.

A deputada paulista revelava-se distante da realidade brasileira, ao considerar o trabalho um problema secundário para a nossa população feminina. O cunho assistencial que pretendeu imprimir ao Departamento, instituído por Bertha Lutz, demonstrava uma mentalidade conservadora e tradicional. Preferia "amparar" a mulher carente de recursos do que proporcionar-lhe os meios de alcançar a independência, através do trabalho.

Bertha apresentava uma visão mais realista dos fatos, ao replicar que de pouco adiantaria a assistência médica gratuita em ambulatórios a pacientes desprovidos de meios de se locomoverem da casa ao hospital e de adquirirem o medicamento receitado. Por outro lado, rejeitava a substituição do Departamento da Mulher pelo Departamento de Amparo à Mulher e da Criança, afirmando que a "necessidade de amparo não é inerente à condição da mulher" (BRASIL, 1937, p. 41). Afirmava que a finalidade do movimento feminista não era tornar a mulher beneficiária passiva do Estado, mas colaboradora ativa do progresso do país.

Outra das fortes restrições ao movimento é o fato de ele não desenvolver uma crítica que possibilitasse às mulheres condições de criar sua autoconsciência, questionar as raízes de sua inferiorização – por exemplo, as relações de poder dentro da família. Assim, no que tange às contradições de gênero, as feministas focalizadas não teriam sido capazes de perceber a conexão existente entre a mística da "missão natural da mulher" e sua inferiorização. E, por força dessa sua incapacidade, foram as responsáveis pelo fato de a maioria das mulheres brasileiras não ter atingido a consciência de gênero. Aliás, concordar com

tal suposição seria considerar as mulheres uma simples massa informe capaz de ser influenciada por qualquer guia que surgisse, independentemente de suas condições concretas de existência.

Por outro lado, questiona-se hoje tal desapreço manifestado às conquistas jurídicas. Não há como negar que estas acarretam princípios de igualdade e universalidade que forçosamente têm que se estender a todos os indivíduos. Além da impossibilidade de se conceber uma sociedade complexa sem lei, sua existência garante que, numa sociedade de classes, essas conquistas sejam utilizadas pelos dominados na defesa de seus interesses, pois a condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa (THOMPSON, 1987, p. 356-357).

Além da sua presença efetiva nos meios políticos liderando um pequeno grupo, como tão bem colocam várias autoras citadas, havia uma sucessão de entrevistas concedidas por Bertha contra-argumentando as diversas colocações contrárias à participação política feminina. Tratava de criar uma imagem positiva para tais propostas, tão ferrenhamente combatidas. Aos que aludiam à falta de preparo de alguns elementos femininos ao exercício do voto, lembrava que existiam "muitos homens em semelhantes condições", sem esquecer das mulheres que "pelo trabalho e pelo estudo" tornaram-se aptas, dotadas de "tirocínio e experiência suficientes de elevar as suas vozes a bem do país". Quanto à idealização da mulher como o "anjo do lar", da qual o voto a afastaria irremediavelmente, provocando inúmeros prejuízos, respondia num misto de ironia e lucidez:

> Nenhum homem se lembraria de considerar as suas empregadas ou uma mulher do povo, operária e sobrecarregada de filhos, como um anjo do lar. O anjo é apenas a mulher cujos meios lhe permitam dedicar-se unicamente ao homem e, quando é mãe, aos filhos, não dispensando, contudo, outras mulheres – talvez menos divinas – para executar os trabalhos menos angélicos e diurnos do lar (*A Noite*, 1921).

Enfim, não há como concordar com a afirmação de que a luta pelos direitos políticos tenha se constituído numa luta inglória, limitada às "reivindicações formais do liberalismo burguês", reduzindo-se esta conquista a uma concessão "quando assim interessou à classe dominante, em seu confronto com as massas urbanas

que ameaçavam o equilíbrio do jogo político liberal". Uma posição desta natureza desdenha as lutas empreendidas por várias gerações de mulheres já preocupadas com a questão. E, particularmente, quanto a Bertha, importa ressaltar sua ação num momento decisivo, marcando uma ruptura, em meio aos preconceitos nos mais diversos âmbitos, a começar pelo Congresso, nas páginas da imprensa, nos teatros etc. Afinal, penetrar na esfera pública era um velho anseio por longo tempo vedado às mulheres. Significava uma conquista, possibilitando-lhes, segundo Hannah Arendt, assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual, por longo tempo, permaneceram violentamente excluídas. As mulheres passavam a garantir sua transcendência, já que o espaço público – afirma aquela filósofa – não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida dos homens mortais, aos quais acrescentamos, também, a das mulheres mortais (SOIHET, 2000).

Escaparam, porém, aos ideais feministas do momento, vários dos fatores que impediriam, plenamente, tal liberação, alguns apenas visíveis a partir da década de 1970. Aceitavam-se certas atividades como mais adequadas à mulher, por extensão de suas funções maternais. Fato que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada gênero para as tarefas compatíveis com sua natureza. Sem esquecer que aquelas consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas. Mantinha-se, dessa forma, em grande medida, a força das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo radicalmente a total emancipação feminina.

A conquista dos novos direitos de participação na esfera pública não implicou, contudo, uma reformulação no âmbito das obrigações familiares entre os dois gêneros. Exigir daquelas militantes, naquele momento, o questionamento acerca da atribuição da responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos às mulheres seria algo anacrônico de minha parte. É claro, porém, que considerar o espaço doméstico como inerente à mulher, mantendo-se sua posição desigual na sociedade, constituiu-se em fonte de um processo de violência contra a sua pessoa. Resultaram, daí, mulheres divididas, culpadas, quando obrigadas a trabalhar fora do lar; considerando sua atividade profissional como algo secundário em relação à atividade principal de esposa e mãe, dando lugar à discriminação salarial, profissional e sindical.

Fourier, considerado "socialista utópico", ainda no século XIX preconizou a liberação feminina por meio da instauração de estabelecimentos coletivos acessíveis – restaurantes, creches, lavanderias – que possibilitassem às mulheres parti-

lhar as tarefas que se cristalizaram como suas, além da educação comum aos dois gêneros e a liberdade sexual para ambos. Não se observa, porém, das feministas em pauta, qualquer menção à sexualidade feminina, alegando algumas que este era um assunto de foro íntimo.

No que tange ao último aspecto, reconheço a dificuldade, naquele momento, de mulheres dos segmentos médios elevados assumirem uma postura dessa natureza, quanto a um assunto considerado como tabu. Havia a questão política, já que consideravam prioritárias as outras demandas. E, face às preocupações com a aceitação do movimento pela opinião pública, não ousaram sequer mencionar tal questão. Maria Lacerda de Moura, que logo se desligou do movimento, é uma exceção nesse quadro. Miriam Moreira Leite trouxe à tona, em rica biografia, suas reflexões sobre os diversos aspectos da condição feminina. Assinalou suas posições avançadas, em muitos aspectos similares àquelas das feministas da década de 1960. Mostra-a como uma severa crítica da dupla moralidade vigente, da hipocrisia reinante na organização da família com seu complemento: a prostituição, preocupando-se com questões interditadas na época, como a sexualidade e o corpo (LEITE, 1984).

Permaneceriam as mulheres sem poder dispor livremente de sua sexualidade. Manter-se virgem, enquanto solteira, e fiel, quando casada, era sinônimo de honra feminina; e se estendia a toda família, constituindo-se num conceito sexualmente localizado, violência que se tornou fonte de múltiplas outras violências. Enquanto aos homens estimula-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher tal atitude é condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, os homens não se sentiam responsabilizados por sua atuação, devendo aquelas arcar com o peso das conseqüências do seu "erro". Afinal, "pureza" era fundamental para a mulher, constituindo-se o desconhecimento do corpo em signo de alto valor, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era exemplar para as mulheres. Assim, mulheres abandonadas expunham suas vidas em práticas abortivas toscas e apressadas. Outras, suspeitas de arriscarem viver sua sexualidade fora do casamento, foram assassinadas em nome da "legítima defesa da honra" (SOIHET, 1989).

Nos anos 1960, em meio à prosperidade do pós-guerra, mas também em plena Guerra Fria, parte significativa da juventude reage contra a repressão e o controle ostensivo de que se considerava refém. A desilusão com os valores

do mundo capitalista, mas também com o "socialismo real", era a marca para a qual, especialmente no Ocidente, muito contribuíram as idéias de Herbert Marcuse, cujas obras, entre elas *Eros e civilização*, tornaram-se emblemáticas. Assim, toma vulto a marcha em prol de um mundo novo, de uma utopia que, iniciada nos Estados Unidos, posteriormente estourou com mais intensidade em outras partes do mundo, como a França e a Alemanha, mas que também na América Latina e na porção socialista esteve presente. É o sonho libertário, que se busca através de uma nova concepção de política e de cultura que concilie justiça social e liberdade, arte e vida. Em suma, emerge a célebre rebelião contracultural dos anos 1960, propondo toda uma série de mudanças no plano da criação literária, artística, do comportamento individual e da atuação política, descendente em linha direta da *beat generation* dos anos 1950 com Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William Burroughs em diante. Na esteira dessa rebelião uma outra emerge – a das mulheres. Assim, irrompe uma nova vaga feminista nos Estados Unidos e na Europa, a qual também se manifestou, vivamente no Brasil, no momento em que o país se via acossado pela ditadura militar que assumiu o poder após o golpe de 1964.

Dentre as várias modalidades de luta contra o regime, destacou-se o empenho de alguns em manifestar resistência e inconformismo, por meio da ridicularização, com destaque para o tablóide *O Pasquim*, publicado quinzenalmente, naqueles "anos de chumbo". Paradoxalmente, porém, esta mordacidade voltou-se, igualmente, para as mulheres que se decidiram pela luta com vistas a atingir direitos e/ou que no seu cotidiano assumiam atitudes "inadequadas" ao que se considerava próprio à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. Estas, por sua vez, em muito lembrando as reflexões de Virgínia Woolf, denunciavam como uma mistificação a separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático apresentava-se obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais (VARIKAS, 1997, p. 97). Articuladas a esse clamor estavam as manifestações contrárias à permanência de padrões patriarcais na organização da família, além das exigências que reforçavam estereótipos para as mulheres, como: maternidade compulsória, modelos de beleza, delicadeza etc. Dispostas a derrubar tabus como os da virgindade obrigatória para as mulheres solteiras, buscavam a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade. Um sinal do vigor desse movimento expressa-se em revistas femininas como *Claudia*, na coluna "A arte de ser mulher", de Carmem da Silva. Nesse espaço, durante 20 anos, desde 1962, e, mesmo que de forma tímida, sucedem-se consultas

sobre a sexualidade, abordando-se assuntos outrora censurados e agora de interesse público, através de colunas fixas. Já na década de 1980, seriados de TV, como *Malu Mulher*, inauguram um longo e fértil debate sobre as relações masculino *versus* feminino, enquanto Martha Suplicy aborda o prazer na TV. Paralelamente, na saúde, movimentos de mulheres buscam superar a tradicional concepção da mulher-mãe para enfatizar a questão da mulher sexualizada, lançando-se a questão do aborto e da contracepção. Igualmente, ocorre uma forte movimentação contra a violência, voltada para as mulheres espancadas e ameaçadas de morte. A luta contra a *legítima defesa da honra* mobilizaria mulheres em todo o Brasil em passeatas e comícios às portas de Tribunais de Justiça; o SOS Corpo, no Rio de Janeiro e em Recife, é um exemplo importante da instituição dessas condutas de mobilização de massa (COSTA, 2001, p. 19-20).

Em contraposição, nas páginas do citado jornal, ridicularizam-se as militantes, utilizando-se os rótulos usuais de "masculinizadas, feias, despeitadas", no que conseguiam grande ressonância. E as velhas piadas atualizadas apresentam-se: uma entrevista com Tonia Carrero é acompanhada do subtítulo "Beleza e inteligência são dois ingredientes que, salvo raríssimas exceções, exigimos para as mulheres entrevistadas pel'*O Pasquim*". Uma caricatura de Fortuna mostra um casal que ao invés de brindar prazerosamente, disputa uma queda de braço, numa atitude competitiva. Apresenta notícia, em 17/4/ 1970, acerca da:

> [...] invasão pelas feministas americanas do gabinete do editor da revista *Ladie's Home Journal* para protestar contra a imagem cri-cri que a publicação projeta da mulher americana. Fumaram charutos do cara, puseram os pés em cima da mesa dele, disseram-lhe toda a espécie de desaforos, exigiram uma edição especial sobre o orgasmo etc.etc. etc. usaram o banheiro dos homens.

Também, faziam entrevistas com mulheres intelectuais com questões acerca do que pensavam sobre o feminismo. Em boa parte delas é manifestado o horror sobre o movimento.

Foi exemplar a entrevista realizada pel'*O Pasquim*, em 22/4/1971, com a feminista americana Betty Friedan, quando de sua visita ao Brasil na qual se salientava sua suposta feiúra. Ante a afirmação de Paulo Francis, acerca do excessivo individualismo e da preocupação obsessiva de certas feministas americanas com problemas sexuais, Friedan sustenta uma posição contrária a respeito.

> Minha definição da mulher, primeiro como uma pessoa, significa que eu devo me sentir responsável, como americana, e preocupada, como americana, com a repressão tanto dentro de meu próprio país como fora, no Camboja, Vietnam etc., no sentido que esse país, o meu, está se tornando um poder do mal no mundo. Eu devo ter uma voz, não só no que afeta meu corpo como o aborto etc., mas também no que diz respeito à guerra ou à paz, o problema das cidades, a opressão dos negros – pois todos esses problemas estão relacionados. Mas se eu não tiver essa voz? Como tantas mulheres que não se libertaram. Então, a energia, a raiva irão alimentar e ser usadas pelos fascistas.

Mais adiante, à provocação de Millôr Fernandes de que o movimento das mulheres não teria um objetivo, Friedan replica, reiterando sua vinculação com o todo.

> O movimento da mulher é apenas uma parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo.

É uma parte integrante da contracultura. Em várias faculdades e uma universidade de absoluta maioria masculina em Berkeley, em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher, mas também do homem.

Mas o que ela falou pouco importou, já que o que o próprio Millôr, posteriormente, em fevereiro de 1972, frisa "o orgulho de ser considerado porco chauvinista, já que quem assim o julgou foi Betty Friedan em pessoa, e ela em pessoa é muito mal-apessoada".

À primeira vista, esta maneira burlesca de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos não guardaria maiores conseqüências, visando apenas a divertir o público leitor. Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isso porque a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem em voga, acerca das feministas, como "viragos", pesadas como elefantes, perigosas, feias. Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente atualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo.

A imprensa desempenhou importante papel nessa luta, por vezes abrindo espaço para as reivindicações femininas, e, por outras, mais numerosas, reificando os papéis e limites relativos à atuação das mulheres na sociedade. Minha hipótese, que vejo se confirmar, é a maior força dos discursos cômicos que visavam a reconstruir cotidianamente os mitos da inferioridade e domesticidade femininas. Constituíram-se em importantes armas contrárias à luta de emancipação feminina. A abordagem do cômico como arma ideológica remete à observação de Mikhail Bakhtin, que detecta no caráter moralizante e hierarquizante a característica definidora da sátira moderna, burguesa, diferenciando-a da medieval e renascentista. Momento, segundo ele, em que uma das diferenças essenciais que evidenciavam o riso festivo popular era a igualdade, em que se ria dos próprios burladores, não se transformando o objeto do riso num fenômeno particular (BAKHTIN, 1987, p. 10-11).

O que fica evidente é que algo aparentemente inofensivo – como a zombaria, o deboche configura-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do *status quo,* através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade. Nesse sentido, frente aos recentes acontecimentos, cabe pensar que formas de violência estão sendo exercidas para que pessoas disponham-se, voluntariamente, ao sacrifício da vida de muitas outras, de seus filhos e da sua própria.

Resumo:

Busco apresentar um panorama da violência, sob formas sutis e engenhosas, que se tem exercido sobre as mulheres que lutam por direitos e por uma participação plena na sociedade. Dentre tais modalidades de violência, privilegio o deboche e a zombaria como formas de constranger as mulheres e frear quaisquer alterações nas relações de gênero – fato que não impediu, porém, que estas se organizassem e obtivessem conquistas. Destaco, no Brasil, o movimento liderado por Bertha Lutz (1919-1937) e a reação provocada pelos movimentos feministas da década de 1970.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Feminismo; Zombaria.

Abstract

I wish to present a panorama of subtle, inventive forms of violence that have been imposed on women who have been struggling for their rights and for full participation in society. Among those kinds of violence I emphasize debauch, mockery as means of impelling women to slow down any movement for change in gender relations. Those forms of violence did not prevent women from organising themselves and obtaining several victories. Within those I may stress the movement headed by Bertha Lutz (1919-1937) and the reaction to feminist movements of the 1970s.

Keywords: gender relations; feminism; Mockery.

Referências

ALMEIDA, J.L. de. [Crônica]. *O Paiz*, 13 jan. 1908.

ALVES, B.M. *Ideologia & feminismo*: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, B.M. e PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARENDT, H. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo*:* EDUSP, 1981.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BESSE, S.K. *Reestructuring patriarchy*: the modernization of gender inequality in Brazil, 1914-1940. USA: The University of North Carolina Press, 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Estatuto da Mulher. *Projecto N-623-1937*. Rio de Janeiro, 1937.

_____. *O trabalho feminino* – a mulher na ordem econômica e social. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

CERTEAU, M. de. *Artes de fazer*. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes,1994.

CHARTIER, R. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.

CIVITA, L.T. (Org.). *O melhor de Carmem da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

COSTA, S.G. Teoria feminista e saúde da mulher. 2001. No prelo.

DOLORES, C. [Crônica]. *Correio da Manhã*, 30 nov. 1927.

FOLHA DA NOITE. 27 set. 1930.

GAY, P. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*, a paixão terna. São Paulo*:* Companhia das Letras, 1990.

O JAGUARIBE. 7 set. 1930.

KAPELLI, A-M. Escenarios del Feminismo. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.). *Historia de las mujeres en Occidente*, 4: el siglo XIX. Madrid: Taurus Ediciones, 1993.

KESSLER-HARRIS, H.A. *Women have always worked*: historical overview. New York: Feminist Press, 1981.

LEITE, M.M. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *La femme criminelle et la prostituée*. Traduction de l'italien. 1896.

A NOITE. 11 out. 1921.

O PAIZ. 17 ago. 1910.

O PASQUIM. 22 fev. 1972.

PERROT, M. *Os excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REBERIOUX, M. *L'Ouvrière misérable et glorieuse*: la femme du XIXème siècle. Paris: Fayard, 1980.

SOIHET, R. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher*. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1974.

_____. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas *Estudos Feministas*, v. 5, n.1, 1997.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, 2000. Número especial.

THOMPSON, E.P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Critica, 1979.

Mulheres Reescrevendo a Nação*

Rita Terezinha Schmidt**

As bombas de gás, os cassetetes e os protestos que roubaram a cena das comemorações relativas aos 500 anos em Porto Seguro, esvaziaram a retórica ufanista que se construiu em torno do aniversário do Descobrimento do Brasil, pois colocaram a nu a razão colonizadora e suas práticas de exclusão. As imagens dramáticas reescrevem a narrativa *míse-en-abyme* da identidade cultural brasileira: de um lado, a violência institucional e simbólica que pautou sua construção; de outro, os atos de resistência às representações geradas pelo poder hegemônico de uma elite cultural que se arrogou o direito de representar e significar a nação, conferindo-lhes validade universal.

Uma das formas mais contundentes do exercício desse poder foi a exclusão da representação da autoria feminina no século XIX, período formativo da identidade nacional, em que a literatura se institucionalizou como instrumento pedagógico de viabilização da nossa diferença cultural em razão de sua força simbólica para sustentar a coerência e a unidade política da concepção romântica da nação como "o todos em um". O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania

* Publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 1, 2000.

** Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Literatura pela University of Pittsburgh, EUA.

em relação à metrópole, constituiu-se como um domínio masculino, de forma direta e excludente. As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura, da cidadania e da hegemonia a partir de uma lógica conjuntivo e horizontal, de cunho universalista, em sintonia com a racionalidade progressista da coesão social em que se pautava a concepção de nação moderna. Hoje, o resgate de obras de autoria feminina rompe o monólogo masculino, nas palavras de Mary Louise Pratt, "or at least challenge its claim to a monopoly on culture, history, and intellectual authority".[1] A visibilidade e a circulação dessas obras no campo acadêmico da construção de saberes não só afetam o estatuto da própria história cultural e literária, instalando na reflexão historiográfica interrogações acerca de premissas críticas e cristalizações canônicas, como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença, mas que, na prática, gerou as formas de exclusão de voz, presença e representação no processo de construção da nacionalidade, do ponto de vista da diferença de gênero, raça e classe social. É a vontade de construir a história dos próximos 500, como resultado da ação emancipadora de um conhecimento do passado, que nos leva a percorrer alguns caminhos naturalizados daquela construção e a ouvir vozes silenciadas nas fronteiras internas da nação.

A relação estreita entre literatura e identidade nacional se impôs no século XIX para uma elite dirigente empenhada na elaboração de uma narrativa que pudesse, simbólica e ideologicamente, traduzir a independência política e a necessidade de singularizar culturalmente a nação emergente. Construir a nação significava constituir uma literatura própria, começando pela demarcação de sua história, conforme princípios de seleção e continuidade que pudessem sustentar um acervo de caráter eminentemente nacional. Uma das primeiras vozes críticas a articular esse pensamento foi a de Santiago Nunes Ribeiro, que em seu ensaio *Da nacionalidade da literatura brasileira*, publicado em 1843, assim se expressou: "Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria".[2] Coube aos críticos românticos, efetivamente, a tarefa de estabelecer os traços definidores que viriam pautar a construção cultural-literária da identidade nacional. Conforme assinala Antonio Candido, em sua *Formação da literatura brasileira*, os princípios dessa construção apontavam a preocupação com a cor local, ou seja, as características do meio, das raças, dos costumes e

1 PRATT. 1998, p. 90.

2 RIBEIRO, 1843.

da natureza, a ênfase ao elemento autóctone, o brasileiro "mais lídimo",[3] como fonte de poeticidade a ser explorada tematicamente, e a necessidade de investigar uma linha de continuidade para sustentar e representar a brasilidade. Dessa forma, a construção social do Brasil como estado moderno, como nação constituída em termos de um povo soberano, consciente de suas especificidades e independência política, andou *pari passu* com o movimento literário romântico, cuja destilação nacionalista foi um importante agente na luta pela coesão social e pela autonomia cultural. Neste sentido, fazer uma nação e fazer uma literatura foram processos simultâneos, conforme coloca Antonio Candido em sua obra acima referida.

O problema que se coloca hoje é o estatuto idealizante do nacionalismo romântico, na medida em que seu discurso, fortemente apoiado num sentimento ufanista, cristalizou-se numa ideologia estética e política que se rendeu à concepção idílica e unívoca de nacionalidade. Esta, ao sublimar diferenças e conflitos internos, colocou-se a serviço da empresa colonizadora, institucionalizando mecanismos de organização e exclusão.[4] O malogro da representação de uma origem nacional especificamente brasileira, a partir da integração de realidades culturais distintas, deve-se às contradições entre o interesse político de fundar uma literatura genuinamente brasileira e o interesse de um estado buscando consolidar a empresa colonial e que, por Isso mesmo, se alinhou a uma visão organicista da história, a qual presume a continuidade genética entre a origem da nacionalidade – a portuguesa – e seu devir histórico. Se, por um lado, a questão dos valores nacionais representou um desafio ao etnocentrismo – inscrito na defesa do nacionalismo por parte de Araripe Júnior, um dos nomes da famosa 'Trindade crítica brasileira', e expresso através do postulado de uma literatura indianista e cabocla – por outro, levou à valorização, sob a tutela do poder colonial do estado, cada vez mais integrado ao projeto de consolidação capitalista do que era burguês, de modo que é esse que se projeta como o eixo do nacional: "heróico, dominador, proprietário de um território em que sua voz prevalecia"[5] e, nessa condição, árbitro último da identidade nacional, identidade concebida não como diferença, mas como similaridade. Nesse contexto, pode-se interpretar a entronização do índio como recalque da herança genética e cultu-

3 CANDIDO, 1971, v. 1, p. 329-30.

4 Ao realizar um estudo sobre as ficções fundadoras da América Latina no século XIX, Sommer (1994) aponta a função político-ideológica do romance familiar, cujos enredos operam como modelos de homogeneização nacional, através da conciliação e apagamento das diferenças.

5 Ver "História da literatura e identidade nacional. In: JOBIM, 1999, p. 51.

ral dos negros africanos, já que a escravidão "a que foram relegados não condizia nem com a nobreza de estirpe e comportamento atribuída aos 'antepassados' indígenas"[6] nem com a concepção de identidade nacional como resultado da evolução dessa origem. Já as mulheres, desde sempre destituídas da condição de sujeitos históricos, políticos e culturais, jamais foram imaginadas e sequer convidadas a se imaginarem como parte da irmandade horizontal da nação e, tendo seu valor atrelado a sua capacidade reprodutora, permaneceram precariamente outras para a nação, como bem coloca Mary Louise Pratt em *Mulher, literatura e irmandade nacional*.[7]

Na construção da genealogia brasileira não houve espaço para a alteridade e a produção literária local traduziu a intenção programática de construção de uma literatura nacional, perspectivada a partir de um nacionalismo romântico abstrato e conservador, atravessada pela contradição: desejo de autonomia e dependência cultural. Compreende-se, dessa forma, que o projeto romântico, mesmo quando articulava o desejo político de construção identitária que promovesse as particularidades locais, estava acumpliciado ao modelo cultural dominante da missão civilizatória em alerta contra a irrupção da barbárie, figurada na condição essencialista do outro, dentro do paradigma etnocentrista do colonizador. O romance Iracema, de José de Alencar, publicado em 1865 no apogeu do indianismo brasileiro, considerado a narrativa fundadora da nação brasileira, proclama a origem da nova raça como fruto da miscigenação, a união harmoniosa do elemento branco e do índio. Todavia, sob o *leitmotiv* romântico, tem-se uma narrativa que trata de política sexual e racial, de relações de poder que resultam na eliminação da mulher índia, na subjugação dos índios "maus" e no branqueamento do índio "bom", bem como a destruição do habitat natural do indígena. O final da narrativa sublinha a vitória do herói português que se torna pai de um filho, ícone emblemático do encontro das duas raças e fundador da nacionalidade brasileira. Como figura idealizada a serviço da missão civilizatória, Moacir é, do ponto de vista genealógico, o herdeiro dos valores paternos e, portanto, articula filiações primeiras à sua origem européia, reafirmada no processo de desterritorialização e silenciamento do outro. A narrativa de Alencar inscreve os limites de uma consciência nacional no contexto de uma experiência histórica marcado pelo modo de produção colonial-escravista, cuja utopia étnica efetivamente conjuga interesses metropolitanos com os da classe dominante.[8]

6 Conforme PEDROSA, 1992, p. 290-291.

7 HOLLANDA, 1994, p. 131.

8 Nessa linha, ver LEMAIRE. 1989, e DUARTE, 1999.

No processo de constituição da identidade nacional, o domínio da cultura literária e o da cultura nacional – domínios que, geralmente, guardam certa distância e tensão entre si – foram histórica e discursivamente construídos de modo a convergir num todo coerente e estável. Esta convergência só ocorre quando à nação é conferido um sentido mais psicológico do que político, sendo que o sentido psicológico neutraliza as diferenças internas para reforçar o princípio da diferenciação em relação ao que está fora dela – o território do outro. Nessa perspectiva, a explicação histórica da nação se consolida nas bases de uma ordem social simbólica pautada na imagem da integridade de um sujeito nacional universal, cuja identidade se impõe de forma abstrata, dissociada de materialidades resistentes como raça, classe e gênero, as quais representam a ameaça da diferença não só às premissas daquele sujeito, presumidamente uniforme e homogêneo, mas ao próprio movimento de sua construção na produção da nação como narração.

Os esforços da elite letrada brasileira em construir uma narrativa nacional no século XIX e a concomitante psicologização da política, com a institucionalização de uma memória coletiva, de caráter uniformizador, resultante da violência perpetrada em nome de uma identidade que se projeta, do ponto de vista de classe, raça e gênero como hegemônica, pautou-se no nacionalismo romântico, de Gonçalves Dias e José de Alencar a Franklin Távora e Taunay. Sob o signo romântico do todos em um, pretendia-se reconciliar as diferenças locais, o que favoreceu o desenvolvimento de uma cultura literária comprometida com "processos de imposição e transferência da cultura do conquistador".[9] Para historiadores da literatura e críticos literários como os da chamada "Trindade Crítica", Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior, o critério primordial para a constituição de uma literatura brasileira foi o critério do nacional, a identificação de temas, descrições e circunstâncias considerados em seu chão social e antropológico como autenticamente brasileiros. Contudo, o critério avaliativo para a legitimação das obras aqui produzidas passava pelo critério de realização formal compatível com o quadro referencial constituído pelos grandes escritores europeus, constantemente referidos em seus textos. Assim, o sentimento nativista e a busca de autonomia lingüística e literária, que impulsionaram a estética romântica e levaram Araripe Júnior a pleitear uma literatura indianista e cabocla em defesa do nacional cedem terreno diante da necessidade de alinhar os produtos da literatura emergente aos padrões representativos de uma cultura de origem, modelo de civilização. Se por um lado pode-se creditar essa

9 Segundo CANDIDO, 1989, p. 175

necessidade de afirmação ao sentimento nacionalista da época, por outro não há como dissociá-la de um discurso que traduz o alinhamento com um paradigma de centralidade colonial assentado na concepção de um estado-nação, cuja identidade imaginada se processa sob o signo da elitização, masculinização e branqueamento da cultura como critérios de civilização. José Bello, prestigiado crítico do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, assim se manifesta em sua obra Estudos críticos:

> Há tipos superiores, raças superiores [...] Creio que no Brasil terminará predominando o tipo branco. Não sei como imaginar o progresso do Brasil, se fosse possível o predomínio, mesmo a conservação das raças inferiores, da mestiçagem condenada, que ainda lhe constitui a maior parte da população [...]. Nós, individualmente, nos acreditamos inteligentes e vivos. Temos gosto pelas coisas de espírito, e a pequena elite, que se preocupa com livros e escritores e que encontra no mundo fenômenos mais interessantes do que as intrigas da politicagem indígena, lê e procura cultivar-se, acompanhando o movimento literário moderno, da França, pelo menos.[10]

O instinto de nacionalidade, como o denominou Machado em seu famoso ensaio,[11] acabou abrigando-se nas teses positivistas que postulavam ser a miscigenação a causa dos males sociais que ameaçavam o grande destino traçado para a nação.

Num período em que a literatura se constituiu como signo de valor e repositório de identidade de uma cultura que buscava se legitimar como tal, através de uma imagem de autonomia, coesão e unidade, nasciam as determinações que produziriam o *corpus* oficial da literatura brasileira, ou seja, o cânone literário. Seu poder de conferir representatividade à narrativa nacional foi forjado e mantido pelo esquecimento de memórias subterrâneas, recalcadas pela submissão à abstração das diferenças em nome do "caráter uniformizador e destrutivo da memória coletiva nacional",[12] agenciada pelo aparato do Estado, incluindo-se aqui a instituição literária e suas agendas político-ideológicas. Se a memória nacional é a forma mais acabada da memória coletiva, segundo Maurice Halbwachs, e se o cânone literário é a narrativa autorizada dessa memória,

10 SANTOS, 1917, p. 188-9 e 112.

11 ASSIS, 1999.

12 HALBWACHS, 1989, p. 3-5.

pode-se dizer que o resgate da autoria feminina do século XIX traz à tona, de forma explosiva, aquilo que a memória recalcou, ou seja, outras narrativas do nacional que não só deixam visíveis as fronteiras internas da comunidade imaginada como refiguram a questão identitária nos interstícios das diferenças sociais de gênero, classe e raça, reconceptualizando, assim, a nação como espaço heterogêneo, mais concreto e real, atravessado por tensões e diferenças. Pelo viés da ótica feminina, nacionalizar o nacional, o que soa aparentemente como um despropósito, significa, justamente, questionar a matriz ideológica do paradigma universalista que informou o princípio do nacionalismo brasileiro, responsável pela constelação hegemônica de forças políticas, sociais e culturais presentes na formação e no desenvolvimento da nação como narração. Talvez essa seja uma das explicações para o silêncio e a exclusão de nossas escritoras da historiografia literária, da moderna tradição crítica e da história das idéias no Brasil, já que mostrar o país, na perspectiva de muitas delas, era problematizar as bases das ideologias masculinas de nação. Assim, proponho mostrar como, das margens da nação, duas escritoras intervêm no espaço de sua construção narrativa através do *locus* enunciativo de um sujeito que interpela os termos dessa construção, colocando em jogo, na cena social, a exclusão social e a diferença.

Ana César, jornalista, poeta e ficcionista, teve uma atuação marcante na imprensa do país nas primeiras duas décadas do século XX. Participou da Associação Brasileira de Imprensa, exerceu o cargo de vice-presidente da Escola Dramática Brasileira e foi membro do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores Desamparados do Rio de Janeiro. Seu livro *Fragmentos*[13] reúne crônicas, cartas e conferências publicadas em diversos jornais durante o período de 1917 a 1930, inclusive artigos publicados no *Jornal do Brasil*. Sufragista, Ana César militou a favor da educação e da cidadania plena para as mulheres, contestando os muros da domesticidade feminina como o único lugar legítimo de atuação patriótica da mulher no seu papel de formadora da consciência cívica no seio da família. Ao defender a vital importância da formação intelectual no processo de emancipação feminina, a escritora vai de encontro ao discurso positivista que entroniza a mulher como guardiã da vida privada, a serviço do Estado. Na crônica "A legião da mulher brasileira" defende a igualdade entre homens e mulheres em termos de capacidades intelectuais, a partir de um discurso que aponta a base ideológica da construção da inferioridade "natural" da mulher. Cabe lembrar que a Legião da Mulher Brasileira foi uma instituição de caráter filantrópico empenhada em facilitar o acesso feminino à formação profissional.

13 CÉSAR, 1931. Todas as citações referem-se a essa edição.

Em razão de sua filiação ao ideário feminista de direitos iguais, a Legião foi alvo de muitas críticas, sendo que a acusação mais usual era ser "contra os homens", a interpretação corrente dada aos pleitos das mulheres.

Um dos argumentos de maior circulação, na época, contra o sufrágio feminino era o de que a mulher descuidaria das suas obrigações para com a família a partir do momento em que dispensasse seu tempo com a ida às urnas. Além disso, invocava-se, como coloca Ana César, a natureza da psique feminina e suas tendências "levianas" e "emotivas" como sinais do despreparo para o exercício da cidadania. Na crônica acima referida, assim se posiciona Ana César: "E não terá ocorrido para isso a incúria em que tem vivido o intelecto da mulher, que por melhor intencionada não pode, por falta de elementos básicos, produzir, educando a prole, uma obra individual, a refratar o valor nacional?" (p. 55).

Com relação ao argumento de que as mulheres são despreparadas para o exercício do voto, Ana César pergunta: "E os homens analfabetos, que para votar, aprendem mecanicamente a assinar o nome, satisfazem o alegado?" (p. 56) Ana César revela o cuidado de colocar todas as questões ditas "femininas" no quadro do cenário político brasileiro, para o qual reivindica um processo de democratização ampla, entendido esse em termos da erradicação da discriminação racial e de gênero, pressupostos para a instalação de uma consciência nacional. É nessa linha que argumenta a favor do sufrágio feminino na crônica "Surtos do feminismo", demonstrando, ao mesmo tempo, receios sobre o descompasso brasileiro em relação à questão:

> A Inglaterra, reconhecendo o valor das heroínas do século XIX e prevendo o triunfo das disposições legislativas em favor da mulher, antecipou o gesto patriótico e decretou a emancipação política das inglesas, convertendo em lei o projeto de reforma do sufrágio, há muito debatido. [...] Esse ato liberal, disse eu, naquela data em *O Paiz*, provecto periódico desta capital, terá seqüência em muitos países, e que não seja o Brasil o último a pô-lo em prática (p. 70).

O voto é um instrumento para potencializar a representação das mulheres na vida política do país e, conseqüentemente, viabilizar a sua participação na elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional. Ironicamente, o Brasil foi efetivamente o último país da América Latina a aprovar o voto feminino, em 1934.

A sua percepção crítica da realidade brasileira como sendo permeada de preconceitos e exclusões, particularmente nas teias que se legitimam nas instâncias institucionais como o sistema educacional, levou Ana César a se engajar na polêmica sobre os estatutos do Colégio Sion, do Rio de Janeiro, por ocasião da negação de matrícula da filha do artista Procópio Ferreira. Assim se manifesta Ana sobre o sectarismo da instituição na crônica "Gesto antipático": "Se as irmãs de Sion ou os seus estatutos, conforme declararam, não admitem filhos de pretos nem de artistas de teatro no convívio rico da casa, como então acreditar que lá se possa com sinceridade ensinar a amar e servir o Maior, o incomparável Artista da Criação, que em sua maravilhosa obra realizou a síntese de todos os gêneros da arte imortal? E como tolerar também os padres negros do catolicismo?" (p. 90). Finaliza com o alerta: "Precisamos, mais do que nunca, nacionalizar-nos" (p. 91). Rever a ideologia de nacionalidade e cidadania brasileira significava, para Ana César, abrir o espaço da nação/narração para interrogar sua representação social a partir da diferença, ou seja, inscrevendo nela a voz e a presença das minorias.

Julia Lopes de Almeida atuou por mais de quarenta anos na vida literária carioca, do final de século XIX às primeiras duas décadas do século XX. Foi patrona da Academia Carioca de Letras, militou no Congresso Feminista presidido por Berta Lutz e participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi indicada. Por pertencer ao gênero feminino, sua indicação, no entanto, não foi homologada, tendo sido eleito seu marido, o também escritor Filinto de Almeida. Autora de artigos em jornais e inúmeras revistas da época (*A Semana, O Paiz, Gazeta de Notícias, Revista do Brasil*), contos, comédias e romances, Julia Lopes teve muitos de seus romances reeditados e esgotados, verdadeiros sucessos editoriais em sua época. Contudo, seu nome permanece silenciado na historiografia literária brasileira, muito embora comentários críticos elogiosos tenham aparecido em ensaios de críticos como José Veríssimo,[14] Temístocles Unhares,[15] Lúcia Miguel Pereira,[16] e Antonio Austregésilo,[17] e a autora tenha sido comparada a Eça de Queiroz e Machado de Assis.

14 VERRÍSSIMO (1977, p. 79-84) afirma: "Por vários motivos, pois, Júlia Lopes de Almeida é uma das principais figuras femininas da literatura brasileira", Contudo, o crítico se abstém de mencioná-la em sua *História da literatura brasileira*, de 1916.

15 LINHARES, 1987.

16 PEREIRA (1957, p. 259-71) assim coloca o crítico: "Júlio Lopes de Almeida, na verdade, é a maior figura entre as escritoras de sua época, não só pela extensão de sua obra, pela continuidade de esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu com os críticos e com o público',

17 AUSTREGÉSILO, 1923, p. 37-48.

Fora do cânone e fora da história, o seu romance *A Silveirinha*,[18] publicado em 1914, e reeditado pela Editora Mulheres em 1997, instiga uma leitura do inconsciente da cultura, daquilo que foi reprimido pelo discurso colonial, e revela ser uma das significantes estratégias psíquicas e discursivas de poder discriminatório na produção do outro.

Em seu contexto histórico-social, o romance em questão se situa num período de grandes transformações da sociedade brasileira concentrada nos centros metropolitanos, transformações que se processaram na esteira do processo de industrialização, propiciado pela intensa atividade de exportação de café, na valorização dos espaços urbanos, nos novos códigos de comportamento que substituíam comportamentos mais tradicionais, na efervescência de idéias modernas como o positivismo e o seu ideal de progresso e educação que se agregou à inteligência brasileira, na disseminação dos ideais de emancipação da mulher, enfim, num cosmopolitismo "agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense", segundo Nicolau Sevcenko. Referindo-se às transformações da época, Sevcenko aponta quatro princípios que a caracterizam: "a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante e uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas".[19]

O olhar de Julio Lopes de Almeida em *A Silveirinha* volta-se para o cotidiano da classe burguesa do Rio de Janeiro, uma classe que se define pelo seu status econômico e por comportamentos que traduzem uma ideologia de classe cujas representações se articulam com identificações de gênero e raça. O cenário de grande parte do romance é a cidade serrana de Petrópolis onde a alta sociedade carioca passa os meses de verão. O enredo está centrado na história envolvendo a jovem esposa do dr. Jordão em sua luta diária para convertê-lo de livrepensador em católico praticante. Os episódios envolvendo embates familiares, desconfianças de maridos, relações adúlteras, intrigas sociais e reuniões festivas colocam em relevo a vida prosaica e fútil de uma elite econômica comprometida com a manutenção de seus privilégios e a busca de ascensão social através da manipulação de sentimentos, da falsidade e de jogos de poder. Desfilam nesse microcosmo personagens da burguesia, do clero e da política, verdadeiros tipos

18 ALMEIDA, 1997. Todas as referências ao texto são dessa edição.

19 SEVCENKO, 1995, p. 27-30.

da sociedade local. Nesse espaço de uniformidade social e ideológica, o uso da língua francesa é índice de civilização e signo, portanto, de uma cultura transplantada, cujos valores expõem a ficção que foi a construção romântica da nação, na sua busca pela brasilidade.

A par das representações de gênero que se objetivam nas diferenças de agir e pensar das personagens masculinas e femininas e que constituem o eixo da estrutura social patriarcal que sustenta o enredo, interessa-me focalizar aqui a primeira longa cena do romance porque ela nos apresenta o psicodrama da identidade cultural brasileira através do ponto de vista de uma narradora que reduz significativamente sua intervenção no mundo narrado ao escolher a transcrição das falas das personagens assumindo, assim, uma pretensa objetividade e isenção, ou seja, uma neutralidade em relação a ele. Por razões de clareza, se impõe a descrição dessa cena. Trata-se de uma cena no salão de festas do banqueiro Korsakoff, onde indivíduos de diferentes nacionalidades e ligados ao mundo diplomático circulam junto a brasileiros, integrantes da elite carioca. Todos aguardam com ansiedade a dança, a personagem Roberto Flores comenta: "É esquisito, realmente, fazer-se dançar o maxixe por negros num salão aristocrático, como apresentação do que há no país de curioso e interessante" (p. 21). Seu interlocutor, Gastão Soares, responde dizendo:

> "Os estrangeiros gostam", para acrescentar a seguir: "A civilização aprecia contrastes, tem os nervos gastos, precisa de estimulantes e, para esse efeito, quanto pior melhor. Acredite, os europeus estão fartos até às copas dos chapéus de cançonetas de salão, cantadas por moças de família. E eu também. Que venham os negros de beiço grosso, cheirando a almíscar [...] Quando daqui a pouco os nossos crioulos se derrearem nos volteiros e requebros da sua dança, verá você como estes noruegueses e montenegrinos se babam de gozo e pedem bis". (p. 26).

Na entrada do par de dançarinos no salão, muitas senhoras não conseguem conter o riso, como se tivessem visto naquele casal de homens, "dois espécimes de animais estranhos e irracionais" (p. 36). A mulher do secretário da Holanda se assusta e pergunta se aqueles brasileiros podem ser malvados. Quando a dança inicia, assim descreve a narradora:

> Ao influxo dos olhares ardentes de tantos brancos requintados, da mais fina elegância, os pretos como que se sentiam transportados ao sétimo céu das delícias. E iam e vinham sobre o chão encerado, apertadamente unidos um ao outro, arfando de gozo e de cansaço, de olhos semicerrados, beiços pendentes, corpos dobrados ou torcidos, em requebros e bamboleios lúbricos. Fremiam-lhes as narinas chatas, e a pele reluzia-lhes como se estivessem untados de óleo. No anel humano que os circundava havia uma intensa expressão de bestialidade. Das pupilas deslavadas dos europeus do norte, diplomatas serenos, de atitudes rígidas, irrompiam fogachos de curiosidade e lascívia. Algumas brasileiras tinham o olhar ofendido; mas as estrangeiras babavam-se de gozo. E no meio da sala os pretos redobravam de furor, corpos colados, cabeças pendentes, num derretimento impudico, com exalações de suor morrinhento, que pouco a pouco ia abafando a sala. – Oh, ces Brésiliens, exclamou rindo imprudentemente uma estrangeira esgalgada, de nariz curto (p. 37).

A reação de uma das mulheres brasileiras que a ouve é de assombro e desafio, enquanto outra desvia o olhar da dança enjoada.

A cena, antes de tudo, evidencia a cisão entre duas raças, duas culturas, entre uma elite branca refinada, identifica da com valores etnocêntricos e um segmento inferiorizado. Colonizado, os negros, cuja "barbárie" é domesticada e transformada em espetáculo para deleite dos salões. Quem são os brasileiros? Onde está a brasilidade? A identidade nacional? Julia Lopes de Almeida evoca a experiência colonial através do discurso estereotipado de raça que produz o outro como identidade essencializada – o primitivo, o exótico, o lascivo, o selvagem – num contexto de hierarquias culturais. A questão da identidade nacional é problematizada na medida em que o negro é definido pelo outro estrangeiro como brasileiro, enquanto que o brasileiro, de cor branca, não admite a brasilidade como pertencimento horizontal, pois não se alinha com aquele, mas com o outro estrangeiro, pela identificação vertical de raça e classe. A complexidade do pertencimento coletivo no âmbito da nacionalidade poder ser apreendida na leitura do estereótipo, não pela ótica do senso comum que lê o estereótipo como produção de uma lógica binária que demarca as fronteiras de um eu sujeito em oposição a um outro objetificado, dentro de um contexto de imagens radicalmente positivas e negativas, mas como representação ambivalente da alteridade, produzida na cena histórica da construção do sujeito colonial.

Segundo Homi Bhabha,[20] a idéia de que o colonizador detém o poder e o discurso colonial através do qual unifica o sujeito da enunciação, dono da fala, num sistema de representação que opera como um regime de verdade, é uma simplificação histórica e teórica porque pressupõe a representação de uma identidade monolítica e fechada, não-problematizada pelo reconhecimento da diferença, cujo reconhecimento é, no entanto, pré-condição para que o discurso colonial produza seu efeito político como poder disciplinador do outro, Bhabha define o estereótipo, um elemento fundamental do discurso colonial, como uma complexa articulação de fetichização e fobia, negação e projeção, defesa narcísica e identificação agressiva, a partir de processos de construção identitária e de significação, recortados, respectivamente, pela psicanálise freudiana e lacaniana e pelo conceito derrideano de diferença. Resumindo a elaborada moldura a partir da qual formula sua teoria, pode-se dizer que a produção do estereótipo no discurso colonial reativa a cena da fantasia primária que regula a representação do sujeito na rede das relações psíquicas e sociais, isto é, na cena do desejo[21] pela origem pura, não-contaminada, a qual está sempre ameaçada pela diferença, quer seja de raça, gênero, cor, classe, nacionalidade ou cultura. Nesse contexto, o estereótipo é um elemento-chave do processo de subjetivação no discurso colonial, para o colonizador e para o colonizado, pois ambos estão necessariamente inscritos ou figurados na fantasia que a imagem do estereótipo produz, isto é, a de que o mito de origem, da cultura primeira, está sempre presente e ausente no signo outro de sua divisão e diferença, Essa anatomia do estereótipo e seu funcionamento no discurso colonial estará, porém, incompleta, se não localizar o modo fetichizado de representação estereotipada no campo das identificações, do jogo de completude/falta, uma vez que todo sujeito se constitui e se identifica sempre através de uma imagem que é simultaneamente alienante e potencialmente agressiva. Seriam essas duas formas de identificação imaginária – a narcísica e a agressiva – a estratégia dominante na produção do estereótipo que é, portanto, uma imagem ambivalente, que diz tanto sobre o eu quanto sobre o outro. E como forma que veicula (re)conhecimento da diferença, ao mesmo tempo em que a nega, a imagem do estereótipo condensa e traduz posições conflitantes do sujeito da enunciação que oscila entre medo e desejo, prazer e dominação. São posições num discurso que funcionam efetivamente no contexto de práticas sociais marcados por relações de poder e hierarquias.

20 BHABHA, 1998.

21 O desejo sempre se configura como força perturbadora nos regimes do imaginário, pois na identificação da relação imaginária há sempre a presença do outro alienante (evocado na fase do espelho lacaniano, por exemplo), que retorna sua imagem para o sujeito.

Retomando a cena de *A Silveirinha*, constata-se que tanto os membros da elite carioca quanto os estrangeiros projetam no par de dançarinos a imagem estereotipada da diferença irracional e selvagem que ratifica sua posição de raça e classe, compatível com a idéia de um sujeito civilizado, portanto superior e dominador. Essa posição se revela, todavia, frágil e precária, no momento em que os presentes se deixam levar pela fantasia do outro e são literalmente tomados por um frenesi, a ponto de serem descritos pela narradora em termos de "sua intensa expressão de bestialidade". Se, por um lado, há o (des)reconhecimento (e o medo) da diferença como constitutiva da identidade, por outro há uma identificação prazerosa que desloca o sujeito branco da posição privilegiada, apagando as fronteiras fixas das identidades culturais definidas pelos pólos da oposição civilização X barbárie. É surpreendente que a descrição da narradora não deixa dúvidas quanto à percepção de Julio Lopes de Almeida do funcionamento do estereótipo racial, fazendo com que seu discurso aponte a ambivalência das alteridades por ele constituídas e enuncie o inconsciente da sociedade colonial brasileira, ou seja, uma cultura colonial transplantada não há possibilidade de afirmar uma origem, mas tão somente diferenças. Diferenças essas que foram reprimidas na insistência de uma comunidade sem fissuras, em cuja representação Júlio Lopes de Almeida expõe a herança colonial e o trauma da violência simbólica perpetrada contra o outro.

Os textos de Ana César e Julio Lopes de Almeida podem ser vistos como contra-narrativas do discurso assimilacionista brasileiro, na medida em que interpelam a desterritorialização da diferença na narrativa da nação e, com isso, rasuram as fronteiras totalizadoras e hegemônicas de sua identidade cultural.

Referências

ALMEIDA, J.L. de (1997). *A Silveirinha*. Florianópolis: Mulheres.

ASSIS, M. de (1999). "Instinto de nacionalidade". In: *Instinto de nacionalidade e outros ensaios.* Porto Alegre: Mercado Aberto.

AUSTREGÉSILO, A. (1923). *Perfil da mulher brasileira*: esboço acerca do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BHABHA, H.K. (1998). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG.

CANDIDO, A. (1971). *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.

_____.(1989). "Literatura de dois gumes". In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática.

CÉSAR, A. (1931). *Fragmentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

DUARTE, E. de A. (1999). "Iracema: a expansão portuguesa sob o signo de Eva". In: RAMALHO, C. (Org.). *Literatura e feminismo*: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: ELO.

HALBWACHS, M. (1989). "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro.

HOLLANDA, H.B. de (Org.) (1994). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro Rocco.

JOBIM, J.L. (Org.) (1999). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: J. L. J. S. Fonseca.

LEMAIRE, R. (1989). "*Relendo Iracema* (o problema de representação da mulher na construção duma identidade nacional)". Organon, n. 16.

LINHARES, T. (1987). *História crítica da literatura brasileira,* v. 111. São Paulo: Edusp.

PEDROSA, C. (1992). "Nacionalismo literário". In: JOBIM, J.L. (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago.

PERFIRA, M. (1957). *Prosa de ficção*: de 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio.

PRATT, M.L. (1998). "'Don't interrupt me': The Gender Essay as Conversation and Countercanon". *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 4.

RIBEIRO, S.N. (1843). "Da nacionalidade da literatura brasileira". Minerva Brasiliense, *Jornal de Ciências, Letras e Artes,* v. 1, n. 1 (10 de setembro).

SANTOS, J.R. dos (1917). *Estudos críticos*. Rio de Janeiro: s/e.

SEVCENKO, N. (1995). *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense.

SOMMER, D. (1994). "Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo". In: HOLLANDA, H.B. de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.

VERÍSSIMO, J. (1977). "Um romance da vida fluminense. In: *Estudos de literatura brasileira*. São Paulo: USP/Itatiaia.

Fragmentos de Corpo e Gênero entre Meninos e Meninas de Rua*

Simone Miziara Frangella**

Fluidez, fragilidade, circularidade e fragmentação moldam o universo de práticas e representações de crianças e adolescentes que passam a maior parte de seu tempo nas ruas. Ao permanecer nos lugares da cidade concebidos como espaços de funcionalidade comercial e de passagem, alteram-nos, sobrepondo códigos de privacidade e intimidade aos da ordem pública. A circulação de meninos e meninas pelas ruas gera impacto; vistos como "crianças e adolescentes fora do lugar", são submetidos, conseqüentemente, a práticas contínuas de expulsão, intensificando o deslocamento por instituições assistenciais e pelas casas de suas famílias. A passagem por esses lugares, no entanto, é fugaz, e a rua é o ponto de centrifugação onde valores e discursividades apreendidas no decorrer desse circuito – casa, instituição, rua – são condensadas e redimensionadas.

Nesse contexto, o corpo se torna uma dimensão relevante. A dinâmica circulante das crianças e adolescentes "de rua" expressam, realocam, e refazem quotidianamente no corpo os sentidos do espaço urbano. O presente artigo trata de pensar as noções de corporalidade construídas por esses meninos e meninas. Enfocando marcas, práticas corporais e delineações de gênero que constituíram o universo de observação da pesquisa, esta análise pretende indi-

* Publicado originalmente na revista *Cadernos Pagu*, vol. 14, 2000.

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

car como a sociabilidade itinerante, fruto da relação desses meninos e meninas com o espaço urbano, tem no corpo sua manifestação mais significativa.[1] Minha argumentação central é que a itinerância dota as construções corporais de meninos e meninas de rua de particular ambigüidade. O mundo da corporalidade é enunciativo das contradições e das relações fragmentárias criadas a partir da ocupação que fazem das ruas.

Os corpos dessas crianças e adolescentes estão abertos às intervenções de outros personagens: estão constantemente sujeitos à agressividade física, aos processos de disciplinarização por parte dos programas de reabilitação ou assistência que predominantemente os cercam. Por outro lado, o aprendizado de rua – que se faz, entre outras formas, através de técnicas corporais – propicia uma negociação de espaços que torna meninos e meninas visíveis. As *performances* corporais intensamente maleáveis e as práticas de sobrevivência e de fuga moldam limites corporais de meninos e meninas ao caráter itinerante, abrindo espaço para a afirmação de suas singularidades enquanto indivíduos sociais.

Essas singularidades são, porém, continuamente rompidas pela sobreposição de condutas, valores e discursos que se projetam efetivamente sobre as crianças e os adolescentes.[2] Pautados pela itinerância, esses valores e condutas oscilam entre a reafirmação discursiva tradicional sobre o uso e a imagem do corpo e uma prática disruptiva de circulação, entre os valores construídos a partir da rua e os recorrentes de lugares cuja dinâmica lhe é oposta. As contradições, fruto desse processo de oscilação, manifestam-se na violência, na sujeira, nas roupas, nas técnicas corporais, nas representações sobre sexualidade e gênero.

1 A pesquisa de campo a partir da qual iniciei minhas reflexões foi feita no centro da cidade de Campinas durante cinco meses. Lá acompanhei o trabalho cotidiano de educadores de rua da Pastoral do Menor. Os meninos e as meninas nos quais está centrada a pesquisa passam a maior parte de seu tempo na rua, têm um vínculo muito frágil com a família; praticam a mendicância, o roubo e, ocasionalmente, a prostituição. Os 25 meninos e meninas pesquisados variaram entre 8 e 18/19 anos, embora as faixas etárias de maior recorrência foram a de 13/14 anos e 16/18 anos. FRANGELLA, S.M. "Capitães do Asfalto" Op.cit.

2 Essa projeção está presente na forma disciplinadora das instituições de atendimento, ou no preconceito dos familiares e colegas do bairro dos meninos; preconceito este que os meninos incorporam e assumem também como sua imagem.

Corpos itinerantes

As crianças e adolescentes "de rua" são nômades da cidade[3], como outros personagens que por ela perambulam: os mendigos, os "loucos", os andarilhos (ou trecheiros, estendendo seu circuito pelas estradas, e acentuando esta dinâmica de deslocamento). A rua, para esses sujeitos, não é considerada apenas um lugar de passagem, ou de vivência de atividades de ordem pública (como o exercício de relações comerciais, ou o uso da rua como espaço de lazer). A rua é o lugar no qual vivem, misturando seus universos público e privado, nublando discursos que circundam os meios mediáticos e permeiam o senso comum, que opõem o mundo "seguro e ordenado das casas" à "desordem e ao perigo das ruas". O universo de tais personagens se faz na mistura dessas qualidades, na entremeação entre duas formas de "experienciar" a cidade – uma forma mais fixa, sedentária, normatizada; e a nômade, descontínua, fragmentada, a partir da qual se constituem variadas diferenças sociais, ou múltiplas fronteiras simbólicas, de sujeitos sociais que disputam a significação do espaço.[4]

Os meninos e as meninas, estando no limite entre estas duas ordens, tornam seu modo de vida uma constante negociação. Saem de suas casas e adotam gradualmente a rua como espaço cotidiano; nela, entram em contato com as entidades de atendimento que os seduzem ou os impelem a deslocar-se para instituições fechadas, para uma nova rotina; geralmente não se adaptam e voltam às ruas; passam por suas casas e novamente circulam. Nesse circuito incessante, há sempre muitos personagens sociais com os quais meninos e meninas dialogam e negociam; é uma *viração*[5] contínua, operando os múltiplos códigos que a constroem.

Esse ato contínuo de virar-se, atuando com várias *performances* sociais diferenciadas a partir de cada interação social diversa, constitui um dinâmico

3 Sobre nomadismo urbano ver MAGNI, C.T. Povo da Rua: um estudo sobre nomadismo urbano. *Coleção Cadernos da Cidade*, v. 2, n. 4, Porto Alegre, junho de 1995.

4 A experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma "arquitetura complexa de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mais efêmeros e mais híbridos que os territórios identitários". Ou seja, o aparente espaço esvaziado ou de passagem é um entrecruzamento de lugares sociais, de disputas de territorialidades, de zonas de contato, cujas interações liminares complexificam e refazem o espaço. ARANTES, A.A. Guerra dos lugares – sobre fronteiras e liminaridades no Espaço Urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional,* n. 23, 1994.

5 A *viração* é uma expressão êmica que designa usualmente o ato de buscar recursos para sobrevivência. Gregori a define como uma noção particular às variadas *performances* que meninos e meninas de rua fazem de "acordo com o interlocutor e do seu contexto de interação", sendo que nesses atos *performáticos*, eles oscilam entre se colocarem como algozes ou como vítimas. GREGORI, M.F. *Meninos na Rua*: a experiência da viração. Tese de Doutorado. SP, USP, 1997, p.21.

"saber de rua". É um conhecimento apreendido através da gradual permanência no espaço da rua e dotado de um caráter contingencial. Como no caso dos trecheiros, a viração acontece no *fazer-se andando.*[6]

As *performances* que configuram a viração apóiam-se no caráter contingente dos contatos das crianças com seus interlocutores no espaço urbano. Meninos e meninas constroem performances sociais – mais do que desempenham papéis – de acordo com o que precisam no momento em questão e com a pessoa com quem estão dialogando. Em meio a essas interações, recortam-se e definem-se relações sociais e criam-se constantes re-significações: do espaço urbano, através das marcas que os meninos deixam nas praças, ruas, estátuas, casas abandonadas; de valores trazidos de outros lugares de seu circuito – casa e instituição –, compondo o discurso "normatizador" que sobre eles se impõe. O "saber de rua", conseqüência dessas reelaborações, move-se constantemente, como imagens de um caleidoscópio, criando combinações inúmeras, pautadas pela circularidade e pelo caráter fragmentário da dimensão espaço-temporal que caracteriza a rua.

Se o espaço urbano atualiza um discurso social, o corpo o expressa e o produz. Sendo, sobretudo, o elemento que carrega consigo a propriedade da itinerância, base da construção do universo desses meninos, o corpo evidencia as marcas da territorialidade itinerante, das contradições e ambigüidades, frutos do embate de significados do uso do espaço da cidade. Meninos e meninas, andando pelas ruas do centro urbano, sem referência fixa, com poucos bens materiais, sem casa, têm sobretudo seus corpos como manifestação de sua experiência ambulante.

Dentre as experiências corporais dessas crianças e adolescentes, as que geralmente tornam-se mais explícitas são as formas impositivas de controle sobre o corpo. Há um aparato instrumental e institucional que busca constantemente disciplinar esse corpo fugidio e "rebelde", seja por mecanismos repressivos, seja pela projeção de um discurso socializador corregedor, que impõe a essas crianças e adolescentes uma imagem estigmatizada de si mesmas.

Pode-se pensar nestes procedimentos como parte de um processo histórico ocidental cujas metas são a integração social, ou a manutenção de uma assimetria de poder. Por um lado, o corpo se reafirma como depositário de

6 O modo através do qual esse cotidiano se inscreve na cidade é o caminhar. Esse ato é a forma elementar, segundo de Certeau, de experienciar a cidade. Visualizamos as práticas pelos seus passos que delineiam caminhos singulares e se superpõem, entrecruzam-se em um movimento incessante de construção da cidade, constroem uma retórica que está sempre, de uma forma ou de outra, em relação com a ordenação oficial do espaço. Sobre a inscrição dos passos na cidade ver DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 177-180.

formas coercitivas de disciplinarização – amplamente descritas por Foucault[7] – presentes nas prisões, escolas, hospitais e outras instituições sociais. Por outro, reiteram-se os mecanismos "civilizatórios", retratados por Elias[8], promovendo a naturalização e a incorporação de códigos de comportamento social através de hábitos cotidianos e de educação. Ambos os processos estão presentes no itinerário circulante de meninos e meninas "de rua". As tentativas de sujeitá-los a uma ordem social ocorrem freqüentemente nas instituições de atendimento, na Febem, nas escolas que já freqüentaram, ocasionalmente, ou nos lugares de trabalho. Nesses lugares há rígidos horários para acordar e dormir, para o exercício de atividades; regram as formas de sociabilidade, limitam o espaço em que podem andar. O oferecimento de alternativas à rua canaliza para um processo de controle corporal ao qual garotos e garotas, depois de tempo considerável na rua, tem muita dificuldade em se adaptar e ao qual não necessariamente desejam se submeter.

A luta para garantir os direitos da criança e do adolescente, ainda que tenha avançado significativamente com o ECA[9] e com a implementação dos conselhos tutelares[10], não diminuiu de forma expressiva a vulnerabilidade desses meninos e meninas às mais variadas reações a sua presença nas ruas. A intervenção sobre seus corpos extrapola o campo da ordem legitimada do poder policial, disseminando-se por segmentos sociais. Tais ações reiteram, sobretudo, como afirma Caldeira[11], o conflito entre a luta por manter um modelo universal de garantia de direitos universais e a presença de óticas que se opõem a esse modelo ao excluir dele sujeitos considerados fora da possibilidade de socialização.

Os códigos de comportamento social pairam sobre os discursos e mesmo sobre a atividade dos meninos e meninas de forma bem mais tênue do que nos universos de socialização da criança ou do adolescente educado em casa e na escola. No entanto, sua projeção funciona mais como um reforço do estigma a que são imputados e menos como mecanismo de integração funcional. Meninos e meninas compartilham a internalização de regras sociais com outros segmentos sociais, mas operam com elas de uma forma particular, como veremos adiante,

7 FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir.* Petrópolis, Vozes, 1989; *Microfísica do poder,* Rio de Janeiro, Graal, 1979.

8 ELIAS, N. *O processo civilizador.* Zahar, Rio de Janeiro, 1939 (1990), v. 1.

9 Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1991.

10 Sobre os efeitos do ECA e Conselhos Tutelares, ver GREGORI, M.F. e SILVA, K.A. da. *Meninos de rua e instituições*: tramas, disputas e desmanche. São Paulo, Contexto/Unesco, 2000.

11 CALDEIRA, T.P. *Cidade de Muros* – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

o que os leva a lidar com uma contradição entre o estigma, que eles assimilam, e o comportamento criado a partir das estratégias de vida na rua. Ainda assim, as crianças e adolescentes de rua não escapam dos padrões de conformação corporal instituídos por esses hábitos e por imagens mediáticas homogeneizadas e comercializadas.

Os mecanismos coercitivos aqui indicados revelam o corpo como um texto, no qual inscrevem-se a lei e os procedimentos disciplinadores do indivíduo. Os instrumentos de controle transformam o corpo individual em um corpo social, "em tábuas de lei, em quadros vivos de regras e costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem real".[12] Esses instrumentos, criando um contexto no qual os atores sociais atualizam, constantemente, as regras sociais, conferem ao corpo uma escritura.[13]

A coerção, entretanto, não define integralmente esse corpo. É possível entrever outras escrituras. A prática da viração, a pouca idade e a circulação contínua adicionam outros contornos. Se o corpo de delimitações imprecisas permite intervenções de tipos variados, é possível pensar que nele também podem estar inscritas outras expressões sociais, outros saberes que não o disciplinar da escola, da família, das instituições. Cria-se uma outra textualidade, com outros códigos semânticos e de sintaxe indefinida. Esse corpo vulnerável, aberto, permite o registro de experiências e demarcações que escapam aos limites das intervenções. As noções corporais de meninos e meninas de rua, constituídas através do "saber de rua" podem ser lidas dessa maneira.

A vivência de rua não impede as intervenções coercitivas, mas as relativiza. Ela é expressão de um diálogo com os mecanismos de dominação e com outras instâncias sociais, não isento de resistência ou contradições. Essas crianças e adolescentes, estando em uma faixa etária usualmente caracterizada pela incompletude, criam práticas sociais que parecem estar em incessante conflito, seja com os processos normativos idealizados para a criança e o adolescente, seja com o choque da violência exterminadora ou excludente.

Os resultados desse conflito são ambivalências e contradições. Torna-se simultaneamente visível, nas práticas itinerantes de meninos e meninas, o vazio social e as marcas múltiplas de seu trajeto no espaço urbano. O corpo é um *locus* enunciador das práticas e das representações que o singularizam, mas que são mutáveis dentro desta territorialidade itinerante. Essa textualidade é o foco des-

12 DE CERTEAU, M. Andando na cidade. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, 1994, p. 231.

13 Idem, ibdem, p. 231.

se artigo. Não se trata de dar conta de todo o universo de corporalidade destes meninos e meninas, mas antes de apontar para uma escritura específica revelada na pesquisa, constituída – gradualmente, na ordem que vem em seguida – pelo despojamento, pela maleabilidade corporal e por negociações de gênero.

Marcas corporais – sujeira/limpeza e despojamento

Meninos e meninas exibem marcas de feridas do corpo exposto ao frio, ao calor, ao vento, fatores físicos que comprometem a pele e os cabelos e do asfalto duro que fere os pés. Eles e elas chegam às ruas calçados. À medida que o tempo passa, desvinculam-se dos sapatos, criam então grossos calos e inúmeras cicatrizes de cortes que, misturados à sujeira cobrindo-lhes os pés, conferem uma aparência encardida e insalubre. Os cabelos passam muito tempo sem lavar; às vezes duas, três semanas, e vão engordurando-se com o tempo. Quanto maior o tempo em que ficam nas ruas, maior a espessura de sujeira que cobre seus corpos. Quando voltam das constantes visitas a casa da família ou de amigos, ou mesmo a instituições, aparecem limpos. Conforme fazem seu cotidiano ambulante, aparecem novamente com a "aparência desgrenhada". As marcas de sujeira dizem respeito não-somente ao tempo que estão perambulando pelas ruas, mas também à sua gradual vinculação com estas.

A essas marcas somam-se outras, as da violência, parte fundamental na constituição de seu itinerário cotidiano, trazendo consigo a memória das cargas de violência provenientes desse circuito. Os corpos violentados trazem consigo cortes na cabeça, tiros, marcas de facadas, estiletadas, olhos machucados.

Para dormir, garotos e garotas procuram papelões e cobertores velhos. Muitos dormem em contato direto com o chão. Às vezes, entorpecidos, pela manhã, não tem disposição para pensar em como "se arranjar". Os cuidados com a saúde e a higiene pessoal são mínimos. Normalmente, a higiene diária é feita em locais públicos, ocasionalmente em banheiros públicos ou albergues. Muitas vezes, porém, meninos e meninas recorrem a matagais, becos, cantos possíveis.[14] A alimentação diária é irregular. Em geral comem marmitex ou sanduíches. Eventualmente, conseguem garfos de plástico. Costumam jogar os restos e os pa-

14 MAGNI, C.T. Povo da Rua... Op.cit., p. 31.

péis ou alumínios que envolvem a comida em qualquer canto do chão. O contato com lixo, aliás, é freqüente, em busca de sobras recém-jogadas, na mistura do local de excreção e de outras atividades com o de alimentação, como é nos mocós.[15]

O uso que meninos e meninas fazem das roupas faz parte de uma atitude de despojamento. Usam a roupa até gastar; ela é tão descartável como o lixo. Normalmente, não têm onde lavar a roupa; mas quando têm, não há disciplina.[16] Quando estão nas ruas, recebem muitas roupas de entidades filantrópicas, ou de transeuntes. No entanto, como habitantes nômades da rua, lhes resulta difícil carregar pertences, sobretudo para suas aventuras cotidianas. São pouquíssimas as roupas que guardam e com as quais têm cuidado especial. Trocam entre si as roupas que têm, assim como o cobertor que usam.

Sujeira e descuido são parte do universo de meninos e meninas, mas, no caso destas, esses aspectos as aproximam de uma aparência masculinizada, interrompida nos momentos em que circulam pelas casas ou instituições. Nessas ocasiões voltam limpas e vestidas com acessórios femininos. Muitas vezes, na rua, não é possível distinguir meninos de meninas. Usualmente as meninas andam de boné, o cabelo despenteado e sujo por debaixo, calça e camisetão, o rosto nublado pela sujeira, a postura agressiva e fechada; mantêm o olhar desafiador que, presente nos dois gêneros, intensifica-se nas meninas. A sujeira atua como um elemento isolador e protetor, especialmente quanto ao corpo feminino.

Essas características estendem-se a outros habitantes da rua.[17] As marcas de sujeira são inscrições que dão indícios desse modo de vida. O corpo despojado, isento de cuidados, sujo, envolto em trapos, choca, incomoda. Se, por um lado, meninos e meninas se aproveitam dessas reações e reforçam a atitude mendicante, por outro, a consciência desse efeito provoca reação e sentimento de vergonha, de embaraço. Daí a busca pelos banhos. São recorrentes as reivindicações dessas crianças e adolescentes para lavar-se. O desejo de "trazer o banho às ruas" é especialmente revelador de como eles lidam com as noções de sujeira e limpeza. Tomar banho e permanecer na rua significa trazer a limpeza – signo associado à ordem – para o espaço onde seu corpo se torna vulnerável, seja fisicamente, pela possibilidade de serem agredidos pela sua aparência suja, seja simbolicamente, em uma tentativa de diminuir o estigma que pesa sobre eles.

15 Os mocós reúnem estes resíduos de uma forma significativa. São lugares, tais como casas abandonadas, terrenos, fechados, adotados pelos meninos para se esconder da polícia e fumar *crack*. Esta palavra, assim como o verbo mocozar-se, é expressa constantemente por meninos e meninas e por educadores.

16 Nas casas abertas que se espalham pelas cidades, crianças e adolescentes podem tomar banho, lavar roupa, comer e brincar.

17 MAGNI, C.T. Povo da Rua... Op. cit., p.32.

O tempo de permanência na rua reveste os corpos de meninos e meninas da sujeira que enuncia a ausência de espaço para se submeterem ao padrão de cuidado e higiene pessoal. Nesta escritura corporal, a sujeira do corpo acaba sendo fruto de uma espécie de despojamento corporal que acompanha essa dinâmica circulante e se torna um de seus principais marcos. Cria-se uma imagem de agentes poluidores, sujos, parias.[18] Ao mesmo tempo, o constrangimento e a vergonha que meninos e meninas têm com relação à sua aparência batem de frente com as práticas aventureiras e imprevisíveis de seu dia-a-dia. Isto acaba por criar uma ambigüidade nas representações, discursos e condutas dessas crianças e adolescentes, reiteradas cotidianamente, sem uma aparente solução e produzindo continuamente conflitos.

O cuidado com a estética, assim como o banho e as roupas, são signos "ritualizados" publicamente por meninos e meninas, no sentido de trazê-los, simbolicamente, do circuito da casa para a rua. Quando as meninas, sobretudo, voltam da casa de suas amigas, exibem um novo *look*, bastante feminino: shorts bem curtos ou saias e mini-blusas justas; batom, cabelos arrumados, cortados ou tingidos, brincos e pulseiras, perfume. É como brincar de um novo estilo. Elas se apropriam de cosméticos para pele e cabelo e os utilizam no espaço aberto. Semanas depois, aparecem com cabelos novamente embaraçados e sujos. Já os meninos gostam de desfilar suas roupas recém-ganhas ou roubadas: camisetas, bermudas, bonés, óculos escuros. Divertem-se particularmente com "mudarem a cara". Há uma referência constante ao estar ou se fazer bonito ou limpo, mas esta dilui-se no ciclo efêmero, vago, de atividades diárias.

Os objetos de consumo têm um efeito de exposição e divertimento semelhante. Tênis (roubados ou comprados), brincos, perfumes, colares, bonés são usados ocasionalmente por meninos e meninas. Diferentemente de gangues e grupos de jovens que tomam o consumo como eixo organizador da marcação identitária[19], a apropriação desses materiais, ganhos ou roubados, é feita de forma irregular, ocasional. Estes objetos, do mesmo modo circunstancial que chegam às suas mãos, escapam-lhes. São esquecidos em aventuras, perdidos, estragados. Seu valor enquanto expressão de superioridade dura pouco e obedece à mesma lógica do cuidado com os cabelos: uma vivência divertida, uma vaidade momentânea.

---

18 Na descrição literária estudada por Geremek, a diferenciação física do pobre adquiriu o que ele chama de "reportagem etnológica", marcando a diversidade e colocando o miserável como um outro. GEREMEK, B. *Os Filhos de Caim* – vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 10-12.

19 Sobre ao assunto, ver HEBDIGE, D. *Subculture* - The Meaning of Style. New York, Methven, 1979; DIÓGENES, G. *Fragmentação Social e grupos identitários*: a lógica das redes de solidariedade fechada. Texto apresentado no GT-Cidadania, Conflitos e Transformações Urbanas, XX Encontro Anual da Anpocs, outubro de 1996.

Apesar do caráter lúdico e pouco duradouro, tais atitudes expressam o embate de sentidos espaciais e temporais que moldam a subjetividade dessas crianças e adolescentes. Pintar o cabelo, usar roupas bonitas e limpas, tomar banho, estar na moda, maquiar-se, tornam-se ritualizações que, na rua, transportam-nos para uma outra ordem de representação que não é a que estão inseridos, a representação de limpeza, de asseio, de ordem, de possibilidade de incursão em locais públicos e de consumo, ou ainda, para um modelo idealizado de meninos e meninas adolescentes. Assim, essas ritualizações singularizam essas crianças e adolescentes enquanto gênero e faixa etária. Meninos e meninas, operando com um código de estética cujos princípios de limpeza, beleza e consumo estão disseminados como valor pela sociedade como um todo, *performam* sua entrada no imaginário do qual são usualmente excluídos.

Tal comportamento ritual, simbólico, tem, na linguagem de Leach, para além de seu intuito de estabelecer uma comunicação – criar, através da higiene e da estética, uma linguagem que seja comum entre meninos e seus interlocutores –, um caráter pragmático. Como um simbolismo público[20], além de dizer sobre o estado das coisas, ele as altera. Nesse sentido, as *performances* estéticas dos personagens em questão modificam, nesse momento, suas aparências, mimetizam-os em meio à multidão urbana, criando o efeito, particular e contraditório, de projetá-los no espaço através da imagem desejada de não-excluídos, relativizando, simultaneamente, o caráter "de rua" de meninos e meninas.

Poder-se-ia ver contradições entre sujeira e limpeza, cuidado e despojamento – que marcam o universo corporal das crianças e adolescentes – como fruto de restrições sociais que se impõem aos "símbolos relativos ao controle corporal".[21] Considerando, como o faz Mary Douglas, que o controle sobre o corpo é conseqüência de um esforço constante de se reforçar limites sociais, a associação do mundo das ruas com a sujeira reitera a visão deste espaço como lugar fora de controle, desordenado. Em uma articulação que opõe ordem e desordem, expressa nas classificações sobre o corpo físico, o controle volta-se para o lugar onde se diagnostica a desordem. Onde os limites da ordenação são frouxos, como parece ser o caso da rua, o corpo social impõe suas restrições, na medida em que projeta sobre o corpo físico as distâncias sociais entre sujeitos

20 Leach indica esse simbolismo público como um comportamento ritual de significado social compartilhado entre as pessoas que o fazem. LEACH, E. O cabelo mágico. In: DA MATTA, R. (Org.) *Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo, Ática, 1983, p.147.

21 DOUGLAS, M. "Los dos cuerpos". *Símbolos naturales – Exploraciones cosmologia.* Barcelona, Alianza, 1970 (1973), p.17.

poluentes e sujeitos puros. Daí a permanente elaboração de uma imagem de sujeira e perigo que pesa sobre as crianças e adolescentes de rua.

Mary Douglas visualiza categorias de oposição integradas, partindo do pressuposto de que a relação entre o puro e o impuro se articula sistematicamente, criando uma unidade social. A autora afirma que a oposição asseio/descuido "constitui elemento constitutivo do conjunto geral de contrastes simbólicos que expressam a dicotomia formal/informal".[22] Desse modo, para entender uma característica do descuido, é necessário que ele seja associado a outras manifestações que componham um comportamento considerado em uma totalidade.

No entanto, essa visualização torna-se complicada quando nos voltamos à experiência urbana contemporânea. Se há uma articulação entre sujeira/limpeza, puro/impuro, ela não se faz de forma integrada, unificada, mas antes em uma movimentação que põe em questão, ou que reordena constantemente os parâmetros que delimitam ordem e desordem. É como se os corpos físicos extrapolassem as fronteiras delimitadas pelas codificações sociais; tornam-se mais elásticos, flexíveis. Os elementos considerados poluidores não necessariamente são considerados em uma totalidade que expresse um comportamento definido.

O modo como meninos e meninas processam essas diferenças é revelador da relativização que sofrem estas classificações de mundo opostas, fragmentando-as e rearticulando-as em uma multiplicidade de outros códigos. Em outras palavras, a oposição entre sujeira/limpeza, poluição/ordem está presente no universo desses meninos e meninas. Mas, ela embrenha-se com os códigos elaborados nas práticas itinerantes, resultando em posições ambíguas frente a essa classificação.

Práticas corporais – maleabilidade e adequação à rua

O uso que os meninos e as meninas fazem do corpo, a utilização de certas "técnicas corporais" em suas práticas do dia-a-dia, também revelam particularidades ligadas ao mundo da rua. São adaptações do indivíduo à dinâmica de movimento nas ruas, resistindo às interdições a que são submetidos, ou colocando-se como interlocutores no complexo meio social em que estão. Em

22 Idem, ibdem, p.98.

outras palavras, as técnicas corporais são *performances* operacionais, táticas[23] que se fazem na prática do espaço, que se aproveitam das ocasiões. Ao mesmo tempo, essas práticas permitem perceber a possibilidade múltipla de circunscrições de códigos.

Três *performances* são muito reveladoras das negociações diárias que essas crianças e adolescentes fazem para sobreviver. A mendicância, tida como um dos principais meios de obtenção de dinheiro para comida e *crack*, é uma delas. A mendicância é uma das formas mais recorrentes de contato entre pedestres e meninos e meninas de rua. Para pedir dinheiro – nos semáforos, nas esquinas ou nas praças – eles assumem uma postura de inferioridade; expõem excessivamente suas sujeiras e deficiências, enfatizam sua situação de fome e desamparo. Com essa atitude, acabam por atingir o transeunte e o motorista, quase obrigando-os a doar. Não se trata de forjação integral de uma situação de fome e escassez de recursos, pois esta é vigente em seu universo. Mas há uma exacerbação da condição de inferioridade que serve como instrumento da viração.

A mudança para a postura mendicante é rápida e com toques teatrais. Expressões de autopiedade e chorosas; infantilização da voz, jogando o canto dos olhos para baixo; relatos dramáticos de sua situação de fome, exclamações como "pelo amor de Deus", pedindo "uns trocado". Esse comportamento gestual da mendicância se repete em qualquer cruzamento da cidade. Às vezes, a transformação nas feições é quase imediata. Utilizam-se dessa expressão e assim que recebem o dinheiro perdem a necessidade de mantê-la, sequer esperando que a pessoa inquirida esteja distante. Dessa maneira, percebem-se os contrastes entre esse comportamento choroso e as posturas aventurosas e infantis pelas ruas.

A receptividade a essa prática de pedir é maior quanto menor é a criança. Quanto maior seu crescimento, aparente pelo seu desenvolvimento físico, mais difícil é obter êxito na mendicância. Assim, como diz Magni sobre a questão do crescimento na rua:

23 Minha inspiração é no trabalho de Certeau. O autor estabelece uma diferença entre estratégia e tática. Enquanto a estratégia é um cálculo de forças que se faz sobre um *lugar,* "capaz de ser circunscrito como um *próprio",* e, portanto, visto com exterioridade, a tática é um cálculo a ser feito sem distinguir o outro como uma totalidade visível, sem contar com suas fronteiras. A estratégia domina o tempo. A tática, por sua vez, "depende do tempo, vigiando para 'captar no vôo' possibilidades de ganho. O que ela ganha, ela não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformá-los em 'ocasiões'". (DE CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. Op. cit., p. 47.

> [...] mais ou menos subitamente, de "menores de rua" tornam-se "vagabundos marginais", sem terem, nesse meio tempo, adquirido capacitação para passarem do mercado da mendicância ao mercado de trabalho legítimo [...][24]

Quando a mendicância é inviável, meninos e meninas utilizam um segundo recurso: a mendicância agressiva. Recentemente, a prática de mendigar vem sendo gradualmente acompanhada de uma postura ameaçadora. O pedido de recursos vem acompanhado de uma espécie de "imposição". Não há necessariamente um toque corporal que possa ser indício de ameaça física. Entretanto, a perplexidade e o susto, por parte dos transeuntes, diante do pedido feito através do olhar ameaçador e arrogante, possibilita pensar que sua doação é mais uma conseqüência mecânica de se livrar de um problema e do medo.[25] Havendo ou não uma expressão concreta de ameaça, o clima de tensão é facilmente formado.

Muitas vezes, a reação dos transeuntes é igualmente agressiva, o que acirra esse clima de tensão. Assustados ou irritados, meninos e meninas tendem a reagir, xingando às vezes, jogando objetos. Essa atitude ameaçadora acaba por diminuir o impacto da imagem do menino e da menina na rua enquanto *criança*. A pena dá lugar ao medo e à raiva. A mendicância agressiva, assim como a comercialização do medo feita pelos pequenos guardadores de carros e o furto expõem o que Milito e Silva qualificaram como um avanço sobre os limites clássicos da infância:

> O pedir enquanto se ameaça, o ameaçar enquanto se vende, o assalto em si seriam gradações dos *avanços dessas crianças sobre os limites clássicos da infância*. Esse avanço, quando mais exasperado, produz o menino rebelde agressivo, de difícil trato.[26]

Quando meninos e meninas se utilizam de um terceiro recurso, os furtos, há um aumento da agressividade e dos riscos. Recentemente, a forma mais visível de furtos tem sido o ataque aos motoristas nos semáforos. Além de chamar atenção do segmento policial, a ameaça nos semáforos provoca reações, também violentas, por parte dos motoristas que, quando reagem, agridem fisicamente; ou acabam por dar base a grupos de extermínio que agiriam em nome da "segurança pública". Em

24 MAGNI, C.T. Povo da Rua... Op. cit., p.33.

25 Esta tática da arrogância é, muitas vezes, bem sucedida, como salientam SILVA, H. e MILITO, C. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, p.114.

26 Idem, ibdem, p. 77. (Grifo dos autores)

suma, a violência da qual os meninos se utilizam retorna a eles com intensidade dobrada, tornando-os ainda mais vulneráveis. Já os furtos pelo centro da cidade expressam a agilidade, a rapidez e a sutileza de suas atitudes. Quando não se usa armas (como revólver ou facas que, apesar de utilizadas, são menos comuns nos assaltos diurnos do centro), o roubo é, por vezes, quase imperceptível.

Diariamente, garotos e garotas se apropriam de relógios, carteiras, dinheiro, de uma forma tão fugaz que a vítima demora a perceber, ou fica impotente ao vê-las fugindo. É uma movimentação muito sutil de corpos, com certo procedimento comum. Há, primeiro um olhar codificador dos objetos de interesse: observam calças, bolsos, relógios. Quando estão em dois, este código é comunicado um para o outro. Em seguida, vem a aproximação, tão rápida e silenciosa que é quase imperceptível. São práticas que se dão em meio à multidão, a rapidez do ato neutraliza a ação da vítima, confundindo a visão dos transeuntes, que parecem não entender aquela aproximação estranha de corpos. Após essa aproximação e o roubo, vem a fuga. Naturalmente, nem sempre são furtos bem sucedidos.

A adequação aos itinerários da rua requer uma maleabilidade constante dos corpos. São formas que essas crianças e adolescentes, não exercendo nenhum tipo de atividade remunerada nas ruas,[27] encontram para sobreviver e estar nas mesmas. São atividades que incluem particularidades gestuais e de comportamento, a partir da necessidade da expressão de vitimização, da agilidade, da malícia na movimentação e da manifestação de agressividade. Suas táticas conformam *performances* corporais, concretizam a viração. Os corpos *performáticos* de meninos e meninas pressupõem uma observação constante dos sujeitos que estão à sua volta e uma percepção arguta da imagem construída sobre eles.

Assim como assumem expressões de humildade para com os pedestres, essas crianças e adolescentes embrenham-se em cenas para chamar atenção para a violência efetuada contra eles, enfatizando uma agressão que, muitas vezes, não ocorre. Gritam, choram, acusam e criam situações que confundem educadores, polícia e transeuntes. Essa "dramatização" não oculta a autenticidade do medo que os meninos sentem nessas situações, tampouco apaga a violência a que são de fato submetidos. Mas é, antes, uma ênfase no papel de vítima, *performance* que, de forma consciente ou não, torna-se um meio de desviarem-se das forçosas regras que os impediriam de ficar nas ruas, ou das prováveis reações agressivas de comerciantes e pedestres que se irritam com suas atitudes, ou ainda de policiais e traficantes que, de certa forma, disputam o domínio de seus corpos.

27 Como é o caso dos pequenos engraxates e catadores de papel.

Em meio às inscrições múltiplas de códigos nesse universo, há a questão da proximidade corporal. Se, de início, garotos e garotas ficam desconfiados e ariscos com educadores e conhecidos da rua, depois de algum tempo de interação, estabelecida a relação de confiança, tornam-se mais comunicativos, amáveis e carinhosos. A relação de toque, de abraço, de afagar cabelos, de brincar passa gradualmente a ser permitida e intensificada, salvo as crianças e adolescentes mais fechados e agressivos, que não abrem espaço para esse tipo de contato. Os meninos e as meninas mais novos, apesar de ariscos, "apegam-se" com mais facilidade.

Entre meninos e meninas, o contato corporal é intenso na maior parte do tempo – deitados no colo um do outro, acariciando cabelos, ou andando abraçados. Dormem juntos, dividem o mesmo prato de comida, cigarro, bebida. Emprestam-se roupas e cobertores. É interessante notar que este tipo de intimidade não ocorre indiscriminadamente entre eles; apesar do curto período de pesquisa não permitir a diferenciação de todas as relações de contato, ficou evidente que o contato físico era bem mais recorrente entre as meninas[28], ou entre elas e os meninos menores. Há um comedimento maior entre os garotos adolescentes e as meninas, ainda que uma sexualidade expressiva se manifeste de forma latente, implícita, ficando mais restrita à intimidade dos mocós.

A familiaridade com o mundo das ruas fica evidente na desinibição ao andar pelas ruas, com olhar desafiador, mexendo com as pessoas, dormindo em qualquer esquina, sem abalar-se com os que param para observá-los ou com o ruído intenso do tráfego. Com transeuntes que se aproximam para conversar, agem primeiramente de forma arisca e indiferente. Jogam com os conselhos morais de retorno à casa e as perguntas sobre o porquê de estarem nas ruas, ironizando-os e/ou ignorando-os. Os adolescentes, principalmente os que já estão há algum tempo na rua, podem oferecer mais resistência a esse tipo de comunicação. Com o olhar indiferente, mas os ouvidos atentos, parecem não se dar conta dos sujeitos que os observam à sua volta.

Intimidade com as ruas e desconfiança com as pessoas são dois sentimentos centrais para o "saber de rua", para o aprendizado de linguagens e comportamentos com os quais garotos e garotas compõem, divertindo-se, suas imagens. Eles e elas tornam "domínio privado" os lugares considerados públicos e enfrentam as constantes proibições de circularem por bares, lojas, porta de casas e parques. Isso indica que o circuito no qual vão se inserindo, à medida que per-

28 Poder-se-ia dizer que as meninas que estão nas ruas parecem dedicar boa parte de suas carícias às demais amigas, um contato muito intenso em meio ao circuito em que vivem. Essa aproximação está também presente em espaços institucionais, como Febem e Funabem.

manecem mais tempo nas ruas, não se constitui arbitrariamente e em qualquer local da cidade. Esse circuito também é expressão dos limites negociados entre meninos e meninas e os sujeitos que os cercam. Garotos e garotas observam as áreas onde podem constituir uma territorialidade, circunscrevem um limite de segurança onde possam transitar sem grandes obstruções.

Fragmentos de gênero

Nesse universo de despojamento e maleabilidade do cotidiano da rua podem ser delineados contornos sobre o universo feminino e masculino. Meninos e meninas compartilham práticas e intimidades, mas expressam singularidades de gênero. As referências à sexualidade e a gênero, emergentes no decorrer da pesquisa, contribuíram para as reflexões sobre a elasticidade das fronteiras simbólicas que se manifestam corporalmente.

Nas cidades brasileiras, o número de meninas andando pelas ruas geralmente é inferior ao de garotos.[29] No contexto social de onde se originam, as mães trabalham fora e as meninas têm como tarefa cuidar dos irmãos menores e arrumar a casa. O ambiente doméstico é o espaço que lhes é destinado, ao contrário dos meninos, incentivados a trabalhar nas ruas para auxiliar o orçamento da casa. Recentemente, porém, mães e pais têm também incentivado as meninas a trabalhar nas ruas; elas, muitas vezes, levam os irmãos menores.

A presença crescente e cada vez mais evidente das meninas nas ruas tem, além da necessidade econômica, uma outra justificativa bastante recorrente na explicação dos educadores e das próprias meninas. O abuso sexual no lar, efetuado na maioria das vezes por padrastos, familiares, ou alguém próximo, é um significativo empurrão para o universo das ruas, uma vez que essas formas de sujeição sexual nem sempre são compreendidas pelos familiares, que creditam a responsabilidade de tais atos às próprias meninas. Entretanto, além dessas duas razões, pode-se indicar também uma terceira: o interesse pelas possibilidades

29 Ainda que dados quantitativos em nível nacional sobre a presença de meninas não sejam ainda suficientes, alguns estudos indicam que é soberana a presença de meninos. (FAUSTO, A. e CERVINI, R. (Orgs.) *O trabalho e a rua.* Crianças e adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80. São Paulo, Cortez, 1991.) A partir da década de 1980, o número de meninas "de rua" foi aumentando. (Segundo informações do MNMMR). Todas as meninas pesquisadas estavam entre os 14 e os 17 anos. Não tive conhecimento de meninas menores percorrendo esse itinerário do centro. No entanto, o número de meninas abaixo de 14 anos é crescente.

lúdicas, oferecendo aventuras, que o espaço urbano parece oferecer, difundidas por colegas do bairro, ou pelos irmãos que já estão imersos nele.

A postura agressiva é uma característica marcante das meninas. Nas conversas com os educadores, nos olhares observadores lançados às pessoas que passam, e no modo de andarem pelas ruas destaca-se o jeito desconfiado e fechado, além da agitação que as envolvia quando estavam juntas, tornando-as muitas vezes barulhentas e chamativas. Com o tempo de contato, o comportamento duro e irônico dá margem a expressões mais afetuosas e relaxadas. Nas instituições de atendimento, e mesmo entre os próprios educadores de rua, as meninas são tidas como extremamente "ariscas". Contraposto ao modelo de feminilidade que nelas se projeta, seu comportamento destrói expectativas e cria um fosso na convivência entre elas e os profissionais das entidades.

Há razões para esse comportamento agressivo. A presença das meninas na rua está sempre ameaçada, pois a condição feminina acentua a exposição à periculosidade. Por serem meninas, parecem estar mais vulneráveis ao assédio de aliciadores, estupradores, de seus companheiros de rua, ou mesmo a reações agressivas por parte de pessoas que as vêem como vagabundas, vulgares, indesejáveis. A agressividade torna-se relevante como defesa. As meninas, ao mesmo tempo em que se destacam pela postura ofensiva, misturam-se ao mundo dos meninos, sem que se possa diferi-las deles.

Na paisagem urbana, meninos e meninas dormem, comem, pipam *crack*[30], mendigam e roubam juntos. Aparentemente, não há, em suas atividades cotidianas, uma separação entre espaço feminino e masculino. Eles estabelecem relações de troca e de solidariedade, fazendo com que não se perceba formas instituídas de dominação masculina. Garotos e garotas vão em busca de dinheiro, pedindo ou roubando, enfrentando momentos de tensão na relação com a polícia, ou mesmo em busca de drogas. Nessas práticas, as funções parecem indistintas: há o vínculo de pertencimento ao mesmo universo.

Se, por um lado, as práticas do dia-a-dia parecem ser uniformes, o mesmo não acontece com o universo da sexualidade e das representações de gênero. Referências a valores usualmente imputados ao comportamento feminino ou masculino são misturadas com práticas consideradas opostas, em termos de gênero, ligadas à sobrevivência, ou que acompanham a efemeridade, o despojamento e a inconseqüência de sua dinâmica cotidiana. Tal mistura implica em uma tensão latente na comunicação entre os dois sexos e mesmo entre pessoas do mesmo sexo.

30 Pipada significa o consumo de *crack*, que é fumado em um cachimbo, usualmente improvisado com latas de refrigerante. É uma das atividades mais recorrentes desses meninos e meninas na rua.

O circuito da rua é revestido do discurso da masculinidade. Leczneiski, em sua investigação sobre "guris"[31] de rua em Porto Alegre, chama a atenção para as marcas de masculinidade que estão presentes em seus gestuais, nas lutas corporais que forjam entre si e, discursivamente, nas rimas, narrativas e canções cotidianas que eles criam. Nesse contexto de pesquisa, há uma conotação sexual marcada por ambivalências relacionadas aos dois sexos, assim como uma ênfase na honra masculina. As falas explícitas sobre baixo corporal e sexo, manifestações de desafio e de agressividade e o uso abusivo de palavrões são, para eles, uma forma divertida de exaltar a masculinidade. Para esses meninos, ser guri implica conhecer e "experienciar" a vida na rua.[32] O gosto pelo desafio, por exibir autonomia e independência, o reforço de uma linguagem corporal agressiva, está tradicionalmente associado ao universo masculino. A leitura do espaço da rua, do ponto de vista do gênero, salientaria seus valores como masculinos.

Curiosamente, a presença maciça e forte de meninas no itinerário que percorri, ainda que não desfigure o universo de experiências descritas pela autora, traz outros elementos. No campo de investigação de Leczneiski, a mulher era sempre uma presença constante nos discursos dos guris, uma imagem idealizada e distante, insinuante, mas inacessível. Os meninos do centro de Campinas tiveram que lidar com um imaginário análogo e, simultaneamente, com a presença real das meninas nas ruas. As meninas, por sua vez, lidavam com essa realidade e com idealizações sobre o universo feminino. Deste modo, os conflitos, as tensões presentes nos discursos e condutas entre garotos e garotas levam-me a crer que essa presença feminina coloca o imaginário masculino em questão.

As meninas, por um lado, assimilam os códigos masculinizados da rua. A agressividade exagerada, a recusa em submeter-se a lideranças masculinas, o permanente ar de desafio, a homogeneização relativa de sua aparência e o emprego de uma linguagem grosseira fazem parte das estratégias que configuram o "saber de rua". A incorporação de valores masculinizados se faz igualmente através dos preconceitos que perseguem suas atividades de sobrevivência e que elas reproduzem, como é o caso do ato de prostituir-se, condenado tanto entre elas quanto entre os garotos.

Por outro lado, os meninos enfrentam, na convivência diária, o conflito entre uma construção simbólica da mulher caseira, fiel, e a menina de rua real, ambígua

31 Denominação, segundo a autora, que os meninos da Praça da Alfândega, local da pesquisa, fazem a si mesmos. LECZNEISKI, L. Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os guris de rua. *Horizontes Antropológicos* – Gênero, publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRS, 1995.

32 Essas particularidades apontadas por Leczneiski não são, segundo ela, exclusivas dos guris de rua, mas estendem-se a jovens do sexo masculino de outros grupos sociais. A especificidade dos meninos de rua está ligada ao "caráter público, explícito e desinibido desta linguagem". (Idem, ibdem, p. 106)

em sua aparência, companheira das arriscadas aventuras pelo espaço da cidade; mistura de menina e sobrevivente das ruas, tão forte quanto eles e ao mesmo tempo tão vulnerável aos sujeitos que os cercam. Também eles vivem a contradição entre reforçar o estigma que paira sobre a prostituição e as práticas homossexuais – reafirmação da identidade viril – e estar envolvido nelas como parte de seu cotidiano.

Situações de tensão entre meninas permanecem subjacentes a uma espécie de companheirismo, de vínculo efêmero construído a partir da circularidade na rua. Em geral, a maior parte das brigas tem como pano de fundo as intrigas sobre suas vidas sexuais e a oscilação de comportamento entre "meninas que vão com todos" e as que se "resguardam". Brigas entre meninas e meninos são também recorrentes. As relações de solidariedade são recorrentemente fragilizadas por interesses individuais, disputas por atenção de educadores, quebra de confiança, brigas pelo *crack*. Entre os garotos bem pequenos e as meninas se estabelecem relações de dominação. Em troca de proteção, esses meninos obedecem a ordens e concedem favores. Já entre garotos e garotas adolescentes não há liderança estabelecida.

O mundo amoroso e sexual é frágil e fragmentado. A referência a relações entre eles, ou entre eles e pessoas fora de seu circuito, são sempre baseadas nos elementos tradicionais que qualificam um namoro: expressões de afetividade, laços de fidelidade. No entanto, mesmo as projeções de afeto, de fidelidade, de uma idealização de relação amorosa tornam-se enfraquecidas pela efemeridade que permeia suas vidas. No que diz respeito às relações com alguém que não é da rua, a efemeridade é um obstáculo. Para assumir tal tipo de namoro, a menina ou o menino tende a abandonar o circuito das ruas. Entretanto, os possíveis entraves na relação são motivos para que voltem a elas. A fragilidade dos sentimentos e das relações se reforça.

Entre companheiros de rua, a efemeridade molda as próprias relações afetivas e sexuais. Tendo um estreito contato físico, dormindo juntos, protegendo-se, em suas aventuras lúdicas, meninos e meninas desenvolvem uma atividade sexual precoce. O despojamento com relação ao corpo, as trocas constantes de parceiros e parceiras e o desleixo no que se refere à proteção sexual deles/delas são características que constroem suas práticas e idealizações amorosas. De ambos os lados, a vinculação do parceiro ao circuito em que estão inseridos é pensada negativamente. O fato de meninos estarem nas ruas desqualifica seu potencial como parceiro afetivo e vice-versa. A idealização de amor e sexo fica projetada em outros sujeitos. Nesse sentido, o parceiro da rua não é ideal, ainda que essas práticas aconteçam entre eles.

No contexto da pesquisa, meninas lamentam a imaturidade de seus companheiros de rua. Segundo os educadores, muitas vezes as meninas procuravam se vincular a garotos mais velhos, namorando, ou os acompanhando, em busca de proteção que elas imaginam ser garantida. Algumas meninas gostam de ter sua imagem associada a meninos agressivos e violentos, em uma espécie de imposição de respeito. Mas mesmo essas relações de interdependência são frouxas; as meninas trocam o garoto de acordo com suas experiências circunstanciais, como, por exemplo, um momento de afetividade que surge quando dormem no mesmo mocó. A maior parte das meninas projeta idealizações amorosas em outros sujeitos que não os da rua, justificando que estes são "muito moleque".[33]

Para os meninos, as meninas da rua não são boas para namorar, porque, segundo eles, ficam com qualquer um. As constantes mudanças de parceiros, a facilidade do contato corporal, favorecido pela convivência diária intensa, e a agressividade da qual as meninas se revestem acabam sendo entendidas pelos meninos como vulgarização e desproteção do corpo feminino e, consequentemente, essas qualidades ferem a imagem da moça idealizada, fiel, estável, digna. Entretanto, os namoros freqüentes entre eles revelam a ambigüidade com a qual as meninas são encaradas. Apesar de ativarem um discurso idealizador e acusatório, os meninos não deixam de manter seus laços de afetividade e solidariedade com elas.

A gravidez , fruto da sexualidade precoce, da prostituição e também de estupros, reflete essa imbricação de universos contraditórios que formam o circuito itinerante das adolescentes. Quando grávidas, as meninas orgulham-se de ter filhos. Encantam-se com bebês que passeiam pelas ruas e adotam posturas maternais ao cuidar dos meninos menores. Entretanto, o papel de mãe não satisfaz as garotas que já se habituaram ao percurso urbano. Apesar da constante ajuda das entidades, muitas meninas passam os nove meses de gravidez na rua, pipando *crack,* roubando, dormindo com outras crianças e adolescentes, intercalando passagens por instituições.

As garotas oscilam entre apreciar a experiência da gravidez, e o abandono do papel de mãe para voltar ao circuito da rua. Os motivos para tal abandono são complexos. É necessário considerar a relação conflituosa com a casa de onde vieram, a falta de estrutura para ser "mãe", sobretudo no período delicado e confuso da adolescência. Há também a necessidade do *crack* e do mergulho na vivência fragmentada que o circuito da rua oferece, e que elas dificilmente esquecem. O papel materno, parte fundamental da educação dessas meninas em casa, entra em choque com o desejo de estar na rua.

33 FRANGELLA, S.M. "Capitães do Asfalto". Op. cit., p. 280.

À idealização de amor e fidelidade nas relações afetivas somam-se as contradições com o uso monetário do corpo. Programas e favores sexuais são freqüentes. O corpo torna-se facilmente um instrumento de negociação monetária quando a busca pelas pedras do *crack* torna-se difícil, ou quando a fome aperta. No entanto, a prostituição, considerada uma alternativa viável, não é um recurso automático. Embora a prostituição infantil seja significativa no contexto de algumas cidades brasileiras, como é o caso de Fortaleza, ou do Rio de Janeiro[34], onde as redes se sofisticam em virtude do turismo, esse não é um recurso utilizado pelos meninos e pelas meninas que perambulam pelas ruas de Campinas com a mesma intensidade que o roubo ou a mendicância. Parece ser mais circunstancial.

A prática da prostituição, embora seja um recurso facilmente disponível, não se torna meio de vida. Os "favores sexuais" não são regulares o suficiente para levar esses garotos e garotas à rede de prostituição mais sistematizada, a uma prática "profissional". Tornar-se uma prostituta implica em deixar a vida itinerante, irregular, pois pressupõe cuidados básicos de higiene e de beleza impossíveis de se fazer na rua. O uso de preservativos e os cuidados com a higiene pessoal não são práticas dessas crianças e adolescentes, o que leva a várias doenças venéreas, muitas vezes, tardiamente diagnosticadas. A sujeira de que seus corpos ficam revestidos e a insalubridade torna-os repulsivos para os clientes.

Apesar de praticada ocasionalmente, a prostituição é uma prática discriminada entre meninas e meninos. Elas e eles se relacionam com as prostitutas nas ruas, criando inclusive laços de solidariedade, mas não dispensam discursivamente a condenação do ato. Prostituir-se projeta a imagem de um corpo oferecido, sem resistências, passível do toque indiscriminado. Ao distinguir as meninas que se prostituem, meninos e personagens sociais ligados ao circuito das ruas aproximam-se delas de modo irreverente, com olhares cobiçosos, toque sensual e uma malícia que não estão presentes nas relações cotidianas entre meninos e meninas na rua, no dia-a-dia entre eles, em meio às conversas.

Se a prostituição feminina não é bem vista, a masculina menos ainda. Na pesquisa, apenas referências indiretas a ela foram feitas. Em vários contextos urbanos, meninos de rua costumam se deixar "apadrinhar" por homens mais velhos, negociando favores sexuais. Mas relatam que nada fazem, fogem antes "de acontecer". As relações sexuais, principalmente as homossexuais, tornam-se formas de negociação política (prestar serviços a policiais para se livrarem das prisões) ou

34 Fortaleza e Rio de Janeiro são duas cidades turísticas onde incidem índices alarmantes de prostituição infantil. Ver LEÃO, A.B. *Histórias sem fim(ns)*: o universo dos meninos na rua. Texto apresentado na XX Reunião da ABA, Salvador, 1996; e SILVA, H. e MILITO, C. *Vozes do meio fio*. Op.cit. No caso da cidade de Campinas o circuito da prostituição infantil tem uma projeção bem menor do que a considerada nas cidades turísticas.

comercial (para obter dinheiro).[35] Os meninos, nessa troca sexual, demarcam o papel de ativos. Assim, assumir a prostituição masculina é um ônus para a imagem viril dos meninos. Embora parte das práticas dos meninos, a prostituição masculina cria tensões no discurso de virilidade e nas classificações sobre *performances* sexuais.

As relações homossexuais entre esses jovens aparecem nesse contexto também de forma obscura. Muitos meninos se submetem a práticas sexuais quando um deles deve dinheiro ou drogas. Constitui-se nessa atividade uma forma de sobrepujação de um sobre o outro, de afirmação de superioridade, uma vez que, segundo os educadores, os garotos que se submetem são motivo de chacota. A prática homossexual assim se limita, ao menos em seus discursos, a negociações de sobrevivência. Tais afirmações acabam por reforçar o discurso da virilidade presente nas ruas, onde o comportamento homossexual masculino é tolerável na medida em que não indica um "comportamento" homossexual.[36] Quanto às meninas, algumas referem-se a práticas homossexuais, terem namoradas, mas suas atitudes e falas parecem confusas e ambíguas, dissolvidas nas posturas aparentemente neutras, em termos de gênero, na rua. Pela proximidade corporal freqüente, aparência ambivalente e negociações sexuais múltiplas, as meninas parecem tornar mais difusas e contraditórias as fronteiras de gênero constituídas no espaço urbano.

A presença dessas ambigüidades é resultante da dinâmica itinerante de seus corpos. Não há um código totalizador da experiência de viver nas ruas. Esta tem a propriedade de entremear códigos diferenciados e, na maioria das vezes, contraditórios. O resultado de tal dinâmica são concepções e vivências fragmentadas, disruptivas, muitas vezes incoerentes. Refletem, sobretudo, a presença de outros modelos, referências que resistem aos parâmetros da ordem social postulada desde a primeira educação; mas indicam igualmente o quanto estas referências são poderosas, influentes. No corpo social e no corpo físico manifestam-se as ambigüidades. O corpo, assim como as marcas de gênero que neles se inscrevem, são dotados de um caráter contingente; um corpo situacional, um "*locus* de possibilidades

35 Tal marcação, semelhantes à dos michês, coloca a necessidade de negar as práticas homossexuais no nível do discurso. Ao assumi-las, é necessário que se marque a relação de superioridade, pela afirmação de uma identidade heterossexual ativa. LECZNEISKI, L. *Pequenos homens grandes* – O cotidiano de guris de rua numa praça de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

36 Como diz Leczneiski, ao falar da relação passivo-ativo: "..estes aspectos demonstram a existência de uma identidade masculina forte que, em última instância, comprova que o "comportamento homossexual não é igual a identidade homossexual". HERDT, 1981:319 apud LECZNEISKI, L. Pequenos homens grandes. Op.cit.

interpretativas"[37], no qual as apreensões culturais vão se fazendo gradualmente, e sempre a partir das interações sociais que as tornam visíveis. A especificidade temporal e espacial do trajeto social desses meninos e meninas evidenciam um campo de potenciais re-significações de gênero. O corpo situacional, des-naturalizado, localizado e definido em um contexto social, possibilita formas particulares de vivência que propiciam sua potencialidade inventiva e reforçam o caráter de contingência.[38]

Despojamento, maleabilidade e ambigüidade

Oscilação entre o sujo e o limpo, despojamento sobre o próprio corpo, a relação com a doença, os usos "políticos" do corpo, manifestações de carinho, relações delineadas por gênero constituem algumas das marcas mais evidentes das práticas do cotidiano de meninos e meninas de rua. Essas práticas permitem pensar o corpo como uma realização simbólica e prática do universo que constroem. Nesse sentido, meninos e meninas partilham com outros habitantes de rua essa expressividade da itinerância. No corpo nômade, as múltiplas práticas e representações revelam um outro comportamento, que se cria à revelia das regras, burlando-as, e evidenciam o mergulho no universo da rua, na criação de uma outra sociabilidade que se faz ao revés – e de forma complementar – do modo de vida planejado para o cidadão urbano.

No entanto, há uma particularidade no universo dessas crianças e adolescentes. A especificidade está na faixa etária e, conseqüentemente, nas políticas sociais voltadas a elas. Meninos e meninas transitam mais intensamente por outros pontos em seu circuito, como a casa ou as instituições. Estando no limiar da marginalidade, não se ajustam aos mecanismos socializadores designados a delimitar o corpo e suas funções. Como conseqüência da resistência a tais ajustamentos, carregam as marcas da violência, da desconfiança, da vergonha. Por outro lado, tais marcas, somadas às práticas construídas na rua, delineiam uma expressão corporal particular, que projeta a potencialidade de re-significação que meninos e meninas possuem, tanto dos valores "importados" do universo familiar e institucional, como da movimentação da própria rua.

37 BUTLER, J. *Gender Trouble* – Feminism and the subversion of identity. New York/London, Routledge, 1990; Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*. *Yale French Studies*, n. 72, 1986.

38 Idem, ibdem.

A maleabilidade dos corpos, as táticas agressivas como meio de sobrevivência, a resistência ao poder que se projeta como legitimado constituem uma nova inscrição corporal, sujeita a reformulações constantes, com uma versatilidade que os auxilia em sua adaptação com o tipo de vida itinerante, ao mesmo tempo em que provoca muitas contradições e ambigüidades. As brincadeiras, o desafio no andar e no olhar, revelam o quanto se sentem à vontade com a rua, com sua pluralidade, com o imprevisível. Daí o prazer ao perceberem o quanto assustam o transeunte temeroso, aborrecem os policiais; daí também a busca pela aventura, a sensação de liberdade e de poder aparentes em seu deslocamento. É nesta movimentação ininterrupta entre a vulnerabilidade corporal e a habilidade com que lidam com ela que se cria essa "sociabilidade ambulante". Nela se instaura um diálogo produzido nas interfaces de processo de ordenação e submissão próprio do poder controlador do espaço urbano.

O corpo é o registro das condutas sociais, um instrumento revelador dos sistemas simbólicos, na visão de Mauss.[39] As aprendizagens das técnicas corporais se fazem pela tradição, pela educação, organizadas pela autoridade social. O corpo, portanto, é uma matriz de inteligibilidade[40] do comportamento social. Partilhando essa idéia, tomei-o como uma categoria que, do mesmo modo que o espaço urbano, desvela o caráter dinâmico, contingente e ambíguo da "sociabilidade itinerante". O corpo é o resultado de uma aprendizagem cultural, que não se pauta unicamente pelos valores concebidos pela tradição ou pela autoridade social. Sem a possibilidade de estarem inseridas em um universo consensual, visível em sua totalidade, as manifestações corporais aqui enunciadas são conseqüência dos diálogos construídos entre a tradição social[41] e seu contraponto, o mundo flexível, "perigoso", nublado, das ruas da cidade.

Resumo

Neste artigo proponho analisar marcas e representações corporais de meninos e meninas de rua, fragmentos etnográficos que, longe de totalizar seu universo

39 MAUSS, M. As técnicas corporais. *Sociologia e Antropologia,* v. II, São Paulo, Edusp, 1974.

40 BUTLER, J. Gender Trouble... Op. cit., p. 17.

41 Se for difícil pensar em uma tradição social única em meio à experiência urbana, consideremos algumas noções que ainda se pretendem hegemônicas nos segmentos sociais. As noções corporais são uma delas.

corporal, expressam no corpo a dinâmica itinerante, fracionada, múltipla, permeando a construção da sociabilidade dos sujeitos em questão. Pelas marcas e técnicas corporais e negociações de gênero, pude entrever um "saber de rua" calcado no deslocamento espacial contínuo, e em interações sociais construídas através do espaço urbano. Os embates entre valores normativos impostos a essas crianças e adolescentes e as práticas próprias da contingência da rua dotam seus códigos sociais de ambigüidades e contradições.

Palavras-chave: Meninos/Meninas de Rua, Corpo, Gênero, Espaço Urbano, Nomadismo.

Body and gnder fragments among street boys and girls

Abstract

In this article I investigate bodily marks and representations of boys and girls who live in the streets. The ethnographic fragments here analyzed express the itinerant, ruptured, multiple dynamics that permeate the constructions of the sociability of these children and adolescents. Through body techniques, marks and through gender negotiations, I could glimpse a "street knowledge" based on continuous spatial dislocation and on social interactions constructed in and by the urban space. The conflict between normative values and practices that are linked to the contingency of the streets endow the social codes of these boys and girls of ambiguities and contradictions.

Keywords: Street Boys/Girls, Body, Gender, Urban Space, Urban Nomadism.

Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932*

Teresa Cristina de N. Marques**

O problema: mulheres e o mundo público

Após três décadas de estudos, constatamos a existência de um conjunto rico de estudos sobre os diferentes aspectos da condição feminina na história do Brasil. Em sua fase inicial, os estudos de gênero se ocuparam em elevar o cotidiano e a vida privada à condição de objeto de estudo, considerando-os como parte integrante do sistema de poder reinante em uma sociedade.[1] O lugar da mulher no casamento, o exercício da maternidade, o uso do corpo feminino, eis alguns temas recorrentes em gênero, mas ainda não esgotados. Resulta dessa ordem de coisas que a produção histórica tem dedicado bastante atenção às possibilidades de atuação das mulheres na esfera privada, bem como em análises sobre o discurso social relativo aos papéis femininos.[2]

* Publicado originalmente na *Revista Gênero*, vol. 4, n. 2, 2004.

** Professora da Universidade de Brasília. Doutora em História pela mesma Universidade.

1 É um pressuposto corrente que a esfera do privado representa o campo de atuação dos indivíduos, o qual, para as mulheres, significa a circunscrição ao universo relacional da família e a exclusão dos espaços de socialização mais amplos, como o ambiente do trabalho, a ação política e a escola. Neste sentido, a idéia de que o privado também é público se sustenta em face do papel desempenhado pelo discurso normativo dominante na definição dos padrões de conduta do indivíduo do sexo feminino, mesmo na esfera privada.

2 Cf. SOIHET, 1997.

Entretanto, definir o campo de estudo como a esfera do mundo privado não deve representar uma camisa-de-força para a pesquisa histórica. Sem receio de mal colocar a luta das mulheres como coadjuvante nos grandes marcos da história política, geralmente guiados pelas transformações do papel do Estado, escolhemos a ação política coletiva das mulheres como objeto de estudo.[3]

Este ensaio pretende explorar o pensamento e a atuação de um conjunto selecionado de mulheres que assumiram bandeiras de intervenção no mundo público, buscando avançar para além da esfera privada. Ao pleitearem políticas públicas do Estado, ao defenderem direitos civis para as mulheres, as ativistas que estudamos pretenderam mudar o papel da mulher também na vida social, fora da esfera doméstica. E, a despeito do que possa sugerir a historiografia sobre os primórdios do feminismo, não houve uma linha contínua entre as mulheres que atuaram na cena pública nos meados do século XIX e as líderes sufragistas que obtiveram vitórias no campo dos direitos civis femininos nos anos 1930.

Em vez de continuidade e aprendizado cumulativo com formas mais eficientes de manifestação política, encontramos um mosaico de atitudes. Estaria aí o erro estratégico original das mulheres que pleitearam igualdade social? Com bandeiras díspares e desarticuladas entre si, essas poucas mulheres que emitiram mensagens para o conjunto de suas semelhantes descobriram, com elevados custos pessoais, o significado do voluntarismo político? Não cabe à história julgar escolhas, apenas inventariar as formas de manifestação política, seus sucessos e apontar suas falhas.

Na primeira seção, como pano de fundo, discutimos de que forma a idéia de educação feminina se difundiu como um valor social positivo na sociedade brasileira já nas primeiras décadas do século XIX. Na segunda seção, o ensaio se desenvolve em torno da trajetória de pares de mulheres contemporâneas, contrapondo-as em sua forma peculiar de buscar maior participação feminina no mundo dos homens. Assim, acompanha a evolução do discurso político em torno da questão da educação, desta vez, dando voz a Francisca Senhorinha e Josefina Álvarez de Azevedo: duas mulheres que assumiram a bandeira da educação feminina como fundamento da transformação do papel da mulher na sociedade. Com a mesma sistemática de trabalho, confrontamos mais dois exemplos de formas distintas de atuação política – a trajetória da professora Leolinda Daltro e de Bertha Lutz, duas mulheres con-

3 Como ressaltou Michelle Perrot (1995), a escrita da história convencional é organizada em torno dos grandes acontecimentos públicos, registrados em documentos produzidos pelo Estado ou para ele. Evidentemente, o relato histórico que resulta deste método exclui a presença de mulheres, uma vez que as mesmas estavam alijadas da participação política e não são mencionadas na documentação política. Segundo esta mesma autora, a história política também negligencia a ação que se passa no âmbito privado e no cotidiano da sociedade.

temporâneas, mas que percorreram caminhos diferentes em busca do mesmo ideal: ampliar os direitos civis femininos, alcançando, finalmente, o sonhado direito de votar.

Educadas e formosas

Na sociedade luso-brasileira, a relação de gênero foi marcada pela profunda diferença no tratamento entre os sexos, sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal. As representações sociais geradas em torno da figura feminina acompanharam as práticas do cotidiano das populações, reservando às mulheres toda sorte de atributos negativos.[4] O traço característico da misoginia no mundo português foi ressaltado por estudiosos do período de expansão e colonização além-mar – como Charles Boxer[5] e, mais recentemente, Ronaldo Vainfas (1997) – e constitui-se na marca cultural de mais longa permanência nas relações de gênero na nossa sociedade.

Já em finais dos séculos XVII e XVIII, começaram a surgir na Europa sinais de mudança dos papéis sociais atribuídos às mulheres.[6] Na esteira do processo civilizador que alterou os padrões de conduta de gênero, também as práticas relativas ao processo de educação das mulheres da nobreza na sociedade de corte absolutista foram alteradas de modo a permitir um desempenho apropriado destas mulheres nos espaços de socialização, especialmente, nos salões aristocráticos.

No Brasil, os ventos das mudanças nos padrões de comportamento vigentes no seio da elite européia só foram sentidos com a chegada da família real, em 1808. No ano seguinte à transferência da corte, encontram-se os primeiros registros do surgimento de colégios privados, que ofereciam educação às filhas da elite local (SILVA, 1998). Era um sinal de que os papéis atribuídos às mulheres no seio da

4 A título de exemplo, tomemos algumas manifestações culturais recorrentes no Brasil colonial, mencionadas por Ronaldo Vainfas (1997): as associações simbólicas entre a mulher e o demônio, entre a mulher e o desassossego e a tagarelice, por fim, o homem como vítima da mulher no casamento.

5 Boxer reuniu em seu livro, *A mulher na expansão marítima portuguesa*, um conjunto de aforismos populares no mundo português, profundamente misóginos. Dentre eles está: "*A mulher que mais sabe, sabe arrumar um baú de roupa branca",* uma definição precisa do lugar da mulher branca na família e sua exclusão completa do mundo das letras.

6 Entende-se por "processo civilizatório" a noção cunhada por Norbert Elias acerca do processo de domestificação e padronização dos costumes ocorridos, inicialmente, no seio da corte aristocrática francesa e que se irradiou para todo o restante das cortes européias, com reflexos sobre a constituição dos padrões de convivência vigentes na sociedade burguesa.

elite brasileira também estavam em mutação, pois a chegada da corte joanina deu ensejo à elaboração coletiva do *ethos* da sociedade de corte no Brasil.

Embora a elevação cultural das filhas da elite tenha sido um processo gradual de redefinição dos costumes e dos padrões de convívio na aristocracia, que atingiu o seu auge no segundo reinado, alguns exemplos podem ser arrolados para demonstrar o modo como a educação feminina penetrou como um valor positivo no imaginário da elite.

Tomemos o caso da baronesa de Alagoinhas como emblemático do "processo civilizatório" que também atingiu a elite brasileira a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Filha de José Lino Coutinho, um médico baiano educado em Coimbra que chegou a ser deputado do Brasil junto às cortes portuguesas em 1819, a baronesa – ou Cora Coutinho Sodré – recebeu uma educação primorosa, mais refinada, até mesmo, do que a usualmente oferecida às filhas da elite no seu tempo (COUTINHO, 1949).[7] Conhecemos a forma como Cora Sodré foi educada, especialmente os livros que lhe foram recomendados ler, porque seu pai, um liberal, dedicou-lhe 61 cartas desde a sua infância até às vésperas de seu casamento. Por intermédio das cartas que escrevia, por vezes endereçadas às amas e preceptoras da menina, José Lino pôde acompanhar a formação da filha com detalhes. Sabemos, assim, que, na adolescência, Cora foi iniciada na literatura portuguesa através da leitura dos *Lusíadas*, ao mesmo tempo em que recebeu uma formação básica de francês. O objetivo da introdução de noções de literatura, justificou o pai em uma das cartas, era o de permitir à filha escrever com elegância. Tanto apuro na formação intelectual, contudo, não representava um descuido da formação religiosa, pois José Lino cuidou sempre de recomendar às preceptoras que transmitissem à filha sentimentos cristãos e a preparassem para o exercício da maternidade.[8]

O conteúdo moral das cartas escritas pelo pai de Cora revela o universo de valores de uma parcela da elite brasileira que tomou contato com o pensamento ilustrado europeu e considerava o costume português de se manter as mulheres reclusas no *domus* e alheias ao mundo das letras uma mostra de atraso social. Para

7 Desconhecemos quantas edições recebeu este pequeno livro – que na primeira edição tomou o formato de livro de bolso, de fácil consulta – tampouco a forma pela qual foi recebido entre os leitores. A superficialidade da educação oferecida às moças foi severamente criticada pela educadora e adepta da filosofia de Comte, Nísia Floresta. A ênfase dos currículos das escolas femininas, até muito tarde no século XIX, recaiu sobre a feitura de trabalhos manuais, o ensino de noções de francês, rudimentos de música e declamação de poesia.

8 Falecida em abril de 1880, no seu engenho *Campinas*, freguesia de Iguape (BA), Cora foi sepultada onde já estava o marido: na capela do Convento de São Francisco de Paraguaçú. Por ocasião da sua morte, o *Diário da Bahia* publicou um obituário que se referia à Cora "*como mãe e como esposa* [que]*era um exemplo digno de imitação"*. [*Diário da Bahia*, 27/4/1880]. Quatro de seus filhos seguiram carreiras políticas de destaque no Império.

os nossos fins, o aspecto mais interessante do caso de Cora reside nos comentários tecidos pelo editor do livro, à guisa de introdução. Buscando justificar, de modo cauteloso, os propósitos do pai ao orientar a formação intelectual da filha, o editor afirmou que José Lino insistira em educar a filha daquela forma, não para fazer dela um intelectual, o que não convinha a moças, mas para que ela pudesse exercer com segurança o papel de mãe, dentro dos valores cristãos. Tantas ressalvas e justificativas revelam que a educação de dona Cora ainda não era o padrão adotado entre as famílias abastadas.[9]

Mesmo limitada em seu escopo, a educação feminina criou raízes na elite brasileira já em meados do século XIX,[10] embora circunscrevendo a mulher aos espaços de socialização consentidos – o lar e o salão. Se, no início do século XIX, a educação das filhas das famílias nobres era realizada em colégios particulares para aquelas que moravam na cidade, ou pela contratação de preceptores a fim de ensinar as moças que viviam nas fazendas, nas últimas décadas daquele século, o processo educacional incluiu temporadas na Europa. O mesmo processo de inserção cultural e de absorção dos códigos de conduta pelos quais os membros masculinos da elite se diferenciavam dos demais setores sociais e se reconheciam mutuamente passou a ser adotado pelas mulheres, embora elas não se dirigissem ao continente europeu para obter educação universitária.[11]

Para o conjunto mais amplo da sociedade, a difusão da concepção da educação feminina como um valor social foi um processo simultâneo ao surgimento dos setores médios. Podemos datar da década de 1840 o início das transformações na economia e na administração pública brasileiras, conforme o Estado ganhava organicidade e se fazia presente nas províncias mais distantes. Por conta disso, surgiu um contingente urbano, ocupado com funções na burocracia pública e privada, bem como no provimento de serviços, que também se interessava em educar suas filhas.[12] Uma vez consolidado como um grupo social definido no interior das cida-

9 Rachel Soihet (1997) oferece outros exemplos para a questão dos limites impostos à educação feminina pelos pensamentos científicos e religiosos dominantes no século XIX.

10 Maria Graham mencionou no seu livro ter encontrado na corte mulheres tão bem educadas como qualquer outra mulher membro das aristocracias européias mais prestigiosas de seu tempo.

11 Como foi o caso da baronesa de Bonfim e de sua filha Jerônima Mesquita, presenças importantes no feminismo dos anos 1920 e 1930. Especialmente, Jerônima Mesquita ocupará a nossa atenção mais adiante. Outros exemplos de mulheres com livre trânsito nos dois mundos foram a poderosa cafeicultora Eufrásia Teixeira Leite e a condessa de Barral. Esta última foi preceptora da princesa Isabel e da irmã dela. Ainda sobre o papel da temporada na Europa como um rito de passagem impregnado no imaginário da elite e, posteriormente, no dos setores médios, é possível que a introdução das linhas regulares de navios a vapor, mais confortáveis e mais rápidos, tenha contribuído para a difusão deste costume entre nós.

12 As transformações havidas na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX são discutidas por

des, decorreu a elaboração de um *ethos* próprio, assim como a emanação de discursos simbólicos peculiares. No entanto, os setores médios brasileiros que emergiram naquele tempo não trouxeram inovações às relações de gênero. Bem ao contrário, espelhavam-se nas práticas culturais da nobreza brasileira, como os livros de Machado de Assis são pródigos em ilustrar. Desse modo, também a pequena burguesia emergente buscou educar suas filhas para que elas pudessem demonstrar, no espaço apropriado do salão, o domínio da etiqueta do convívio social.

Educadas e atuantes

Ainda motivada pela bandeira da educação, encontraremos na pessoa da educadora Francisca Senhorinha uma trajetória mais rica de detalhes de uma concepção de educação mais ambiciosa do que o domínio da etiqueta dos salões, a maestria em um instrumento musical, o consumo de literatura açucarada. Em setembro de 1873, na cidade de Campanha de Princesa (MG), Senhorinha editou, pela primeira vez, o jornal literário chamado *O Sexo Feminino*.[13] As propostas principais contidas nas primeiras edições do jornal eram as de difundir o acesso à educação pelas mulheres e de servir de veículo para a instrução e ilustração feminina. Embora rejeitasse qualquer forma de posicionamento político declarado, Senhorinha recebeu o incentivo de ativistas republicanos da corte, na forma de uma carta em que os redatores do jornal *República* saudaram o aparecimento do jornal. Contudo, temas políticos estavam banidos de *O Sexo Feminino*, pois sua editora demonstrava ceticismo quanto aos eventuais efeitos positivos da mudança do regime sobre a condição feminina. Poderíamos especular se o exercício do magistério público teria cerceado a liberdade de Senhorinha de se manifestar sobre temas políticos mais amplos, ou, em vez disso, podemos pensar que ela se recusava a tratar destes temas simplesmente porque não os considerava pertinentes para seus propósitos. O fato é que dona Senhorinha mudou-se para o Rio de Janeiro no segundo semestre de 1874, fundou um colégio na rua do Lavradio e continuou a editar um jornal literário feminino até meados dos anos 1890, mantendo a defesa da elevação cultural da mulher e a cautela no trato do mundo da política.[14]

Emília Viotti da Costa (1977).

13 VALADÃO, A. *A campanha e a imprensa defensora dos direitos da mulher.* [S.l. : s.n.], 1941.

14 A partir da edição de 15 de dezembro de 1889, já no Rio de Janeiro, Senhorinha alterou o nome do

Embora recusasse uma aproximação com o movimento republicano, Senhorinha estava envolta no ambiente intelectual que marcou a campanha republicana e a difusão do positivismo no Brasil. Justamente, o apelo da educadora em prol da educação da mulher encontrava eco no pensamento, tanto dos positivistas moderados, quanto dos positivistas do Apostolado.[15] O fundamento filosófico que amparava a educação feminina como um valor social estava contido no próprio pensamento de Comte,[16] que foi difundido por seus seguidores no Brasil. Se a introdução do positivismo entre nós deu-se em meados da década de 1850, ainda na forma de trabalhos acadêmicos, para a geração que viveu o calor da campanha abolicionista e republicana nos anos 1870, as idéias de Comte eram lugares-comuns entre todos os que pretendiam estar atualizados com as novidades intelectuais. Assim, de forma sutil, sem suscitar fanatismo na maior parte dos simpatizantes, o positivismo deixou a sua marca em, pelo menos, duas gerações de homens públicos no Brasil, de Benjamin Constant a Getúlio Vargas. Poucas vozes ousaram propor projetos dissonantes ao positivismo, como foi o caso de Tobias Barreto Mendes que, em 1879, apresentou no Legislativo de Pernambuco um projeto propugnando a educação conjunta e nas mesmas bases, de homens e mulheres (BRESSE, 1996, p. 112). De resto, os positivistas defendiam a elevação cultural da mulher como forma de se garantir a inteireza moral dos filhos, sem, contudo, admitir a participação da mulher no mundo público.[17] A mulher deveria permanecer, assim, educada minimamente, mas circunscrita ao lar.

De fato, o positivismo foi a primeira ideologia de ampla difusão cultural que concebeu um papel afirmativo para a mulher na sociedade. O ranço misógi-

---

seu jornal para *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, marcando uma mudança expressiva no tom da mensagem que passou a incluir a defesa do voto feminino.

15 Segundo Alfredo Valadão (1941), a defesa de um novo papel para a mulher esteve presente no trabalho daqueles que cuidaram por difundir o positivismo, a exemplo dos cursos livres ministrados ao público feminino em 1873 na "Escola do Povo", mantida por ativistas republicanos no Rio,ou no Manifesto Republicano de 1870, onde a pauta da educação feminina fora inserida. Por sua vez, Ivan Lins (1967) baseou-se em um relato de João do Rio para demonstrar a importância da figura feminina no culto do Apostolado positivista. Assim escreveu João do Rio após visitar um culto ministrado por Teixeira Mendes: "As mulheres devem amar o positivismo. Comte dignificou-as. A mulher é a força moderadora, o sentimento puro do amor que faz a sociabilidade, é a sacerdotisa espontânea da Humanidade que modifica pela afeição o orgulho vão e o reino da força: a mulher é a humildade, o foco do culto no lar, é Beatriz, Clotilde (...)"(LINS, 1967, p. 447).

16 "A mulher e o sacerdote constituem, de fato, os dois elementos essenciais do verdadeiro poder moderador, ao mesmo tempo doméstico e cívico. Organizando esta santa coligação social, cada elemento procede aqui de acordo com sua genuína natureza: o coração propõe as questões que o espírito resolve. Assim, a própria composição deste catecismo logo indica a principal concepção do positivismo: o homem pensando sob a inspiração da mulher, para fazer sempre concorrer a síntese com a simpatia, a fim de regularizar a sinergia" (COMTE, 1973, p. 112).

17 Para os mais ortodoxos não era difícil encontrar nos escritos de Comte um posicionamento francamente desfavorável ao sufrágio feminino. Para Comte, o exercício do voto exporia as mulheres – consideradas como a reserva moral da nação – ao mundo espúrio da política (COMTE, 1973, p. 112).

no da sociedade luso-brasileira e, junto com ele, o costume de se excluir as mulheres das letras foi, a partir da difusão do positivismo, definitivamente lançado no rol das heranças indesejáveis e incompatíveis com o projeto de se inserir o país no seio das nações civilizadas do Ocidente. Para a geração republicana, os signos da modernidade desejada passaram a ser a educação feminina, o embranquecimento da população e a industrialização, mas voltemos ao diálogo entre o contexto social e intelectual e a atuação de alguns indivíduos exemplares.

Atuando no mesmo ambiente cultural e no mesmo campo político que dona Senhorinha estava Josefina Álvares de Azevedo. Josefina fundou no Rio de Janeiro, na década de 1880, o jornal *A Família*. Sabemos pouco sobre a sua trajetória pessoal, mas a riqueza do texto contido no jornal que editava nos permite identificar ali uma linguagem política peculiar. Para tanto, passemos ao contraste das posições de *A Família* e *O 15 de Novembro do Sexo Feminino* no período compreendido entre dezembro de 1889 e agosto de 1890, quando o jogo político de reordenação institucional do país foi jogado.

Selecionamos três temas que definem o posicionamento político e ideológico das duas editoras: educação feminina, casamento, sufrágio feminino. Ambas defendem o mesmo posicionamento com ênfases diferenciadas. Além disso, atentemos, também, para a questão da linguagem empregada, tomando-a como um indício de diferenças no ambiente intelectual presente na formação de ambas as escritoras.

Com relação ao primeiro dos temas, o divórcio, apenas Josefina Álvares defende a sua legalização. Já quanto à questão da educação, ambas concordavam com a afirmação de que o acesso a bens culturais era um requisito indispensável à emancipação feminina. Do ponto de vista da linguagem empregada, nos seus editoriais, Josefina abordava qualquer tema, com frases curtas e claras e não costumava invocar exemplos de nações consideradas civilizadas na época, como modelos a serem seguidos no Brasil. Dona Senhorinha, por sua vez, empregava o recurso retórico, familiar na linguagem bacharelesca do século XIX, de construir o texto jornalístico fazendo menção, a todo instante, a autores estrangeiros e a movimentos sociais ocorridos na Europa ou nos Estados Unidos. No exemplo seguinte, identificamos uma marca da mensagem subliminar empregada em muitos editoriais redigidos por Senhorinha: o tom ameno da linguagem utilizada:[18]

18 *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 6 abr. 1890.

> A emancipação da mulher pelo estudo é o facho luminoso quando pode dissipar-lhe as trevas pela verdade em que deve viver e levá-la ao tempo augusto da ciência de bem viver na sociedade civilizadora.
> A elevação moral, que é a ciência que melhor pode fazer-lhe conhecer seus direitos e seus deveres, guiar-lhe-á o coração para o paraíso do bem e da felicidade doméstica, social e humanitária.
> O consórcio das belas artes com a literatura, que é a estrela do belo céu de sua alma, torná-la-á digna companheira do homem nos certames da civilização, tornando-a digna companheira nos trabalhos da vida privada ou da família.
>
> Em resumo, desejamos que a mulher tenha plena consciência do que vale e do que pode valer pela sua plástica, tanto como pela sua beleza moral e esplendor de seu gênio. Desejamos que os senhores do sexo forte saibam que nos podem mandar, em suas leis, subir ao cadafalso, mesmo pelas idéias políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas Rolan, Charlotte Corday e tantas outras, também nos devem a justiça da igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e o de sermos votadas.

No trecho que selecionamos a seguir, Senhorinha solicita contribuições das leitoras para a manutenção de uma escola doméstica destinada a meninas pobres – a caridade como dever cristão –, e demonstra o desejo de fazer o Brasil ingressar no rol das nações civilizadas, minorando as mazelas do país por meio de ações individuais:[19]

> No intuito de vivermos nos Estados Unidos do Brasil, equiparados aos seus irmãos, Estados Unidos do Norte, fazemos apelo às Ex.mas. Senhoras, pedindo-lhes que nos auxiliem tanto com o seu nobre e poderoso concurso intelectual, como com seu pequeno e caridoso óbulo, a fim de que possamos em breve ver instaladas as aulas necessárias aos estudos profissionais para as nossas meninas.[20]

Em contraste ao argumento de dona Senhorinha, vejamos um trecho de Josefina Álvares em que a educação feminina se soma à conquista dos direitos políticos:

19 *A Família*, n. 42, 21 dez. 1889.

20 *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 15 nov. 1889.

> A primeira condição essencial da emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham com o da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhes parece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher.
> E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída e, por conseguinte, tornada inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade. Repito: – A emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução. Mulher instruída é mulher emancipada. Instruída, porém conservá-la atada a todas as penas da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais.

Se é verdade que nenhuma delas menciona o Estado como o agente responsável pela oferta de educação à população feminina, também é verdade que a educação pública universal ainda não era cogitada pelos meios intelectuais do país. Mas o contraste entre as propostas salta aos olhos: para Senhorinha, a educação constitui um fim a ser atingido pelas mulheres, ao passo que, para Josefina, a educação nada mais representa do que um instrumento para a conquista de outros direitos.

Passemos à questão da conquista dos direitos políticos, levando em consideração os movimentos realizados pelo Governo Provisório com relação à nova ordem institucional. Os editoriais de Josefina Álvares indicam que a autora participou da articulação mais ampla que levou à derrocada do regime monárquico, já considerando a possibilidade de ver alterada a situação do estatuto feminino no novo regime. Em julho de 1889, *A Família* teceu o seguinte comentário sobre as expectativas alimentadas por uma parcela dos grupos republicanos:[21]

> O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que há muito ressente se não o nosso, como muitos outros países. Alguma nação deverá ser a primeira a iniciar-se nesse grande melhoramento, por que não será o Brasil? O Dr. Lopes Trovão propõe-se a pugnar pelo direito eleitoral da mulher. É seu programa combater para que possamos ter parte direta nos destinos do país. Por que não envidarmos todos os esforços para que possa esse cavalheiro realizar uma tão justa quão útil aspiração de dar-nos o verdadeiro lugar que nos cabe na sociedade?

21 *A Família*, n. 29, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1889. A menção ao grupo de Lopes Trovão foi recorrente nas demais edições do jornal que analisamos.

A menção a Lopes Trovão, um político de grande apelo popular na cidade do Rio de Janeiro, ativo participante das campanhas abolicionistas e republicanas, indica o alinhamento de Josefina Álvares com uma das formas de participação política mais contundentes dentre aquelas praticadas no campo político carioca.[22]

Alguns meses depois, em novembro, Josefina noticiou que cinco mulheres em Goiás haviam requerido alistamento eleitoral naquele Estado e arrematou: "em princípio, nada se conseguirá. Mas com resolução e constância chegaremos a obter tudo o que a sociedade nos deve e a lei não consente."[23] Na edição seguinte, *A Família* apresentava um editorial que reforçava a posição crítica de sua editora e, talvez, das virtuais leitoras do periódico, em face ao regime político recém-inaugurado:[24]

> O país, vai, sob a nova fase de existência inaugurada a 15 do corrente, consultar os espíritos emancipadores sobre as leis sociais que hão de preparar o advento de todas as grandezas pátrias.
> É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito, em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria.
> A liberdade e a igualdade são sempre uma.
> À mulher, como ao homem, deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria. Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições.
> Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.

Para os integrantes do Governo Provisório, porém, a questão do voto passava pelo controle restrito sobre o processo eleitoral. As iniciativas tomadas neste campo revelam quão importante a questão se afigurava para a consolidação da República e o afastamento do perigo do retrocesso monarquista. Consta da ata

22 "Abolicionistas e republicanos, pela primeira vez, dirigiam-se ao povo nas praças públicas. Os comícios promovidos em 1889 por Lopes Trovão no Rio de Janeiro em favor do Partido Republicano, reuniram grande massa de populares que reivindicavam melhoramentos urbanos" (COSTA, 1977, p. 198).

23 *A Família*, n. 39, 23 nov. 1889.

24 *A Família*, n. 40, 30 nov. 1889.

da sessão do gabinete, datada de 14 de janeiro de 1890, o pronunciamento do poderoso líder republicano paulista, Campos Sales, quanto a um projeto eleitoral do ministro do Interior Aristides Lobo, que previa critérios mais democráticos de alistamento eleitoral.[25] O texto da ata foi assim redigido:

> Campos Sales: (...) Pelo processo oferecido pelo seu colega do Interior, crie-se uma comissão central com agentes nos diferentes Estados que procedam ao alistamento. Pensa que esse processo poderia ser substituído por um outro mais expedito e econômico. A princípio, pensou que seria conveniente que os chefes dos partidos fizessem o alistamento, mais tarde, refletindo melhor, compreendeu os inconvenientes que poderiam resultar desta medida.
>
> Muitos dos homens dos ex-partidos constituídos têm aderido, entretanto, é de crer que essa adesão seja com relação a alguns aparente, e que, na realidade, não possam merecer confiança, porquanto eles tratam de aprestar suas forças para o combate. É esse elemento suspeito com quem não devemos contar, tanto mais quando provas evidentes já se vão apresentando de tratarem esses chefes de arregimentar forças sob os seus caudilhos, a fim de hostilizarem o governo. *É mister, pois, que o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições* (ABRANCHES, 1907)

A despeito da posição contrária de Campos Sales, o projeto de Aristides Lobo foi aprovado pelos demais membros do Governo Provisório, presentes à reunião. A fala de Campos Sales revela, contudo, o espírito que presidiu as ações do governo no campo político entre o momento da convocação da eleição constituinte, sua realização e os trabalhos de elaboração da nova Carta.

No início de fevereiro de 1890, quando a sociedade se movimentava em favor da convocação de eleições para a instalação de uma assembléia constituinte, o Ministério do Interior, agora sob o controle de Cesário Alvim, editou um decreto que definiu a qualificação do eleitorado e os procedimentos administrativos para promover o alistamento eleitoral.[26] Este decreto mencionava que

25 Republicano histórico, jacobino, egresso do meio político do Distrito Federal.

26 Lembrou Jorge Fernandes (1997) que um decreto de 21 de dezembro de 1889 já previra a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte. Por sua vez, o decreto do alistamento foi o 200A, de 8 de fevereiro de 1890, assinado pelo inimigo político de Aristides Lobo, o mineiro Cesário Alvim. O chamado Regulamento Alvim, de fevereiro, foi reeditado com alterações que não comprometem a nossa linha de análise, a 23 de julho de 1890. [Decreto n. 511].

seriam eleitores todos os brasileiros natos, no gozo dos seus direitos civis e políticos e alfabetizados, sem excluir, explicitamente, as mulheres como eleitoras, coisa, aliás, que nem mesmo a Lei Saraiva de 1881 o havia feito. O ponto nodal do processo de alistamento eleitoral e o conseqüente controle sobre o universo dos eleitores residiam na forma como estava prevista a organização das comissões distritais, que detinham a capacidade de negar alistamento a eleitores não qualificados. As eventuais dúvidas das comissões deveriam ser encaminhadas ao ministro do Interior para avaliação.

Assim sendo, uma gaúcha de São José do Norte, chamada Isabel de Souza Mattos, teve a sua solicitação de alistamento eleitoral, no distrito do Engenho Velho, indeferida pelo ministro Cesário Alvim, gerando uma "jurisprudência" sobre solicitações de alistamento por mulheres. Nem mesmo sua qualificação como detentora de diploma de curso superior – Isabel era dentista – tampouco a alegação de ser eleitora qualificada pela legislação de 1881 foram suficientes para convencer Cesário Alvim sobre o cabimento da petição de Isabel de Mattos (BRASIL, 1892). A recusa do ministro, publicada com data de 9 de abril de 1890, recebera, dias antes, um comentário ácido e preciso de Josefina Álvares:[27]

> O direito de voto
> A velha questão já vencida do direito do voto às pessoas do meu sexo, teve, ao que me consta, uma solução provisória pelo governo, a mais incompatível com o regime de igualdade, como é o republicano que agora possuímos.
> O governo, resolvendo a questão apresentada, "não considera nem oportuna, nem convincente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral".
>
> A solução supra pode ser considerada como não tendo razão de ser uma vez que se nos admitindo a votar, em virtude da lei vigente, nada se inova, nem se concede fora da lei. A grande questão está em saber se a mulher está ou não na letra da lei para ser admitida à qualificação, e ninguém poderá negar que a respeito não há nem uma só disposição que a impeça de poder obter o título de eleitora.
> Ora, não há dúvida alguma em que pela lei vigente, toda aquela que souber ler e escrever é admitida a votar, consagrando o direito em tal caso como

27 *A Família*, n. 54, 3 abr. 1890.

> condição indispensável a qualquer pessoa para o exercício dessa faculdade, a condição de poder exercer coincidentemente o privilégio eleitoral.

Ainda no mês de abril de 1890, Josefina Álvares promoveu a encenação da peça teatral que escrevera, chamada *O voto feminino*. Levada ao palco uma única noite, no teatro Recreio Dramático, a peça de Josefina foi publicada em *A Família* no formato de folhetim nos meses seguintes. Certamente frustrada nas suas iniciativas para ampliar o alcance da proposta de sufrágio feminino, Josefina continuou abordando o assunto ao longo do ano. Na edição de 28 de agosto, por exemplo, às vésperas da eleição para deputados constituintes, que se deu a 15 de setembro, *A Família* deu amplo destaque ao lançamento da candidatura a parlamentar constituinte da baiana Isabel Dillon.[28]

Voltando ao jornal de dona Senhorinha, a edição de abril invoca o exemplo das precursoras Rolan e Charlotte Corday que deram a vida pela igualdade de direitos, especialmente o de votarem e de serem votadas.[29] Nenhum comentário sobre os atos do governo provisório, tampouco sobre a conjuntura política do momento, embora a defesa doutrinária do sufrágio feminino tenha permanecido em pauta. Ao final de setembro, quando as eleições já haviam decorrido conforme os planos do Governo Provisório, que obteve maioria na Assembléia Constituinte, Senhorinha publicou um editorial chamando a atenção dos parlamentares para a necessidade de fazer justiça ao pleito das mulheres, quando elaborassem o texto final da Constituição. Assim se expressou Senhorinha:[30]

> [...] Sabemos que o direito de voto dado ao homem é fundado somente: 1) sobre a maioridade; 2) a personalidade; e 3) sobre a fortuna, isto é, este em alguns lugares. Ora, se a mulher possui ou pode possuir todos estes predicados, com que fundamento poderão excluir do direito de votar e de ser votada a mulher.
>
> Não é visível que semelhante exclusão outra coisa não atesta mais do que uma injustiça, um desacordo ou incoerência da parte dos senhores do sexo forte.
>
> Não negam que as mulheres possam reger habilmente uma casa comercial,

28 *A Família*, n. 73, 28 ago. 1890.

29 *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 6 abr. 1890.

30 *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 30 set. 1890.

> que possam associar-se às grandes empresas, sejam notáveis em ilustração, as que a esse trabalho se apliquem, como pois negarem-lhe o direito de como qualquer medíocre cidadão ser elegível no seu país?
> O que sabemos, senhores, é que é em falta de princípios mais sólidos que nossos adversários dizem que a nós, mulheres, se for concedido o direito de votar, não seremos senão meros instrumentos do sexo forte.
> Seja, embora, mas para ser assim será preciso a força da convicção, ou o emprego da violência. Para qualquer destes males temos dois agentes seguros, contra a violência: a lei; contra a cegueira dos espíritos incultos: a instrução.

Inaugurados os trabalhos da Assembléia Constituinte, não obstante os esforços do médico baiano César Zama e do também médico Lopes Trovão, os quais apresentaram, cada um, projetos que visavam explicitar no texto da nova Carta o direito de voto às mulheres, a questão do sufrágio feminino permaneceu no terreno das ambigüidades do texto constitucional que os tribunais superiores da Primeira República trataram de interpretar contrariamente aos interesses de duas gerações de mulheres.

O sufragismo organizado

Excluíram-se as mulheres instruídas da cidadania plena sob a justificativa de que elas não estavam preparadas para o mundo espúrio da política. Preconceito, por certo, mas temor, também, de que o ingresso de mais um elemento no universo dos eleitores acrescentaria uma incógnita à equação política. Nos anos seguintes, na medida em que mais e mais mulheres se instruíam, atraídas pela perspectiva profissional aberta nos dois campos de atuação socialmente consentido para a maioria das mulheres – o magistério primário e a enfermagem, ofícios compatíveis com a "natureza" feminina –, a defesa da cidadania parcial a esta parcela da população exigiu mais e mais exercícios de retórica. Ao fim, no plano dos tribunais, todas as iniciativas de alistamento eleitoral de mulheres acabaram por ser abortadas, ao passo que, no Congresso, a questão se arrastou por longos anos em projetos que não suscitaram tanta polêmica, como o do se-

nador Justo Chermont, apresentado em 1919, mas nem por isso tramitaram em direção a um final que atendesse aos interesses do movimento feminista.

O jurista Assis Brasil, que fora deputado constituinte em 1890, escreveu, em 1893, que o país vivia sob o regime do sufrágio universal, com as exceções previstas no texto constitucional (militares, religiosos), contudo, o exercício do direito de voto era restrito, com justiça, a seu ver. Este autor esforçou-se para diferenciar sufrágio de exercício do direito de voto. Jogos de palavras à parte, Assis Brasil, um positivista convicto, assim se pronunciou no Congresso, em 1893 (BRASIL, 1931, p. 53):

> Quanto ao sufrágio feminino: o voto não existe para as mulheres no Brasil. E o que faz com que ele não exista para elas não é o sexo, é a incapacidade, que ainda por ventura se considera extensiva a todas, ou a um número tão grande delas que se confunde naturalmente com a totalidade. Também essa incapacidade não está tanto na falta de cultura intelectual como na índole da educação em vigor.
> Em conclusão, no Brasil, onde a mulher ainda não tem competência para imiscuir-se em eleições, o sufrágio deve ser realmente universal, mas... só para os homens.

Reconheceu Assis Brasil que, com o tempo, chegaria o momento em que a educação feminina se difundiria de tal forma que a exclusão das mulheres do exercício do voto não mais se justificaria. Quando chegaria esse momento? A verdade é que, membro da comissão de juristas que elaborou o Código Eleitoral de maio de 1932, J.F. Assis Brasil tentou barrar a proposta de Bertha Lutz de se incluir no texto legal um artigo prevendo o voto feminino, convencido de que o tal momento não havia chegado.

Contudo, a perspectiva correta da negativa do direito de voto para as mulheres em 1891 requer um distanciamento do enfoque pelo viés feminino e a adoção de uma perspectiva que inclua os demais setores da sociedade que também foram excluídos da cidadania plena. De fato, os setores políticos mais sensíveis à estreiteza da cidadania vigente no país posicionaram-se contrariamente à exclusão das mulheres, bem como dos trabalhadores urbanos informais e dos trabalhadores agrícolas, do universo dos eleitores. Na sessão de 23 de julho de 1917, o deputado socialista Maurício de Lacerda apresentou um projeto

de reforma da legislação de alistamento eleitoral que contemplava a população feminina, sem distinção de escolaridade e, ao mesmo tempo, abolia o artifício da prova de renda derivada do emprego fixo. Para se alistar, bastava ao trabalhador anexar uma declaração redigida pelo patrão ou por professores (BRASIL, 1918, p. 481). O assunto chegou ao exame do Senado em dezembro daquele ano, sem que o projeto de Maurício de Lacerda tivesse sido acolhido (BRASIL, 1918).

Estava, assim, definido o alcance da cidadania na Primeira República: excluíram-se as mulheres, analfabetos, militares de patente inferior, negros, trabalhadores agrícolas e índios. Mais articuladas e cada vez mais instruídas, as mulheres foram capazes de se aglutinar em grupos de pressão em defesa dos seus interesses. O que dizer, porém, dos trabalhadores urbanos informais, leia-se, os negros, excluídos do mercado de trabalho formal? Nem mesmo a inclusão parcial na cidadania por meio do acesso à educação lhes foi permitida. Se, para as mulheres, a questão da educação fora, há tempos, colocada na agenda das reformas sociais, para a população negra, desconhece-se um educador contemporâneo que tivesse colocado o seu prestígio a prêmio, saindo em defesa da educação dos ex-escravos e seus descendentes.

Para a geração que amadureceu nos anos 1890, restou a frustração política com os rumos assumidos pelo regime republicano. Eleições viciadas, o drama de Canudos, a inflação e a insensibilidade dos poderes públicos para com a questão social – agudamente demonstrada no episódio do bota-abaixo as habitações populares, para dar lugar à avenida Central – todos estes foram elementos que alimentaram o desconforto com a situação política do país. Decorreu desse estado de coisas uma certa apatia nas vozes femininas, mesmo dentre aquelas que se julgavam aptas a pleitear a cidadania plena. Para a virada do século, não mais se encontram jornais escritos por mulheres com a mesma intensidade, nem com a mesma agudeza de argumentos, comparados com os periódicos das décadas de 1870 e 1880.

Em 1896, porém, uma professora primária baiana, chamada Leolinda Daltro, tomou para si a luta dos índios por condições dignas de vida. Pouco sabemos sobre a vida pessoal de Leolinda, exceto que, a esta época, tinha cinco filhos de idades desconhecidas e vivia no Distrito Federal, onde sobrevivia do seu ofício como professora. Não há notícias sobre o seu marido.

Em julho daquele ano, um pequeno grupo de índios da tribo Xerente, de Goiás, chegou à capital da República com o propósito de se fazer ouvir pelo presidente. Segundo o historiador José Gagliardi (1989, p. 108):

> O objetivo da missão era conseguir roupas, armas, ferramentas e a atenção do governo para a obra de civilização que o cacique Sapé, embora sem nenhuma orientação, vinha desenvolvendo naquela região.

Foram lançados em um distrito policial e deixados desassistidos. Com parte da imprensa carioca a seu favor, o grupo Xerente conseguiu ser recebido pelo presidente da República que lhe acenou com vagas promessas de estudar as solicitações que lhe foram feitas. Consternada, Leolinda envolveu-se pessoalmente com a questão dos índios Xerente e se ofereceu para viajar até à aldeia em Goiás para alfabetizar a tribo.

Teve início uma longa peripécia pessoal de Leolinda que a levou a percorrer, por cinco anos, o interior do Brasil. Testemunha ocular da situação de vida precária das populações indígenas que visitou ao longo de sua expedição educadora, Leolinda retornou ao Rio de Janeiro para tentar sensibilizar a sociedade para a necessidade de se criar um serviço sistemático, abrangente e laico de proteção e assistência aos indígenas em plano nacional.

Ao retornar à capital federal, procurou o IHGB propondo a criação de uma associação civil de amparo aos indígenas. No dia 26 de setembro de 1902, o assunto foi levado à pauta de reunião dos sócios do Instituto. Impedida de participar, pessoalmente, da reunião sob a alegação de que era mulher, Leolinda viveu, por certo não a primeira, mas uma marcante demonstração de que os limites para a participação feminina em assuntos de domínio público estavam colocados rigidamente. Em face da recusa dos membros do IHGB em acolher a proposta da professora Daltro, restou-lhe fazer constar da ata um voto de protesto veemente contra "a flagrante tentativa de desviar a reunião do seu tema central, que era a criação de uma associação para proteger os indígenas" (GAGLIARDI, 1989, p. 112).

Está claro que o estilo de ação política de Leolinda Daltro era peculiar. Invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente às críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças. Sob esse espírito de confrontação, Leolinda levou consigo um grupo de sete índios para assistir ao Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1906. No mês seguinte, Leolinda começou a orientar a preparação de uma expedição que deveria percorrer uma área de conflito aberto entre populações indígenas e os construtores de uma estrada de ferro em Bauru (SP). A iniciativa de se promover a expedição coube à União Cívica Brasileira.

Ainda em setembro, tiveram início os procedimentos administrativos para a criação de uma Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, sob a liderança de Leolinda. Paralelamente, um grupo de positivistas assumiu o controle da questão indígena e deu os primeiros passos para a criação de um serviço de proteção à população nativa, no âmbito do governo federal.[31]

Não obstante ver algumas de suas propostas, principalmente a da educação leiga e assistência e proteção física à população indígena, incorporadas a iniciativas oficiais, Leolinda continuou como uma ativa articuladora do movimento de defesa dos índios brasileiros, no seio da sociedade civil. Em 1910, participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, como integrante da Comissão de Etnografia. Lá chegando, Leolinda foi informada pelo presidente da comissão de que o relatório final da comissão já estava pronto e que não caberia a ela se manifestar. Em resposta, Leolinda redigiu uma memória que fez chegar às mãos dos demais participantes do congresso e apresentou uma moção que propunha que o congresso recomendasse ao poder público a exclusividade do ensino leigo a ser ministrado aos indígenas. Para surpresa dos congressistas ligados à Igreja, a proposta de Leolinda foi aceita. Não satisfeita em subverter a ordem dos trabalhos do congresso, Leolinda fez-se acompanhar por um grupo de índios na sessão de encerramento do encontro, no Palácio Monroe.

Ainda em 1910, no mês de novembro, Leolinda liderou a criação do primeiro, e único, partido político feminino no Brasil – o Partido Republicano Feminino – cujos registros oficiais encontram-se depositados no Arquivo Nacional. Para presidir o partido, Leolinda contou com o prestígio social de sua amiga pessoal, Orsina da Fonseca, a primeira mulher de Hermes da Fonseca. O partido, contudo, abrigava um amplo leque de mulheres insatisfeitas com a sua exclusão política, como a poetisa Gilka Machado.[32]

A movimentação do grupo do Partido Republicano Feminino só pode ser reconstituída através do eco de suas ações junto à imprensa, especialmente às manifestações de repúdio às iniciativas de Leolinda e suas colaboradoras. No segundo semestre de 1918, por exemplo, uma polêmica movimentou o meio político carioca: uma moça baiana, Maria José Rebello, solicitou autorização para se inscrever no concurso público do Itamarati. A princípio, o ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, foi categórico em não acolher o pedido de Maria José, mas, com a entrada de Rui Barbosa no caso, defendendo o pleito da

31 Foi este o embrião do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que antecedeu a atual Funai.

32 Poetisa simbolista que introduziu o erotismo na poesia feminina. Viveu no Rio de Janeiro.

jovem, a autorização para inscrição acabou sendo dada, o concurso foi realizado e Maria José aprovada, em primeiro lugar. Leolinda Daltro, algumas colaboradoras e outros tantos simpatizantes da causa de Maria José fizeram-se presentes ao exame oral, aberto ao público. Com a divulgação do resultado do concurso, Maria José foi saudada, entusiasticamente, na saída do prédio do Itamarati.

A imprensa, naturalmente, deu ampla cobertura ao caso. Houve os que se posicionaram favoravelmente ao ingresso de mulheres no serviço diplomático, como o articulista do *Jornal do Brasil*, Carlos de Laet. Também houve os que se manifestaram veementemente contrários à admissão de mulheres no Itamarati, como o vespertino carioca, *A Rua*, na edição de 5 de outubro daquele ano. Dois dias antes, Carlos de Laet respondera a uma carta a ele enviada pelo militar Turíbio Rabioli, que tecia críticas ferozes ao posicionamento de Laet e ao desfecho do caso. O mais interessante foi que o militar invocou o exemplo, pernicioso, de Leolinda Daltro como mostra de ativistas que desejavam "masculinizar" o belo sexo. Preocupava-lhe, principalmente, saber qual o efeito sobre a hierarquia familiar se exemplos como o de Maria José Rebello se multiplicassem. Perguntou Turíbio Rabioli a Carlos Laet: "E se uma funcionária pública viesse a se casar com outro funcionário inferior na hierarquia, quem haveria de dominar em casa?".[33]

Logo, sobre a forma de mobilização adotada por Leolinda e suas colaboradoras pairava o espectro das radicais *sufragettes* inglesas, que puseram seus corpos a serviço da causa do sufrágio feminino, invadindo as ruas da Inglaterra. Se o radicalismo político masculino causava apreensão e repulsa e justificava políticas repressivas, o suposto radicalismo político feminino era uma terrível ameaça que confrontava o poder marital no interior dos lares.

Como um dos últimos registros conhecidos de uma ação promovida por Leolinda, sabemos que ela se candidatou ao cargo de Intendente do Distrito Federal nas eleições de 1919, com a plataforma da diminuição da miséria e do sofrimento e pela melhor distribuição da justiça (BESSE, 1996, p. 136). Seu nome retornou às páginas da imprensa por ocasião da sua morte, ocorrida em um acidente de automóvel, em maio de 1935. Muitos jornais cariocas publicaram o seu obituário, bem como o periódico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), presidido por Bertha Lutz. Sabemos, pelos olhos das feministas da Federação, que Leolinda havia sucumbido ao escárnio público a que seu nome havia sido submetido, recolhera-se em sua vida privada, dedican-

33 Dicionário Histórico-Biográfico Feminino. (MARQUES, 1999), verbete Leolinda Daltro, com base no arquivo da família de Maria José de Castro Rebello.

do-se, exclusivamente, ao magistério. Sabemos, porém, que Leolinda manifestara o seu regozijo com a obtenção legal do direito ao voto, garantido no Código Eleitoral de 1932. Contudo, jamais tomou parte, nem mesmo como convidada de honra, de qualquer iniciativa promovida pela FBPF, como os dois congressos feministas nacionais ocorridos enquanto estava viva: os de 1922 e 1931. [34]

Bertha e Leolinda eram, portanto, contemporâneas, embora pertencessem a meios sociais diferentes e estivessem separadas por mais de uma década de diferença de idade. É tempo, então, de investigar o modelo de participação política proposto por Bertha Lutz. Surgiu, com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1918, uma linguagem nova de ação política, diferente da linguagem adotada por Leolinda Daltro e suas seguidoras.

Filha de estrangeiros de elevada escolaridade, educada na Europa, Bertha Lutz retornou ao Brasil em 1918, depois de concluir o curso de biologia na Sorbonne. Encontrou um país onde a mulher não dispunha de direitos políticos, embora um conjunto cada vez mais expressivo da população feminina se enquadrasse no requisito mínimo para a cidadania: a educação formal. Como a sociedade brasileira estava vivendo um momento de grande efervescência política, com o crescimento do civilismo e a indignação com o modelo eleitoral viciado e excludente, a proposta de Bertha Lutz encontrou bom respaldo na sociedade.

Assim, no ano de 1919, criou-se a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, sob a iniciativa de Bertha e de outras, como Maria Lacerda de Moura.[35] Em 1922, aproveitando as comemorações do centenário da Independência, a Liga foi transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, responsável pela realização do primeiro Congresso Feminino Internacional, em dezembro.

Salta aos olhos a diferença do modelo de organização política adotado por Bertha e o do caso anterior. Hierarquizado e institucionalizado na figura de uma pessoa jurídica, a Federação, com filiais em vários estados do país e a definição precisa da origem do poder, representa um modelo de organização muito semelhante ao de partidos políticos brasileiros contemporâneos. A grande massa crítica de mulheres, que oferecia a base política para a atuação da Federação, constituída, em grande medida, por professoras, enfermeiras e trabalhadoras de escritório, era chamada a participar dos congressos de forma passiva. As filiadas

34 Arquivo da FBPF, cx. 6.

35 Logo depois, Maria Lacerda se afastou do grupo de Bertha e, já vivendo em São Paulo, atuou no campo do anarquismo. Com vida pessoal conturbada, defendendo o amor livre e a recusa à maternidade, Maria Lacerda representa uma das vozes dissonantes das feministas dos anos 1920 e 1930. Arcou com os custos pessoais de suas escolhas políticas.

e simpatizantes engrossavam a massa de mulheres que lotavam os salões dos congressos femininos para ouvir as falas das líderes da organização e convidados especiais. Embora submetida a regras de competição eleitoral, a questão sucessória na FBPF esteve atrelada à figura carismática de Bertha Lutz, a qual, convenhamos, com grande eficiência, conseguiu atingir a principal meta que havia estabelecido para a sua organização: a conquista do sufrágio feminino.

Embora a historiadora Susan Besse critique o abismo existente entre as iniciativas assumidas pela FBPF e os problemas cotidianos da grande massa de mulheres trabalhadoras, creio eu que esperar que a FBPF assumisse a vanguarda da defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras e se posicionasse afirmativamente quanto à instituição do casamento, sem ferir a posição da Igreja, foge ao alcance dos objetivos do movimento. Enquanto o sufrágio feminino ocupou o centro da pauta da FBPF, as iniciativas tomadas pela direção da organização no sentido de colocar em discussão a condição de vida das mulheres trabalhadoras foram limitadas. Registram-se apenas algumas comunicações apresentadas nos congressos e de resoluções formais tiradas nestes mesmos encontros.

Com a conquista do voto em 1932, inaugurou-se uma nova fase na vida da FBPF, que se moveu, claramente, no sentido de se tornar uma força eleitoral. Entre 1933 e 1934, vários estados do país onde a Federação tinha uma seção local foram visitados por feministas afiliadas, com a atribuição de fazer ampliar o potencial eleitoral da população feminina e de fazer criar novas seções nos estados onde não houvesse. Uma fala atribuída a Carlota Pereira de Queiróz, pela historiadora Maria Lúcia Mott, lança luz sobre a redefinição da agenda política da FBPF no pós-1932.[36] Segundo Maria Lúcia Mott, a então deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz, se posicionava frontalmente contrária a iniciativas que, a seu ver, segregavam as mulheres. Assim sendo, posicionou-se contrariamente à criação de um Departamento Nacional da Mulher, proposto por Bertha no parlamento, bem como à criação de um partido político exclusivamente feminino.

Logo, o exame da atuação política de Bertha como presidente da FBPF ao longo da década de 1920, e o da Bertha parlamentar, a partir de 1936, requer instrumentos diferentes de análise. Por certo, poderíamos incluir a ação de Bertha no rol das iniciativas que visavam à reforma da sociedade por intermédio da conquista de espaços no Estado, como tantos outros movimentos da época.

36 MOTT, M.L. *Calendário anual da Comissão Estadual dos Direitos da Mulher.* São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, 1986.

Considerações finais

Como exemplo de linguagem política, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino representa a criação de um ambiente institucional exclusivamente feminino, articulado em torno de um projeto político comum. As iniciativas de Leolinda Daltro, por sua vez, representam a linguagem do confronto aberto e permanente, da invasão dos espaços públicos dominados por homens e pela exposição física das simpatizantes à reação do público. Já Bertha, cercada que foi por colaboradoras egressas de famílias de grande prestígio social, como Maria Eugênia Celso, Jerônima Mesquita e Margarida Lopes de Almeida, conquistou, palmo a palmo, as metas definidas pela agenda da sua organização, sem suscitar reações contrárias que denegrissem a sua conduta pessoal, nem a de suas colaboradoras. Tal atitude representa, a nosso ver, uma estratégia política de evitar o enfrentamento com questões de natureza comportamental, ao mesmo tempo em que evitava questionar os padrões de conduta socialmente esperados das mulheres.

Desse modo, a FBPF abrigava, confortavelmente, figuras conservadoras como Jerônima Mesquita, ardorosa defensora da abstinência alcoólica, do assistencialismo social e que, pessoalmente, caracterizava-se por um comportamento extremamente pudico. Não há entre as feministas da Federação figuras semelhantes à poetisa Gilka Machado, ou à educadora Maria Lacerda de Moura. Simplesmente, não havia espaço político para elas na organização liderada por Bertha Lutz.

O confronto das trajetórias políticas de Leolinda Daltro e Bertha Lutz lança luz sobre uma questão vital para as formas de participação política adotadas por diferentes grupos de mulheres no período estudado: o custo pessoal da adoção de formas mais conciliatórias e outras mais combativas de participação política. Numa mostra de que a vida privada nunca foi um fator neutro para as mulheres que tomavam parte no espaço público, como o mundo do trabalho, a historiadora paulista Maria Cândida Delgado Reis realizou um belo estudo sobre o controle social exercido sobre as professoras primárias públicas paulistas, no período compreendido entre 1895 e 1920. Este estudo baseou-se num universo de 168 inquéritos administrativos, dos quais 63 se referiam a professoras e 54 a professores. Do conjunto referente às professoras, a grande maioria fazia menção a desvios de conduta e insubordinação à autoridade educacional. Numerosos inquéritos tratavam do comportamento privado das professoras fora

das salas de aula, contudo, significativamente, nenhum processo administrativo movido contra um professor dizia respeito à acusação de desobediência à autoridade constituída, nem questionava o comportamento daquele profissional fora do âmbito da escola. Essa flagrante diferença de tratamento dado a homens e mulheres profissionais do ensino é uma clara demonstração de que onde quer que as mulheres estivessem, mesmo sob a égide da ideologia do magistério como forma de sacerdócio, o controle social sobre o comportamento feminino fazia com que as mulheres, a todo momento, lembrassem de sua posição inferior na sociedade (REIS, 1994).

Resumo

Os estudos de gênero consideram a atuação das mulheres na esfera privada como parte do mundo público. Desse modo, temas como família, educação e sexualidade recebem a maior ênfase. Este ensaio explora várias manifestações femininas que buscaram interferir no meio social e mudar o papel das mulheres na vida fora do lar. Deparamo-nos com a diversidade dos discursos e estratégias políticas que revelam a riqueza de caminhos assumidos por correntes do pensamento político feminino. Embora nem sempre as diferenças transpareçam de modo claro, encontramos, no uso da linguagem, a escolha da pauta política e na atitude das mulheres selecionadas, indicativos da existência de formas plurais de participação política.

Palavras-chave: Gênero; Participação Política.

Abstract

Gender studies emphasize women acts in private sphere taking them as part of public world. As so, subjects like family, education, and sexuality are most studied. This essay explores many female manifests aiming to interfere in society and change the role of women outside the home. We find a diversity of discourses and political strategies that show the richness of the many ways female political thought did take. Although this differences do not appear to clearly, we find elements in the use of language, in the choice of political agenda, and in the attitude of selected women that reveal the existence of plural forms of political participation.

Keywords: Gender; Political Participation.

Referências

ABRANCHES, J.D. *Atas e atos do governo provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

ARQUIVO NACIONAL. *Arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, Rio de Janeiro.BERNARDES, M.T.C.C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

BESSE, S.K. *Restructuring patriarchy*. The modernization of gender inequality in Brazil, 1914-1940. Chapell Hill: University of North Carolina Press, 1996.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989.

BOXER, C. *A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1415-1815*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BRASIL, J.F. de A. *Democracia representativa do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio e Janeiro, v. 3, 2-31 jul. 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

_____. Decisões do governo provisório. Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 1. abr./30 jun. 1891. Rio de Janeiro: *Imprensa Nacional*, 1892.

CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. Discurso sobre o espírito positivo. Catecismo positivista. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (*Os Pensadores*, v. 33.).

CORRÊA, M. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set., 1889.

COSTA, E.V. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COUTINHO, J.L. *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*. Salvador: Poggetti, 1849.

ELIAS, N. *O Processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de janeiro: J. Zahar, 1994.

GAGLIARDI, J.M. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HAHNER, J. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARQUES, T.C. de N. Verbete Bertha Lutz. In: SCHUMAHER, S. (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil*: 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

LEITE, M.L.M. Quem foi Maria Lacerda de Moura? *Educação e Sociedade*, v. 1, n. 2, jan. 1979.

LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

PERROT, M. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.

REIS, M.C.D. Guardiãs do futuro: imagens do magistério de 1895 a 1920 em São Paulo. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Org.). *Novos olhares*: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SILVA, M.B.N. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. *Gênero e ciências humanas*: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1997.

VAINFAS, R. *Trópicos dos pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

A Presença Feminina nas (Sub)Culturas Juvenis: a arte de se tornar visível*

Wivian Weller**

Are girls, in fact, for reasons which we could discover, really not active or present in youth-subcultures? Or has something in the way this kind of research is done rendered them invisible?[1]

A 'invisibilidade' feminina nas (sub)culturas juvenis

Tanto nos trabalhos sobre o *hip hop* como nas pesquisas sobre juventude em geral, existe uma grande lacuna no que diz respeito à presença feminina nas manifestações político-culturais. Será que jovens-adolescentes do sexo feminino formam uma minoria no movimento *hip*

* Publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas,* vol. 13, n. 1, 2005.

N.A. Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no *Seminário Internacional Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, abril de 2004, assim como no Seminário Temático Linguagens, Sensibilidades, Corporalidades: culturas jovens urbanas e novas configurações subjetivas, durante o *XVIII Encontro Anual da Anpocs*, outubro de 2004. Meu cordial agradecimento às coordenadoras de ambos eventos pela oportunidade de apresentar e discutir meu trabalho.

** Professora da Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia pela Freie Universitaet Berlin, Alemanha.

1 Angela McROBBIE e Jenny GARBER, 1975, p. 209.

hop, em outros movimentos estético-musicais ou em outras formas associativas como as galeras ou gangues?[2] Se tomarmos como critério a literatura existente sobre o tema, poderíamos dizer que sim. Desde os primeiros estudos realizados por sociólogos da Escola de Chicago[3] e por integrantes do Center of Contemporary Cultural Studies (CCCS) de Birmingham[4] aos estudos mais recentes realizados, entre outros, na Alemanha,[5] em Portugal[6] e no Brasil[7], encontramos poucas ou nenhuma referência quanto à participação feminina nesses movimentos.[8] É comum encontrarmos publicações sobre juventude e culturas juvenis que compreendem a categoria juventude como um todo, ou seja, que não fazem uma distinção entre jovens-adolescentes do sexo feminino e do masculino. Considerando a importância dos trabalhos e pesquisas desses autores, que foram fundamentais para a consolidação do campo de estudos sobre juventude, constatamos, no entanto, além da utilização da categoria juventude como um todo, um outro problema: análises sobre a estética corporal, modos de se vestir, preferências por estilos musicais e visões de mundo desses jovens, entre outros aspectos, foram em grande parte realizadas a partir de observação participante e entrevistas com jovens do sexo masculino. Verifica-se que, desde os estudos sobre o que seria o estilo *Ted Boy*, *Skinhead*, *Rock-n'-Roll* ou outros estilos mais recentes como o *Funk* e o *Hip Hop*, tais práticas culturais e suas formas de representação foram analisadas a partir do olhar masculino dos membros desses grupos.[9] As poucas referências às jovens-adolescentes nessas pesquisas estão relacionadas à afetividade e sexualidade nas galeras ou gangues[10] ou à maternidade na adolescência.[11]

---

2 Gostaria de agradecer as sugestões e comentários das pareceristas anônimas da *Revista Estudos Feministas*.

3 Entre outros, TRASHER, F., 1963; WHYTE, W., 1996; e COHEN, A., 1961.

4 Entre outros, HEBDIGE, D., 1979; WILLIS, P., 1977; CLARKE, J., 1975; e COHEN, P., 1979.

5 Por exemplo, BAACKE, D., 1987; SCHÄFFER, B., 1996; HILL, B., 1996; TERTILT, H., 1996; e NOHL, A-M. 2001.

6 Vide: PAIS, J., 1993 e 1999.

7 Entre outros, CAIAFA, J., 1985; VIANNA, H., 1985 e 1997; COSTA, M., 1993; KEMP, K., 1993; ABRAMO, H., 1994; ABREU, J., 1995; e XAVIER, M., 1999.

8 Entre as pesquisas desenvolvidas com jovens de ambos os sexos, destacam-se os trabalhos de McROBBIE e GARBER, 1975; e WILLIS, 1990.

9 E, muitas vezes, a partir do *olhar masculino* dos pesquisadores.

10 THRASHER, 1963; e XAVIER, 1999.

11 VILAR, D. e GASPAR, A.M. 1999; e WILLIS, 1990.

Diante da 'invisibilidade' das jovens-adolescentes ou desse olhar direcionado somente para questões relativas à sexualidade,[12] a relações de gênero e à maternidade, nos poucos estudos existentes sobre a presença feminina nas culturas juvenis, McRobbie e Garber escrevem:

> Sendo o desvio sexual a única exceção possível, as mulheres constituem uma categoria social pouco celebrada pelos teóricos críticos e radicais. Essa invisibilidade geral instalou-se obviamente devido à reação social às manifestações mais extremas das subculturas juvenis. A imprensa popular e a mídia concentraram a atenção nos incidentes sensacionalistas associados a cada cultura [...] Uma conseqüência direta do fato de serem sempre os aspectos violentos de um fenômeno que o qualificam como uma notícia válida é que precisamente nesse campo de atividades subculturais as mulheres tendem a estar excluídas.[13]

A pesquisa de Viviane Magro sobre *Meninas do graffiti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas*[14] constitui um dos poucos trabalhos realizados sobre a presença feminina nas culturas juvenis até o presente momento.[15] Com base na análise dos dados coletados durante sua pesquisa de campo em Campinas, a autora destaca um conjunto de elementos resultantes da convivência no âmbito de uma cultura juvenil, bem como dos processos de construção do que a autora denomina "instantes de identidades", uma vez que a identidade – segundo Stuart Hall – só pode ser vista como uma "celebração móvel" (*moveable feast*),[16] que se encontra sempre "em devir, em um processo constante de autorizar-se".[17] Além da identificação com o movimento *hip hop*, Magro ressalta o compromisso social, o sentimento de pertencer a uma família, de ser si mesmo/a, de ter amigos/as, de ser negra ou branca e de ser mulher e gostar de *hip hop* como elementos centrais da experiência coletiva vivida enquanto adolescentes e grafiteiras.[18] Para a autora,

12 Esse olhar direcionado para questões relativas à sexualidade é movido, muitas vezes, pelos nomes dados aos grupos femininos, como por exemplo, o grupo de estilo punk da capital mexicana que se representa através do nome "virgindade sacudida" (vide URTEAGA, M. 1996).

13 McROBBIE e GARBER, 1975, p. 212, tradução nossa.

14 MAGRO, 2003.

15 Trata-se de uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Unicamp em dezembro de 2003 e da qual participei como membro da banca.

16 HALL, 1996, p. 598.

17 MAGRO, 2003, p. 188.

18 MAGRO, 2003, p. 160-167.

> O *graffiti* das meninas parece ser uma expressão da complexidade da experiência de ser mulher, negra, branca, pobre e socialmente excluída na sociedade contemporânea. Produzido e inscrito no centro de Campinas, esse *graffiti* marca no espaço público os sentimentos de meninas que vivenciam a condição de exclusão social, geracional e de gênero. A arte do *graffiti,* e a proposta social do movimento *hip hop*, proporciona a elas elaborações de narrativas de *self* mais afirmativas de si mesmas.[19]

Antes de falarmos da experiência de outros grupos femininos no movimento *hip hop*, faremos uma breve discussão sobre alguns conceitos que buscam compreender e analisar as distintas manifestações juvenis.

Culturas, *sub*culturas e estilos juvenis

Segundo Bernhard Schäffers, a noção de "cultura juvenil" como parte da cultura de uma sociedade foi se desenvolvendo na medida em que a juventude passou a ser vista como uma categoria social e geracional específica bem como através da autonomia adquirida por esse grupo etário.[20] Embora não exista uma definição específica para o conceito de subcultura,[21] podemos compreendê-lo como relativo a uma cultura alternativa, mas também como uma ampliação do próprio conceito de cultura, que não estaria associado somente a um conjunto de valores, normas e tradições predominantes em uma dada sociedade, mas que envolveria todos os aspectos da vida cotidiana de um determinado grupo.[22] Fazendo uso desse sentido mais amplo do conceito, Sarah Thorton[23] introduz – em alusão ao conceito de "capital cultural" de Bourdieu –, o termo "capital subcultural" como uma tentativa de desconstrução das hierarquias culturais: da mesma forma como o "capital cultural" é cultivado através da aquisição de obras de arte e de livros que abarrotam as estantes, o "capital subcultural" é ostentado

19 MAGRO, 2003, p. 175.

20 SCHÄFFERS, 1998, p. 161.

21 Sobre esse mesmo conceito vide CUCHE, D., 1999, p. 99-105.

22 Cf. SCHÄFFERS, 1998, p. 163; e BAACKE, 1987, p. 99.

23 THORTON, 1996.

através de coleções de CDs ou de um corte de cabelo específico.[24] No entanto, alguns autores têm criticado o conceito de *sub*cultura difundido pela Escola de Chicago e pela CCCS de Birmingham, principalmente quando empregado em relação a grupos juvenis. Para Dieter Baacke[25] assim como para Wilfried Ferchhoff e Georg Neubauer[26] o termo *sub*cultura sugere a existência de uma cultura superior, que, atualmente, deixa de fazer sentido diante da pluralidade de modos ou estilos, que não são mais específicos de uma dada cultura, uma vez que se manifestam em distintas localidades e em distintos continentes. Ao mesmo tempo o termo provoca associações depreciativas e leva a crer que estamos tratando de segmentos específicos da sociedade que devem ser demarcados ou diferenciados com o objetivo de melhor controlá-los. Segundo esses autores, "cultura juvenil" ou "culturas juvenis" seria o conceito mais indicado, porque amplia a possibilidade de compreensão das distintas manifestações juvenis, seus estilos ou modos de vida que vêm sendo criados e recriados em diferentes localidades e contextos sociais.

Essa apropriação de estilos culturais na adolescência e juventude é vista na bibliografia das décadas de 1970 e 1980 como "solução mágica"[27] para problemas que surgem em outros setores (família, escola, trabalho) e como forma de resistência dos jovens provenientes de classes sociais que não têm grandes perspectivas para o futuro.[28] Estudos mais recentes associam a importância dos estilos culturais na adolescência às tendências de des-institucionalização do indivíduo, de individualização das classes ou camadas sociais e de transformações estruturais da condição juvenil.[29] Nesse sentido, os estilos culturais são interpretados como reação às mudanças que estão ocorrendo de uma forma global nas sociedades complexas.[30]

No entanto, a condição juvenil como espaço-tempo, na qual estilos de vida são descobertos e experimentados, experiências geracionais são constituídas, identidades são construídas e/ou reconstruídas, tem sido pouco explorada por esses autores que interpretam as culturas juvenis sobretudo como respostas

24 Cf. FRITZSCHE, B., 2003b.

25 BAACKE, 1987.

26 FERCHHOFF e NEUBAUER, 1996.

27 CLARKE, 1975.

28 Cf. BAACKE, 1987, p. 104.

29 Cf. SCHÄFFER, 1996, p. 30.

30 Cf. SCHÄFFER, 1996, p. 47.

ou soluções para os problemas enfrentados no cotidiano, como as desigualdades étnicas e de classe. Hans Joas aponta os riscos ou conseqüências desse tipo de interpretação, relacionado à concepção de que todas as ações sociais são necessariamente racionais:

> Existem pelo menos três aspectos imputados em todas as teorias da ação que partem de um tipo específico de ação racional – independentemente de conceberem racionalidade no sentido restrito ou mais amplo, de forma utilitarista ou normativa: a) a concepção de que o ator está capacitado a agir com precisão (*zielgerichtetes Handeln*); b) que ele possui o domínio sobre seu corpo; c) que ele possui autonomia em relação às pessoas e ao meio social em que se encontra. Nessa perspectiva, uma menor concentração do ator numa determinada ação, a perda ou um menor grau de domínio sobre o corpo, bem como a perda ou abdicação da autonomia do indivíduo, fazem com que o ator seja visto como pouco ou nada racional, diminuindo conseqüentemente a probabilidade de que suas ações sejam classificadas como racionais. Defensores dessa concepção sabem, no entanto, muito bem que os aspectos imputados nesse modelo de ação racional praticamente inexistem nas ações concretas. A validade limitada dessas precondições acaba sendo vista por eles não como um déficit de suas teorias e sim dos atores.[31]

A análise das culturas juvenis em diferentes contextos sociais exige, portanto, a busca de alternativas teóricas para esse modelo utilitarista de ação, muitas vezes distante da realidade empírica dos jovens pesquisados. Segundo Karl Mannheim[32] as experiências que ainda não foram conceituadas e/ou teorizadas devem ser vistas como *a*teóricas e não como pouco racionais ou até mesmo irracionais:

> As "experiências" estéticas ou religiosas não são totalmente desprovidas de forma; mas o são sui generis e radicalmente diferentes daquelas teóricas. Cabe ao pesquisador refletir sobre o real conteúdo destas formas, sobre o que elas informam, sem violar seu caráter individual, mas "traduzi-las" para o interior da teoria, ou mesmo "abrangê-las" através das formas lógi-

31 JOAS, 1996, p. 216-217, tradução nossa.

32 MANNHEIM, 1964.

> cas. Essa é a finalidade da pesquisa teórica, um processo de apreensão da realidade que aponta de volta para os estágios iniciais pré-teóricos, para o nível da experiência diária.[33]

Seguindo a proposta de Mannheim, fazem-se necessárias pesquisas voltadas não somente para a análise dessas experiências *a*teóricas que carecem de uma reflexão teórica, mas, principalmente, para a compreensão do *modus operandi* e do sentido prático dessas ações em seus contextos específicos,[34] tanto para jovens-adolescentes do sexo feminino como do masculino.[35] José Pais ressalta a importância de uma reflexão mais dinâmica das culturas juvenis, "que faz apelo para modos de vida específicos e práticas quotidianas que expressem certos significados e valores não apenas ao nível das instituições, mas também ao nível da própria vida quotidiana".[36]

Finalizando esse tópico, poderíamos nos perguntar se a 'invisibilidade' feminina ou a ausência de estudos sobre a participação feminina nas culturas juvenis no campo de estudos sobre juventude não estaria associada a essa noção de cultura juvenil como forma de protesto e resistência, ou seja, a essa concepção utilitarista de ação. Quando vistas de forma superficial e estereotipada, algumas culturas juvenis femininas parecem não demonstrar uma atitude de protesto ou resistência às desigualdades étnicas e de classe. Para alguns pesquisadores esses estilos e formas de expressão também se apresentam como pouco racionais e como ações voltadas somente para o consumo de produtos veiculados a esses grupos (por exemplo: as atividades das fãs de grupos como os *Backstreet Boys* ou as *Spice Girls*). Talvez este tenha sido um dos motivos da pouca atenção e reflexão sobre a participação feminina, não só pelos estudiosos das culturas juvenis, mas também pelas teóricas feministas.

33 WELLER et al., 2002.

34 Cf. BOURDIEU, P., 1999; e RALF B. e ARND-MICHAEL, N., 2003.

35 Sobre as alternativas teórico-metodológicas ao modelo utilitarista de ação cf. BOHNSACK e NOHL, 2003; e FRITZSCHE, 2003b.

36 PAIS, 1993, p. 55.

A *invisibilidade* das culturas juvenis nos estudos feministas

Algumas autoras têm criticado a ausência de pesquisas sobre a presença feminina nas culturas ou *sub*culturas juvenis, o papel que esses grupos desempenham na transição da adolescência para a vida adulta e na construção da identidade étnica e de gênero.[37] No entanto, constatamos que as práticas culturais da faixa etária que compreende a adolescência e a juventude também continua sendo objeto de pouca atenção por parte dos estudos feministas no Brasil e em outros países. Segundo Kathleen Karlyn,[38] feministas preocupadas com a futura geração de jovens-adolescentes não serão obrigadas a defender as culturas juvenis de forma incondicional, mas deverão dispensar mais atenção e interesse ao universo de produção, consumo e incorporação das distintas manifestações culturais, concentrando esforços, por exemplo, na análise de revistas, filmes, programas televisivos, grupos musicais e outros produtos voltados especificamente para o público juvenil. Fazem-se necessários estudos voltados para a compreensão das formas de apropriação e re-elaboração desses produtos culturais nos distintos contextos sociais dessas jovens-adolescentes. Disputas travadas no campo estético-musical com o objetivo de combater os papéis tradicionais atribuídos aos sexos masculino e feminino em nossas sociedades,[39] ou seja, as contribuições que essas manifestações estão oferecendo no processo de negociação das contradições existentes nas culturas patriarcais[40] também carecem de maiores análises e pesquisas. Para Anne O'Connell uma discussão profunda sobre o futuro do movimento feminista passará necessariamente pelo campo das culturas populares juvenis, que tem se constituído não-somente como espaço de construção e reconstrução de novos estilos e modismos, mas também de remodelação e apropriação de um feminismo pautado nas experiências e visões de mundo de jovens-adolescentes. Catherine Lumby destaca ainda a necessidade de desconstrução da atitude elitista e até mesmo de rejeição aos principais meios de comunicação e de suas produções:

37 Cf. McROBBIE e GARBER, 1975; e FRITZSCHE, 2003a.

38 KARLYN, 2004.

39 Cf. O'CONNELL, Anne, 2003.

40 Cf. KARLYN, 2004.

> Se o feminismo pretende continuar relevante e engajado na vida cotidiana das mulheres, então o feminismo necessita adquirir desesperadamente os instrumentos para a compreensão da cultura cotidiana. Nós devemos nos engajar mais no debate sobre as culturas populares ao invés de assumirmos uma atitude elitista e de rejeição dos atuais meios de comunicação.[41]

Uma aproximação entre feministas de distintas gerações e maior simpatia dos estudos feministas para com as culturas juvenis contemporâneas torna-se importante não-somente para uma discussão dos rumos que o feminismo irá tomar nesse início de século, mas também para uma mudança da perspectiva de análise e compreensão sobre o que vem a ser a condição juvenil. Como bem afirma Anja Achtenberg,[42] as pesquisas sobre juventude continuam operando com definições há muito tempo criticadas nos estudos sobre gênero e relações raciais, ou seja, com uma concepção de juventude como categoria pré-social, caracterizada pela crise biológica e emocional vivida no processo de transição para a vida adulta. No entanto, se quisermos entender o que vem a ser juventude e como ela é vivida *de fato* pelos adolescentes e jovens de ambos os sexos, será necessário dedicar maior importância às descrições e narrativas dos atores envolvidos associada à reflexão teórico-metodológica e à análise rigorosa dos dados empíricos:

> Assim como o gênero, e somente em relação a ele, a juventude deve ser definida de forma precisa e compreensiva. Essa construção de juventude ainda não foi desenvolvida empiricamente com o mesmo rigor e tampouco refletida teoricamente da forma como sucedido com [o conceito] de gênero.[43]

As perspectivas teóricas e os resultados apresentados em pesquisas sobre as relações de gênero contribuíram para a compreensão de que o gênero não é algo que adquirimos naturalmente, mas que produzimos no dia-a-dia. Em outras palavras, o gênero é constituído de forma interativa e situacional; ele é discutido (ou não) num contexto e numa interação específica nos quais as pessoas envol-

41 LUMBY apud KARLYN, 2004, parág. 7º, tradução nossa.

42 ACHTENBERG, 2000, apud FRITZSCHE, 2003 b.

43 BREITENBACH, Eva, 2001, p. 169, tradução nossa.

vidas assumem distintas representações de gênero.[44] Segundo Eva Breitenbach uma concepção semelhante pode ser desenvolvida em relação à juventude ou às juventudes, que não podem ser vistas apenas como um conjunto de pessoas de ambos os sexos, como uma fase da vida ou ainda como uma instituição social. Nesse aspecto as teorias feministas apresentam uma importante contribuição para a *des*construção das concepções vigentes sobre juventude assim como para uma maior compreensão da especificidade juvenil:[45]

> A adolescência pode ser entendida não mais como uma forma evolucionista, linear e teleológica de subjetividade, mas como uma fase de experiências marcadas por corpos e gêneros, como um conjunto de múltiplas referências situadas socioculturalmente.[46]

Tal perspectiva teórica propicia maior sensibilidade e abertura do(a) pesquisador(a) para com as distintas manifestações juvenis e suas formas de contestação das normas reguladoras vigentes nas sociedades em que vivem, sem cair no risco de caracterizar suas ações práticas como progressivas ou regressivas,[47] como irracionais ou de caráter apenas consumista. As distintas concepções de juventude e de viver a juventude serão compreendidas com clareza quando analisadas sob a perspectiva de gênero e quando realizadas com base na realidade empírica, que implica todo um trabalho de reconstrução e interpretação das ações concretas dos jovens-adolescentes nos contextos sociais em que estão inseridos.

A arte de *se impor* em um cenário 'tipicamente' masculino: a presença feminina no movimento *hip hop*

Eu sou uma mulher consciente, meu valor não está na minha cor, mas na minha mente.[48]

Uma argumentação semelhante a que foi encontrada nos estudos de Birmingham das décadas de 1960 e 1970 sobre o significado dos estilos culturais

44 Cf. BREITENBACH, 2001, p. 168.

45 Em especial, destacamos a contribuição da *teoria queer,* que tem em Judith Butler uma de suas representantes mais destacadas (cf. LOURO, G., 1995 e 2001; e FRITZSCHE, 2003b.

46 MAGRO, 2003, p. 178.

47 Cf. SCHWENDTER, R., 1978.

48 Dina Dee, Grupo Visão de Rua – citada em MAGRO, 2003, p. 105.

para jovens das classes trabalhadoras[49] é observada nos estudos relacionados ao movimento *hip hop* da década de 1990. Permanece a definição de estilo cultural como forma de resistência, mas dessa vez dissociado da condição de classe:[50] o *hip hop* é interpretado como "expressão cultural da diáspora africana" e como forma de articulação dos jovens afrodescendentes contra o racismo e o preconceito:

> Expressão cultural da diáspora africana, o *hip-hop* tem se esforçado para negociar a experiência da marginalização, da oportunidade brutalmente perdida e da opressão nos imperativos culturais da história, da identidade e das comunidades afro-americanas e caribenhas. É da tensão entre as fraturas culturais, produzidas pela opressão da era pós-industrial, e os compromissos com a expressividade da cultura negra que o *hip-hop* foi levado a uma discussão crítica.[51]

Rose[52] define o *hip hop* como práxis pós-moderna associada à falta de segurança social devido ao desemprego crescente, à perda de vínculos sociais em decorrência de desalojamentos ocorridos através dos projetos de remodelação da capital novaiorquina. Outros autores vêem especialmente no *rap*[53] a continuidade de formas pré-modernas vinculadas à história e memória oral (contador de histórias), originárias da cultura Griot na região oeste do continente africano.[54] Mesmo havendo posições diferentes em relação à origem do *hip hop*, o que se pode afirmar é que esse movimento poético-musical expandiu-se mundialmente e propiciou, principalmente através do *rap*, um espaço de luta e de reconhecimento: a partir desses espaços os jovens expressam sua criatividade e organização como sujeitos do discurso, denunciam as discriminações e privações vividas enquanto negros e/ou migrantes, transformando a arte e o diálogo em um elemento potencial de inclusão.

No Brasil, o *hip hop* começou a ganhar força a partir da década de 1980, sendo a região metropolitana de São Paulo o berço desse movimento, expandin-

49 HALL e JEFFERSON, 1975.

50 Atualmente esse aspecto, ou seja, a separação do *hip hop* da questão de classe, tem sido criticado por alguns autores. Veja entrevista com Bakari Kitwana no Caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 2002, p. 6-9.

51 ROSE, T., 1997, p. 192.

52 ROSE, 1997.

53 O *rap* (*rhythm and poetry*), a dança *break*, o grafite e o *scratching* (atividade desenvolvida pelo *disk jockey* ou *DJ*) são os elementos que integram o *hip hop*. Alguns grupos entrevistados em São Paulo atribuíram à palavra *rap* o significado "ritmo, atitude e poesia" ou "ritmo, atitude e palavra".

54 TOOP, D., 1992, p. 42 et seq.

do-se posteriormente para outras capitais e cidades brasileiras. As semelhanças entre Nova Iorque e São Paulo no que diz respeito aos processos de remodelação do centro urbano e edificação de conjuntos habitacionais nas periferias oferecem-nos algumas pistas para entender o surgimento e a forte identificação dos jovens paulistanos com esse movimento estético-musical. Contudo, não nos interessa aqui analisar a origem e desenvolvimento do movimento *hip hop* em São Paulo ou em outras regiões do Brasil, tema este amplamente estudado e pesquisado.[55] O que se pretende abordar neste artigo é o significado de estilos culturais como o *hip hop* para adolescentes e jovens do sexo feminino.

Se tomarmos como referência as bandas femininas de *rap* nos Estados Unidos da América[56] e no Brasil,[57] poderíamos afirmar que, apesar das mudanças alcançadas pelos movimentos feministas e das transformações econômicas, sociais e culturais que levaram a um crescimento da participação feminina na esfera pública (principalmente no mercado de trabalho), as jovens-adolescentes ainda constituem uma minoria nos movimentos político-culturais. Durante pesquisa de campo realizada nas cidades de Berlim e São Paulo[58] constatamos a existência de poucas bandas femininas. Entre os grupos femininos de dança *break* ou *rap* entrevistados, constatamos que a maioria das integrantes encontrava-se na faixa etária entre 15 e 20 anos. Já no caso dos grupos masculinos, em ambas as cidades, encontramos *rappers* dançarinos de *break*, *DJs* e grafiteiros de distintas faixas etárias (11/12 até 26 anos). Com base nesses dados empíricos poderíamos nos perguntar se o pequeno número de grupos femininos ou o curto período de existência dos mesmos está associado ao ingresso das jovens no mercado de trabalho, ao casamento ou à maternidade, impossibilitando-as de continuarem a exercer suas atividades artístico-musicais. Tais argumentos parecem-nos plausíveis; contudo, faz-se necessária a realização de novos estudos empíricos e de análises que focalizem essas temáticas. Ao mesmo tempo, aceitando essa justificativa, estaríamos nos precipitando na busca de respostas e deixando de analisar outros aspectos relativos à participação feminina nas culturas juvenis. Apesar das poucas bandas femininas de *rap* e das poucas grafiteiras e dançarinas de *break*, constatamos, durante a pesquisa realizada sobre o movimento *hip hop* em São Paulo e Berlim,[59] uma forte presença feminina no que tange às atividades artístico-musicais (durante shows e

55 Cf. entre outros: ANDRADE, E., 1996; SILVA, J., 1998; TELLA, M., 2000; e FÉLIX, J., 2000.

56 Cf. ROSE, 1994.

57 Cf. SILVA, 1998.

58 Cf. WELLER, 2003a e 2003b.

59 Cf. WELLER, 2003a.

outros eventos) e/ou sociopolíticas (por exempo, nas campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos, campanhas contra Aids). Nesse sentido, se compreendemos o *hip hop* não-somente como espaço dos *rappers*, dançarinos, grafiteiros e *DJs*, mas também como cultura juvenil daqueles e daquelas que participam como fãs desse "estilo que ninguém segura",[60] veremos que a atuação feminina no movimento é significativa.[61] Esse olhar diferenciado sobre as culturas juvenis amplia as perspectivas de análise e de compreensão dos significados construídos no interior desses movimentos. McRobbie e Garber[62] apresentam pelo menos três possibilidades de estudo das culturas juvenis, com o objetivo de superar as lacunas existentes nesse campo de estudos: 1) uma releitura crítica dos estudos 'clássicos' sobre juventude devido à eliminação da perspectiva de gênero ocorrida nessas pesquisas; 2) uma sensibilização maior em relação às adolescentes e jovens pertencentes às culturas juvenis predominantemente masculinas (*skinheads*, *hip hop*, entre outras); 3) uma atenção maior às 'culturas alternativas' desenvolvidas por grupos femininos, por exemplo, o movimento *teeny-bopper* de adolescentes e jovens que se interessam por grupos ou personalidades do universo pop.[63]

Nesse sentido, faremos a seguir uma breve reconstrução das experiências de jovens-adolescentes negras e de origem turca pertencentes ao movimento *hip hop* nas cidades de Berlim e São Paulo, movimento este que apresenta características hegemonicamente masculinas, revelando em alguns contextos, inclusive, aspectos sexistas e homofóbicos.[64]

60 ROSE, 1997, p. 192.

61 Apesar do grande número de fãs na faixa etária entre 15 e 20 anos, constatamos também a presença de jovens com mais de 20 anos (algumas inclusive casadas e com filhos) nos eventos musicais e nas atividades sociopolíticas do movimento.

62 McROBBIE e GARBER, 1975.

63 Alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos nessa direção, por exemplo, FRITZSCHE, 2003a; e WALD, G., 2004.

64 Segundo SAU, V., 2004, "a palavra *machismo* é utilizada primordialmente no âmbito coloquial e popular. Um termo mais apropriado (sobretudo em nível ideológico) para expressar dito conceito é *sexismo*, já que o primeiro se utiliza para caracterizar aqueles atos, físicos ou verbais, através dos quais se manifesta de forma vulgar o sexismo subjacente na estrutura social. No plano psicológico, a diferença entre sexismo e machismo é que o sexismo é consciente e o machismo inconsciente; isto é, o machista atua como tal sem necessariamente ser capaz de explicar ou dar conta da razão interna de seus atos, já que unicamente se limita a reproduzir e a pôr em prática de um modo grosseiro (grosso modo) aquilo que o sexismo da cultura a que pertence por nacionalidade ou condição social lhe brinda (grifos nossos)". Já a *homofobia* ou aversão aos homosexuais é fruto de um conjunto de estereótipos e preconceitos bem como de um comportamento intolerante em relação às minorias sexuais. Posições sexistas e homofóbicas são defendidas, sobretudo, por grupos que se identificam com o estilo *gangsta rap*. Sobre essa temática vide entre ouros: JACOB, G., 1993; GLOWANIA, M. e HEIL, A., 1995; ROSE, T., 1994; e QUINN, M., 1996.

"Não pode ficá com todos porque suja a sua reputação...": a luta pelo reconhecimento artístico e pela preservação da imagem do grupo *Power Girls*

O grupo paulistano *Power Girls* é formado por duas jovens de 17 e uma jovem de 15 anos, que se conhecem há cerca de seis anos e que há oito meses resolveram criar um grupo de *rap*. Ao serem indagadas sobre a inserção nesse universo estético-político e sobre a relação com o público masculino as jovens argumentam da seguinte forma:[65]

Y: E como é que é assim com os rapazes, tem muito preconceito contra grupo de mulher, de *rap*, como que vocês vêem isso?

Af: Ah! (pausa).

Bf: Não sei, fala você.

Af: Ah, tem uns que têm. Muitos quando assim tem um grupo feminino, hoje divulgaram na rádio que tava vindo um grupo feminino por aí. Aí o, o apresentador da rádio já falou, né, que é bom mulher no movimento *hip hop*, mas também não é pra rodar a banca porque muitos fala que mulher entra no movimento *hip hop*, assim, eh, como

Cf: É

Af: porque muitos fala que mulher entra no movimento *hip hop*, assim, eh, como modinha, porque vê os otro cantando e aí acha legal, e tipo entra também pra cantá, monta o seu grupo e canta. Tipo tem, não todos, mas a maioria dos homens assim do movimento fala que mulher tá no movimento só pra ficá com todos, tirá modinha e pronto já era. Mas assim, a gente tenta assim nos eventos, assim inclusive a gente também fala assim, que, que assim a gente luta por igualdade, homem e mulher no movimento, também por igualdade em todos os sentidos. E então tá crescendo bastante, as mulheres no movimento *hip hop* tá crescendo bastante, apesar que tem umas que é feministas, que a gente também não concorda. Mas é com a gente assim, nunca a gente teve esse tipo preconceito assim da parte dos meninos. A gente tem mais amizade até com os meninos do que com as mulheres no movimento.

Bf: É.

Af: Nunca a gente teve eh esse tipo de preconceito, nunca ninguém chegou na gente pra falá que a gente, sei lá.

Bf: Esse negócio também de rodá a banca, ficá com todos os meninos, né, quando é colega da gente, a gente chega fala, fala não pode ficá com todos porque suja a sua reputação, aí elas param um pouco, é sempre assim.

Af: É porque tem, não é todas, né, mas também tem bastante mulher que entra por isso mesmo.

Bf: E ficam com muitos.

Af: Aí fica assim, por exemplo, colega nossa também que entrou no movimento e ficou com um monte. Aí tipo assim ela ficou, aí também sujou pra todas as mulheres. Por isso que os meninos já fala assim. Mas só esse tipo assim de preconceito que sofrem assim as mulheres, porque todas ganham a fama, né. Mas de resto também pra gente muita gente dá apoio ...

Segundo as entrevistadas existe por parte dos rapazes uma opinião formada em relação ao interesse das mulheres pelo movimento *hip hop*, que se apresenta como uma barreira para qualquer jovem do sexo feminino que queira fazer parte dessa cultura juvenil. Em outras palavras, é preciso demonstrar para 'os meninos' que não se está buscando um espaço no movimento com o objetivo de "ficar com todos" ou de "tirar uma modinha". Tal julgamento está presente não somente entre os grupos masculinos de um mesmo bairro, como também na própria mídia. Os próprios meios de comunicação – nesse caso, apresentadores de programas de rádio – assumem com a divulgação de novos grupos femininos o papel de reafirmar o machismo latente não somente no universo da cultura *hip hop*. Na frase "é bom mulher no movimento *hip hop*, mas também não é pra rodar a banca" está implícita a idéia de que somente as mulheres circulam e "ficam com todos". No imaginário masculino e machista a circulação ocorre apenas em um sentido, ou seja, as mulheres "rodam" entre um parceiro e outro, enquanto os homens permanecem estáticos e, nessa posição, imunes a qualquer tipo de depreciação. Constata-se, no entanto, que essa concepção também é partilhada pelas entrevistadas. As jovens já internalizaram valores e expectativas atribuídos ao feminino na sociedade em que vivem, que pressupõe todo um cuidado com a preservação da imagem e da reputação. Nesse sentido, as próprias mulheres do

movimento *hip hop* contribuem para a preservação desses valores impostos pela sociedade machista através do trabalho de controle e advertência das companheiras do mesmo sexo: "quando é colega da gente, a gente chega fala [que] não pode ficá com todos porque suja a sua reputação". Na visão das entrevistadas esse trabalho é necessário porque não é a imagem e apreço somente de uma jovem diretamente envolvida em uma situação que está em jogo, mas também de todas aquelas que participam do movimento. A discriminação passa a ser coletiva porque a 'fama' em conseqüência de uma determinada ação é atribuída a todas as mulheres.

Nesse contexto marcado pela imagem de que as mulheres circulam pelo movimento e entre os integrantes do sexo oposto, o grupo *Power Girls* tem buscado uma forma de contestação dessas posições e de afirmação da igualdade entre homens e mulheres, de igualdade no movimento assim como de igualdade em todos os sentidos. Observa-se que o grupo optou por uma posição que rejeita o feminismo e as lutas feministas. Tal atitude permitiu uma aceitação das integrantes por parte 'dos meninos', mas afastou-as de outras mulheres do movimento que se assumem enquanto feministas. O grupo parece estar buscando um terceiro caminho de construção da igualdade, que é explicitado durante a entrevista da seguinte forma: "Não ao machismo, não ao feminismo e sim ao socialismo". É interessante observar que as jovens estabelecem uma oposição binária entre feminismo e machismo, que tem como conseqüência a rejeição de ambas as posições. Embora não fique claro o que as entrevistadas entendem por "socialismo", percebe-se que essa terceira via aparece como uma elaboração teórica utópica e descontextualizada. No entanto, na prática cotidiana, essas jovens têm plena consciência de que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser alcançada, que seus companheiros do movimento *hip hop* tampouco estão dispostos a assumir uma divisão de tarefas e de responsabilidades que possibilite a continuação da carreira artística para as mulheres depois do casamento ou do nascimento dos filhos:

> *Cf:* Assim quando eu casá, assim, se eu continuá cantando *rap*, assim, eu não quero ter neném muito muito rápido não, porque senão depois que a gente ganhá neném, assim, se a gente continuá cantando *rap*, não vai podê cantá *rap* toda a vez que saí. O marido ele vai saí, ele vai deixá o, vai deixá o neném assim pra nós cuidá, eles não vão querê sabê muito. Por isso que eu falei tem que ter responsabilidade quando casá. Eu não quero ter filho tão fácil assim não.

Af: É, é verdade.

Bf: Eu levo a *Tauana*[66] pra ficá (dançando) fazendo uns

Cf: Novinho, novinho você vai levá?

Bf: Com uns dois anos já dá pra levá.

Cf: Então, minha filha. Você vai ficá dois anos sem cantá.

Af: Então, vai ficá dois anos sem cantá, três, né, quase.

Bf: Minha mãe cuida.

Af: Cuida.

Cf: Pensa que é fácil falá minha mãe cuida. Minha mãe falou que vai cuidá do meu filho quando eu casá. Por isso que eu vou levá ela pra morá comigo.

O apoio da avó materna, que passaria a assumir a co-educação e criação dos netos, é visto como a única forma possível de conciliação entre família e carreira artística. No entanto, mesmo podendo contar com essa ajuda ("Minha mãe falou que vai cuidá do meu filho quando eu casá") as entrevistadas parecem estar conscientes de que estarão impedidas de seguir cantando e participando das atividades do movimento pelo menos por um determinado período.

"De uma hora para a outra eles se tornam outras pessoas, reagem totalmente diferente...": a decepção com a mudança de comportamento e a perda das amizades vivida pelo grupo *Life Girls*

Life Girls é um grupo berlinense de dança *break* composto por três jovens que se conhecem desde a infância.[67] Costumam encontrar-se em um centro juvenil que freqüentam há muitos anos e que se tornou, não só para essas jovens

66 Nome escolhido pela entrevistada para a sua futura filha.

67 *Af* tem 20 anos; *Bf*, 15; e *Cf*, 16 anos. O grupo surgiu praticamente quando educadores do centro juvenil ofereceram um curso de dança para meninas de origem turca. Posteriormente *Af* também foi convidada a dar aulas de dança break para outras meninas que freqüentam o centro juvenil.

como para muitos jovens do bairro, uma espécie de 'segundo lar'. O significado desse espaço, que também dispõe de uma sala específica para as meninas, foi fortemente destacado durante a entrevista e pode ser observado durante as visitas realizadas. O centro juvenil oferece uma série de atividades, embora as salas de dança representem o espaço mais freqüentado e valorizado. O centro também dispõe de um salão de festas, no qual o grupo realizou uma apresentação que foi fundamental para a sua consolidação:

Bf: ... a nossa segunda [apresentação em público] foi aqui

Af: No *RZ* [centro juvenil] assim nossos colegas assim contra nós.

Cf: Todos riram.

Af: Todos riram mas todos acharam bom, os meninos, eles diziam que os meninos iriam nos ridicularizar, que os meninos iriam rir da gente e, assim, sabe, e, eh, eh.

Cf: Mas a gente não mostrou pra eles.

Af: A gente sempre treinou sozinha e, eh, eu sempre dizia pra elas que, não gente, eles acham legal mas eles não dizem nada. Talvez, sabe, os da mesma idade delas, eu tenho vinte anos e elas quinze e dezesseis, e, eh, pra elas eles não falam isso na cara, ah vocês se saíram bem e assim e assado e que eles acham legal que elas

Bf: Eles tem ...

Af: É, e é por isso que fazem, talvez tenham essa imagem, talvez também não tenham, mas os meninos não conseguem falar para elas. Mas para mim eles falam que eles acham legal que as meninas agora estão dançando e assim...

Assim como o grupo paulistano, o ingresso das jovens berlinenses de origem turca no *hip hop*, em especial através da dança *break*, foi aplaudido pelos colegas do sexo masculino, embora esse apoio não tenha sido revelado abertamente a todas as participantes. Inicialmente as jovens treinaram sem o conhecimento dos rapazes porque temiam que a iniciativa de adentrar em um meio até então absolutamente masculino fosse impedido pelos mesmos. Também temiam que a apresentação em público fosse vaiada e que seriam expostas ao ridículo. A experiência e a confiança que *Ayse* (*Af*) passou para suas colegas foi fundamental

para que outras jovens aceitassem o desafio de criar um grupo feminino de *break*. Mas são os próprios rapazes que acabam percebendo também as vantagens que teriam, se mais jovens do sexo feminino passassem a se interessar e a treinar os difíceis elementos artísticos da dança *break*. A participação feminina possibilitaria a introdução de aspectos novos e originais nas performances preparadas para os campeonatos de *break* – realizados tanto em nível local como nacional e internacional – e aumentaria suas chances em relação a outros grupos:

Af: ... eu dançava com três rapazes e eles são também muito bons, eles são uns dos melhores aqui, e, eh, eles são realmente os melhores *Am Bm e Cm* e, eh.

Cf: E eles queriam de todas as formas que uma menina dançasse e ela era a única, aí ela falou ok.

Af: Eh, aí eu treinei com eles e eles só falavam assim, eh, nós já vamos dar um jeito, eles não tinham muito saco. Nos últimos três, dois dias, eles começaram a treinar um pouco e, assim, e eu sempre assim eh eh eh eh, eu falava assim eu vou fazer merda é certo, porque a gente nunca treinou a dança em par até o fim, nunca ficou de forma sincrônica e, eh, aí lá no palco eu fiz errado (risos).

Cf: Mas, mesmo assim, eles ficaram em primeiro lugar.

Af: É, mesmo assim nós fomos os campeões berlinenses (risos). Lá eu tive que lutar (*battlen*) até contra o meu treinador.

Y2: Verdade?

Af: Nós tínhamos que lutar pelo primeiro lugar.

Y2: Mesmo?

Af: É, e ele estava na minha frente e eu vou assim para o meio [do palco] e, digamos assim, eles fazem algo e aí eu tenho que entrar e também fazer alguma coisa, assim *battlen* e aquelas coisas, eh, eu faço alguns passos e ele começa a rir e fala bom bom (risos).

Y2: (risos).

Af: Ele não me vê como concorrente ou algo assim, nem dá para ser porque ele já é forte e, eh, ele fala bom, bom é isso aí

Af (risos).

Bf: Foi divertido.

Af: É. Lá eu tive até que fazer dança do ventre e assim. Dança do ventre eles introduziram...

A participação de *Ayse* foi fundamental para que o grupo vencesse o campeonato berlinense de dança *break*, uma vez que a originalidade da performance é um critério tão importante quanto a perfeição das encenações corporais. Percebe-se, no entanto, que o interesse pela participação feminina no movimento se restringe a um papel secundário no interior do grupo. Enquanto os rapazes apresentam os movimentos acrobáticos, as mulheres disponibilizam seu corpo para melhorar a imagem do grupo, seja como apresentadoras do grupo (*Front-Girl*), como decoração no fundo do palco (*Background-Girl*), ou ainda para dar à performance como um todo um certo ar de exotismo, por exemplo, através da introdução de elementos da dança do ventre. Nesse sentido, o *hip hop* não se diferencia muito de outros estilos e grupos musicais que costumam utilizar as mulheres como dançarinas ou como vozes de fundo.[68] Embora *Ayse* tenha tido a oportunidade de demonstrar não somente suas habilidades como dançarina oriental, mas também como dançarina de *break*, sua participação no grupo nunca se apresentou como uma ameaça para os colegas do sexo oposto. Enquanto ela descreve a luta (*battle*) contra seu próprio treinador como um verdadeiro desafio, este apenas elogia o seu esforço e encara a situação não como uma luta real, mas como uma encenação divertida. O pouco interesse dado aos ensaios por parte dos rapazes revela, ainda, que essa performance preparada para o campeonato de dança *break* não tinha por objetivo a inclusão das mulheres ou a criação de condições de igualdade: seu objetivo era surpreender os outros adversários e aumentar as chances de levar o título.

Depois de anos de luta por espaço e reconhecimento dos grupos femininos no movimento *hip hop*, a mudança de atitude dos rapazes para com as jovens-adolescentes quando estas saem da puberdade tem se revelado um verdadeiro choque para as integrantes do grupo *Life Girls*:

Af: ... porque em algum momento eles fazem de conta que eles são o teu, sabe, o teu protetor e aí falam, eh, você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, você não pode fazer aquilo. E quando uma menina engole isso, sabe, eh, quando, por exemplo, alguém me fala,

68 Cf. GLOWANIA e HEIL, 1995.

não vista minissaia ok, e, quando, eh, quando alguém diz, eh, porque o meu irmão sabe que eu visto minissaia, minha mãe sabe, meu pai sabe e o resto do mundo não interessa. E quando chega aqui qualquer um, quando aparece um tipo qualquer e fala, olha, algo assim você não pode vestir, não comigo ao lado, não nesse bairro, ou então, eh, isso não é legal vista algo mais comprido. Aí eu só posso falar, o que você pensa que é cara, vá te catar seu macaco. Eu falaria isso mesmo, porque, qual é, em algum momento eles se sentem responsáveis por isso, e, sabe, eu cresci nesse bairro e eu, eh, já vivi isso muitas vezes. Eles eram ainda bem pequenos, e nós não éramos tão pequenas, nós tínhamos quinze, dezesseis anos, ainda crianças, nenhuma maquiagem ainda, nenhum penteado, só assim um rabo de cavalo, calça esportiva e casaco esportivo e então saímos assim pra rua, e, eh, aí não importava nada para eles. Mas agora que eu fiquei mais velha, que eu fiquei talvez mais bonita, que eu fiquei talvez mais feminina e que eu ganhei um corpo bonito, digamos assim, e eu visto algo que marca o corpo, ou eu uso uma maquiagem nos olhos, ou uma maquiagem no rosto, ou, eh, eu ajeito o meu cabelo e a gente chama a atenção, a gente veste algo que chama a atenção, aí isso incomoda eles um montão, você pode ver isso. Aí, eh, eles esqueceram, é a pior coisa porque de uma hora para a outra eles se tornam outras pessoas, reagem totalmente diferente e isso pode estragar muito, eh, uma amizade... isso é simplesmente assim, isso você não pode mudar.

Bf: É,

Af: eles não querem aceitar que você.

Bf: Está se tornando adulta.

Af: Está se tornando adulta e que você também olha olha para outros homens. E, eh, sabe os homens, eles sabem como funcionam os homens e talvez por isso eles não querem aceitar que, que isso possa ser assim. Tipo, olha essa menina que está olhando agora para você ou assim, algo assim passa pela.

Bf: É, ou então na hora da dança, alguns falam, olha, vocês são meninas porque estão dançando desse jeito e blá blá blá, muitos acham legal, oh, vocês dançam e assim, outros falam, vocês são meninas, não combina com vocês, é melhor desistir ou sei lá, algumas vezes isso é.

Af: É, mas isso não é porque eles acham ruim, mas porque eles de alguma forma generalizaram na cabeça deles e por isso falam que as meninas não devem dançar, não devem, eh, é isso e aquilo. Elas

Bf: Devem ficar em casa.

Af: Não devem se apresentar tanto, não devem se mostrar (pausa). Isso é um absurdo (pausa). Agora que eu estou falando, sabe, isso fica bem visível.

Bf: Aí é quando isso fica bem visível para a pessoa, agora.

É, agora fica bem claro para mim o que se passa aqui. Isso já era claro antes mas agora que estou pensando sobre isso, e, eh, que eu vejo um pouco as imagens, é mesmo um absurdo.

Bf: É, eu também já estou pensando o tempo todo nisso, passa assim pela cabeça.

Af: Mas isso tudo, tudo isso que estamos falando aqui é mesmo verdade. Não é inventado, não é no interior ou assim, isso é assim, isso é assim mesmo em Berlim-Kreuzberg.[69] Aqui é assim.

Bf: Em Berlim-Kreuzberg é mesmo assim.

Quando menores e numa época em que pouco se diferenciavam na forma de vestir e de dançar, havia uma relação de amizade e reciprocidade entre os integrantes de ambos os sexos. No entanto, com a puberdade e, especificamente, com o destaque dos traços femininos através da vestimenta e/ou maquiagem, as jovens passaram a ser vistas como uma ameaça à honra masculina e às normas que alguns tentam estabelecer para o bairro em que vivem: "não comigo ao lado, não nesse bairro". Para *Ayse*, que cresceu em uma família alevita,[70] essa atitude de controle e de restrição da liberdade das mulheres é percebida como uma negação do convívio recíproco que existia até então ("eles esqueceram"), como uma inversão de conduta inexplicável: "de uma hora para a outra eles se tornam

69 Bairro berlinense com grande concentração de habitantes de origem turca.

70 O Alevismo é uma corrente religiosa dentro do islã que surgiu como oposição ao islã sunita-ortodoxo. Durante o império osmano, os alevitas foram duramente perseguidos e discriminados. Por muito tempo, os alevitas foram obrigados a ocultar sua identidade. Na Alemanha, um terço da população de origem turca é constituída por alevitas da região da Anatólia (em Berlim, vivem cerca de 40.000 alevitas). Para os alevitas, a mulher tem os mesmos direitos que o homem, podendo assumir inclusive funções religiosas (cf. Gabriele YONAN, 1993, p. 69-72).

outras pessoas, reagem totalmente diferente". A mudança de comportamento dos rapazes revela-se, por um lado, como uma espécie de ciúmes, que não aceita que as jovens de origem turca tenham olhos "para outros homens", e, por outro, como conseqüência do *habitus* incorporado pelos mesmos. Sabendo "como funcionam os homens", ou seja, estando conscientes de que seus parceiros não agiriam de outra forma e, ao mesmo tempo, amparados por uma lógica de preservação da 'honra' masculina,[71] os rapazes buscam impedir o relacionamento das jovens turcas de seu bairro com outros homens – quer pertençam ao mesmo grupo étnico ou não – com o intuito de preservá-las 'intactas' para o casamento. Tal situação de controle e restrição é interpretada como absurda pelas jovens, uma vez que não estão vivendo em uma pequena comunidade ou em tempos remotos: "... agora que eu estou falando, sabe, isso fica bem visível... fica bem claro para mim o que se passa aqui... é mesmo um absurdo... não é inventado, não é no interior ou assim,... isso é... em Berlim-Kreuzberg".

Considerações finais

Nossa análise sobre as experiências de jovens berlinenses de origem turca e de jovens negras paulistanas não se deteve a traçar contrastes e semelhanças entre os distintos contextos e realidades sociais. Buscamos, sobretudo, analisar as reflexões realizadas pelas jovens sobre experiências com jovens do sexo oposto assim como dificuldades enfrentadas na luta pelo reconhecimento enquanto mulheres no âmbito de uma cultura juvenil de forte representação masculina e de preservação do que se construiu como masculino nesse universo.[72]

No contexto paulistano, existe uma antecipação dos preconceitos e da moralização em relação ao comportamento feminino, fazendo com que as jovens optem por uma estratégia de redução da proximidade ou até mesmo de privação de relações íntimas com colegas. Tal estratégia parece estar em contradição com a posição do grupo que luta pela eqüidade entre os sexos no movimento. No entanto, as experiências vividas no cotidiano, assim como as projeções em relação ao futuro

71 Sobre esse assunto vide o artigo "'Male Honor'..." de BOHNSACK, R.; LOOS, P.; e PRZYBORSKI, A., 2001.

72 Tais representações compreendem uma série de elementos como a voz rude e agressiva, a mímica corporal, o modo de se vestir, o hábito de utilizar palavrões durante as apresentações em público, entre outros.

(casamento, educação dos filhos), dificultam a aproximação entre o discurso e a prática da igualdade. Já entre jovens berlinenses de origem turca não são as meninas que se afastam dos rapazes, mas o contrário: com a puberdade, a trajetória coletiva é rompida de forma violenta e o convívio recíproco é negado com o intuito de preservar um tipo de 'honra' masculina pautada em valores trazidos pelos imigrantes das gerações passadas. Embora a privação do convívio mútuo se coloque como um problema principalmente para as mulheres, que passam a ser "vigiadas" e "controladas" pelos companheiros do sexo oposto, as conseqüências de tamanhas restrições também podem ser observadas entre os rapazes, uma vez que os mesmos já não conseguem expressar sentimentos de afetividade e carinho para com as jovens do mesmo grupo étnico.[73]

Analisando alguns aspectos do cotidiano de jovens negras da periferia de São Paulo e de jovens berlinenses de origem turca nos deparamos com as seguintes questões: Quais os impactos dessas experiências na constituição das identidades dessas jovens? De que forma o *hip hop* assim como outras manifestações juvenis têm possibilitado não apenas a contestação de papéis tradicionais vigentes, mas também a transformação dos mesmos? Quais os espaços que vêm sendo ocupados atualmente por grupos femininos no âmbito das culturas juvenis? Que diálogos vêm sendo estabelecidos entre esses grupos e as organizações feministas?

Tais questionamentos revelam a necessidade de novos estudos e reflexões sobre o tema, que continua sendo pouco pesquisado, apesar da conquista de novos espaços e crescente visibilidade de grupos femininos. No entanto, novos estudos demandam uma base teórica e o domínio de metodologias que ultrapassem o caráter descritivo e auxiliem na compreensão das identidades e relações de gênero que vêm sendo construídas no âmbito das culturas juvenis.

73 Tal situação faz com que jovens de origem turca estabeleçam relações de intimidade com jovens pertencentes a outros grupos étnicos.

Referências

ABRAMO, H.W. *Cenas juvenis*: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ABREU, J. de L. *Na trilha das tribos urbanas da galeria 24 de maio*: sonhos e ruínas na vida de jovens rockers paulistanos. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANDRADE, E.N. de. *Movimento negro juvenil*: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BAACKE, D. *Jugend und Jugendkulturen. Darstellung und Deutung*. Weinheim/ München: Juventa, 1987.

BOHNSACK, R.; LOOS, P.; PRZYBORSKI, A. "'Male Honor'. Towards an Understanding of the Construction of Gender Relations Among Youth of Turkish Origin." In: KOTTHOFF, H.; BARON, B. (Orgs.). *Gender in Interaction*: Perspectives on Feminity and Masculinity in Ethnography and Discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 175-207.

BOHNSACK, R.; NOHL, A-M. "*Youth Culture as Practical Innovation: Turkish-German Youth, Time Out and the Actionisms of Breakdance." European Journal of Cultural Studies*, v. 6, n. 3, 2003, p. 366-385.

BOURDIEU, P. *Sozialer Sinn. Kritik der theoretischen Vernunft*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1999 [orig.: *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980].

BREITENBACH, E. "Sozialisation und Konstruktion von Geschlecht und Jugend. Empirischer Konstruktivismus und dokumentarische Methode." In: BOHNSACK, R. et al. (Orgs.). *Die Dokumentarische Methode und ihre Forschungspraxis*. Opladen: Leske + Budrich, 2001. p. 165-178.

CAIAFA, J. *Movimento punk na cidade*: a invasão dos bandos do subúrbio. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CLARKE, J. Style. "Style." In: HALL, S.; JEFFERSON, T. (Eds.). *Resistance Through Rituals. Youth Sobcultures in Post-War Britain*. London: Hutchinson; Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies from the University of Birmingham, 1975. p. 175-191.

COHEN, A. *Kriminelle Jugend. Zur Soziologie jugendlichen Bandenwesens*. Reinbek: Rowohlt, 1961 [orig.: Delinquent Boys. The Culture of the Gang. Chicago/ Illinois: The Free Press].

COHEN, P. "Territorial-und Diskursregeln bei der Bildung von 'Peer-Groups'unter Arbeiterjugendlichen." In: LINDNER, R.; PARIS, R.(Orgs.). *Jugendkultur als Widerstand*: Milieus, Rituale, Provokationen. Frankfurt/M: Syndikat, 1979. p. 238-266.

COSTA, M.R. *Os carecas do subúrbio*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

FÉLIX, J.B.J. *Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.

FERSCHHOFF, W.; NEUBAUER, G. "Jugendkulturelle Stile und Moden zwischen Selbstinszenierung, Stilzwang und (Konsum) Vereinnahmung." In: MANSEL, J.; KLOCKE, A.(Orgs.). *Die Jugend von heute*. Winheim/München: Juventa, 1996. p. 32-52.

FRITZSCHE, B. *Pop-Fans. Studie einer Mädchenkultur*. Opladen: Leske + Budrich, 2003a.

_____. "Vom Nutzen der verhinderten Wunscherfüllung. Einblicke in die Populärkultur jugendlicher Popfans." In: LUIG, U.; SEEBODE, J. (Orgs.). *Ethnologie der Jugend. Soziale Praxis, moralische Diskurse und inszenierte Körperlichkeit*. Münster, Hamburg, London: LIT, 2003b. p. 177-198.

GLOWANIA, M.; HEIL, A. Das persönliche und das politische: Frauen im Rap. In: KARRER, W.; KERKHOFF, I.(Orgs.). *Rap*. Hamburg/Berlin: Argument, 1995. p. 99-118.

HALL, S. "The Question of Cultural Identity." In: HALL, S.; HELD, D.; HUBERT, D.; THOMPSON, K. (Eds.). *Modernity. An Introduction to Modern Societies*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1996. p. 595-634.

HALL, S.; JEFFERSON, T. (Eds.) *Resistance Through Rituals. Youth sobcultures in post-war Britain*. London: Hutchinson; Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies from the University of Birmingham, 1975.

HEBDIGE, D. *Subculture. The Meaning of Style*. London: New Fetter Lane; New York: Methuen & Co Ltd., 1979.

HILL, B. *"Rockmobil"*: eine ethnographische Fallstudie aus der Jugendarbeit. Opladen: Leske + Budrich, 1996.

JACOB, G. *Agit-Pop: Schwarze Musik und weiß Hörer. Texte zu Rassismus und Nationalismus, HipHop und Raggamuffin*. Berlin/Amsterdam: Edition ID-Archiv, 1993.

JOAS, H. *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996. [inglês: The Creativity of Action.]

KARLYN, K.R. "Scream, Popular Culture, and Feminism's Third Wave: 'I'm Not My Mother'." *Genders Online Journal*, n. 38, 2003. <http://www.genders.org/g38/g38_rowe_ karlyn.html> 3 mar. 2004.

KEMP, K. *Grupos de estilo jovens*: o "rock underground" e as práticas (contra)culturais dos grupos "punk" e "thrash" em São Paulo. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas.

LOURO, G.L. "Gênero, história e educação: construção e desconstrução". *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____. "Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MAGRO, M.M.V. *Meninas do graffiti*: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

McROBBIE, A.; Garber, J. "Girls and Subcultures." In: HALL, S.; JEFFERSON, T. (Eds.). *Resistance Through Rituals. Youth Sobcultures in Post-War Britain*. London: Hutchinson; Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies from the University of Birmingham, 1975. p. 209-222.

MANNHEIM, K. “Beiträge zur Theorie der Weltanschaungsinterpretation.” In: _____. *Wissenssoziologie*. Neuwied, Berlin: Luchterhand, 1964. p. 91-154.

NOHL, A-M. *Migration und Differenzerfahrung. Junge Einheimische und Migranten im rekonstruktiven Milieuvergleich*. Opladen: Leske + Budrich, 2001.

O’CONNELL, A. *A Feminist Approach to Female Rap Music*. s/d. <http://www.csc.vsc. edu/Com.web/femalerap.html> 12 Nov. 2003.

PAIS, J.M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

_____. (Org.). *Traços e riscos de vida:* uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis. Porto: Ambar, 1999.

QUINN, M. “‘Never Shoulda Been Let out the Penitentiary’: Gangsta Rap and the Struggle over Racial Identity.” *Cultural Critique*, n. 34, 1996, p. 65-89.

ROSE, T. *Black Noise*: Rap Music & Black Culture in Contemporary America. Hannover/London: University Press of New England, 1994.

_____. “Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop”. In: HERSCHMANN, M.(Org.). *Abalando os anos 90*: funk e hip-hop – globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro, Rocco 1997.

SAU, V. *Dicionário Ideológico Feminista*. 1991. Disponível em: <http://www.sof.org.br/inst_area_atua_fem_dicion.htm>. Acesso em: 22 nov. 2004.

SCHÄFFER, B. *Die Band*: Stil und ästhetische Praxis im Jugendalter. Opladen: Leske + Budrich, 1996.

SCHÄFFERS, B. *Soziologie des Jugendalters* 6. ed. Opladen: Leske + Budrich, 1998.

SCHWENDTER, R. *Theorie der Subkultur*. Frankfurt/M: Syndikat, 1978.

SILVA, J.C.G. *Rap na cidade de São Paulo*: música, etnicidade e experiência urbana. 1998. Tese (Doutorado em em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

TELLA, M.A.P. *Atitude, arte, cultura e auto conhecimento*: o rap como voz da periferia. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TERTILT, H. *Turkish Power Boys. Ethnographie einer türkischen Jugendbande*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1996.

THRASHER, F.M. *The Gang. A Study of 1.313 Gangs in Chicago*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1963. [1. ed. 1927]

THORTON, S. *Club cultures*. Hanover N. H.: Wesleyan University Press, 1996.

TOOP, D. *Rap Attack. African Jive bis Global Hip Hop*. St. Andrä-Wördern: Hannibal Verlag, 1992 [orig.: *Rap Attack*. London: Serpent's Tail, 1991].

URTEAGA, M.C.P. "Chavas activas punks: la virginidad sacudida." *Estudios sociológicos de El Colégio de México*, v. XIV, n. 40, p. 97-118, 1996.

VIANNA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. (Org.). *Galeras cariocas:* territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

VILAR, D.; GASPAR, A.M. "Traços redondos: a gravidez em mães adolescentes". In: PAIS, J.M. (Org.). *Traços e riscos de vida:* uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis. Porto: Ambar, 1999. p. 25-66.

WALD, G. "'I Want It That Way': Teenybopper Music and the Girling of Boy Bands." *Genders Online Journal*, n. 35, 2002. <http://www.genders.org/g35/g35_wald.html> 1 Mar. 2004.

WELLER, W. "A construção de identidades através do HipHop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turcos-alemães em Berlim". *Caderno CRH*, n. 32, p. 215-234, 2000.

_____. *Hip Hop in São Paulo und Berlim.* Ästhetische Praxis und Ausgrenzungserfahrugen junger Schwarzen und Migranten. Opladen: Leske + Budrich, 2003a.

_____. "Hip Hop em São Paulo e Berlim: orientações político-culturais de jovens negros e jovens de origem turca. In: *II Seminário Internacional Educação intercultural, gênero e movimentos sociais – identidade, diferenças e mediações*, 8 a 11 de abril de 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003b. Compact Disk.

_____. "A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos". *Sociologias*, v. 7, n. 13, p. 260-300, jan./abr. 2005.

WELLER, W. et al. "Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. *Estado e Sociedade*, v. XVII, n. 2, p. 375-396, jul./dez. 2002.

WHYTE, W.F. *Die Street Corner Society*: Die Sozialstruktur eines Italienerviertels. Berlin/New York: de Gruyter, 1996.

WILLIS, P. *Learning to Labor. How Working Class Kids get Working Class Jobs*. West Mead: Saxon House, 1977.

_____. *Common Culture, Symbolik Work at Play in the Everday Cultures of the Young*. Londres: Open University Press, 1990.

YONAN, G. *Einheit in der Vielheit. Weltreligionen in Berlin*. Berlin: Die Ausländerbeauftragte des Senats, 1993.

XAVIER, M.J.B. *Nem os Anjos e nem os Demônios*: observações acerca das relações sociais de uma galera em Belém. Trabalho apresentado na VI Reunião Regional de Antropólogos Norte e Nordeste – Diferenças e Desigualdades: Questões e Desafios. Belém, 1999. Mimeo.

Sobre autores e autoras

Adriana Piscitelli é graduada em Ciências Antropológicas – Universidad de Buenos Aires, especialista em Gender and Development – University of Sussex, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade e pós-doutora pela Universidad Autónoma de Barcelona. Foi Visiting Scholar no CLS da New York University, integrou, em 2005, o Comitê de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia e integra o Comitê Editorial do Cadernos Pagu, o International Advisory Board da Revista Etnográfica (Lisboa) e o Associate Editors Committee Biography and Memory (Amsterdã). Atua nos temas: gênero, memória, parentesco, sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações, tráfico internacional de pessoas, teoria feminista e teoria antropológica. (pisci@uol.com.br)

Ana Alice Alcântara Costa é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Sociologia pela Universidad Nacional Autonoma de Mexico e doutora em Sociologia Política pela mesma universidade. Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, principalmente nos temas: gênero, cidadania, condição feminina, comportamento politico e feminismo. (analice@ufba.br)

Bárbara Musumeci Soares é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ e doutora em Sociologia pelo IUPERJ. Atua na área de Sociologia, principalmente em torno dos temas: segurança pública, violência, violência conjugal, violência contra a mulher, violência doméstica, segurança e gênero. Atualmente é professora da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. (cesec@candidomendes.edu.br)

Eni de Mesquita Samara é graduada em História pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em História Social pela mesma universidade, pós-doutora pelo Population Research Center Texas, Austin, Estados Unidos e livre-docente da Universidade de São Paulo. É também diretora do Museu Paulista da USP e presidente da Associação Nacional de História. Foi diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (1994-2004) e vice-diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2002-2003). Suas áreas de pesquisa

são: história das mulheres e da família e história da população. Foi conferencista e professora convidada em diversas universidades americanas, européias e asiáticas. (mp@edu.usp.br)

Fátima Oliveira é médica, especialista em bioética e pioneira em saúde da mulher afro-brasileira, secretária-executiva da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, integrante da Comissão de Cidadania e Reprodução e da União Brasileira de Mulheres; conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; integrante efetiva do Comitê de Especialistas em Bioética e Biodireito da Universidade de Alfenas (MG); coordenadora da Rede de Informação sobre Bioética: bioética & teoria feminista e anti-racista. (fatimao@taz.medicina.ufmg.br; fatimao@medicina.ufmg.br)

Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg é graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo e doutora pelo Laboratoire de bio/psychologie de l'enfant – École Pratique des Hautes Études Université de Paris. Atualmente é pesquisadora senior da Fundação Carlos Chagas e professora em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na Fundação Carlos Chagas é coordenadora, no Brasil, do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. Atua na área de Estudos sobre Ideologia e Educação, principalmente nos temas: construção social da infância, educação infantil, políticas públicas, relações raciais, relações de gênero, socialização e educação. (frosenberg@fcc.org.br)

Heloisa Pontes é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Antropologia Social pela mesma universidade, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pós-doutora pela Stanford University. Atualmente é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, pesquisadora do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Suas pesquisas estão voltadas para a antropologia urbana, a sociologia e a etnografia da vida intelectual, a história social do teatro brasileiro, e as relações entre gênero e corporalidade. (helopontes@uol.com.br)

Hildete Pereira de Melo é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 1973, é professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. Atua na área de Economia, com

ênfase nos seguintes temas: gênero, mercado de trabalho, desenvolvimento econômico e economia fluminense. É diretora do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e editora da Revista Gênero da Universidade Federal Fluminense. (hildete@economia.uff.br)

Leonarda Musumeci é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora em Antropologia Social pela mesma universidade. Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenadora de Área da Universidade Cândido Mendes. Tem experiência na área de Antropologia. Atuando principalmente nos temas: Brasil colônia, messianismo, movimentos messiânicos, movimentos socioreligiosos, Pernambuco. (leonarda@ie.ufrj.br)

Mara Rúbia Alves Marques é licenciada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari, especialista em Tecnologia Educacional e em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari, mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atualmente é professora de Didática e Metodologia de Ensino de Geografia e História no Curso de Pedagogia e professora dos Cursos de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Atua na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino e Políticas e Gestão em Educação, dedicando-se, principalmente, aos seguintes temas: formação de professores, ensino de História e Geografia, política e gestão educacional e reforma educacional. (mara@ufu.br)

Margareth Rago possui graduação em História pela Universidade de São Paulo e estudou Filosofia na mesma universidade. É mestre e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas e livre-docente da mesma universidade. Foi professora visitante do Connecticut College, nos Estados Unidos, entre 1995/1996, e lecionou na Universidade de Paris 7, em 2003. Foi diretora do Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp em 2000. Atua na área de História, com ênfase em História do Brasil República e Teoria da História; trabalha principalmente com os temas: Foucault, feminismo, subjetividade, gênero e anarquismo. Atualmente é assessora científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e participa do Centro de Cultura Social de São Paulo. (marga_rago@uol.com.br

Maria Filomena Gregori possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e doutorado em Antropologia Social pela mesma universidade. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora associada do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero – e consultora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Carlos Chagas, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pró-Mulher Família e Cidadania, da Universidade de São Paulo, membro do conselho consultor da Rede Universitária de Direitos Humanos, membro do conselho consultivo do Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos. (bibiagregori@uol.com.br)

Maria Izilda Santos de Matos é graduada em História pela Universidade de São Paulo (1978), doutorada em História pela mesma universidade e pós-doutora pela Université Lumiere Lyon 2, França. Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colaboradora da Universidade Estadual do Ceará e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 1994, recebeu o prêmio Sesi-CNI de Teses Universitárias, com o trabalho Trama e Poder, em que estuda as indústrias paulistas, entre 1890-1934. Atua na área de História, com ênfase em História do Brasil, dedicando-se, principalmente, aos temas: historia, música, gênero, historia das mulheres e cidade. (mismatos@pucsp.br)

Maria Lúcia de Barros Mott possui graduação em História pela Universidade de São Paulo, doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Instituto de Saúde de São Paulo. Tem experiência na área de História. Atuando principalmente nos temas: história, história do Brasil-Império, obstetrícia-história, estudos de gênero, saúde da mulher e Josefina Durocher. (cucamott@uol.com.br)

Marília Pinto de Carvalho é graduada em História pela Universidade de São Paulo, mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Relações de Gênero, atuando, principalmente, nos temas: relações de gênero na educação escolar, trabalho docente nas séries iniciais do ensino fundamental e desempenho escolar de meninos e meninas, negros e brancos. (mariliac@usp.br)

Mariza Corrêa, antrópologa, trabalhou durante trinta anos no Departamento de Antropologia da Unicamp e hoje é pesquisadora do Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade. Publicou Antropólogas & Antropologia, pela Editora da UFMG. (correa.mariza@uol.com.br)

Osmundo Santos de Araújo Pinho é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é bolsista pós-doc (Fapesp) – Departamento de Antropologia da Unicamp. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, principalmente, nos temas: relações raciais, crítica cultural, reafricanização, identidades sociais, sexualidade e gênero. (osmundopinho@uol.com.br)

Rachel Soihet é graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, tem especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universite de Paris VIII. Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense. Atua na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, principalmente nos temas: violência, mulheres pobres, cotidiano, resistência, Rio de Janeiro e gênero. (rachelsoihet@pobox.com)

Rita Terezinha Schimidt é graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Literatura pela University of Pittsburgh e doutora em Literatura pela mesma universidade. Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, Literatura Comparada e Teoria de Literatura, atuando, principalmente, nos seguintes temas: teoria e crítica feminista, estudos de gênero, resgate, autoria feminina e crítica da cultura. (ritats@uol.com.br)

Simone Miziara Frangella é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, e nos seguintes temas: cidade, corpo, moradores de rua, crianças e adolescentes e itinerância. Atualmente tem direcionado suas pesquisas na área de migração internacional, cultura e a dinâmica transnacional, e pós-colonialismo. (cebrap@cebrap.org.br)

Sônia Weidner Maluf é graduada em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Diplôme D'etudes Approfondies em Antropologia – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e doutora em Anthropologia Sociale Et Ethnologie – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, principalmente nos temas: gênero, antropologia da pessoa e modos contemporâneos de subjetivação, corpo e saúde, narrativa, religiosidades brasileiras. (maluf@cfh.ufsc.br)

Teresa Cristina de Novaes Marques é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em História Social pela mesma universidade e doutora em História pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade de Brasília, atua na área de História, com ênfase em História do Brasil, principalmente nos temas: industrialização, história cultural do consumo, história econômica, cerveja e consumo de massa, capital estrangeiro, gênero e feminismo. (tcnmarques@unb.br)

Vera Lucia Puga é graduada em História pelo Centro Unificado de Brasília, especializada em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e doutora em História Social pela mesma universidade. É professora da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. (dephis@ufu.br)

Wivian Weller é graduada e mestre em Ciências da Educação, especialista em Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e doutora em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim/Alemanha. Atualmente é professora do Departamento de Teoria e Fundamentos e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Atua na área de Sociologia, Filosofia e Educação com ênfase em Sociologia da Infância e Juventude, Sociologia e Filosofia da Educação, Metodologias Qualitativas e Interpretação de Dados. (wivianweller@hotmail.com)

Comitês Editoriais das Publicações Originais

Revista Gênero
Hildete Pereira de Melo, Suely Gomes Costa e João Bosco Hora Góis

Revista Estudos Feministas
Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, Simone Pereira Schmidt e Sônia Weidner Maluf

Cadernos Pagu
Ângela Carneiro Araújo, Adriana Piscitelli, Iara Beleli, Leila Mezan Algranti, Maria Margaret Lopes, Mariza Corrêa

Caderno Espaço Feminino
Dulcina Teresa B. Borges, Edmar Henrique Darel David, Jane de Fátima Silva Rodrigues, Vera Lucia Puga de Sousa

Endereços eletrônicos das organizadoras
Adriana Piscitelli – pisci@uol.com.br
Hildete Pereira de Melo – hildete@economia.uff.br
Sonia Weidner Maluf – maluf@floripa.com.br
Vera Lucia Puga de Sousa – dephis@ufu.br

Coleção Educação para Todos

Volume 01: Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004
Volume 02: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03
Volume 03: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos
Volume 04: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas
Volume 05: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas
Volume 06: História da Educação do Negro e Outras Histórias
Volume 07: Educação como Exercício de Diversidade
Volume 08: Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias
Volume 09: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola
Volume 10: Olhares Feministas
Volume 11: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais da XV CONFAEB
Volume 12: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série Vias dos Saberes n. 1
Volume 13: A Presença Indígena na Formação do Brasil. Série Vias dos Saberes n. 2
Volume 14: Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos": o direito à diferença. Série Vias dos Saberes n. 3
Volume 15: Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Série Vias dos Saberes n. 4
Volume 16: Juventude e Contemporaneidade
Volume 17: Católicos Radicais no Brasil
Volume 18: Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação. Série Avaliação n. 1
Volume 19: Brasil Alfabetizado: a experiência de campo de 2004. Série Avaliação n. 2
Volume 20: Brasil Alfabetizado: marco referencial para avaliação cognitiva. Série Avaliação n. 3
Volume 21: Brasil Alfabetizado: como entrevistamos em 2006. Série Avaliação n. 4
Volume 22: Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros. Série Avaliação n. 5
Volume 23: O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental? Série Avaliação n. 6
Volume 24: Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores. Série Avaliação n. 7

Volume 25: Diversidade na Educação: como indicar as diferenças? Série Avaliação n. 8

Volume 26: Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental

Volume 27: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade

Volume 28: Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngüe

Volume 29: O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-racista

Volume 30: Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior

Volume 31: Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes

Produção
Editorial

SCLRN 709 – Bloco D – Loja 53
W3 Norte – CEP 70750-543 – Asa Norte
Brasília-DF – Telefax: (61) 3033-3704
www.editorialabare.com.br / tereza@intertexto.net

Título: Olhares feministas – Formato: 17cm x 24cm.
Tipologias utilizadas: Adobe Caslon Pro e Helvetica
Papel: AP 90 g/m^2 (miolo) e Cartão Supremo 240 g/m^2 (capa)

jovens e adultos; qualificação profissional e mundo do trabalho; democracia, tolerância e paz mundial. Além disso, para a Secad/MEC a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo.

O livro Olhares Feministas é formado por um conjunto de artigos publicados na Revista Estudos Feministas, nos Cadernos PAGU, na Revista Gênero e no Caderno Espaço Feminino. São artigos significativos da produção acadêmica no campo dos estudos de gênero no Brasil.

O objetivo explícito da coletânea é assegurar uma seleção de artigos que possa contribuir com o aprofundamento do debate científico feminista, refletindo didaticamente sobre como noções de masculinidade e feminilidade, articuladas a outras diferenças, incidem na produção de desigualdades em diversas áreas do social: sexualidade, educação, trabalho, violência, política, arte, mídia e cultura na sociedade brasileira hoje.

ISBN 85-98171-55-7

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação